

Comparações
internacionais
de crianças e
jovens em
violência armada
organizada

Luke Dowdney

nem
GUERRA

nem **PAZ**





Coordenador Executivo Luke Dowdney

Coordenador Geral Viva Rio
ISER (Instituto de Estudos da Religião)
IANSA (International Action Network on Small Arms)

Pesquisadores Assistentes Anna Flora Werneck
Leriana Del Giudice Figueiredo
Marianna Olinger
Leila Lino de Souza Lima

Pesquisadores Locais Associados

Colômbia: Ivan Ramirez / Coalition to Stop the Use of Child Soldiers (Coalición Contra la Vinculación de Niños, Niñas y Jóvenes al Conflicto Armado en Colombia).

El Salvador: Marlon Carranza / Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, Instituto Universitario de Opinión Pública (IUOP).

Ecuador: Primary Researcher: Kleber Loor / Ser Paz; Assistant Researchers: Lidice Aldas / Ser Paz and Fernando Lòpez / DNI (Defensa de los Niños Internacional).

Honduras: Ernesto Bardales / Casa Alianza / Jha-Ja: Jóvenes Hondureños Adelante, Juntos Avancemos.

Jamaica: Primary Researcher and author: Michael Mogensen / Viva Rio; Assistant Researchers: Sharene McKenzie / Craig Town Youth Organisation; Kenneth Wilson / August Town Sports and Community Development Foundation; and Steadman Noble / University of the West Indies, Mona.

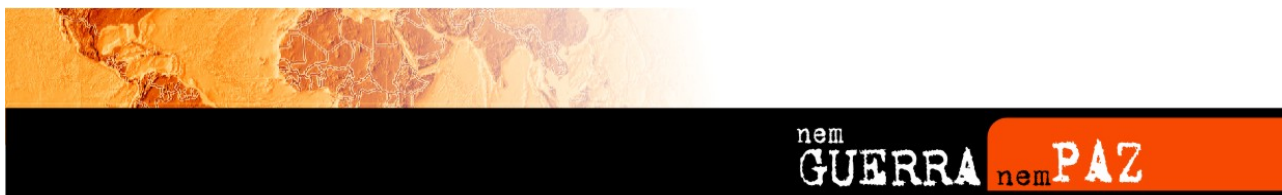
Nigéria: Mohammed Ibrahim / Centre for Democracy and Development.

Irlanda do Norte: Marie Smyth and Patricia Campbell / Institute for Conflict Research / Breen Smyth Consultants.

Filipinas: Agnes Zenaida V. Camacho / University of the Philippines, Center for Integrative and Development Studies, Psychosocial Trauma and Human Rights Program.

África do Sul: Ted Leggett / Institute for Security Studies.

Estados Unidos: John M. Hagedorn / University of Illinois-Chicago, Great Cities Institute.



Co-editores dos Relatórios de Países Jessica Galeria / Michael Mogensen

Estatísticos Luis Eduardo Madeiro Guedes
Marcelo de Souza Nascimento
Jorge Restrepo (Colômbia)

Tradução Jessica Galeria
Michael Mogensen
Carola Mittrany

Programador Visual Adriana Thevenard

www.coav.org.br

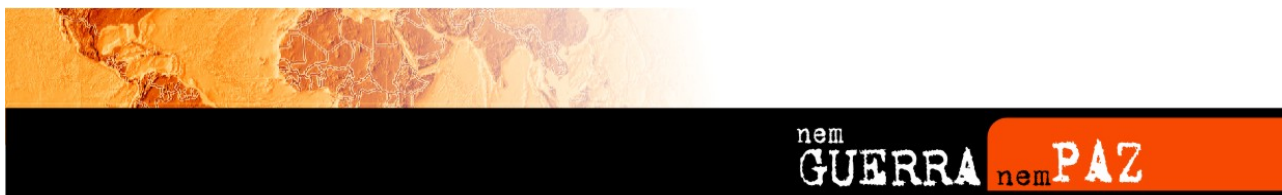
Editor: Mayra Jucá / Marcelo Monteiro
Jornalistas: Michael Mogensen, Carola Mittrany
Pesquisador Estagiário: Eugenia Viera

Apoio Financeiro

Save the Children Sweden
Ford Foundation
DFID – Department for International Development
World Vision
CasaAlianza

ÍNDICE

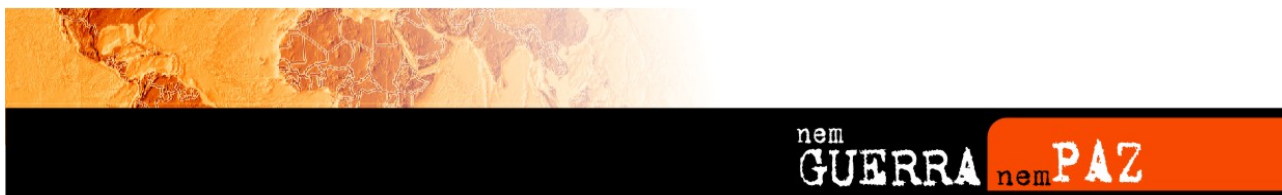
Prefácio de Paulo Pinheiro	7
Nota do Autor	9
Introdução: Rio de Janeiro e Mais Longe	10
Metodologia	13
Como Usar Este Livro	18
 PARTE I – Grupos Armados Organizados	 19
Perfil da Área de Estudo	22
Perspectivas Históricas	27
Estrutura de Comando	32
Relações com a Comunidade	36
Papel do Estado	41
Atividades Econômicas	44
Violência Armada	48
Tipologia dos grupos Armados Investigados	53
Fatores de Risco Comuns ao Surgimento E Existência Contínua dos Grupos Armados Investigados	61
 PARTE II – Crianças e Jovens na Violência Armada Organizada	 64
Histórias Pessoais	65
Processo de Envolvimento	69
Vulnerabilidade e Resistência: por que as crianças ingressam em grupos armados	79
As Funções de Trabalho de Crianças e Jovens na Violência Armada Organizada	96
Crianças, Jovens e Violência Armada	110
Ser Homem: as considerações sobre gênero de crianças e jovens na violência armada organizada	119
Perspectivas Futuras	122
 PARTE III – Mortalidade Relacionada a Armas de Fogo	 129
 PARTE IV – Tratando o Problema de Crianças e Jovens na Violência Armada Organizada	 141
Políticas Públicas: tendências atuais no trato com crianças e jovens na violência armada organizada	142
Construindo Resistência Através de Intervenções de Prevenção e Reabilitação	156
Abordagens Estratégicas Integradas Para Prevenção e Reabilitação de Crianças e Jovens na Violência Armada Organizada	169
Desarmamento, Desmobilização e Reintegração: trocando conhecimentos e rompendo fronteiras	176



PARTE V – Relatórios de Países	178
Colômbia: “Medellín: As Crianças Invisíveis do Conflito Social e Armado”, por Ivan Dario Ramirez	178
Ecuador: “As <i>Pandillas</i> e <i>Naciones</i> do Equador – Uma realidade terrível e uma tarefa desafiadora: das vítimas aos vitimizadores”, por Kleber Loor, Lidice Aldas e Fernando Lòpez	197
El Salvador: “Detenção ou morte: aonde os garotos ‘pandilleros’ de El Salvador estão indo”, por Marlon Carranza	210
Jamaica: “ <i>Corner Gangs</i> e <i>Area Gangs</i> da Jamaica”, por Michael Mogensen	229
Nigéria: “Uma Pesquisa Empírica Sobre Crianças e Jovens na Violência Armada Organizada da Nigéria: <i>Egbesu Boys</i> , <i>OPC</i> e <i>Bakassi Boys</i> Como Estudo de Caso”, por Mohammed Ibrahim	245
Irlanda do Norte: “Os jovens e a violência armada na Irlanda do Norte”, por Marie Smyth e Patricia Campbell	259
Filipinas: “Crianças e Jovens na Violência Armada Organizada das Filipinas: Contextualização, Histórias Pessoais e Opções Políticas”, por Agnes Zenaida V. Camacho	268
África do Sul: “Terugskiet (rebatendo fogo): Crescendo nas esquinas de Manenberg, África do Sul”, por Ted Leggett	291
EUA: “As Gangues Institucionalizadas e a Violência em Chicago”, por John M. Hagedorn	312
PARTE VI – Conclusões e Recomendações	330

DIAGRAMAS

2.1 Estágios de Envolvimento	71
2.2 <i>Fatores de risco e Influências</i> num Ambiente de Alto Risco	88
2.3 <i>Contexto Pessoal Vulnerável</i>	89
2.4 <i>Contexto Pessoal Resistente</i> versus <i>Vulnerável</i>	94
4.1 <i>Reagindo a Fatores de Risco e Influências</i> Externas	163
4.2 Luta Pela Metodologia de Trabalho da Paz	167
4.3 Modelo Urbano / Regional	175



TABELAS

1.1	Comparação de Grupos Armados	21
1.2	Perfis de Áreas de Estudo	22
1.3	Localização das Áreas de Estudo	24
2.1	<i>Riscos e Influências</i> Externos	87
2.2	As Funções de Trabalho de Jovens nos Grupos Armados Organizados	109
3.1	Mortes relacionadas a armas de fogo, de homens entre 15-24 anos de idade, por bairros do município do Rio de Janeiro, comparadas à mesma faixa etária em toda a cidade, 2003	140

GRÁFICOS

1.1	Escala de Importância Para Critérios Comparativos	57
1.2	Tipologia dos Grupos Armados	58
3.1	Mortes por causas externas como porcentagem de todas as mortes entre a população total de Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro	131
3.2	Mortes por causas externas como porcentagem de todas as mortes, entre a faixa etária com menos de 18 anos, em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro	132
3.3	Mortes relacionadas a armas de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, entre a população total de Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro	133
3.4	Mortes relacionadas a armas de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, entre a faixa etária com menos de 18 anos em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro	134
3.5	Índices de mortalidade por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, em El Salvador para o ano de 2000	135
3.6	Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, na Irlanda do Norte para o ano de 2002	135
3.7	Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, na Colômbia para o ano de 2002	135
3.8	Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, no Rio de Janeiro para o ano de 2002	136
3.9	Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, em Chicago para o ano de 2001	136
3.10	Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes para a população geral de Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro	137
3.11	Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, para a faixa etária com menos de 18 anos, em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro	138



FOTOGRAFIAS

1.1 *Pandilleros* Armados, Honduras (1) 12

1.2 Tortura de um membro de OPC, Nigéria 39

1.3 Membros de OPC, Nigéria 49

2.1 Pandillero tatuado, El Salvador 77

2.2: Membros armados da CVO, Filipinas 104

2.3: Pandilleros armados, Honduras (2) 110

4.1: Operação policial no Morro da Providência, Rio de Janeiro 148

PREFÁCIO

O crescente engajamento de crianças e adolescentes na violência armada organizada está, infelizmente, tornando-se mais comum em algumas regiões do mundo. Esse engajamento não apenas ameaça as comunidades que podem ficar expostas à violência perpetrada por esses grupos, mas causa com frequência danos e até mata crianças e adolescentes que estejam diretamente envolvidos. O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, de 2002, demonstrou claramente que, nos últimos dez anos, jovens de 15 a 24 anos são as vítimas mais freqüentes de homicídios em todo o mundo. Em alguns países, mesmo as maiores conquistas para redução da mortalidade infantil nos primeiros anos não tiveram impacto sobre a expectativa média de vida, porque esses ganhos foram anulados pelos índices crescentes de homicídios entre adolescentes e jovens. Esses níveis de violência são inaceitáveis; eles podem ser evitáveis; e devem ser urgentemente solucionados.

Para se reagir efetivamente a essa forma crescente de violência, em primeiro lugar, é necessário compreender as raízes e as conseqüências que caracterizam o contexto em que essa violência está ocorrendo, e aumentando. É preciso entender quando, como e por que crianças e adolescentes estão participando da violência armada organizada. E por que grupos de jovens se tornam violentos. Essas perguntas podem, então, indicar respostas mais efetivas, que incluam uma reintegração mais apropriada dos envolvidos e como evitar o recrutamento de outros.

O estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças, no qual tenho responsabilidade máxima, foi concebido para juntar pesquisas existentes e informações relevantes sobre as formas, causas e o impacto da violência que afeta crianças e jovens, e para indicar medidas de prevenção, intervenção e recuperação comprovadas e promissoras. O estudo vai tratar de todas as formas de violência, exceto a situação das crianças envolvidas em conflitos armados ou em guerras, já que isso foi estudado anteriormente por Graça Machel. Entretanto, grupos de crianças e adolescentes envolvidos com a violência armada organizada representam um problema que será tratado pelo estudo da ONU.

Como o título desta publicação indica, o fenômeno dos jovens engajados na violência armada organizada não corresponde ao nosso entendimento geral de “guerra” — mas está além da nossa compreensão geral de “paz”. Em algumas regiões do mundo, os níveis de insegurança relacionados a esse problema estão tornando a violência juvenil uma das prioridades máximas na agenda dos governos. Medidas especiais estão sendo consideradas, em especial, a fim de reprimir as gangues de jovens; algumas delas entram em conflito com os padrões internacionais básicos e os avanços feitos desde que a Convenção sobre os Direitos das Crianças foi ratificada. Como este relatório mostra, a busca de soluções rápidas e repressivas para esse problema de profunda complexidade pode agravar a situação atual.

Numa missão recente à região da América Central, por exemplo, foi possível observar as conseqüências dessas medidas repressivas. Com freqüência, jovens são detidos com base apenas na *suspeita* de serem membros de gangues ou de *pandillas*. E o estado calamitoso dos centros de detenção juvenil é exacerbado pela incapacidade de lidar com o número crescente de internos.

Essa situação é complicada. Agir sem entender os fatores de risco por detrás dessa violência pode ser inútil e algumas vezes perigoso. Este estudo traz as histórias pessoais de vida dos membros de gangue, oferecendo vislumbres de influências, motivações e medos. Esses vislumbres são, com muita freqüência, ignorados por investidas políticas amplas e pela própria retórica política.

Entre as medidas sugeridas por este estudo encontram-se: a capacitação das comunidades; o controle de armas; políticas social e economicamente inclusivas, concentradas em zonas urbanas pobres; e educação direcionada em áreas vulneráveis. É necessário também garantir que os sistemas de



segurança e jurídico sejam não só mais eficientes, como também mais responsáveis e capazes de lidar com as gangues, de forma a se tornarem uma parte digna de crédito na solução. Como esta publicação também mostra, a violência e a corrupção do Estado são ingredientes perversos que criam um solo fértil para as atividades de gangue.

Acima de tudo, está-se lidando com questões cruciais de direitos humanos, e o sucesso no controle dessa forma emergente de violência se encontra diretamente relacionada à nossa capacidade de incorporar a perspectiva dos direitos humanos como elemento fundamental de todas as políticas, particularmente daquelas dirigidas aos jovens. As histórias de vida dos que ingressaram em grupos armados é quase que, invariavelmente, marcada por uma série de violações dos direitos humanos — muitos deles não tiveram qualquer acesso à educação, boa alimentação, habitação, assistência médica, segurança pessoal, proteção familiar ou a possibilidades de emprego. Em alguns casos, a gangue se torna o primeiro lugar em que eles se sentem respeitados e reconhecidos, em que podem encontrar diversão e ser protegidos por outros (apesar de toda a violência que os cerca).

Como *Nem guerra nem paz* revela, tentar voltar ao passado e usar apenas estratégias repressivas não vão funcionar. Em vez disso, é essencial ter políticas integradas e contínuas que possam construir um futuro mais positivo — políticas que cuidem da ausência de direitos básicos que inibe o desenvolvimento positivo dessas crianças. O respeito pelos direitos básicos para o desenvolvimento pleno de uma criança é um dos primeiros passos para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva. A situação descrita e analisada aqui deve ser entendida como uma convocação urgente para a ação, não apenas porque é preciso conter a violência dos grupos armados de jovens, mas também porque crianças e adolescentes necessitam ter seus direitos plenamente respeitados.

Paulo Pinheiro

Consultor Independente

Estudo sobre Violência contra Crianças do Secretário-Geral da ONU

NOTA DO AUTOR

Luke Dowdney

Durante este estudo ficou claro que, embora seja vantajoso comparar os grupos armados investigados e os seus membros, jovens e velhos, essas comparações devem ser feitas com certo cuidado. Sejam os *maras* da América Central ou as milícias étnicas da Nigéria, os grupos investigados neste estudo apresentam semelhanças de causalidade e função. Entretanto, tratar esses grupos ou as pessoas que os constituem apenas como entidades homogêneas seria problemático.

Embora sempre referidos como os “grupos armados” investigados, espero que os capítulos a seguir demonstrem que esses grupos são muito mais que isso e que, se entendidos através de apenas uma dimensão, essa categorização vai limitar muito a compreensão do leitor em relação à sua heterogeneidade. Apesar de perigosos, os grupos apresentados possuem certos atributos positivos para aqueles que pertencem a eles e, em alguns casos, até para os que não pertencem. Com frequência eles preenchem funções sociais, políticas e econômicas dentro das comunidades que dominam. Da mesma forma, a maior parte deles oferece a jovens excluídos um caminho rápido para alguma forma de pertencimento ou inclusão social, política ou econômica mesmo que limitada. Eles também oferecem estímulo e diversão em locais onde muitas vezes não há muito o que fazer. Contudo, eles são também estruturas violentas, usando armas de fogo como forma de progredir, armando menores e utilizando-os em confrontos armados.

Da mesma forma que os grupos compartilham semelhanças e diferenças, o mesmo acontece com seus membros. No interior de cada grupo, eles não formam uma unidade homogênea. As identidades múltiplas do jovem “membro de gangue”, *pandillero* ou empregado do tráfico de drogas não devem se perder em generalizações que sirvam o propósito de comparações e elaboração de políticas. Vítimas da violência nos ambientes em que são criados, eles próprios são também autores de atos de violência frequentemente brutais. Se formos representar corretamente as várias identidades e diversas ações desses jovens, não devemos vitimizá-los ou vilipendia-los.

Em todos os países, membros desses grupos compartilham de muitas experiências similares, e essas semelhanças são uma pista importante para entender suas motivações e realidades de trabalho. Embora não seja uma tarefa fácil, compreender essas diversidades e semelhanças inerentes é necessário. Pelo que sabemos, dois dos entrevistados foram mortos antes que o trabalho de campo para esse estudo fosse completado. Rudy,¹ um dos entrevistados e membro de uma Organização Voluntária Civil (CVO em inglês), foi morto num tiroteio entre sua CVO, forças do governo e a MILF² na província de Maguindanao, nas Filipinas, em 16 de dezembro de 2003. Sandra Sewell, um membro da Jungle 12, estudante universitária e ativista social, foi aparentemente baleada nas costas pela Força de Defesa Jamaicana em Kingston, em 19 de setembro de 2004. Devido a seu envolvimento com a violência armada organizada, milhares de outras crianças e jovens morreram durante este estudo. Se as comparações contextuais, a seguir, dos grupos armados organizados e do envolvimento dos jovens dentro deles forem, de alguma forma, úteis no tratamento desse problema crescente, então este estudo terá servido no seu propósito.

¹ Um pseudônimo.

² Frente de Libertação Islâmica Moro (MILF em inglês).

INTRODUÇÃO

RIO DE JANEIRO E MAIS LONGE

O estudo apresentado aqui é o resultado de um processo que começou há mais de quatro anos. De novembro de 2001 a agosto de 2002, o Viva Rio e o ISER realizaram uma pesquisa sobre a função de crianças e adolescentes nas quadrilhas de traficantes baseadas em favelas. Essa pesquisa levou à publicação de *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*.³

O estudo de caso no Rio de Janeiro foi importante por algumas razões: embora não se encontre em guerra, há no momento mais pessoas (e especificamente crianças) morrendo em decorrência do disparo de armas de pequeno porte na cidade do que em muitos conflitos armados de pouca dimensão em outros lugares⁴; embora elas não sejam grupos armados de orientação política, como os encontrados em muitas guerras civis, as quadrilhas de traficantes do Rio são uma presença territorial e paramilitar ostensivamente armada na maioria das favelas⁵ na cidade; e o tipo de armas leves e de pequeno porte, usado por todos os lados nos conflitos diários entre facções rivais e a polícia, é o mesmo encontrado em qualquer conflito civil.

A pesquisa original do Viva Rio discute a história, a estrutura e a organização das quadrilhas de traficantes, baseadas nas favelas do Rio de Janeiro. Ao fazer isso, as funções de crianças e adolescentes são apresentadas, e numerosas semelhanças entre as “crianças soldado” e as 5.000 crianças e adolescentes, trabalhando para as quadrilhas de traficantes, são apontadas. Essas semelhanças incluem: a dinâmica⁶ de recrutamento “voluntário”; idade (com foco sobre a faixa etária que vai de 15 a 17 anos); o trabalho dentro de uma estrutura hierárquica reforçado por ordens e punições; o pagamento por serviços; o recebimento de uma arma; o estado de prontidão vinte e quatro horas por dia; a sobrevivência numa realidade de matar ou morrer; crianças cada vez mais jovens sendo usadas em funções armadas; e o envolvimento em confrontos armados.⁷

Apesar dessas semelhanças, entretanto, o estudo conclui que a categorização de crianças que trabalham para quadrilhas como “crianças-soldado” seria problemática, já que o Rio de Janeiro não se encontra em estado de guerra; embora mantendo um certo grau de controle sociopolítico em muitas favelas, as quadrilhas de traficantes não têm objetivos políticos definidos nem interesse manifesto em substituir o Estado. Além disso, apesar de sua própria categorização como tal⁸, se classificarmos essas crianças como “soldados”, podemos estar legitimando os níveis já altos de

³ Dowdney, L.T, *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*, Viva Rio / ISER, 7 Letras, Rio de Janeiro, 2003. Cópias em formato PDF estão disponíveis em inglês, espanhol e português em www.coav.org.br, na seção “Artigos”.

⁴ Por exemplo, o Stockholm International Peace Research Institute estima que, de 1978 a 2000, um total de 39.000 pessoas morreram em decorrência do conflito civil na Colômbia. No mesmo período, um total de 49.913 pessoas morreram de disparos de armas de pequeno porte no município do Rio de Janeiro, Brasil (DATASUS - Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro). Ver Dowdney 2003: 114-117.

⁵ Áreas pobres.

⁶ Recrutamento voluntário refere-se, neste caso, a situações em que crianças podem estar optando por emprego em quadrilhas de traficante devido à falta de outras opções.

⁷ Dowdney 2003: 202-209

⁸ Há uma terminologia muito específica usada pelas quadrilhas de traficantes para certas posições de trabalho que se assemelham a um sistema de gradação. Uma delas é “soldado”.

força letal usados pelo Estado contra elas. O estudo observa que existem, também, muitas semelhanças entre crianças e jovens que trabalham para quadrilhas de traficantes e membros de gangues em centros urbanos, nos Estados Unidos e em outros lugares. Todavia, a estrutura de comando das quadrilhas de traficantes, os níveis de confrontos armados e o domínio e poder territorial sobre a população local apresentam uma semelhança longínqua com as noções tradicionais de “grupos de adolescentes da mesma idade”. Descrever menores que recebem armas de guerra e um salário, para andarem abertamente armados no interior de uma comunidade favelada em patrulhamento defensivo, como “delinqüentes juvenis” parece também inadequado.

Apesar de semelhanças com ambas as categorias semânticas, definições como “criança-soldado” ou “delinqüente” não representam corretamente o número crescente de crianças e jovens, no Rio de Janeiro e no mundo, que participam de grupos armados organizados, atuando fora das zonas de guerra tradicionalmente definidas. Intimidados a encontrar uma solução para esse problema, durante o “Seminário sobre Crianças Afetadas pela Violência Armada Organizada”, realizado pelo Viva Rio em setembro de 2002, os participantes⁹ internacionais concordaram sobre uma *definição de trabalho* para crianças e adolescentes que trabalham nas quadrilhas de traficantes, do Rio, e para aquelas em grupos armados semelhantes de outros lugares: *Crianças e Jovens na Violência Armada Organizada (COAV) – “Crianças e jovens empregados ou participantes da Violência Armada Organizada, em que haja elementos de uma estrutura de comando e poder sobre território, população ou recursos locais.”* Os participantes internacionais também notaram a importância de se registrar a ocorrência e comparar situações semelhantes desse problema em outros países.

Nesses contextos, as definições podem ser problemáticas, limitadoras e até perigosas, já que seu uso pode determinar o tratamento daquilo que elas buscam definir. Conseqüentemente, elas se tornam tão práticas quanto conceituais. Porém, definições são importantes porque através delas podemos começar a obter um entendimento melhor daquilo com que estamos lidando, e é apenas através desse processo que o “tratamento” pode ter sucesso. As definições, portanto, devem ser empregadas onde são necessárias, mas não vistas como verdades obrigatórias. Neste caso, uma definição de trabalho possibilitou o estabelecimento de parâmetros semânticos, para a comparação do envolvimento de crianças e jovens, na violência armada em diversos países, com os grupos armados apresentados aqui. O propósito principal dessa comparação é o “tratamento” do problema. Com um objetivo prático tão importante, este estudo evita fazer um julgamento moral com relação aos atos violentos e até homicidas de crianças e jovens na violência armada organizada. Ao discutir o envolvimento repressivo e freqüentemente letal das forças do Estado, dentro do universo descrito, o estudo tenta também fazê-lo sem inclinações morais. Aceitando a diversidade e heterogeneidade dos grupos investigados, os objetivos do estudo são:

- 1) Identificar regiões afetadas por COAV;
- 2) Aumentar o conhecimento sobre COAV e gerar novos dados sobre as manifestações do problema no país/região específica;
- 3) Compartilhar informações, identificar programas-piloto bem sucedidos e favorecer o desenvolvimento de programa para tratar o problema de COAV;
- 4) Criar capacidade de pesquisa com relação a COAV entre médicos/praticantes nas regiões afetadas;
- 5) Identificar as tendências de COAV em termos globais e de região específica;

⁹ Ver “Metodologia” para a lista completa de participantes.

- 6) Criar conscientização sobre COAV, a fim de que a situação seja reconhecida, mais bem compreendida e incluída na agenda de proteção às crianças;
- 7) Produzir diretrizes politicamente orientadas para elaboradores de políticas, no fórum internacional, a fim de implementar medidas práticas no tratamento do problema.

Na tentativa de se conseguir esses objetivos, este estudo é o resultado de parcerias com vários pesquisadores locais. O processo do estudo resultou também na criação de www.coav.org.br, um serviço de notícias atualizadas diariamente em inglês, espanhol e português que tem se concentrado em notícias, entrevistas, opiniões, exemplos de boas práticas de projetos e políticas relacionados a essa questão, desde julho de 2003.

Não há dúvida de que há lugar para mais estudos nessa área, talvez mais teóricos ou acadêmicos em seus objetivos e discursos. Aceitando suas limitações, este estudo visa ser um ponto de partida para a comparação dos grupos armados organizados e das crianças e dos jovens que os constituem. Essas comparações podem, enfim, necessitar ir mais longe se programas inovadores para o tratamento desse problema forem criados e implementados com sucesso.



Fotografia 1.1 - ‘Pandilleros’ armados, Honduras / Jha-Ja 2004.

‘Pandilleros’ da gangue Barrio 18 são protagonistas e vítimas da violência em Honduras. Isso pode ser comprovado nos sinais vistos nesta fotografia tirada por companheiros de gangue.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi originalmente planejada para ser um estudo¹⁰ de avaliação rápida, baseado em dados qualitativos, coletados dentro e fora de campo, e dados quantitativos relevantes sobre saúde pública quando possível. Embora a coleta de dados devesse originalmente ser completada em cinco meses, devido à natureza do grupo investigado, certas dificuldades de campo foram encontradas e, conseqüentemente, a coleta 12 meses para se completar. Todos os parceiros locais que coletaram dados têm uma longa história de experiência de campo, sem o que eles não teriam sido capazes de assegurar esses altos níveis de acesso aos grupos investigados. Em decorrência desses dois fatores, este estudo se tornou mais “profundo” do que o originalmente planejado.

Parâmetros semânticos: os parâmetros semânticos para estudos de caso de crianças e jovens em situação de violência armada organizada, a serem incluídos neste estudo, foram determinados por participantes do Seminário sobre Crianças Afetadas por Violência Armada Organizada, nos dias 9 e 10 de setembro de 2002, organizado pelo Viva Rio, no Rio de Janeiro, Brasil.¹¹ Um consenso majoritário foi alcançado sobre a categorização abaixo, a fim de que ela atue como uma definição de trabalho para crianças que não se encontram em situação de guerra e pertencem a grupos de violência armada.

Crianças e jovens¹² empregados, ou participando de outra forma, na Violência Armada Organizada, em que haja elementos de uma estrutura de comando e de poder sobre território, população ou recursos locais.

A definição de idade para “jovem” pode ser específica em cada país, entretanto, informantes deste estudo, envolvidos com grupos armados organizados, incluíam crianças com menos de 18

¹⁰ Scrimshaw, Susan & Elena Hurtado, Rapid assessment procedures for nutrition and primary health care: anthropological approaches to improving programme effectiveness, Reference series; v. 11 (UCLA Latin American Center Publications (Firm)); Tokyo: United Nations University; Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications, University of California, c1987.

¹¹ Nesse seminário, o Viva Rio apresentou resultados do estudo *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro* (Dowdney 2003). Os participantes do seminário incluíam organizações não governamentais e órgãos do governo brasileiro, como representantes do sistema de justiça juvenil do estado — incluindo o Departamento Geral Para Ações Sociais e Educacionais e o 2º Distrito Civil Para Adolescentes e Jovens — e as seguintes organizações não governamentais, fundações, representantes de governos estrangeiros e agências da ONU: Coalition to Stop the Use of Child Soldiers (CSC) - Regional and Colombian offices; Human Rights Watch; International Alert; Save the Children Sweden; Save the Children UK; DFAIT and CIDA of the Canadian Government; United Nations Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children in Armed Conflict; Quaker United Nations Office in Geneva; UNESCO Brazil; UNICEF – Regional Office for Latin America and the Caribbean; UNICEF – Brazil Office; International Action Network on Small Arms (IANSA); The Ford Foundation; World Vision; Association for the Reconstruction of Hope (Associação Reconstruindo a Esperança) Mozambique.

¹² A palavra “jovem” foi acrescentada à definição de trabalho, que originalmente incluía apenas “crianças”, na oficina de treinamento organizada pelo Viva Rio, no Rio de Janeiro, de 21 a 24 de julho de 2003, para pesquisadores que participaram deste estudo. Os participantes sentiram que era importante incluir a palavra “jovem”, a fim de representar pessoas jovens com mais de 18 anos que possam ter se envolvido com a violência armada organizada quando ainda eram menores, e para refletir o fato de que a maioria dos envolvidos nos grupos armados do tipo investigado aqui é, na verdade, composta por pessoas e não crianças.

anos e jovens com mais de 18, que haviam se envolvido quando ainda eram menores. “Empregado” pode ser entendido como envolvendo remuneração financeira ou outros tipos de pagamento “em mercadoria”. “Participação” inclui casos em que crianças ou jovens são envolvidos sem receber qualquer tipo de pagamento, embora tenham envolvimento funcional de algum tipo. “Poder sobre” é entendido como um certo nível de dominação sobre a população, o território ou os recursos locais. “Violência armada” se refere à violência que envolve especificamente o uso de armas leves e de pequeno porte (revólveres). “Violência armada” pode também incluir a ameaça de violência pelo uso de atores abertamente armados, a fim de solicitar controle/domínio, além de confrontos armados nos quais armas de fogo são disparadas.

Considerando-se essa definição de trabalho, e para os objetivos deste estudo, os casos a seguir não foram levados em conta para inclusão: situações de guerra declarada, em que as crianças envolvidas nos conflitos armados são categorizadas como “crianças-soldado”¹³; e indivíduos envolvidos com violência armada que não se reconhecem como pertencendo a um grupo com estrutura de comando e algum grau de poder sobre territórios, população ou recursos locais.

Seleção de estudos de caso: em abril de 2003, um “pedido de informação” foi enviado por *e-mail* para institutos de pesquisa, redes de proteção infantil, ONGs e agências internacionais do mundo todo, pedindo informações sobre o envolvimento de crianças, em grupos armados, que agem fora das situações tradicionalmente definidas como de “guerra”. Organizações locais dos seguintes países enviaram relatórios, indicando algum nível de envolvimento de menores com diversos tipos de grupos armados: EUA; Haiti; Jamaica; Colômbia; Guatemala; Honduras; El Salvador; Nicarágua; Angola; Serra Leoa; Nigéria; África do Sul; Filipinas; Rússia; e Irlanda do Norte. Essas informações foram analisadas por um grupo¹⁴ de trabalho, a fim de verificar até que ponto as situações apresentadas estavam dentro dos parâmetros semânticos deste estudo. Foram também feitas considerações com relação à severidade do problema, ao acesso potencial para os informantes, tanto adultos como menores trabalhando diretamente para os grupos, e à capacidade de pesquisa da organização parceira local. Os estudos de caso selecionados estão listados na Parte I. Os pesquisadores locais selecionados são apresentados através dos Relatórios de Países, na Parte V.

Oficina de treinamento: os parceiros de pesquisa selecionados foram convidados pelo Viva Rio para uma oficina de treinamento no Rio de Janeiro, de 21 a 24 de julho de 2003. A oficina tinha como objetivo: facilitar a troca de informações e propiciar a compreensão dos participantes sobre as

¹³ Estudos de caso de Organizações Voluntárias Cívicas (CVOs), que agem como exércitos particulares nas Filipinas, e *bandas delinquentes*, sob controle de grupos paramilitares, com bases urbanas em Medellín, na Colômbia, foram incluídos. Embora ainda inserindo-se na definição de trabalho, esses dois estudos de caso são em países em conflito armado e, em algumas situações, as crianças desses grupos podem também estar envolvidas nesses conflitos. Entretanto, tanto nas Filipinas quanto na Colômbia, os membros infantis desses grupos não são reconhecidos pelas autoridades como “crianças-soldado”.

¹⁴ Consistindo dos seguintes membros: Per Tamm, Regional Director, Latin America, Save the Children Sweden; Denise Stuckenbruck, Communications Officer, Latin America, Save the Children Sweden; Rubem César Fernandes, Executive Director, Viva Rio; Luke Dowdney, Programme Co-ordinator COAV, Viva Rio; Rebecca Peters, Director, IANSA; Michael Bochenek, Counsel, Children’s Rights Division, Human Rights Watch; Jo Becker, Advocacy Director, Children’s Rights Division, Human Rights Watch; Rachel Brett, Associate Representative, Human Rights and Refugees, Quaker United Nations Office; Lisa Monteiro, Coalition to Stop the Use of Child Soldiers; Massimo Toschi, Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict United Nations; Bart Vrolik, Programme Officer Latin America, Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict United Nations.

manifestações do problema específico de cada país; discutir os critérios que definem os estudos de caso de países para incluí-los na pesquisa; e chegar a um consenso sobre a coleta de dados, a metodologia de pesquisa e a redação de relatórios para o projeto. O Viva Rio apresentou aos participantes um planejamento metodológico qualitativo e quantitativo para o estudo, e a estrutura a seguir foi aprovada.

Estrutura Metodológica

Pesquisas anteriores provaram a necessidade de se usar diversas técnicas para se coletar dados relevantes para a violência armada. Portanto, a coleta local de dados incluiu uma combinação de fontes bibliográficas e de outros documentos, assim como outras formas de dados qualitativos e quantitativos primários e secundários indicados abaixo. Embora o alcance do estudo estivesse predefinido e predeterminado, a metodologia de coleta de dados inferiu adaptações para levar em conta a realidade local. A coleta de dados ocorreu de setembro de 2003 a agosto de 2004.

Coleta de dados qualitativa: o estudo foi realizado em três estágios, cada um correspondendo a um módulo de pesquisa, que culminaram na apresentação dos resultados locais, através de um relatório enviado por *e-mail* ao Viva Rio. A finalização dos três módulos compreendeu um Relatório de País completo. Cada Relatório de País foi editado pelo Viva Rio, a fim de fornecer um capítulo para esta publicação. Os Relatórios de Países completos podem ser encontrados em www.coav.org.br.

O **Módulo I** consistiu de um resumo contextualizado caracterizando a manifestação local de violência armada organizada. As variáveis de pesquisa para o Módulo I consistiram de tópicos definidos para os seguintes temas: perfil da área de estudo (país/cidade/comunidade); breve análise histórica da situação; grupo(s) armado(s) envolvido(s); estrutura de comando do(s) grupo(s) armado(s); relações entre grupo(s) e comunidade; papel do Estado nas atividades do grupo(s); atividades econômicas do grupo(s); envolvimento do grupo(s) em confrontos armados; outros. As fontes de dados exatos para a finalização desse módulo variaram em cada país, embora todos os pesquisadores locais utilizassem sempre que possível o que se segue: pesquisas publicadas; informações da mídia; relatórios policiais; entrevistas com adultos envolvidos em grupos armados / membros da comunidade não envolvidos com grupos armados / forças policiais e do Estado que são atores na situação / ex-membros de grupos armados; e observações dos participantes. A análise comparativa dos dados do Módulo I é apresentada na Parte I desta publicação.

O **Módulo II** consistiu de uma coleta de dados qualitativos por meio de entrevistas formais (semi-estruturadas) e informais com crianças e jovens envolvidos em grupos armados organizados. Os informantes foram abordados de maneira que tanto entrevistadores quanto informantes corressem um mínimo de risco. Todos os pesquisadores locais selecionados tinham experiência, em seus países, de trabalho com situações e temas semelhantes, e foi mantida uma descrição individual com relação à abordagem e à entrevista com os informantes.¹⁵

Os informantes tinham basicamente menos de 18 anos de idade, embora jovens mais velhos, com história de envolvimento datando da infância/adolescência, fossem também entrevistados. O gênero dos entrevistados tendeu a refletir a relação de gênero dos envolvidos, já que a maioria dos

¹⁵ Isso incluiu: negociar com adultos/líderes por meio de intermediários antes de falar com crianças e jovens; ser transparente para as crianças/comunidades sobre o estudo; entrevistar as crianças fora de suas comunidades ou em espaços neutros quando necessário; perguntar a elas se sua segurança não seria posta em risco; e ser cauteloso para não deixar as crianças emocionalmente vulneráveis por causa das perguntas.

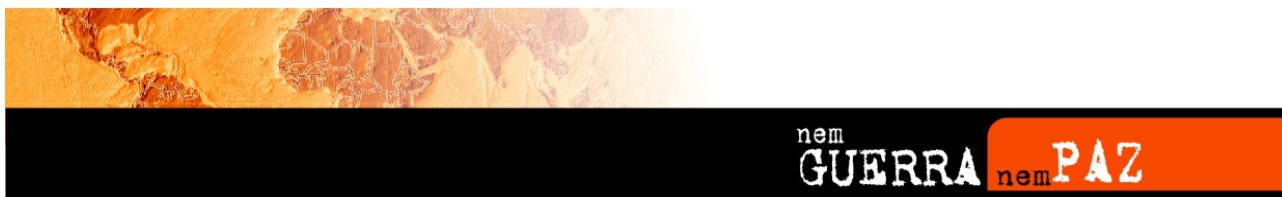
informantes foi selecionada ao acaso. O Viva Rio não estipulou um número específico de entrevistas formais ou não formais para ser realizado pelos pesquisadores locais. Entretanto, um mínimo de dez entrevistas não formais e formais foi conduzido em cada estudo de caso, perfazendo uma soma de 120 entrevistas no total de todos os estudos de caso. Como apresentado na tabela a seguir, 111 dos entrevistados eram homens e nove, mulheres.

País	Homens entrevistados	Mulheres entrevistados
Estados Unidos	12	2
El Salvador	10	2
Equador	10	2
Colômbia	10	1
Brasil	25	-
Jamaica	8	1
Nigéria	19	-
África do Sul	7	1
Filipinas	10	-
Total	111	9

As entrevistas formais não foram roteirizadas. Entretanto, a fim de facilitar as análises nos países, entrevistas semi-estruturadas seguiram tópicos definidos dentro das seguintes variáveis: História pessoal (familiar/educacional/econômica); Processo de envolvimento (incluindo idade; método de recrutamento; estágios de desenvolvimento; razões alegadas para o envolvimento); Funções de trabalho (incluindo a posição dentro da organização estrutural/hierárquica do grupo; função(s) realizada(s); pagamento); Violência armada (incluindo tipo de arma de fogo utilizada; arma comprada/roubada/dada; treinamento recebido; experiência em confrontos armados); e Perspectivas futuras (desejo do entrevistado de se manter envolvido no futuro). A análise comparativa dos dados no Módulo II é apresentada na Parte II desta publicação.

O **Módulo III** consistiu na indicação de políticas públicas importantes, especificamente planejadas ou sendo utilizadas para lidar com crianças e jovens, envolvidos com a violência armada organizada, nos países cobertos pelo estudo. As avaliações das políticas incluíram entrevistas com funcionários de governo locais quando possível. Os pesquisadores foram também orientados a enfatizar dois estudos de caso de boas práticas, envolvendo projetos (da sociedade civil/governo ou outros) que trabalham com o grupo-alvo em sua localidade. A avaliação dos projetos foi feita através de visitas de campo e entrevistas com as equipes e os beneficiários do projeto, baseadas nos seguintes indicadores: objetivos; metodologia; atividades; produção; e resultados. Os pesquisadores foram também orientados a fazer sugestões claras e realizáveis para melhoria das políticas/práticas em nível local. A análise comparativa dos dados do Módulo III é apresentada na Parte IV desta publicação.

Além da coleta de dados por parceiros locais nos países incluídos pelo estudo, informações relacionadas do mundo todo foram coletadas diariamente durante o estudo, através da Internet por três jornalistas profissionais, trabalhando na página www.coav.org.br, do Viva Rio, sobre crianças e jovens envolvidos com a violência armada organizada. Essas informações foram parcialmente utilizadas para este relatório e também exibidas diariamente, através de notícias na página em



inglês, espanhol e português. Durante todo o estudo, boletins eletrônicos foram enviados duas vezes por semana para um total de 7.959 assinantes em todo o mundo.¹⁶

Coleta de dados quantitativos: durante o estudo, parceiros locais e o Viva Rio coletaram estatísticas de saúde pública, relacionadas à mortalidade por causas externas (incluindo aquelas ligadas a armas de fogo) nas categorias utilizadas pela Organização Mundial de Saúde (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, décima revisão (ICD-10)), desagregadas por áreas geográficas relevantes (quando possível), gênero e faixa etária relevantes para o estudo. As categorias que foram incluídas para coleta de dados estão indicadas na Parte III.

Limitações: um estudo de caso de grupos armados, no Haiti, financiados pelo estado e politicamente orientados, conhecidos como organizações populares ou *chimera*, e de gangues criminosas baseadas na comunidade, chamadas de *zenglando*, ambos notoriamente armando adolescentes e utilizando seus serviços, foi incluído no processo de pesquisa. A pesquisa sobre esses grupos armados do Haiti foi, entretanto, descontinuada devido a ameaças de morte feitas ao pesquisador local e a preocupações com sua segurança.

O acesso a adolescentes armados, trabalhando supostamente em nome de grupos paramilitares na Irlanda do Norte, ou a membros de grupos paramilitares desejosos de comentar essa situação, não foi obtido e, em decorrência, esse estudo de caso não está incluído na análise comparativa.¹⁷ Um capítulo sobre a situação na Irlanda do Norte é, contudo, apresentado.

Embora as *maras* e *pandillas*, de Honduras, fossem investigadas e incluídas como um estudo de caso comparativo, as entrevistas com membros crianças e jovens ficaram limitadas, devido à falta de acesso causada pela grande repressão policial, de acordo com a política antegangue do governo. Por essa razão, embora adolescentes armados e *pandilleros* jovens fossem entrevistados e fotografados pelos pesquisadores, entrevistas não puderam ser gravadas e, conseqüentemente, não há depoimentos dos *pandilleros* hondurenhos na Parte II. Além disso, como a coleta de dados não foi terminada, não há um capítulo no relatório dos países sobre Honduras, na Parte V.

Houve também certas limitações, encontradas durante a coleta de dados quantitativos, que estão brevemente indicadas na Parte III.

¹⁶ Este foi o número total de assinantes registrado em dezembro de 2004.

¹⁷ Taxas de mortalidade ligadas a armas de fogo e outros dados quantitativos relacionados foram coletados por pesquisadores locais na Irlanda do Norte. Portanto, a Irlanda do Norte está incluída na análise comparativa dos dados relevantes de saúde pública na Parte III.

COMO USAR ESTE LIVRO

Esta publicação visa tratar questões relevantes para profissionais que trabalham em áreas relacionadas a crianças e jovens envolvidos com a violência armada organizada, estejam eles no setor público, acadêmico, privado ou organizado da sociedade civil. Em virtude das limitações de tempo que muitos profissionais encontram em sua rotina de trabalho, a publicação foi estruturada em formato prático e fácil de usar.

As Partes I-IV estão baseadas na análise comparativa de variáveis¹⁸ de pesquisa, de todos os grupos armados investigados, nos diferentes países cobertos por este estudo. Assim, as Partes I-IV visam identificar semelhanças e diferenças nos grupos estudados e em seus membros crianças e jovens entrevistados, assim como encontrar tendências comuns nas políticas elaboradas ou utilizadas para tratar do problema. Para uma compreensão total do tema investigado, os capítulos devem ser lidos consecutivamente. Entretanto, o leitor pode preferir ler apenas alguns capítulos, dependendo de interesses particulares em uma ou mais das variáveis de pesquisa tratadas aqui. Quando as variáveis de pesquisa precisam ser inter-relacionadas para melhor compreensão de certos tópicos nelas, notas de rodapé, como “Ver ‘Áreas de perfil de estudo’”, vão direcionar o leitor para o capítulo necessário.

A Parte V consiste de Relatórios de Países, escritos por parceiros locais de pesquisa, que fornecem uma apresentação mais completa de cada estudo de caso. Não é necessário ler a Parte V para se obter uma compreensão adequada da análise comparativa, apresentada nas Partes I-IV, e das conclusões e recomendações apresentadas na Parte VI. O leitor pode escolher ler um ou alguns dos capítulos da Parte V que sejam de interesse pessoal ou profissional. Entretanto, ler todos ou alguns dos capítulos da Parte V vai aumentar consideravelmente a compreensão do leitor sobre o tema investigado. Por razões logísticas, os capítulos da Parte V são versões resumidas dos Relatórios de Países completos, que podem ser encontrados em sua totalidade em www.coav.org.br.

A Parte VI apresenta as conclusões do estudo. Ela faz também algumas recomendações de cunho político e prático, para os diversos atores que trabalham tratando do problema de crianças e jovens, envolvidos com a violência armada organizada em suas diversas, porém relacionadas, manifestações.

¹⁸ Ver “Metodologia”.

PARTE I

GRUPOS ARMADOS ORGANIZADOS

A fim de melhor compreender a participação de crianças na violência armada organizada, é imperativo entender mais os grupos aos quais eles pertencem.

Esta seção discute os grupos armados envolvidos neste estudo, a fim de salientar semelhanças e diferenças importantes nas variáveis de pesquisa investigadas.¹ Usando-se a definição de trabalho de violência armada organizada,² uma tipologia dos grupos armados organizados investigados durante este estudo é apresentada. Sugere-se então que, apesar de certas diferenças claras em sua estrutura e função organizacionais — e no domínio sobre território, população e recursos — existem certos fatores de risco externos compartilhados que são predominantes para o surgimento e domínio contínuo dos grupos armados de Tipos 1, 2 e 3.

Os grupos investigados para este estudo variam de gangues de jovens informalmente organizadas, e parcialmente armadas, a milícias e organizações paramilitares fortemente armadas. Em graus variados, todos os grupos satisfazem os critérios de definição de violência armada organizada, indicados na definição de trabalho. Os seguintes grupos de dez países foram investigados.

Brasil — Quadrilhas territorialmente definidas de traficantes de drogas que dominam comunidades pobres, ou favelas, no Rio de Janeiro. As principais sendo Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos (ADA).³

Colômbia — Grupos criminosos territoriais que operam em comunidades pobres, ou *comunas*, na cidade de Medellín, conhecidas como *bandas delincuentes*, que trabalham ou estão subordinadas a organizações paramilitares baseadas em cidades, como o Bloques Cacique Nutibara (BCN) e o Bloque Metro, ou a grupos de traficantes de drogas, conhecidos como narcotraficantes. O estudo trata da sinergia entre esses três grupos distintos, embora mutuamente envolvidos, entrevistando crianças dos paramilitares urbanos e das *bandas delincuentes*.

Equador — Gangues urbanas locais e territoriais de jovens, informalmente organizadas, conhecidas como *pandillas*, e gangues de jovens, hierárquicas e altamente organizadas, que existem em nível nacional, conhecidas como *naciones*.

El Salvador e Honduras — Gangues organizadas territoriais de jovens, conhecidas como *maras* ou *pandillas*, que se originaram em Los Angeles entre a população de imigrantes salvadorenhos, mas que

¹ Ver “Metodologia”.

² Ver “Parâmetros semânticos”.

³ Quando relevante, dados coligidos durante o estudo do Viva Rio, *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*, Dowdney, L.T., Viva Rio/ISER, 7 Letras, Rio de Janeiro, 2003, foram usados para a análise comparativa apresentada nas Partes I-IV e na Parte VI. Todas as referências a “Dowdney 2003” referem-se a essa publicação.



se estabeleceram em centros urbanos nesses dois países (e em outros da América Central e mais além). As duas *pandillas* focalizadas aqui foram: *Mara Salvatrucha 13* (MS) e *Barrio 18*.

Jamaica — Grupos territoriais baseados em comunidades de áreas pobres, em Kingston e Spanish Town, conhecidos como *area gangs*, que têm suas raízes no apoio e na violência políticos que caracterizaram a política eleitoral nas décadas de 1960, 70 e 80, mas que se tornaram cada vez mais envolvidos com atividades criminosas. A participação de crianças e jovens em *corner gangs*, menos organizadas, e em pequenos grupos armados freqüentemente envolvidos com a criminalidade de rua, é também investigada.

Nigéria — Grupos vigilantes armados, como os *Bakassi Boys*, e milícias étnicas, como os *Egbesu Boys* e o *Oodua Peoples Congress (OPC)*. Esses grupos têm surgido em áreas do país geográfica e etnicamente distintas, com mais notoriedade desde a implementação do governo democrático, em maio de 1999, e existem como expressão de autonomia local ou étnica em relação às forças do Estado.

Filipinas — Grupos vigilantes civis conhecidos como Organizações Voluntárias Civis (CVOs em inglês), legalmente estabelecidos na década de 1980 como grupos de proteção comunitária de auto-ajuda. O estudo focaliza as CVOs que vêm sendo armadas e usadas como exércitos particulares, por políticos locais e poderosos líderes tradicionais da província de Maguindanao.

África do Sul — Gangues criminosas de rua, formadas de mestiços,⁴ em Cape Flats (Cidade do Cabo), que têm sido uma característica das comunidades mestiças por mais de 50 anos e que estão alinhadas com as gangues de prisão, conhecidas como “números”. O estudo focaliza os *Americans*, alinhados com a gangue de prisão 26, e os *Hard Livings*, alinhados com a 28.

EUA — Gangues de rua institucionalizadas⁵, em Chicago, que têm estado presentes em comunidades urbanas pobres de negros e hispânicos por mais de 50 anos. Elas incluem: *The Conservative Vice Lord Nation (CVLN)*; *The Black Gangster Disciples*; *The Black P. Stone Nation*; and *The Almighty Latin Kings and Queens Nation (ALKQN)*.

Usando-se as variáveis de pesquisa consideradas, a tabela abaixo resume as semelhanças e diferenças encontradas ao se comparar esses grupos. O significado desta comparação é explicado por variável e por tema nos capítulos da Parte I a seguir.

⁴ O termo “mestiço” é usado para descrever pessoas de etnias misturadas (isto é, que não são de linhagem africana, asiática ou europeia pura) e foi utilizado pelo governo do *apartheid*, embora continue a ser empregado hoje. De acordo com censo nacional sul-africano de 2000, os mestiços constituem 9% da população do país.

⁵ “Embora certas gangues comecem como grupos de adolescentes da mesma idade sem supervisão, e a maioria permaneça assim, algumas se institucionalizam em bairros, favelas, guetos e prisões. Muitas vezes, essas gangues se tornam empresas de negócios dentro da economia informal, e algumas estão ligadas a cartéis criminosos internacionais. A maioria das gangues compartilha uma identidade racial ou étnica e uma cultura de oposição difundida pela mídia. As gangues mantêm laços variáveis com instituições convencionais e, em certas condições, assumem papéis sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos ou militares”. In Hagedorn, John, edited, “Gangs in Late Modernity” in *Gangs in the Global City*. University of Illinois Press. No prelo.



Tabela 1.1 – Comparação de grupos armados

	Data de origem	Tipo na origem e agora	Urbano / Rural	Tipo de estrutura de comando	Número estimado de membros / todas as idades	Nível de organização	Ligações organizacionais com o sistema prisional	Utilização de pena de morte dentro do grupo	Categoria p/ a dominação comunitária	Envolvimento de estado	Principais atividades econômicas	Membros assalariados	Tipo de violência armada
Chicago, USA	Século 19	PEF / 3	U	F0 / IH	750.000 em todo EUA	L / N	sim	sim	1	indireto	D / C	não	RI / T / IN
El Salvador													
Maras e pandillas	Década de 1980	PEF / 3	U	PH	10-30.000 em El Salvador	L / N / I	sim	sim	1	indireto	D / C	não	RI / T
Honduras													
Maras e pandillas	Década de 1980	PEF / 3	U	PH	-	L / N / I	sim	sim	1	indireto	D / C	não	RI / T
Ecuador													
Pandillas	Década de 1980	APG / 3	U	IH	65.000 em 1.050 do dois grupos em Guayaquil	L	não	não	1	indireto	D / C	não	RI / T
Nações	Década de 1990	APG / 3	U	PH		N	sim	sim	1	indireto	D / C	não	RI / T
Medellin, Colombia													
Grupos delinquentes	Década de 1970	C / 2	U	PH	10.000 atores armados de todas as	L	sim	sim	2	indireto	D / C / PE / NL	-	FCE / T / VES
Narco traficantes	Década de 1970	C / 3	U	PH	tipos de grupos na cidade de Medellin	L / N / I	sim	sim	2	indireto	D / C / PE / NL	sim	FCE / T / VES
Grupos paramilitares (urbanos)	Dominante em Medellin pós 2000	P / 1	U	PH		L / N	sim	sim	2	-	D / C / PE / NL	sim	FCE / RI / T / VES
Rio de Janeiro, Brasil													
Fações de drogas	Década de 1970	C / 1	U	PH (em nível local)	10.000 em todas as fações de drogas da cidade	L	sim	sim	2	indireto	D / C / PE / NL	sim	FCE / RI / T / IN / VES
Kingston, Jamaica													
Gangues locais	1940	P / 1	U	IH	6- 10.000 dos dois grupos na área metropolitana	L	sim	sim	1	direto	C / PE / PP	-	T / RI / VES
Gangues periféricas	-	PF	U	IH		L	não	sim	1	indireto	C	não	T / RI
Nigeria													
Bakassi Boys	Prevalente após independência	V / 1	U	PH	3.500 em todos Estados do Oeste	R (sudeste da Nigéria)	não	sim	2	direto	PE / PP	sim	VES
OPC	independência em 1999	PEF / 1	RV	PH	-	R (sudeste da Nigéria)	não	sim	2	direto	PE / C / PP	sim	EC / T / VES
Garatos de Egbessu		PEF, PCF / 1	RV	PH	5.000	R (Delta do Niger)	não	sim	2	direto	PE / C	-	FCE / EC / T / VES
África do Sul													
Gangues de rua institucionais	Finais de 1940	PCF / 3	U	PH / IH	5.000 em Manenberg	L	sim	sim	1	indireto	D / C / NL	sim/ não	RI / T / IN
Filipinas													
CVO como exércitos privados	CVO 's fundadas em 1980 mas o sistema data / exércitos privados centenas de anos atrás	V / 1	RV	PH	8- 16.000 em Manguindanao mas nem todos CVOs são usados como armas privadas	L/N	não	sim	2	direto	D / C / PE / NL	sim	FCE / CFE / RI / EC / VES

LEGENDA			
GC - Grupo de Colegas	IN- Interno	FP- Formação protetora	U- Urbano
FCE - Forças contra o estado	L- Local	PH- Pirâmide hierárquica com sistema de ranking	V- Vigilante
C - Criminal	NL- Negócios legais	PP- Patrocínio político	VES - Vigilantes/ Execução sumária
D - Drogas	N - Nacional	R- Regional	CCE- Com Forças estatais
EC - Etnia ou Clã	P - Político	RI- Rivalidade	1- veja "Relações com a Comunidade"
OF - Organizações formais ou estruturas corporativas	FOP- Formação da comunidade protetora	CR- Cidades rurais	2- veja "Relações com a comunidade"
I - Internacional	P/E- Proteção/ Extorção	T- Territorial	
HI- Estrutura horizontal e informal com ramificações locais descentralizadas	FPE- Formação de proteção étnica	Tipos 1,2,3- veja "Tipologia de grupos armados investigados"	

* Download 2003-51

PERFIL DAS ÁREAS DE ESTUDO

A tabela abaixo apresenta certas variáveis comparáveis para países e municípios envolvidos neste estudo.

Tabela 1.2 – Perfis de Áreas de Estudo

Pais/Municipalidade	População	% Urbana	IDH	% abaixo do nível de pobreza	Renda per capita	Índice de Alfabetização	Média de anos de estudo	% da população com acesso à água e tratamento de esgoto	Expectativa de vida	% de desemprego
USA	282.230.000	76,1	0,937	-	US\$29.240,00	97,0	16,0	100	86,0	-
Chicago	2.896.016	-	-	-	-	-	-	-	-	6,0
El Salvador	3.786.000	77,3	0,704	45,0	US\$1.850,00(1998)	80,4	5,1	82	69,7	9,2
San Salvador	479.605	-	0,765	-	-	90,7	-	-	71,4	7,9
Apopa	171.833	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mejicanos	189.392	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Tecla	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Honduras	7.078.832	53,6	0,667	44,4	US\$ 740,00 (1998)	71,0	-	75	73,0	8,2
Tegucigalpa	819.867	-	-	-	-	-	-	-	-	-
San Pedro Sula	483.384	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecuador	12.810.00	62,0	0,731	52,3	US\$1.520,00(1998)	92,0	-	86	71,0	9,2
Guayaquil	2.117.553	-	-	-	-	-	-	-	-	9,5
Colômbia	43.778.020	76,0	0,779	26,5	US\$2.470,00(1998)	85,0	9,0	86	72,2	19,7
Medelin	2.839.000	-	0,791	-	-	-	8,5	-	-	20,0
Brasil	170.406.000	81,1	0,777	23,7	US\$2.582,59(2002)	86,4	7,5	76	68,0	10,5
Rio de Janeiro	5.897.485	-	0,816	-	-	-	8,5	-	-	9,7
Jamaica	2.638.800	56,6	0,757	13,3	US\$1.740,00(1998)	86,7	8,6	99	75,5	15,0
Kingston	103.962	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nigéria	120.911.000	47,0	0,463	90,8	US\$ 300,00(1998)	59,0	-	54	45,0	-
Sudoeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Niger Delta	11.544.000	-	-	-	-	16,0	-	-	46,0	-
África do Sul	46.429.823	50,4	0,684	14,5	US\$3.310,00(1998)	83,0	-	87	43,0	28,2
Cape Flats	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cape Town	987.007	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filipinas	75.653.000	58,9	0,751	46,4	US\$1.050,00(1998)	90,0	7,9	83	74,0	12,6
Provincia de Maguindanao	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: UNDP; Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho, Unicef, International Development Bank Cálculos Subdirección de Análisis Sectorial SED, com base em el Sistema de Matricula, ENH y DAPDPanorama Social de América Latina Secretaría da Fazenda de Bogotá.

N.B. Todos os dados das fontes acima se referem aos anos de 1999 a 2002.



A Tabela 1.2 revela claramente grandes diferenças entre países e municípios nos quais os grupos armados investigados operam. As populações são diversas tanto no tamanho quanto na porcentagem que vive nas áreas urbanas/rurais. Alguns países registram níveis de desenvolvimento altos e outros, extremamente baixos. Há também grande diversidade entre os níveis de pobreza e educação, de acesso à água e esgoto, de alfabetização, desemprego e de expectativa de vida entre as populações dessas localidades.

Embora a tabela acima dê uma impressão dos países e dos centros urbanos nos quais a violência armada organizada ocorre, deve-se notar que o problema não afeta esses países ou mesmo suas cidades de uma maneira uniforme. Nos centros urbanos, a violência armada organizada tende a ser específica de bairros ou comunidades e não afeta a população da cidade ou do país igualmente. Onde o problema inclui áreas rurais, como é o caso dos *Egbesu Boys*, no delta do Níger, ou das CVOs, na província de Maguindanao, a atividade dos grupos tende a ser específica para demarcar áreas como aldeias ou províncias locais. A Tabela 1.3 abaixo apresenta os tipos de áreas onde os grupos armados investigados são manifestos e, quando possível, a localização exata do estudo para cada país.

Apesar de sua diversidade geográfica óbvia, os temas a seguir são comuns a todas ou à maioria das áreas onde os grupos armados investigados estão presentes.

Ambientes urbanos marginalizados e subdesenvolvidos: com a exceção dos estudos de caso nas Filipinas e na Nigéria, os grupos armados investigados são todos de cenários urbanos. Além disso, esses grupos são específicos de certas áreas dentro de centros urbanos, de zonas socioeconomicamente marginalizadas, diferentes das cidades que as cercam, com nomes como favelas, *comunas*, *colonias*, distritos ou guetos. As populações locais das áreas de estudo em Medellín, São Salvador, Lagos, Rio de Janeiro, Guayaquil e Cidade do Cabo são originalmente compostas por uma alta porcentagem de migrantes urbanos que chegam em busca de trabalho. A migração rápida resultou em habitações não planejadas e muitas vezes provisórias, em locais que não eram legalizados e careciam de infra-estrutura urbana suficiente. Em muitos casos, essas comunidades continuam sendo subdesenvolvidas hoje e diferenciadas dos bairros vizinhos, devido a serviços públicos inadequados. Esses enclaves de pobreza são também encontrados em Chicago, onde muitos bairros permanecem racialmente divididos e a pobreza está concentrada nos guetos afro-americanos. Em North Lawndale, por exemplo, a população é composta de 99% de afro-americanos e mais da metade das crianças da área vivem na pobreza.⁶

Nas áreas rurais das Filipinas e da Nigéria, onde os grupos armados agem, a pobreza também é extremamente predominante; Maguindanao é uma das províncias mais pobres das Filipinas, ocupando a 73ª posição num total de 77, em 2000,⁷ e a Nigéria registrou a pobreza de 90,8% da população, em 2002.⁸

6 Censo dos EUA de 2000, citado por Hagedorn. John M., “Institutionalised Gangs and Violence in Chicago” (2005), University of Illinois-Chicago, Great Cities Institute, at www.coav.org.br.

⁷ Estatísticas tiradas, da p. 9, da Avaliação Social das Áreas Afetadas por Conflito em Mindanao, Unidade de Desenvolvimento Ambiental e Social, Banco Mundial para o Leste da Ásia e Região do Pacífico, 2003, citado por Camacho, Agnes Z.V. & Puzon, Marco P. & Ortega, Yasmin P., “Children and Youth in Organised Armed Violence in the Philippines: Contextualisation, Personal Histories and Policy Options” (2005), Centro de Programas de Traumas Psicossociais e Direitos Humanos para Estudos de Integração e Desenvolvimento, da University of the Philippines, at www.coav.org.br.

⁸ Banco Mundial.

Alta densidade populacional: em muitos dos cenários urbanos mencionados acima, a densidade populacional é alta. Por exemplo, no distrito Zona Um, de Medellín, onde algumas das comunas dominadas pelos grupos armados estão situadas, há uma média de um morador por metro quadrado.

Tabela 1.3 – Localização das Áreas de Estudo

Tipo de Grupo Armado Estudado	País	Estado/ Cidade / Outros	Tipo de localidade onde grupos armados são presentes	Localidades específicas focalizadas durante trabalho de campo
Gangues de rua institucionais	USA	Chicago	Bairros urbanos Afro-Americanos e Hispânicos ou “guetos”	Bairros do leste de Chicago: Lawndale; Garfield Park; Humboldt Park; Roseland; Logan Square; e o Back of the Yards
Maras e Pandillas	El Salvador	Municípios de San Salvador, Apopa, Mejicanos, Soyapango e Santa Tecla	Bairros Urbanos	Colonia la Chacra, Colonia Dina, Colonia Zacamil, La Morazán
Maras e Pandillas	Honduras	Municípios de Tegucigalpa e São Pedro Sula	Vizinhanças urbanas conhecidas como bairros	Tegucigalpa, San Pedro Sula
Pandillas e Nações	Equador	Guayaquil	Áreas Urbanas	El Guasmo, Isla Trintaria, Bastion Popular
Paramilitares, Narcotraficantes, e bandas delinquentes	Colômbia	Medellín	Favelas urbanas conhecidas como comuna	*
Facções de Drogas	Brasil	Rio de Janeiro	Favelas Urbanas	*
Gangues da área e gangues periféricas	Jamaica	Kingston	Bairros do interior	August Town, Craig Town e Spanish Town.
Milícias étnicas e grupos vigilantes	Nigéria	Sudeste, sudoeste e Delta do Niger	Centros urbanos (embora os Egbesu Boys também operam em áreas rurais).	Lagos, Alba, Porto Harciurt, Yenagua e Warri.
Gangues de rua institucionalizadas	África do Sul	Cape Flats, Cape Town	Áreas urbanas que consistem de construções do governo conhecidas como “município de cor” devido aos habitantes serem pessoas de cor	Manenberg e Rio do Elsie
Organizações de Voluntários da Comunidade como exército privado	Filipinas	Provincia de Maguindanao	Cidades rurais	*



No distrito mais abastado da Zona 5, entretanto, há o equivalente a um morador por cada 11 metros quadrados de terra.⁹ Um cenário semelhante é encontrado em El Salvador, onde a média nacional de densidade populacional, de 309 habitantes por quilômetro quadrado, compara-se favoravelmente a algumas das áreas mais pobres da capital da cidade, onde as *maras* são uma presença forte.¹⁰ Em Cuscatancingo, por exemplo, a densidade populacional está em 18.777 habitantes por quilômetro quadrado.

Alta porcentagem de menores e jovens na população local: devido à falta de informações disponíveis, não foi possível analisar estatísticas demográficas relativas a muitas das comunidades cobertas neste estudo. As estatísticas relevantes que se encontravam disponíveis, entretanto, demonstram que, em muitos dos cenários onde os grupos armados operam, há uma alta porcentagem de menores e jovens na população local. Por exemplo, El Salvador possui uma população notadamente jovem, 44% com menos de 18 anos de idade.¹¹ Em 2001, 28,6% dos jamaicanos se encontravam na faixa etária de 0 a 14 anos e 20,1%, na que vai dos 15 aos 24 anos,¹² perfazendo um total de 48,7% da população com menos de 24 anos de idade. De acordo com o UNICEF, cerca de 971.000 jamaicanos tinham menos de 18 anos em 2002.¹³

Grande expectativa em relação a trabalho para menores, apesar de um nível relativamente alto de desemprego entre os jovens: em muitos dos cenários onde os grupos armados foram investigados, existe grande expectativa entre as famílias dos bairros pobres de que adolescentes e jovens trabalhem. Os jovens constituem freqüentemente uma parte significativa da força de trabalho formal e informal. Entretanto, o desemprego entre eles permanece alto e muitas vezes desproporcional a outros setores da sociedade. Por exemplo, em Honduras, durante o ano de 2002, o desemprego nacional estava em 6,2% (urbano) e 6,3% (rural), embora o desemprego entre jovens de 15 a 29 anos estivesse em 9,8%.¹⁴ Na área metropolitana de San Salvador, durante o ano de 2002, 46.640 crianças e jovens, de 12 a 19 anos de idade, o equivalente a 12% dessa faixa etária, estavam empregados.¹⁵ No mesmo ano, a faixa etária de 15 a 29 anos se encontrava muito afetada pelo desemprego.¹⁶ Em Medellín foram registrados níveis extremamente altos de desemprego para a população em geral. O desemprego ficou em 24% em 2000¹⁷, embora tenha subseqüentemente caído para 20% em 2003.

⁹ Ver Ramirez., Ivan, “Medellin: The Invisible Children of the Social and Armed Conflict” (2005), Coalición Contra la Vinculación de Niños, Niñas y Jóvenes al Conflicto Armado en Colombia, at www.coav.org.br.

¹⁰ Dirección General de Estadística y Censos (DIGESTYC) (2003). *Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples del año 2002* (EHPM). São Salvador: Ministério da Economia de El Salvador, citado por Dirección General de Estadística y Censos (DIGESTYC) (2003). *Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples del año 2002* (EHPM).

¹¹ Ibid.

¹² Perspectivas para a População Mundial, Nações Unidas, Nova York, 2002.

¹³ UNICEF http://www.unicef.org/infobycountry/jamaica_statistics.html

¹⁴ ILO/CINTERFOR: Jóvenes y empleo en los noventa, Montevideo, 2001.

¹⁵ Dirección General de Estadística y Censos (DIGESTYC) (2003). *Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples del año 2002* (EHPM). San Salvador: Ministerio da Economia de El Salvador, citado por Carranza., Marlon, “Detention or death: where the ‘pandillero’ kids of El Salvador are heading” (2005), Universidad Centroamericana José Simeón Cañas / Instituto Universitario de Opinión Pública (IUOP), at www.coav.org.br.

¹⁶ Ibid

¹⁷ Gobernación de Antioquia. Planeación Departamental. Anuario Estadístico, 2000, citado por Ramirez (2005).



Níveis baixos de educação entre a população local, incluindo os jovens: várias cidades e países focalizados para este estudo registram níveis notavelmente baixos de escolaridade entre os jovens. Em Honduras, até 1998, por exemplo, apenas cerca de 9,3% da faixa etária de 15 a 24 anos tinha completado a educação de nível secundário ou mais.¹⁸ De acordo com o censo de 2000, na província de Maguindanao, nas Filipinas, apenas 42% da população local havia freqüentado ou completado a educação básica e apenas 18% o segundo grau.¹⁹ No município do Rio de Janeiro, em 2000, 42% (1.243.068) da faixa etária (2.616.399) de 15 a 24 anos não conseguiram terminar o primeiro grau.²⁰

Os capítulos seguintes da Parte I vão fornecer um quadro mais amplo do tipo de cenário em que os grupos armados investigados agem. Contudo, dessa breve descrição das localidades que eles dominam, já surge um padrão. Como esboçado acima, as áreas afetadas pela violência armada organizada, em todas as suas formas, parecem ser enclaves urbanos de pobreza que são subdesenvolvidos, distantes do Estado, devido a políticas diferenciadas e à pouca oferta de serviços públicos, e densamente povoadas. Além disso, essas áreas costumam estar em cidades ou países que possuem populações constituídas de uma porcentagem muito alta de adolescentes e jovens, onde o trabalho adolescente nos mercados formal e informal é comum, apesar dos níveis desproporcionalmente altos de desemprego e do baixo nível de escolaridade entre esse grupo. Embora num cenário rural, áreas das Filipinas e da Nigéria, dominadas pelas CVOs e pela milícia étnica respectivamente, compartilham também muitas dessas características.

¹⁸ ILO/CINTERFOR: Jóvenes y empleo en los noventa, Montevideu, 2001.

¹⁹ Estatística retirada de notas para a imprensa, de 2002, Secretaria Nacional de Estatísticas, Resultados do Censo Populacional e Habitacional de 2000, lançado em 1º de outubro de 2002, citado por Camacho., Agnes Z.V. & Puzon, Marco P. & Ortega, Yasmin P., “Children and Youth in Organised Armed Violence in the Philippines: Contextualisation, Personal Histories and Policy Options” (2005), Centro de Programas de Traumas Psicossociais e Direitos Humanos para Estudos de Integração e Desenvolvimento, disponível em www.coav.org.br.

²⁰ IBGE – Censo Demográfico 2000, INEP – Censo Educacional 2002.

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

As seguintes semelhanças relacionadas ao estabelecimento e à história desses grupos investigados foram encontradas:

- **.Os grupos armados investigados têm uma história de longo ou médio prazo.**

Em seis dos dez países envolvidos no estudo, os grupos investigados originaram-se antes ou durante a década de 1970. Por exemplo, as gangues de mestiços da África do Sul têm sido uma característica importante nas comunidades mestiças de Cape Flats, desde a década de 1940. As gangues de “números”, das prisões, também na África do Sul, têm suas origens nos *Ninevites*, uma gangue zulu que agia na virada do século passado. O Comando Vermelho, a primeira e maior facção de traficantes de droga do Rio de Janeiro, foi originalmente formada por prisioneiros da prisão de segurança máxima Cândido Mendes, durante a década de 1970²¹, e vem dominando cerca de 60% das favelas na cidade desde meados da década de 1980.²² Embora as CVOs não existissem nas Filipinas até a década de 1980, as raízes do seu uso como exércitos privados por políticos locais e líderes de clãs podem ser encontradas no sistema²³ *datu*, que data de centenas de anos.

Em três dos países envolvidos no estudo, os grupos investigados originaram-se na década de 1980. Embora alguns declarem que a chegada de *maras* e *pandillas* em El Salvador se deu com a deportação dos Estados Unidos, depois de 1992,²⁴ de membros de gangues salvadorenhas, as gangues de jovens já existiam no país durante a década de 1980. As *pandillas* de jovens estavam presentes em Honduras e no Equador desde os anos 80.

Os únicos grupos investigados que possuem uma história relativamente recente são a milícia étnica e os grupos vigilantes da Nigéria, que começaram a surgir depois de 1994 e têm sido especialmente predominantes desde 1999, quando o governo democrático foi estabelecido.

- **Em oito dos países cobertos por este estudo, os grupos armados investigados não possuem origens criminais.**

Em graus variados, todos os grupos apresentados neste relatório estão atualmente envolvidos com atividades criminais. Entretanto, em oito dos dez países envolvidos neste estudo, os grupos armados investigados não possuem origens criminosas. Por exemplo, tanto as gangues mestiças de Cape Flats e as gangues de negros e de hispânicos, encontradas nos guetos de Chicago,

²¹ Dowdney 2003:29.

²² Dowdney 2003:265.

²³ Uma estrutura sociopolítica tradicional baseada no parentesco, ver Camacho., Agnes Z.V. & Puzon, Marco P. & Ortega, Yasmin P., “Children and Youth in Organised Armed Violence in the Philippines: Contextualisation, Personal Histories and Policy Options” (2005), Centro de Programas de Traumas Psicossociais e Direitos Humanos para Estudos de Integração e Desenvolvimento, disponível em www.coav.org.br.

²⁴ A Guerra civil em El Salvador durou de 1980 até 1992, e muitos salvadorenhas receberam asilo político nos Estados Unidos durante esse período.



eram originalmente formações desarmadas de proteção à vizinhança. As gangues mestiças da África do Sul foram formadas para rechaçar *skollies* (criminosos errantes) e as gangues de rua hispânicas, dos EUA, foram criadas para a proteção de imigrantes recém-chegados, durante a década de 1950, e raramente usavam armas de fogo durante esse período. Os *Vice Lord Nations*, originalmente conhecidos como *Vice Lords*, adotaram esse nome em parte por causa de uma orientação “conservadora” com relação à sua comunidade. Durante a década de 1970, isso incluiu o estabelecimento de negócios legais, numerosos projetos sociais e centros de recreação, e eles recebiam até doações de fundações privadas e do governo.

As *pandillas* do Equador originaram-se no início da década de 1980 como ajuntamentos de adolescentes em espaços públicos, que se vestiam de certa forma e iam a festas com música ou bailes.

Os *Bakassi Boys* foram criados no final da década de 1990 por comerciantes para combater o crime em Aba, depois de uma série de roubos armados no mercado da cidade, e por um sentimento entre os moradores de que as forças de segurança do governo não eram eficientes. Da mesma forma, as CVOs das Filipinas foram originalmente criadas na década de 1980, como grupos de autoproteção legalmente definidos.

Em dois dos países envolvidos no estudo, os grupos investigados eram armados e criminosos em sua origem. O Comando Vermelho do Rio de Janeiro foi inicialmente formado por prisioneiros condenados à prisão perpétua por roubos armados, a fim de dominarem a população da prisão e assegurar direitos no sistema prisional. Entretanto, o grupo se tornou rapidamente um instrumento para controlar o crime na cidade.²⁵ As *bandas delinquentes* da Colômbia têm também suas raízes em atividades criminais.

- **Devido a fatores externos, todos os grupos armados investigados transformaram-se, tornando-se armados ou mais armados, violentos ou mais violentos, e envolvidos ou mais envolvidos com atividades criminais.**

• Não obstante suas origens, todos os grupos apresentados neste relatório estão agora envolvidos em atividades criminais, violência armada e execuções extrajudiciais. Para muitos, essa transformação adveio em decorrência dos seguintes fatores externos:

Drogas ilícitas — Em nove dos dez países envolvidos no estudo, os grupos investigados estão atualmente envolvidos no mercado ilícito do varejo de drogas nas áreas que dominam. Seis desses grupos não estavam originalmente envolvidos no tráfico de drogas. A venda de drogas ilícitas forneceu a muitos grupos a chance de se tornar autofinanciáveis. Além disso, como os jovens que constituem o grosso das gangues de rua, das *maras*, quadrilhas, *bandas delinquentes* e *area gangs* possuem tipicamente pouca escolaridade e são marginalizados socioeconomicamente, eles se tornaram uma força de trabalho pronta para esse tipo de negócio.

Os grupos investigados se inclinaram a começar o tráfico de drogas ilícitas na década de 1980, o que produziu os seguintes efeitos: 1) eles se tornaram cada vez mais territoriais e organizados, estabelecendo muitas vezes uma estrutura de comando hierárquica; 2) usaram cada vez mais a violência como instrumento de controle e dominação; 3) entraram em contato com

²⁵ Dowdney 2003:29.



organizações criminosas e se tornaram mais competitivos com outros grupos; e 4) tornaram-se muitas vezes fragmentados internamente e as disputas internas violentas se tornaram cada vez mais comuns.

Um claro exemplo disso pode ser visto no alinhamento entre as gangues de “número” das prisões e as gangues mestiças de rua na Cidade do Cabo, depois do crescimento do comércio de drogas na década de 1980. Além disso, logo depois da chegada do *crack* na Cidade do Cabo, o famoso chefe da gangue alinhada 28, Colin Stanfield, de Valhala Park, criou uma aliança de gangues chamada “A Firma”, numa tentativa de organizar todas as gangues locais em uma única unidade lucrativa e de reduzir as lutas internas. Em Kingston, o envolvimento no comércio de drogas proporcionou às *area gangs* a capacidade de se tornar autofinanciáveis, e isso as levou a ter uma maior independência dos políticos, já que não precisavam mais de seu apoio. No Rio de Janeiro, de 1983 a 1986, o Comando Vermelho estabeleceu o controle de favelas como bases defensáveis, territoriais e logísticas para a venda de cocaína e maconha.²⁶

Acesso a armas de fogo — Todos os grupos investigados têm acesso fácil a armas de fogo lícitas ou ilícitas (Ver Parte III). Embora os membros dos grupos investigados possam individualmente ter armas de fogo, sem exceção, todos os grupos mantêm controle sobre as armas usadas em comum. Em decorrência de seu acesso cada vez maior a armas de fogo e, em muitos casos, devido à violência relacionada à questão territorial, que foi exacerbada pelo envolvimento no comércio de drogas, a maioria dos grupos investigados vem fazendo esforços em conjunto para se armar melhor.

Nas quadrilhas de traficantes do Rio, nas *bandas delincuentes* das *comunas* de Medellín, nas milícias étnicas e nos grupos vigilantes da Nigéria, nas CVOs das Filipinas e nas *maras* de Honduras, membros crianças e jovens que foram entrevistados para este estudo disseram que seu grupo lhes deu acesso a armas, incluindo AK-47s, M-16s, M-14s, granadas de mão e RPGs.²⁷ Como as fotografias de alguns dos entrevistados para este estudo claramente demonstram, muitas das crianças e dos jovens estavam armados quando os pesquisadores os encontraram.

Repressão — Em quatro dos países envolvidos no estudo, uma maior repressão das forças do estado vem produzindo o efeito não desejado de tornar os grupos armados mais organizados, mais envolvidos com a economia ilícita e informal, mais fortemente armados e muitas vezes mais violentos.

Em 1987, a polícia equatoriana formou o Grupo Especial Antipandilla (GEA.) em resposta ao envolvimento cada vez maior dos *pandilleros* em pequenos crimes. Isso levou inadvertidamente à formação das *naciones* no início da década de 1990, uma vez que, numa reação a um aumento de pressão da polícia, alguns *pandilleros*²⁸ tentaram se fortificar e se organizar nacionalmente. Desde seu surgimento, as *naciones* vêm se tornando mais envolvidas com o comércio de drogas do que as *pandillas* e desenvolvendo uma estrutura hierárquica de comando claramente definida, que inclui unidades armadas permanentes, conhecidas como *Oscuros* e *Guardaespaldas*. Em Honduras, execuções extrajudiciais de *pandilleros* pela polícia têm resultado em alguns ataques de retaliação. Imediatamente após “Chuqui” (apelido), de 18 anos, ter supostamente apanhado de policiais até morrer, depois de preso em conexão com o assassinato de dois agentes da polícia, a cabeça de uma garota de 14 anos foi encontrada no parque Puerto Cortes, em Tegucigalpa, a capital do país. Presa

²⁶ Dowdney 2003:30.

²⁷ Granadas lançadas por foguete.

²⁸ Membro de uma *pandilla*.



à cabeça da menina decapitada havia uma nota que dizia: “O *Barrio 18* não quer conversar com o presidente Maduro, o assassinato do nosso amigo ‘Chuqui, 18 S+’ não será o fim disto.”²⁹

Em alguns casos, em vez de torná-los mais organizados, uma maior repressão do governo causou a fragmentação de alguns grupos, quando figuras importantes foram presas. Isso levou a uma maior rivalidades entre os grupos, o que gerou, por sua vez, mais violência nas ruas. Essa tendência vai depender, entretanto, do nível de comunicação entre membros os aprisionados do grupo e seus associados de fora da prisão. Se a comunicação for boa, os líderes vão muitas vezes continuar a controlar o grupo por detrás das grades. Se a comunicação for ruim, as gangues tendem a se fragmentar internamente, a menos que um novo líder aceito seja reconhecido por todos os membros. Por exemplo, membros da gangue *Black Gangster Disciples*, de Chicago, declararam que a prisão de seus líderes após uma perseguição federal levou ao surgimento de facções de renegados, dentro da gangue, e a um aumento subsequente da violência nas disputas entre gangues.

- **Em quatro dos países cobertos neste estudo, os grupos se definem etnicamente ou por meio de alianças entre clãs.**

As gangues de rua institucionalizadas nos Estados Unidos, a *OPC* e os *Egbesu Boys* na Nigéria, e as gangues mestiças de rua da Cidade do Cabo são todas definidas por raça ou etnia. Em Chicago, os membros das gangues investigadas são de origem hispânica ou negra (afro-americana) e, em outras partes da América, há gangues de diferentes afiliações raciais e nacionais, como asiáticos, brancos e russos, por exemplo. Os membros da *OPC* são de origem ioruba e os *Egbesu Boys* são de nacionalidade ijaw. A definição étnica, racial ou nacional é um fator importante na identidade e origem de muitos grupos armados não políticos no mundo e um fator, também, para a compreensão de sua constituição e função. Nas Filipinas, muitas CVOs são usadas como exércitos particulares de *pagalis*, o termo coletivo em Maguindanao para “família, subclã ou clã”.

- **A violência da qual os grupos armados participam é um reflexo do ambiente em que nasceram.**

Em vez de existirem independentemente das sociedades nas quais operam, todos os grupos armados investigados para este estudo refletem de alguma forma o ambiente no qual surgiram. Esse é especialmente o caso no seu uso da violência. Por exemplo, o *OPC*, na Nigéria, surgido para promover os interesses iorubas³⁰, surgiu após o general Sani Abacha (chefe de Estado militar) ter acionado tensões etno-regionais e pôr fogo a disputas étnicas no sudoeste do país, numa tentativa de continuar no poder.³¹ Trinta anos de ditadura militar e a militarização resultante do país são também vistos como fator de causa do surgimento de outros grupos armados, como os *Bakassi Boys* e os *Egbesu Boys*. No Brasil, há um relacionamento semelhante entre forças do estado e quadrilhas de traficantes. “As táticas policiais dos militares nas favelas, os abusos da polícia e o tratamento violento de moradores e traficantes, como as execuções, ajudou sem dúvida a estimular a militarização das quadrilhas de traficantes e seu uso cada vez maior da violência armada desde a década de 1970.”³² A história de guerra civil, governo autoritário e alta taxa de homicídios desde a

²⁹ *No Halt to the Violence in Honduras*, 06/11/03, www.coav.org.br.

³⁰ Grupo étnico nativo do sudoeste da Nigéria.

³¹ O general Sani Abacha foi chefe de Estado militar na Nigéria de 1993 a 1998.

³² Dowdney 2003:29.



década de 1960, em El Salvador, pode ser vista como um importante fator de causa para o envolvimento das *maras* em ações violentas.

ESTRUTURA DE COMANDO

Três tipos de estrutura organizacional ou de comando estiveram presentes nos grupos investigados.

1) Hierarquia militarizada com sistema de postos

Os grupos armados investigados, em seis dos países envolvidos neste estudo, possuíam uma estrutura de comando baseada numa hierarquia militarizada, com um sistema de postos para os membros.

Por exemplo, embora nem todos as *pandillas* de El Salvador sejam altamente organizadas, algumas têm um líder absoluto conhecido como *jefe* ou *palabrero*, que pode manter contatos com membros do crime organizado. Imediatamente abaixo do *jefe* está o líder da zona, que coordena dois ou três grupos em nível de bairro, conhecido como *clika*.

Nas Filipinas, cada CVO possui uma estrutura hierárquica prescrita, baseada num oficial executivo, ou chefe *tanod*, um líder de equipe ou treinador, e de dois a quatro membros em cada unidade de nível *barangay*.³³ Entretanto, as CVOs usadas como exércitos particulares tendem a se reunir em torno do chefe do *pagali*³⁴, geralmente o prefeito, e adotam um tipo de relacionamento interno mais militarmente definido, em que os membros jovens não questionam as ordens vindas de cima.

2) Estrutura corporativa ou formalmente organizada

A maioria das gangues de rua institucionalizadas, em Chicago, possui uma estrutura corporativa ou formalmente organizada. Os *Black Gangster Disciples* adotaram uma estrutura corporativa com mesa diretora e presidente, e os *Almighty Latin Kings and Queens* têm uma organização ampla e formal, com um conselho da coroa e regras de liderança verticalmente definidas.

3) Estrutura horizontal informal que pode ter ramificações locais descentralizadas

Os grupos armados investigados em dois dos países envolvidos neste estudo têm uma estrutura horizontal informal, que possui ramificações locais descentralizadas em alguns casos.

P. Vocês têm uma ramificação ou ramificações pela cidade toda?

R. Ok, são ramificações, ok, a gente é do lado norte, mas a gente tem ramificações no lado sul, meio-oeste, sabe o que eu tô dizendo, estamos em todo lugar.

Satan's Disciple, Chicago

Os *Hard Livings* de Manenberg possuem uma estrutura de liderança plana, com uma forma de tomada de decisões semidemocrática, baseada em encontros semanais do grupo. Membros dominantes de muitas das gangues mestiças parecem impor respeito e obter títulos honoríficos, como “laksman” e “sлагоzi”, mais através da força individual de caráter do que em referência a um sistema oficial de postos.

³³ Vilarejo.

³⁴ Termo coletivo para família, subclã ou clã.



Os níveis de organização não refletem necessariamente os níveis de violência em que o grupo está envolvido. Entretanto, uma cadeia de comando mais estruturada costuma estar presente nos grupos que estão mais profundamente envolvidos com o crime organizado ou que entram em confronto com forças do Estado ou outros grupos armados.

Apesar do tipo de estrutura organizacional utilizada, todos os grupos investigados estão organizados em nível local. Outros quatro estão também organizados em nível de cidade, através da ligação de várias *clikas*, ramificações, células, facções ou unidades localmente baseadas. Cinco grupos também possuem estruturas organizacionais em nível nacional e dois em nível internacional. Os grupos com ligações internacionais são as *maras* e *pandillas*, de El Salvador e Honduras, que mantêm contatos com líderes em Los Angeles. Pelo menos para as *maras* de El Salvador, não há evidência sugerindo que essas ligações determinam o caráter das gangues locais dentro do país.

As duas semelhanças em estrutura organizacional a seguir foram também encontradas nos grupos investigados:

- **Todos os grupos investigados possuem regras mantidas por castigo físico, incluindo a morte.**

As estruturas operacionais de todos os grupos investigados são mantidas por regras definidas. Na maioria dos grupos, elas tendem a ser mais conhecidas do que escritas e, embora variem por grupo, estão geralmente relacionadas à disciplina interna, à funcionalidade do trabalho e até à identidade do grupo.

Em todos os casos, a falha em sujeitar-se às regras do grupo resulta em castigo corporal. Nas *naciones* equatorianas, as punições são codificadas numericamente, “312” representando dez tabefes em frente a outros membros do grupo. À exceção das *pandillas* menos organizadas do Equador, a morte é a punição prescrita para membros que desrespeitam regras específicas, como o fornecimento de informações à polícia ou a um grupo rival. O relacionamento entre a subordinação de menores a adultos e entre regras e punições é discutido em “As funções de trabalho de crianças e jovens na violência armada organizada.” Exemplos de execução sumária e de outras punições físicas pelo desrespeito a regras são também apresentados nesse capítulo.

- **A maioria dos grupos armados possuía ligações estruturais com líderes presos.**

Os grupos, em oito dos dez países envolvidos no estudo, possuíam ligações fortes com membros encarcerados no sistema prisional. A prisão era uma experiência comum para a maioria das crianças e dos jovens entrevistados³⁵ e era vista como um risco da ocupação por muitos. Em sete dos países envolvidos no estudo, líderes de grupos estavam na prisão e continuavam a exercer controle enquanto encarcerados. Tanto no Rio de Janeiro quanto em Medellín, donos³⁶ de quadrilhas e líderes de *bandas*, ou *jefes*, presos continuam a desempenhar um papel regulador importante, mediando disputas entre as quadrilhas e as *bandas delincuentes* respectivamente. As gangues de “números” da prisão, na África do Sul, influenciavam claramente as gangues mestiças de rua, devido, em grande parte, ao fato de que membros dessas gangues mestiças haviam estado

³⁵ Com exceção das crianças e jovens na milícia étnica e nos grupos vigilantes da Nigéria, e nas CVOs das Filipinas.

³⁶ Líder.



muitas vezes na prisão. Em El Salvador, as autoridades dividem as prisões para adultos e os centros³⁷ de justiça juvenil, de forma que membros das *pandillas* rivais *Mara Salvatrucha* e *Barrio 18* nunca entrem em contato. As prisões para adultos e os centros³⁸ de justiça juvenil estão também divididos entre as quadrilhas³⁹ rivais de traficantes no Rio de Janeiro. Isso afeta tanto os detentos juvenis quanto os adultos, uma vez que são colocados num certo pavilhão do presídio, dependendo da comunidade a que pertençam e da quadrilha que domina aquela comunidade, sem levar em conta se são ou não membros de quadrilha de traficantes.

Números Estimados

Chegar a um número exato para a quantidade total de pessoas participando ativamente nos grupos investigados é extremamente difícil. Em cada país coberto pelo estudo, há uma abundância de estimativas diferentes quanto ao tamanho de *maras*, *pandillas*, gangues de rua, quadrilhas, milícias e paramilitares feitas pela polícia, pelo governo e por grupos da sociedade civil locais. Embora ninguém tenha certeza dos números exatos, as estimativas apresentadas na Tabela 1.1 foram feitas por pesquisadores locais, baseadas em cálculos das autoridades, estudos anteriores e no seu conhecimento de trabalho de campo. O que fica claro é que, embora ninguém saiba precisamente quantos atores armados há nos grupos investigados, seus números chegam a milhares em cada um de todos os países investigados. Se os membros de grupos armados de todos os países afetados pela violência armada organizada fossem calculados, o total alcançaria centenas de milhares.

A porcentagem dos atores com menos de 18 anos de idade varia por grupo e país. No Rio, acredita-se que cerca de 50% dos cerca de 10.000 integrantes de quadrilhas de traficantes armados são menores⁴⁰. Em El Salvador, dos 938 *pandilleros* entrevistados na grande San Salvador, durante 2002, para o estudo “Adentro: La solidaridad violenta de las pandillas”⁴¹, 33,2% tinham 18 anos ou menos. Ramirez estima que entre 60% e 70% dos membros de grupos armados em Medellín são menores ou jovens.⁴² Dados quantitativos exatos sobre o número de crianças e jovens envolvidos nos grupos armados investigados são quase impossíveis de se encontrar; em quase todos os casos, pesquisadores, jornalistas e a polícia podem apenas calcular.

Entretanto, o fato de que todos os membros de grupos armados entrevistados para este estudo ingressaram em seus respectivos grupos numa idade média de 13,5 anos⁴³ significa que, para a maioria, participar de grupos armados é uma experiência de adolescentes ou jovens, durante os primeiros anos de participação.

³⁷ Conhecidos como “Centros de Reeducação”.

³⁸ Conhecidos como “Educandários de Internação”.

³⁹ Dowdney 2003:237. Ver também: Rocha, Carla and Angélica Nunes. “Rio manda menores infratores para outros estados.” *O Globo*. Apr. 15, 1998; Porto, Bruno. “Como é possível recuperar sem educar?” *O Globo*. Jul. 1, 2003; Araújo, Vera. “Uma dura lição.” *O Globo*. Jul. 11, 2004; <http://www.alerj.rj.gov.br/jornalalerj/jornalalerj46.pdf> - De uma comunicação da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, citando a separação por quadrilhas nas penitenciárias como uma prioridade – Junho de 2004 – p. 1 e uma menção na p. 5.

⁴⁰ Dowdney 2003:51

⁴¹ Santacruz, M.Concha-Eastman.A, 2001, *Barrio Adentro: la solidaridad violenta de las pandillas.*, San Salvador, El Salvador: IOUDP, OPS, citado por Carranza, Marlon. “Detention or death: where the ‘pandillero’ kids of El Salvador are heading” (2005), Universidad Centroamericana José Simeón Cañas/Instituto Universitario de Opinión Pública (IUOP), at www.coav.org.br.

⁴² Ver Ramirez, Ivan. “Medellin: The Invisible Children of the Social and Armed Conflict” (2005), Coalición Contra la Vinculación de Niños, Niñas y Jóvenes al Conflicto Armado en Colombia, at www.coav.org.br.

⁴³ Ver “Proceso de Envolvimento”.



Alas jovens

Os grupos armados investigados, em dois dos países envolvidos neste estudo, declararam a existência de divisões ou de alas para crianças e jovens. A maioria das gangues de Chicago possui divisões mirins ou grupos de “baixinhos”. Os *Almighty Latin Kings and Queens* têm várias ramificações jovens, incluindo os *Kings Junior* e os *Pee Wee*. Os *Black Gangster Disciples* possuem uma divisão mirim para a faixa etária entre 12 e 16 anos, que é dirigida por um coordenador.

É tudo em torno do coordenador, e eles têm faixas etárias de 12 a 16 anos, essa é a contagem dos baixinhos, e depois você passa dos 16 para o que for e essa é a contagem dos adultos. Na contagem dos baixinhos, eles têm um coordenador e um coordenador-assistente, e eles levam todos os seus problemas para o coordenador-assistente, e o coordenador-assistente para o coordenador. Então, eles resolvem seus problemas assim.

Black Gangster Disciple, Chicago

Na Nigéria, o “Eso” é a ala jovem militante do *OPC*. O Eso é responsável pelas atividades de vigilância dentro do território *OPC*, assegurando a disciplina em reuniões e eventos públicos, e têm se envolvido em violentos embates com outras milícias étnicas.



RELAÇÕES COM A COMUNIDADE

Todos os grupos armados investigados para este estudo eram territoriais. Os grupos baseiam seu território em fronteiras definidas pelas linhas⁴⁴ de área, clã ou etnia. A dominação dos grupos armados sobre a população e o território no qual operam varia muito. Entretanto, para os grupos investigados, os níveis de dominação tanto da população quanto do território podem ser colocados em uma ou duas categorias. Embora haja vários níveis de dominação sobre pessoas e áreas definidas, o que fica claro é que os grupos que usam membros abertamente armados para patrulhar seus territórios exercem mais controle sobre a população e o território locais do que aqueles que não o fazem.

Além disso, esses grupos que andam abertamente armados tendem a ter tipos semelhantes de relacionamentos com as comunidades nas quais operam.

CATEGORIA UM: Grupos sem membros abertamente armados ou patrulhas armadas na comunidade

Em seis dos dez países, membros de grupos não portavam abertamente armas de fogo dentro da comunidade. Todos esses grupos, entretanto, usavam armas abertamente dentro de suas comunidades quando em confronto com grupos rivais, a polícia ou forças do Estado. Além disso, embora os grupos dessa categoria não andassem abertamente armados, moradores locais entrevistados tinham conhecimento de que havia uma presença armada em sua comunidade. Trabalho de campo realizado durante este estudo revelou que nas comunidades onde revólveres não são carregados abertamente pelos membros dos grupos armados locais, existem certas semelhanças. Por exemplo:

- **Embora declarando terem medo do grupo, moradores não envolvidos da comunidade podem em geral se movimentar livremente entre territórios de grupos rivais.**
- **Se pessoas não envolvidas se mantêm longe dos membros de grupos armados, elas são geralmente deixadas em paz.**

Por exemplo, Cruz nota em seu estudo “*Maras y Pandillas en Centroamerica Vol II. Pandillas y Capital Social*”,⁴⁵ que 80% das pessoas pesquisadas em três municípios da área metropolitana de San Salvador declararam não ter problemas com as *pandillas*, que são uma presença forte em sua vizinhança. Moradores da comunidade entrevistados, entretanto, afirmaram ter medo dos grupos armados dessa categoria, que dominam suas áreas. No Equador, moradores locais disseram ter sido ameaçados por *pandilleros* locais por conhecerem detalhes das atividades criminosas das *pandillas*.

⁴⁴ No caso da Nigéria, linhas étnicas podem envolver conotações geográficas, uma vez que alguns grupos étnicos se arvoram em proprietários de certos territórios. Por exemplo, o *OPC* surgiu em decorrência do desejo ioruba de autonomia do Estado.

⁴⁵ Cruz, J.M. (2001). “*Pandillas y capital social*”. *Estudios Centroamericanos (ECA)* 637-638, 1099-1118. In Press, as cited by Carranza., Marlon, “Detention or death: where the ‘pandillero’ kids of El Salvador are heading” (2005), Universidad Centroamericana José Simeón Cañas / Instituto Universitario de Opinión Pública (IUOP), at www.coav.org.br.

- **Grupos nessa categoria geralmente não roubam dentro das próprias comunidades; entretanto, também não protegem membros da comunidade não envolvidos de outros criminosos.**

Por exemplo, numa pesquisa sobre vítimas em 1300 casas, conduzida pelo Instituto de Estudos sobre Segurança de Manenberg,⁴⁶ uma das áreas de gangue mais famosas de Cape Flats, 89% dos entrevistados responderam que os membros de gangue em sua áreas não protegiam quem não fosse também membro contra roubos na rua e outros crimes.

- **Grupos nessa categoria tendem a ser menos controladores das comunidades onde operam que os da categoria dois.**

Por exemplo, embora os líderes de grupos dessa categoria possam ter relacionamentos com líderes comunitários e até investir financeiramente em projetos sociais para a comunidade, como o *Black P. Stone Nation* ou o *Conservative Vice Lord Nation*, na década de 1960, eles costumam não ser responsáveis pela manutenção da ordem social, nem pela instituição de ações punitivas contra a população local pelo não cumprimento de regras estabelecidas.

- **Embora muitas vezes uma presença menos do que regular, as forças policiais do Estado são capazes de patrulhar áreas nas quais os grupos dessa categoria operam.**

Durante entrevistas conduzidas para este estudo em El Salvador, *pandilleros* comentaram que evitariam um confronto direto com a polícia sempre que possível, incluindo nas áreas que consideram ser seu território.

CATEGORIA DOIS: Grupos com membros abertamente armados e patrulhas armadas dentro da comunidade.

Membros de grupo, em quatro dos países envolvidos neste estudo, portam abertamente armas de fogo enquanto patrulham as comunidades onde operam. Trabalho de campo realizado durante este estudo revelou que há certas semelhanças nas comunidades onde revólveres são carregados abertamente por membros dos grupos armados locais. Por exemplo:

- **A presença de forças de segurança do Estado nessas áreas tende a ser muito limitada ou os grupos estão associados a forças do governo local.**

Por exemplo, como as quadrilhas de traficantes são uma presença forte e abertamente armadas nas favelas do Rio de Janeiro, as forças de segurança do Estado costumam entrar nessas comunidades apenas para operações em grande escala, referidas pela polícia como “invasões”, a fim de “ocupar”⁴⁷ a comunidade com uma força⁴⁸ igual ou mais fortemente armada. Na Nigéria, os

⁴⁶ Ver Leggett, Ted., “Terugskiet (returning fire): Growing up on the street corners of Manenberg, South Africa”, (2005), Institute for Security Studies, at www.coav.org.br

⁴⁷ Dowdney 2003:78-89.

⁴⁸ Em abril de 2004, a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, foi ocupada por 1300 policiais após uma disputa interna na quadrilha de traficantes locais, que causou intensos confrontos armados e a morte de 12 pessoas. Ver ‘*Polícia mata*

Bakassi Boys são uma presença abertamente armada nas comunidades que patrulham, mas em vez de estarem em oposição às forças do Estado, eles têm sido financiados e trabalhado com o governo local nos três estados onde operam. Nas Filipinas, membros crianças armados das CVOs têm utilizado postos de pedágio para coletar dinheiro dos veículos que passam.

- **Devido à presença reduzida das forças do Estado nas áreas onde operam, grupos dessa categoria tendem a ter um monopólio sobre o fornecimento de segurança na comunidade e, conseqüentemente, arbitram disputas entre membros não envolvidos da comunidade.**

Manter a ordem em territórios dominados pode resultar no julgamento punitivo de membros não envolvidos pelos grupos armados, incluindo a imposição de sentenças de morte para “maus procedimentos”. Dois membros de CVOs, nas Filipinas, entrevistados para este estudo contaram ter testemunhado a tortura e o assassinato, por outros membros da CVO, de três adolescentes suspeitos de terem matado um membro do *pagali* local. Em 10 de abril de 2000, em Onitsha, na Nigéria, pelo menos nove pessoas, incluindo dois garotos de 13 e 15 anos, foram acusadas de serem assaltantes armados e executadas pelos *Bakassi Boys*.⁴⁹ A fotografia abaixo foi tirada durante um ataque da polícia a um acampamento do OPC, em Mishin, Lagos. De acordo com declarações dadas à polícia por membros do OPC presos, o homem estava sendo torturado por roubar na vizinhança.



Fotografia 1.2: Membro da OPC sendo torturado na Nigéria / Okoro Kelechi 2004.

A fotografia foi tirada durante uma operação policial num esconderijo na área de Mishin, em Lagos. De acordo com outros membros do grupo presos pela polícia, esse homem faz parte da OPC e foi torturado por ter roubado moradores do mesmo bairro, violando uma das regras do grupo.

líder do tráfico na favela da Rocinha, 14/04/04, www.diarioweb.com.br e *‘Apos confrontos, policia permanece na Rocinha’*, 13/04/04, www.folhaonline.com.br

⁴⁹ Ver Ibrahim., Mohammed, “An Empirical Survey of Children and Youth in Organised Armed Violence in Nigeria: Egbesu Boys, OPC and Bakassi Boys as a Case Study” (2005), Centro de Democracia e Desenvolvimento (CDD em inglês), disponível em www.coav.org.br.

Em muitas das comunidades onde grupos dessa categoria operam, moradores locais relataram falta de confiança na polícia. Isso serve para legitimar o papel dos grupos armados na provisão de “justiça”. Moradores das favelas do Rio de Janeiro também comentaram que quadrilhas de traficante têm monopólio sobre a propriedade de armas na comunidade ou têm, pelo menos, conhecimento de quais indivíduos locais estão armados e porque. A propriedade de um revólver numa favela pode resultar na obrigação de realizar serviços armados para a quadrilha de traficantes, como defender a comunidade durante uma invasão de quadrilha rival ou ter de emprestar a arma para traficantes de drogas quando solicitado.

- **Grupos nessa categoria restringem muitas vezes a movimentação dos moradores locais não envolvidos.**

Por exemplo, membros entrevistados de comunidades onde quadrilhas de traficantes (Rio de Janeiro), *bandas delinquentes* (Medellín) e *area gangs* (Kingston) operam, contaram não poder entrar em áreas controladas por grupos rivais daqueles que dominam suas comunidades. Cinquenta em cada 100 jovens com menos de 18 anos de dez favelas do Rio de Janeiro, que não estavam envolvidos com a quadrilha de traficantes local, disseram se sentir incapazes de entrar em outra favela, devido à presença de quadrilhas de traficantes rivais daquelas dominantes em suas comunidades⁵⁰.

Em Medellín, pesquisadores relataram que famílias inteiras têm sido expulsas de algumas comunas por *bandas delinquentes* que queriam suas casas. Da mesma forma, em Vigário Geral, uma favela do Rio de Janeiro, durante outubro de 2004, mais de 100 moradores foram forçados a deixar a comunidade após sua invasão e subsequente ocupação por uma quadrilha de traficantes, baseada na comunidade rival de Parada de Lucas. A maioria daqueles que deixou a favela era composta de parentes de traficantes de drogas, alinhados com o Comando Vermelho, que haviam sido expulsos pela força invasora de Parada de Lucas, aliada ao Terceiro Comando. A polícia foi incapaz de restaurar a ordem a fim de que os expulsos retornassem a suas casas; entretanto, forneceu uma escolta armada para que retornassem brevemente a fim de reunir seus pertences⁵¹.

- **Em áreas onde grupos dessa categoria operam, há muitas vezes falta ou interrupção de serviços públicos, devido à presença ostensiva dos grupos armados.**

Professores entrevistados de escolas situadas em áreas dominadas pelas *bandas delinquentes*, subordinadas a grupos paramilitares de Medellín, contaram que, devido à dificuldade de se movimentar livremente para fora da comunidade, as crianças tinham menos acesso às escolas locais do governo e aos centros de saúde. No Rio de Janeiro, durante o ano de 2001, o jornal *O Dia* informou que 4.500 estudantes foram mantidos fora das salas de aula, quando 10 escolas fecharam devido a confrontos armados entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando em Santa Cruz.⁵² O comércio local também fechou as portas durante esses confrontos.⁵³

⁵⁰ Dowdney 2003:178

⁵¹ Ver ‘Guerra do tráfico em Vigário Geral deixa dois mortos – ‘Exilados’ continuam em creche’, 07/10/04, *Extra*.

⁵² ‘Guerra do Tráfico deixa mais de 4.5 mil alunos sem aula e comércio fechado em zona oeste. PM interdita três ruas’, 02/10/01, *O Dia*.



- **Além de manter a “ordem” e prover “justiça” através do medo e da repressão nas comunidades onde operam, os grupos dessa categoria ajudam muitas vezes projetos sociais comunitários, a fim de manter o apoio da comunidade.**

É interessante que essa tática estivesse também presente em alguns dos grupos da categoria um. Por exemplo, os *area dons* são conhecidos por apoiarem projetos comunitários. Em uma zona de Kingston visitada por um pesquisador para este estudo, a comunidade, com o apoio do *area don*, havia construído um pequeno parque com um aquário e uma tela para projetar filmes. Membros entrevistados da comunidade de Manenberg, na Cidade do Cabo, relataram que membros das gangues locais lhes emprestavam dinheiro ou davam pão em tempos de necessidade, e alguns até apoiavam times esportivos de jovens.

A única exceção nas duas categorias acima foi na Jamaica, onde *area* e *corner gangs* estão em geral armadas abertamente apenas durante épocas de confronto com grupos rivais, apesar de serem reconhecidamente responsáveis pela “justiça” local para todos os habitantes da comunidade. Um entrevistado contou que, se um culpado de assalto ou estupro for da comunidade, as gangues locais decidiriam uma punição e seriam responsáveis por executá-la. Outro jovem, da zona de Kingston chamada August Town, disse que a punição poderia incluir espancamento e tortura com choque elétrico. Além disso, as pessoas das comunidades-guarnição entrevistadas declararam que não podiam entrar com segurança numa comunidade-guarnição rival por medo de ataques. Os entrevistados também afirmaram que, durante conflitos políticos ou de terra, a comunidade como um todo se envolve na violência, seja como perpetradores ou vítimas.

Havia um sentimento geral, entre muitos dos entrevistados, de que o relacionamento entre os grupos e suas comunidades tinha piorado com o tempo. Em alguns casos, o envolvimento de uma gangue no comércio ilícito de drogas e o uso de drogas por seus membros levavam a culpa por isso.

É diferente agora. Eles não respeitam você [...] as drogas mudaram isso. As drogas mudaram a atitude deles.

Membro idoso de comunidade,
Manenberg, Cidade do Cabo

Na Nigéria, os *Bakassi Boys* haviam originalmente sido bem recebidos pela população local, saudados como salvadores da onda de crimes cada vez maior. Entretanto, isso se transformou logo em medo, na medida em que os *Bakassi Boys* ficaram cada vez mais envolvidos em execuções extrajudiciais.

Ninguém ousa desafiar um Bakassi, ninguém conversa sobre suas atividades nesta cidade [...] Por volta de março do ano passado [2002], vi dois corpos na estrada para Aba, estavam queimados de forma irreconhecível, com pneus que haviam sido incendiados em volta deles, e tinha muitos Bakassi Boys circulando pela área.

Morador da comunidade
Aba, Nigéria

⁵³ Dowdney 2003:110.

PAPEL DO ESTADO

Em todos os países onde os grupos armados foram investigados, o Estado tem um papel direto ou indireto na atividade dos grupos. Envolvimento indireto é entendido aqui como a corrupção de alguns representantes do Estado, como policiais ou funcionários de governo de baixo escalão. Envolvimento direto é considerado como sendo o estado trabalhando diretamente com um grupo armado ou apoiando indiretamente suas atividades.

- **Estados em sete dos países onde grupos estavam sendo investigados tinham um papel indireto nas atividades desses grupos.**

Pesquisadores em sete dos países investigados relataram o envolvimento de funcionários do Estado, principalmente membros da força policial ou funcionários de governo de baixo escalão em corrupção diretamente relacionada a grupos armados locais. Isso incluía: vender armas para membros de grupo; aceitar propina de membros de grupo por informações; extorsão de membros de grupo flagrados realizando atividade ilegal; e vender drogas confiscadas de volta a membros de grupo.

Venda de armas – O envolvimento de oficiais da polícia na venda de armas de fogo a membros de grupo foi relatado em três dos países. *Jefes* e membros menores das *bandas delincuentes*, em Medellín, disseram durante entrevistas que a polícia vendia de volta para eles armas de fogo do mercado negro ou inativas. Embora filmado antes da implementação da democracia, no documentário da BBC sobre sua vida, “Cape Fear”, um dos mais famosos gângsteres de Manenberg e chefe dos *Hard Living Kids*, Rashied Staggie, gabou-se de que a polícia era a fonte de suas armas de fogo. Membros da Polícia Militar de diferentes batalhões do Rio de Janeiro foram pegos negociando a venda de armas confiscadas de traficantes de drogas a membros de uma quadrilha rival em novembro de 2004.⁵⁴ Na década de 1980, políticos da Jamaica foram responsáveis pelo armamento de seus partidários e das *area gangs* em suas comunidades-guarnições.⁵⁵

Propina – Membros de grupo pagando propina a agentes policiais foi relatado em cinco países. Em grupos de foco com moradores da comunidade, em Manenberg, os entrevistados disseram que podiam dar o nome de policiais que praticaram extorsão contra gângsteres antes de um ataque da polícia acontecer. Esses mesmos moradores contaram também que não denunciariam um crime envolvendo um membro de gangue local à polícia, uma vez que sentiam que policiais corruptos diriam provavelmente ao membro de gangue em questão quem havia denunciado o crime. Membros de gangue negros e hispânicos entrevistados para este estudo discutiram com os pesquisadores (longe do microfone) o pagamento de policiais e de vereadores⁵⁶ em troca de

⁵⁴ Ver “Quadrilha Fardada – Alô, pratica-se todo tipo de crime: grampos telefônicos trazem a tona roubos assassinatos e extorsão comandados por PMs de diversos batalhões”, 27/10/04, *Extra*.

⁵⁵ Levy, Horace. 1996. *They Cry ‘Respect’!: Urban Violence and Poverty in Jamaica*, Kingston, University of the West Indies.

⁵⁶ Funcionário de governo local.



proteção. Um líder da gangue *ALKQN* disse aos pesquisadores que vereadores e membros do congresso “vinham aos *Latin Kings* quando precisavam de votos nesta pequena área. Nós ajudamos em troca de empregos”.

Extorsão – A extorsão pela polícia de membros de grupo flagrados realizando atividades ilegais foi relatado por pesquisadores em três países. No Equador, membros entrevistados das *naciones* contaram ter pago mais a policiais corruptos por sua liberdade, quando presos por tráfico de drogas, do que quando por roubo. Além da extorsão, a citação a seguir de um *pandillero* de El Salvador refere-se também a policiais vendendo drogas confiscadas de volta para o mercado ilícito através de pandillas.

Já os [a polícia] vi fumando drogas, eu os vejo pedindo dinheiro em troca de deixar alguém escapar... havia um policial, não sei seu nome, ele vendia drogas que apreendia em outros lugares, às vezes pela metade do preço.

Pandillero
Barrio 18, El Salvador

Drogas – Vender de volta drogas confiscadas a membros de grupo por policiais foi relatado em três países. Em Manenberg, moradores da comunidade entrevistados contaram terem visto policiais vendendo drogas para membros de gangue. Membros de gangue em Chicago também relataram envolvimento da polícia com o mercado de drogas ilícitas.

Ainda existem muitos polícias que não ficam necessariamente na esquina, mas eles ajudam seu pessoal. [Eles] pegam as drogas ao prender alguém e levam as drogas pros caras deles...

Black Gangster Disciple

- **O Estado, em três dos países onde os grupos estavam sendo investigados, tinha um papel direto na atividade desses grupos.**

Trabalhando juntos – A constituição de 1987, das Filipinas, ordena o desmantelamento de “exércitos particulares e outro grupos não devidamente reconhecidos pelas autoridades.”⁵⁷ Por causa disso, *datu*⁵⁸, subchefes e membros influentes dos *pagalis*, transformaram seus exércitos particulares e guarda-costas em Organizações Voluntárias Civas (CVOs em inglês), definidas legalmente como grupos de auxílio próprio e proteção, planejados pelo governo para lidar com as crescentes rebeliões no interior do país durante a década de 1980. O governo filipino não demonstrou muita clareza em sua posição sobre armar as CVOs: embora elas sejam legalmente requisitadas para fornecer assistência desarmada a civis, também recebem permissão legal para treinamento com armas pelo PNP.⁵⁹ Além da tolerância do governo em relação à existência permanente e abertamente armada das CVOs, pesquisadores receberam informações sobre CVOs que acompanham tropas militares em operações contra grupos rebeldes armados, como o *MILF*

⁵⁷ Ver Camacho, Agnes Z.V. & Puzon, Marco P. & Ortiga, Yasmin P., “Children and Youth in Organised Armed Violence in the Philippines: Contextualisation, Personal Histories and Policy Options” (2005), Centro de Programas de Traumas Psicossociais e Direitos Humanos para Estudos de Integração e Desenvolvimento, University of the Philippines, at www.coav.org.br

⁵⁸ Um líder tradicional nas Filipinas, o *datu*, que era visto, de acordo com o Isla, como o vice-regente de Deus e que exercia o controle virtualmente autônomo de seu território, ascendia ao cargo através de ligações hereditárias ou por descendência clara de famílias aristocráticas, e através do uso judicioso e decisivo de habilidades e atributos pessoais.

⁵⁹ A polícia nacional das Filipinas.



(*Moro Islamic Liberation Front*), e que recebem treinamento armado e armas dos militares. Um membro jovem de CVO entrevistado para este estudo foi morto logo após a entrevista, quando sua CVO, juntamente com tropas do governo e *CAFGUs*,⁶⁰ foi envolvido num intenso combate armado com o *MILF*.

Ajuda direta – Embora banido pelo governo federal na Nigéria, um funcionário local, em Lagos, confirmou que o governo mantém uma relação íntima com o *OPC*. O entrevistado contou aos pesquisadores que autoridades do governo local, no estado de Lagos, usam garotos do *OPC* para ajudar a arrecadar tributos locais. Ele explicou que de 10% a 20% dos tributos coletados pelos garotos vão para o conselho local, enquanto o resto vai diretamente para o *OPC*. Os *Bakassi Boys* também receberam ajuda dos governos estaduais em todos os três estados onde operam atualmente (Abia, Anambra e Imo). Quando perguntado sobre o relacionamento com o governador do estado, o presidente dos Serviços de Vigilância do Estado de Abia,⁶¹ On Wuchekwa Ulu, disse:

*É como um negócio entre pai e filho [...] temos um relacionamento muito bom com o governador [...] Sempre o obedecemos, porque quem paga a orquestra escolhe a música. Ele nos paga e sempre tentamos obedecê-lo.*⁶²

As gangues de comunidade da Jamaica têm suas origens no progresso comunitário, através de relações mutuamente benéficas com políticos. Desde o final da década de 1960 até a de 80, *area dons* — que controlam as *area gangs* — e políticos foram mutuamente dependentes; os *area dons* entregavam os votos de suas comunidades — “guarnição”⁶³ em troca de amparo, como programas habitacionais ou de emprego. Nos últimos anos, os partidos políticos têm feito esforços para se afastarem das ligações com os *area dons*. Em seu manifesto “Melhorando a Qualidade da Sociedade”, de outubro de 2002, o Partido Nacional do Povo se comprometeu a “ser o arquiteto de um novo tipo de governo que desafia a ordem”. Entretanto, como observou Harriot, “o fato de que os políticos tenham falhado em agir contra os perpetradores do abuso eleitoral em suas próprias bases e, em alguns casos, confiando nesses perpetradores, significa estarem comprometidos mesmo que não se encontrem diretamente envolvidos em atividades criminais”.⁶⁴ Pesquisadores deste estudo foram também informados por moradores locais, em August Town, que em 2002 houve dez assassinatos politicamente motivados na comunidade; mais uma sugestão de que os elos tradicionais entre políticos e grupos armados baseados em comunidades ainda continuam.

⁶⁰ As Unidades Geográficas das Forças Armadas dos Cidadãos (*CAFGUs* em inglês) é uma unidade civil armada, treinada para ajudar as tropas do governo na manutenção da paz e da ordem em várias localidades das Filipinas. Eles recebem treinamento militar e compensação financeira das forças armadas das Filipinas.

⁶¹ Parte dos *Bakassi Boys*.

⁶² Entrevista com Orji Kalu, governador do estado de Abia, In *Insider Weekly*, 16 de julho de 2001, citado In Ibrahim., Mohammed, “An Empirical Survey of Children and Youth in Organised Armed Violence in Nigeria: Egbesu Boys, OPC and Bakassi Boys as a Case Study” (2005), Centro de Democracia e Desenvolvimento (CDD em inglês), disponível em www.coav.org.br.

⁶³ Zonas de extrema lealdade a um partido político.

⁶⁴ Harriot, A. 2003. *Understanding Crime in Jamaica: New Challenges for Public Policy*, Kingston, University of the West Indies Press.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

A participação em economias informais e ilícitas é um fator definitivo de todos os grupos armados investigados neste estudo. A noção de território como base para ganhos econômicos foi também compartilhada por todos os grupos investigados. Assim, além da importância simbólica do território para a autodefinição e de sua importância prática e social para proteção e controle da população, os territórios são também economicamente importantes como espaços defensivos, onde pode se ganhar dinheiro. Como observado em “Perspectivas históricas”, o envolvimento em atividades econômicas ilícitas, como o tráfico de drogas, fez com que alguns grupos armados se tornassem cada vez mais territoriais e violentos na defesa ou expansão de seu território.

Como observado em “Perfil de áreas de estudo”, todos os grupos investigados originaram-se e continuam a funcionar em áreas pobres ou relativamente pobres. Em muitos casos, os grupos armados oferecem a crianças e jovens locais, de baixa escolaridade e socioeconomicamente marginalizados, sua primeira ou única chance de entrar no mercado (embora ilícito) de trabalho.

As descobertas seguintes foram feitas quando se comparou o envolvimento dos grupos armados investigados com economias ilícitas:

- **A forma mais comum de ganho econômico para os grupos envolvidos neste estudo foi o crime, no qual grupos armados de todos os países envolvidos participam de alguma forma.**

Os crimes informados pelos pesquisadores incluem basicamente: assaltos a mão armada; assaltos; roubos de carros e seqüestros.

O tipo de envolvimento com a atividade criminal variou por grupo, alguns estão envolvidos no que poderia ser considerado crime organizado, como o envolvimento das *bandas delinquentes* (Medellín), das CVOs (Filipinas) ou dos *Egbesu Boys* em seqüestros. Nesses casos, os territórios defensáveis desses grupos são um componente logístico importante para um seqüestro bem sucedido.

Membros entrevistados do Eso disseram aos pesquisadores que, quando ingressaram no OPC, fizeram um juramento que inclui o compromisso de não tomar parte em atividades criminosas. Em dezembro de 2002, entretanto, a polícia realizou prisões de membros do OPC, da facção *Gani Adams*, no estado de Ondo, no sudoeste da Nigéria, sob acusações criminosas como tentativa de homicídio, porte ilegal de armas e por pertencerem a uma sociedade⁶⁵ ilegal.

Membros de CVOs trabalhando em exércitos particulares, em Maguindanao, relataram salvas de tiros para o ar, a fim de simular um combate armado, de forma que a CVO pudesse roubar arroz e pertences depois que os moradores tivessem fugido.

As *naciones*, no Equador, e as *maras*, em Honduras e El Salvador, estão envolvidas com crimes de rua, como roubos armados, bater carteiras e furtos. É interessante que, com seu envolvimento no comércio de drogas, os crimes mais sérios em que esses grupos estão envolvidos costumam ser cometidos para os grupos do crime organizado ou juntamente com eles. Por exemplo, no Equador, crianças e jovens membros das *naciones*, entrevistados, disseram que carros

⁶⁵ Ver Ibrahim., Mohammed, “An Empirical Survey of Children and Youth in Organised Armed Violence in Nigeria: Egbesu Boys, OPC and Bakassi Boys as a Case Study” (2005), Centro de Democracia e Desenvolvimento (CDD em inglês), disponível em www.coav.org.br.



roubados eram entregues às *bandas*, a fim de serem vendidos em países vizinhos ou desmontados e vendidos em partes localmente.

Na África do Sul, muitas gangues mestiças apóiam logisticamente crimes executados por membros de gangue mais jovens fora do seu território. As gangues providenciam transporte, armas e uma bem desenvolvida rede de proteção para membros mirins, envolvidos em roubos ou furtos planejados. Uma prática semelhante é executada no Rio de Janeiro, onde, para abreviar os procedimentos, traficantes de droga emprestam armas para adolescentes e jovens da comunidade que desejem realizar assaltos armados em outros lugares da cidade.

- **A segunda forma mais comum de ganho econômico para os grupos envolvidos neste estudo foi o tráfico de drogas, do qual grupos armados de nove países participam.**

O tráfico de drogas se tornou uma das fontes principais de emprego para jovens negros e hispânicos em cidades dos EUA.⁶⁶ Com o aumento do desemprego em Chicago, após 1970, devido a um declínio dos empregos na indústria, muitas gangues de rua voltaram-se para a venda de drogas, a fim de proporcionar a tão necessária renda para os membros de gangue. Por exemplo, a venda de drogas ilícitas é a atividade econômica primária do *Conservative Vice Lord Nation*. Drogas ilegais, como Mandrax⁶⁷ e *crack*, vêm sendo o artigo básico comercializado por membros de gangues mestiças, da Cidade do Cabo, desde a década de 1980.

Espaços defensáveis são importantes para os grupos manterem e defenderem as operações de vendas de droga. Os *Black Gangster Disciples* controlavam reconhecidamente o comércio de drogas em 26 dos 28 blocos de edifícios do projeto Robert Taylor Homes, em Chicago. Ao vender drogas nos prédios e nos arredores, os membros da gangue refugiavam-se neles durante as batidas policiais e atiravam de seu interior contra gangues rivais por disputas territoriais. De forma parecida, no Rio de Janeiro, quadrilhas de traficantes usam comunidades inteiras de favelas como bases logísticas para venda de drogas. Como elas possuem poucas ruas, um emaranhado de becos tortuosos e pontos de acesso limitados, servem como bons espaços defensáveis contra os rivais e a polícia.⁶⁸

Nem todos os grupos investigados estão uniformemente envolvidos com a venda de drogas, algumas ramificações locais participam mais que outras. Isso pode ser devido a várias ligações com o crime organizado dentro do grupo. Por exemplo, o nível de envolvimento das *pandillas*, de El Salvador, no tráfico organizado de drogas é variável. Embora as entrevistas com os *pandilleros* demonstrem claramente seu envolvimento com a venda de drogas ilícitas na rua, o envolvimento com o comércio de drogas não é uma atividade uniforme para todas as *pandillas*. Aqueles que se envolvem com o tráfico de drogas mais organizado tendem a estar ligados a grupos do crime organizado, como os *banderos*, grupos de adultos altamente perigosos, envolvidos com tráfico de drogas, roubo organizado de carros, seqüestros e lavagem de dinheiro. No Equador, as *naciones* envolvidas com o tráfico de drogas também costumam estar ligadas a grupos do crime organizado, conhecidos por lá como *bandas*. Durante entrevistas, membros de *naciones* declararam que as

⁶⁶ Venkatesh, Sudir Alladi, and Steven D. Leavitt, 2000, “Are we a family or a business?” History and disjuncture in the urban American street gang,” *Theory and Society* 29:427-462. Hagedorn, John M. 2001 “Gangs and the Informal Economy.” Pp. 101-120 in *Gangs in America*, editado por Ron Huff. Sage, citado por Hagedorn., John M, “Institutionalised Gangs and Violence in Chicago” (2005), University of Illinois-Chicago, Great Cities Institute, at www.coav.org.br.

⁶⁷ Versão de rua de um sedativo farmacêutico descontinuado do mesmo nome.

⁶⁸ Dowdney 2003:73



bandas forneciam drogas (basicamente cocaína e maconha) a crédito para líderes de *naciones*, a fim de facilitar seu envolvimento inicial com a distribuição.

Nas Filipinas, jovens membros entrevistados das CVOs usadas como exércitos particulares falaram sobre seu envolvimento com *Malalaking lakad*, o termo utilizado para se referir às atividades ilegais do prefeito e uma das principais fontes de riqueza⁶⁹ do *pagali*. *Malalaking lakad* pode incluir qualquer atividade ilegal, desde seqüestros à extorsão, remoção de populações, assassinatos, tortura e tráfico de drogas. Um dos entrevistados falou sobre uma plantação de maconha pertencente ao chefe do *pagali* que sua CVO servia.

- **Grupos armados investigados em dois dos países envolvidos neste estudo extraíam reconhecidamente ganhos ilícitos, extorquindo dinheiro em troca de proteção para os moradores da comunidade.**

De acordo com um entrevistado, morador de Lagos, as casas da área têm de pagar cerca de N500 ao mês⁷⁰ por serviços de segurança aos membros do OPC. Motoristas de ônibus, em Lagos, também declararam aos pesquisadores que *area boys*⁷¹ coletavam contribuições deles em nome do OPC. O presidente dos Serviços de Vigilância do estado de Abia, Onwuchekwa Ulu, também alegou que seus *Bakassi Boys* são financiados em parte por tributos arrecadados do público⁷² local. Na Colômbia, pesquisadores também ouviram relatos de grupos paramilitares urbanos e *bandas delinquentes* taxando moradores das *comunas* de Medellín por serviços de proteção comunitária.

- **Grupos armados investigados em dois dos países envolvidos neste estudo controlam reconhecidamente negócios legais ou comércio.**

Pesquisadores ouviram relatos de entrevistados dizendo que grupos paramilitares e *bandas delinquentes*, em Medellín, controlam serviços de transporte e algum comércio nas *comunas* onde dominam. O chefe Rashied Staggie, do *Hard Living*, de acordo com moradores locais de Manenberg, também investiu na indústria legal de segurança.

- **Grupos armados investigados em cinco dos países envolvidos neste estudo pagam a seus membros salários fixos, basicamente por serviços armados.**

Todos os grupos armados investigados são uma fonte potencial de renda para seus membros. Isso pode acontecer indiretamente, através de apoio logístico para atividades criminosas,

⁶⁹ Como argumentou Camacho, alguns prefeitos de Maguindanao transformaram seus exércitos particulares em CVOs. Ver Camacho., Agnes Z.V. & Puzon, Marco P. & Ortega, Yasmin P., “Children and Youth in Organised Armed Violence in the Philippines: Contextualisation, Personal Histories and Policy Options” (2005), Centro de Programas de Traumas Psicossociais e Direitos Humanos para Estudos de Integração e Desenvolvimento, University of the Philippines, disponível em www.coav.org.br.

⁷⁰ Cerca de US\$ 0,4

⁷¹ Grupos de adolescentes constituídos em geral por crianças de rua.

⁷² “Nobody can bribe the Bakassi Boys”, Post Express on Sunday, 29 September, 2001, citado in Ibrahim, Mohammed, “An Empirical Survey of Children and Youth in Organised Armed Violence in Nigeria: Egbesu Boys, OPC and Bakassi Boys as a Case Study” (2005), Centro de Democracia e Desenvolvimento (CD Dem inglês), disponível em: www.coav.org.br.



como assalto a mão armada, ou diretamente, através de pagamentos únicos por tarefas específicas, salários baseados em comissão pelo tráfico de drogas em geral ou em salários fixos por serviços específicos.

Grupos armados que pagam salários fixos o fazem basicamente pelo desempenho de funções armadas. Entrevistas com membros de quadrilhas de traficantes, no Rio de Janeiro,⁷³ e com membros de *bandas delinquentes*, em Medellín, demonstram que os membros responsáveis pela proteção armada do território, por meio de presença e patrulhamento abertamente armados, recebem em geral salários fixos.

“Soldados” das gangues armadas mestiças da Cidade do Cabo, que são utilizados durante épocas de “guerra” entre gangues, são referidos como *laksman*, ou matadores, e recebem um salário fixo de R1000⁷⁴ mensais por seus serviços. Os *Bakassi Boys* recebem um ordenado fixo por patrulhamentos armados e atividades de vigilância, como também os Eso do OPC.

Alguns dos grupos investigados não têm ganhos financeiros como unidade funcional; conseqüentemente, não pagam salários fixos. Em vez disso, oferecem aos membros o apoio logístico necessário para executar crimes ou tráfico de drogas e, em troca, esses membros pagam uma remuneração mensal ao líder do grupo. Esse é o caso com muitos das *naciones*, *maras* e *pandillas*, cujos membros se tornam individualmente envolvidos em atividades criminais por meio do grupo, quase como se partes de uma cooperativa criminal. No Equador, por exemplo, membros entrevistados das *naciones* relataram ter de pagar ao grupo de US\$ 5 a US\$ 20 por mês em remuneração ou *cuotas*. O dinheiro ganho com remunerações pagas pode ser usado para comprar armas de fogo e outras necessidades do grupo, ou guardado por alguém em posição elevada na cadeia de comando. Em El Salvador, por exemplo, os entrevistados declararam que o *palabrero*⁷⁵ explora seus membros mais jovens e de escalão mais baixo para ganhos pessoais, ao reter uma boa porção do dinheiro ganho para ele.

Embora recebendo uma soma fixa em épocas de “guerra” de gangues, os membros das gangues mestiças de Manenberg também relataram ter de pagar tributo de proteção para as próprias gangues, quando possuem emprego legítimo. Isso era importante para que a proteção da gangue não fosse removida, deixando o membro exposto a uma vingança de morte de outra gangue.

Como observado em “Perspectivas históricas”, grupos armados em oito dos países envolvidos neste estudo não possuem origens criminosas. Entretanto, desde seu envolvimento com o crime, incluindo o tráfico de drogas, a transformação em entidades lucrativas aumentou muito seu potencial para ser auto-suficientes em armas e financeiramente. Além disso, poder oferecer a adolescentes e jovens pobres e excluídos acesso ao dinheiro e a bens de consumo torna esses e outros grupos armados ainda mais atraentes para recrutas potenciais.

⁷³ Dowdney 2003:48.

⁷⁴ Cerca de US\$ 165.

⁷⁵ Posição máxima em uma *clika*, a ramificação de bairro de uma *pandilla*.

VIOLÊNCIA ARMADA

Este capítulo apresenta os tipos principais de violência e confrontos armados em que os grupos investigados participam. As estimativas dos níveis de violência armada em que os grupos estão envolvidos, baseadas em estatísticas de saúde pública relacionadas à mortalidade e a outros indicadores, são discutidas na Parte III.

Grupos armados participam de conflitos violentos por diversas razões. Entretanto, os tipos principais de violência armada em que esses grupos participam são apresentados abaixo.

- **Disputas territoriais: grupos armados em oito dos países envolvidos neste estudo participam de confrontos armados com grupos rivais por território.**

Todos os grupos armados investigados para este estudo podem ser considerados territoriais. A importância do território pode ser simbólica (relacionada à autodefinição, isto é, étnica), prática (relacionada à proteção e segurança), social/política (relacionada ao controle da população) ou econômica (relacionada ao controle de mercados ou recursos ilícitos baseados no local). A maioria das disputas territoriais entre grupos armados, que foram relatadas aos pesquisadores durante este estudo, foram por razões econômicas ou simbólicas.

A razão econômica mais comum para as disputas territoriais é a competição entre grupos pelo controle do tráfico de drogas. Como discutido em “Atividades econômicas”, a dominação sobre espaços defensáveis pelo controle da venda de drogas é comum aos grupos, em nove dos dez países cobertos pelo estudo.

O simbolismo do território é também um fator claro nas disputas territoriais entre os grupos investigados neste estudo. Em El Salvador, as *clikas*⁷⁶ se definem territorialmente, já que são unidades de nível local constituídas por membros de uma área distinta. Confrontos armados, portanto, podem ocorrer mais em decorrência da violação de fronteiras demarcadas por uma *pandilla* rival do que por razões estritamente econômicas, relacionadas ao controle territorial, como o tráfico de drogas. Esse foi também o caso no Equador, onde as células⁷⁷ dentro das *naciones* são formadas por jovens de uma determinada zona.

Em Medellín, as disputas pelo controle territorial das *comunas*, por vários atores armados nos últimos quinze anos, têm sido por razões políticas, práticas e econômicas. Em 1993, com a morte de Pablo Escobar, as *bandas delincuentes* envolvidas com tráfico de drogas que haviam previamente estado sob seu controle começaram a se re-estabelecer independentemente, causando disputas territoriais ferozes pelo controle de *barrios*⁷⁸ e *comunas* de 1995 a 2000. Desde 2000, grupos paramilitares vêm fazendo avanços nessas áreas num esforço para expulsar milícias e guerrilhas ligadas à FARC⁷⁹, ao ELN⁸⁰ e a outros. Assim, as *bandas delincuentes* territorialmente definidas vêm se tornando subordinadas ao controle dos grupos paramilitares ou, se particularmente fortes, agido em parceria ou entrado em confronto com eles.

⁷⁶ Ramificações de bairro de uma *pandilla*.

⁷⁷ Ramificações de bairro de uma *nacion*.

⁷⁸ Zonas ou bairros pobres.

⁷⁹ *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*.

⁸⁰ *Ejército de Liberación Nacional de Colombia*.



Fotografia 1.3: Membro da OPC, Nigéria / Okoro Kelechi 2004.

Um integrante da OPC mostra sua carteira, o ‘Código de Conduta’ e as armas usadas pelo grupo.

- **Rivalidade: grupos armados em sete dos países envolvidos neste estudo participam da violência armada devido à rivalidade com grupos opositores.**

A rivalidade foi um motivo exposto por membros dos grupos entrevistados como não sendo econômico ou territorial (embora as razões subjacentes para a rivalidade possam estar nesses motivos), mas relacionada à autodefinição, aos ideais, a questões étnicas, a alianças de clãs ou a quando os princípios do grupo estão em oposição àqueles de outros grupos.

Por exemplo, embora entrevistas com membros negros de gangue, em Chicago, demonstrem que os conflitos entre as gangues negras estão baseados principalmente no controle territorial do comércio de drogas; os membros de gangue latinos entrevistados viam a defesa de suas “cores”⁸¹ e a retaliação como a razão principal para as violentas disputas de gangue. É interessante que, na África do Sul, exista a mesma divisão entre *Americans* e *Hard Livings*: os primeiros vendo o comércio de drogas como razão principal dos confrontos armados com outros grupos, e os últimos declarando que a violência armada com membros de gangue rivais surge, principalmente, devido a incidentes relacionados à honra ofendida, a mulheres ou à retaliação pelo roubo de um colega membro da gangue.

Em El Salvador, durante entrevistas realizadas com 938 *pandilleros*, em San Salvador, para o estudo⁸² “Barrio Adentro”, a maioria dos entrevistados (39,7%) citou a “rivalidade” como razão

⁸¹ “Cores” refere-se à cor associada a um código particular de roupas de gangue, como vermelho para os *Bloods* ou azul para os *Crips*, duas gangues rivais que se originaram em Los Angeles. “Cores” veio a se tornar um termo genérico mais relacionado à autodefinição do grupo, da mesma forma que um patriota pode falar em defender a bandeira de seu país.

⁸² Santacruz, M. e Concha-Eastman, A., 2001, *Barrio Adentro: la solidaridad violenta de las pandillas.*, San Salvador, El



principal para disputas com outras *pandillas*. “Rivalidade” foi visto pelos entrevistados como diferente de “defesa do território” (21,4%), “autodefesa” (10,7%) ou vingança (6,8%).

Nas Filipinas, “vendetas” entre *pagalis* opostos são referidas como *lidos*. Embora a *lido* possa ocorrer por algumas razões, ela está baseada na rivalidade entre *pagalis* que competem e pode continuar a fazê-lo por gerações. Como as CVOs são usadas por líderes *pagali* como exércitos particulares, os membros de CVOs se tornam muitas vezes envolvidos em *lidos*.

- **Vigilância e execuções sumárias: grupos armados, em cinco dos países envolvidos neste estudo, participam da violência devido à vigilância e/ou para realizar execuções sumárias.**

Moradores de Aba, entrevistados para este estudo, relataram execuções sumárias de criminosos suspeitos realizadas por *Bakassi Boys*. Um homem que havia sido detido por eles como suspeito de um crime contou o seguinte:

Enquanto eu estava detido, eles trouxeram um jovem e o mataram na minha frente. Ele tinha entre dezessete e vinte anos. Eles o mataram com um facão e um porrete.

Como observado em “Relações com a comunidade”, as CVOs entrevistadas para este estudo relataram a tortura e morte, por outros de seus membros, de três adolescentes suspeitos de serem responsáveis pela morte de um membro de *pagali*. No Rio, traficantes de droga também são responsáveis por infligirem castigos físicos (como surras, expulsão da comunidade ou raspagem da cabeça de mulheres)⁸³ e por realizarem execuções sumárias daqueles considerados culpados de “crimes”.

P: E você já matou alguém?

R: Já.

P: *Em qual circunstância?*

R: *Ah, ele meteu bronca na favela [...] ele robô uma loja de material dentro da favela. Ele deu azar que eu tava passando na hora [...] aí eu e mais um amigo⁸⁴ próximo, aí eu chamei e levamo ele.*

Soldado,⁸⁵ 16 anos

- **Contra as forças do estado: grupos armados em quatro dos países envolvidos neste estudo participam de confrontos armados com forças do estado.**

Salvador: IOUDP, OPS, citado por Carranza., Marlon, “Detention or death: where the ‘pandillero’ kids of El Salvador are heading” (2005), Universidad Centroamericana José Simeón Cañas / Instituto Universitario de Opinión Pública (IUOP), disponível em www.coav.org.br.

⁸³ Dowdney 2003:66.

⁸⁴ Gíria para colega de quadrilha.

⁸⁵ Soldado – termo usado pelas quadrilhas de traficantes, do Rio de Janeiro, para se referir aos trabalhadores armados responsáveis pela segurança na favela.



O atual governo democrático da Nigéria continuou a militarizar a área do delta do Níger, enviando para lá polícia antemotim, soldados e pessoal da marinha. Assim, jovens armados dos *Egbesu Boys* estão em confronto contínuo com forças do estado. Em resposta a essas ações, jovens armados seqüestraram e depois mataram 12 agentes policiais em Odi, no estado de Bayelsa, em novembro de 1999.⁸⁶ O governo respondeu invadindo Odi com contingentes militares armados, o

que levou à morte de centenas de pessoas, inclusive mulheres, crianças e funcionários da segurança.⁸⁷

Pesquisadores também levantaram relatos de choques entre tropas do governo e CVOs, nas Filipinas, durante este estudo. Membros da 601ª Brigada do Exército Filipino entraram em conflito com um grupo de CVOs em Lumabao, Maguindanao. A página do Lawaran MILF, na Internet, relata: “Os soldados estavam perseguindo um grupo de seqüestradores quando encontraram as CVOs, que são ironicamente um componente civil do exército filipino. O breve conflito armado resultou na captura de um rifle M-14 e de alguns pertences de membros das CVOs em fuga.”⁸⁸

Como demonstrado na matéria de jornal a seguir, as quadrilhas de traficantes do Rio de Janeiro estão também em confrontos armados regulares com a polícia militar.

Guerra entre traficantes de droga deixa sete mortos no Rio⁸⁹

Confrontos armados entre traficantes de droga deixaram sete mortos na favela da Rocinha desde a última sexta-feira. Outros 200 policiais foram enviados para o local esta manhã [...] O tenente Marcelo Rolim e o soldado Luiz Cláudio Gomes Ramos foram também mortos no confronto da noite passada [...] Outras duas vítimas eram moradores da comunidade. Uma monitora de ônibus escolar, Fabiana Santos Oliveira, de 24 anos, e um skatista profissional, Wellington da Silva, de 27 anos, foram mortos por balas perdidas.

Confrontos armados entre *pandillas* e *naciones* e a polícia de El Salvador, Honduras e do Equador, respectivamente, não são, entretanto, informados como ocorrência regular ou mesmo comum pelos pesquisadores participantes deste estudo.

- **Disputas internas: grupos armados em quatro dos países envolvidos neste estudo foram descritos como participando da violência armada devido a disputas internas.**

Por exemplo, todos os membros de gangue entrevistados em Chicago comentaram sobre uma crise interna de controle em sua gangue, devido à emergência de facções renegadas, o que resultou em disputas internas violentas. Um gângster entrevistado via o surgimento das gangues renegadas como resultado da eficiência da polícia em prender líderes de gangue.

⁸⁶ Okonta, I., 2000, “The Lingering Crisis in Nigeria’s Niger Delta and Suggestions for a Peaceful Resolution” Trabalho apresentado no Centro de Democracia e Desenvolvimento, no. 1, citado por Ibrahim., Mohammed, “An Empirical Survey of Children and Youth in Organised Armed Violence in Nigeria: Egbesu Boys, OPC and Bakassi Boys as a Case Study” (2005), Centro de Democracia e Desenvolvimento (CDD em inglês), disponível em: www.coav.org.br.

⁸⁷ Anistia Internacional (2000) “Nigeria: Fear of Human Rights Violations as Troops Pour into the Niger Delta” Annual Report: Nigeria, Library-News Service 220/99 AI Index:AFR/99

⁸⁸ Ver Camacho, Agnes Z.V. & Puzon, Marco P. & Ortega, Yasmin P., “Children and Youth in Organised Armed Violence in the Philippines: Contextualisation, Personal Histories and Policy Options” (2005), Centro de Programas de Traumas Psicossociais e Direitos Humanos para Estudos de Integração e Desenvolvimento, University of the Philippines, disponível em www.coav.org.br.

⁸⁹ Guerra de traficantes deixa sete mortos no Rio, 10/04/04, www.diarioweb.com.br



Veja bem, eu quero falar pra vocês de outra coisa. Eles acham que são muito espertos, tirando todo o queijo [líderes de gangue] das ruas, eles fuderam com tudo. Vocês deixaram um grupo com pessoas jovens malucas aqui fora [...] vocês deixaram a gente aqui fora com ninguém para dizer [o que fazer]. Porque, naquela época, pergunta a qualquer um, os GDs⁹⁰ tinham estrutura [...] Agora, vocês só têm bandidos. Cada um por si, vocês têm todos os tipos de gângsteres aqui fora. É um monte de bandido, porque não tem ordem.

- **Disputas étnicas ou de clã: grupos armados em dois dos países envolvidos neste estudo participam de confrontos armados com outros grupos étnicos ou clãs.**

Além de confrontos armados com as forças de segurança do estado e com o pessoal das companhias de petróleo, os *Egbesu Boys* estão em conflitos regulares com outros grupos étnicos na região do delta do Níger. Por exemplo, em maio de 1999, o Movimento Para a Sobrevivência Itsekiri declarou que um grupo de *Egbesu Boys*, supostamente da Juventude Armada Ijaw, seqüestrou 186 adultos e crianças durante um conflito com a Juventude Itsekiri. O Movimento Para a Sobrevivência Itsekiri também afirmou que a maioria das vítimas seqüestradas foi assassinada e que 30 cidades e vilarejos Itsekiri foram subseqüentemente queimados.⁹¹

De forma semelhante, as CVOs se vêem muitas vezes envolvidas em conflitos mortais de clãs, devido a *lido* entre *pagalis* rivais, o que pode ocasionar mortes por vingança.

⁹⁰ Gangster Disciples

⁹¹ Ver Ibrahim., Mohammed, “An Empirical Survey of Children and Youth in Organised Armed Violence in Nigeria: Egbesu Boys, OPC and Bakassi Boys as a Case Study” (2005), Centro de Democracia e Desenvolvimento (CD Dem inglês), disponível em: www.coav.org.br.

TIPOLOGIA DOS GRUPOS ARMADOS INVESTIGADOS

Este capítulo compara os grupos investigados a fim de estabelecer até que ponto eles podem ser considerados como mais ou menos ativos, dentro dos critérios estabelecidos pela definição de trabalho da violência armada organizada.⁹²

As considerações metodológicas para essa comparação estão baseadas na combinação de duas técnicas: Julgamento Categórico e Julgamento Comparativo.⁹³ Limitações na metodologia e no cálculo de cada uma dessas técnicas, para este estudo de caso em particular, levaram à criação de uma metodologia “mista” que pudesse se beneficiar de ambas as aplicações. O texto a seguir aponta brevemente como essa metodologia funciona e prossegue apresentando os resultados dessa análise comparativa.

Critério para comparação

A definição de trabalho da violência armada organizada inclui cinco critérios relacionados à estrutura de trabalho e às funções dos grupos armados, que podem ser consideradas como relevantes para seus níveis de organização, dominação local e envolvimento com a violência armada. Eles serão listados abaixo, juntamente com os atributos usados quando se compara esses critérios entre os grupos investigados:

Elementos de uma estrutura de comando: três tipos de estrutura de comando foram identificados entre os grupos investigados: hierarquias militarizadas, estruturas corporativas formais e grupos organizados horizontalmente, com células ou ramificações⁹⁴ locais descentralizadas. Embora os tipos de estrutura não reflitam necessariamente os níveis de violência em que os grupos estão envolvidos, uma cadeia de comando mais estruturada tende a estar presente em grupos que estão mais profundamente envolvidos com o crime organizado, que entram em confronto mais freqüentemente com forças do Estado ou outros grupos armados. Nessa estrutura comparativa, os grupos com uma estrutura de comando hierárquica e militarizada são considerados como mais organizados do que aqueles com células locais descentralizadas.

Poder sobre território: todos os grupos investigados estabeleceram fronteiras territoriais dentro das quais operam. Quando se comparam os níveis de dominação sobre território que os grupos

⁹² Ver “metodologia”.

⁹³ Guedes, L.E. e Sacaldini, M.S.T., *Aplicação de técnicas de escalagem psicossocial na avaliação da violência juvenil organizada*, ISER, 2004.

Guedes, L.E. e Sacaldini, M.S.T., *Relatório de Avaliação de Demanda por Programas Sociais em Belford Roxo: Estudo de caso do Lote XV*, ISER, 2004

JOHNSON, L.; KOTZ, N. *Thurstone's theory of comparative judgment*. Encyclopedia of Statistical Sciences. New York: Wiley, 1989. V. 9, p.237-239.

SAATY, T. L. *The Analytic Hierarchy Process*. Pittsburgh, RWS, 1994.

SOUZA, G. *The Law of Categorical Judgment Revisited*, Relatório de Pesquisa. Brasília, Embrapa-SEA, 2000.

SOUZA, J. *Métodos de Escalagem Psicossocial*. Brasília, Thesaurus, 1998.

TORGERSON, W. S. *Theory and Methods of Scaling*. New York, Wiley, 1958.

⁹⁴ Ver “Estrutura de Comando”.



investigados exercem, os seguintes fatores são considerados em ordem de importância: capacidade para defender o território contra grupos rivais; influência e controle da movimentação dos moradores locais entre as demarcações territoriais; influência ou controle da entrada e presença do aparato de estado (serviços públicos/forças de segurança); e os níveis em que os membros do grupo são uma presença abertamente armada dentro das áreas onde operam.

Poder sobre a população: Quando se comparam os níveis de dominação sobre a população local que os grupos investigados exercem dentro de seu território, os seguintes fatores são considerados em ordem de importância: até que ponto a presença do grupo afeta o comportamento dos moradores locais não envolvidos (isto é, não sair tarde da noite); até que ponto a presença do grupo interfere no relacionamento entre a população local e o Estado (isto é, incapacidade dos moradores locais de denunciar um crime às autoridades por medo de represália); até que ponto o grupo é responsável pela “ordem social” dentro da comunidade, através da manutenção de leis paralelas e da provisão de justiça no lugar do aparato do governo; e os níveis em que membros do grupo são uma presença abertamente armada nas áreas em que operam.

Poder sobre recursos: quando se comparam os níveis de dominação sobre os recursos locais que os grupos investigados exercem, os seguintes fatores são levados em conta em ordem de importância: até que ponto os grupos controlam recursos ilícitos dentro de seus territórios demarcados (tráfico de drogas, atividades criminais, extorsão etc.); até que ponto os grupos controlam recursos lícitos dentro de seus territórios demarcados (empresas comerciais; transporte privado; recursos naturais); e até que ponto os grupos controlam recursos do governo dentro de seus territórios demarcados (isto é, controle dos serviços públicos e de contratos governamentais).

Violência armada: devido às dificuldades de se coletar dados confiáveis sobre homicídios relacionados a armas de fogo, em todas as áreas onde os grupos investigados atuam⁹⁵, medir os níveis de violência armada em que participam pode se tornar um processo extremamente subjetivo. Estimativas das seguintes variáveis foram utilizadas, em ordem de importância, numa tentativa de minimizar a subjetividade desta comparação: tipos de armas usados (o uso de revólveres e pistolas sendo considerado como representativo de ações armadas menos “violentas” que o uso de rifles automáticos e outras armas de guerra, como granadas de mão e metralhadoras); o tipo de confrontos armados em que os grupos estão envolvidos (isto é, apenas com grupos rivais ou com grupos rivais e a polícia e/ou militares); o número de atores armados envolvidos e a duração dos confrontos armados típicos (isto é, individual / trocas de tiro rápidas em pequena escala ou confrontos prolongados entre grupos fortemente armados); os níveis em que os membros do grupo são uma presença abertamente armada nas áreas onde operam; e, quando possível, levando em consideração os níveis de homicídios por arma de fogo registrados nos territórios dominados.

Metodologia comparativa

Após definir como os critérios mencionados acima iriam ser comparados entre os grupos, cada um deles foi colocado numa escala comparativa de importância, usando-se o sistema de pontos, indicado na tabela abaixo. Isso foi feito avaliando-se que critérios são mais ou menos importantes para um grupo ser considerado uma presença mais forte ou mais fraca, e mais ou menos

⁹⁵ Ver Parte III.



ativa em seu território, dentro do contexto da definição de trabalho da violência organizada e armada.

Metodologia comparativa

Pontuação	Significado da pontuação
1	A é igual a B
3	A é um pouco mais forte que B
5	A é mais forte que B
7	A é muito mais forte que B
9	A é muito muito mais forte que B
1/3	B é um pouco mais forte que A
1/5	B é mais forte que A
1/7	B é muito mais forte que A
1/9	B muito muito mais forte que A

Usando-se o sistema comparativo de pontos ‘A versus B’ indicado acima, uma matriz de avaliação dos cinco critérios foi então criada. Como demonstrado na tabela abaixo, A refere-se àqueles critérios no eixo A (vertical) e B refere-se aos critérios no eixo B (horizontal). No eixo diagonal, vemos o ponto 1 descendo do canto esquerdo superior para o canto direito inferior, já que em todos os casos em que um critério no eixo A é comparado ao mesmo critério no eixo B, como A é igual a B, o resultado obtido é 1.

A - B	Estrutura de comando	Poder sobre o território	Poder sobre a população	Poder sobre os recursos	Violência armada
Estrutura de comando	1	1/7	1/7	7	9
Poder sobre o território	7	1	1/3	1	7
Poder sobre a população	7	3	1	7	7
Poder sobre os recursos	7	1	1/7	1	9
Violência armada	9	7	7	9	1

Essa escala de “julgamento categórico”, apresentada na matriz acima, foi depois convertida em uma escala de “julgamento comparativo”, a fim de facilitar os cálculos gerados pela matriz. A tabela a seguir mostra o critério usado para essa conversão.⁹⁶

⁹⁶ Para mais informações sobre a metodologia de conversão de escalas, ver Guedes & Sacaldini, ‘Aplicação de técnicas de escalagem psicossocial na avaliação da violência juvenil organizada’, ISER, Rio de Janeiro, 2004.

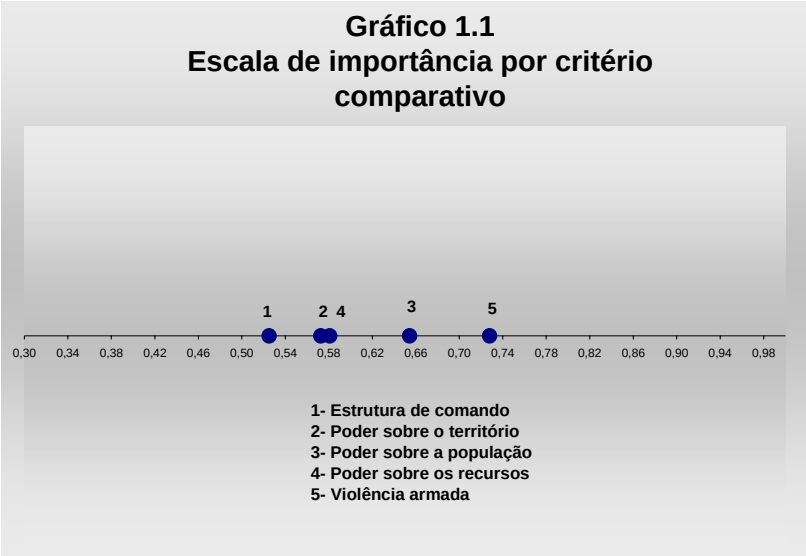
	Pontuação
1 – Estrutura de comando	0,525
2 – Poder sobre território	0,581
3 – Poder sobre a população	0,654
4 – Poder sobre os recursos	0,573
5 – Violência armada	0,728

Seguindo-se essa conversão, a pontuação dada a cada um dos critérios foi calculada usando-se a técnica⁹⁷ de julgamento comparativo e os resultados estão mostrados abaixo.

Pontuação Comparativa	
Julgamento categórico	Julgamento comparativo
1	50%
3	60%
5	70%
7	80%
9	90%
1/3	40%
1/5	30%
1/7	20%
1/9	10%

Numa interpretação rápida dessa tabela, é possível verificar que dentro dos parâmetros desta análise comparativa, o critério “violência armada” é considerado como o mais importante, quando determina a força da presença e o nível de atividade de um grupo armado dentro do território onde opera. Com a aplicação da metodologia mostrada acima, cada critério pode ser colocado na ordem de importância determinada no contexto desta análise. Essa escala de importância é apresentada no gráfico abaixo.

⁹⁷ Ibid. nota 108.



Após determinar sua ordem de importância na relação de um com o outro, cada critério é então colocado numa escala que tem uma variação de 0 a 1. Isso é feito a fim de determinar o peso de importância assinalado a cada critério quando comparados entre os grupos. Essa escala é apresentada na tabela abaixo.

Critério	Representação numérica da importância comparativa
1 – Estrutura de comando	0,17
2 – Poder sobre território	0,19
3 – Poder sobre a população	0,21
4 – Poder sobre os recursos	0,19
5 – Violência armada	0,24

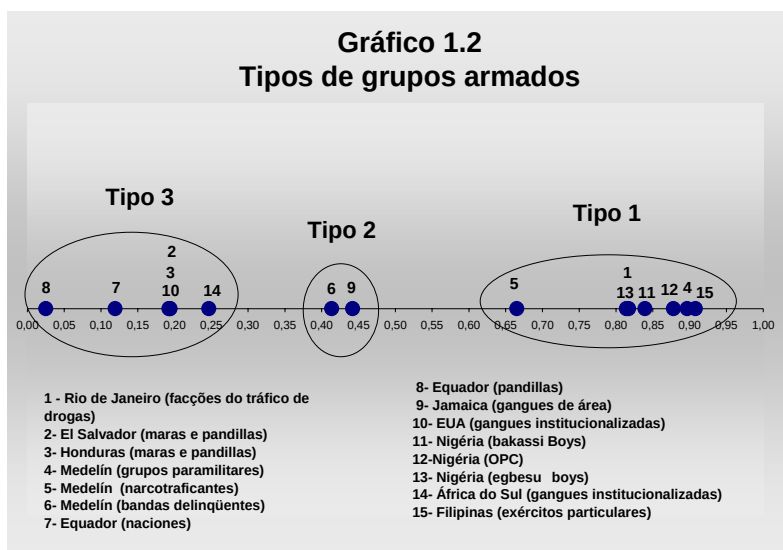
Tendo estabelecido a importância comparativa relativa de cada critério, cada grupo investigado foi comparado então em relação aos critérios. O mesmo processo de conversão de escala indicado acima foi utilizado resultando em cinco matrizes, cada uma representando um dos julgamentos comparativos sendo feitos. Dessas cinco matrizes, uma matriz solitária foi calculada, que comparou um grupo com o outro por meio de cada critério, levando em consideração a importância assinalada para cada critério no sistema comparativo apresentado aqui. Os resultados dessa matriz estão apresentados na tabela baixo.

Numeração dada aos grupos armados investigados

1 – Rio de Janeiro (facções de drogas)	0,817
2 – El Salvador (maras e pandillas)	0,194
3 – Honduras (maras e pandillas)	0,194
4 – Medellín (paramilitares)	0,887
5 – Medellín (narcotraficantes)	0,665
6 – Medellín (bandas delinquentes)	0,414
7 – Equador (naciones)	0,119
8 – Equador (pandillas)	0,025
9 – Jamaica (‘area gangs’)	0,442
10 – Chicago (gângues institucionalizadas)	0,192
11 – Nigéria (Bakassi Boys)	0,839
12 – Nigéria (OPC)	0,878
13 – Nigéria (Egbesu Boys)	0,814
14 – África do Sul (gângues institucionalizadas)	0,247
15 – Filipinas (CVOs como exércitos privado)	0,908

Tipologia de grupos armados investigados

Os resultados apresentados na tabela acima são mais bem compreendidos quando representados pelo gráfico a seguir.





Ao se analisar esse gráfico, três tipos de grupos armados são claramente identificáveis.

Os grupos do **Tipo 1** possuem uma estrutura de comando militarizada e hierárquica, defendem seu território contra grupos rivais, são uma presença abertamente armada onde agem, podem controlar a movimentação da população local e inibir a presença de serviços públicos, incluindo as forças de segurança do Estado em alguns casos, tendem a ser responsáveis pela manutenção da ordem social entre a população local e a provisão de justiça em lugar do Estado, e dominam os recursos locais ilícitos e lícitos (incluindo contratos de governo em alguns casos). Os grupos armados do Tipo 1 costumam entrar em confronto regular ou intermitente com outros grupos armados e/ou forças do Estado, como os militares e a polícia.⁹⁸ Esses confrontos podem envolver o uso de armas de guerra, um número relativamente alto de atores e podem ter uma duração prolongada (isto é, continuar por algumas horas).

Ambos os grupos do **Tipo 2** possuem estruturas de comando hierárquicas, embora possam ser considerados como menos militarizados que os grupos do Tipo 1. Sua dominação sobre o território e a população é superior à dos grupos do Tipo 3, devido ao controle da movimentação da população local se necessário e à manutenção da ordem social, por meio da provisão de justiça dentro da comunidade às vezes. Embora as *bandas*, em Medellín, possam andar abertamente armadas na comunidade, há menos probabilidade de assim estarem do que seus similares na mesma cidade. As *area gangs*, em Kingston, não são uma presença abertamente armada fora das épocas de conflito, embora exerçam níveis consideravelmente mais altos de controle sobre a população local através da provisão de justiça do que os grupos do Tipo 3. Ambos os grupos do Tipo 2 podem ser considerados como tendo mais controle sobre os recursos locais lícitos dos que os do Tipo 3, com as *area gangs* da Jamaica tendo uma história de paternalismo político e de controle dos contratos do governo dentro de suas comunidades-guarnição. Esses dois grupos estão raramente em confronto direto com forças do Estado ou com a polícia e não interferem na entrada de forças do Estado nas áreas onde agem. Os tipos de confrontos armados em que as *bandas* de Medellín participam tendem a ser mais militarizados e podem ser semelhantes àqueles em que os grupos do Tipo 3 participam, devido à sua proximidade com outros atores armados do conflito civil na Colômbia.

Os grupos do **Tipo 3** possuem uma estrutura menos militarizada e hierárquica, defendem seus territórios contra grupos rivais, mas quase nunca controlam a movimentação dos membros da comunidade “não envolvidos” onde agem, nem inibem a presença de forças de segurança do Estado se elas decidem entrar nessas áreas. Embora os moradores locais possam temê-los, os grupos armados do Tipo 3 não mantêm a ordem social, leis paralelas ou a provisão de justiça dentro das comunidades onde agem e só vão interferir no relacionamento entre os moradores locais e o Estado no que diz respeito à delação de atividades criminais em suas áreas. Todos esses grupos armados controlam os recursos ilícitos dentro de seus territórios, principalmente o comércio de drogas ilícitas e, às vezes, isso leva a investimentos na economia lícita local. Entretanto, eles não recebem contratos do governo por serviços dentro da comunidade como é o caso de alguns grupos dos Tipos 1 e 2. Embora os grupos do Tipo 3 possam andar fortemente armados, eles quase nunca são uma presença abertamente armada na comunidade fora das épocas de conflito. O tipo de confronto

⁹⁸ Os Bakassi Boys pode ser uma exceção a isso; como grupo vigilante, são uma presença abertamente armada em seus territórios e podem entrar em conflito com outras milícias étnicas. Entretanto, em vez de estar em conflito com forças de estado, eles tendem a trabalhar em conjunto com o governo local.



armado em que estão envolvidos tende a incluir menos atores armados do que os confrontos em que os grupos do Tipo 1 participam, costumando ser mais trocas de tiro rápidas que confrontos prolongados, com elevado número de atores. Embora armas militares possam às vezes ser usadas por grupos do Tipo 3, sua preferência é por pistolas automáticas ou revólveres, que podem ser facilmente escondidos, e eles raramente entram em combate aberto com forças do Estado, como a polícia ou os militares.

Após esse processo comparativo, portanto, os grupos do Tipo 1 são uma presença “quase militar” nos territórios que dominam, exercem altos níveis de controle sobre a população local, lutam diretamente contra as forças do Estado quando necessário e usam armas de guerra. Os grupos do Tipo 3 possuem características menos militarizadas, menos controle sobre a população local nas áreas onde dominam, evitam confronto direto com o Estado e, em alguns casos, são mais representativos das noções tradicionais de “gângues de jovens”. Os grupos do Tipo 2 são os que compartilham características com os do Tipo 1 e 3.

Embora os grupos do Tipo 1 sejam uma presença abertamente armada, nas comunidades onde dominam, e tendam a estar em confronto armado contínuo ou intermitente com forças do Estado, seria um erro se referir a eles como sendo os mais “violentos” ou “perigosos” dos grupos armados investigados. Esse sistema comparativo foi idealizado para comparar os grupos investigados dentro dos parâmetros semânticos estabelecidos para a categoria violência armada organizada, como indicado pelos critérios acima, a fim de entender melhor como esses grupos funcionam. Ele não foi concebido para avaliar quais grupos podem ser considerados como mais violentos. As estatísticas sobre homicídios com arma de fogo de algumas das áreas cobertas por este estudo parecem comprovar isso.⁹⁹ Por exemplo, as taxas de mortalidade relacionadas a armas de fogo para a população de Chicago em geral (onde os grupos do Tipo 3 agem) são semelhantes às encontradas no Rio e em Medellín (onde os grupos do Tipo 1 agem). As mortes por arma em El Salvador (onde os grupos do Tipo 3 agem) são consideravelmente mais numerosas *per capita* do que em todas essas três cidades. Embora se deva ter certa cautela aqui, uma vez que as taxas de mortalidade relacionadas a armas de fogo, em qualquer localidade, não representam aquelas causadas apenas pelos grupos armados que agem nelas, isso sugere que, mesmo participando de diferentes tipos de violência (militar em oposição a trocas de tiros rápidas), os grupos dos Tipos 1, 2 e 3 são responsáveis por diversos níveis de violência.¹⁰⁰

⁹⁹ Ver Parte III.

¹⁰⁰ Como discutido na Parte III, até que estatísticas relacionadas a armas de fogo, das localidades exatas onde os grupos agem, estejam disponíveis para um exame mais detalhado, há limites para comparações de taxas de mortalidade relacionadas a armas de fogo feitas entre cidades inteiras, quando se tenta comparar níveis de violência entre os grupos armados que agem nessas localidades.

FATORES DE RISCO COMUNS AO SURGIMENTO E À EXISTÊNCIA CONTÍNUA DOS GRUPOS ARMADOS INVESTIGADOS

Apesar da diferença clara na estrutura, operação e função dos 3 tipos¹⁰¹ de grupos armados investigados para este estudo, todos compartilham de certos fatores que causam e/ou contribuem para seu surgimento e existência contínua. Esses fatores de risco são externos aos grupos e estão listados abaixo.

1. Enclaves de pobreza urbanos: a violência armada organizada não é um problema que afete as áreas urbanas de modo uniforme. Em oito dos dez países cobertos por este estudo, grupos dominam territórios específicos no interior de centros urbanos. Em todos os casos, essas são áreas consideravelmente mais pobres que as das cidades que as cercam, são diferenciadas geográfica e socialmente e são referidas localmente por um nome específico, como favela, *comuna*, gueto, distrito ou *barrio*. A desigualdade socioeconômica das populações locais nessas áreas, comparada a outros setores da sociedade, tem sido um fator importante para o estabelecimento e a atividade contínua dos grupos investigados. Além disso, a clara demarcação geográfica dessas áreas foi importante para sua capacidade de definir e dominar territórios. Nos dois estudos de caso que não foram feitos em cenários urbanos,¹⁰² as linhas territoriais dos grupos investigados estão colocadas ao longo de demarcações étnicas e de clã estabelecidas, em oposição a áreas urbanas distintas. Nesses cenários, a pobreza tem sido um fator importante para o estabelecimento e a existência de grupos armados locais.

2. Uma alta porcentagem de jovens, níveis de escolaridade desproporcionalmente baixos e níveis de desemprego desproporcionalmente altos: as populações locais possuem uma porcentagem de menores de idade e de jovens proporcionalmente alta em muitas das áreas onde os grupos investigados agem. É importante observar que nesses cenários, os jovens tendem a possuir níveis de educação formal desproporcionalmente baixos e a serem afetados por níveis de desemprego desproporcionalmente altos, comparados a outras faixas etárias dentro da comunidade / bairro / cidade. Portanto, e como discutido na Parte II, grupos armados locais que oferecem acesso a emprego, dinheiro, ascensão social, posição e poder encontram uma fonte de recrutas muito dispostos, tornando o recrutamento voluntário desnecessário.

3. Presença do Estado limitada ou diferenciada: distanciando ainda mais os diferentes cenários geográficos, sociais e econômicos onde os grupos agem está a presença limitada ou diferenciada do Estado em seu interior. Em alguns dos estudos de casos apresentados aqui, o Estado se encontra quase totalmente ausente nessas áreas. Forças de segurança e outros serviços públicos, limitados ou ausentes, levam a uma quebra do contrato¹⁰³ social entre os moradores locais e o Estado. Na medida em que o Estado se torna cada vez mais distante, os grupos armados se transformam em uma presença inevitavelmente mais forte; a dominação do território, dos recursos e da população locais fica mais fácil quando os moradores se encontram afastados de governos que fracassam em

¹⁰¹ Ver “Tipologia dos Grupos Armados Investigados”.

¹⁰² Milícias étnicas e grupos vigilantes na Nigéria e CVOs usadas como exércitos particulares nas Filipinas.

¹⁰³ Dowdney 2003:58.



protegê-los e servi-los. Nos casos mais extremos, vemos o surgimento de grupos do Tipo 1 que começam a preencher papéis sociais, políticos e até militares tradicionalmente assumidos pelo governo. Em muitos casos, isso inclui a ordem social, através da introdução de leis paralelas e da provisão de justiça. Quando os grupos do Tipo 1 se tornam ainda mais entrincheirados devido à presença limitada do Estado, eles podem, por sua vez, inibir a entrada das forças do Estado usando seu relacionamento com a população local e se tornando mais ostensivamente uma força abertamente armada.

4. Corrupção do Estado: além de uma presença limitada, em todos os estudos de caso, o Estado está direta ou indiretamente envolvido com os grupos armados investigados. Isso pode acontecer por meio de apoio financeiro ou militar direto ou, mais tipicamente, através de representantes de Estado corruptos, principalmente na polícia. É questionável se esses grupos armados teriam um nível tão alto de acesso a armas, a economias ilícitas ou à capacidade de dominar os territórios onde agem se não fosse esse o caso.

5. Aparato do Estado violento: em oito dos estudos de caso, os grupos armados investigados não começaram como organizações criminosas, mas se tornaram ao longo do tempo, muitas vezes concomitantemente com um processo de repressão do Estado contra eles. Em todos, ou na maioria dos estudos de caso, os estados são responsáveis por tentarem lidar com grupos armados por meio principalmente de policiamento e políticas¹⁰⁴ legislativas reativos e repressivos. Na pior das hipóteses, isso inclui prisão arbitrária, tortura e execuções¹⁰⁵ sumárias. Os estados não podem ser considerados responsáveis pela violência que os grupos armados investigados perpetram. Entretanto, seu foco sobre a repressão vem fracassando, em muitos casos,¹⁰⁶ na redução da presença dos grupos ou dos níveis de violência em que eles estão envolvidos. Em alguns casos, táticas repressivas pioraram consideravelmente o problema, na medida em que alguns grupos reagiram, tornando-se cada vez mais organizados, armados e dispostos a enfrentar diretamente as forças do Estado.¹⁰⁷

6. Acesso a economias ilícitas: em todos os estudos de caso, os grupos armados se financiam completamente ou em parte através de atividades ilícitas ou criminais, principalmente o tráfico de drogas. Essa tem sido uma característica definidora de muitos grupos com respeito à territorialidade, ao uso de violência e, em alguns casos, ao empenho em controlar populações locais. Se o acesso a economias ilícitas fosse negado a esses grupos, por meio da legalização de drogas proibidas, por exemplo, sua auto-sustentabilidade financeira ficaria muito diminuída. Isso prejudicaria sua capacidade de oferecer aos jovens locais uma alternativa à pobreza e ao desemprego, assim como a de comprar armas de fogo e representantes do Estado corruptos, especialmente agentes policiais baseados nas ruas.

7. Acesso a armas de pequeno porte: armas de fogo são instrumentos que podem ser usados para dominação de território, de populações e de recursos locais, especialmente os ilícitos. Em todos os estudos de caso, os grupos armados têm acesso fácil a armas de fogo sofisticadas, incluindo aquelas usadas para a guerra, devido a: baixos níveis de controle de armas pelo Estado dentro dos países em

¹⁰⁴ Ver “Política pública: tendências atuais para se lidar com crianças e jovens na violência armada organizada”.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ Ver “Política pública: tendências atuais para se lidar com crianças e jovens na violência armada organizada”.

¹⁰⁷ Ver “Perspectivas históricas”.



questão;¹⁰⁸ altos níveis de proliferação de armas de pequeno porte dentro das regiões em questão, muitas vezes devido a conflitos vizinhos;¹⁰⁹ e/ou grupos que agem em áreas junto a rotas de trânsito ilícito de armas de pequeno porte.¹¹⁰

Dentro do contexto de definição de violência armada organizada, os grupos podem ser separados pelo tipo de estrutura de comando utilizada, pelo domínio sobre território, população e recursos, e pelos tipos de violência de que participam. Como discutido no capítulo anterior, os níveis de violência em que os diferentes grupos armados investigados tomam parte não correspondem apenas ao Tipo (1, 2 ou 3). O que fica claro, entretanto, é que os grupos armados do Tipo 1 agem mais nas áreas que são afetadas, num grau maior, pelos fatores de risco notados acima dos que nas áreas onde os grupos do Tipo 3 agem. Embora isso seja apenas uma observação, a esta altura, a correlação entre o grau em que uma área específica sofre esses fatores de risco e os tipos de grupo que agem nela é notável.

Esse é especialmente o caso daquelas áreas que sofrem um tratamento ausente ou diferencial do Estado ou a corrupção do Estado; todos os grupos do Tipo 1 investigados que exercem funções sociais, políticas ou até militares, normalmente desempenhadas pelo governo, o fazem em áreas onde o Estado tem pouca ou nenhuma presença. Como discutido em “Relações com a comunidade”, os grupos que são uma presença abertamente armada dentro de suas comunidades exercem mais dominação sobre território, população e recursos locais. A capacidade de ser uma presença abertamente armada na comunidade depende da ausência ou coerção das forças de segurança do Estado. Estar bem armado depende da capacidade do grupo de se tornar auto-sustentável financeiramente, na maioria dos casos através do tráfico de drogas e do acesso a armas de pequeno porte, devido ao controle negligente do Estado sobre armas ou por estar situado em rotas de comércio ilícito. Portanto, como discutido melhor em “Conclusões e Recomendações”, o que isso pode significar é que, ao limitar o grau em que fatores de risco afetam áreas específicas, pode ser possível tornar os grupos armados uma força local menos presente, armada e dominante.

¹⁰⁸ Como El Salvador, Brasil, EUA, Colômbia, Nigéria, África do Sul, Filipinas e Honduras.

¹⁰⁹ Como as Américas Central e do Sul, África e sudoeste da Ásia.

¹¹⁰ Como Jamaica, Nigéria e Brasil.

PARTE II

CRIANÇAS E JOVENS NA VIOLÊNCIA ARMADA ORGANIZADA

Crianças e jovens são empregados ou participam de todos os grupos armados investigados por este estudo. Embora seus níveis de participação e suas funções específicas variem por grupo e, apesar do fato de que os grupos estudados são diversos no tipo e no cenário geográfico, há certas semelhanças notáveis em seu envolvimento. Baseada em entrevistas¹ estruturadas, semi-estruturadas e informais, a Parte II identifica as afinidades e diferenças do envolvimento de crianças e jovens nos grupos armados cobertos neste estudo. A Parte II se concentra na história pessoal, no processo de envolvimento dos entrevistados, no por que ingressaram em grupos armados, nas suas funções de trabalho e participação na violência armada, nas suas perspectivas para o futuro e, finalmente, tece algumas breves considerações relativas à questão do gênero.

Essas crianças são muito vivas e, quando há uma crise, elas levam para o confronto novas habilidades... elas têm disposição e capacidade de matar ou seqüestrar expatriados das companhias de petróleo e militares nigerianos, e elas já fecharam e destruíram muita infra-estrutura do setor de petróleo em Warri e em outros lugares no delta do Níger.

Membro dos Egbesu Boys
Delta do Níger

¹ Ver “Metodologia”.

HISTÓRIAS PESSOAIS

A fim de identificar algumas tendências comuns na história pessoal das crianças e dos jovens entrevistados, membros de grupos armados, este capítulo apresenta certos fatores compartilhados por muitos dos entrevistados com respeito à família, escolaridade e situação econômica.

História de família

As seguintes semelhanças foram identificadas:

Famílias com apenas um dos pais: a semelhança mais notável, relacionada a histórias de família de crianças e jovens entrevistados em todos os países, foi aquela registrada nos que ainda viviam em casa; muitos moravam com apenas um dos progenitores, invariavelmente a mãe. Por exemplo, no Equador, 80% dos *pandilleros* com menos de 18 anos, entrevistados após detenções nas casas de trânsito (Hogar de Transito), viviam com apenas um dos progenitores, geralmente a mãe. As razões para os entrevistados morarem em famílias com um só dos pais variou por país. Em alguns casos, o casal havia se separado, em outros, os pais haviam simplesmente abandonado a família ou sido mortos. Esta última razão foi o caso para duas entre as dez crianças e jovens entrevistados, membros de CVOs, nas Filipinas. Em ambos as circunstâncias, a morte do pai levou-os a ingressarem nas CVOs enquanto ainda eram menores: um para buscar vingança pela morte do pai e o outro a fim de ganhar dinheiro suficiente para sustentar a família. Outro entrevistado, em Kingston, Jamaica, disse que havia assistido seu pai, “pistoleiro” de uma gangue local, ser morto pela polícia.

Violência no lar e más relações com a família: crianças e jovens entrevistados em sete dos dez países envolvidos neste estudo relataram violência no lar ou más relações com os pais. A violência no lar geralmente originava-se com os pais. No Equador, os entrevistados comentaram que a comunicação deficiente com os pais era o pior problema em casa, e todos disseram que preferiam suas *pandillas* ou *naciones* à família. Em El Salvador, alguns entrevistados declararam que seus padrastos eram violentos. Na Colômbia, crianças contaram experiências semelhantes.

Minha infância foi dura. Meu pai e minha mãe brigavam física e verbalmente; ainda há muitos conflitos. Minha infância foi dura porque fui obrigado a crescer [muito rápido], eles não estavam do meu lado quando deviam estar e minha mãe não conseguia encontrar nenhuma solução, ela era confusa e foi por isso que não tivemos uma boa educação.

Membro de 15 anos de uma *banda delincuente*
Medellín

Casas superlotadas: entrevistados de grupos armados em três dos países incluídos neste estudo disseram ter vivido em casas superlotadas, muitas vezes com famílias ampliadas. Na África do Sul, por exemplo, o número médio de membros na casa dos entrevistados era de oito pessoas, geralmente em apartamentos de dois ou três quartos. Nas Filipinas, o número médio de membros de uma residência entre os entrevistados era de seis e, no Equador, oito dos dez entrevistados

declararam morar em casas superlotadas. Além de ser um fator nos conflitos interfamiliares, casas muito cheias podem levar as crianças a preferirem passar mais tempo na rua. Como discutido em



“Processo de Envolvimento”, o tempo passado na rua e longe de casa é um fator que contribui para que crianças e jovens ingressem nos tipos de grupo armado investigados aqui.

Histórico escolar

A principal semelhança entre as crianças os jovens, entrevistados em todos os países, foi que quase todas elas haviam abandonado a escola imediatamente antes ou após terem ingressado em seus respectivos grupos.²

Na Cidade do Cabo, todos os oito membros de gangues entrevistados para este estudo haviam abandonado a escola após ingressarem numa gangue e nenhum deles estava estudando na época da entrevista. Na Colômbia, a maioria dos entrevistados, crianças e jovens, membros de *bandas delinquentes*, não estavam estudando. Na Nigéria, dos dez *Bakassi Boys* entrevistados, apenas dois haviam terminado a escola secundária e cinco nunca tinham estado nela. Dos 17 membros do *OPC* entrevistados, sete nunca haviam estado na escola. Em El Salvador, *pandilleros* falaram sobre baixo rendimento na escola, suspensões e expulsões e apenas um, dos 12 entrevistados com menos de 19 anos, estava estudando na época da entrevista. Nenhum dos 14 membros de gangues entrevistados, em Chicago, havia completado o segundo grau, tendo todos abandonado o curso imediatamente antes ou depois de terem ingressado na gangue.³ Nas Filipinas, nove dos dez membros de *CVO* entrevistados haviam abandonado a escola cedo. No Equador, apenas três dos 12 membros de *pandillas* e *naciones* entrevistados estavam estudando na época da entrevista.

Os entrevistados deram algumas razões por terem terminado os estudos prematuramente. As mais comuns foram:

Pobreza: falta de dinheiro para pagar as mensalidades escolares/abandono da escola para trabalhar.

A escola vista como não valendo a pena: muitas crianças e jovens entrevistados não viam a escola como algo que valesse a pena, já que, na sua opinião, era improvável que levasse a um emprego.

Eu quero ter dinheiro e ser um comerciante bem sucedido em vez de ir à escola. Sabe, as pessoas escolarizadas que temos neste país hoje não são ricas, então ir à escola não é minha prioridade, mas sim ganhar dinheiro como homem de negócios e proporcionar à minha família todas as coisas boas da vida, incluindo escola.

Membro de 16 anos dos *Bakassi Boys*,
Nigéria

Mau comportamento / expulsão: em muitos casos, a expulsão da escola se deveu ao fato de que os entrevistados já tinham ingressado em gangues ou grupos armados enquanto estavam na escola, e isso havia afetado seu comportamento dentro dela.

P. Até que série você cursou na escola?
R. Ah, até a terceira do segundo grau.
P. E como você não terminou?
R. Entrei pra gangue, briguei na escola.

Membro de gangue de Southside, Chicago

² É interessante notar que uma pesquisa no Brasil encontrou recentemente resultados semelhantes após um estudo quantitativo da população carcerária, no estado do Rio de Janeiro, realizado pela Fundação Getúlio Vargas. Os resultados demonstraram que, em 2003, 80,3% da população carcerária de 21 mil presos (96,7% dos quais eram homens e 66,5%, negros ou mestiços) não completaram o ensino básico. (Ver o artigo ‘*Young, single, poor black men are more likely to go to prison in Rio de Janeiro*’, 20/08/04, www.coav.org.br)

³ Alguns retornaram à escola como estudantes maduros.



Inimigos na escola: após o ingresso num grupo, especialmente gangues de rua, *pandillas* e *naciones*, quadrilhas de traficantes e *bandas delinquentes*, algumas crianças relataram ter de interromper os estudos devido à presença de rivais de outros grupos na escola ou no caminho para a escola.

Comecei a estudar quando tinha 6 anos, mas parei quando estava com 14. Estudei até a sétima série do primeiro grau, mas antes disso eu já tinha saído [uma vez] por problemas financeiros. Quando voltei, tive de sair de novo, porque uma banda estava me ameaçando de vida; se eu passasse pelo território deles, eles me matariam, então eu tive de sair. A gente se juntava para fazer o dever de casa às vezes, embora fosse difícil, porque onde morávamos era cercado por bandas rivais e não se podia andar livremente, então a gente não estudava [junto] muito e é por isso que não tive sucesso nos estudos.

Membro de 16 anos de uma *banda delincente*,
Medellín

Um problema cíclico: muitos entre os pais dos entrevistados eram também incultos ou tinham níveis de escolaridade baixos. Isso havia muitas vezes levado-os a deixar a escola a fim de ajudar a sustentar a família, já que a falta de escolaridade dos pais significava salários baixos, advindos freqüentemente do trabalho braçal.

Meu pai e minha mãe não conseguiram terminar a escola. Eles não sabem ler ou escrever — nem mesmo seus nomes. Tenho muitos irmãos e irmãs e sou o mais velho da família.

Um membro de 17 anos de uma CVO, na qual ingressou aos 14 anos, Maguindanao

Antecedentes econômicos

Como discutido em “Perfil da Área de Estudo”, as áreas que os grupos investigados dominam, urbanas ou rurais, são invariavelmente pobres. Quando solicitados a descrever a situação econômica da família, quase todas as crianças e jovens entrevistados disseram que vinham de ambientes pobres ou relativamente pobres.

Nove das dez crianças e jovens, membros de CVO, entrevistados nas Filipinas, declararam ser oriundos de famílias pobres. Maguindanao, a província onde as CVOs que agem como exércitos privados foram investigadas para este estudo, é uma das dez províncias mais pobres do país. Uma história de conflitos na região impediu o crescimento econômico, e a maioria dos membros de CVO entrevistados tinha pais que praticavam a agricultura de subsistência ou a pesca. Todas as crianças e todos os jovens entrevistados na Colômbia eram das *comunas*⁴ da cidade, e nove dos 11 entrevistados declararam ter sérios problemas econômicos em suas famílias. Na Nigéria, cinco dos dez entrevistados entre os *Bakassi Boys* citaram a pobreza como razão principal para ingressarem no grupo. No Equador, nove dos 12 *pandilleros* e membros de *naciones* entrevistados disseram que vinham de famílias pobres. Um dos entrevistados disse que sua família possuía renda de US\$ 140 por mês para sustentar seis pessoas. Entrevistados entre as gangues de rua de Chicago eram também de famílias pobres. Algumas das entrevistas em Chicago aconteceram com membros de gangue da zona afro-americana de North Lawndale. Lá mais da metade das crianças vive na pobreza.⁵

⁴ Áreas urbanas pobres ou favelas.

⁵ Censo dos EUA, de 2000, citado por Hagedorn., John M, “Institutionalised Gangs and Violence in Chicago” (2005), University of Illinois-Chicago, Great Cities Institute, disponível em: www.coav.org.br.



Alguns membros de gangue da África do Sul viam suas famílias como relativamente abastadas, e a maioria dos entrevistados não se considerava como tendo vindo de ambientes de pobreza. Apesar

de Manenberg, a área focalizada pelo estudo, ser uma zona empobrecida, onde o desemprego é predominante. Na África do Sul, o desemprego é particularmente alto entre a população mestiça, o grupo racial definido que constitui as gangues de rua de Manenberg e Elsie River, crescendo de 23% em 1995 para 30% em 2001⁶. Embora alguns membros de gangue em Manenberg houvessem estado empregados antes da entrevista, o trabalho tinha sido sempre não especializado ou semi-especializado e durado menos de um ano. De forma parecida aos membros de gangue da África do Sul, os pandilleros entrevistados em El Salvador e no Equador tinham uma história de trabalho casual não especializado ou semi-especializado, sempre por períodos curtos e que raramente levou a emprego de expediente inteiro.

Conclusão

Embora haja, sem dúvida, mais diferenças do que semelhanças na história pessoal dos entrevistados, em termos gerais, podem se ver alguns temas comuns. Um número significativo deles relatou ter dificuldades em casa (famílias com apenas um dos pais, más relações com os pais, violência doméstica), quase todos não conseguiram completar o ensino básico e a maioria veio de ambientes pobres ou relativamente pobres.

⁶ Stats SA (2002) Unemployment in South Africa. Pretoria: Government Printers, citado por Leggett, Ted., “Terugskiet (rebatendo fogo): Crescendo nas esquinas de Manenberg, África do Sul”, (2005), Instituto de Estudos de Segurança, disponível em: www.coav.org.br.

PROCESSO DE ENVOLVIMENTO

Esta seção observa como as crianças se envolvem em grupos armados. Isso inclui a apresentação de tendências comuns na idade de recrutamento e nos estágios de envolvimento dos entrevistados, assim como exemplos de recrutamento ativo por grupos armados quando relevante. Por que as crianças ingressam em grupos armados será discutido no próximo capítulo.

Idade de recrutamento

A idade exata em que as crianças ingressam nos grupos armados varia ligeiramente por país e grupo. Entretanto, o período em que elas ingressam é notavelmente semelhante em todos os países neste estudo.

Na África do Sul, todos os entrevistados aderiram a gangues de rua no começo da adolescência (dos 12 aos 15 anos), com idade média de 13 anos.

Crianças e jovens entrevistados na Nigéria começaram a trabalhar como informantes para milícias étnicas e grupos vigilantes antes de serem formalmente recrutados. A maioria dos *Bakassi Boys* entrevistados começou a trabalhar como informante para o grupo aos 16 anos de idade e ingressou formalmente aos 17. Membros dos *Egbesu Boys* tiveram trajetória similar, trabalhando em geral como informantes para o grupo aos 16 anos e só se tornando oficialmente iniciados aos 17. Membros do *OPC* começaram mais jovens, 15 sendo a idade média na qual os entrevistados aderiram ao grupo.

A idade média em que os entrevistados ingressaram nas CVOs, nas Filipinas, foi de 15, embora alguns já tivessem aderido aos 10 anos de idade. Na Colômbia, os entrevistados se tornaram envolvidos nas *bandas delinquentes* de 11 a 16 anos, embora, na média, os entrevistados tivessem ingressado aos 14. Muitos dos entrevistados declararam ter tido contato com armas de fogo e com amigos armados desde os 7 anos.

A idade média em que os entrevistados do sexo masculino, no Equador, haviam aderido a uma *nacion* ou *pandilla* era de 13 anos, embora as entrevistadas do sexo feminino tendessem a ser um pouco mais velhas, geralmente de 16 a 17 anos. Em El Salvador a idade média em que os 12 entrevistados entraram numa *pandilla* foi de 13,5 anos. De forma semelhante, no Brasil, a idade média em que crianças e jovens entrevistados haviam ingressado numa quadrilha de traficantes foi de 13 anos e um mês.⁷ Na Jamaica, os entrevistados haviam aderido às gangues dos 11 aos 13 anos de idade.

Excluindo a Nigéria, onde os entrevistados haviam ingressado nas milícias étnicas e nos grupos vigilantes de 15 a 16 anos, a idade média em que os entrevistados de todos os países envolvidos neste estudo aderiram a grupos armados foi de 13 anos e seis meses. Entretanto, como discutido em “Estágios de desenvolvimento”, abaixo, na maioria dos casos um grupo armado não é um acontecimento único, mas um processo gradual que pode levar meses ou até anos. Portanto, há muitas vezes uma diferença entre a idade em que esse processo começa e a idade em que a participação total acontece.

⁷ Dowdney 2003:148

Diminuição da idade de envolvimento

Um tema comum a todos os grupos investigados neste estudo é a diminuição da idade dos membros, crianças e jovens.

Moradores locais entrevistados, ativistas, líderes comunitários, *dons* e acadêmicos em Kingston, na Jamaica, todos concordaram que crianças e jovens cada vez mais jovens estão se envolvendo com a violência armada organizada na cidade. O doutor Kingsley Stewart, da University of the West Indies, comentou durante entrevista que crianças de 12 anos podem ser usadas por *area gangs* para carregar armas. Ele explicou que jovens adolescentes estão usando armas em atividades de gangue, algo que não teria sido tolerado antes da década de 1980: “há maior acesso a armas. Na década de 70, pessoas mais velhas jamais permitiriam que adolescentes de 12 ou 13 anos andassem armados”.

Houve também consenso entre membros de gangues e moradores locais entrevistados em Manenberg, Cidade do Cabo, de que a idade de envolvimento nas gangues vem diminuindo com os anos.

Hoje você pega os gângsteres — eles são todos crianças de 12 até 14 anos. Eu sei sobre os gângsteres do meu tempo. Se você quisesse ser um gângster, você devia começar a partir dos 20 anos.

Membro mais velho da comunidade
Manenberg

Entrevistas com moradores mais velhos das favelas do Rio de Janeiro revelam que não era comum as quadrilhas de traficantes utilizarem o trabalho de crianças antes do final da década de 1980 ou, se as crianças eram usadas como “olheiros” antes desse período, raramente andavam armadas.⁸ Hoje, entretanto, cerca de 50% a 60% da força de trabalho das quadrilhas são constituídas por jovens com menos de 18 anos.⁹

Antigamente os adolescentes e crianças eram só aviõozinhos¹⁰. Elas não ficavam naquele meio (...) agora não, agora elas são armadas mesmo.

Morador de Favela
Rio de Janeiro

A idade decrescente de membros armados das CVOs, nas Filipinas, foi comentada por um membro adulto em Maguindanao. De forma semelhante ao Rio de Janeiro e a Kingston, nas Filipinas, informantes citaram a década de 1980 como o período em que as crianças começaram a aparecer nos exércitos privados, que se tornariam CVOs mais tarde.

Como discutido em “Perspectivas Históricas”, a maioria dos grupos armados investigados foi estabelecida bem antes ou até a década de 1980. Crescer em comunidades onde grupos armados são uma presença reverenciada e dominante nas ruas — que é, muitas vezes, o único domínio de crianças e jovens fora de casa e da escola — tem sem dúvida uma influência sobre os menores dessas comunidades. A década de 1980 foi um período em que muitos dos grupos investigados começaram a se envolver com a venda de drogas e, conseqüentemente, tornaram-se mais presentes

⁸ Dowdney 2003:36.

⁹ Dowdney 2003:51.

¹⁰ Crianças encarregadas de levar mensagens ou drogas a outros traficantes ou a clientes.

em nível de rua, assim como mais organizados, territoriais e armados. Essas mudanças significaram que, assim como eram uma presença influente dentro das comunidades que dominavam, os grupos armados ofereciam também mais posições de trabalho a crianças e adolescentes locais, além de tornar as armas de fogo mais acessíveis para eles.

Maras e *pandillas*, de Honduras, são uma exceção a essa tendência. Entrevistas com *pandilleros* na zona metropolitana do Vale de Sula sugerem que a maioria dos membros é agora de adultos, quando anteriormente havia sido de menores. Isso é atribuído à natureza madura desses grupos, assim como ao fato de que alguns deles limitaram recentemente o recrutamento de jovens com menos de 15 anos devido à repressão do Estado.

Estágios de envolvimento

O processo de envolvimento das crianças, em todos os grupos armados investigados por este estudo, é gradual e não uma transição direta. Além disso, apesar da diversidade desses grupos, esse processo segue um padrão quase idêntico para crianças e jovens em todos os países incluídos neste estudo. Após a análise das entrevistas de todos os países, os cinco estágios de envolvimento importantes a seguir foram identificados.

Diagrama 2.1 – Estágios de Envolvimento



Embora sejam o caso para a maioria, os estágios acima nem sempre representam uma progressão cronológica exata que todos os recrutas seguem antes de se tornarem membros plenamente armados. Algumas crianças podem perder estágios devido à maneira pela qual ingressam. Por exemplo, uma criança que adere a um grupo através de parentes pode pular o estágio 3, juma vez que ele/ela já é considerado confiável. Se uma gangue de rua institucionalizada recruta uma formação inteira de adolescentes, ou se os *Bakassi Boys* recrutam novos membros por meio de um processo de candidaturas e entrevistas, os estágios 2 e 3 podem ser total ou parcialmente omitidos.

Apesar das anomalias individuais, entretanto, esses estágios representam um processo de envolvimento que é comum a todos os grupos armados investigados, e a maioria dos entrevistados seguiu esse caminho até certo ponto.

1. Exposição por cenário

Todas as crianças e jovens entrevistados para este estudo cresceram em comunidades, bairros ou áreas rurais em que um ou mais grupos desempenham um papel dominante. Crescer em semelhante cenário afeta, sem dúvida, o processo de socialização da criança. Em muitos casos, grupos armados dominantes se tornam parte da experiência social da criança, fazendo-os parecer



instituições sociais legítimas. Para muitas crianças, crescer nessas comunidades, portanto, com exposição a um grupo armado é uma experiência de infância normal.

Por exemplo, em Chicago, gangues de rua têm sido um acessório tradicional em algumas comunidades por mais de um século e, na maioria dos bairros de negros, mexicanos e porto-riquenhos, as gangues datam da década de 1950. Para muitas crianças crescendo nesses ambientes, ingressar numa gangue se torna uma “coisa natural de se fazer”.¹¹ Como um membro de gangue jovem explica:

R. *Eu não diria que eles [a gangue] eram exatamente como a família, mas era natural.*

P. *Que idade você tinha?*

R. *Tinha uns doze, treze.*

Além de ser uma presença forte e dominante na comunidade, vários dos grupos armados investigados estão muito presentes nas ruas; um domínio que é parte importante da experiência adolescente. A exposição pelo contexto é, portanto, aumentada pelo fato de que membros de grupos armados e adolescentes dividem um lugar preferido em comum. Como um *pandillero* de San Salvador explicou: “Primeiro, eu fui até eles. Havia uma esquina em que os membros da gangue que eu pertencia ficavam.”

Após ficarem expostas na rua, muitas crianças se tornam curiosas. A curiosidade pode se transformar em fascínio e temor pelas figuras mais velhas e poderosas que governam esse espaço compartilhado. Em muitos casos, os membros de grupos armados estão plenamente conscientes do fascínio que crianças e jovens sentem por eles. Como um *Bakassi Boy* explicou: “Em Aba, todo garotinho quer ser chamado de *Bakassi Boy*.”

Em alguns casos, devido a virem da mesma localidade, crianças e jovens não envolvidos são associados aos grupos que dominam sua área pela polícia ou por jovens de comunidades onde grupos rivais agem. Isso serve para aumentar as noções de identidade dos adolescentes com os grupos armados locais e, como discutido no capítulo seguinte, pode até levar a jovens ingressando em grupos por proteção.

2. Apresentação por família ou amigos

A apresentação a membros de grupos armados por amigos e familiares foi um padrão recorrente em todos os países incluídos neste estudo. Para muitos, a amizade precede a participação nas gangues e acrescenta mais à exposição que afeta todas as crianças que crescem em cenários dominados por grupos armados.

Um amigo se tornou gângster e depois o amigo dele se tornou também quando cresceu.

Membro mirim do *Hard Livings*,
Manenberg

¹¹ Ver Hagedorn., John M, “Institutionalised Gangs and Violence in Chicago” (2005), University of Illinois-Chicago, Instituto de Cidades Grandes, disponível em: www.coav.org.br.

P. Com quem você estava envolvido?

R. Com desconhecidos. Eu sentia que tinha de estar numa gangue, era só com quem eu podia estar, acho que por associação.

P. É onde seus amigos estavam...

R. Certo. E eu me iniciei na gangue porque é com quem você está, com quem você fica.

Vice Lord desconhecido
Chicago

Para outros, ter um membro ou membros da família agindo num grupo armado foi um fator que contribuiu para o ingresso.

Meu tio trabalha pra os Bakassi Boys desde 1999, quando eu tinha 16 anos, e eu costumava guardar a arma dele naquela época [...] Eu me interessei em fazer parte do grupo em 2000, aos 17 anos.

Membro dos Bakassi Boys
Nigéria

Quando meu pai morreu, o prefeito chegou pra mim e perguntou o que eu planejava fazer. Acho que foi porque eu era o filho mais velho e meu pai não estava mais ali. Eu perguntei se podia continuar o que meu pai tinha começado na CVO. Ele não se opôs.

Membro de 17 anos de uma CVO, que ingressou aos 14
Maguindanao
Filipinas

Um entrevistado, em Kingston, disse aos pesquisadores que o pai, os irmãos e os primos eram todos “pistoleiros” de *area gangs* ou estavam envolvidos com atividades criminosas. Ter um membro próximo da família no grupo foi relatado no Rio de Janeiro, em Chicago, nas Filipinas e na Jamaica como um fator de ajuda para galgar sistemas de postos.

3. Fase de transição

Antes da participação plena nos grupos armados investigados, os recrutas passam em geral por uma fase de transição durante a qual são avaliados pelo grupo. Embora os detalhes desse estágio variem por grupo e país, ele está presente em todos os grupos investigados. Em alguns, esse estágio é informal e baseado em recrutas potenciais, que simplesmente acompanham os membros e prestam favores a eles. Em outros grupos, o período de experiência é mais estruturado e formal, baseado na execução de pequenas tarefas, na substituição de membros antigos ou no término do aprendizado. Seja esse estágio formal ou informal, em todos os grupos armados investigados, ele serve como um período de observação importante para avaliar se um menor é um membro potencialmente confiável e capaz.

Acompanhando e prestando favores: nas Filipinas, crianças podem passar o tempo nas CVOs operantes, em razão da família ou dos amigos serem membros ativos. Essa fase é referida como “pasama-sama” ou “andar colado” e serve para inspirar confiança no prefeito ou capitão *barangay* e nos outros membros da CVO. Como explicou um jovem membro: “O prefeito me conhece de antes do meu pai me levar junto com eles. Acho que é por isso que fui escolhido para tomar seu lugar.” Em outros países, crianças acompanham muitas vezes membros de grupos armados porque compartilham o mesmo espaço: principalmente a rua.

Foi num dia, eu comecei a andar com os cara, comecei a carregar mochila, bolsa de bala, aí eu fiquei andando com os cara aí. Agora sou gerente de boca,¹² aí eu porto minha pistola mermo, eu gosto mermo.

Gerente de boca, 16 anos, do Comando Vermelho no Rio de Janeiro

Em Chicago, a menos que entrem através de laços de família ou por serem diretamente recrutados por membros mais velhos (ver “Recrutamento Direto” abaixo), crianças e jovens passam invariavelmente por uma fase de “acompanhamento” dos membros antes de “se tornar” ou ingressar. Assim como é um meio de os membros da gangue avaliarem um recruta potencial, isso também reflete a transição de um estilo de vida anterior, adolescente, para uma vida de gangue.

Eu estava tipo indo para a escola, mas não todo dia [...] sabe o que eu tô falando, eu matava aula com os colegas, fumava maconha, começava a vender drogas, fazer sexo em carro, arrombar carro, sabe o que eu tô dizendo, fazendo isso tudo [...] Andando com os amigos que eu costumava andar, tudo isso parou e eu comecei a andar com os caras da gangue. Eu entrei pra vida de gangue.

Como observado a seguir pelo traficante de 16 anos, do Rio de Janeiro, acompanhar membros de uma quadrilha desde cedo pode levar a fazer favores para eles.

Você começa olhando... e tem um traficante ... onde você mora, você conhece aquele moleque que nasceu contigo, que tá lá hoje... tu conhece ele, ele pede pra você guardar uma arma ou... guardar alguma coisa pra ele... você vai guardando, daqui a pouco você vai, você vai se... tá entrando no meio, sem você perceber, você já tá no meio.

Pequenas tarefas e aprendizado: uma vez conhecido dos membros do grupo, mas antes de ser considerado um membro pleno, os recrutas potenciais recebem muitas vezes pequenas tarefas para realizar. Nas Filipinas, crianças e jovens conhecidos de uma CVO podem receber pequenos serviços, como ser guarda-costas do prefeito ou de outros funcionários. As crianças aceitam isso sabendo que essas tarefas podem levá-los a se tornar membros plenos. Um entrevistado se lembrou de como seu primeiro pequeno serviço havia sido escoltar um conselheiro durante inspeções de ônibus. Essa e outras pequenas tarefas semelhantes acabaram por levá-lo a ser formalmente aceito num CVO.

Na Nigéria, membros entrevistados dos *Bakassi Boys* explicaram que as crianças trabalham como informantes em base casual antes de serem formalmente recrutadas para o grupo.

Você conhece essas crianças, elas são muito espertas. Elas nos informavam quando descobriam onde os criminosos se escondiam nas áreas estratégicas. Embora elas estejam sendo pagas para isso, mas não muito, até elas se tornarem membros plenos, depois de passarem no teste de treinamento para recrutamento no grupo.

Membro adulto dos *Bakassi Boys*
Nigéria

¹² Responsável pelos pontos de venda de drogas.



Em alguns grupos armados, há um processo mais estruturado que inclui um período de experiência formal ou de aprendizado. Em El Salvador, por exemplo, adolescentes que querem ingressar numa *pandilla* devem superar o estágio “vacilando”, durante o qual eles passam a maior parte do tempo com a *pandilla*, apesar de não serem formalmente membros. Esse processo serve como período de experiência para a *pandilla* e para o recruta antes de ele/ela ser formalmente incorporado ao grupo. Num processo semelhante, no Equador, os que desejam ingressar numa *nacion* têm de atravessar um período de experiência de três a seis meses, durante o qual devem realizar tarefas para os membros mais velhos do grupo. Essas podem incluir: relatar a movimentação de grupos rivais ou da polícia; recolher informações; atrair novos membros; ou adquirir dinheiro ou bens materiais para a *nacion*.

Antes de serem formalmente admitidos entre os *Egbesu Boys*, através da iniciação por um sacerdote *Egbesu*, os menores devem substituir membros mais velhos ou mais experientes.

Os jovens com menos de 18 anos substituem os mais velhos e se graduam aos poucos como carregadores de armas, após serem iniciados pelo sacerdote “Egbesu”, que reside normalmente na floresta, em algum lugar perto da comunidade.

Membro dos *Egbesu Boys*
Delta do Níger

De forma semelhante, os 26 *Americans*, de Elsie River, têm um período extenso de observação e aprendizado antes de se transformarem em membros plenos. Na Colômbia, as *bandas delinquentes* e outros grupos armados, nas *comunas* de Medellín, deixam crianças e jovens assumirem posições de trabalho periféricas antes de admiti-los como membros plenos. Isso pode incluir ser carregador de armas, mensageiro, “mula”¹³ ou informante.

4. Participação plena

Depois que um recruta jovem passou pela fase de transição, sendo considerado confiável e capaz, ele/ela é admitido formalmente no grupo. Em alguns casos, esse processo é apenas marcado pelo recebimento de arma e de salário. Em outros casos, isso envolve um rito de passagem.

Por exemplo, na África do Sul, os *Hard Livings* têm um processo algo informal de admissão, por meio do qual os jovens recrutas são questionados sobre sua lealdade à gangue. Se julgados leais, são aceitos e imediatamente armados. Em contraste, depois da admissão formal e de ter passado por um período de observação e doutrinação, membros potenciais dos 26 *Americans* recebem as tatuagens da gangue, conhecidas como “chappies”.

Primeiro você tem que ser um soldado, tem que aprender as regras dos Americans. Você não deve falar. Você não deve falar com outras pessoas. Se você falar, então você deve falar na língua deles. Não numa língua em que eu possa entender você. Então ele está falando a sua língua de código. “Salute”, “horsh” e coisas assim. Depois disso — eles fazem uma marca em você. Eles fazem uma tatuagem em você — para que eu possa ver que seu coração está certo. Você pode agüentar... se você não tem um chappie, então seu coração diz: “não, eu estou com medo”.

Veterano do 26 *Americans*, de Elsie River
Manenberg

¹³ Carregador de drogas.

Tendo trabalhado informalmente como informantes, muitos jovens recrutados dos *Bakassi Boys* são formalmente introduzidos por um processo de entrevista.

O recrutamento dos vigilantes é realizado dividindo-se mercados comerciais em zonas, de cada uma delas pelo menos seis vigilantes são selecionados, com base em entrevistas e na folha corrida. Membros jovens e de meia idade recentemente recrutados passam por um treinamento nas regras da organização por dois meses, antes de serem enviados para qualquer operação.

Membro adulto dos *Bakassi Boys*
Nigéria

Embora *Bakassi Boys* adultos declarem que o recrutamento formal só pode ocorrer quando os candidatos têm 18 anos ou mais, seis dos dez entrevistados disseram ter sido formalmente recrutados aos 17 anos.

Para se tornar um membro pleno dos *Egbesu Boys*, os recrutados devem participar de um registro e de uma cerimônia de iniciação que envolve incisões no corpo, um banho ou aspersão com água *Egbesu* e a invocação do espírito *Egbesu*.

Pandilleros potenciais que passam pelo estágio “vacilando” e querem ser formalmente admitidos na *pandilla* devem se submeter a um evento público conhecido como “el brincarse”. Este consiste na seleção de três membros da *pandilla* para bater no candidato por um período determinado de tempo. No caso do *Barrio 18*, o período de tempo que um candidato deve agüentar ser surrado é de 18 segundos. Se o candidato sobrevive, ele/ela se torna membro pleno do grupo. De forma semelhante aos membros de gangue da África do Sul, após se tornarem membros plenos, os *pandilleros* recebem tatuagens. De acordo com os entrevistados, isso significa deixar a antiga vida para trás, envolver-se por completo e para toda a vida na *pandilla* e a aceitação da morte como possibilidade devido ao envolvimento. Os *pandilleros* podem começar tatuando seus braços e corpos em partes que são fáceis de esconder. Entretanto, a irrevogabilidade de deixar a vida “civil” para trás é mais claramente representada por tatuagens relacionadas à *pandilla* no rosto ou pescoço.

P. Quais foram suas últimas tatuagens?

R. As no meu rosto.

P. E não foi difícil decidir ser tatuado [lá]?

R. Sim, eu tive de pensar no assunto. Na rua, você tem que andar de lá pra cá com seu rosto tatuado... como eu não tenho nenhuma razão pra ter medo, então eu fiz.

Pandillero
San Salvador



Fotografia 2.1 - Pandillero tatuado, El Salvador / Luis Galdamez / Reuters / 29.08.03

Emerson Medina, de 19 anos, membro da 'Mara Salvatrucha' (MS-13), logo após ser preso durante uma operação policial em San Salvador. A ação faz parte do plano 'Mano Dura'. As tatuagens no rosto de Emerson demonstram claramente a opção dos 'pandilleros' de deixar a vida civil para trás.

5. Estar armado

Após se tornarem membros plenos, em todos os grupos investigados neste estudo, crianças e jovens recebem armas. Na maioria dos casos, isso acontece quase imediatamente, e esse processo é discutido em mais detalhes em "Violência Armada". Em alguns casos, entretanto, os entrevistados também falaram sobre ser armados durante o estágio 3 e antes da iniciação formal no grupo. Por exemplo, seis dos dez entrevistados entre os *Bakassi Boys* haviam começado a trabalhar para o grupo aos 16 anos de idade como informantes; alguns deles declararam ter sido armados durante esse período de transição. Em El Salvador, alguns *pandilleros* disseram ter recebido armas enquanto estavam ainda no estágio "vacilando", a fim de participar de roubos ou de confrontos armados com outros grupos, e histórias semelhantes foram ouvidas por pesquisadores na África do Sul.

Recrutamento ativo

Os únicos processos de recrutamento formal descobertos durante esse estudo foram entre os vigilantes e a milícia étnica, na Nigéria, e entre as gangues institucionalizadas de Chicago. Por exemplo, o *OPC* é conhecido por distribuir formulários de candidatura aos líderes tradicionais, nos vilarejos do estado de Lagos, e políticos locais proeminentes podem recomendar membros potenciais ao grupo. Entrevistas com membros de gangue, em Chicago, também revelaram



histórias de recrutamento ativo de crianças já em gangues de adolescentes por membros de gangues de rua institucionalizadas.

P. *E quando você começou a se envolver com os SDs?*¹⁴

R. *Bem, [nós] não éramos envolvidos [com os SDs] era um grupo que tínhamos com alguns garotos chamados Flamingo Boys. Éramos cerca de cinquenta, eu já tinha dez anos de idade naquela época, quando comecei a andar com eles. E quando um dos Sds saiu da prisão, eu já tinha doze, tinha acabado de fazer doze, e ele disse pra gente: “Olha, se vocês quiserem virar SDs...” porque não tinha ninguém desse quarteirão. Então, nós todos concordamos. Foi quando a gente virou, todos nós, Sds.*

P. *Então vocês todos viraram...*

R. *Viramos todos juntos, do pequeno grupo. Uns foram para gangues diferentes porque eles tinham irmãos nelas.*

Apesar desses dois exemplos, entretanto, como discutido em “Fatores de Risco, Respostas e Influências” no capítulo seguinte, quase todos os entrevistados, crianças e jovens, declararam ter ingressado em seus respectivos grupos voluntariamente e não foram recrutados ativamente. Se o recrutamento voluntário é verdadeiramente voluntário nesses casos é questionável e também discutido no capítulo seguinte. Se verdadeiramente voluntário ou não, o que fica claro é que, em todas as comunidades onde os grupos armados investigados operam, há uma quantidade de adolescentes, principalmente do sexo masculino, em busca de se tornarem membros. Assim, poucos dos grupos armados investigados precisam de políticas de recrutamento ativo. Em muitos casos, como discutido acima, membros podem recrutar informalmente amigos ou familiares, porém, devido à sua popularidade entre adolescentes do sexo masculino em especial, eles têm pouca necessidade de recrutar formalmente seus membros.

¹⁴ Satan’s Disciples.



VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA: POR QUE AS CRIANÇAS “ESCOLHEM” INGRESSAR EM GRUPOS ARMADOS

Afastando-se das noções de personalidades “desajustadas” ou “criminosas”, este capítulo não tenta construir um perfil do tipo de criança que se torna envolvida com a violência armada organizada. Em vez disso, temas comuns, presentes nas razões dadas pelas crianças para se envolverem com violência, serão apresentados. O capítulo identifica então como essas razões estão relacionadas a certos fatores de risco e influências de caráter externo, que são comuns nos ambientes de alto risco onde crianças e jovens se tornam envolvidos. A ideia de “escolha” e recrutamento voluntário é então questionada, não porque crianças e jovens não façam escolhas individuais válidas, mas porque aqueles que realmente “escolhem” ingressar num grupo armado têm muitas vezes opções limitadas e são afetados por influências fortes. A vulnerabilidade e a resistência de crianças e jovens, em relação a participar de grupos armados, serão então discutidas. Argumenta-se que as crianças se tornam vulneráveis ao ingresso em grupos armados quando seus contextos pessoais limitam possíveis reações a fatores de risco externos e incluem influências externas, que encorajam a participação nos grupos ou não desencorajam essa perspectiva o suficiente. O capítulo conclui apresentando um pequeno grupo de controle que pode ser considerado flexível. Ao fazer isso, argumenta-se que a resistência em relação ao ingresso num grupo armado pode ser fortalecida, entre crianças e jovens que vivem em ambientes de alto risco, criando-se intervenções específicas que afetem positivamente os contextos pessoais.

Por que crianças e jovens dizem que ingressam em grupos armados

As razões apresentadas pelos entrevistados para ingressar em grupos armados são mostradas abaixo. O significado dessas razões é discutido em “Fatores de Risco, Respostas e Influências”.

Pobreza: a maioria dos entrevistados é de famílias e comunidades pobres. Todos os grupos armados investigados oferecem recompensa a seus membros, seja salário fixo, oportunidades de venda de drogas baseada em comissões ou a infra-estrutura necessária para roubos armados e outros crimes. A pobreza foi frequentemente citada pelos entrevistados como razão para ingressar num grupo armado.

Pra dizer a verdade, fazer parte do OPC é uma coisa muito perigosa, mas acho que por agora eu não tenho escolha, porque isso é a única coisa que me traz o sustento diário. Eu sei que um dia vou voltar pra escola e viver normalmente. Essa não é uma vida normal. Eu sei que não é porque você pode morrer qualquer dia a qualquer hora.

Membro de 16 anos de OPC
Nigéria

Acesso a bens de consumo: ganhar dinheiro suficiente para comprar bens de consumo é um forte incentivo para adolescentes pobres ingressarem em grupos armados e foi mencionado, muitas vezes, pelos entrevistados como razão importante para o ingresso. A posse de bens de consumo na maioria das culturas é associada a sucesso e posição, e os economicamente marginalizados no mundo todo



são tão afetados pelo consumismo quanto outros grupos socioeconômicos. Para muitas crianças crescendo em comunidades pobres, a capacidade de ter um par de tênis Nike, roupas de grife e uma corrente de ouro vale arriscar a vida.

Eu me envolvi porque não voltei pra escola, eu não tinha dinheiro e me divertia com eles [bandas], andando de moto e essas coisas. Eu tinha 12 anos, eu já conhecia alguns dos caras do grupo. Eu comecei a conhecer eles melhor e andar com eles o dia todo. Eu gostava de tudo que eles faziam: as motos, o dinheiro... Isso excita qualquer um. As pessoas entram no grupo por essas coisas, se não eu não participaria. Eu gosto de festas e de andar com garotas.

Membro de uma *banda delinquente*,
Medellín

De gangues de rua a *bandas* e quadrilhas de traficantes, exibir bens de consumo publicamente é uma característica importante de pertencimento para muitos grupos armados. Um membro de gangue, em Chicago, explica a influência inebriante que esse comportamento tem sobre garotos crescendo numa comunidade pobre. “Eles estavam ganhando um bom dinheiro na época. Eles estavam ganhando um dinheiro legal, sabe o que eu estou dizendo? Se vestir bem, roupas da moda, tênis da moda, sabe o que eu estou dizendo, era uma coisa que você queria ver.”

A promessa dessa riqueza aparente torna os grupos armados atraentes, ainda que a realidade para muitos membros jovens seja a de que eles não vão ganhar a quantidade de dinheiro que esperam.¹⁵ Contudo, a ilusão da riqueza, encorajada por membros mais velhos exibindo suas posses, é uma qualidade atraente e uma influência poderosa para muitas crianças e muitos jovens nas proximidades da atividade do grupo.

Falta de alternativas: entrevistados em todos os países mencionaram a falta de alternativas como razão para se envolverem com grupos armados. A ilusão de riqueza que os grupos oferecem às crianças de lugares pobres é fortalecida pelo fato de que a maioria das crianças e dos jovens entrevistados dispunha de poucas outras opções de ter uma renda. Mesmo que a maioria deles estivesse recebendo um salário de subsistência, ou menos, através da participação num grupo armado, muitos consideravam isso melhor do que a alternativa: desemprego ou um “trabalho sem futuro”. Na Colômbia, pais de crianças entrevistados, que estavam empregados, recebiam salário mínimo no setor de transporte público ou doméstico. Entrevistados na Colômbia expressaram o desejo de não seguir seus pais nesses empregos, preferindo ter uma renda através do ingresso numa *banda delinquente*, sem se importar com os riscos. Para outros, não há sequer a escolha de um emprego com salário mínimo.

Como me tornei guarda-costas? Bem, quase todos os meus amigos de antes... colegas de classe... todos eles arranjaram trabalho em outros lugares, conseguiram continuar os estudos. Eu não tinha nada. Pelo menos, como guarda-costas, eu ganhava algum dinheiro.

Membro de uma CVO
Maguindanao

Mestiços, entrevistados na Cidade do Cabo, se sentiam discriminados no mercado de trabalho durante o *apartheid* por não serem suficientemente “brancos”, e têm sido cada vez mais discriminados no mercado desde a democracia por não serem suficientemente “negros”. Isso pode

¹⁵ Ver “Pagamento” em “Funções de trabalho de crianças e adolescentes na violência armada organizada”.



explicar os altos níveis de desemprego entre os grupos mestiços da África do Sul.¹⁶ Numa reação à falta de opções de emprego que encontrou, um membro de gangue sul-africano declarou desafiadoramente que ele e seus colegas gângsteres haviam escolhido o crime como emprego. “Nós não queremos trabalhar como as outras pessoas fazem. Nós não queremos trabalhar para outras pessoas, para os brancos.”

Acesso a armas, posição e garotas: as armas de fogo são portadas publicamente por membros dos grupos investigados em quatro dos países envolvidos neste estudo. Embora grupos em outros países não portem armas de fogo abertamente, eles as usam em público durante confrontos com rivais ou com a polícia. Assim, crianças e jovens, em todas as comunidades onde os grupos armados operam, estão conscientes de que sua participação trará a eles acesso a armas de fogo. Os revólveres eram vistos pelos entrevistados com certo temor e fascínio e referidos, muitas vezes, durante as entrevistas como razão principal para ingressar num grupo armado.

Eu sempre gostei de revólveres, porque na minha vizinhança tinha um bocado de guerras por território. Eu me envolvi com uma das gangues desde que era muito jovem, e mais tarde tive que sair porque eles não queriam menores. Primeiro eu fiquei viciado e costumava andar com eles porque eles fumavam maconha. Eles me perguntaram se eu gostava de armas e eu disse que sim. Eu tinha 12 anos. Eu entrei porque eu gostava daquilo, porque eles precisavam de mais pessoas para os confrontos [na época] eles estavam procurando por menores e nós todos queríamos entrar. Eu entrei e gostei.

Membro de 15 anos de uma *banda delincente*
Medellín

O acesso a armas foi uma motivação dada por membros de gangue, na Cidade do Cabo, para o ingresso. Um membro jovem entrevistado, na África do Sul, ingressou numa gangue de rua aos 14 anos a fim de conseguir uma arma.

Eu estava com o Christian. A gente tinha 14 anos. Era na época em que a gente atirava pedra. Eu vi que isso não ia funcionar, porque a gente atirava pedra neles e eles atiravam balas na gente. Então eu decidi conseguir uma arma também e atirar de volta. Você atira em mim e então eu vou atirar em você.

Armas de fogo são importantes em comunidades pobres por razões econômicas e simbólicas. Particularmente para jovens com baixos níveis de escolaridade, que não têm acesso ao mercado de empregos, as armas são um instrumento de trabalho que podem ser usados para gerar alguma renda, através de atos criminosos individuais ou obtendo posições remuneradas num grupo armado. Além disso, mais do que apenas um instrumento para ganhar dinheiro ou defender território, as armas são particularmente atraentes para jovens excluídos, do sexo masculino, que não dispõem de canais legais para ascensão social. As armas de fogo são simbolicamente importantes porque ter uma muda de imediato o relacionamento de um jovem com as outras pessoas da sua comunidade, colocando-o numa posição de poder, status e, muitas vezes, criando reverência entre os colegas, tanto homens como mulheres. Trabalhar para um grupo armado que domina a

¹⁶ De acordo com Stats SA, o desemprego entre mestiços aumentou, na África do Sul, em 35% de 1995 a 2001. (Stats SA, *Unemployment in South Africa*, Pretoria, Government Printers, as cited by Leggett, Ted., “Terugskiet (returning fire): Growing up on the street corners of Manenberg, South Africa”, (2005), Instituto de Estudos de Segurança, disponível em: www.coav.org.br.



comunidade aumenta essa aura de importância. A combinação de armas e grupos armados, e o poder e a renda que isso pode trazer a adolescentes e jovens é uma mistura sedutora para qualquer jovem com opções socioeconômicas limitadas. Por exemplo, um traficante de drogas, de 16 anos, entrevistado para este estudo, explicou como ingressar no Comando Vermelho modificou seu relacionamento com os mais velhos na sua comunidade.

R. Ah... agora tá diferente. Agora não é como era, todo mundo fala na moral, muitos que já me bateu agora tem medo de mim, pensa que eu vô fazê alguma coisa. Fico revoltado [...] Agora ninguém fica de gracinha, fica se metendo.

Um membro de CVO também explicou como o ingresso tinha afetado sua posição e a de seus amigos na comunidade. No seu caso, o status ganho por estar numa CVO estava também ligado a noções de segurança e honra.

Acho que é legal [ser de uma CVO] porque é uma coisa muito grande pra gente ser identificado na comunidade como guarda-costas da família do datu [prefeito] . Pode parecer nada, mas para a gente, parece uma honra estar tão próximo do datu. É como se agente estivesse apoiado num muro forte, e a gente pode ter certeza que, qualquer coisa que aconteça com a gente, tem alguém pra defender ou que a gente possa correr até ele. É a mesma coisa que eles dependendo da gente. Acho que é assim. Não sei como dizer isso de outro jeito.

Invariavelmente, o tipo de status que os garotos conseguem trabalhando num grupo poderoso e usando armas torna-os mais atraentes para algumas garotas. Oitenta e seis por cento dos estudantes jovens sondados,¹⁷ em três escolas secundárias de Manenberg, disseram que as garotas são mais atraídas por membros¹⁸ de gangue. Para muitos, isso serve como um estímulo a mais para ingressar num grupo armado. Como um jovem da comunidade explicou: “Se você está numa gangue, você consegue garotas mais facilmente.”

Em Kingston, na Jamaica, para muitos adolescentes crescendo em comunidades pobres, a noção de “se tornar homem” está vinculada a ganhar respeito, mulheres e armas. Como as *corner gangs* e as *area gangs* das comunidades pobres oferecem acesso a isso, ela se torna cada vez mais importante como forma de asseverar a masculinidade dos jovens. Como o ativista de August Town, Kenneth Wilson, explicou durante uma entrevista, “[com] a mudança na idade, você vê adolescentes cada vez mais jovens envolvidos em gangues nas esquinas, sem fazer nada. Eles exercem sua masculinidade através de certos tipos de comportamento. Primeiro através de como você se articula, através dos bailes¹⁹ e da necessidade de impor respeito, do número de garotas, de filhos e armas que possui”.

Passando o tempo na rua, amizades e famílias substitutas: no Equador, todos os entrevistados disseram preferir estar na rua com a *nacion* ou *pandilla* do que em casa com suas famílias.

¹⁷ O Instituto de Estudos de Segurança aplicou um questionário de duas páginas, do tipo sim-não/verdadeiro-falso, a 200 estudantes em três escolas secundárias de Manenberg: Manenberg, Silverstream, and Phoenix. Um total de 72 alunos e 128 alunas completou o formulário, incluindo 29 estudantes de dezesseis anos, 67 de dezessete, 64 de dezoito e 40 de dezenove.

¹⁸ 88% dos garotos e 84% das garotas sondados nessa pesquisa declararam que as garotas são mais atraídas por membros de gangue do que por não membros.

¹⁹ Festas comunitárias realizadas em salões de dança locais.

Entrevistados na Colômbia e em El Salvador fizeram comentários semelhantes. Problemas em casa muitas vezes levam crianças e adolescentes a passar mais tempo na rua e, como discutido em “Estágios de Envolvimento”, muitos dos grupos armados investigados possuem uma presença forte e dominante lá. Assim, amizades feitas num cenário de rua podem se tornar uma influência maior sobre as crianças do que os membros da família, uma vez que os colegas, mais do que familiares, acompanham as crianças em crescimento através da adolescência. Esse é especialmente o caso se as relações de família são problemáticas. Nessas situações, as normas da rua se tornam de importância suprema quando colegas “de rua” do sexo masculino, mais velhos, se tornam o ponto de referência principal.

Não é de surpreender que crianças nesse cenário busquem estruturas de parentesco ampliadas fora de casa, e alguns grupos armados podem fazer o papel de famílias substitutas, devido a estruturas de apoio mútuo que existem dentro deles. Ao serem aceitos por esses grupos, muitos adolescentes se identificam fortemente com os ideais do grupo e isso reforça ainda mais um elo mútuo. Assim, a “amizade” foi citada pelos entrevistados, em todos os países, como razão para ingressar em grupos armados, e os amigos foram considerados como “familiares” por muitos.

[...] a família esquece de você, a gangue não.

Pandillero, San Salvador

Crianças e adolescentes podem encontrar figuras substitutas de pais ou irmãos mais velhos em membros mais experientes do grupo. Em Kingston, Jamaica, e como observado por Gunst, em seu livro *Born fi Dead*,²⁰ “em comunidades controladas por gangues, a figura de um instrutor se torna muitas vezes um pai substituto para jovens, e os pais deixam freqüentemente a socialização dos garotos para o instrutor que os põe em treinamento”. Nas *pandillas* de El Salvador, o *palabrero*, representante principal da autoridade dentro do grupo, pode se tornar mentor ou protetor de *pandilleros* mais jovens. Nas CVOs, esse pode ser o papel do capitão *barangay*.

Eu moro com o capitão barangay desde fevereiro de 2000. Não sei como isso aconteceu. Eu só costumava dormir lá umas vezes, até que isso foi ficando cada vez mais freqüente. Agora eles têm um quarto lá só pra mim. O capitão é muito bom pra mim. Ele me trata como se eu fosse seu filho mais velho.

Deve se observar, entretanto, que, ao contrário da maioria dos grupos armados que começaram como gangues de jovens de rua, os grupos armados investigados, em alguns países, não mantinham o que podia ser considerado como laços de parentesco ampliados ou estruturas “familiares” de apoio. Entrevistados de quadrilhas de traficante no Rio de Janeiro, paramilitares em Medellín, milícias étnicas e grupos vigilantes da Nigéria testificam a importância das amizades para o ingresso em seus respectivos grupos armados. Entretanto, eles não consideravam seus grupos como famílias substitutas ou mantinham a mentalidade “um por todos e todos por um”, tão prevalente entre *maras*, *pandillas* e *naciones* de El Salvador, Honduras e Equador. Isso pode ter estado relacionado ao fato de que, diferentemente desses grupos, os de Medellín, Rio de Janeiro e Nigéria são mais militarizados e/ou orientados pelo lucro, e não se originaram por processos de identificação e socialização entre jovens.

²⁰ *Born Fi' Dead: A Journey through the Jamaican Posse Underworld*. Author: Laurie Gunst. Henry Holt and Company, LLC, New York, New York, 1995.



Identidade: embora a identificação com o grupo não fosse dada por muitos entrevistados como razão para ingressar, as entrevistas realmente demonstram que muitos deles sentiam claramente fortes elos de identidade com seus colegas membros. Isso tendeu a ser mais forte entre os entrevistados jovens de *maras*, *pandillas* e gangues de ruas, nas quais a identidade é definida por música, roupa e cultura específicas. Entrevistados de grupos que possuem identidade étnica, de clã ou racial claramente definida também falaram sobre sentimentos fortes de identidade com o grupo. Exibições públicas de identidade, por membros de grupos armados, através de roupa, música, propaganda étnica ou aliança de clã podem estimular desejos de “pertencer” entre crianças e jovens, crescendo em cenários onde os grupos armados são uma presença forte.

P. *Que idade você tinha quando ingressou no OPC?*

R. *Eu tinha 16 anos.*

P. *Quais são as razões principais para seu envolvimento com o grupo OPC?*

R. *Acho que é uma outra forma de me identificar com meu grupo étnico, Oodua.*

Membro de OPC
Sudoeste da Nigéria

Proteção: ingressar num grupo armado por proteção, real ou concebida, foi uma razão comum apresentada pelos entrevistados quando perguntados porque aderiram. Crianças e jovens podem se associar a um grupo armado apenas por crescerem numa área onde esse grupo age. Assim, algumas delas correm o risco de danos físicos ou mesmo de morte se desviam-se para a área “errada” ou se encontram membros de um grupo rival fora de sua comunidade. Esses riscos empurram muitas vezes crianças e jovens para o ingresso em grupos armados locais, numa tentativa de proteção antecipada. Embora seja realidade que as crianças estão correndo risco muito maior tendo ingressado num grupo armado,²¹ a noção de que elas serão protegidas é muitas vezes incentivo suficiente para o ingresso. Ameaça de ataques podem encorajá-las a se identificar com os grupos armados de sua comunidade, vistos muitas vezes como protetores, e levá-las a ingressar na gangue por proteção.

Seis dos oito gângsteres entrevistados em Manenberg, Cidade do Cabo, declararam ter ingressado na gangue de rua local por razões defensivas, como: defesa do bairro; vingança pela morte de um irmão que era membro; ter sido atacado como membro da gangue antes mesmo de ter ingressado nela; ser alvo de brincadeiras na escola; e porque um amigo membro da gangue tinha sido morto por outra gangue rival. Membros de gangue, em Chicago, e *pandilleros*, em El Salvador, expressaram razões semelhantes para o ingresso, como explicou um *pandillero*: “Se alguma coisa acontece com uma pessoa, acontece com todas.”

Uma mulher membro de gangue, na Jamaica, contou aos pesquisadores que estar numa gangue oferecia segurança, já que quando ela saía da comunidade, podia ter uma escolta armada. Devido a suas afiliações políticas com o PNP,²² ela acreditava que aqueles ligados a outros partidos políticos podiam significar uma ameaça à sua pessoa. Outra mulher membro de gangue, em Chicago, também achava que sua gangue lhe oferecia segurança: “Ei, eu me sinto mais segura como membro do que sozinha... porque ninguém vai me ajudar. Eu tinha que me associar a alguém.”

²¹ Ver “Violência Armada”.

²² Partido Nacional do Povo (People’s National Party).

Contudo, ingressar num grupo armado por proteção nem sempre é pessoal. Alguns entrevistados expressaram um desejo de proteger suas famílias, comunidades ou etnias, ingressando num grupo.

[...] as ameaças e a segurança da família. Tinha gangues em cada esquina e se você falava com alguém, você era inimigo de alguém, então você tinha que ingressar em alguma gangue, porque se você falava com alguém em alguma esquina, e depois com outra pessoa em outra esquina, você levava um tiro. Então eu entrei pra uma gangue, e eu tive que sair da escola, mas naquela época eu já estava fora. Foi quando os problemas e as ameaças começaram. A situação econômica da minha família dependia do meu trabalho como vigilante [trabalhando para uma banda]. Eu comecei quando tinha 14, voluntariamente, porque eu queria ganhar experiência, e por causa das ameaças, porque se eles não fizessem alguma coisa comigo, eles iam fazer com a minha família.

Membro de uma banda delinquente
Medellín

Vingança: a vingança foi citada pelos entrevistados, em quase todos os países envolvidos neste estudo, como razão para ingressar num grupo armado. Em alguns casos, os entrevistados queriam vingança devido a terem perdido um membro da família. Nas Filipinas, um membro jovem de uma CVO sentiu que ingressar num grupo lhe daria a capacidade de vingar a morte do pai. “Eu vou vingar a morte do meu pai. Eu estou com raiva da polícia. Eles mataram meu pai.” Outro entrevistado, na Colômbia, via o ingresso num grupo armado como uma forma de vingar os amigos que haviam sido mortos por grupos rivais.

Eu tinha 14 anos. O que me fez entrar numa banda foi ver eles [outros grupos] matarem pessoas que eu conhecia. Eu fiquei com raiva e quis fazer o mesmo com uma pessoa que tinha matado um amigo meu. Eu vi um amigo que foi morto, e aquilo foi horrível. Mas muitos amigos, uns sete ou oito, morreram em confrontos. Eu entrei voluntariamente, a gangue a que eu pertencia não forçava ninguém, quem queria, entrava. Roubar foi também um motivo, porque eu tinha dinheiro e me divertia.

Membro de uma banda delinquente
Medellín

Outros entrevistados falaram sobre ingressar num grupo armado como um meio de obter vingança pela forma como a comunidade era tratada pela polícia ou seu grupo étnico, pelas forças do Estado.

Ninguém me forçou; eu fui sozinho depois que notei o que eles estavam fazendo com meu povo.

Membro dos Egbesu Boys,
que ingressou aos 16 anos de idade,
Delta do Níger, Nigéria

Fatores de risco, reações e influências

Todas as crianças e jovens entrevistados para este estudo disseram que tinham feito uma escolha individual de ingressar num dos grupos armados investigados. Nenhum dos entrevistados declarou ter sido forçado por terceiros para aderir a seu grupo. É interessante que, em todas as razões dadas por eles para aderir, uma situação externa é recebida com uma resposta ativa da criança ou do jovem àquela situação. Por exemplo, embora não sejam citações diretas, as



declarações a seguir são representativas das razões citadas pelos entrevistados para ingressar num grupo armado. As palavras em **negrito** representam a situação externa e as em *itálico*, a resposta que a criança ou o jovem está dando à situação.

“Eu vim de uma **família pobre**, *então eu ingressei numa gangue de rua para conseguir dinheiro.*”

“Eu **não conseguia arrumar um emprego**, *então entrei num grupo vigilante para trabalhar.*”

“Eu fui **atacado**, *então entrei pra uma pandilla por proteção.*”

“Meu **pai foi morto**, *então eu entrei num CVA para me vingar.*”

“Levei uma **surra e fui humilhado**, *então entrei pra uma quadrilha de traficante pra ser respeitado.*”

“Eu tinha **problemas em casa**, *então entrei para uma nacion pra ficar com meus amigos.*”

Em todos esses exemplos, ingressar num grupo armado dá à criança ou ao jovem a capacidade de reagir a uma situação externa que está fora de seu controle. Como ficou demonstrado pelas razões que os entrevistados apresentaram para aderir a um grupo armado, há certas situações externas que são comuns a todos ou à maior parte dos ambientes onde os grupos armados agem. Os tipos de reação a essas situações externas, tornadas possíveis pelo ingresso num grupo armado, são também comuns a todos ou à maior parte dos grupos armados investigados. Portanto, se um grupo existe dentro de certo ambiente, existem algumas situações externas, ou fatores de risco, que tornam mais provável que uma criança ingresse num grupo armado. Esse é especialmente o caso se a criança é incapaz de dar respostas diferentes a fatores de risco particulares, devido a suas opções limitadas.

Por exemplo, se uma criança tem problemas em casa, mas não possui outros parentes, amigos da família ou professores na escola que a apoiem, ele/ela tem mais probabilidade de reagir ao fator de risco, aderindo a um grupo armado que ofereça uma “família substituta” ou uma estrutura de apoio, como as *maras* ou *pandillas*. Ou, se uma criança for atacada ou abusada, mas for incapaz de ir à polícia ou até outra corporação adulta em busca de proteção ou justiça, ele/ela tem maior probabilidade de reagir a esse fator de risco, aderindo a um grupo armado que ofereça proteção e/ou a possibilidade de vingança, como uma gangue de rua, quadrilha de traficantes ou grupo paramilitar.

Além dos fatores de risco comuns, fica claro nas entrevistas com crianças e jovens em todos os países que há algumas influências externas que orientam também sua decisão de ingressar num grupo armado. Essas influências podem estar na família, entre amigos e colegas ou podem ser ainda mais generalizadas, em nível de comunidade/sociedade. No caso do membro de gangue a seguir, uma figura mais velha foi uma influência importante para que ele “entrasse”.²³

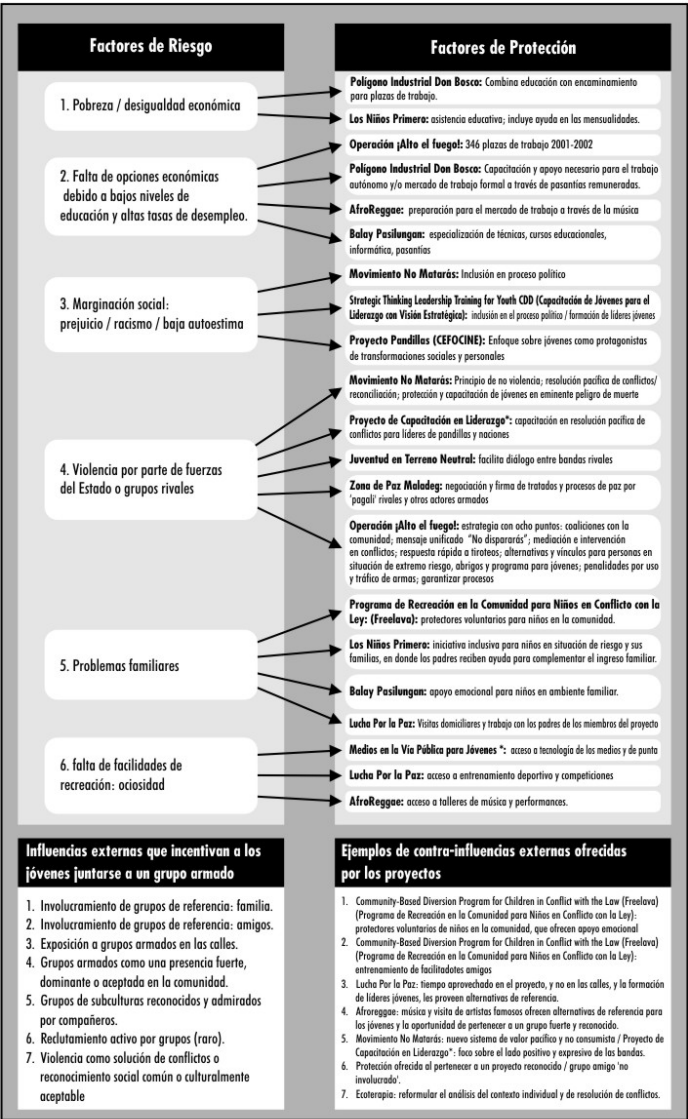
Tudo bem, eu me envolvi por causa de um cara que me influenciou pra entrar. Eu tava indo pra escola, e eu tinha, sabe o que eu estou dizendo, minha mãe tinha uma família grande, e eu não conseguia o que eu queria, e ele me disse... sabe o que eu estou dizendo, isso e aquilo pra eu vender droga e aí eu ia poder me virar. Então foi assim que eu entrei”.

Membro de gangue,
Chicago

²³ Gíria para “ingressar numa gangue”.

A tabela a seguir indica os fatores de risco principais que foram identificados em todos, ou quase todos, os ambientes cobertos por este estudo. A tabela também mostra as reações a esses fatores de risco, que foram possíveis a crianças e jovens ao ingressarem num grupo armado. Como observado acima, os tipos de resposta a fatores de risco, que foram possíveis pelo ingresso num grupo, são também comuns a todos, ou quase todos, os grupos armados investigados. A tabela a seguir também lista as influências externas que foram identificadas, a partir das entrevistas, como comuns a todos ou à maioria dos ambientes onde crianças e jovens foram entrevistados.

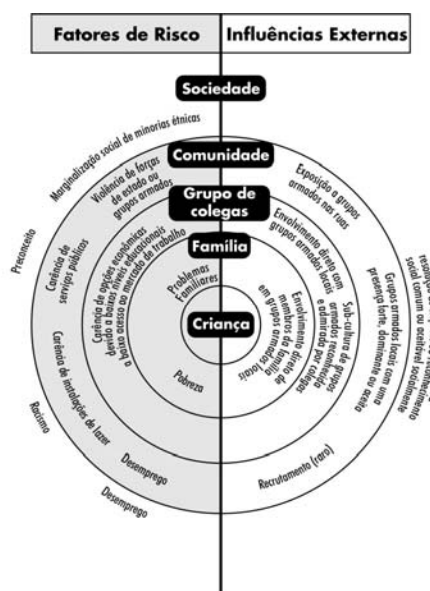
Tabela 2.1 – Riscos e Influências Externos



* Véase 'Abordajes estratégicos integrados para la Prevención y Rehabilitación de Niños y Jóvenes en Violencia Armada Organizada'

O diagrama a seguir demonstra como essas influências e fatores de risco estão presentes em todos, ou quase todos, os níveis de experiência social para crianças em ambientes que podem ser considerados como de “alto risco”.

Diagrama 2.2 – Fatores de Risco de Influências num Ambiente de Alto Risco



Entendendo a vulnerabilidade por mapeamento de contextos pessoais

Embora as influências e os fatores de risco externos, mencionados acima, sejam comuns a todos, ou a quase todos, os ambientes de alto risco, dominados pelos grupos armados investigados para este estudo, a maioria das crianças e dos jovens em ambientes de alto risco não reage a esses fatores de risco ingressando num grupo armado.

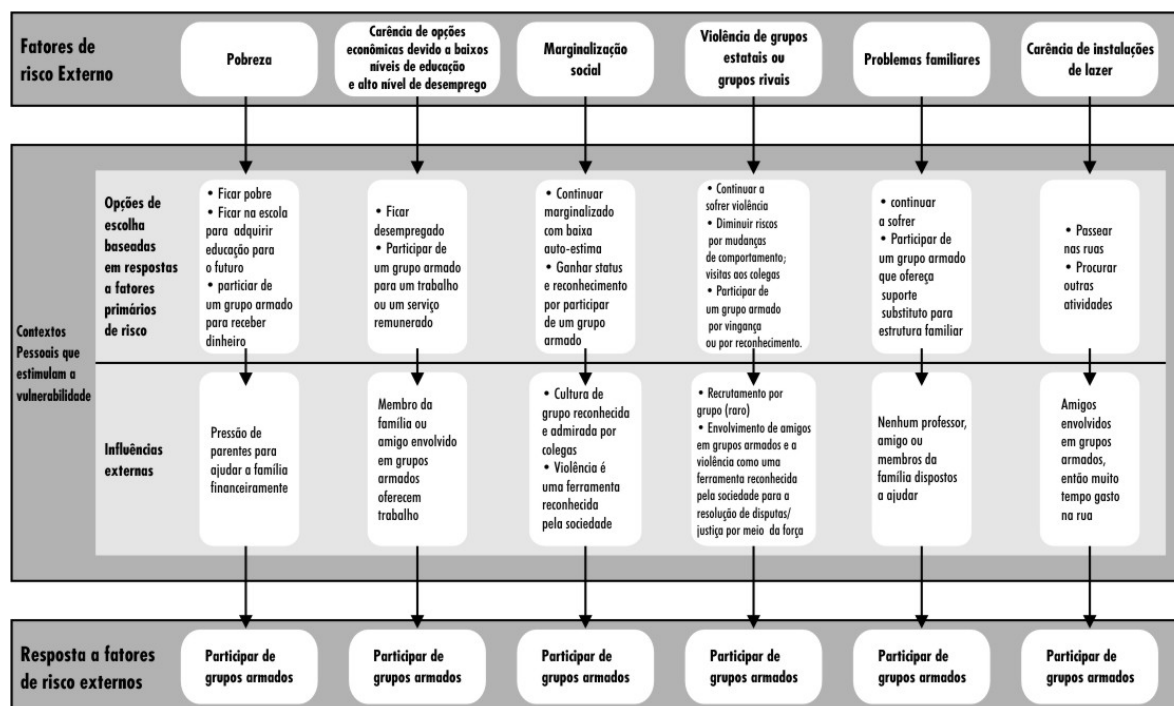
Fatores de risco e influências afetam todas as crianças de forma semelhante. Entretanto, nem todas as crianças e todos os jovens reagem a esses fatores de risco e influências da mesma forma. Crianças e jovens são indivíduos que tomam decisões ativamente, mas as reações aos fatores de risco vão diferir de acordo com os contextos pessoais. Os contextos pessoais são compostos por relacionamentos, influências e opções que uma criança ou um jovem podem ter em seu círculo social imediato, que afetem esse processo de tomada de decisão.

Em qualquer ambiente, existe um número infinito de contextos pessoais em que as crianças crescem. Dois irmãos criados na mesma casa podem até ter contextos pessoais diferentes, devido a seus relacionamentos diferentes com os pais, ou terem grupos de colegas diferentes. Dependendo de como são constituídos, os contextos pessoais podem ser mais ou menos conducentes ao ingresso num grupo armado em ambientes de alto risco. Portanto, é possível entender por que alguns jovens nesses ambientes “escolhem” aderir a grupos armados locais e outros não.

O diagrama a seguir mapeia as reações aos fatores de risco predominantes, que podem ser tidas por um jovem num ambiente de alto risco. Como demonstra o diagrama, as opções e as

influências desempenham um papel importante no processo de tomada de decisão, de como reagir a fatores de risco ambientais. Nesse caso, devido às opções limitadas e a certos tipos de influências, o contexto pessoal do sujeito é mais conducente a seu ingresso num grupo armado. O diagrama a seguir representa, portanto, o tipo de contexto pessoal que torna um jovem vivendo num ambiente de alto risco vulnerável à participação na violência armada organizada.

Diagrama 2.3 – Contexto Pessoal Vulnerável



Como observado anteriormente, há um número infinito de contextos pessoais em qualquer ambiente. Apesar dessas variações, entretanto, é possível entender que a falta de opções combinada a certos tipos de influências, relatados durante entrevistas, tenha a probabilidade de tornar uma criança ou um jovem mais vulnerável ao ingresso num grupo armado. O diagrama acima representa um híbrido dos tipos de respostas que os entrevistados deram aos pesquisadores, em relação à sua reação a fatores de risco locais e ao tipo de influências que afetaram essas respostas.

Compreender os fatores de risco e as respostas, que as crianças dão a esses fatores ingressando em grupos armados, assim como entender que essas respostas podem ser guiadas por influências externas, ajuda-nos a entender por que as crianças “escolhem” aderir a gangues, quadrilhas de traficantes, *maras* e todos os outros grupos armados cobertos neste estudo. As crianças são, muitas vezes, forçadas a fazer escolhas quando expostas a fatores de risco, uma vez que estes evocam naturalmente reações. Se as respostas possíveis de uma criança são limitadas pela falta de opções e suscetíveis a influências externas fortes, então ingressar num grupo armado pode estar mais próximo de escolher a melhor das opções limitadas que de fazer uma “escolha” real. A noção de “recrutamento voluntário” é muito falha, portanto, não porque as crianças não façam



escolhas individuais válidas, mas porque muitas das que realmente “escolhem” ingressar em grupos armados estão crescendo em contextos pessoais vulneráveis, em ambientes de “alto risco”.

Entendendo a resistência pelo mapeamento dos contextos pessoais

A fim de entender que fatores poderiam compor o tipo de contexto pessoal que é menos conducente à participação na violência armada organizada, entrevistas foram feitas com cinco adolescentes e jovens de ambos os sexos (dois do sexo feminino e três do masculino), que vivem numa favela do Rio de Janeiro, dominada por uma quadrilha de traficantes fortemente armada. Os entrevistados tinham de 16 a 25 anos de idade. Todos eram participantes de um projeto social baseado na comunidade que oferece emprego, oportunidades para educação e esporte, assim como apoio psicossocial para seus membros.²⁴

Na época da entrevista, nenhum dos entrevistados estava trabalhando para quadrilhas de traficante, embora um deles houvesse anteriormente sido um trabalhador armado, mas tinha tomado uma decisão consciente de deixar a quadrilha três anos antes. Dois dos membros desse grupo tinham familiares próximos envolvidos com o comércio de drogas, ambos haviam estado na periferia do tráfico de drogas em vários instantes de suas vidas, por exemplo, portando ou guardando armas de fogo ou drogas para membros da família envolvidos. Entretanto, esses dois membros do grupo nunca haviam recebido dinheiro de quadrilhas de traficante e não podiam ser considerados como tendo estado diretamente envolvidos. Dos dois membros do sexo feminino, uma havia estado envolvida em pequenos crimes no começo da adolescência e havia sido presa por furto em certa ocasião. A outra nunca tinha estado envolvida com crime ou violência organizada de nenhum tipo.

Primeiro, pediu-se aos membros do grupo que listassem o que consideravam ser os principais problemas e dificuldades que eles, e outras crianças e jovens, enfrentavam ao crescer numa favela. A lista a seguir está na ordem dada durante a entrevista.

- altos níveis de desemprego / baixos níveis de escolaridade entre os jovens, levando a maiores dificuldades para entrar no mercado de trabalho formal / salários insuficientes;
- famílias “desestruturadas” / desleixo com as crianças;
- falta de vagas nas escolas públicas para que alunos evadidos tentassem voltar no final da adolescência / baixo padrão de ensino / escolas locais muito piores que as existentes nas áreas ricas da cidade;
- altos níveis de violência na família, escola e comunidade / violência na comunidade devido à repressão policial e a conflitos entre quadrilhas de traficantes rivais / sofrer preconceito por ser de uma favela.

As dificuldades e os problemas que esses entrevistados listaram são extremamente semelhantes aos citados por membros de grupo entrevistados, no Brasil e em outros países, como razões para ingresso em grupos armados. Portanto, pode se sugerir que tanto os jovens envolvidos quanto os não envolvidos, crescendo em ambientes de alto risco, enfrentam os mesmos fatores de risco.

²⁴ O autor decidiu não revelar o nome e o local desse projeto a fim de proteger as identidades dos entrevistados, devido à natureza sensível da entrevista.

A fim de entender por que ter enfrentado esses fatores de risco não levou esses entrevistados a aderir a grupos armados, ao contrário de seus colegas em outros lugares, pediu-se a eles que contassem como haviam lidado ou “reagido” a essas dificuldades.²⁵ As respostas estão apresentadas abaixo por tema.

Desemprego: todos os entrevistados haviam anteriormente estado desempregados, mas tinham no momento empregos em tempo integral ou alguma colocação paga de meio expediente. Três deles estavam empregados por causa de sua participação num projeto social que oferece oportunidades de emprego, e o outro devido a uma oportunidade interna através da escola. O último entrevistado estava desempregado; entretanto, participava de um curso de liderança jovem, oferecido por uma organização não governamental que pagava um salário mensal.

O entrevistado que havia anteriormente sido membro pago da quadrilha de traficantes local explicou que havia deixado-a sem outro emprego, devido principalmente ao nascimento do filho e ao fato de que tinha desejado permanecer vivo tempo suficiente para ser pai. No natal anterior, entretanto, sob pressão, a fim de conseguir dinheiro para roupas novas e presentes para a família, esse entrevistado recebeu oferta de trabalho da quadrilha local para vender drogas durante um fim de semana. Embora tentado, ele preferiu não fazê-lo, devido ao apoio moral da esposa e de membros do projeto social. Três semanas mais tarde, ele passou numa entrevista para uma vaga de trabalho no projeto e é agora um membro da equipe em tempo integral.

Os entrevistados comentaram que o problema principal para os jovens, em relação a emprego, é a falta de acesso ao mercado de trabalho. Todos os entrevistados conseguiram superar isso devido a oportunidades na escola ou através de contatos com projetos sociais que agem em suas comunidades.

Os garotos do grupo comentaram que, mesmo um salário mínimo, lhes permitia algum acesso ao tipo de itens de consumo (tênis Nike etc.) valorizados na comunidade e entre os colegas.

“Famílias desestruturadas”: à exceção de um entrevistado, todos os outros haviam sofrido problemas em casa, como: separação dos pais; morte de um dos pais ou de familiar próximo; pai ausente; padrasto violento; e más relações com outros membros da família. Entretanto, todos os entrevistados foram capazes de citar uma figura em particular para quem podiam se voltar quando as coisas iam mal em casa. Elas incluíam: uma mãe presente; uma figura substituta de mãe vivendo na comunidade; um treinador de esportes; avôs; e amigos chegados. Um dos entrevistados tinha até ido viver na rua aos 8 anos de idade, devido a problemas em casa, até que seus avôs houvessem depois lhe dado casa e o criado.

Educação: uma entrevistada não estava estudando na época da entrevista, mas esperando fazer os exames de primeiro grau. Todos os outros entrevistados estavam estudando ou fazendo cursos profissionalizantes na época da entrevista. Três dos cinco entrevistados haviam abandonado a escola pública no começo da adolescência e só retornado recentemente, devido à assistência de terceiros: uma recebeu ajuda da irmã para encontrar vaga numa escola em outro bairro; o segundo recebeu auxílio da equipe do projeto para ter acesso a um curso intensivo de primeiro grau; o terceiro retornou à escola pública local devido à ajuda e o estímulo da equipe do projeto.

²⁵ No caso de um dos entrevistados, que havia sido membro assalariado de uma quadrilha de traficantes, pediu-se a ele que explicasse por que, apesar de continuar a ser afetado por esses *fatores de risco*, ele decidiu deixar a quadrilha.



Violência: todos os entrevistados falaram sobre ter experimentado violência diretamente e seus testemunhos foram semelhantes àqueles dos entrevistados de grupos armados.

Eu estava embaixo da árvore, quando [os policiais] falaram perdeu²⁶, perdeu, perdeu mas eu não tinha nada pra perder, então eles me colocaram no chão, me chutaram, colocaram o pé na minha cara, me esculacharam [...] falaram com minha mãe "senhora sai daqui porque hoje eu vou matar seu filho" [...] eles (a policia) confunde as pessoas com traficantes, mesmo quem não tem nada a ver.

Muitos dos entrevistados de grupos armados disseram que sofrer atos de violência direta os havia feito desejar aderir a um grupo armado por proteção. É interessante como os entrevistados observavam que se desassociar publicamente do tráfico de drogas e do crime era um fator de proteção importante, que podia diminuir as chances, mesmo que minimamente, de sofrer abusos da polícia dentro da comunidade ou violência dos traficantes de droga. Isso podia ser conseguido das seguintes formas: ter um grupo de colegas que não estivesse envolvido no tráfico ou no crime; ou participar de um projeto social baseado na comunidade. No último caso, usar uma camiseta do projeto que fosse reconhecida por policiais, traficantes e membros da comunidade servia para separá-los de qualquer envolvimento no tráfico ou no crime e na violência associada. Consequentemente, eles seriam vistos como uma não ameaça a esses grupos e teriam menos probabilidade de sofrer atos de violência direta por parte deles. Definir-se publicamente como “não envolvido” através de associações com grupo de colegas não envolvidos, portanto, foi visto como um fator de proteção importante.

Um número significativo de entrevistados de grupos armados disse que sofrer atos de violência havia-os feito desejar aderir a um grupo armado por vingança. Os membros desse grupo de entrevistados, que haviam sofrido violência, foram capazes de explicar por que isso não os tinha feito buscar vingança. Em ambos os casos, o desejo de estar vivo para cuidar de outro membro da família foi fundamental para essa decisão. Por exemplo, quando tinha 16 anos, um entrevistado havia visto seu irmão, que estava trabalhando para a quadrilha local de traficantes, ser morto pela polícia. A subsequente morte do primo de 18 anos pela polícia, que também estava envolvido no tráfico de drogas, fez com que ele desejasse se distanciar do envolvimento no comércio de drogas, porque decidiu que queria permanecer vivo o tempo suficiente para poder tomar conta do irmão mais novo. Depois da morte do primo, o entrevistado disse para si: “Eu vou tentar mudar, eu vou tentar estudar, eu vou tentar arranjar um emprego para sustentar e sempre estar presente na vida do meu irmão... se meu primo ainda estivesse vivo hoje... Certamente vocês nunca teriam me conhecido, porque eu teria acabado do mesmo jeito.” O que parece importante como fator de proteção aqui é uma noção autopercebida de que há uma razão para permanecer vivo; neste caso, a fim de sustentar um ente querido em necessidade.

Desigualdade social: sentimentos de discriminação por causa de sua origem eram comuns a todos os entrevistados. “Eu fui a uma entrevista de emprego numa parte nobre [não favelada] da cidade e não fui escolhido quando descobriram que eu era de uma favela [...] eles acharam que eu tinha alguma coisa de ruim.” A discriminação e o sofrimento da desigualdade social foram problemas enfrentados pelos entrevistados, considerados por eles como os mais difíceis de explicar ou de resolver. Fazer parte de um grupo de colegas reconhecidos e respeitados; definir-se como “não

²⁶ No Rio de Janeiro, “perdeu” é uma expressão usada muitas vezes por ladrões e assaltantes para suas vítimas.



envolvido”; estar empregado; possuir autoconhecimento e se respeitar foram discutidos pelos entrevistados como formas possíveis de superar a exclusão social e econômica que enfrentam. Eles sugeriram que poderiam diminuir o risco de serem tratados de maneira discriminatória pela forma como se apresentavam. Entretanto, concordaram que isso era extremamente limitado e disseram que não seriam capazes de superar a desigualdade, enquanto a sociedade brasileira continuasse a discriminar moradores de favela.

As entrevistas acima não podem ser consideradas representativas de todas as crianças e jovens vivendo na diversidade dos ambientes de alto risco, dominados pelos grupos armados investigados. Entretanto, elas demonstram que:

1) Os tipos de *fatores de risco* externos (referidos como problemas ou dificuldades) que esses entrevistados têm de enfrentar diariamente são quase idênticos àqueles mencionados por crianças e jovens entrevistados em dez países (inclusive o Brasil), como razões para se envolverem na violência armada organizada;

2) Esses entrevistados não envolvidos foram capazes de expressar como lidam ou *reagem* a esses *fatores de risco*, sem ingressar ou continuar a fazer parte da quadrilha local de traficantes. Ao fazê-lo, conseguiram citar outras opções que lhes haviam sido oferecidas ou que haviam descoberto, e pessoas que influenciaram suas vidas e foram cruciais para esse processo de tomada de decisão.

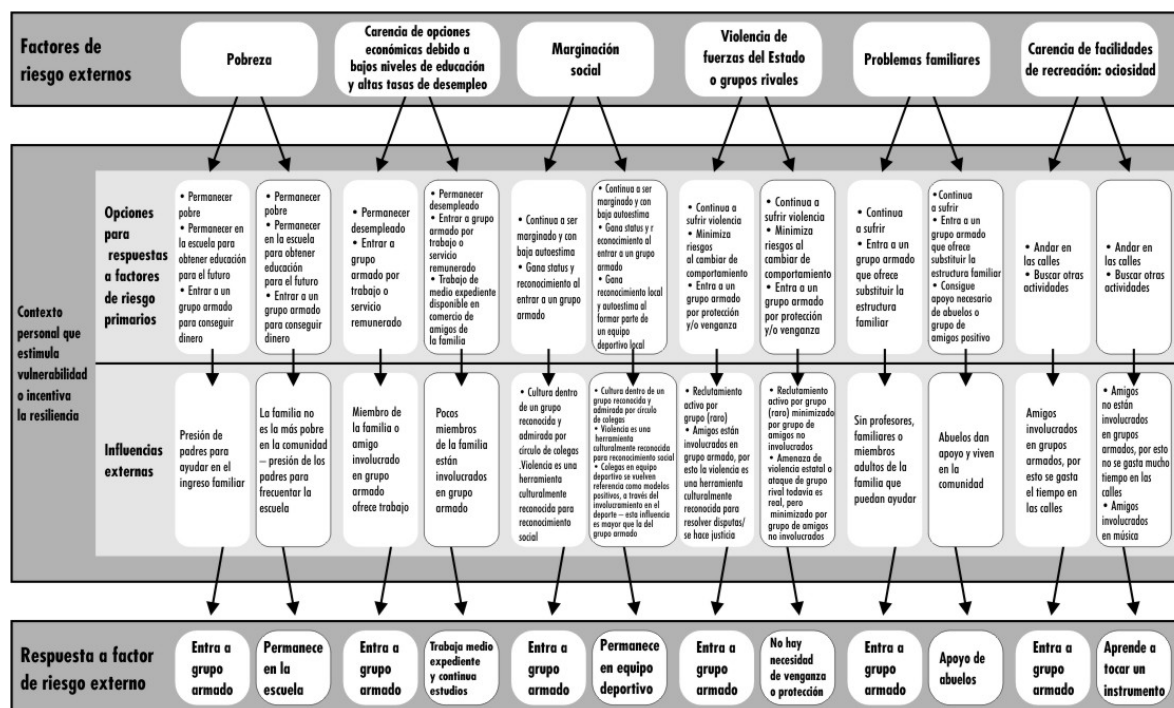
É interessante que os entrevistados participando de grupos armados, nos dez países envolvidos neste estudo, fossem também capazes de citar *influências* que foram fatores importantes na decisão de aderir a um grupo armado, especialmente o envolvimento de amigos e da família.²⁷ Contudo, em quase todos os casos, eles relataram consistentemente que tiveram poucas opções, a não ser ingressar num grupo armado, para *reagir* a *fatores de risco* predominantes em suas comunidades.

Sem dúvida, uma pesquisa maior entre jovens não envolvidos, vivendo em ambientes de alto risco no mundo todo, é necessária para evidências mais substantivas. Porém, a comparação acima sugere que o que separa a *vulnerabilidade* da *resistência*, entre crianças e jovens em ambientes de alto risco, é uma combinação de acesso a opções e de diferentes tipos de *influências*.

Baseado em informações dadas por entrevistados envolvidos e não envolvidos, o diagrama a seguir mapeia as trajetórias possíveis de dois jovens crescendo no mesmo ambiente de alto risco. Ambos enfrentam os mesmos *fatores de risco* e compartilham algumas *influências* externas. Todavia, um dos sujeitos tem mais opções que o outro, e ambos possuem *influências* diferentes dentro de seu círculo social imediato.

²⁷ Ver “Processo de envolvimento”.

Diagrama 2.4 – Contexto Pessoal Resistente versus Vulnerável



Como demonstrado no diagrama acima, crianças e jovens em ambientes de alto risco são mais *vulneráveis* ao ingresso em grupos armados locais quando seus contextos pessoais oferecem poucas opções de *reação* aos *factores de risco*, e quando são suscetíveis a *influências* que os encorajam a aderir.

Como também demonstrado no diagrama acima, crianças e jovens em ambientes de alto risco são mais *resistentes* a ingressar em grupos armados locais quando seus contextos pessoais oferecem várias opções de *reação* aos *factores de risco*, e são menos suscetíveis a *influências* que os encorajam a aderir, devido em geral à presença de *influências* mais fortes e mais presentes.

Como notado anteriormente, há infinitas variações possíveis de *contextos pessoais* dentro de qualquer ambiente. Entretanto, se tivermos a capacidade de assinalar o tipo de *contexto pessoal* em que crianças e jovens, num mesmo ambiente de alto risco, são mais ou menos *resistentes* ao ingresso em grupos armados, então é possível planejar intervenções que afetem positivamente o *contexto pessoal* das crianças, tornando-as assim mais *resistentes*.

Naturalmente que, para tratar realmente do problema de crianças e jovens na violência armada organizada, é necessário eliminar os *factores de risco* externos que são causais ou que contribuem para a existência de grupos armados e das situações em que as crianças “escolhem” ingressar neles. Embora imperativa, a erradicação desses *factores de risco* é um processo longo e complexo, e um desafio sério para governos e para a sociedade civil organizada também.



nem
GUERRA nem PAZ

A curto prazo, os grupos armados vão continuar a existir e é inevitável que crianças e jovens continuem a enfrentar o tipo de *fatores de risco* e de *influências* que tornam seu envolvimento mais provável. Para tratar desse problema agora, portanto, além da criação de macro-programas que busquem erradicar os problemas estruturais, há a necessidade de intervenções locais que tornem crianças e adolescentes mais *resistentes* e menos *vulneráveis* ao envolvimento. Como fortalecer a *resistência* na prática é discutido em “Construindo a *resistência* através de prevenção e intervenções para reabilitação”.

FUNÇÕES DE TRABALHO DE CRIANÇAS E JOVENS

Este capítulo contempla as funções de trabalho e de participação que crianças e jovens desempenham tipicamente nos grupos armados investigados. Ao fazê-lo, a posição de subordinação de crianças e jovens a adultos, dentro das estruturas de comando utilizadas por esses grupos, é discutida juntamente com as regras e punições — temas comuns identificados e relacionados às noções de idade, fase adulta e habilidade — e como menores e jovens são remunerados por seus serviços.

Papéis subordinados e cumprimento de ordens

Ao iniciarem o processo gradual de envolvimento,²⁸ crianças e jovens tendem a se encontrar na base de qualquer estrutura de comando existente ou de escala hierárquica que possa existir dentro dos grupos armados. Invariavelmente, os que estão nas posições de tomada de decisões, ou em altos postos, são adultos ou jovens mais experientes (de 18 a 25 anos) e, conseqüentemente, crianças e jovens permanecem subordinados a adultos.

Para algumas *pandillas* de El Salvador, a figura principal de autoridade sobre todos os membros de uma *clika*²⁹ é o *palabrero* adulto, e seu relacionamento autoritário com membros crianças e jovens começa até antes da admissão plena na gangue. Um *pandillero* entrevistado descreveu os favores que prestou ao *palabrero* ainda durante a fase transitória de “vacilando”: “às vezes, ele me dava tarefas, ir ao Burger King e essas coisas. O que eles mandavam, a gente fazia”. Nas *naciones* do Equador, *jefes* de células ou líderes de células locais, são responsáveis pela supervisão e pelo controle das ações de células locais, em que os membros jovens, em especial os menores, são encontrados. Embora, muitas vezes, nada além de jovens mais experientes, os líderes de células locais devem ser obedecidos por aqueles dentro da célula e eles estão subordinados ao líder máximo e ao *consejo* consultivo da *nacion*. Os grupos mirins ou de “baixinhos”, em algumas gangues de rua institucionalizadas em Chicago, são controlados por um coordenador jovem que faz relatórios e recebe diretivas dos membros adultos da gangue, chamados às vezes de “OGs”, ou *Original Gangsters*. E, na África do Sul, gângsteres adultos mandam membros adolescentes das gangues precedê-los nos confrontos armados com as gangues rivais.

Sem se importar com o tipo de estrutura de comando utilizada, membros entrevistados de todos os grupos investigados disseram que, dentro de seus grupos, as ordens diretas dadas por superiores têm de ser seguidas. Como um membro jovem de CVO explicou: “Nossa tarefa é fazer o que nos mandam. Nós também não sabemos porque. Eles não nos dizem e ninguém tem coragem suficiente pra perguntar.” No Rio de Janeiro, trabalhadores infantis de quadrilhas de traficante estão também explicitamente conscientes de sua posição subordinada. Como um membro de 14 anos do Comando Vermelho explicou: “Nós somos soldados e o chefe é o nosso capitão.” O entrevistado adolescente do OPC, a seguir, estava também muito certo de que ordens devem ser seguidas: “Gani é o nosso ‘Alaye Baba’ (padrinho) e quase sempre o cérebro por detrás de todas as atividades mais importantes do grupo; como ele é diretamente responsável pela ala dos militantes jovens, ninguém ousa desobedecer.” Como discutido na seção a seguir, a razão pela qual crianças e

²⁸ Ver “Processo de envolvimento”.

²⁹ Ramificação local ou grupo de bairro numa *pandilla* maior, como a *Mara Salvatrucha* ou o *Barrio 18*.



adolescentes parecem tão determinados a seguir ordens pode ser a variedade de punições (incluindo a pena de morte) que os grupos investigados utilizam em casos de desobediência.

Regras e punições

Todos os grupos investigados se valem de um sistema de regras internas para seus membros. Essas regras são mais conhecidas do que escritas³⁰ e, embora variem por grupo, na maior parte dos casos, elas giram em torno da disciplina interna, das funções de trabalho e, em alguns casos, especialmente entre as gangues jovens da América Latina, possuem uma identidade clara e definida.

Entre as *naciones* do Equador, por exemplo, as regras citadas pelos membros entrevistados incluíam: presença e pontualidade nas reuniões de grupo; execução das ordens dadas por superiores; respeito e defesa de símbolos e cores do grupo; ajuda incondicional prestada a outros membros; e estar sempre pronto quando convocado pelo líder. Em El Salvador, *pandilleros* relataram que, embora fosse considerado aceitável fumar maconha, havia uma regra interna em alguma *pandillas* proibindo o consumo de *crack*.

Nas quadrilhas de traficante de drogas do Rio de Janeiro, as regras tendem a estar relacionadas com a manutenção da funcionalidade do grupo e do controle sobre o comércio de drogas. Isso significa andar armado para proteger os territórios da quadrilha, seguir ordens, nunca informar a polícia e não roubar dinheiro ou drogas estando de serviço. Significa também regular o comportamento, não ameaçando ou causando danos gratuitamente a moradores da comunidade, uma vez que a importância do apoio comunitário é visto pelas quadrilhas como fundamental para a manutenção do controle de uma favela.³¹ Essas regras são seguidas pelos membros da quadrilha sob pena de morte. Quando um traficante de drogas adulto, no Rio de Janeiro, foi perguntando se já havia matado alguém antes e, em caso afirmativo, por que, ele respondeu:

Sim, já matei, circunstância do tráfico, circunstância que, porra, não pode vacilar porque... se eu vacilar também, porra, morro [...] a maioria das vezes dentro do tráfico é essa, pessoa X9, pô às vezes o vapor³² mexeu na carga, então pô, tem certas coisas que às vezes não pode passar a mão por cima porque tá se fazendo várias vezes, uma vez, duas vezes aí é uma coisa, várias vezes [...] nós temos uma regra, porra, de andar armado [...mas] nós temos que ter muito cuidado pra não machucar alguém que... se ...porra, de repente a gente machucar alguém, a gente vai pagar com a vida, com nossa vida mesmo. Machucar um morador... porra, balar alguém, a gente paga com nossa vida mermo..

Todos os grupos armados investigados mantêm as regras internas através de punições. Como as regras internas para os membros, as punições variam por grupo. Entretanto, na maioria dos grupos investigados, crianças e jovens estão sujeitos às mesmas punições que membros adultos.

³⁰ Há exceções. Grupos na Nigéria, como o OPC, possuem um “Código de Conduta”, escrito num manual impresso, e os Bakassi Boys também têm regras escritas. O Comando Vermelho também possuía um código de conduta, escrito quando se estabeleceu, em fins da década de 1970, baseado nas “12 regras de um bom criminoso” (ver Amorim, Carlos, *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*, 5ª. edição, Record, Rio de Janeiro, 1995).

³¹ Dowdney, 2003:53-72.

³² Traficante de rua.

P: *Pra morrer [depois de quebrar uma regra] se é jovem, se é menino ou criança, faz diferença?*

R: *Não faz não.*

Gerente de maconha, 22 anos, do Comando Vermelho no Rio de Janeiro

Nas Filipinas, os entrevistados relataram terem sido apenas repreendidos verbalmente por superiores ao cometerem erros. Porém, como dois dos jovens entrevistados de CVOs haviam estado presentes quando uma CVO torturou e assassinou três adolescentes suspeitos de matar membros do *pagali* dominante, é provável que, em casos extremos, menores a serviço de CVOs possam sofrer execução ou castigo físico por não seguirem regras ou desobedecerem as ordens.

Membros entrevistados de todos os grupos falaram abertamente de punições físicas comuns por desobediência ou infração de regra interna. A seguir, tem-se uma lista de punições relatadas aos pesquisadores durante este estudo.

Aumento de tarefas de trabalho e prisão domiciliar:

Depende do problema. O chefe não bate, mas deixa eles baterem uns nos outros com um pau, ou pode chamar a atenção deles e pôr eles pra trabalhar fora, ou dobrar o turno de trabalho; por exemplo, se tem alguém de guarda das 6 às 12, eles vão ter que trabalhar de 6 às 6 [...] Outros castigos incluem apanhar de pau, ou ser proibido de sair de casa por dois meses.

*Membro de 15 anos de grupo paramilitar
Medellín*

Encarceramento: O OPC e os *Bakassi Boys* possuem prisões onde criminosos detidos podem ficar encarcerados. As prisões podem também ser usadas para *Bakassi Boys* desobedientes. “Abuso com arma leva a uns dias na cela e à demissão sumária do grupo.”

Surras: entrevistados das gangues de rua mestiças, na Cidade do Cabo, relataram que levariam surras na frente de outros membros se não visitassem os líderes presos ou se não fossem às reuniões semanais da gangue aos domingos. *Pandilleros* do Equador e de El Salvador também contaram que as surras podiam ser usadas como ação disciplinar dentro dos grupos. Na Nigéria, membros da ala militante do OPC, conhecida como Eso, disseram aos pesquisadores que os castigos físicos eram infligidos àqueles que não seguiam as ordens dos superiores. Quando perguntado sobre o que aconteceria se ele não cumprisse uma ordem, um *Egbesu Boy*, de 17 anos, replicou “que isso é uma ofensa séria, que pode levar a várias punições, como expulsão ou surra”.

Tortura: a tortura de membros do grupo, de rivais ou de civis considerados culpados de uma infração, é usada por alguns dos grupos armados investigados. O testemunho a seguir foi dado por um membro jovem de uma CVO, nas Filipinas, que participou da tortura e depois presenciou a morte de seus co-membros, três adolescentes suspeitos de assassinato:

Eles nos mandaram pôr sal nos ferimentos dele [de um dos adolescentes]. Eles foram longe demais. Cortaram partes do corpo dele com uma serra elétrica, enquanto ele ainda estava vivo. Ele só ficava gritando por causa da dor, mas mesmo que a gente forçasse ele a admitir, ele insistia que não sabia de nada. Aquilo era doloroso pra mim de assistir.

Expulsão da comunidade: trabalhadores de quadrilhas de traficantes, no Rio de Janeiro, relataram as expulsões da comunidade como o castigo padrão para membros e moradores que desobedecem a



ordens. Essa punição era reservada às ofensas consideradas sérias demais para uma surra, mas não suficientemente graves para execução. Entrevistados em Medellín também mencionaram expulsões de membros do grupo e de famílias inteiras das comunas sob domínio de grupos paramilitares, *bandas* e narcotraficantes.

Pena de morte: a pena de morte, a punição máxima para os membros de grupo que desobedecem a ordens ou infringem regras internas, foi relatada com frequência por entrevistados e esteve presente em todos os grupos investigados, com exceção das *pandillas* do Equador.

A pior coisa é contar o que o grupo está planejando fazer com outro grupo; a punição nesses casos é a morte.

Membro de 15 anos de um grupo paramilitar, Medellín

Nas quadrilhas de traficantes do Rio de Janeiro, matar outros membros do grupo por infringir regras internas é comum. Menores são muitas vezes enviados por superiores para matar colegas culpados desse tipo de comportamento.

P: *Se uma pessoa pega uma carga³³ e não dá de volta o dinheiro, o que acontece?*

R: *Ah, aí ele embuliu na carga, aí ele morre, toma um pau, depende do patrão. Se o patrão falou que ele vai morrer, ele vai morrer, mano.*

P: *E quem mata ele?*

R: *Quem mata é nós mermo. Nós picota mermo, nós dá tiro na cara mermo, nós somo ruim mermo.*

P: *Você já matou?*

R: *Já, já matei. Já matei vários aí. Já matei vários.*

Soldado, 16 anos, Comando Vermelho

Regras para proteção de crianças dentro de grupos armados

Apesar do fato de que crianças enfrentam punições semelhantes às de adultos nos grupos investigados e, possivelmente, como um reflexo da tendência de menos idade nos membros³⁴ dos grupos, algumas gangues de rua nos EUA e CVOs nas Filipinas instituíram regras para proteger os membros mais jovens.

As CVOs que agem como exércitos particulares para os prefeitos locais, ou outras figuras importantes, proíbem membros mais jovens de se tornar envolvidos em *malalaking lakad*, uma expressão usada para se referir a suas atividades ilegais mais perigosas. Alguns dos membros mais velhos das gangues de rua institucionalizadas, em Chicago, dão importância à educação, e algumas chegam a ter regras para os pressionar membros mais jovens a permanecerem na escola. Elas não são sempre efetivas, entretanto, e parecem contradizer o emprego de membros mirins no comércio de drogas. Algumas gangues têm até restrições ao uso de armas pelos membros mais jovens.

³³ As “cargas” são entregues aos traficantes de rua pelos superiores da quadrilha. Elas são pagas depois de vendas e não no momento da entrega. Portanto, ao recebê-la, a criança ou o jovem traficante já deve ao superior e, se não pagar, pode ficar sujeito a castigos físicos e até à execução.

³⁴ Discutido em “Processo de recrutamento”.



Os entre 12 e 16 [faixa etária], eles participam, mas não desempenham nenhum papel nos tiroteios, eles participam de algumas atividades de tiro, mas eles não têm armas assim... O coordenador e o coordenador-assistente, eles são os mais velhos de qualquer forma... Então eles podem ter uma arma. Só então, existe uma chance de que um garoto de 16 tenha uma arma.

Membro de gangue
Chicago

Embora esse não seja o caso de todas as gangues de rua em Chicago,³⁵ a citação acima demonstra uma lógica comum a todos os grupos armados investigados para este estudo: que é aceitável armar alguns adolescentes. Os critérios para determinar que adolescentes podem ser armados são também compartilhados pelos grupos. Na maior parte dos casos, isso se baseia em quando a infância é percebida como tendo acabado e a idade adulta começado. Como explicado abaixo, isso não depende de uma idade numérica, mas de outros fatores, como a compreensão cultural do que é ser adulto ou da capacidade da pessoa trabalhar ou usar arma de fogo.

Noções de idade, fase adulta e capacidade

Na Jamaica, os jovens da comunidade de Craig Town disseram que não gostariam de ver garotos de 12 anos armados e em gangues, e que fariam tudo que pudessem para impedir crianças dessa idade de ingressar nos grupos. Entretanto, eles acharam aceitável que garotos de 14 andassem armados e em gangues, já que nessa idade são considerados “suficientemente homens”.

A visão de que ter deixado a infância era um critério aceitável, para que os grupos armassem e se beneficiassem do trabalho de menores de 18 anos, foi sustentada pela maioria dos grupos investigados. Por exemplo, Maguindanao, nas Filipinas, é uma província de maioria muçulmana, onde as crenças islâmicas proclamam que a idade adulta começa no início da puberdade, em geral de 13 a 15 anos. Lá, muitas crianças recebem armas do pai na puberdade para defesa da família e da comunidade. Essas normas culturais significam que armar menores em CVOs, na província de Maguindanao, não é visto como anormal por muitos.

Em outros cenários, os grupos não baseiam o conceito de infância numa idade específica, em vez disso, referem-se à capacidade do jovem de usar uma arma como o critério principal para entrar na idade adulta. Quando perguntado se crianças recebiam armas nos *Egbesu Boys*, um membro adulto respondeu: “Ah! Logo depois que você começa a usar uma arma, você não é mais criança, você é então adulto.” Em algumas situações, a necessidade de ter trabalhadores armados significa que as noções de infância (as crianças são um grupo tradicionalmente protegido na maioria das sociedades) não são consideradas. Quando perguntado se líderes de gangue relutavam em ver garotos com armas, um membro dos *Black Gangster Disciples* explicou:

Eles não pensam assim. Eles pensam que, porra, você faz parte disso. Se alguma coisa der errado, você tem que montar,³⁶ é assim que é. É assim que eu encaro isso. Porra, alguma coisa dá errado, você tá pronto pra montar com eles, porque se você não montar, então a gente vai montar no teu rabo. Você não tem outra escolha, mas montar com eles.

³⁵ Algumas das gangues de rua, em Chicago, são conhecidas por darem armas a membros mirins, até de 12 anos; ver Hagedorn., John M, “Institutionalised Gangs and Violence in Chicago” (2005), University of Illinois-Chicago, Instituto de Cidades Grandes, disponível em: www.coav.org.br.

³⁶ Neste caso, “montar” significa participar de atividades da gangue. O entrevistado estava se referindo explicitamente ao uso de armas de fogo em confrontos de gangue.



Na África do Sul, o envolvimento de menores em atividades tradicionalmente reservadas para adultos, como crimes sérios e uso de armas de fogo, não estava relacionado à entrada na idade adulta. Em vez disso, os membros de gangue entrevistados julgavam a capacidade de um menor de realizar um serviço como o critério mais importante. Nas gangues de rua de Manenberg, nenhuma tarefa é proibida para adolescentes que mostrem possuir as capacidades certas. No Rio de Janeiro, a capacidade é também vista como supremacia.

...o menor, às vezes tem mais capacidade do que um adulto, do que um coroa. A gente pensa que não... mas a aparência engana pra caralho. Eu também não vou te falar que ele é tão capaz quanto o outro, o melhor, mas o cara tá ali, e desde o momento que ele está ali ele é bandido, seja menor ou maior é bandido.

De forma semelhante, para esse *Vice Lord* desconhecido, em Chicago, quando se trata de vender drogas, a capacidade conta mais que a idade.

Não depende da idade, depende da esperteza. Certas pessoas são feitas pra certas coisas. Certas pessoas não conseguem guardar as próprias drogas em separado. A mente delas não foi feita pra isso. Certas pessoas foram feitas pra ficar de olho, outras pra cozinhar,³⁷ têm certas coisas que certas pessoas fazem, elas sabem o que fazer [...] Não é pela idade, é pelo conhecimento.

Funções de trabalho

Apesar das diferenças nas funções específicas, um fator que unifica todas as crianças e jovens entrevistados neste estudo é o ser utilizado para atividades armadas. Entretanto, como ingressar num grupo armado é um processo, em geral, mais lento do que imediato, crianças e jovens são tipicamente armados apenas quando se tornam membros plenos e, muitas vezes, preenchem funções não armadas antes.

As funções não armadas relatadas durante as entrevistas incluem:

Olheiros: uma das funções não armadas mais comuns, desempenhadas pelos menores nos grupos investigados, é a de olheiro. Como figuras típicas de qualquer cena de rua, as crianças são ideais para ficar à espreita nas esquinas e avisar os colegas próximos do perigo iminente. Conhecidos também como “fogueteiros” no Rio de Janeiro, as crianças são usadas como olheiros pelas quadrilhas de traficantes, baseadas nas favelas, para avisar os traficantes da entrada da polícia ou de alguma facção rival na comunidade. Os avisos são dados por meio de rádio ou soltando-se fogos de artifício. Essa é, em geral, a primeira posição de trabalho na hierarquia das quadrilhas de traficante.³⁸

Entrevistados das *bandas delinquentes* em Medellín, das gangues de rua em Chicago, das *area gangs* em Kingston também relataram o uso de crianças como olheiros nas esquinas para proteger a venda de droga ou o território. Nas Filipinas, os entrevistados comentaram sobre o uso de crianças como olheiros durante operações criminais, como seqüestros:

³⁷ Gíria para a preparação em pequena escala do crack.

³⁸ Dowdney 2003:139-140.



Por exemplo, se a gente tem planos de seqüestrar alguém, a gente às vezes traz eles [os menores] junto pra ficarem de olho. Eles fingem que não são parte do nosso grupo. Mesmo sendo um papel tão pequeno na operação, isso ajuda muito pra se ter certeza de que o plano vai bem.

Membro de CVO da província de Maguindanao
Filipinas

Informantes e espões: os *Bakassi Boys* entrevistados relataram o uso de adolescentes informantes como parte de seu processo de recrutamento. Há relatos também de menores sendo usados para atividades de espionagem pelos *Egbesu Boys*, na região do delta do Níger, na Nigéria. Entre as *naciones* do Equador, membros novatos, passando pelo período de experiência, podem ser usados para coletar informações sobre grupos rivais e os movimentos da polícia.

Carregar, limpar ou guardar armas de fogo e munição: essas podem ser também consideradas funções “não armadas”, já que os menores que recebem armas apenas para guardá-las, carregá-las ou limpá-las não vão usá-las. Nas Filipinas, crianças a serviço das CVOs relataram que limpavam armas sob a supervisão do capitão *barangay* ou do chefe do *pagali*. Em Chicago, as gangues de rua institucionalizadas usam reconhecidamente crianças em idade escolar a fim de guardar armas na escola para os membros mais velhos.

P: Então você vinha com as armas e as dava para os caras mais velhos...

R: Não, eu só guardava elas com a gente, nós guardava elas com a gente, porque eles diziam vocês ainda são novos, a gente vai pra prisão, mas vocês vão só pra fundação de menores, esses eram os riscos que a gente corria na época. Foi quando eu carreguei minha primeira arma, quando eu tava com 12 anos.

Membros de gangue do sexo feminino, em Chicago, também relataram ter recebido armas para carregar por membros do sexo masculino. Um ex-membro de gangue em August Town, na Jamaica, que ingressou na sua gangue aos 11 anos de idade tinha uma função semelhante, “quando as armas eram introduzidas na gangue, eu era responsável por trancar elas”.³⁹ Crianças nas favelas do Rio de Janeiro são comumente vistas carregando armas e munição para os traficantes mais velhos. Carregar a arma para um traficante traz grande crédito para adolescentes jovens nas favelas, e esse é, em geral, um dos atos que demonstra o envolvimento crescente da criança com o grupo antes do ingresso oficial.

Papéis de apoio: há vários papéis de apoio que crianças de ambos os sexos executam para os tipos de grupo armado organizado investigados aqui. Por exemplo, enquanto ainda estão na fase “vacilando”, as crianças em El Salvador podem receber ordens de realizar pequenos serviços para o *palabrero* da *pandilla*. Grupos investigados no Brasil e na Colômbia usam crianças e mulheres para transportar drogas em centros urbanos. Nas Filipinas, membros jovens de CVOs podem executar tarefas domésticas para o chefe do *pagali*.

Após o ingresso pleno no grupo, a maioria das crianças entrevistadas recebeu uma arma imediatamente ou logo depois.⁴⁰ Funções armadas relatadas durante as entrevistas incluíam:

³⁹ “Trancar” armas no *patois* jamaicano quer dizer “tomar conta” delas.

⁴⁰ Esse não é sempre o caso com as gangues de jovens, como as *pandillas* e *naciones* de El Salvador e do Equador, que também possuem membros não armados.



Guarda-costas / escolta de proteção: nas Filipinas, menores recebem armas de suas CVOs para proteger políticos importantes ou membros de *pagalis*, como explica um membro jovem: “A gente é guarda-costas da família deles, dos filhos. Se uma das crianças quer sair, eles falam com o capitão e ele escolhe um de nós pra ir com eles.” No Rio de Janeiro, existe um posto específico conhecido como “fiel”, preenchido por garotos escolhidos, que agem como seguranças armados pessoais para traficantes de nível gerencial dentro da favela.⁴¹

...eu andava com o gerente,⁴² né, aí ele começou a me dá umas cargas, eu fiquei passando, agora eu não passo mais não. Agora eu ando com ele. Já corto a peça dele, sou fiel dele... Fico com o patrão. Aí aonde o patrão vai, o bonde vai.

Fiel do gerente geral, 16 anos, Rio de Janeiro

Entre as *naciones* do Equador, o *guardaespalda* é um grupo de membros permanentemente armados, responsável pela segurança do *lider maximo* e dos *jefes de celula*. As *naciones* investigadas para este estudo usam menores nesse papel protetor. Na Nigéria, os pesquisadores assistiram menores de 18 anos desfilando como guarda-costas de Gani Adam,⁴³ durante uma visita de campo ao escritório do OPC, em Lagos. A maioria desses menores era do Eso, a ala militante do OPC.

Guarda de território e de bens: além de proteger pessoas, os menores são também envolvidos na guarda de territórios e bens. Membros crianças e adolescentes, de todos os grupos investigados, participam na proteção armada do território do grupo ou do bairro que dominam. A defesa armada do território pode começar muito cedo na vida.

P: Quando você disparou uma arma pela primeira vez?

R: Quando eu tinha 13 anos.

P: Por que foi e o que aconteceu depois?

R: Alguém veio pra nossa zona, eu já era um SD. E alguém tinha entrado na nossa zona tentando atirar na gente, mas eles não viram a gente e alguém nos avisou, “Vocês ainda podem pegar eles na rua, na Chicago Avenue.” Aí a gente correu e começou um tiroteio bem na Chicago Avenue. Foi a primeira vez que eu disparei uma arma.

No Rio de Janeiro, as quadrilhas de traficantes estão cada vez mais usando menores para defender as favelas dominadas contra invasões de facções rivais ou da polícia.⁴⁴ Na Jamaica, membros jovens das *area* e *corner gangs* podem ser referidos como “soldados” ou “pistoleiros”, durante épocas de “guerra” política ou por território.⁴⁵ Nessas ocasiões, eles precisam defender o território da comunidade com armas de fogo do grupo ou pessoais. Alguns membros de CVO, nas Filipinas, relataram que seus deveres incluíam proteger as propriedades do prefeito, e outros disseram que, parte de seu trabalho, era proteger uma plantação de maconha, que eles acreditavam

⁴¹ Dowdney 2003:142-143

⁴² Sem ser o dono, o gerente-geral é o trabalhador mais graduado da quadrilha na favela e é responsável pela supervisão de todas as atividades relacionadas a ela.

⁴³ Líder da facção militante do OPC.

⁴⁴ Dowdney 2003:159-163.

⁴⁵ Disputas criminais entre gangues por controle de território.

pertencer também ao prefeito. Moradores locais entrevistados, em Lagos, declararam que o *OPC* é pago para providenciar medidas de segurança em residências particulares e governamentais.

Patrulhas armadas: para certos grupos armados investigados neste estudo, a proteção do território do grupo envolve patrulhas em estilo militar. Grupos investigados nas Filipinas, na Colômbia, na Nigéria e no Brasil realizam abertamente patrulhas armadas em seus territórios, das quais os menores participam.



Fotografia 2.2: Membros armados da CVO, Filipinas 2004.

A fotografia foi tirada pelo pesquisador Coav durante pesquisa de campo. Nesta noite, ele acompanhou uma patrulha de membros da CVO pelas ruas do bairro. Sete pessoas faziam parte do grupo mas só quatro se deixaram fotografar.

Moradores entrevistados pelos pesquisadores, em Lagos, declararam que o papel de vigilante do *OPC* estava bem estabelecido lá. Eles disseram que o *OPC* mantém uma presença ativa durante dia e noite, patrulhando as ruas em grupos de até trinta e mantendo a segurança nas comunidades locais, portando abertamente rifles, pistolas e facas. Na província de Maguindanao, membros de CVOs, inclusive menores, conduzem patrulhas noturnas abertamente armadas e, de acordo com os entrevistados, mantêm um toque de recolher à noite para os moradores locais de algumas áreas (em geral entre 9 da noite e o amanhecer). Toques de recolher à noite, para os moradores locais, são também mantidos pelos traficantes de droga do Rio de Janeiro, em geral durante épocas de conflito com facções rivais. Semelhantes aos das CVOs nas Filipinas, os toques de recolher no Rio de Janeiro são mantidos por meio de traficantes fortemente armados, patrulhando em grupos chamados de “bonde”.⁴⁶ O depoimento a seguir é de um membro, de 15 anos, de um grupo paramilitar colombiano que controla um bairro pobre de Medellín. Esse adolescente tem horas de trabalho claramente definidas para estar em serviço de vigilância armada dentro da comunidade.

⁴⁶ Dowdney 2003:258.

Quando você tem de vigiar durante a noite, você fica das 11 até às 5 da manhã... Você acaba ficando de guarda até às 6; porque você fica e conversa um pouco com a pessoa que vai te render e depois você vai embora. Tem sempre alguém que traz café e almoço. Café às 8, almoço às 12 e jantar às 6. Eu saio às 2, fico andando por lá ou vou dormir um pouco, ou caminho.

Coletando tributos ou pedágios: durante entrevistas, membros de CVOs, nas Filipinas, disseram que eram responsáveis pelo manejo de pedágios, a fim de coletar tributos dos motoristas civis em trânsito.

A gente também tem um posto avançado que a gente toma conta. Na verdade, nós temos vários postos avançados, mas todas as CVOs têm de prestar serviço em um deles em particular. Lá, a gente recolhe vinte pesos de cada veículo que passa. Dez pesos pelos triciclos. Isso acontece todo dia, é por isso que a gente tem que fazer rodízio de serviço toda semana.

Na Nigéria, adolescentes que trabalham para o OPC estão também envolvidos no recolhimento de tributos dos moradores locais, algumas vezes à força. Um motorista de ônibus comercial, em Lagos, explicou: “Os garotos do OPC, entre 16 e 20 anos, recolhem vinte ou trinta nairas [US\$ 0,2-0,5] dos motoristas de ônibus comerciais em cada ponto de ônibus, antes de deixar as pessoas saltarem.”

Tráfico de drogas e envolvimento em outros crimes: como nove entre dez grupos armados investigados estão envolvidos no comércio de drogas, o tráfico de drogas foi o tipo mais comum de

trabalho infantil encontrado durante este estudo. Com exceção da milícia étnica e dos grupos vigilantes, na Nigéria, e das CVOs, nas Filipinas, todos os grupos armados investigados utilizavam menores em vendas de droga nas ruas. Invariavelmente, as vendas de rua envolvem estar armado ou ter o apoio de colegas armados, já que os rivais no comércio de drogas raramente trabalham desarmados.

Então, basicamente, foi por causa do dinheiro, aí você quer controlar... Porque eles estavam ganhando dinheiro com blows e nós estávamos ganhando dinheiro com coke⁴⁷, e a gente estava rachando o dinheiro da maconha. E isso não ia funcionar. As pessoas queriam tudo. Foi assim que as guerras começaram.

Membro de gangue,
Chicago

Além do tráfico de drogas, os entrevistados também relataram envolvimento com outros atos criminosos. Nas Filipinas, membros jovens de CVOs falaram sobre a pilhagem de lares civis em épocas de conflito, criando o caos com o disparo das armas, de forma que as casas pudessem ser saqueadas quando os moradores fugiam.

Há muitas coisas... Arroz... Animais... Coisas nas casas abandonadas pelos civis. Às vezes é preciso apenas alguns minutos de disparos. Quando os moradores estão longe, cada um começa a roubar por si.

⁴⁷ Neste depoimento, *blows* pode ser usado para significar cocaína em pó e *coke* para significar *crack*. Entretanto, essas palavras são intercambiáveis; nesse caso, “blow” pode se referir a *crack* e “coke” à cocaína em pó.



Na África do Sul, membros de gangue relataram que recebiam armas, emprestadas pela própria gangue, a fim de realizar roubos e outros crimes fora de seu território. Da mesma forma, *pandilleros* contaram sobre o uso de armas do grupo para executar crimes, como roubos. Em Medellín, alguns entrevistados adolescentes disseram que suas *bandas delinquentes* lhes permitiam realizar atos criminosos individuais, desde que não “excedessem o limite” do que era considerado aceitável.

O dinheiro da extorsão vai para armas e munição e a gente divide o que rouba. Podemos fazer outras coisas também, mas não podemos passar do limite; certos tipos de roubo não podem ser muito grandes. Eu roubava dentro e fora da vizinhança. Quando eu roubava dentro, eu tinha que contar a todo mundo, quando era fora, não interessava, a gente não tinha de contar pra todo mundo, nem pro chefe.

Membro de banda delinquente
Medellín

Assassino: como discutido em maior profundidade em “Violência armada”, à exceção das *pandillas* do Equador, menores e jovens são usados regularmente, por todos os grupos armados investigados, para matar. Na África do Sul, membros de gangue se chamam de *laksman* ou “matadores”, e novos membros adolescentes devem se pôr à prova matando durante as “batalhas” com gangues rivais. Em El Salvador, as *pandillas* enviam os menores em *missiones*, que podem incluir tirar a vida de outros.

P: Quando você matou pela primeira vez?

R: Talvez quatro meses depois de entrar para a gangue.

P: A partir de que idade?

R: Treze... Eles me mandaram numa missão.

Pandillero, El Salvador

Confrontos armados: em decorrência da participação nas funções armadas descritas acima e de serem usados para invadir territórios de grupos rivais, crianças e jovens em grupos armados organizados se tornam rotineiramente envolvidos em atos de violência armada e em confrontos armados. Isso será discutido no capítulo a seguir.

Pagamento

Todos os grupos investigados são uma fonte potencial de renda para seus membros. Os menores não são exceção e recebem pagamentos pelos tipos de serviço indicados acima. Além da venda de droga baseada em comissões, na qual crianças e jovens são muitas vezes igualmente ou mais eficientes que adultos, os menores tendem a receber menos do que os colegas mais velhos quando remunerados por um serviço.

Apesar de uma concepção errada entre os estão “de fora”, de que trabalhar para esses grupos significa ganhar muito dinheiro, os grupos armados investigados que pagam salários fixos tendem a pagar relativamente pouco. Por exemplo, crianças e jovens entrevistados, membros de CVOs nas Filipinas, recebem pagamento inferior ao dos membros adultos, e eles declararam que seus salários só podiam ser considerados como “suficientes apenas”. Além disso, os pagamentos podem ser esporádicos em vez de regulares e são muitas vezes pagos só depois de um “grande trabalho”, como um seqüestro ou um roubo, ter sucesso.



Claro, a família [do seqüestrado] vai pagar. Às vezes, são milhões, às vezes só algumas centenas de milhares. O dinheiro vai para todos nós. Todo mundo ganha uma parte. Claro, o prefeito fica com a parte maior. Eu não sei sobre os outros, mas eu me lembro que o prefeito me deu 5.000 pesos.⁴⁸

Membro de CVO, Maguindanao, Filipinas

O que ficou claro a partir das entrevistas em todos os países é que, embora crianças e jovens possam ter mais acesso a dinheiro, pertencendo a um grupo armado, que seus colegas não envolvidos, eles são sem dúvida uma força de trabalho barata para os adultos que os empregam. Como em qualquer negócio capitalista, o verdadeiro dinheiro fica no topo. Como um membro de gangue de rua, na África do Sul, declara, “são os caras importantes que levam o dinheiro”. Os *Hard Livings*, na Cidade do Cabo, declararam que recebem até R1000⁴⁹ por mês quando seus serviços são necessários em confrontos armados, durante épocas de “guerra” entre gangues. Quando os *Hard Livings* não estão em “guerra”, entretanto, não recebem qualquer pagamento da gangue. Embora lançados à própria sorte durante as épocas de “paz”, a gangue proporciona apoio logístico se seus membros forem diligentes o bastante para realizar atividades criminosas por eles próprios.

Não é incomum que um grupo armado empregue métodos diferentes de pagamento ao mesmo tempo. Por exemplo, trabalhadores em quadrilhas de traficante, no Rio de Janeiro, que guardam território e pessoal, recebem um salário fixo mensal, ao passo que os responsáveis pelas vendas de droga na rua, conhecidos como vapores, ganham por comissão. Os grupos armados investigados pagam seus membros por meio de um ou de alguns dos seguintes métodos:

Salário fixo: diversos tipos de grupos investigados para este estudo pagam pequenos salários fixos, como os traficantes de drogas das favelas do Rio de Janeiro, os paramilitares de Medellín, as milícias étnicas e os grupos vigilantes da Nigéria, as CVOs das Filipinas⁵⁰ e as gangues de rua institucionalizadas da África do Sul. Embora todos esses grupos também remunerem os menores por suas tarefas de várias maneiras, salários fixos são pagos principalmente pelos serviços armados, como segurança, defesa de território/bens, patrulhas armadas (vigilância/defesa territorial) e a realização de execuções.

Pagamentos baseados em comissão: como a maioria dos grupos investigados está envolvida na venda de drogas ilegais, esse era o método mais comum de pagamento entre os entrevistados. Em alguns grupos, como as gangues de rua de Chicago ou as quadrilhas de traficante do Rio de Janeiro, os indivíduos ganham uma comissão sobre as vendas diárias. Em outros grupos, como algumas *pandillas* de El Salvador, todo o lucro da venda de drogas na rua vai primeiro para o *palabrero* e, depois, é dividida entre os membros ou usada para o bem do grupo.

Você tem que fazer o que mandam. Por exemplo, cobrar, vender, lidar com as coisas dentro da gangue... Na gangue... Roubar, matar, você imagina. Às vezes, me davam uma missão, paga, e com aquele dinheiro eu comparava roupas e coisas que eu gosto: maconha, álcool; as coisas em que a maioria das pessoas está interessada. Às vezes, a família não concorda com o que você está fazendo e não aceita o seu dinheiro. Então, você trabalha para viver bem.

Membro de 17 anos de uma banda delinquente
Medellín

⁴⁸ Um dólar é o equivalente a 55,5 pesos (janeiro de 2005).

⁴⁹ Cerca de US\$ 165 (na taxa de câmbio de janeiro de 2005).

⁵⁰ Na maioria dos casos, os entrevistados trabalhando para as CVOs não recebiam salários fixos; o único deles a recebê-los trabalhava diretamente para o prefeito e seu pai havia, anteriormente, trabalhado para a CVO antes de ser morto.

Por operação/ato criminoso: o envolvimento numa operação em particular para ganhar dinheiro pode levar a pagamentos únicos. Embora a maioria das crianças e dos adolescentes entrevistados, nas Filipinas, receba salário mínimo, eles relataram que pagamentos adicionais eram possíveis se a CVO se envolvesse em operações bem sucedidas, como seqüestros.

Já é considerado muito se o conselheiro nos dá 100 pesos. Está ótimo porque pelo menos a gente pode comprar cigarro com isso. Mas esse não é nosso salário. É uma espécie de pequeno presente do conselheiro.

Membro jovem de CVO,
Província de Maguindanao,
Filipinas

Crianças informantes trabalhando para os *Egbesu Boys* também falaram em ser pagas quando um seqüestro do grupo é bem sucedido.

P: *Eles pagam você para ser espião?*

R: *Pagam, muito dinheiro se for um dia bom.*

P: *Quando é um dia bom?*

R: *Um dia bom é quando uma companhia de petróleo paga pela libertação da equipe seqüestrada.*

Entrevistados das *corner gangs*, em Kingston, também falaram mais sobre pagamentos únicos relacionados a atividades criminosas do que sobre salário regular. “Essa função [tomar conta das armas da gangue] veio com o aparecimento das armas na gangue. A gangue não me pagava, mas quando a gente sai para um roubo, compartilha o que foi ganho.”

Sinais de agradecimento: dar lembranças a crianças na periferia ou no processo de aderir ao grupo, em troca de pequenos serviços ou favores, é uma prática usada pela maior parte dos grupos investigados, envolvidos no tráfico de drogas baseado na rua. Crianças usadas como olheiros ou informantes são, muitas vezes, remuneradas com roupas ou tênis de grife, comida ou até pagamentos únicos.

Apoio logístico para a execução de crimes: oferecer armas e outros apoios logísticos para membros de gangue executarem crimes, em geral fora do território do grupo, é uma prática predominante entre muitos dos grupos investigados, em especial aqueles envolvidos em vendas de droga baseadas na rua.

Em suma, embora os grupos investigados sejam diversos no tipo e nos propósitos, menores e jovens estão subordinados aos adultos em todos eles. Todos possuem um sistema de regras internas, mantidas por meio de punições como — em quase todos os casos — a pena de morte. As noções de infância, na maior parte dos grupos, parecem flexíveis porque se baseiam em normas culturais ou na capacidade de trabalho, em vez de numa idade específica. Assim, executando funções armadas ou não armadas, menores e jovens realizam as mesmas atividades operacionais do dia-a-dia que os adultos. Quando se trata de ser pago, entretanto, na maioria dos casos, as noções tradicionais de infância permanecem, e menores e jovens invariavelmente ganham bem menos que os membros mais velhos.



A tabela comparativa a seguir mapeia os tipos de pagamento, punição e função de trabalho de menores e jovens nos grupos armados investigados.

Tabela 2.2 – As Funções de Trabalho de Jovens nos Grupos Armados Organizados

Condições de trabalho de menores	Brasil (focões de drogas)	El Salvador (Maras e Pandillas)	Honduras (Maras e Pandillas)	Colômbia (Paramilitares)	Colômbia (Narcotraficantes)	Colômbia (Bandas Delinquentes)	Ecuador (Nações)	Ecuador (Pandillas)	Jamaica (gângues periféricas)	Jamaica (corner gangs)	USA (Gângues de rua institucionais)	Nigéria (Bakassi Boys)	Nigéria (OPC)	África do Sul (Gângues de Rua Institucionais)	Filipinas (CVO's como exércitos privados)
FUNÇÕES SEM- ARMAS															
Vigilância	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*				*
Informantes/ Espiões		*	*				*	*				*	*		*
Carregar/ estocar/ limpar armas	*			*	*	*					*	*	*		*
Outros cargos de suporte	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*
FUNÇÕES ARMADAS															
Guarda costas/ escolta	*	*	*	*	*	*	*	*		*		*	*		*
Segurança de território/ propriedade	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*
Patrulha armada	*			*	*	*						*	*		*
Pontos de checagem/ pedágio				*								*	*		*
Tráfico de drogas/ crimes	*	*	*		*	*	*	*		*	*	*	*	*	*
Assassinatos	*	*	*	*	*	*				*	*	*	*	*	*
Confrontos armados	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*
PUNIÇÕES POR DESOBEDIÊNCIA															
Aumento na carga horária de trabalho/ apreensão dentro de casa				*											
Prisão												*	*		
Agressões físicas	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	
Tortura	*												*		
Expulsão da comunidade	*			*	*	*				*					
Morte	*	*	*	*	*	*				*	*				
PAGAMENTO															
Assalariados	*			*	*							*	*	*	*
Comissões (por venda de drogas)	*	*	*		*	*	*			*	*			*	
Por operação/ ato criminal	*	*	*		*	*	*	*		*	*			*	*
Presentes	*	*			*	*				*					*
Suporte logístico para executar crimes	*	*	*		*	*	*			*	*			*	
Pagamentos feitos por membros para o grupo		*					*	*							

CRIANÇAS, JOVENS E VIOLÊNCIA ARMADA

Como discutido na Parte I, os grupos armados participam dos seguintes tipos de disputas armadas:

- Territorial (simbólica, prática e econômica, incluindo o tráfico de drogas);
- Rivalidade (autodefinição, ideais, etnia, alianças de clã ou princípios do grupo);
- Vigilância e execuções sumárias;
- Contra forças do Estado;
- Disputas internas (como surgimento de facções renegadas).

Dentro do contexto dessas disputas, para a execução de atividades criminosas, a manutenção da disciplina interna do grupo ou a “ordem social” dentro da comunidade, todos os grupos armados investigados neste estudo armam menores.



Fotografia 2.3: Pandilleros armados, Honduras (2) / Jha Ja 2004.

Como mostram estas fotografias tiradas por integrantes da mesma gangue, os ‘pandilleros’ sabem dos riscos que correm ao se envolver com a violência armada e que o fim pode ser uma morte trágica.



Idade em que os menores se tornam armados

Como discutido em “Processo de envolvimento”, a idade média em que os entrevistados ingressaram em seus respectivos grupos é de 13 anos e seis meses. A maioria deles foi armada imediatamente após ter aderido ou logo depois. Da mesma forma, a maior parte dos entrevistados em todos os países, exceto Nigéria e Jamaica⁵¹, falou em usar armas pela primeira vez de 12 a 14 anos de idade.

*Eu usei elas [as armas] pela primeira vez quando eu tinha 12 anos, mas eu já conhecia desde os 8, changones, rifles de repetição de [calibre] 10, 8, 12, 3.2.*⁵²

Eu tinha 13 anos quando eles fizeram um teste para eu entrar no grupo. Eles me disseram para dar uma arma pra um cara saindo da escola... Quando eu deixei a escola, os membros de uma gangue [rival] começaram a me seguir, e eu tentei escapar deles, eles me seguiram, e eu não tive alternativa senão usar a arma, atirei duas vezes pra o ar, e eles se mandaram...

Membro jovem de uma banda delinquente
Medellín

Crianças também podem ser usadas em papéis de apoio, como tomar conta de armas por segurança.

Nós guardávamos elas [as armas] com a gente, porque eles diziam “você ainda são novos, a gente vai pra prisão, mas vocês vão só pra fundação de menores”, esses eram os riscos que a gente corria na época. Foi quando eu carreguei minha primeira arma, quando eu tava com 12 anos.

Membro de gangue
Chicago

Nas *pandillas* de El Salvador, como nas gangues de Chicago, os entrevistados declararam que, em geral, as crianças menores não recebem armas do grupo por serem “muito pequenas”. Entretanto, eles reforçaram mais a importância da “capacidade” que de uma idade específica, quando falavam de ações armadas, e a maioria dos entrevistados, em El Salvador, começou a usar armas de fogo no começo da adolescência. Na África do Sul, imediatamente após o ingresso numa gangue de rua, os menores recebem armas. Assim, todos os entrevistados lá já estavam usando armas com cerca de 13 anos de idade. Para as gangues de rua, em Manenberg, idade não é a questão principal quando se trata de dar armas aos membros. O único critério necessário é ser membro da gangue, e alguns entrevistados chegaram a relatar que receberam armas antes do ingresso pleno no grupo. Quando perguntado em que altura os menores estão usando armas, um gangster entrevistado respondeu, “todo mundo começa um dia — não interessa em que idade”.

Estar armado

Com exceção de algumas *pandillas* mais jovens no Equador, onde os membros possuem armas individualmente, todos os grupos armados investigados são responsáveis pelo fornecimento

⁵¹ Na Nigéria, entrevistados do três grupos investigados falaram sobre terem recebido armas entre os 15 e 17 anos de idade. Na Jamaica, apenas um dos entrevistados disse ter recebido armas entre 15 e 16 anos, embora pessoas trabalhando para ONGs, baseadas nas comunidades, declarassem que membros adolescentes de gangue recebem agora armas a partir dos 14 anos.

⁵² “*Pajizas* [escopeta remington repetidora] de 10, de 8, de 12, 3.2”.



de armas. Aquelas utilizadas por menores, dentro do contexto das atividade do grupo, portanto, não são possuídas individualmente, mas permanecem propriedade do próprio grupo.

Eu usava arma na gangue, [elas] eram do líder da gangue. A gente tinha uma pistola 9mm... Eu usava armas como [um] rifle pump e uma submetralhadora Mack 11.

Ex-membro de *corner gang*,
Kingston, Jamaica

Nas Filipinas, todos os entrevistados de CVOs disseram que suas armas provinham do capitão *barangay* ou diretamente do prefeito. As armas usadas pelos membros do *Hard Livings*, em Manenberg, são também propriedade da gangue. É necessário assinar um papel para se pegar uma arma, e a perda de uma delas pode ter sérias consequências. De forma semelhante, em El Salvador, os entrevistados disseram que a perda de armas acarretava seu pagamento. Como um *pandillero* explicou, “bem, a arma é só emprestada, mas se for perdida, você tem de pagar por ela. Claro, dependendo de quanto você ganha, você tem de arranjar a metade”.

No OPC, da Nigéria, as armas são estritamente controladas pelo grupo. Como um membro de 17 anos explicou, “a gente só tem permissão de carregar armas à noite, quando está de vigia, ou quando o líder está numa reunião, ou em qualquer outra função oficial durante o dia”. De forma semelhante, no Rio de Janeiro, as armas são estritamente controladas pela quadrilha de traficantes.

P: ...e com que idade você começou a trabalhar com arma?

R: 14 anos.

P: E você comprou sua primeira arma?

R: Não. A boca⁵³ me deu. Deixava comigo. Ficava na segurança... é da boca. Mas o porte é nosso. Da boca, mas o porte é nosso.

Soldado, 18 anos, Rio de Janeiro

Em decorrência dessas políticas de controle de armas, os tipos de grupos armados investigados por este estudo têm em geral um esconderijo de armas sob responsabilidade dos membros de escalão mais alto ou de um membro especificamente escolhido. Entre as *naciones* do Equador, por exemplo, o *lider maximo* designa um responsável pelas armas e decide onde ficarão guardadas. Essa informação só é conhecida por três membros da *nacion* em qualquer tempo. As gangues de rua, em Chicago, possuem uma política similar. Como um membro explicou, “tinha até um cofre, com alguém que tomava conta de todas as armas até se precisar delas”. Entretanto, durante épocas de guerra entre gangues, as armas permanecem com os membros constantemente. “Basicamente, durante as guerras, durante as guerras você tem que ter ela com você. Em tempos de guerra, é melhor ter ela com você. Eles te pegam quando você está distraído. Então, mas quando está tudo bem, você não fica com ela, pra quê? Todo mundo fica legal”. Entrevistados entre a gangue dos *Hard Livings*, em Manenberg, disseram que seu estoque de armas era transferido para casas seguras a fim de evitar que a polícia o detectasse. Um dos membros descreveu esse estoque como “um saco dessa altura, cheio de armas”.

⁵³ Ponto de venda de drogas dentro da favela. Entretanto, *boca* está sendo usado aqui para se referir aos gerentes locais da quadrilha.

Treinamento com armas

O nível de treinamento que os entrevistados disseram ter recebido varia entre e dentro de cada grupo. Nas Filipinas, eles declararam não ter recebido treinamento formal da CVO, em vez disso, dependiam da prática individual e das instruções de membros mais velhos. Entretanto, outras fontes apontam para o fato de que a polícia e o exército treinaram as CVOs no uso de armas de fogo e em táticas, chegando até a lhes fornecer armas. Na Colômbia, a maior parte dos entrevistados entre as *bandas delinquentes* havia também recebido pouco treinamento oficial.

A gente tem arma na gangue, eu faço a manutenção, quando você começa manuseando elas, você aprende o mecanismo... Eu usei elas pela primeira vez quando eu tinha 12, senti a adrenalina. É uma onda, eu gostei de manusear elas, é isso aí.

Membro de 15 anos de uma *banda delincente*
Medellín

Membros de grupos paramilitares urbanos em Medellín, entretanto, falaram em treinamento com armas mais organizado, que ocorria fora da cidade.

Eu recebi treinamento militar, fisicamente falando. A gente tinha de ir pra escola; eles ensinavam pra gente como manusear arma. A gente sempre fazia o treinamento em lugar bem distante, outras cidadezinhas. A gente treinava com arma, e tinha que ficar em linha. Treinava uma ou duas vezes por semana, de noite.

Membro jovem de grupo paramilitar,
Medellín

Um *Egbesu Boy*, de 17 anos, disse que os superiores haviam apenas demonstrado como apontar uma arma de fogo e apertar o gatilho, embora um dos líderes do grupo tenha declarado que, “Toda a ala militante dos *Egbesu Boys*, fosse jovem ou adulto, é tão bem treinada quanto qualquer guerrilheiro do mundo. Temos uma área de treino”. Do mesmo modo, alguns dos *Bakassi Boys* entrevistados disseram que novos recrutas recebiam do grupo três meses de treinamento no uso de armas e no combate ao crime. Menores que trabalham para gangues de rua, na África do Sul, e para quadrilhas de traficante do Rio de Janeiro falaram que receberam níveis de treinamento semelhantes. Em ambos os casos, os entrevistados disseram que haviam recebido instruções de membros mais velhos, lido manuais ou livros sobre uso de armas de fogo e, em alguns casos, sido formalmente treinados atirando em manequins ou outros alvos estratégicos. Entrevistados entre os *Hard Livings*, em Manenberg, também descreveram uma técnica de tiro empregada por eles, que permitia a três atiradores dispararem em seqüência, um atirando enquanto os outros dois recarregavam, a fim de criar um fluxo constante de fogo. Eles declararam usar essa técnica em disparos feitos de dentro de veículos em movimento e em ataques a casas. No Rio de Janeiro, as quadrilhas de traficante têm reconhecidamente contratado ex-militares para treinar seus membros no uso de armas de grande poder de fogo, como AK-47s, H&K G3s e AR-15s e granadas de mão.⁵⁴

Apesar dos diferentes níveis de treinamento, formal e informal, com armas de fogo nos grupos, um ponto em comum em todos os estudos de caso foi que os menores já estavam acostumados a armas quando ingressaram. Como discutido em “Processo de envolvimento”,

54 Ver “Traficantes atuam com táticas de Guerrilha”, O Globo, 21/10/01, pg. 24, e “Ex-militares do Exército treinam traficantes no Rio: Cursos dados por cabos e soldados da reserva custam até R\$ 8 mil por mês”, O Globo, 03/02/02, e “Traficantes contam com ex-militares”, Jornal do Brasil, 04/04/02.

crianças e jovens entrevistados para este estudo cresceram em comunidades, bairros ou zonas rurais onde um ou mais grupos armados desempenham um papel dominante. Além disso, essas áreas apresentam muitas vezes um alto nível de crimes com arma, e forças do estado, como a polícia, podem constituir outra presença fortemente armada no local. Assim, as crianças que crescem nesses ambientes vêm regularmente armas de fogo nas ruas ou com familiares, amigos e conhecidos. Além dessas crianças se encontrarem “expostas pelo contexto” a grupos armados em sua área, elas também estão “expostas pelo contexto” às armas. O fato de muitas crianças, crescendo nos tipos de comunidade cobertos por este estudo, estarem expostas a armas como parte da vida cotidiana é claramente demonstrado por descobertas da pesquisa,⁵⁵ realizada em escolas, pelo Instituto de Estudos de Segurança, da Cidade do Cabo. Resultados de uma pesquisa com 200 estudantes, realizada nas três escolas secundárias de Manenberg, revelaram que quase metade dos garotos e 28% das garotas já haviam segurado uma arma carregada.

Presenciando mortes

Além de estarem expostas a armas de fogo, crianças crescendo em áreas onde os grupos armados investigados agem são rotineiramente expostas à violência armada e à morte. Devido a viverem em Manenberg, 71% dos garotos e 63% das garotas que participaram da pesquisa⁵⁶ do Instituto de Estudos de Segurança, na escola, haviam visto alguém levar tiros, e 51% dos garotos e 45% das garotas declararam já ter presenciado uma morte. A citação a seguir, de um traficante de drogas adolescente, no Rio de Janeiro, conta uma história semelhante entre crianças crescendo nas favelas da cidade.

P: *Você já matou?*

R: *Já, já matei. Já matei vários aí.*

P: *E como você se sente em relação a isso? Você acha isso normal?*

R: *Acho normal. Já me acostumei, desde menor que eu via gente morrendo. Na guerra de 94 aí, vi muita gente morta, eu me acostumei, agora eu não ligo mais pra esses bagulho não.*

P: *Como foi a guerra de 94? Foi entre quem?*

R: *Entre os alemão e o Comando [Vermelho]. Aí o bagulho ficou cheio de gente morta no morro aí.*

P: *Quanto tempo demorou essa guerra? Semanas, dias, meses?*

R: *Uns três dias.*

P: *[...] E você estava com quantos anos de idade nessa época?*

R: *Tinha 10 anos.*

Presenciar a morte de amigos ou familiares nesses cenários foi alegado por um número significativo de entrevistados como razão para ingresso num grupo armado, a fim de obter vingança ou proteção.⁵⁷ Por exemplo, tendo visto o irmão levar um tiro mortal de membros da própria gangue, aos 9 anos, um entrevistado, de Manenberg, ingressou nos *Hard Livings* aos 13 para conseguir uma arma e se vingar. Embora os dois homens que mataram seu irmão estivessem

⁵⁵ Em conjunto com este estudo, o Instituto de Estudos de Segurança administrou um questionário de duas páginas, do tipo sim-não/verdadeiro-falso a 200 estudantes, em 6 de outubro de 2003, em três escolas secundárias de Manenberg: Manenberg, Silverstream e Phoenix. Um total de 72 garotos e 128 garotas preencheu os formulários, incluindo 29 alunos de 16 anos, 67 de 17, 64 de 18 e 40 de 19 anos ou mais velhos.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ver ‘Vulnerability and Resilience: why children join armed groups’.



presos, ele conseguiu mais tarde matar um dos irmãos deles. Um entrevistado de uma *banda delinquente*, em Medellín, contou uma história semelhante:

Eu tinha que usar arma. Quando o seu amigo é morto, você tem muito motivo. Quando eu tinha 14, numa luta de estudante em Pedregal... Eu peguei uma arma emprestada e atirei, uma, duas, seis vezes. O cara não morreu. Se recuperou...

Levar tiros e morrer

A maioria dos membros de gangue jovens entrevistados havia levado tiros ou sido atingido por arma. Perguntado se já tinha sido baleado antes, um membro de gangue em Chicago respondeu: “Levei um tiro bem aqui na minha mão, levei um tiro bem aqui. Eu levei cinco tiros na minha perna toda, na parte de trás.” Crianças e jovens entrevistados, em todos os países cobertos por este estudo, contaram histórias similares. Na Cidade do Cabo, todos os membros de gangue entrevistados haviam perdido amigos e colegas de gangue por morte violenta. Além disso, todos os entrevistados, exceto um, tinham sido baleados pelo menos uma vez. Um deles havia sido atingido em três ocasiões diferentes e outro em duas, quando tinham 17 anos. Um relatou ter levado tiros duas vezes, sido apunhalado, estuprado pela gangue e levado surras em várias ocasiões. Menores trabalhando para quadrilhas de traficante, no Rio de Janeiro, contaram histórias semelhantes, como o testemunho de um deles, de 17 anos, demonstra.

R: *...leve um tiro deles lá [...] no pescoço.*

P: *O tiro que você levou foi de quem?*

R: *Daquele morro ali.*

P: *Mas você estava aonde?*

R: *Aqui mesmo, eles mandaram de lá prá cá.*

Muitos não têm a sorte de sobreviver. Todos os entrevistados das gangues de rua, em Chicago, haviam visto colegas de gangue mortos. Um dos *Vice Lords* tinha perdido o melhor amigo um dia antes de ser entrevistado: “Meu amigo foi morto ontem, o nome dele era Big Boy, em Gladis and Kilbourn. Levou seis tiros na cara. Ontem mesmo eu tava conversando com ele, ontem mesmo.” Menos de um mês após as entrevistas com membros da CVO, na Filipinas, terem terminado, um dos entrevistados foi morto por arma de fogo. Rudy⁵⁸ ingressou na CVO local aos 17 anos de idade e morreu numa troca de tiros entre a MILF⁵⁹ e tropas do governo, apoiadas pela sua CVO. O conflito ocorreu quando a MILF fez uma retaliação contra a CVO pela morte de seu líder, um importante membro de *pagali*, no dia anterior. Sandra Sewell, membro da gangue Jungle 12, líder comunitária ativa e estudante universitária em August Town, na Jamaica, foi atingida e morta pelo exército jamaicano pouco depois de uma entrevista para este estudo. Ela estava desarmada no momento dos tiros.

⁵⁸ Um pseudônimo.

⁵⁹ Frente de Libertação Islâmica Moro (MILF em inglês).

Atirando e matando

Além de serem atingidos e mortos, menores e jovens em todos os grupos armados investigados atiram e matam outras pessoas. No caso das gangues de jovens da América Latina, as disputas contra rivais ou as atividades criminosas foram as razões mais comuns citadas pelos entrevistados para causar mortes, em geral durante trocas de tiro. Entre as *naciones*, no Equador, oito dos 12 membros entrevistados haviam presenciado colegas matando pelo menos um ser humano, e cinco dos 12 entrevistados já tinham matado à época da entrevista. Em El Salvador, seis dos 12 *pandilleros* entrevistados admitiram ter matado em pelo menos uma ocasião. Desses 12 entrevistados, apenas um tinha mais de 18 anos na época da entrevista e sete tinham de 14 a 17 anos. Um dos *pandilleros* disse que havia matado pela primeira vez aos 13 anos, quando enviado numa missão pela sua *pandilla*. Entrevistados entre as gangues de rua, em Chicago, também falaram sobre mortes dentro do contexto das “guerras” de gangue para controle do comércio local de drogas.

Do prédio deles dava pra ver o lugar que a gente tava. E eles tinham um atirador. E ele tava parado lá, bem em frente do prédio, tava atirando de lá... E acertou ele [colega de gangue] na cabeça.

Em Medellín, os entrevistados também falaram sobre atividades criminosas e conflitos com *bandas* rivais, como razões principais para matar outros.

Quando eu roubo com arma, eu estou ferindo aquela pessoa, e quando eu mato, mesmo que seja um inimigo, eu estou ferindo a família dele. Na maioria das vezes, eu roubo, mas em alguns casos eu mato. Esse é o dano que eu causo quando tiro a vida de alguém. Nos tiroteios, a gente não consegue ver se está atingindo alguém. Eu só matei três pessoas.

Membro de 16 anos de uma *banda delincuente*,
Medellín

Na África do Sul, os entrevistados disseram que se espera que os membros de gangue mais jovens se ponham à prova durante conflitos armados com gangues rivais. Eles acrescentaram que esses membros mais jovens são enviados aos conflitos armados primeiro, os mais velhos seguindo depois. Um deles declarou ter matado quatro membros de uma gangue rival na última “guerra” local entre gangues. Outro entrevistado, em Manenberg, na Cidade do Cabo, disse que havia sido armado pelos *Hard Livings* antes do seu ingresso, simplesmente por ter dito que queria matar membros de gangue rivais.

Nas Filipinas, membros de CVO podem se ver matando adversários em trocas de tiro com uma hoste de inimigos potenciais, incluindo outras CVOs, *pagalis* contrários, gangues de criminosos, o exército ou grupos rebeldes. Entretanto, algumas CVOs usadas como exércitos particulares possuem uma natureza dupla e se envolvem tanto no policiamento das comunidades como em atividades criminosas. Dentro desses contextos, membros de CVO podem acabar tomando parte em execuções sumárias. Referindo-se a pessoas “cabeças duras” da comunidade, tais como ladrões, um entrevistado explicou: “Não existe nenhuma prova de que eu já matei alguém, mas é isso que a gente faz quando existem pessoas que não ouvem.” Outros entrevistados foram mais cândidos sobre membros de CVO matando rivais, nesse caso, três adolescentes suspeitos de matar um membro do *pagali* predominante.



Quando a gente jogou o corpo deles na água, pedi a Deus que me perdoasse, porque eu não queria fazer o que a gente fez.

Outro entrevistado de uma CVO explicou por que, em alguns casos, as mortes devem ser cometidas.

Isso depende das ordens deles [o que fazer com um inimigo do pagali]. Se eles têm que ser mortos, você deve matar eles, porque você vai sofrer se não fizer. É a tua vida no lugar da deles. Eles [o pagali] podem mandar te matar por outra CVO.

Em outros países, os entrevistados também falaram sobre participar de execuções sumárias e assassinatos. Um deles, um *Bakassi Boy*, admitiu ter matado criminosos durante atividades de vigilância. Entrevistados de outros grupos investigados, na Nigéria, comentaram sobre matar rivais durante combates étnicos ou em lutas contra forças do estado, no delta do Níger. No Rio de Janeiro, traficantes de droga entrevistados falaram sobre seu envolvimento em combates armados, de alta intensidade, entre quadrilhas rivais ou com forças⁶⁰ das polícias militar ou civil. Esses estão bem documentados na imprensa⁶¹ local.

Na esfera da vida de grupo, menores podem também assassinar “civis” que não pertençam ao próprio grupo nem a grupos rivais.

Eu tinha 13 anos quando atirei no primeiro homem — ele era inocente. Ele estava indo contar coisas pro inimigo — então eu atirei nele. Ele era gordo.

Membro mirim dos *Hard Livings*
Manenberg

Os efeitos de matar

O resultado da participação em violência letal parece ter provocado efeitos similares em muitos dos entrevistados. Tendo presenciado a tortura e morte de três adolescentes, um membro jovem de CVO disse: “Não consegui dormir nem comer vários dias. Eu ainda podia ver o que eles fizeram aos três [adolescentes].” Um membro de gangue, em Chicago, falou sobre como se sentiu após ter atirado num rival. Ao ser perguntado que idade tinha quando usou pela primeira vez uma arma de fogo, respondeu: “Provavelmente, 16. Meu amigo já tinha uma arma, mas eu nunca tinha atirado. Quando atirei pela primeira vez com uma arma, eu acertei uma pessoa, me deu um branco, eu comecei a ver corpos, corpos vindo na minha direção, qualquer coisa vinha na minha direção, eu estava sozinho, a polícia ia chegar. Eu fui embora, mas eu estava mal, eu matei alguém ou atirei em alguém, isso e aquilo. Me deu um branco. Entrei numa de o que eu devo fazer, o que eu devo fazer, devo me matar, eu estava pensando assim, o que eu devo fazer? Eu vou ter de lidar com um promotor. Eu não ligo pra igreja, mas era como se tivesse um diabo dentro de mim. Eu rezei, eu não rezo todo dia, mas eu fiquei ligado.”

Em El Salvador, *pandilleros* que haviam matado disseram que, na primeira ocasião, haviam ficado assustados, mas que, depois da primeira morte, ficava mais fácil. Quando perguntado sobre como se sentiu após matar a primeira vítima, um *pandillero* respondeu: “Naquele dia eu não dormi, quando me via atirando nele... E como eu chorei, eu não dormi bem. Depois eu fiquei viciado em matar.” Além de se tornarem psicologicamente afetados, a participação em níveis muitas vezes

⁶⁰ Ver Dowdney 2003:151-154.

⁶¹ Ver Dowdney 2003:90-117.



intensos de violência letal também provocou nos entrevistados uma atitude muito fatalista em relação às próprias mortes ocorrendo violentamente e logo.

Eu acho que vou acabar do mesmo jeito que meu pai [morto num conflito], porque nesse tipo de trabalho, coisas assim acontecem. É por isso que desde agora eu já estou economizando pra educação dos meus irmãos e irmãs.

Membro de 17 anos de um CVO, que ingressou aos 14,
Província de Maguindanao
Filipinas

Não, eu não tenho medo, mas tudo acontece por uma razão. O que tem de acontecer, acontece, você não tem como controlar. Se é a tua hora, é a tua hora. É por isso que você tem que viver a tua vida enquanto pode. Se divirta o máximo que puder, faz o que você quer fazer, porque quando acaba, acaba.

Vice Lord,
Chicago

Meu futuro, só vendo mesmo aí [na boca⁶²] qual vai ser meu futuro. Se eu vou conseguir ficar aí até 18 anos. Se eu não dé mole eu fico, se eu não dé mole aí pros polícias me agarrar à toa e me matar eu fico.

Olheiro, 14 anos, Rio de Janeiro

⁶² Ponto de venda de drogas.

SER HOMEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO ENTRE CRIANÇAS E JOVENS NA VIOLÊNCIA ARMADA ORGANIZADA

A grande maioria dos entrevistados para a Parte II foi do sexo masculino (111 garotos comparados a nove garotas). Eles foram selecionados ao acaso por pesquisadores locais, embora a decisão de quem entrevistar ficasse restrita ao acesso dado aos entrevistados potenciais pelos grupos em questão ou por seus membros. É possível que os grupos possam ter deliberadamente negado ou desconsiderado o acesso a membros do sexo feminino.⁶³ Entretanto, as limitadas descobertas a seguir podem sugerir que, pelo menos no caso desses grupos investigados, a maioria dos membros pertence ao sexo masculino: na Nigéria, pesquisadores locais não encontraram membros do sexo feminino entre os *Bakassi Boys* ou os *Egbesu Boys*. No Equador, as entrevistas com membros de *pandillas* e *naciones* indicam que os membros do sexo feminino perfazem entre 15% e 20% do total.⁶⁴ Durante as entrevistas, *jefes* dos grupos armados, em Medellín, sugeriram que a participação feminina vem aumentando de entre 7% e 9%, anteriormente, para 12% desde 2002.⁶⁵ Durante oito meses de trabalho de campo no Rio de Janeiro, nenhum membro do sexo feminino foi encontrado numa quadrilha de traficantes.⁶⁶ Os únicos grupos investigados que possuíam ramificações femininas foram as gangues de rua em Chicago.

O papel do gênero entre os membros dos grupos armados investigados não foi incluído como variável⁶⁷ explícita da pesquisa, embora as entrevistas demonstrassem que os entrevistados do sexo feminino possuíam semelhanças e diferenças com seus colegas homens. Como os garotos, muitas delas haviam abandonado a escola imediatamente antes ou após ter ingressado num grupo armado.⁶⁸ Também, como os membros masculinos, as entrevistadas eram de comunidades pobres e enfrentavam muitas das mesmas desvantagens socioeconômicas que os garotos dessas

⁶³ Deveria haver mais investigação sobre essa possibilidade para que se possa apoiá-la ou refutá-la.

⁶⁴ Ver Loor, Kleber, “Ecuador’s Pandillas and Naciones - A dreadful reality and a challenging task: from victims to victimizers” (2005), Ser Paz / DNI, disponível em: www.coav.org.br

⁶⁵ Ver Ivan, “Medellin: The Invisible Children of the Social and Armed Conflict” (2005), Coalición Contra la Vinculación de Niños, Niñas y Jóvenes al Conflicto Armado en Colombia, disponível em: www.coav.org.br

⁶⁶ Dowdney 2003.

⁶⁷ Um projeto do Viva Rio pesquisa desde março de 2005 os múltiplos papéis de mulheres e garotas na violência armada organizada, no Rio de Janeiro. Para pesquisa sobre envolvimento de garotas e mulheres em conflitos armados, ver Brett & Specht, “Young Soldiers: Why they Choose to Fight” (ILO 2004); Mazurana., Dyan, “Women in Armed Opposition Groups Speak on War, Protection and Obligations under International Humanitarian and Human Rights Law”, Geneva Call, PSIO (Programme for the Study of International Organisations(s)), 2004, disponível em [http://www.genevacall.org/news/testi-events/gc-29aug04\(report-l\).pdf](http://www.genevacall.org/news/testi-events/gc-29aug04(report-l).pdf); McKay., Susan, R.N., & Mazurana., Dyan, “Girls in Militaries, Paramilitaries, and Armed Opposition Groups” disponível em <http://www.waraffectedchildren.gc.ca/girls-en.asp>; UN Office of the Special Representative <http://www.un.org/special-rep/children-armed-conflict/English/GirlsinWar.html>; United Nations Populations Fund “The impact of conflict on Women”, http://www.unfpa.org/upload/lib_pub_file/46_filename_armedconflict_women.pdf; Women’s International League for Peace and Freedom, “Women, Peace and Security Resources: Demobilisation, Disarmament, Repatriation, Resettlement and Reintegration”, <http://www.peacewomen.org/resources/DDR/ddrrindex.html>; Women, War, Peace and Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR), <http://www.womenwarpeace.org/issues/ddr/ddr.htm>

⁶⁸ Nos EUA, a experiência de gangue e o abandono da escola coincidem muitas vezes com a gravidez precoce; a maioria dos 73 membros de gangue mulheres, entrevistados por Hagedorn, em Milwaukee, era ou havia sido mãe adolescente. Ver Hagedorn, John M. “Institutionalised Gangs and Violence in Chicago” (2005), University of Illinois-Chicago, Great Cities Institute, at www.coav.org.br.



comunidades. Da mesma forma como entre os entrevistados homens, algumas haviam ingressado por proteção, como o membro de gangue mulher, em Chicago, explica a seguir:

Se alguém é neutro⁶⁹, eles vão se meter com essa pessoa, mas com a gente, eles nunca se metem com a gente, porque eles têm sempre medo, porque a gangue vai sempre estar do nosso lado em qualquer situação.

De forma semelhante aos garotos e, como demonstrado pela citação a seguir, de uma garota de 15 anos, membro de uma *banda* em Medellín, em alguns dos países incluídos neste estudo, as garotas estão usando armas de fogo.

Elas roubavam as armas ou, algumas vezes, o jefe mandava elas irem... Mas eu nunca usei uma arma pra matar alguém de verdade... Pra mim, arma é um instrumento de defesa, uma coisa que pertence a você, é como a coisa que teu coração desejava mais — mas eu sabia que era ruim, que nada de bom ia sair dali.

Entretanto, na maioria dos grupos armados investigados, os membros mulheres tendem a não usar armas no mesmo grau em que os membros homens, quando usam. Membros de gangue mulheres, em Chicago, falaram sobre ter armas de menor calibre que os namorados.

Meu namorado, ele tinha muitas armas. Ele tinha dinheiro. Eu tinha só a 22 pequena dele. Eu guardava aquela arma. Era minha arma.

*Gângster mulher
Chicago*

Mais tipicamente, entretanto, membros mulheres de gangue tinham de guardar as armas de fogo para os membros homens. Membros do SOS (*Sisters of the Struggle*; o ramo feminino dos *Black Gangster Disciples*) se queixaram sobre isso durante a entrevista: “Segura essa arma! Segura isso... Segura isso e depois, faz isso, faz aquilo.” Na África do Sul, gângsteres mulheres disseram que raramente usavam armas, preferindo facas para defesa e ataque. No Equador, as entrevistadas também falaram sobre o uso de armas de menor calibre que os colegas homens, embora o uso de armas de fogo fosse restrito apenas às que mantinham relacionamentos com *líderes máximos* ou *oscuros*. Membros mulheres que não tinham esses relacionamentos disseram que usavam outras armas, como facas e navalhas. Na Filipinas, embora garotas possam prestar serviços ao *pagali* se tornando membros de CVOs, aquelas encontradas pelos pesquisadores não estavam armadas.

Essa diferença no uso de armas de fogo significa que, embora as garotas sejam parte dos grupos armados e, em alguns casos, possam receber armas, sua participação direta na violência armada é menor que a dos garotos. Essa diferenciação fica claramente demonstrada nos índices de homicídio por arma de fogo apresentados na Parte III. Em El Salvador, em 2000, por exemplo, para cada mulher morta por ferimentos a bala havia 35 homens mortos pela mesma causa. Em Chicago, durante o ano de 2001, 26 homens morreram de causas relacionadas a armas de fogo para cada mulher.

O uso diferente das armas de fogo, feito por homens e mulheres, membros de grupo, pode nos dar uma pista de porque, no geral, mais garotos que garotas ingressam nos grupos armados. Em muitas das comunidades cobertas por este estudo, as noções de “masculinidade” estão ligadas à obtenção de respeito, a mulheres e a armas; que se tornam disponíveis para os garotos adolescentes

⁶⁹ Não é membro de gangue.

quando ingressam nos grupos armados. Algumas das entrevistadas, na Colômbia, disseram que haviam aderido à *banda* devido a um envolvimento emocional⁷⁰ com algum membro. Já para muitos adolescentes do sexo masculino, o ingresso num grupo armado se torna uma forma de afirmar visões particulares de masculinidade; a participação num grupo forte, reconhecido e o uso de uma arma significam que, em muitos casos, eles se tornam mais atraentes para o sexo oposto.

É necessário, sem dúvida, mais pesquisa sobre o papel do gênero nos grupos armados. As poucas informações apresentadas aqui apenas tocam a superfície de um conjunto complexo de relações e comportamentos, baseados no gênero e culturalmente difundidos. Aprender mais sobre o papel de garotos, garotas, homens e mulheres em grupos armados pode ajudar, significativamente, planejadores e legisladores a implementar modelos de prevenção e re-inserção bem sucedidos, objetivando essas intervenções com maior precisão. Futuros esforços de pesquisa poderiam tratar das importantes questões a seguir, entre outras:

- As garotas que ingressam em grupos armados o fazem pelas mesmas razões que os garotos? Se não, quais são seus motivos principais?
- Quais são as necessidades de desmobilização, reintegração ou reabilitação de garotas e mulheres nos tipos de grupos armados organizados investigados aqui?
- Até que ponto as ações de mães, irmãs e namoradas apóiam ou endossam a masculinidade violenta, expressa muitas vezes por garotos e homens ingressando em grupos armados?
- Os esforços para DDR⁷¹ nos últimos cinco anos têm aumentado para entender a noção de “seguidores de acampamento”⁷² — mulheres, garotas e garotos que se associam a grupos armados voluntariamente ou à força. Até que ponto o mesmo fenômeno é observável em gangues urbanas?
- Finalmente, como a violência sexual — sua perpetração e como escapar dela — influencia o comportamento e o envolvimento de garotas, garotos, homens e mulheres nos grupos armados?⁷³

⁷⁰ Embora não declarado explicitamente, dentro do contexto da entrevista, isso foi entendido como um envolvimento sexual com um membro do grupo.

⁷¹ Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

⁷² Ver <http://www.un.org/special-rep/children-armed-conflict/English/ChildSoldiers.html>

⁷³ Ver Bourgois., Philippe, ‘The everyday violence of gang rape’, in ‘Violence in War and Peace: An Anthology’, eds. NANCY SCHEPER-HUGHES, University of California, Berkeley & PHILIPPE BOURGOIS, University of California, San Francisco, Blackwell Publishing, 2004.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Este capítulo investiga como as crianças e os jovens entrevistados vêem o futuro em relação a seu envolvimento com a violência armada organizada. Foi-lhes perguntado se desejavam deixar o grupo armado e, nesse caso, como achavam que isso poderia acontecer. Além disso, pediu-se a eles que refletissem sobre como se sentem com relação a amigos íntimos ou irmãos que se envolvem em grupos, e como as gerações futuras poderiam ser impedidas de ingressar em grupos armados. Como indicado abaixo, as reflexões dos entrevistados sobre essas questões foram muito reveladoras, no que diz respeito a como percebiam seu estilo de vida e seu envolvimento com a violência, e também como se viam.

O lado prático de como abandonar um grupo armado

Abandonar os tipos de grupo armado investigados por este estudo pode envolver algumas complicações e ser perigoso. Entretanto, na maioria dos casos, e se feito da maneira correta, isso é possível.

Por exemplo, crianças e jovens entrevistados entre as quadrilhas de traficantes do Rio de Janeiro negaram, unanimemente, o mito de que qualquer tentativa de se abandonar uma quadrilha resultaria em ser morto pelos colegas.⁷⁴ Entretanto, o que eles deixaram claro foi que a pessoa tinha de saber como abandonar. Deve-se pedir permissão ao gerente geral e pagar todas as dívidas com a quadrilha.⁷⁵ Embora os pesquisadores tenham encontrado alguns jovens que haviam, com sucesso, deixado uma quadrilha e ido viver pacífica e produtivamente, essa mudança é ainda cheia de perigos. Um adolescente encontrado por pesquisadores abandonou sua quadrilha voluntariamente e levou uma surra em público da polícia, que se recusava a acreditar que ele não estivesse mais envolvido no comércio de drogas. Assim, esse garoto voltou para o antigo emprego.

Nas Filipinas, entrevistados disseram que, a fim de abandonar uma CVO, o membro deve receber permissão do capitão *barangay* ou de níveis acima. Entretanto, alguns dos entrevistados pareceram confusos quanto a se e como isso aconteceria realmente. Embora seja um processo potencialmente difícil, que se torna ainda mais pelo envolvimento nas atividades criminais relacionadas a CVO, alguns de seus membros conseguem sair; um dos entrevistados para este estudo conseguiu se ver livre antes do trabalho de campo ter terminado. Tendo ingressado na CVO com 15 anos de idade, ele a abandonou aos 20 a fim de fazer um curso de engenharia elétrica. Deve ser observado, porém, que esse membro de CVO era também membro do *pagali* dominante e isso pode ter tornado sua saída substancialmente mais fácil.

Embora a participação nas *maras* de El Salvador seja considerada um compromisso para toda a vida, é possível para um *pandillero* continuar a ser membro nominalmente, mas não participar mais nas atividades do grupo. Esse processo é chamado de “calmando” e pode ocorrer, por exemplo, se o *pandillero* decidir se estabelecer, casar e construir família. De forma semelhante, para as quadrilhas de traficante do Rio de Janeiro, contudo, mudar a própria posição dessa forma é uma situação potencialmente perigosa. Os “calmados” são não apenas mortos por rivais devido a velhas disputas, como podem também continuar a sofrer repressão da polícia, apesar da nova posição. Esse foi especialmente o caso em 2003 e 2004, quando os *pandilleros*, “calmados” ou ativos, foram detidos aos milhares pela polícia, devido à política repressiva “mão

⁷⁴ Dowdney 2003:215.

⁷⁵ Ibid.

dura”, ou “punho de ferro” do governo.⁷⁶ Embora *pandilleros* mais velhos possam enfrentar certos riscos quando se tornam “calmados”, eles têm essa opção. Para membros jovens que acabaram de ingressar, entretanto, “calmado” costuma não ser uma opção.

“Desde os nove anos, eu vinha andando com as gangues, mas aos dez, decidi entrar... Depois, quando eu vi como era sério, eu fiquei com medo e eu não saía de casa, e durante três meses eu não tomei parte. Depois disso, eles leram o livro⁷⁷ pra mim e eu passei pelo ‘minuto louco’.”⁷⁸

De forma semelhante, para membros mais velhos que tentam deixar uma *mara* fugindo, em vez de “calmando”, existem perigos potencialmente fatais. Por exemplo, um membro da *Mara Salvatrucha*, de 16 anos, Edgar Chocoy Guzman, da Guatemala, viajou três mil milhas a pé e de trem para buscar asilo nos Estados Unidos, após ameaças de colegas *pandilleros*. Apesar de seus pedidos de ajuda, a agência de imigração americana deportou-o, em 10 de março de 2004, e ele foi encontrado morto com ferimentos a bala, dez dias depois, em seu país de origem.⁷⁹ Emilio Goubad, diretor da Aliança Para Prevenção do Crime (APREDE em espanhol), declara saber de 79 outros jovens que foram mortos após terem tentado abandonar *pandillas* na Guatemala. Goubaud diz que a maioria foi morta por gangues de droga organizadas, e ele suspeita que esquadrões da morte operam no interior das forças de segurança.⁸⁰

Na Colômbia, como em todo lugar, entrevistados entre as *bandas delinquentes* relataram que, embora deixar o grupo fosse possível, os membros se arriscavam a represálias de dentro e de fora. Portanto, ao abandonarem uma *banda* ou grupo paramilitar urbano, os membros foram muitas vezes forçados a deixarem seus bairros.

De todos os grupos investigados, algumas das gangues mestiças, da parte baixa da Cidade do Cabo, parecem ser as mais difíceis de se abandonar. Entrevistados entre os *Hard Livings* disseram que podiam sair voluntariamente desde que não ingressassem em outra gangue. Entretanto, se fossem também afiliados a uma gangue de “números”, eles teriam de pagar por proteção; senão, ela seria retirada, deixando-os expostos à morte por vingança pelos gângsteres inimigos. Membros do *26 Americans* disseram que seus membros não podiam sair e ponto final. Um veterano do *26 Americans* disse aos pesquisadores: “Você não pode sair nunca. Se sair, morre. Esse é o fim.”

Além das regras do grupo tornarem difícil ou, como no caso dos *26 Americans*, impossível abandoná-lo, jovens que desejem mudar seu estilo de vida podem também enfrentar alguns outros problemas. Assim como possíveis ataques de vingança ou repressão policial, crianças e jovens que deixam grupos armados podem também sofrer agressões de membros da comunidade, devido ao envolvimento anterior com as atividades do grupo. Membros de grupos em que as tatuagens são parte importante da identidade têm mais probabilidade de receber esse tratamento, já que as tatuagens da gangue são um elo indelével com um estilo de vida percebido por muitos como violento e perigoso.

⁷⁶ Ver “Políticas públicas: tendências atuais para se lidar com crianças e jovens na violência armada organizada”.

⁷⁷ Uma expressão usada quando um membro é lembrado das promessas feitas às *pandillas* no ingresso.

⁷⁸ Surra disciplinar pública durante o período de um minuto.

⁷⁹ “Guatemalan child murdered after being deported from the United States”, publicado em 14/04/2004 por www.coav.org.br

⁸⁰ ‘Youth killed in Guatemala after trying to leave gangs’, publicado em 12/09/03 por www.coav.org.br

Se você tem estresse — se você tem cinco filhos — e você é um gangster — você não pode andar em todo lugar. Se for pela Epping para procurar trabalho — tem a gangue 28 — você não pode passar por lá. Então você vai por Belville — também tem a 28. Em Western Cape, tem a 26, a 27 e a 28. Se você tem marca [tatuagem] e se você passa pelo lugar errado, então você morre sem uma palavra. Só por causa daquela marca no teu corpo.

Veterano do American 26,
Elsie's River

A sociedade acha que a gente é um monstro. A polícia quer ver a gente morto... Se a gente não tirar essas tatuagens, a gente nunca vai poder viver em paz.⁸¹

Pandillero,
San Pedro Sula,
Honduras

Em todos os países envolvidos neste estudo, abandonar um grupo armado é uma escolha potencialmente arriscada e letal. Porém, se feita corretamente e de acordo com as regras do grupo, na maioria dos casos é possível sair. Devido aos perigos apresentados e à recepção discriminatória que se segue, a escolha de abandonar é uma decisão difícil. Se os entrevistados expressaram o desejo ou não de tomá-la será discutido abaixo.

A escolha de abandonar um grupo armado

Quando os membros de grupo foram perguntados se desejavam ou não abandoná-lo, as respostas foram mistas. A razão mais comum apresentada para não querer sair do grupo foram:

Pertencimento: alguns entrevistados alegaram seu forte sentimento de identidade com o grupo como razão para não querer sair. Como um membro mais velho do OPC, na Nigéria, explicou: “Deixar o OPC é como perder a identidade e não saber de onde se vem.” Outros entrevistados demonstraram o desejo de ser internamente bem sucedido no grupo armado e, portanto, não expressaram desejo de sair.

Animação do estilo de vida no grupo: para alguns entrevistados, a atração e a animação do estilo de vida no grupo é um incentivo forte para permanecer.

Você gosta de ficar bêbado, doidão, fumar maconha, sabe o que eu tô dizendo... É isso que eu quero, cara, foder alguém hoje. Às vezes você só quer esfriar e vender drogas. Eu tô dentro, eu tô dentro desde 96, e não quero ir pra lugar nenhum, eu não acho que vá pra algum lugar em breve. Isso é foda de dizer. Eu tenho três filhos, mas é isso que eu gosto de fazer, cara.

Membro de gangue
Chicago

Aceitação fatalista: outros entrevistados expressaram uma aceitação fatalista de sua posição, como se as coisas estivessem fora de controle e não houvesse nada que pudessem fazer sobre seu destino na vida. A citação a seguir, de um membro de CVO, de 16 anos, nas Filipinas, que ingressou aos 13, demonstra claramente essa perspectiva:

“Acho que isso é o que devia ser. Eu aceito o que acontecer. Vai significar que era isso o que tinha de acontecer. Eu não tenho nenhuma esperança. Eu só cursei até o terceiro ano! Eu deixo tudo o mais com Deus. Pelo menos, eu consegui ajudar meus pais. Eu fico feliz de poder fazer isso.”

⁸¹ Citação tirada de ‘Tattooed Warriors: Shuttling Between Nations, Latino Gangs Confound the Law’, The New York Times, 26 de setembro de 2004.

Sem escolha: outros entrevistados foram sinceros sobre o fato de que sair não é simplesmente uma opção, já que para eles não há alternativas.

Pra dizer a verdade, fazer parte do OPC é uma coisa muito perigosa, mas acho que por agora eu não tenho escolha, porque isso é a única coisa que me traz meu sustento diário. Eu sei que um dia vou voltar pra escola e viver normalmente. Essa não é uma vida normal. Eu sei que não é porque você pode morrer qualquer dia ou a qualquer hora.

Membro do OPC de 16 anos,
Nigéria

Em quase todos os casos em que os entrevistados expressaram o desejo de abandonar o grupo, disseram que fariam isso sob condição de que alguma coisa tomasse esse lugar. Por exemplo:

Se conseguissem empregos: a possibilidade de conseguir um emprego foi a condição mais comum que os entrevistados deram para deixar o grupo. Os empregos foram mais valorizados que a educação como alternativa a um grupo armado, pela maioria deles.

Eu imagino no futuro arranjar um emprego decente, receber mais que um salário mínimo, ter boas roupas, boa comida, morar melhor... Empurrar meu irmãozinho pra frente.

Membro de uma banda delinquente de 16 anos,
Medellín

Se Estado/sociedade/comunidade oferecessem apoio e alternativas: outros entrevistados foram mais gerais sobre o tipo de apoio que precisavam para abandonar seus grupos, declarando que era responsabilidade de outros lhes oferecer as alternativas necessárias.

A vida é assim. Talvez eu conseguisse mudar se Deus me desse força pra ir em frente e conseguir fazer minhas coisas. Eu gostaria de ter uma vida nova, mas pra isso acontecer, a gente precisa de muitas oportunidades.

Membro de 17 anos de uma banda delinquente,
Medellín

Independentemente de terem expressado ou não o desejo de abandonar o grupo, a maioria dos entrevistados foi vaga e, ao que parece, sem esperança quanto ao futuro. É possível que essa incerteza reflita o fato de que muitos sentiam como se o futuro estivesse fora de seu controle. Quando um membro de gangue, em Chicago, foi perguntado se desejava retornar à escola, respondeu como se esse ato não dependesse dele: “É. Quando aparecer uma oportunidade, é, eu vou voltar.” Pode ser que a recusa em assumir responsabilidades por ações futuras seja uma indicação forte de quão poucas oportunidades a maioria dos entrevistados dispõe. Quando se tem pouca ou nenhuma opção, é mais fácil se referir ao futuro como se ele fosse um destino que já tivesse sido decidido, em vez de algo que possa ser afetado por ações.

Como também observado em “Crianças, jovens e violência armada”, para muitos entrevistados, essa visão fatalista do futuro se estendia também à questão da morte.

Eu não penso no futuro... Eu não quero fazer uma coisa e aí, dois dias depois... Bem, eles matam você... Eu não penso no amanhã, mas agradeço a Deus por cada momento... Ninguém sabe como vai terminar...

Pandillero
El Salvador

Impedindo outros de se envolver

Embora muitas das crianças e dos jovens entrevistados fossem vagos quanto ao futuro, a maioria, em todos os países, não desejava que amigos íntimos ou irmãos mais novos ingressassem no seu ou em grupos armados semelhantes.

Eu não quero que meu irmão se envolva numa gangue que nem eu, porque isso prejudica a comunidade, as pessoas. Embora eu já esteja envolvido, isso é o que eu menos quero.

Membro de 15 anos de uma banda delinquente,
Medellín

Alguns entrevistados entre as CVOs, nas Filipinas, estavam usando seus salários para a educação dos irmãos mais jovens, a fim de que não terminassem numa CVO também. Um membro jovem contou aos pesquisadores: “Eu aceito qualquer coisa que aconteça comigo, desde que meus irmãos e irmãs não sejam envolvidos.” Na Nigéria, membros dos *Bakassi Boys* expressaram preocupação com os perigos de se expor pessoas jovens aos altos níveis de violência encontrados durante as atividades do grupo.

O tormento de cidadãos inocentes, às vezes, e os assassinatos extrajudiciais a que esses membros mais jovens são expostos quando pegam em armas não é o melhor pra eles. Eu nunca vou permitir que qualquer um dos meus filhos ou irmãos pequenos se envolva.

Bakassi Boy,
Nigéria

Quando perguntado sobre o que as futuras gerações precisariam para não ingressar em grupos armados, as respostas mais comuns foram:

Mais empregos: “A economia está ruim, a gente tem que dar emprego pras pessoas. E a única razão porque elas fazem essas coisas é porque não tem emprego. E elas não têm escolha senão fazer o que tem de ser feito. Elas têm que sobreviver de algum jeito. Elas têm de roubar, vender droga e destruir a vida das outras pessoas, pra poder se ajudar elas mesmas. Isso não é bom, mas o mundo foi feito assim.” *Satan’s Disciple*, Chicago.

Alternativas em vez de repressão: “Essas leis não ajudam em nada... Porque se eles quisessem ajudar, eles iam dar emprego... É por isso que as pessoas entram pras gangues, porque não tem trabalho, nada...” *Pandillero*, El Salvador.

Controle de armas: “Pra que existe loja de arma aqui? Pra que você precisa de arma? Ninguém ia atirar em ninguém se não tivesse arma.” *Vice Lord*, Chicago.

Investimento em esportes e atividades culturais: “Se o governo viesse até a nossa comunidade, Manenberg, tem tantos talentos na nossa comunidade! Porra, eu não quero me gabar nem porra nenhuma, mas você tem que me ver cantando e representando, aí você ia ver que tem talento em Manenberg. Esses gângsteres sabem dançar, sabem jogar futebol, são estrelas de futebol, eles podem fazer qualquer coisa, podem cantar, dançar.” Membro de gangue, Manenberg.

A necessidade de opções e alternativas

Independentemente de como acham que eles ou os colegas poderiam ser ajudados a deixar seus grupos armados, ou de como as gerações futuras poderiam ser impedidas de ingressar, a maioria dos entrevistados pareceu sentir que a responsabilidade por essa mudança

está na mão de outros. Apesar do fato de que todos eles estavam muito certos de que haviam feito uma escolha consciente ao aderirem a seus grupos, quando se tratava de deixá-los, eles estavam igualmente certos de que o ônus cabe a outros, seja o estado, a sociedade civil ou o setor privado, oferecendo-lhes uma saída. Por exemplo, na Jamaica, um delinqüente juvenil detido, por ser membro de gangue e por crimes relacionados à violência, no Centro Correcional de Hilltop, disse que, quando deixasse o centro de detenção, planejava trabalhar e voltar para a escola. Entretanto, se “nutten nah gwaan” [nada acontecer], ele vai voltar para o crime. Outro detento fez um comentário semelhante, explicando que “ia pegar na arma novamente” se não conseguisse encontrar trabalho ou estudo após o livramento.

Em vez de ser visto como passando a responsabilidade de realizar essa mudança de vida para os outros, ou mesmo como uma falta virtual de interesse em realizá-la, isso poderia ser entendido como uma reflexão sobre o fato de que a maioria das crianças e dos jovens em grupos armados tem poucas outras opções viáveis de vida, e até que o façam, abandonar o grupo não é simplesmente um caso de escolha. Como discutido em “Vulnerabilidade e Resistência — por que as crianças ingressam em grupos armados”, se aceitarmos que muitas crianças “escolhem” aderir a grupos armados, devido a uma combinação de opções insuficientes e influências fortes, então é possível entender que elas “escolham” permanecer num grupo pelas mesmas razões. Se outras opções não estão disponíveis, elas não têm então outra escolha senão ficar e podem, portanto, representar seu futuro em termos fatalistas, como se ele estivesse fora de seu controle.

Autopercepções

Embora vagos e reservados quanto ao próprio futuro, o fato de que a maioria dos entrevistados não deseja que irmãos mais novos, ou outras crianças, se tornem envolvidos é uma indicação clara de que muitos não vêem seu estilo de vida, ou o de seu grupo, como positivos.

Embora seja doloroso admitir isso, nós somos os maus elementos em nossa cidadezinha. Não tem outros maus elementos lá além da gente. Mas se você pensar sobre isso, o prefeito é o pior de todos porque ele tolera todas essas atividades más, e ele é o cérebro por trás de todas elas. Eu estou dizendo isso porque eu sei que isso não vai chegar até ele ou eles. Mas no fim, não tem nada que a gente possa fazer. Esse é o trabalho que a gente escolheu, então a gente tem que fazer o que eles querem que a gente faça.

Membro jovem de CVO,
Filipinas

Embora sentindo que o futuro estava fora de seu controle, alguns entrevistados se arrependiam claramente de suas escolhas passadas.

Eu fiquei preguiçoso demais pra estudar. Eu tenho um amigo que é um profissional agora. Mas eu, eu sou um assassino agora. Essa não é a vida que eu sonhei ter. Eu não pensei que fosse acabar assim. Acho que eu era muito novo então. Acho que eu só tinha 14 quando entrei pra CVO. Eu não pensei no que ia acontecer no futuro porque eu precisava de dinheiro. Eu queria comprar o que eu queria. Eu não queria coisas muito caras. É que eu não podia comprar nem as coisas que custavam pouco. A gente é muito pobre. Então, eu aceito isso porque é isso o que tem pra mim.

Membro jovem de CVO,
Filipinas

Conclusão

Embora potencialmente perigoso, se feito da maneira correta e proporcionado o apoio correto, na maioria dos casos é possível que crianças e jovens deixem os grupos armados investigados. Com exceção de um ou dois dos grupos, o principal obstáculo para que os jovens tomem essa decisão não é o grupo, mas a repressão, o preconceito e o perigo potencial da polícia, da sociedade e dos grupos rivais. A vasta maioria dos entrevistados não desejava que irmãos mais novos se tornassem envolvidos, e estava certa de que não viam seu estilo de vida como “positivo”. A combinação disso e o fato de que eles pareciam fatalistas sobre o futuro podem refletir mais suas limitadas opções de abandonar o grupo do que a falta de interesse em fazê-lo. Entretanto, desejassem os entrevistados deixar seus grupos ou não, o que fica claro nas respostas é que a existência de alternativas sócio-econômicas viáveis é fundamental para que um jovem seja capaz de fazer realmente essa escolha e, igualmente, importante para impedir que as gerações futuras se tornem envolvidas.

PARTE III

MORTALIDADE CAUSADA POR ARMA DE FOGO

Como discutido anteriormente,¹ medir os níveis de violência armada em que os grupos investigados estão envolvidos pode ser difícil. Este capítulo apresenta os níveis de mortalidade causada por armas de fogo, nos países e nas cidades cobertos por este estudo, e discute como esses dados podem ser mais bem usados para determinar como os membros de grupo os causam e estão sujeitos a eles. A fim de determinar se essas mortes são de natureza elevada nessas localidades, elas serão comparadas a causas naturais e a outras causas externas de mortalidade.² Os índices de mortalidade causada por arma de fogo serão, então, apresentados por gênero e por faixa etária para determinar qual desses dois grupos é mais afetado. A fim de estabelecer se a faixa etária abaixo dos 18 anos é mais ou menos afetada pelas mortes causadas por arma de fogo, esses grupos serão comparados extensivamente. Sempre que possível, os dados para os quatro indicadores a seguir foram coletados por pesquisadores locais e analisados pelo Viva Rio. Resultados e conclusões estão apresentados abaixo.

- 1) Número de mortes para a população total e para a faixa etária com menos de 18 anos, diferenciando causas naturais e externas, de 1979 a 2002;
- 2) Número de mortes para a população total e para a faixa etária com menos de 18 anos, diferenciando aquelas causadas por ferimentos a bala e todas as outras causas externas, de 1979 a 2002.
- 3) Índices de mortalidade relacionados à arma de fogo por sexo e por faixa etária distinta³ para o último ano de dados disponíveis.
- 4) Índices de mortalidade causada por arma de fogo para a população em geral e para a faixa etária abaixo dos 18 anos, de 1979 a 2002.

Restrições e limitações

Houve algumas restrições e dificuldades durante a coleta de dados. Pediu-se aos pesquisadores locais que coletassem dados para as áreas específicas onde os grupos armados agem. Com exceção do Rio de Janeiro, que será discutido abaixo, e de Chicago,⁴ em quase todos os casos, não foi possível acessar dados comparativos por zona ou por área, a fim de se concentrar nesses locais. Em vez disso, sempre que possível, os dados foram confrontados em nível municipal ou nacional apenas,⁵ limitando a natureza e a exatidão das comparações como representativas dos índices de mortalidade causada ou sofrida pelos grupos armados

¹ Ver “Tipologia dos Grupos Armados Investigados”.

² Como acidentes de trânsito, por exemplo.

³ Sempre que possível, os dados foram coletados para as seguintes faixas etárias: 0-9 anos; 15-17 anos; 18-19 anos; 20-24 anos; 25 + anos. Em alguns casos, não foi possível acessar os dados que correspondem a essas faixas. No caso da Colômbia, por exemplo, só foi possível agregar dados pelas faixas etárias a seguir:

⁴ Ver www.gangresearch.net

⁵ No caso da Colômbia, os dados foram coletados para o país inteiro e para Medellín, já que os dados relevantes para Medellín foram encontrados apenas para uma parte do período de tempo comparativo necessário (1979-2002). Vale lembrar que, em relação aos indicadores mencionados acima, Medellín tem porcentagens e índices mais exagerados do que o país inteiro. Para indicadores em que apenas os dados da Colômbia estejam disponíveis, o leitor pode presumir que provavelmente a situação em Medellín foi mais exagerada.

investigados (isso é mais discutido nas conclusões deste capítulo).⁶ Em alguns casos, os pesquisadores locais não conseguiram acessar bancos de dado governamentais (se eram mantido pela polícia, por exemplo); ou não foi possível obter essas informações dentro do prazo necessário. Em outros casos, os dados para todos os indicadores acima não haviam sido registrados, em sua totalidade, pelo governo ou por qualquer outra instituição, e apenas dados parciais estavam disponíveis. Em alguns dos países cobertos pelo estudo, as estatísticas de mortalidade dessa natureza não estavam registradas em nível local, municipal ou nacional por governos e outras instituições. Os resultados a seguir são representativos dos dados que foram coletados com sucesso.

Fontes de dados

As fontes de dados variaram por cidade e país, dependendo da disponibilidade e do acesso à informação. As fontes de dados para as cidades e os países onde se coletaram informações foram as seguintes: Colômbia e Medellín (Departamento Administrativo Nacional de Estatística); Estados Unidos (Departamento de Saúde Pública de Chicago); Rio de Janeiro (Secretaria Municipal de Saúde - RJ); El Salvador (Instituto de Medicina Legal); Irlanda do Norte (Agência de Estatística e Pesquisa da IN). Além de receber dados dessas fontes através dos pesquisadores locais, o Viva Rio realizou pesquisas pela Internet para encontrar dados sobre mortalidade nos municípios e países cobertos por este estudo; entretanto, nada de significativamente relevante para os indicadores acima foi encontrado.

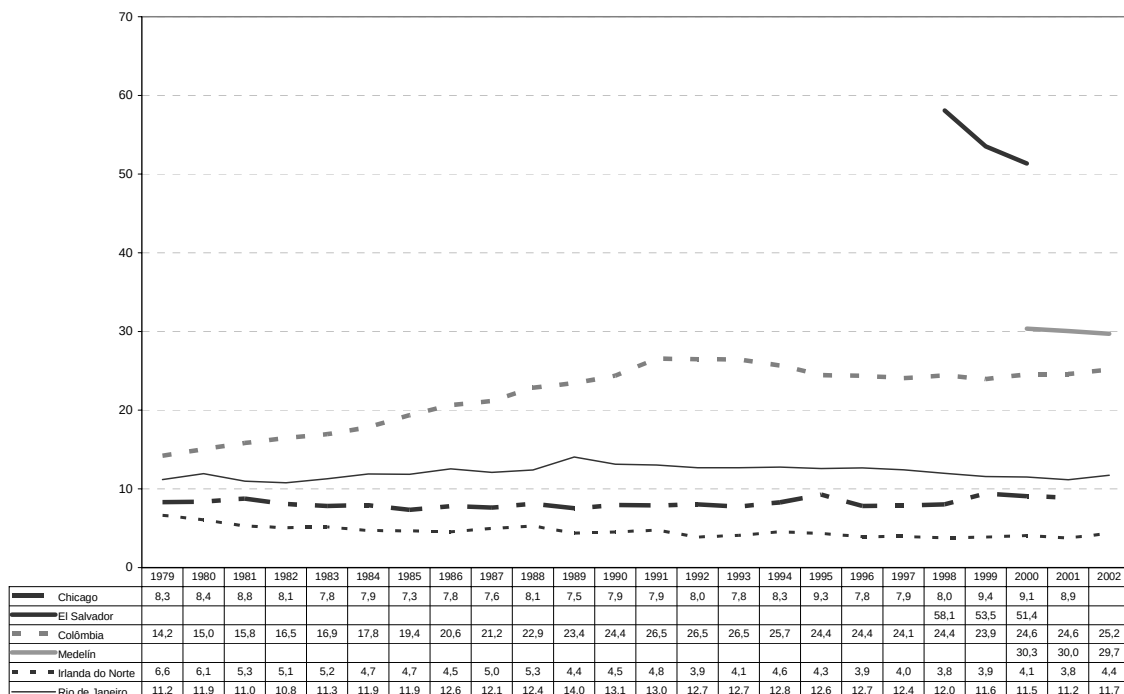
Resultados

1) Mortes por causas externas, por porcentagem de todas as mortes, entre a população total de Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.

Como demonstrado no Gráfico 3.1, as mortes por causas externas (ferimentos), como porcentagem de todas as mortes, entre a população total de Chicago, Medellín e do Rio de Janeiro têm permanecido relativamente estáveis ao longo do tempo. A Colômbia apresenta o maior aumento entre todas as localidades, crescendo de 14,2% em 1979 para 25,2% em 2002. A Irlanda do Norte tem a menor porcentagem de mortes por causas externas, diminuindo de 6,6% para 4,4%, de 1979 a 2002. Embora estável ao longo do tempo, a porcentagem de mortes por ferimentos em Medellín é considerada mais alta numa média de 30%, de 2000 a 2002, do que todos os outros municípios e países comparados, com exceção de El Salvador, que tem uma porcentagem extremamente elevada de mortes por causas externas. Embora esse número tenha diminuído de 58,1% para 51,4% de 1998 a 2000, ele é quase duas vezes mais que em Medellín, em 2000, e 12 vezes mais alto do que na Irlanda do Norte, no mesmo ano.

⁶ Vale lembrar que, em nível de cidade, os índices de homicídio são em geral piores do que os para o país como um todo; os índices para o país tendem a mascarar as variações por cidade ou localidade; e a trajetória dos índices urbanos de homicídio não é representativa desses últimos em nível nacional.

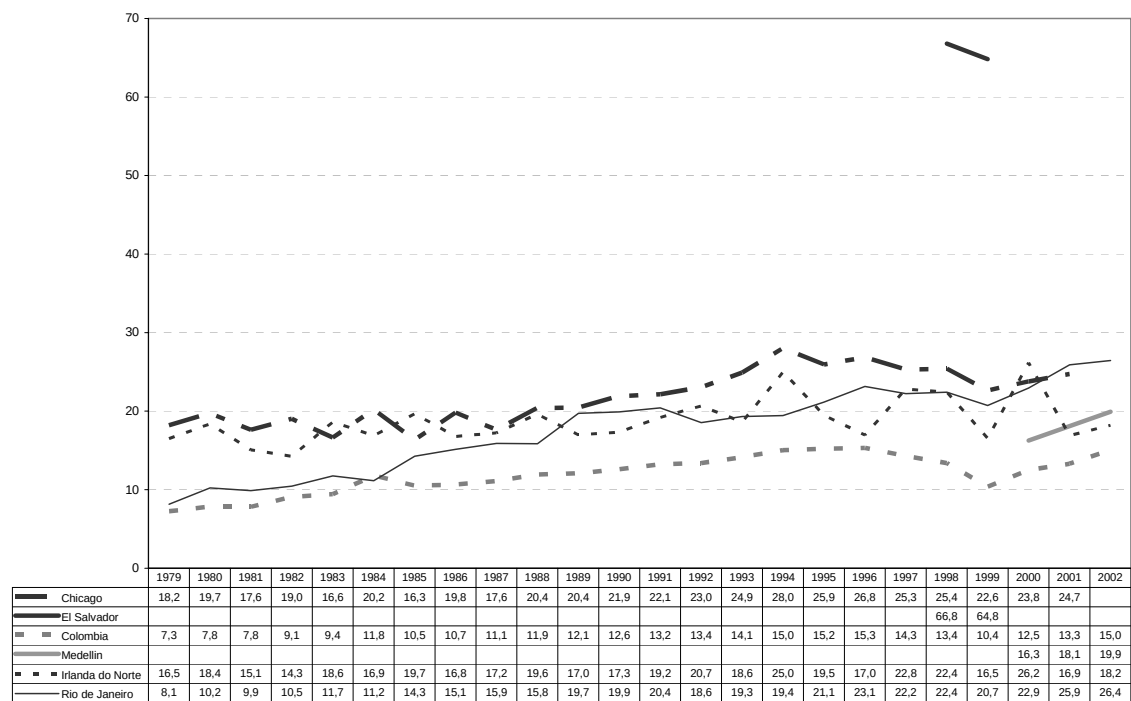
Gráfico 3.1 – Mortes por causas externas como porcentagem de todas as mortes entre a população total de Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro



2) Mortes por causas externas, como porcentagem de todas as mortes, entre a faixa etária abaixo dos 18 anos em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.

O que é mais notável sobre os dados apresentados no Gráfico 3.2 é que as mortes por causa externa, como porcentagem de todas as mortes, entre a faixa etária abaixo dos 18 anos, em todos os municípios e países comparados aqui, com exceção de El Salvador, aumentaram consideravelmente ao longo do tempo. Foi no Rio de Janeiro que elas cresceram mais, com um aumento gradual de 1979 a 2002 de 8,1% para 26,4% respectivamente. No caso da Colômbia, a porcentagem de mortes por ferimentos dobrou, aumentando constantemente, de 1979 a 2002, de 7,3% para 15% respectivamente. Os ferimentos, como porcentagem de todas as mortes, entre essa faixa etária em Chicago e na Irlanda do Norte, aumentaram menos durante esse período. Em Chicago, eles cresceram de 18,2% em 1979 para 24,7% em 2001, alcançando um pico de 28% em 1994. Na Irlanda do Norte, houve um ligeiro aumento de 16,5% em 1979 para 18,2% em 2002, alcançando um pico de 26,2% em 2000. Embora El Salvador seja o único local em que as causas externas, como porcentagem de todas as mortes, diminuíram entre a faixa etária abaixo dos 18, ao longo do período para o qual havia dados disponíveis, elas permaneceram extremamente elevadas, em 66,8% em 1998 e 64,8% em 1999. (NOTA: isso parece contradizer o número citado alguns parágrafos atrás). Isso é três vezes mais alto do que nos municípios e países comparados e significa que as causas externas foram, de longe, a causa mais significativa de morte para crianças em El Salvador durante esse período.

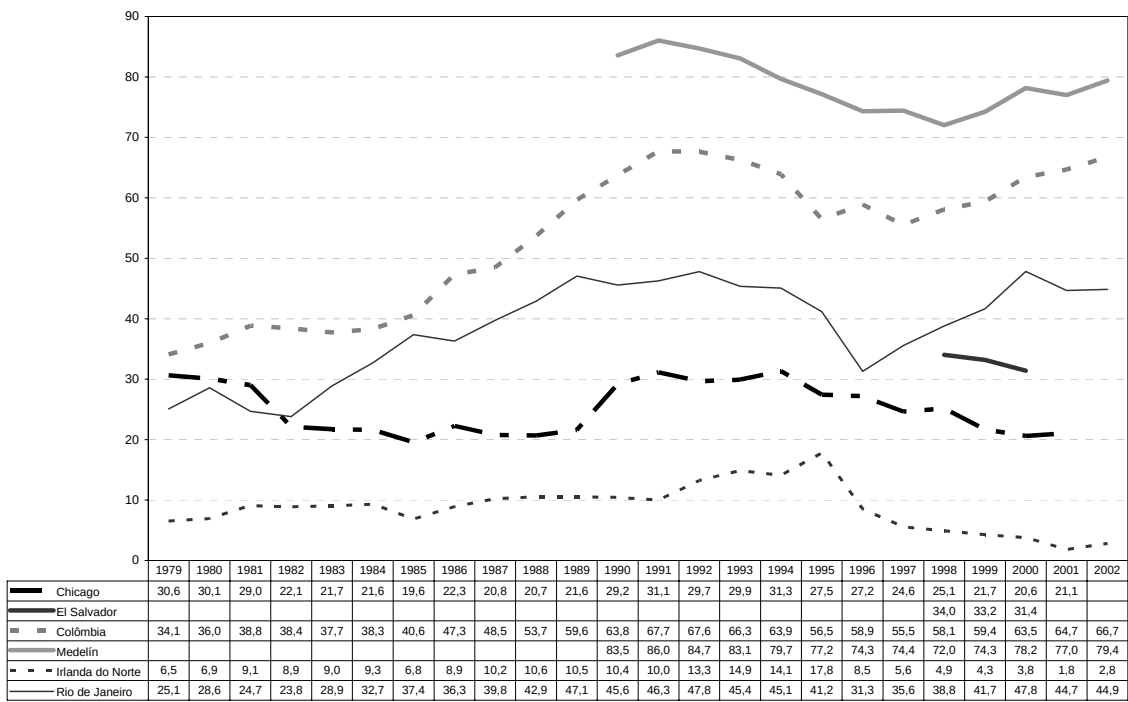
Gráfico 3.2 – Mortes por causas externas como porcentagem de todas as mortes entre a faixa etária com menos de 18 anos, em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.



3) Mortes causadas por arma de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, entre a população de Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.

Como demonstrado no Gráfico 3.3, nos países e municípios comparados, a mortalidade causada por arma de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, vem aumentando mais na Colômbia e no Rio de Janeiro. Na Colômbia, houve um aumento de 34,1% em 1979 para 66,7% em 2002, um crescimento total de 195,6% durante esse período de tempo. No Rio de Janeiro, houve um aumento de 25,1% em 1979 para 44,9% em 2002, um crescimento total de 178,88% durante esse período de tempo. A mortalidade causada por arma de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, entre a população total do Rio de Janeiro e da Colômbia, alcançou seu pico na década de 1990, com 47,8% e 67,7% respectivamente, diminuindo e depois aumentando novamente para esses níveis em 2002. A mortalidade causada por armas de fogo, como porcentagem de todas as mortes por ferimento, varia, mas tende a decrescer ao longo do tempo para a população total de Chicago, da Irlanda do Norte e de El Salvador. A trajetória para Chicago flutua consideravelmente, com uma queda de 19,6% e uma alta de 31,3%, mas diminui no geral, de 1979 a 2002, de 30,6% para 21,1% respectivamente. A trajetória da Irlanda do Norte também decresce nesse período, embora não gradualmente, alcançando um pico de 17,8%, em 1995, e caindo para 2,8% em 2002. Embora as porcentagens em Medellín diminuam ligeiramente de 1990 a 2002, de 83,5% para 79,4% respectivamente, esse ainda é um nível extremamente elevado de mortes causadas por arma de fogo, como porcentagem de todas as mortes ocorridas por causas externas entre a população total.

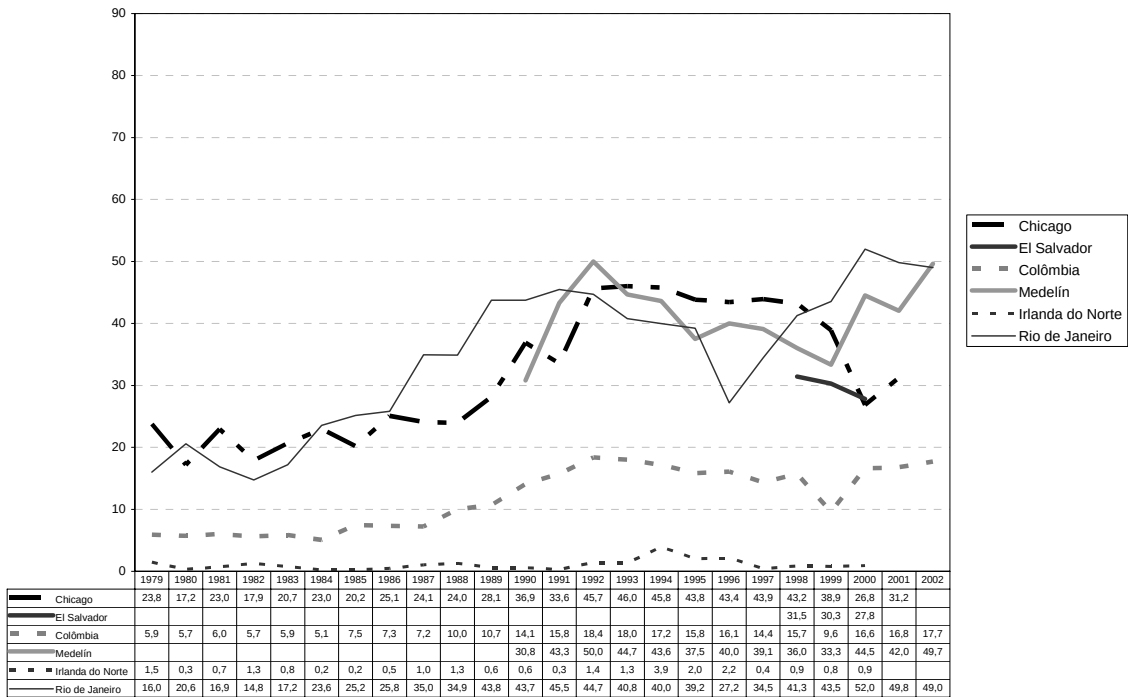
Gráfico 3.3 - Mortes relacionadas a armas de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, entre a população total de Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro



4) Mortes causadas por arma de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, entre a faixa etária abaixo dos 18 anos, em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.

Como demonstrado no Gráfico 3.4, as mortes causadas por arma de fogo, como porcentagem de todas as mortes por ferimento, entre a faixa etária abaixo dos 18, aumentaram mais na Colômbia e no Rio de Janeiro de 1979 a 2001. Na Colômbia, vemos um crescimento de 284,7%, o maior aumento geral entre esses anos em todos os municípios e países comparados aqui, de 5,9% em 1979 a 16,8% em 2001. O Rio de Janeiro vem em segundo lugar com um aumento de 311,3%, de 16% em 1979 para 49,8% em 2001. Medellín cresceu constantemente, de 30,8% em 1990 para 49,7% em 2002, um aumento de 161,36% e, embora com crescimento menor que na Colômbia como um todo, essas porcentagens são consideravelmente mais altas. Em Chicago, vemos um aumento menos dramático, de 23,8% em 1979 para 31,2% em 2001 (crescimento de 131%) com um pico de 46% em 1993. A Irlanda do Norte permanece estável com uma trajetória que varia pouco de 1979, com 1,5%, a 2000, com 0,9%. El Salvador é o único local onde houve um decréscimo, caindo ligeiramente de 31,5% em 1998 para 27,8% em 2000.

Gráfico 3.4 - Mortes relacionadas a armas de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, entre a faixa etária com menos de 18 anos em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.



5) Índices de mortalidade causada por armas de fogo, por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, durante o ultimo ano de dados disponíveis em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.

Os gráficos de 3.5 a 4.0 demonstram mais visivelmente que as mortes causadas por arma de fogo, no começo deste século, afetaram principalmente os jovens do sexo masculino nos municípios e países comparados. Em todos os casos, um número consideravelmente mais alto de homens morreu de ferimentos causados por arma de fogo do que o número de mulheres. Em El Salvador, em 2000, por exemplo, para cada mulher que morreu de ferimento a bala, entre as idades de 20 a 24, 35 homens morreram pela mesma razão. Em Chicago, durante 2001, 26 homens morreram de causas relacionadas a armas de fogo para cada mulher na faixa etária de 18 a 19 anos. Na Irlanda do Norte, apenas homens morreram de ferimentos a bala em 2002.

Na Colômbia (2002), no Rio de Janeiro (2002), em El Salvador (2000) e na Irlanda do Norte (2002), os homens na faixa etária de 20 a 24 anos foram os mais suscetíveis a mortes por arma de fogo. Na Colômbia, isso chegou a uma alta extrema de 299,1 mortes por 100.000 habitantes, seguida de perto pelo Rio de Janeiro com 269,1 por 100.000. No Rio de Janeiro e em El Salvador, depois da faixa etária de 20 a 24, os mais afetados são os homens da faixa de 18 a 19 anos, seguidos pelos que têm de 15 a 17. Em Chicago, os homens de 18 a 19 anos de idade foram os mais afetados por mortes a bala, em 2001, com 140,5 óbitos por 100.000 habitantes, para essa faixa etária. A seguir, os mais afetados por mortes em decorrência de arma de fogo em Chicago, em 2001, foram as faixas etárias de 20 a 24 anos e de 15 a 17 anos de idade, respectivamente.

Gráfico 3.5 - Índices de mortalidade por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, em El Salvador para o ano de 2000.

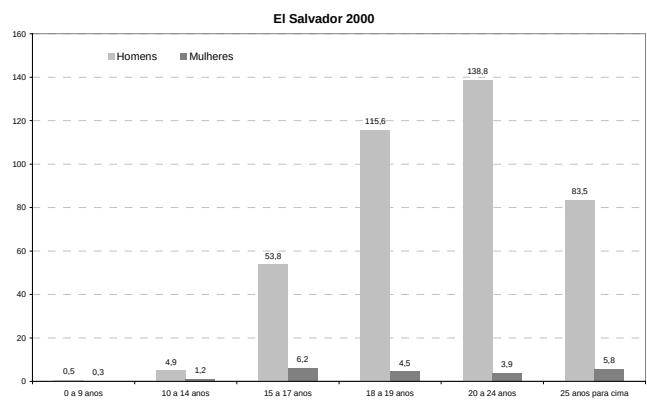


Gráfico 3.6 - Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, na Irlanda do Norte para o ano de 2002

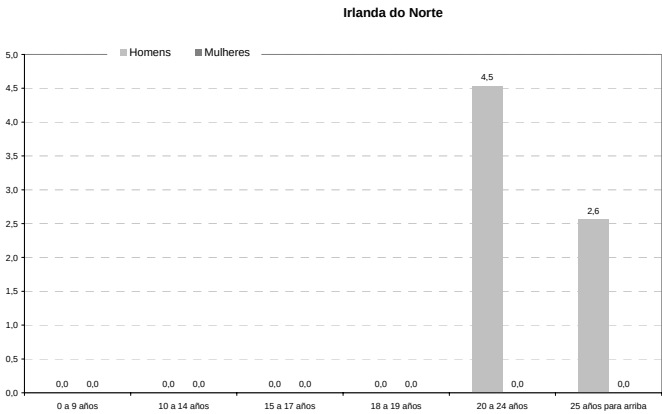


Gráfico 3.7 - Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, na Colômbia para o ano de 2002.

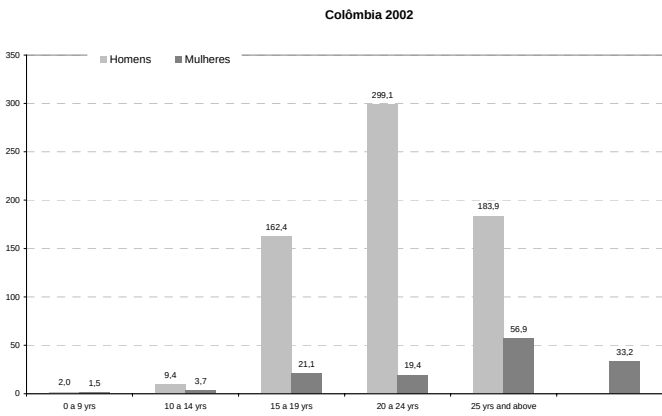


Gráfico 3.8 - Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, no Rio de Janeiro para o ano de 2002.

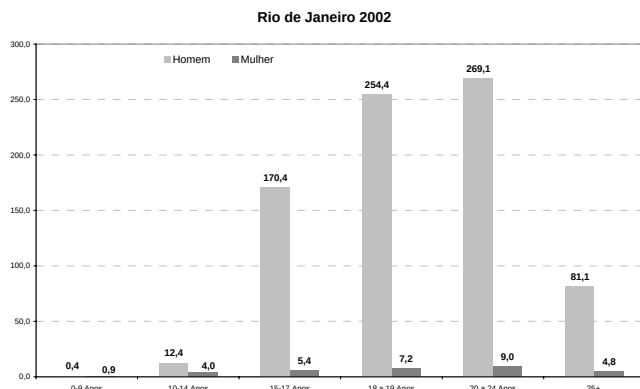
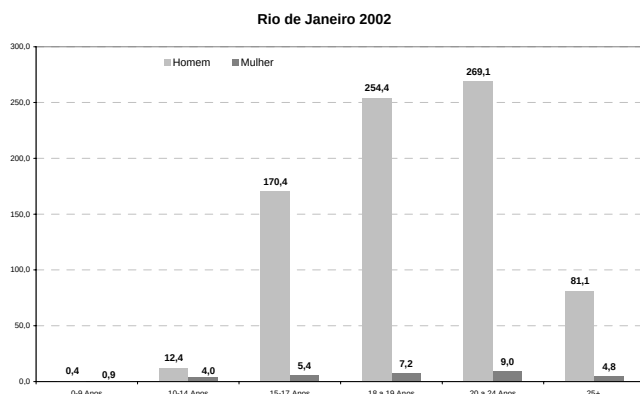


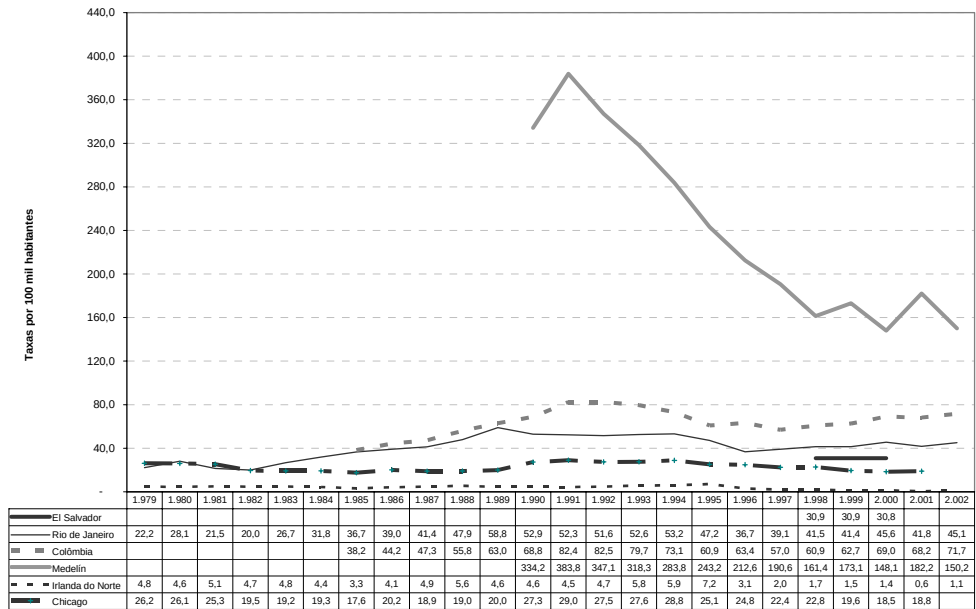
Gráfico 3.9 - Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, por sexo e faixa etária distinta, em Chicago para o ano de 2001.



6) Índices de mortalidade causada por armas de fogo, por cada 100.000 habitantes, para a população total de Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.

O gráfico 3.10 demonstra que os índices de mortalidade causada por arma de fogo, para a população total, aumentaram ao longo do tempo apenas no Rio de Janeiro e na Colômbia. No Rio, houve um crescimento, no índice, de 22,2 mortes por 100.000 habitantes, em 1979, para 45,1 por 100.000 habitantes, em 2002, um aumento de 203,1%. Na Colômbia, também houve um aumento considerável ao longo do tempo, de 38,2 por 100.000 habitantes, em 1985, para 71,7 em 2002, um crescimento de 187,7%. Em todos os outros municípios e países comparados aqui, as mortes causadas por armas de fogo permaneceram constantes ou diminuíram com o tempo. Embora Medellín tenha obtido a queda mais significativa entre todos, de 334,5 mortes por 100.000 habitantes para 150,2, pode-se observar que os índices de mortalidade causada por armas de fogo, para a população em geral da cidade, são considerados extremamente elevados durante esse período e muito mais altos que os de todos os outros locais.

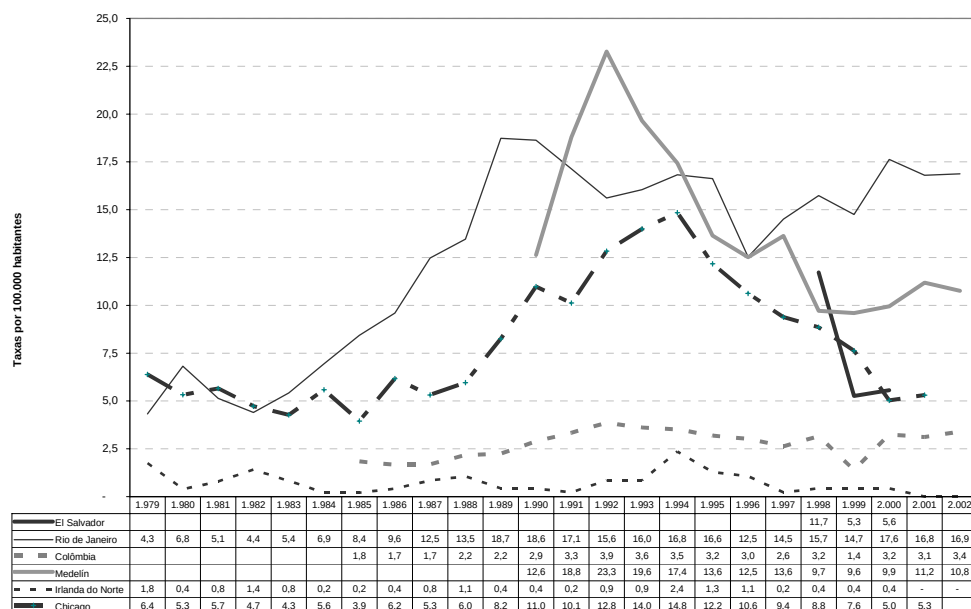
Gráfico 3.10 - Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100 mil habitantes para a população de Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.



7) Índices de mortalidade causada por armas de fogo, por 100.000 habitantes, para a faixa etária abaixo dos 18 anos em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro.

Como demonstrado no gráfico 3.11, os índices de mortalidade causada por armas de fogo para jovens com menos de 18 anos aumentaram apenas no Rio de Janeiro e na Colômbia, ao longo do tempo. O Rio teve o maior crescimento de 1979 a 2002, de 393%, um aumento de 4,3 mortes a bala por 100.000 habitantes, com menos de 18 anos, para 16,9 por 100.000 para o mesmo grupo, em 2002. A Colômbia cresceu de 1,8 por 100.000, em 1985, para 3,4 por 100.000, em 2002. Os índices para todos os outros municípios e países diminuíram com o tempo, embora as trajetórias na maioria dos casos não fossem graduais e flutuassem consideravelmente. O índice mais alto de mortalidade causada por armas de fogo registrado, para a faixa etária abaixo dos 18 anos, foi de 23,3 por 100.000 em Medellín, durante 1992, seguido por 18,7 no Rio de Janeiro, durante 1989. O índice mais baixo de mortalidade causada por armas de fogo registrado, para a faixa etária abaixo dos 18 anos, foi o da Irlanda do Norte, em 1983 e 1997, com 0,2 para cada 100.000 habitantes.

Gráfico 3.11 - Índices de mortalidade relacionada a armas de fogo por 100.000 habitantes, para a faixa etária com menos de 18 anos, em Chicago, El Salvador, Colômbia, Medellín, Irlanda do Norte e Rio de Janeiro



Conclusões

As seguintes conclusões foram tiradas das comparações acima.

Os menores têm sido consistentemente mais afetados por ferimentos, como causa de morte, do que a população em geral e isso aumentou desproporcionalmente entre esse grupo ao longo do tempo. Como demonstrado nos Gráficos 3.1 e 3.2, com exceção da Colômbia e de Medellín, a porcentagem de mortes por ferimentos tem sido consistentemente mais alta, ao longo do tempo, para a faixa etária abaixo dos 18 anos do que para a população total nos locais comparados. Por exemplo, no Rio de Janeiro, durante 1979, as causas externas, como porcentagem de todas as mortes entre menores, ficaram em 18,2%, comparadas com 8,3% para a população total. Em 1990, elas ficaram em 21,9% para os menores e 7,9% para a população total. Além disso, como demonstrado no gráfico 3.1, as causas externas, como porcentagem de todas as mortes entre a população total, permaneceram relativamente estáveis ou decresceram ao longo do tempo em todos os municípios e países comparados. Entretanto, como demonstrado no gráfico 3.2, esses índices aumentaram consideravelmente com o tempo para jovens com menos de 18 anos, exceto para os de El Salvador.⁷ No Rio de Janeiro, por exemplo, as causas externas como porcentagem de todas as mortes, entre jovens com menos de 18 anos, mais do que triplicaram de 1979 a 2002, de 8,1% para 26,9% durante o período, ao passo que os índices para a população total permaneceram estáveis, de 11,2% a 11,7% no mesmo período.

Ao longo do tempo, as mortes causadas por arma de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, aumentaram desproporcionalmente mais entre os menores do

⁷ Em El Salvador, apesar das causas externas terem ligeiramente diminuído, como porcentagem de todas as mortes de 1998 a 1999, elas ainda permanecem a causa de morte mais significativa para jovens com menos de 18 anos no país, com extremamente elevados 64,8% em 1999.

que para a população total, em todos os locais comparados.⁸ Por exemplo, em Chicago, as mortes por armas de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas,

diminuíram entre a população total de 30,6%, em 1979, para 21,1%, em 2001, um decréscimo de 69%, enquanto que entre os menores, elas aumentaram de 23,8% para 31,2% ao longo do mesmo período, um aumento de 131%. Embora a mortalidade causada por arma de fogo tenha aumentado entre a população em geral, na Colômbia, em 195,6% de 1979 a 2002, ela cresceu consideravelmente mais (300%) entre os menores durante o mesmo período.

Mortes por arma afetam mais homens jovens de 15 a 24 anos de idade. Como demonstrado nos gráficos 3.5 e 3.9, em todos os casos,⁹ os homens jovens, entre as idades de 15 e 24 anos, são mais afetados pela mortalidade por armas de fogo do que qualquer outra faixa etária. Além disso, as mulheres de todas as faixas são consideravelmente menos afetadas por mortes com arma em comparação com os homens de todas as faixas etárias. Isso se correlaciona com todas as descobertas qualitativas deste estudo,¹⁰ as quais demonstram que, embora crianças de dez anos ou menos possam iniciar o processo de envolvimento nos grupos armados, elas tendem a receber armas e a participar da violência armada a partir dos 15 anos. Além disso, a grande maioria dos membros de grupo, em todos os países, são homens. Por essas razões, quando se compararam os índices de mortalidade causada por armas de fogo, entre a população total e os menores de ambos os sexos, os índices para a população total foram consideravelmente mais altos, ao longo do tempo, devido ao fato de que os índices para menores são diminuídos pela inclusão das mulheres com menos de 18 anos e dos homens com menos de 15; esses dois grupos são menos afetados pelas mortes por arma do que o dos homens de 15 a 18 anos de idade.

Existe a necessidade de dados específicos que representem o grupo-alvo que está sendo estudado. Quando se tenta obter conhecimentos mais precisos sobre o envolvimento dos membros de grupos armados na violência, além de se apontar indicadores que representem mais exatamente os grupos de sexo e idade envolvidos, é particularmente necessário focalizar os dados das áreas específicas onde os grupos agem. Qualquer deficiência na correlação dos dados dessa maneira, por área específica, torna difícil estimar os índices de mortalidade causada por arma de fogo, entre os membros de grupo ou suas vítimas, ou medir quantitativamente seu envolvimento na violência armada. Comparações com esse objetivo, por município ou até por país, vão ser muito menos exatas, devido à inclusão de fatores não relacionados nas áreas onde os grupos armados não agem. Isso fica demonstrado mais claramente pela Tabela 3.1.

⁸ Com exceção de El Salvador, onde as mortes causadas por armas de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, vêm diminuindo entre a faixa etária abaixo dos 18 anos e entre a população total.

⁹ Com exceção da Irlanda do Norte, onde os homens mais afetados pertencem à faixa etária de 20 a 24 anos, seguida pela faixa dos 25 para cima.

¹⁰ Ver “Processo de Envolvimento”, “Crianças e Jovens na Violência Armada” e “Ser Homem: Considerações de Gênero sobre Crianças e Jovens na Violência Organizada”.

Tabela 3.1 - Mortes relacionadas a armas de fogo, de homens entre 15-24 anos de idade, por bairros do município do Rio de Janeiro, comparadas à mesma faixa etária em toda a cidade, 2003

Mortes de homens entre 15-14 anos relacionadas com armas de fogo, por bairro, no município do Rio de Janeiro, comparado com o mesmo grupo de idade na cidade como um todo, 2003						
Local	Mortes por arma de fogo		População Residente		Índices por 100.000 hab.	
	Homens 15-24	Total	Homens 15-24	Total	Homens 15-24	Total
Bonsucesso	21	55	3.132	19.553	670,5	281,3
Acari	16	28	5.292	24.975	302,3	112,1
Mangueira	6	15	2.704	13.773	221,9	108,9
Ramos	22	40	6.006	38.032	366,3	105,2
Padre Miguel	27	49	12.017	65.609	224,7	74,7
Manguinhos	15	22	6.190	31.469	242,3	69,9
Cidade de Deus	13	21	6.995	38.518	185,8	54,5
Jacarezinho	13	17	7.061	36.940	184,1	46,0
Maré	22	47	22.876	115.309	96,2	40,8
Cidade do Rio de Janeiro	1.196	2.531	1.036.323	5.935.214	115,4	42,6

Fontes primárias: SMS-RJ e IBGE

Estima-se que, no Grande Rio, haja pelo menos 10.000 membros armados nas quadrilhas de traficantes da cidade.¹¹ Entretanto, eles não são uma presença ativa em todas as partes da cidade, dominando apenas as favelas.¹² Todas as áreas listadas, na Tabela 3.1, são favelas da cidade que têm uma presença forte e abertamente armada de quadrilhas de traficante, com exceção de Bonsucesso, um bairro que contém algumas favelas dominadas por quadrilhas. Embora essas estatísticas não estejam livres de erro, devido à falta de registros precisos de mortes por arma, pessoas morrendo fora das áreas específicas onde foram feridas a bala, ou o fato de que cemitérios clandestinos existem na maioria dessas localidades, elas demonstram que os índices de mortalidade por armas de fogo para a população total, nas áreas onde as quadrilhas de traficantes agem, são até seis vezes mais altos que o índice para a população total no município como um todo. Além disso, se definirmos mais nosso grupo-alvo, veremos que os índices de mortalidade causada por armas de fogo, para os homens de 15 a 24 anos, nas áreas onde as quadrilhas atuam, são até três vezes maiores do que os para a população total dentro das mesmas áreas.

Existe a necessidade de um banco de dados global unificado que registre as estatísticas relacionadas à violência. Como discutido em “Restrições e limitações”, os pesquisadores encontraram algumas dificuldades para coletar dados relevantes em muitas das cidades e dos países cobertos por este estudo. Dados relevantes para a parte do estudo que especificava sexo, faixa etária e localidade do grupo alvo foram ainda mais difíceis de encontrar na maioria desses lugares. Quando eram encontrados, provinham de uma série de instituições governamentais diversas e/ou agências internacionais. A fim de fazer comparações substantivas entre os níveis de violência em que os grupos armados do tipo investigado aqui estão envolvidos, é necessário um banco de dados independente e unificado, que registre dados comparativos relacionados à violência,. Até se dispor de dados comparativos detalhados sobre homicídios causados por armas de fogo, relevantes para o perfil dos membros de grupo, dentro das comunidades específicas onde os grupos agem, as comparações dessa natureza entre os grupos vão permanecer limitadas.

¹¹ Dowdney 2003:51.

¹² Ver “Perfil da Área de Estudo”.

PARTE IV

TRATANDO O PROBLEMA DE CRIANÇAS E JOVENS NA VIOLÊNCIA ARMADA ORGANIZADA

A Parte IV discute temas comuns ao tratamento atual de crianças e jovens na violência armada organizada. Focalizando os países que foram incluídos neste estudo, serão apresentados aspectos comuns de políticas públicas, designadas especificamente para o tratamento desse problema ou aquelas utilizadas com esse objetivo. Limitações na eficiência das políticas atuais vão ser então discutidas, assim como outros projetos e programas notavelmente bem sucedidos, tanto do governo como da sociedade civil, que vieram à luz durante o processo de trabalho de campo.

A Parte IV discute também como o problema de crianças e jovens na violência armada organizada pode ser tratado com sucesso. Ao fazer isso, a Parte IV vai re-visitar o modelo apresentado na Parte II, que mostra por que algumas crianças são vulneráveis e outras resistentes ao ingresso em grupos armados locais, apesar de enfrentarem os mesmos fatores de risco externos. É algo aceito que, a longo prazo, macrofatores de risco devam ser eliminados, a fim de que o problema seja erradicado com sucesso. Entretanto, sugere-se que, concomitantemente com o tratamento dos macrofatores de risco, esse modelo possa ser utilizado com êxito, a fim de fortalecer as intervenções locais existentes para construir resistência entre crianças e jovens, de forma que eles escolham abandonar, ou não aderir, aos grupos armados que dominam suas áreas. Um modelo estratégico será apresentado, a fim de criar uma abordagem integrada para se lidar com o problema em nível municipal ou regional.¹

A Parte IV conclui contemplando rapidamente como modelos de tratamento bem sucedidos, de crianças e jovens na violência armada organizada, poderiam ser benéficos para os programas de desarmamento, desmobilização e reintegração de crianças-soldado em conflitos armados e vice-versa.

¹ “Regional” é usado aqui para se referir mais a áreas geográficas definidas dentro de um país do que a regiões multinacionais.

POLÍTICAS PÚBLICAS: TENDÊNCIAS ATUAIS PARA SE LIDAR COM CRIANÇAS E JOVENS NA VIOLÊNCIA ARMADA ORGANIZADA

Embora haja alguns exemplos específicos do contrário,² na maioria dos países cobertos por este estudo, os governos estão se concentrando em táticas repressivas para lidar com crianças e jovens na violência armada organizada. A repressão governamental pode-se dar por meio de legislação que isola os grupos de jovens ou seus membros, de políticas de policiamento repressivo, de detenção e aprisionamento dos membros do grupo ou de sua execução sumária. Os programas existentes de prevenção e reabilitação que foram encontrados são muitas vezes limitados, carecem de fundos e, em muitos casos, a violência armada organizada não é sequer reconhecida como problema específico pelos governos. Em vez de avaliar políticas específicas dentro de um determinado país, este capítulo apresenta os temas predominantes e conclui com uma breve avaliação deles, usando os exemplos de algum país específico quando necessário.³

Legislação repressiva: o exemplo mais severo de legislação específica, empregado numa tentativa de resolver a participação de crianças e jovens nos grupos armados, pode ser visto nas leis contra as *maras* de El Salvador. Resultado da política de “mão dura”,⁴ do presidente Francisco Flores, aprovada pela assembléia legislativa do país, em 9 de outubro de 2003, a lei contra as *maras* foi planejada a fim de “estabelecer um regime espacial e temporal para o combate dos grupos conhecidos como *maras* e *pandillas*”.⁵ Nesse contexto, mudanças legislativas temporárias⁶ foram realizadas, reclassificando quaisquer crimes cometido por membros de *maras* ou *pandillas*, a fim de que possam receber sentenças penais mais duras; elas também tornaram ilegal, para pessoas de qualquer idade, pertencer a *maras* ou *pandillas*. Os critérios para definir seus membros, indicados na lei contra as *maras*, incluíram pessoas que: encontram-se regularmente; identificam-se por sinais com as mãos; possuem tatuagens ou cicatrizes; ou demarcam territórios próprios.

Em 16 de fevereiro de 2004, o governo de El Salvador apresentou uma segunda lei contra gangues na Assembléia Legislativa. Também temporária, ela incluiu as seguintes mudanças legislativas: sentenças penais de três a seis anos para os membros de *maras* ou *pandillas*, com a recomendação de que a pena máxima seja dada aos *jefes* (Art. 5 “Pertencencia a una mara o pandilla”); entre três e seis anos de prisão⁷ (Art. 11 “Danos especiales”) para as pichações relacionadas a *maras* ou *pandillas* em locais públicos; e todas as leis contra as *maras* devem ser aplicadas a todos os membros de *maras* e *pandillas* com mais de 12 anos de idade (Art. 2 “Ambito de Aplicacion”). Embora retirado da lei no final, o Artigo 23 estipulava que o judiciário seria incapaz de substituir ou suspender sentenças penais, de assinar perdões judiciais ou aplicar sentenças condicionais em qualquer um dos casos cobertos pela lei contra as *maras*. Com algumas

² Ver “Construindo a resistência através da prevenção e de intervenções para reabilitação”.

³ Exemplos de países não envolvidos no estudo, mas também afetados por problemas de violência armada entre jovens são incluídos quando relevantes.

⁴ “Mano dura” em espanhol.

⁵ “Judges denounce El Salvador anti-gang law”, 20/10/03, www.coav.org.br

⁶ Mudanças legislativas possuem originalmente um limite de 180 dias.

⁷ Isso contraria o código penal, que estipula de 90 a 180 dias de trabalho comunitário para a infração de pichar lugares públicos.

modificações, a lei foi aprovada em abril e, devido à sua natureza temporária, expirou em junho de 2004.⁸

Em julho de 2004, o governo salvadorenho continuou essa política de linha dura introduzindo um projeto de lei no Legislativo, que elevaria a sentença penal de sete para 15 anos, para menores que cometessem homicídio.⁹ Após a decisão da Suprema Corte de que essa lei era inconstitucional, a ONU pressionou o governo para revogá-la¹⁰ e, em 30 de agosto, o presidente Antonio Saca anunciou um novo plano que incluiu medidas de prevenção e reabilitação¹¹. O novo projeto foi resultado de uma série de discussões, mantidas entre o governo e especialistas em violência, sobre que medidas repressivas estão conformes à lei internacional.¹² A lei foi aprovada. Entretanto, ao tempo de se terminar esse relatório (dezembro de 2004), alguns programas de prevenção inseridos na lei ainda tinham de ser incluídos no orçamento do governo para 2005.¹³

Leis que determinam tratamento legal diferenciado para membros de *pandillas*, *maras* e gangues de rua são predominantes em outros países também, como Honduras, Guatemala e Estados Unidos. Em Honduras, o governo aprovou uma nova lei que inclui condenações penais de 12 anos para os *jefes* das *maras* do país.¹⁴ Países da América Central vêm também concentrando esforços: em janeiro de 2004, por meio da assinatura da “Declaração Conjunta de Gangues”,¹⁵ os governos de El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua concordaram que *pandilleros* de qualquer desses quatro países podem ser presos dentro de suas fronteiras. Nos Estados Unidos, uma ação impetrada num tribunal, determinada pelo juiz da corte superior, Fredrick H. Bysshe, em junho de 2004, declarou que membros da gangue *Colonias Chiques*, de Oxnard, na Califórnia, sejam presos e encarcerados se pegos reunidos, vestindo suas “cores” ou na rua após as 10 da noite, dentro de 6,6 milhas quadradas da zona de execução da lei. Dos cerca de 1000 (mil) membros da gangue, 44 tinham sido detidos devido ao mandado judicial de 15 de agosto do mesmo ano.¹⁶ Em maio de 2004, os senadores [NOME?] Hatch (republicano de Utah) e [NOME?] Feinstein (democrata da Califórnia) introduziram um projeto de lei no Senado¹⁷ dos Estados Unidos, de acordo com o qual as pessoas poderiam ser presas e condenadas à morte por “participação em gangues”. Conforme a lei proposta, três pessoas agindo juntas poderiam ser consideradas como uma “gangue”.¹⁸ À época do término deste relatório (dezembro de 2004), o projeto ainda não havia sido aprovado.

Policamento repressivo e reativo: as tentativas governamentais de combater a violência armada organizada por meio de táticas de policamento repressivas, reativas e cada vez mais militarizadas, nas áreas afetadas por esse problema, são comuns a quase todos os países incluídos neste estudo. Por exemplo, a ação da polícia nas favelas do Rio de Janeiro, onde as quadrilhas de traficantes são

⁸ *New Anti-gang law touches off political dispute in El Salvador*, 26/04/05, www.coav.org.br

⁹ *End of El Salvador anti-gang law does not guarantee young people's rights*, 26/07/04, www.coav.org.br

¹⁰ *United Nations calls for repeal of anti-gang law in El Salvador*, 09/06/2004, www.coav.org.br

¹¹ *El Salvador proposes 'Helping Hand' for gang members*, 13/09/04, www.coav.org.br

¹² *Ibid.*

¹³ *“Maras’ y pobreza, lo urgente en el plan Saca*, *Jornal El Faro.Net*, 27/12/2004.

¹⁴ *Honduras seeks 12-year prison terms for gang leaders*, 16/07/03, www.coav.org.br e *Honduras proposes death penalty for young gang members*, 27/08/04

¹⁵ *Central American presidents join forces to fight gangs*, 26/01/04 by www.coav.org.br

¹⁶ *Judge favours a way out for gang members*, 15/08/04, *Los Angeles Times*

¹⁷ *Lei de Prevenção a Gangues e de Detenção Efetiva.*

¹⁸ *US Senate debates expanding death penalty and creating federal ‘gang’ crimes* published on 03/05/04 by www.coav.org.br

uma presença fortemente armada, concentra-se mais sobre a repressão reativa do que a proteção antecipada, baseada na comunidade. A polícia não é uma presença constante ou regular nas favelas, preferindo táticas militares de “invasão”, “ocupação” e um sistema de bloqueio de ruas em torno dos limites da comunidade, nas épocas de crise.¹⁹ Dentro das favelas, policiais são encorajados a usar táticas violentas e a atirar primeiro.²⁰ Embora não seja uma política oficial, matar traficantes de droga é claramente entendido pela polícia, e declarado de público por funcionários do governo, como uma prática aceitável. Quando instado a comentar sobre a morte de cinco supostos traficantes no Complexo da Maré, uma favela do Rio de Janeiro, o então secretário estadual de segurança pública, Anthony Garotinho, disse: “Quem escolhe ser criminoso escolhe o próprio caminho. Criminosos são criminosos... Eles eram traficantes de drogas importantes. Não há o que discutir com essa gente.”²¹ Comentando sobre rebeliões recentes de prisioneiros, na penitenciária de segurança máxima do Rio de Janeiro, Bangu 1, em 2004, o prefeito do Rio, César Maia, disse: “Se eu fosse governador, eu ordenaria [à polícia] que invadisse Bangu 1 e matasse.”²² Também comentando sobre a rebelião, o então secretário estadual de segurança pública, Josias Quintal, disse: “Se alguém tiver que morrer, eles [os prisioneiros] devem morrer.”²³

No começo de 2004, jovens salvadorenos deportados dos Estados Unidos estavam sendo presos na chegada se pareciam ser *pandilleros*. A lei salvadorenha determina, “quando um salvadorenho chega no país como deportado e, baseado na folha criminal, aparência ou conduta, fica determinado que o deportado pertence a uma gangue, o mesmo será detido/a e entregue a um juiz de paz dentro de 24 horas”.²⁴ Após uma ação severa da polícia para lidar com a violência e a insegurança crescentes na área, jovens colombianos de Charco Azul, bairro do distrito de Agua Blanca, em Cali, denunciaram violações dos direitos humanos, incluindo casos de tortura, assassinato, ataques a jovens locais, abusos físicos e psicológicos e “a criação de um sistema que considera a eliminação e tortura dos jovens como um meio legítimo de combater o crime e resolver os problemas sociais persistentes do distrito e da cidade”.²⁵

O FBI, nos Estados Unidos, declarou que as gangues são uma questão de “terrorismo nacional”²⁶ e, em Salinas, na Califórnia, o prefeito Caballero também rotulou a violência das gangues de “terrorismo”, digno da atenção e do investimento do Departamento de Segurança Nacional, uma agência criada para combater o terrorismo no país, após o 11 de setembro.²⁷ Em julho de 2003, um relatório²⁸ do ministro da defesa hondurenho se referiu às gangues de jovens

¹⁹ Dowdney 2003: 78-81

²⁰ O trabalho de Cano demonstrou que “a incidência de homicídios cometidos pela polícia [nas favelas] é seis vezes maior que nas áreas asfaltadas (que não estão nas favelas) da cidade”, apesar do fato de que a polícia tem, estatisticamente, menos chances de ser atingida ou mortalmente ferida por armas de fogo dentro de uma favela do que em outras áreas da cidade. (Cano, Ignacio, “The Use of Lethal Force by Police in Rio de Janeiro”, ISER, Rio de Janeiro, 1997, pp.64-65.

²¹ “Solução de Garotinho para enfrentar bandidos: matá-los”, 23/01/04, www.estado.com.br/agestado/noticias/2004/jan/23/122.htm

²² “Só resta ao Rio sonhar com a novela de Manoel Carlos”, 26/02/03, www.primeiraleitura.com.br/auto/entenda.php?id=815

²³ Ibid.

²⁴ “Salvadorian youth deported from USA are arrested upon arrival”, 08/01/04, www.coav.org.br

²⁵ “Colombian youth speak out”, 30/09/03, www.coav.org.br

²⁶ “FBI says gangs are ‘national terrorism’”, 15/01/04, www.coav.org.br

²⁷ “Californian city debates ‘state of emergency’”, 28/01/04, www.coav.org.br

²⁸ “The Armed Forces in the Fight Against Organised Crime, Drug Trafficking and Common Delinquency”



como um “problema de segurança nacional”, exigindo “ações conjuntas coordenadas entre as Forças Armadas e as agências de governo para reforçar as estratégias de segurança nacional”.²⁹

Na Jamaica, o exército tem sido usado para policiar comunidades urbanas em algumas ocasiões. Por exemplo, após um crescimento da violência das gangues que deixou 20 pessoas mortas, em Kingston, durante junho de 2003, o exército foi convocado para patrulhar áreas particularmente atingidas, como Mountain View. Isso incluiu o estabelecimento do toque de recolher noturno para a população local.³⁰

Detenção e confinamento: a detenção e o confinamento de menores, às vezes sem julgamento e, com frequência, juntamente com populações carcerárias adultas, são uma tendência comum entre os governos que tentam lidar com o problema de crianças e jovens na violência armada organizada. Por exemplo, após a aprovação da lei contra as *maras*, pela assembléia legislativa de El Salvador, e como resultado direto de sua implementação, 11.263 *pandilleros* foram presos e detidos pela polícia num período de cinco meses.³¹ Desse total, 5.671 foram acusados de crimes que iam de assassinato a atos de terrorismo, e o restante foi acusado diretamente de acordo com a lei contra as *maras*. Até agosto de 2004, 17.900 supostos *pandilleros* foram presos de acordo com o plano Mão Dura, os menores representando 15% desse total. A maioria foi solta devido à falta de provas.³²

Em Honduras, cerca de 1.500 *pandilleros*, a maioria acusada de ser líder, foram presos e detidos pelas autoridades após a introdução de uma legislação que permite condenações penais de até 12 anos para os *jefes*.³³ Na Guatemala, jovens suspeitos de serem *mareros* [membros de gangue] devido a suas roupas, cortes de cabelo ou tatuagens são detidos pela polícia;³⁴ em decorrência da “Operação Vassoura”, 300 *mareros* foram presos na primeira semana de agosto de 2003.³⁵ No município do Rio de Janeiro, entre 1980 e 2001, o número de menores presos por violações relacionadas a drogas subiu em 1.340%,³⁶ uma indicação do aumento de menores envolvidos no tráfico de drogas e do foco do governo sobre a detenção desses traficantes presos; dos 537 casos de menores presos no Rio de Janeiro, entre outubro e setembro de 2002, considerados sérios o bastante para merecer detenção, 236 (43,9%) foram detidos por delitos relacionados ao tráfico de drogas, que não envolveram atos de violência.³⁷ A detenção também parece ser o método escolhido de tratamento para os infratores jovens na África do Sul, onde um surpreendente número de 73.000 jovens está encarcerado atualmente no sistema de justiça juvenil.³⁸

²⁹ “Salvadoran, Honduran and Guatemalan authorities admit that juvenile gangs are international organizations”, 22/07/2003, www.coav.org.br

³⁰ “After rise in gang violence, Jamaican army patrol inner-city streets”, 01/08/03, www.coav.org.br

³¹ Estatísticas da Polícia Civil, compiladas para o período entre 9 de outubro de 2003 e 17 de março de 2004, Carranza, Marlon, “Detention or death: where the ‘pandillero’ kids of El Salvador are heading” (2005), Universidad Centroamericana José Simeón Cañas / Instituto Universitario de Opinión Pública (IUOP), at www.coav.org.br

³² “El Salvador proposes ‘Helping Hand’ for gang members”, publicado em 13/09/04 by www.coav.org.br

³³ “Honduras proposes death penalty for young gang members”, 27/08/04, www.coav.org.br, com relação à reforma do Artigo 332 do Código Penal Hondurenho.

³⁴ “Guatemala proposes special youth law”, 13/08/04, www.coav.org.br

³⁵ “Guatemala to adopt repressive measure to combat crime wave”, 19/08/03, www.coav.org.br

³⁶ Dowdney 2003:120.

³⁷ Human Rights Watch, “Verdadeiras masmorras”: detenção juvenil no Estado do Rio de Janeiro, Volume 16, No. 7(B), pp. 18-19, 2004.

³⁸ “Breaking the juvenile court system mould”, 11/08/04, www.coav.org.br

Além das detenções e do encarceramento muitas vezes arbitrários, em alguns países, menores envolvidos com grupos armados organizados são julgados em tribunais para adultos, em vez de nos tribunais juvenis legalmente estipulados, e subsequentemente encarcerados entre a população adulta. Por exemplo, em setembro de 2003, um garoto de 15 anos tentou cometer suicídio, enquanto estava detido na Prisão Central Para Homens do Condado de Los Angeles, após ter sido condenado num caso de roubo e estupro que iria enviá-lo para a prisão por 45 anos.³⁹ Em março de 2004, havia 79 presos no corredor da morte, nos Estados Unidos, que tinham sido condenados por crimes cometidos enquanto eram ainda menores, alguns por delitos relacionados a gangues e a armas de fogo.⁴⁰ Apesar do fato de que 38 estados do país se neguem a executar jovens infratores,⁴¹ os Estados Unidos foram o único membro da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas a votar contra uma resolução relativa aos direitos da criança, que exigia a abolição da pena de morte para menores. Todos os outros 52 países participantes, da Europa, América Latina, África e Ásia votaram a favor da resolução sem abstenções.⁴² Os Estados Unidos têm executado mais criminosos juvenis, desde 1990, do que todo o resto do mundo junto.⁴³

Nas Filipinas, crianças em conflito com a lei são muitas vezes tratadas como adultos dentro do sistema de justiça criminal. Embora haja regras especiais para o tratamento de crianças em conflito com a lei nas Filipinas,⁴⁴ na prática, algumas crianças ficam presas juntamente com adultos suspeitos de crimes e sujeitas a estupro, tortura, tatuagens e outros abusos.⁴⁵ A Anistia Internacional denunciou a sentença de morte de pelo menos sete crianças infratoras nas Filipinas.⁴⁶

Além das falhas judiciais no cumprimento das normas legislativas para a proteção especial de crianças, em alguns países afetados pela violência armada organizada, representantes de governo e corporações judiciais estão atualmente exigindo o fim do sistema judicial juvenil para certas crianças. A legislação proposta, que visa diminuir a idade de responsabilidade penal para membros de grupos reconhecidamente armados, não está limitada a El Salvador. Em Honduras, o presidente do congresso, Porfirio Lobo Sosa, disse à imprensa, em agosto de 2004, que pretendia introduzir uma medida para aprovar a pena de morte para os jovens *pandilleros*: “Estamos considerando a

³⁹ “American Tragedy: US teenagers held in adult prisons”, 03/10/2003, www.coav.org.br

⁴⁰ “Child executions on the way out?”, 01/10/04, www.coav.org.br

⁴¹ “US Senate debates expanding death penalty and creating federal ‘gang’ crimes” publicado em 03/05/04 por www.coav.org.br

⁴² “US opposes abolishing death penalty for minors”, 24/04/04, www.coav.org.br

⁴³ “Child offenders face death in the Philippines”, 15/10/03, www.coav.org.br

⁴⁴ Como determinado no “Decreto Presidencial 603” e no “Código Para o Bem-Estar de Crianças e Jovens” e, mais recentemente, no Ato Republicano 8369 ou “Ato dos Tribunais de Família”. Em 2002, a Suprema Corte das Filipinas aprovou normas forenses sensíveis às crianças, a saber, as “Normas Para Exame de Crianças Testemunhas” e a “Normas Para Jovens em Conflito com a Lei”, ver Camacho., Agnes Z.V. & Puzon, Marco P. & Ortega, Yasmin P., “Children and Youth in Organised Armed Violence in the Philippines: Contextualisation, Personal Histories and Policy Options” (2005), Psychosocial Trauma and Human Rights Program Centre for Integrative and Development Studies University of the Philippines, at www.coav.org.br

⁴⁵ Amnesty International, Philippines: A different childhood: the apprehension and detention of child suspects and offenders. Ver também “Coalition Call for President Gloria Macapagal Arroyo to Stop the Unlawful Discrimination by the Police Against the Children of the Poorest of the Poor” da Coalizão para Impedir a Detenção de Crianças Através da Justiça Restaurativa, circulado por email em 21 de dezembro de 2003, ver Camacho., Agnes Z.V. & Puzon, Marco P. & Ortega, Yasmin P., “Children and Youth in Organised Armed Violence in the Philippines: Contextualisation, Personal Histories and Policy Options” (2005), Psychosocial Trauma and Human Rights Program Centre for Integrative and Development Studies University of the Philippines, at www.coav.org.br

⁴⁶ Amnesty International, Philippines: Something hanging over me. Child offenders under sentence of death, 2003.

pena de morte para membros de gangue menores que estupram, roubam, extorquem e matam... A lei atual os protege.”⁴⁷

No Brasil e na Colômbia, também tem havido movimentos para diminuir a idade de responsabilidade penal, devido ao envolvimento cada vez maior de menores na violência armada. Em março de 2003, havia 14 propostas circulando na câmara dos deputados, no governo brasileiro, para reduzir a idade penal de 18 para 16 anos.⁴⁸ Um levantamento realizado por uma organização de advogados brasileiros descobriu que 75% deles apóiam essa redução na idade para julgamento e condenação.⁴⁹ No seu discurso de abertura no Fórum Sobre Jovens e Conflitos Armados, realizado em Bogotá, em 23 de julho, o presidente Alvaro Uribe, da Colômbia, disse que seu governo buscava incluir a diminuição da idade mínima legal para encarceramento de 18 para 15 anos, nas reformas judiciais planejadas.⁵⁰ Em grande parte, devido a queixas de organizações da sociedade civil, ao tempo da elaboração deste relatório (janeiro de 2005), essas reformas ainda tinham que ser aprovadas pelo congresso.

Na Nigéria, durante 2004, houve apelos para modificação da Lei dos Direitos da Criança, de acordo com a Lei Sharia (o código legal islâmico), de forma que um jovem pudesse ser julgado como adulto por atos criminais aos 18 ou quando alcançasse a puberdade, o que viesse primeiro. A idade cairia para 15 anos para atos criminosos envolvendo sexo e adultério e, se considerado culpado, as sentenças incluiriam açoite ou morte.⁵¹ A Lei dos Direitos da Criança foi, em parte, resultado de um estudo, realizado em maio de 2003, que desvendou algumas práticas perturbadoras no tribunal juvenil e no sistema de detenção; a Comissão Nacional de Direitos Humanos, o Projeto de Direitos Constitucionais, a UNICEF e a Reforma Penal Internacional descobriram que quase um quinto das crianças encarceradas tinham entre oito e 12 anos de idade, e que um grande número de menores foi julgado sem representação legal e detido com adultos, muitas vezes por pequenos crimes. Apesar da aprovação da lei, de acordo com o defensor do desenvolvimento social Charity Manzuche, “as crianças ainda estão detidas nas prisões e delegacias de polícia, freqüentemente com adultos, por causa de pequenos problemas de conduta”.⁵²

Morte e execuções sumárias: menores estão sendo mortos por forças do Estado em decorrência de policiamento repressivo, ações militares e execuções sumárias deliberadas.

Por exemplo, em Honduras, um total de 59 crianças e jovens, com menos de 23 anos, foram assassinados em centros de detenção hondurenhas, de maio de 2002 a março de 2004. ONGs locais alegam que 41 dessas vítimas foram executadas extrajudicialmente por agentes do Estado, e 10 por outros membros de gangue também detidos.⁵³ Na fazenda prisão hondurenha de El Porvenir, 68 presos adultos (35 deles de 18 a 23 anos) foram mortos por guardas penitenciários e por reforços do exército, durante um motim que uma investigação do governo descobriu mais tarde ter sido um massacre.⁵⁴ A explicação original do estado havia sido a de que membros da gangue *Barrio 18* tinham começado uma rebelião que causou um incêndio, levando à morte das vítimas.⁵⁵ Um dia

⁴⁷ “Honduras proposes death penalty for young gang members”, publicado em 27/08/2004 por www.coav.org.br

⁴⁸ “Punishing poor children”, 25/03/04, www.coav.org.br

⁴⁹ “Brazil debates tougher sentences for youth accused of crimes”, 27/11/03, www.coav.org.br

⁵⁰ “Colombian President wants to lower minimum penal age to 15”, 06/08/03, www.coav.org.br

⁵¹ “Religion and Child Rights”, 04/08/04’, www.coav.org.br

⁵² Ibid.

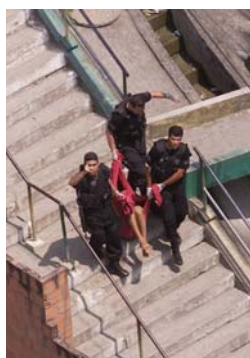
⁵³ “59 youth murdered in Honduran jails during Maduro administration”, 07/04/04, www.coav.org.br

⁵⁴ “Prison fire illuminates aggressive anti-gang program in Honduras”, Hugh Dellios, Chicago Tribune, 23/07/04

⁵⁵ “59 youth murdered in Honduran jails during Maduro administration”, 07/04/04, www.coav.org.br

antes de deixar o cargo, o ex-advogado geral Roy Medina, acusou formalmente 51 pessoas — a maioria policiais e militares — de serem suspeitas de autoria das mortes.⁵⁶ Menos de um ano depois, um incêndio no Pavilhão 19, do Centro Penal de San Pedro Sula, onde membros da *Mara Salvatrucha 13* estavam detidos após a dura legislação contra gangues, matou 104 presos. Guardas penitenciários haviam supostamente se recusado a abrir o portão depois que foi vista fumaça saindo das celas, e alguns sobreviventes declararam que foram disparados tiros para impedir os prisioneiros de escapar.⁵⁷

Após sua visita ao Brasil, em 2004, Asma Jahangir, enviada especial da ONU para tratar de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, relatou que vítimas de violência policial e de execuções sumárias tendem a ser homens jovens, afro-brasileiros, de 15 a 19 anos, que estão muitas vezes envolvidos em gangues criminosas. Seu relatório documenta casos nos quais a polícia matou jovens em favelas com impunidade e, com frequência, sem nenhuma provocação por parte das vítimas. Um aumento no número de mortes, em decorrência de ações policiais, também foi notado: 521 civis foram mortos em confrontos com a polícia, no Grande Rio, durante os primeiros cinco meses de 2003, em comparação com 900 ao longo de 2002.⁵⁸



Fotografia 4.1: Operação policial no Morro da Providência, Rio de Janeiro.
Carlos Moraes ; Agência de Notícias O Dia / 27.09.04

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ “Prison fire illuminates aggressive anti-gang program in Honduras”, Hugh Dellios, Chicago Tribune, 23/07/04.

⁵⁸ “‘Victims of police violence in Brazil tend to be Afro-Brazilian males between 15 and 19 years of age’, diz Asma Jahangir”, 21/04/04, www.coav.org.br

Na primeira foto, policiais do CORE (Coordenaria de Recursos Especiais) são fotografados de um helicóptero enquanto prendiam um adolescente (C.M.S., 16 anos) e um jovem (Luciano Gustavo Sales, 24 anos). Ambos estavam desarmados mas eram suspeitos de terem atirado contra os policiais. A segunda foto mostra os policiais carregando o corpo de um dos suspeitos pelas ruas da favela. Os dois foram mortos e seus corpos levados em seguida para o Hospital Souza Aguiar. Segundo a primeira perícia do Instituto Médico Legal, as duas vítimas foram atingidas de cima para baixo de uma distância de aproximadamente um metro. Os exames de balística indicaram que ambos foram executados. Até o lançamento deste livro, os policiais envolvidos nessa operação estavam afastados e o caso sendo investigado pela Justiça do Rio. (Relatório Rio: Violência Policial e Insegurança Pública, Justiça Global, Rio de Janeiro, 2004 / Ataque a helicóptero: reação, fuga e execução, O Dia, 28.09.04).

Em grande parte, devido a confrontos armados com membros de gangue e outros jovens armados, a polícia de Chicago também tem sido acusada de matar mais pessoas nas ruas do que as execuções decretadas pelos tribunais. De 1990 a 1998, a polícia atirou em 505 pessoas durante ações policiais, das quais 123 morreram.⁵⁹ Em Los Angeles, de acordo com o testemunho do ex-agente policial Raphael Perez, 90% dos agentes designados para as unidades de combate a criminosos de rua (Medidas Comunitárias Contra Criminosos de Rua), estabelecidas em 1997 para lidar com crimes relacionados a gangues, falsificam rotineiramente provas.⁶⁰

A Organização Mundial Contra a Tortura relatou que, em Ciudad Bolívar, em Bogotá, 850 crianças e adolescentes foram assassinados nos últimos cinco anos e 620 raptados, de agosto de 2003 a agosto de 2004. Grupos criminosos e armados ligados ao conflito, assim como forças da polícia nacional são citados como estando entre os responsáveis.⁶¹

Em 1986, um relatório sobre direitos humanos da Americas Watch, na Jamaica (1986), concluiu que existe lá: “uma prática de execuções sumárias pela polícia; uma prática de detenções ilegais pela polícia, acompanhada às vezes de ataques a detentos; e uma prática de confinar detentos em celas de delegacias policiais, sob condições esqualidas e degradantes”. Em 2001, a Anistia Internacional relatou que essas práticas continuam.⁶² A Anistia observa que, durante a década de 1990, a polícia atirou e matou uma média 140 pessoas por ano,⁶³ por causa da maneira pela qual forças letais são freqüentemente empregadas e da ausência de investigações imediatas, completas e efetivas; isso é consistente, em muitos casos, com um padrão de execuções extrajudiciais.⁶⁴ Em fevereiro de 2003, o enviado especial da ONU para tratar de execuções extrajudiciais, sumárias e arbitrarias visitou a Jamaica e concluiu que o sistema de investigação de execuções extrajudiciais potenciais, por agentes de polícia, parecia ser “completamente inadequado, desfigurado por certos obstáculos institucionais e pela falta de recursos”, e que execuções extrajudiciais pareciam ter

⁵⁹ “The Los Angeles police scandal and its social roots”, D. Knowland & G. Nebbia, 14/03/00, fonte: www.wsws.org/articles/2000/mar2000/lapd-m14_prn.shtml

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ OMCT, Colombia: Caso COL 271004.CC_DERECHOS DEL NINO (*ejecuciones extrajudiciales en Ciudad Bolívar*).

⁶² Anistia Internacional, “Killing and Violence by Police: How many more victims?”, 10/04/2001.

⁶³ A população da Jamaica é de cerca de 2,6 milhões, o que torna isso num número notavelmente alto de vítimas policiais.

⁶⁴ Ibid.

ocorrido.⁶⁵ Elas incluíam as mortes de Renee Lyons, de 10 anos, em 25 de julho de 2003, baleado pela polícia em Majesty Gardens, Kingston, e de Jason Smith, de 15 anos, morto em julho de 2002; em dezembro de 2003, um júri do tribunal de mortes suspeitas estabeleceu que, os agentes policiais responsáveis pelo tiro fatal em Jason Smith, fossem responsabilizados criminalmente e acusados de homicídio.⁶⁶

Programas de prevenção e reabilitação são limitados, subfinanciados ou não existem: os poucos exemplos governamentais de intervenção ou reabilitação bem sucedidos, encontrados durante este estudo, serão apresentados no capítulo a seguir. Como os exemplos abaixo demonstram, a maioria dos programas do estado para prevenção e reabilitação, identificados pelos pesquisadores, tendem a ser limitados em âmbito, financiamento e apoio.

Em El Salvador, durante 1999, o Conselho Nacional de Segurança Pública (CNSP) começou a implementar políticas para prevenção da violência e delinquência. Com um foco territorial em áreas que sofrem de fatores de risco relacionados à violência, o princípio básico do programa é que a delinquência é gerada por certos fatores e, portanto, sua prevenção também deve ser multifacetada. Programas de estudo após a escola para as crianças locais, investimento em infra-estrutura, construção do relacionamento entre comunidade e polícia, programas culturais e esportivos para crianças e jovens, programas de treinamento profissionalizante, atividades noturnas para jovens e serviço médico são alguns dos programas instituídos pelo CNSP, nas comunidades escolhidas como parte do programa. Apesar de algumas indicações de que a prevenção da violência vem sendo bem sucedida nas comunidades onde o programa do CNSP foi estabelecido,⁶⁷ durante entrevista, Cesar Rivera, diretor técnico e de pesquisa do projeto de prevenção social para violência e delinquência, no CNSP, declarou que não há um entendimento unificado sobre a prevenção da violência no governo. Rivera disse que o tema da prevenção da violência não tem recebido apoio suficiente no país, e que os recursos e as políticas estavam concentrados em programas repressivos como o Mão Dura.

Como resultado direto da violência entre grupos armados na Nigéria, o governo federal introduziu uma política de destruir armas excedentes e confiscadas. Em julho de 2001, a primeira destruição de armas apreendidas, coordenada pelo governo aconteceu,⁶⁸ seguida por uma segunda, em julho de 2003. No delta do Níger, o governador James Ibori introduziu um programa de compra, direcionado a jovens, oferecendo recompensa em dinheiro, treinamento vocacional e oportunidades de emprego pelas armas entregues. De acordo com entrevistados que participaram do programa, entretanto, ele teve sucesso limitado devido à incapacidade do governo para realizar as promessas feitas aos que entregaram armas. Isso levou a uma falta de confiança entre os jovens

⁶⁵ Anistia Internacional, Relatório sobre a Jamaica (2004), <http://web.amnesty.org/report2004/jam-summary-eng>

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ Ver “Deporte para todos, Del sueño a la realidad”, <http://www.elsalvador.com/deportes/2002/7/19/depor14.shtml>, e “Casa Comunal en la Tutunichapa II: Una alternativa para combatir la violencia” <http://www.elsalvador.com/noticias/2003/05/16/nacional/nacio7.html>, e “¡A estrenar se ha dicho!”, <http://www.elsalvador.com/deportes/2002/7/22/depor15.shtml>, e “Experiencia inolvidable en vida de menores. Previenen violencia con urbanidad”, <http://www.elsalvador.com/noticias/2003/11/02/nacional/nacio3.html>.

⁶⁸ Incluindo 428 rifles, 494 pistolas importadas, 287 pistolas de fabricação caseira e 48 Dane-guns (revólver de pederneira). Ver “Implementing the programme of action 2003: Action by states and civil society”, Biting the bullet project, IANSA 2003, ver Ibrahim, Mohammed, “An Empirical Survey of Children and Youth in Organised Armed Violence in Nigeria: Egbesu Boys, OPC and Bakassi Boys as a Case Study” (2005), Centro de Democracia e Desenvolvimento (CDD), disponível em: www.coav.org.br

que poderiam ter, potencialmente, participado do programa e apenas 40 participantes se inscreveram até agora.⁶⁹

No Equador, quando perguntado sobre os programas de prevenção e reabilitação para pandilleros, crianças ou jovens, o diretor de reabilitação da Coordenação Nacional de Proteção a Menores, do Ministério do Bem-Estar Social,⁷⁰ Raul Casares, contou aos pesquisadores que “[o ministério] não tem nenhum programa em nível de prevenção ou re-inserção etc. que eu saiba”. No Brasil, a implementação de projetos culturais, esportivos ou educacionais, no sistema de justiça juvenil, tem sido em geral limitada a parecerias entre governos de estado e ONGs. Isso vem tendo um efeito extremamente limitado; apesar da qualidade de muitos desses projetos, eles não são implementados uniformemente, e apenas um número limitado de detentos tem acesso a eles.⁷¹

O envolvimento de crianças e jovens na violência armada organizada não é reconhecido como problema específico por governos e, conseqüentemente, há poucas políticas específicas para tratá-lo: com a exceção óbvia de El Salvador e de outros países — em especial nas Américas do Sul e Central, que têm planejado políticas expressamente repressivas para resolver o problema do envolvimento de crianças e jovens nos grupos armados — os governos de alguns dos países envolvidos neste estudo não reconhecem a existência do problema ou não o consideram sério o bastante para lhe garantir uma política específica.

Por exemplo, no Equador, a diretora de segurança da cidadania no município de Quito,⁷² Lorena Vinueza, afirmou que “considerando-se tudo, o uso de armas de fogo por jovens não é um problema importante em Quito” e que, na sua opinião, “não é um problema que tenha muita influência sobre a segurança da cidade”. O diretor de reabilitação da Coordenação Nacional de Proteção ao Menor, do Ministério do Bem-Estar Social, Raul Casares, entretanto, contou aos pesquisadores que 60% dos adolescentes, em nível nacional, detidos no sistema de justiça juvenil, cometeram algum delito que incluiu arma de fogo. Essa declaração de Casares complementa o fato de que, de um grupo selecionado ao acaso, com 12 entrevistados de *naciones*, em Guayaquil, oito haviam visto colegas matarem outro ser humano com arma de fogo e cinco já tinham matado outra pessoa com uma arma.

Na Colômbia, *jefes* paramilitares entrevistados para este estudo estimaram que, até 60% do pessoal armado em seus grupos, são jovens ou crianças com menos de 18 anos de idade. Baseando-se nas estimativas de 10.000 membros armados nos grupos da cidade,⁷³ 6.000 deles seriam menores ou jovens. Apesar disso, as necessidades dos menores não estão sendo consideradas no processo de desmobilização na cidade, o Projeto de Reincorporação à Vida Civil. Durante as negociações originais entre o BCN (Bloque Cacique Nutibara) e o governo, a questão dos menores armados não foi mencionada por nenhum dos lados, mesmo quando entre os 850 membros armados do BCN desmobilizados, em 25 de novembro de 2004, havia 43 menores. Além disso, apesar das ligações claras entre paramilitares e *bandas delincuenciales*,⁷⁴ nem adultos nem menores destas últimas

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Jefe de Rehabilitación de la Dirección Nacional de Protección de Menores del Ministerio de Bienestar Social.

⁷¹ “Sistema de justiça juvenil brasileiro é reflexo da exclusão social”, 06/09/04, www.coav.org.br

⁷² Directora Metropolitana de la Dirección de Seguridad Ciudadana del Municipio de Quito.

⁷³ Ver Ramirez., Ivan, “Medellin: The Invisible Children of the Social and Armed Conflict” (2005), Coalición Contra la Vinculación de Niños, Niñas y Jóvenes al Conflicto Armado en Colombia, at www.coav.org.br

⁷⁴ Dos 10 entrevistados para este estudo entre os grupos armados de Medellín, seis estavam trabalhando diretamente para grupos paramilitares urbanos, e quatro para *bandas delincuenciales* controladas ou dominadas pelos paramilitares, à época da entrevista. Todos os seis menores entrevistados que trabalhavam para os paramilitares à época da entrevista, eram originalmente de *bandas delincuenciales* que haviam sido dominadas por grupos paramilitares.

podem ser contemplados pelo programa de desmobilização, porque elas são consideradas “criminosas” em vez de “políticas”. Conseqüentemente, os membros das *bandas* não estão sujeitos ao processo de paz, mas ao código penal. Assim, as “crianças soldado” dos grupos paramilitares de Medellín são enviadas para centros dirigidos pelo ICBF,⁷⁵ para re-inserção na sociedade e/ou mandadas de volta para suas famílias quando possível. Crianças presas por participarem de *bandas delinquentes*, entretanto, mesmo que estejam efetivamente sob controle de um grupo paramilitar, são tratadas punitivamente como delinquentes pelo sistema de justiça juvenil.

De forma semelhante à situação em Medellín, nas Filipinas, o governo possui diretrizes muito claras para a desmobilização, reabilitação e re-inserção das crianças-soldado de grupos armados de oposição considerados políticos, como a MILF e o Novo Exército do Povo (NPA em inglês).⁷⁶ Apesar do fato de que as entrevistas realizadas para este estudo demonstraram claramente que algumas CVOs estão envolvidas em operações militares, com grupos de oposição como a MILF,⁷⁷ não fica evidente se as crianças nas CVOs estão cobertas pela legislação existente mencionada acima, planejada para proteger crianças-soldado, ou se elas, como as crianças das *bandas delinquentes* de Medellín, seriam tratadas como jovens criminosos em conflito com a lei.

Avaliando as tendências atuais das políticas públicas

Em alguns casos, a repressão policial aos grupos armados e seus membros parece ter sido um método efetivo de tratamento. Por exemplo, como parte da política de “tolerância zero” do prefeito Giuliani, em Nova York, durante a década de 1990, as táticas da polícia para prender líderes de gangue foram aparentemente bem sucedidas, ao destruírem a infra-estrutura das gangues de rua recém-formadas para vender *crack*. Elas coincidiram com uma queda drástica nos índices de homicídios causados por arma de fogo na cidade. Embora as vendas de droga continuassem altas nos bairros pobres, a violência caía e os “bandos” que as organizavam nos anos 90 cessaram de operar.⁷⁸

Hagedorn sugere que a repressão policial foi bem sucedida no combate à violência das gangues e ao tráfico de drogas, em Nova York, devido à natureza fragmentada, corporativa e transitória (isto é, não institucionalizada) das gangues em East Harlem e outros lugares. Em Chicago, táticas semelhantes de “tolerância zero” não foram capazes de dismantelar gangues que se institucionalizaram há mais de cinquenta anos. Outras questões estruturais e políticas parecem também ser importantes; enquanto Chicago vem removendo moradores de conjuntos habitacionais, Nova York tem investido mais de US\$ 6 bilhões, ao longo da última década, em moradias públicas no Bronx e em outros bairros pobres, afetados por altos níveis de violência. Essas políticas estabilizaram as zonas pobres, enquanto a política habitacional de Chicago criou rupturas nelas.⁷⁹

⁷⁵ Instituto Colombiano de Bienestar Familiar.

⁷⁶ Como o Ato Republicano 7610, de 1991, o “Diretrizes para um Programa Abrangente para Crianças Envolvidas em Conflitos Armados” do governo e o “Memorandum de Acordo no Manuseio e Tratamento de Conflitos Armados, assinado por militares, forças policiais e importantes órgãos governamentais.

⁷⁷ Como observado em “Violência armada”, um dos entrevistados de CVOs, nas Filipinas, foi morto antes que o trabalho de campo para este estudo fosse completado, durante um confronto armado entre a MILF e tropas do governo, formadas por CVOs, soldados e CAFUGs.

⁷⁸ Ver Hagedorn., John M, “Institutionalised Gangs and Violence in Chicago” (2005), University of Illinois-Chicago, Instituto das Grandes Cidades, disponível em: www.coav.org.br

⁷⁹ Ibid.

A política de repressão em Nova York, portanto, pode ter sido bem sucedida devido à natureza transitória das gangues armadas com as quais estava lidando e ao fato de que a repressão foi, na verdade, acompanhada de investimentos sociais nas áreas mais afetadas. Sem dúvida, Nova York estava passando por um florescimento econômico durante a década de 1990, que ajudou a criar mais empregos.⁸⁰ Quando investimentos sociais e uma economia saudável não estão presentes, e a repressão é empregada pelo governo como política principal ou única para tratar da questão dos grupos armados, ela é limitada em sua eficiência e até contra-produtiva em algumas situações. As razões para isso estão listadas a seguir:

Táticas repressivas são ineficientes a longo prazo porque não tratam a raiz do problema: como discutido em capítulos anteriores, este estudo identificou alguns *fatores de risco* que causam e/ou contribuem para o surgimento e a continuidade dos grupos armados investigados. Este estudo também identificou certos *fatores de risco* e *influências* que causam e/ou contribuem para que crianças e jovens “escolham” ingressar nesses grupos. A repressão do estado, seja legislativa ou através de ações policiais e execuções sumárias, não serve para eliminar esses *fatores de risco*. Nem ela proporciona outras opções e influências para os jovens, de forma que eles possam reagir a esses *fatores de risco* sem aderirem aos grupos armados locais. Se as ações do estado se fiam apenas na repressão, os tipos de grupo investigados aqui vão continuar a existir, e crianças e adolescentes vão continuar a ter razões para aderirem a eles.

Há dois problemas com os programas de prevenção que têm resultado na relutância dos governos para investir em sua implementação. Primeiro, devido à sua natureza metodológica, eles tendem a ter mais sucesso a longo prazo e, segundo, é difícil avaliar seu êxito em termos claros ou quantitativos. Governos que podem estar no poder apenas por um mandato relutam em implementar programas que, invariavelmente, levam mais tempo que isso para mostrar resultados que podem ser difíceis de quantificar. Embora possam ter um efeito menos profundo sobre os grupos armados organizados a longo prazo, as táticas repressivas possuem um impacto mais imediato e quantificável: é fácil e faz efeito mostrar aos eleitores que há mais policiais na rua, mais prisões e mais condenações de membros de gangues.

Diminuir a idade da responsabilidade penal vai contra a Convenção dos Direitos da Criança e a outros mecanismos internacionais de proteção à criança: a redução na idade da responsabilidade penal tem ainda de ser implementada com sucesso em algum país. Entretanto, a ocorrência cada vez maior de projetos de lei propondo esse objetivo aponta uma tendência, entre alguns governos, de considerar legalmente alguns menores de 18 anos como adultos, apesar do fato de que isso seja contrário ao Artigo 1, da Convenção dos Direitos da Criança (1989); uma convenção que foi ratificada por todos os países em que essa tendência ocorre. Os que clamam por uma redução na idade de responsabilidade penal são em geral cuidadosos em definir um grupo específico para a aplicação dessa legislação, como os *pandilleros* de El Salvador, por exemplo. Como os grupos selecionados para essa legislação são sempre pobres e socialmente marginalizados, os pobres se tornam cada vez mais criminalizados, encarcerados e por fim executados “legitimamente” pelas forças do Estado.

Diminuir a idade de responsabilidade penal não seria uma política efetiva, devido a acomodações inadequadas em muitos sistemas penais e juvenis: em muitos dos países cobertos

⁸⁰ 52.800 empregos foram criados em Nova York de janeiro a outubro de 1997. Ver “New York’s Economy: Miracle Needed”, *The Economist*, 20/12/97.

por este estudo, os sistemas penitenciários estão repletos, são violentos, têm acomodações ruins e contêm muitas vezes populações carcerárias divididas pelas próprias gangues e grupos que o encarceramento foi feito para separar.

Os centros de detenção juvenis são com frequência um pouco melhor. Em abril de 2004, a Organização Mundial Contra a Tortura expressou sua preocupação com relação ao malogro das autoridades responsáveis, judiciais e outras, em reagir prontamente às alegações de maus tratos ou tortura de crianças em instalações da polícia, centros de detenção e outras instituições públicas no mundo todo.⁸¹ O Brasil é particularmente um mau exemplo disso. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) descobriu que 79% dos centros de detenção para jovens, no Brasil, não alcançam os padrões mínimos de infra-estrutura higiênica, médica, legal, educacional e física estabelecidos pelas Nações Unidas.⁸² Durante uma visita aos centros de detenção brasileiros para jovens em São Paulo, Asma Jahangir⁸³ relatou que centenas de adolescentes ficavam trancados o dia todo em celas, sentados em chão de concreto e mantidos num estado de completa inatividade.⁸⁴ As coisas vão tão mal nos centros de detenção para jovens, no Brasil, que a defensoria pública do estado do Rio de Janeiro descobriu 18 adolescentes que haviam mentido sobre a idade, a fim de ficarem nas prisões para adulto, em vez de sujeitarem-se à “reabilitação” nos centros para jovens.⁸⁵ De acordo com o Human Rights Watch, os centros de detenção juvenis no Rio de Janeiro estão repletos, são sujos, violentos e incapazes de garantir, em quase todos os aspectos, proteção aos direitos humanos dos jovens detidos.⁸⁶

Nessas condições, os detidos têm poucas chances de recuperação. Seu encarceramento prolongado e arbitrário pode até servir para piorar a situação a longo prazo, já que depois de maus tratos, tortura e da proximidade com os colegas do grupo, muitos deles retornam à sociedade menos preparados para a reintegração social e mais inclinados a comportamentos criminosos do que quando originalmente presos.

Um projeto⁸⁷ de penas alternativas para criminosos juvenis em São Paulo, onde o governo está trabalhando em parceria com grupos da sociedade civil, está se revelando bem sucedido. Enquanto a média para jovens infratores em locais fechados era de 18%, o projeto teve um índice de 11% em 2004.⁸⁸ Vale notar que os índices de reincidência para criminosos adultos em lugares fechados podem alcançar até 60% em alguns estados.⁸⁹

Depender exclusivamente de táticas repressivas contra grupos armados pode até exacerbar o problema: uma presença policial constante e baseada na comunidade, em áreas dominadas pelo tipo de grupos armados investigados aqui, é fundamental para enfraquecer seu poder de base e diminuir a violência com armas. Entretanto, depender exclusivamente de táticas de policiamento reativo e repressivo resulta, muitas vezes, em que os grupos armados se tornam mais organizados e violentos em resposta. Por exemplo, a política repressiva de Mão Dura, em El Salvador, não parece

⁸¹ “OMCT denounces failures to curb violence against detainees across the world”, 23/04/04, www.coav.org.br

⁸² “Brazilian youth detention centres are branches of hell”, 18/09/03, www.coav.org.br

⁸³ Relatório Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais e Sumárias.

⁸⁴ “Judges want immediate changes to youth detention facility”, 03/11/03, www.coav.org.br.

⁸⁵ “Brazilian youth detention centres are ‘branches of Hell’”, 18/09/2003, www.coav.org.br

⁸⁶ Human Rights Watch, “Verdadeiras masmorras”: *detenção juvenil no Estado do Rio de Janeiro*, Volume 16, No. 7(B), pp. 18-19, 2004.

⁸⁷ Redescobrimo o Adolescente na Comunidade (RAC).

⁸⁸ www.desafios.org.br.

⁸⁹ “A Comoção Não Pode sobrepujar a Razão” Floresta News - 20/12/2003 www.florestanews.com.br.



ter sido tão eficiente em diminuir a violência quanto o governo pretendia. De janeiro a setembro de 2004, um período que começou três meses após o início dessa política, de acordo com estatísticas policiais, houve 2.000 homicídios. Isso gerou um aumento projetado de homicídios para a totalidade de 2004 se comparado a 2003, quando houve um total de 2.338 homicídios registrados.⁹⁰

Táticas repressivas contra crianças e jovens estimulam a morte e a execução sumária de menores: a continuidade, por parte dos governos, de políticas para o tratamento de crianças e jovens na violência armada organizada, que incluem legislação especial, táticas de policiamento repressivas, detenções em massa e arbitrárias e pouca ênfase sobre prevenção e reabilitação envia uma mensagem clara para as forças de segurança do estado que crianças e jovens, em grupos criminosos e armados, não merecem a proteção especial conferida às crianças pelas convenções internacionais e até pela legislação nacional. Essa mensagem, combinada ao malogro do Estado em reagir às alegações de maus tratos, tortura e morte de crianças e jovens pelos atores do Estado, só serve para estimular a prática de execuções sumárias de, principalmente, crianças e jovens pobres por funcionários do Estado, em especial a polícia.

O fracasso do governo em delinear e implementar políticas específicas, para prevenção e reabilitação de crianças e jovens na violência armada organizada, semelhantes àquelas para crianças em conflitos armados é contraprodutivo: como observado acima, em alguns dos países cobertos por este estudo, crianças-soldado estão sendo reinseridas na sociedade através de projetos de desmobilização, enquanto as crianças de grupos armados semelhantes, consideradas “criminosas” em vez de “políticas”, estão sendo tratadas punitivamente pelo sistema de justiça juvenil. Com essa perspectiva, a definição de criança ou jovem, e do grupo a que pertencem, define o tratamento que vão receber ao serem presos. Tratamentos apenas punitivos para crianças e jovens infratores, que careçam da prescrição de tratamento psicossocial para garantir a reabilitação após a liberdade, já demonstraram ter efeito limitado sobre a reincidência. Investimentos em prisões para adultos e em centros de detenção juvenis são fundamentais para se reabilitar infratores. Além dos programas psicossociais corretos para os detentos, esses centros não podem continuar a ser internamente divididos pelas autoridades com base em linhas de gangue, quadrilha ou *mara*.

Recomendações de políticas serão feitas na Parte VI.

⁹⁰ “Number of homicides up in El Salvador”, 15/11/04, www.coav.org.br.

CONSTRUINDO RESISTÊNCIA ATRAVÉS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÕES PARA REABILITAÇÃO

Como observado anteriormente,⁹¹ para se resolver realmente o problema de crianças e jovens na violência armada organizada, é necessário eliminar os *fatores de risco* externos identificados como causando e/ou contribuindo para a existência dos grupos armados e para aquelas situações em que as crianças “escolhem” ingressar neles. Entretanto, a erradicação desses *fatores de risco* é um processo longo, complexo e um sério desafio para os governos e a sociedade civil organizada. A curto prazo e concomitantemente à qualquer estratégia de longo prazo, as intervenções locais devem se concentrar para ajudar crianças e jovens, nas áreas afetadas, a se tornarem mais *resistentes* e menos *vulneráveis* ao ingresso nos grupos armados. Embora a erradicação dos *fatores de risco* identificados leve tempo, oferecer a eles ferramentas para *reagir* a esses *fatores de risco* a curto prazo, de uma forma que não envolva o ingresso em grupos armados pode ser uma estratégia mais imediatamente efetiva.

Pesquisadores de todos os países envolvidos neste estudo avaliaram projetos e programas de prevenção e reabilitação, do governo e da sociedade civil, que foram criados especificamente para tratar do problema de crianças e jovens na violência armada organizada ou, devido à proximidade com o problema, que pudessem ser considerados relevantes para seu tratamento. Algumas intervenções consideradas como boas práticas serão apresentadas aqui⁹² e, então, avaliadas por meio de uma tabela *fator de risco e influência* versus *reação*, a fim de nos ajudar a compreender como eles funcionam. Um desses modelos de boas práticas será depois focalizado, a título de demonstração de como uma única intervenção pode construir resistência entre crianças e jovens, em ambientes de alto risco, afetando *contextos pessoais* em relação a *fatores de risco* e *influências* localmente identificados.

Prevenção baseada na comunidade e intervenções para reabilitação

Com frequência, mais por causalidade que intenção, a prevenção e a reabilitação baseadas na comunidade são, em muitos casos, processos similares. Isso não é dizer que projetos de prevenção e reabilitação devessem usar metodologias idênticas. Entretanto, a “escolha” de aderir a um grupo armado e a “escolha” de abandoná-lo são *reações* semelhantes a *fatores de risco* e guiadas por influências e opções semelhantes. Segue-se uma breve apresentação de projetos e programas de prevenção e reabilitação, baseados na comunidade, identificados por este estudo como boas práticas de intervenção.

A **Operação Cessar-Fogo** é uma intervenção do tipo “trabalho autônomo”, financiada pelo Estado e coordenada pela Escola de Saúde Pública, da University of Illinois-Chicago, que trabalha com a comunidade, a cidade, o Estado e com parceiros federais para reduzir a violência, as trocas de tiro e mortes nas ruas. O projeto opera em bairros que apresentam forte presença de gangues e respondem por uma alta porcentagem dos homicídios na cidade, implementando a seguinte estratégia de oito

⁹¹ Ver “Vulnerabilidade e resistência: por que as crianças escolhem ingressar em grupos armados”.

⁹² Uma apresentação e análise mais detalhadas, de cada projeto apresentado aqui, pode ser encontrada nos capítulos específicos dos países, nesta publicação ou nos relatórios específicos dos países, disponíveis on-line em: www.coav.org.br

pontos: forte coalizão da comunidade; uma mensagem unificada de “Sem tiroteios”; mediação e intervenção em todos os conflitos; reação rápida a todas as trocas de tiro; alternativas e articulações para aquelas pessoas que correm mais risco; refúgios seguros e programas para jovens; penalidades para uso e tráfico de armas; e garantia de instauração de processos. O projeto utiliza uma estratégia de saúde pública e, de junho de 2001 a dezembro de 2002, encaminhou um total de 902 “clientes” para escola (256 pessoas), trabalho (346 pessoas), programas de abuso de substâncias (205 pessoas) e serviços de saúde mental (149 pessoas). Concentrando-se na prevenção e nas raízes da violência de rua, o projeto não depende de forças de retaliação e seus diretores declaram ter havido uma redução nas trocas de tiro em todos os bairros onde o projeto está presente. www.ceasefirechicago.org

O **Luta pela Paz** é um projeto do Viva Rio, estabelecido em 2000, na favela do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, uma comunidade dominada por quadrilhas de traficantes rivais. A missão do projeto é oferecer a crianças e jovens do local alternativas ao crime e ao emprego no comércio de drogas, através de esportes, educação e treinamento em diversas habilidades; da promoção de uma cultura da paz, do acesso ao mercado formal de trabalho e do desenvolvimento de lideranças juvenis. O projeto utiliza boxe, capoeira e luta romana para atrair adolescentes e jovens e oferece um plano de cinco pontos, integrado e personalizado, para cada participante do projeto, baseado nas atividades acima. Além de ações preventivas, o projeto vem também reabilitando adolescentes e jovens que abandonaram seus empregos nas quadrilhas de traficantes, introduzindo-os no mercado formal de trabalho. O projeto enfatiza a liderança juvenil, e a equipe de coordenação inclui agora jovens que foram, originalmente, beneficiados pelo projeto e que são, agora, membros remunerados do quadro de funcionários. Existem atualmente 150 participantes no projeto e, desde seu estabelecimento, mais de 400 jovens já foram diretamente envolvidos. O projeto também abriga uma academia de esportes que conta com 100 membros adultos pagantes da comunidade, assegurando assim uma auto-sustentabilidade financeira parcial e a integração dos moradores da comunidade aos ideais e objetivos do projeto. Durante 2004, o projeto começou a trabalhar com o governo municipal de Resende⁹³ no planejamento, na implementação e coordenação de um programa de penas alternativas para crianças em conflito com a lei. www.lutapelapaz.org.br

O **Grupo Cultural Afro Reggae** (GCAR) foi estabelecido em janeiro de 1993 como uma ramificação do Afro Reggae Notícias — um jornal que buscava valorizar e divulgar a cultura negra, particularmente para os jovens envolvidos com *reggae*, *soul*, *hip-hop* etc. Em 1993, o grupo inaugurou o primeiro Núcleo Cultural Comunitário, na favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Esse foi o começo de uma série de projetos e oficinas sócio-culturais envolvendo dança, percussão, reciclagem de lixo, futebol e capoeira.⁹⁴ O Afro Reggae oferece aos moradores jovens da favela educação e treinamento cultural e artístico, a fim de que eles possam se desenvolver como cidadãos plenos e escapar do caminho que leva ao tráfico de drogas e ao subemprego. Os jovens que participam do projeto se tornam multiplicadores, encorajando e treinando outros jovens favelados. Em 1997, o Afro Reggae inaugurou o Centro Cultural Afro Reggae, em Vigário Geral, que se tornou uma referência na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, o centro desenvolve diversos programas e projetos em quatro comunidades diferentes. www.afroreggae.org.br

⁹³ Cidade de médio porte no estado do Rio de Janeiro.

⁹⁴ Dança e forma de arte marcial brasileira.

A **Homies Unidos** é uma organização, sem fins lucrativos, de prevenção e intervenção na violência de gangues, com projetos em El Salvador e Los Angeles, na Califórnia. Ela foi fundada em 1996, em San Salvador, e começou formalmente a operar nos Estados Unidos em 1997. A Homies Unidos é uma organização baseada na comunidade, comprometida com o desenvolvimento de alternativas criativas para a violência e as drogas entre jovens, através de acesso à educação alternativa, ao desenvolvimento de lideranças, à construção de auto-estima e a programas de educação em saúde. O compromisso da Homies Unidos é o de mobilizar e apoiar jovens em risco. Ela coordena e forma alianças estratégicas com uma variedade de organizações, nacionais e internacionais, para fortalecer esforços humanitários e comunitários, promovendo e divulgando seu trabalho de prevenção e educação, através de relações públicas e de notícias na mídia. www.homiesunidos.org

O **Movimiento No Mataras** foi estabelecido em 1998 por membros jovens de duas *bandas* rivais em Medellín. Inspirado no Quinto Mandamento, “Não matarás”, os fundadores convidaram a Igreja Católica para participar e acompanhar o programa, que convoca os participantes a fazerem uma mudança de vida, baseada nos princípios da não violência e da reconciliação. O programa se concentra em crianças e adultos, envolvidos em grupos armados e delinquência, em Medellín. O “No Mataras” age em 18 bairros através do estabelecimento de “células de vida” locais, formadas por homens, mulheres e adolescentes de 14 a 40 anos de idade. Existem atualmente 300 membros no programa e mais de 1.500 foram envolvidos desde 1998. O projeto utiliza três linhas de ação: trabalho de prevenção nas escolas; cursos didáticos sobre resolução de conflitos e direitos humanos; e proteção e treinamento de jovens em perigo iminente de morte. O projeto vem sendo bem sucedido em ajudar crianças a abandonar os grupos armados e a criminalidade, por meio de um programa que promove participação em vez de violência, desconstruindo os valores consumistas da sociedade, que é vista como fator causal principal para o envolvimento de crianças e jovens no crime e na violência armada.

O **Proyeto Pandillas: uma aposta por la esperanza** é dirigido por uma organização da sociedade civil, o CEFOCINE, nos subúrbios de Guayaquil, no Equador, e se concentra em converter as *pandillas* em grupos juvenis construtivos, capazes de gerar oportunidades e processos de participação social. O grupo está voltado para os membros jovens das *pandillas* ou para aqueles considerados em risco de envolvimento, de 13 a 20 anos de idade; existem atualmente 387 jovens, em três bairros de subúrbio, participando do projeto. Através de reuniões de grupo, o projeto visa criar os níveis necessários de comunicação e desenvolvimento para que os participantes construam projetos positivos de vida. O Proyeto Pandillas vê os jovens como protagonistas de mudanças sociais e pessoais, a fim de que tenham um entendimento melhor de seu potencial, como pessoas capazes e com muito a oferecer à sociedade. www.cefocine.org

Community-Based Diversion Program for Children in Conflict with the Law⁹⁵ é um programa piloto de penas alternativas, coordenado pela associação Free Rehabilitation, Economic, Education and Legal Assistance Volunteer Association (FREELAVA), que trabalha com crianças em conflito com a lei (CICL em inglês), na cidade de Cebu, nas Filipinas. O programa treina e organiza voluntários da comunidade que ajudam a criar intervenções psicossociais, individualmente planejadas para CICLs. Os voluntários são formados por pais de CICLs, funcionários do governo, de escolas e servidores sociais e, até o momento, 100 voluntários já foram treinados. Os CICLs são

⁹⁵ http://www.unicef.org/philippines/archives/november_04/real/

colocados sob custódia de suas famílias e acompanhados por um voluntário, durante o cumprimento de um programa de reabilitação individualmente planejado, que pode incluir aconselhamento. Os CICLs que completam o programa com sucesso se transformam em monitores dos colegas. A FREELAVA acredita que essa abordagem baseada na comunidade é mais efetiva do que cuidados residenciais e, até o momento, 400 CICLs já passaram pelo programa. Através do envolvimento de “encarregados dos deveres” na comunidade, o projeto tem sido bem sucedido em: impedir que as crianças entrem no sistema de justiça formal, se cometeram apenas infrações menores; em impedi-las de reincidirem; e em facilitar a reintegração de CICLs na comunidade. Embora esse programa não trabalhe com membros jovens de CVOs, ele demonstra o tipo de metodologia que poderia ser usado com sucesso, nas Filipinas, para reintegrar trabalhadores infantis das CVOs.

Strategic Thinking Leadership Training for Youth é um Centro de Democracia e Desenvolvimento (CDD em inglês) na cidade de Benin, no delta do Níger, na Nigéria. O projeto foi iniciado em decorrência de reuniões consultivas com interessados locais, como ONGs e ativistas de direitos humanos trabalhando com jovens e violência, e de uma mesa redonda com jovens de seis áreas geopolíticas. O curso de liderança visa contribuir para a construção de uma “geração crítica sucessora”, a fim de trabalhar em direção à paz na região. Os participantes passam por um treinamento em “capacitação pessoal”, habilidades de liderança, organização comunitária, gerenciamento de conflitos, construção da paz, tecnologia de informação e habilitação gerencial. O curso também esclarece os participantes sobre inclusão no processo político, através de interações com legisladores do governo, responsáveis por políticas que afetam o desenvolvimento dos jovens. Cem jovens foram treinados pelo curso desde seu estabelecimento, resultando numa rede crescente de jovens voltados para a paz e o desenvolvimento no delta do Níger. Embora esse projeto não trabalhe diretamente com jovens de milícias étnicas ou de grupos vigilantes da região, ele é um bom exemplo do tipo de projeto que poderia ser usado para reabilitar jovens armados, dando-lhes as habilitações e oportunidades necessárias para se tornarem líderes e protagonistas de mudanças sociais positivas. www.cddnig.org ou www.cdd.org.uk

O **Ecotherapy** é um programa coordenado pelo truste National Peace Accord Trust (NPAT), na África do Sul. O NPAT foi estabelecido em decorrência do National Peace Accord, um acordo assinado, em 2001, por figuras importantes durante a transição política do país, incluindo organizações baseadas na fé, estruturas políticas, forças de segurança, interesses comerciais e de trabalho, com o objetivo de promover a paz. O Ecotherapy foi originalmente planejado para promover a cura psicossocial de jovens ex-combatentes e militarizados, que haviam sido expostos a altos níveis de violência durante a luta pela democracia, muitos dos quais tinham mais tarde se envolvido com crimes e o uso de drogas. Mais do que em reabilitação criminal, o trabalho da Ecotherapy está baseado em metodologias de saúde mental, utilizando o ar livre como cenário para jovens urbanos passarem por uma análise descontextualizada do *self*. O programa mistura vítimas, agressores, jovens problemáticos, jovens bem ajustados e leva grupos de 12 a 20 pessoas, de ambos os sexos, de sete a 20 anos de idade, para a natureza durante períodos que variam de três a 14 dias. As “trilhas” da Ecotherapy nunca são as mesmas, já que o cenário e o conteúdo são adaptados às necessidades dos participantes. Durante a trilha, ocorre a terapia de grupo e o aconselhamento individual. Perguntas são feitas para auxiliar os participantes a compreender a experiência. Avaliações demonstram que o Ecotherapy pode ser extremamente efetivo. Um estudo⁹⁶ acadêmico independente localizou 125 ex-participantes do programa e fez as seguintes descobertas: a

⁹⁶ Ver <http://www.irct.org/usr/irct/home.nsf/unid/JREW-5MSCSL?Open>

participação dos indivíduos no crime diminuiu de 83%, antes da trilha, para 19% à época do estudo; houve um decréscimo no abuso de substâncias de 97% para 30%; o envolvimento em relacionamentos estáveis subiu de 49% para 70%; trabalhos de meio-expediente, expediente inteiro ou por conta própria subiram de 0% para 72% entre esses indivíduos.⁹⁷

O **August Town Sports and Community Development Foundation**, na Jamaica, usa o futebol para dar a jovens, de oito a 20 anos, uma habilitação que evite seu envolvimento com a violência ou que os faça abandoná-la. Garotos e homens participam de dois times de futebol, assim como de aulas de solução para conflitos, direitos humanos e habilitações para a vida. A Fundação vem ajudando a enviar líderes jovens, homens e mulheres, para a universidade e grupos de membros comunitários para treinamento em solução de conflitos nos Estados Unidos. O líder da Fundação, Kenneth Wilson, tem sido fundamental ao pedir uma trégua entre *area gangs* rivais, no que foi uma das mais violentas comunidades da cidade, ao instituir o policiamento comunitário na área. O resultado desses esforços em August Town são animadores. Houve um decréscimo de 50% nos homicídios e de 56% na criminalidade da área, desde que o policiamento comunitário começou.⁹⁸

O **Children First**, na Jamaica, trabalha com mais de 700 crianças de rua e crianças de rua potenciais, na cidade de Spanish Town, com idades de três a 18 anos. O Children First é uma iniciativa de inclusão que busca melhorar a vida não apenas de crianças em risco, mas também de suas famílias. Os pais recebem auxílio para suplementar a renda familiar. As crianças se beneficiam de treinamentos profissionalizantes, formação em habilitações para a vida, incluindo educação sexual, ambiental, assistência educacional, ajudas de custo e outras iniciativas. Face aos problemas recentes envolvendo a violência armada em Spanish Town, o Children First está agora focalizando as ligações entre violência e processos de socialização locais para garotos e jovens.

Programas institucionais de reabilitação

Em alguns casos, quando um menor é considerado culpado de uma infração, sua reabilitação deve ocorrer dentro de uma instituição. Como discutido em “Políticas públicas: tendências atuais para se lidar com crianças e jovens na violência armada organizada”, na maioria dos países envolvidos neste estudo, os centros de detenção da justiça juvenil são inadequados para uma reabilitação bem sucedida e até prejudiciais ao processo. Os dois exemplos de boa prática a seguir demonstram que é possível ter instituições acessíveis, capazes de reabilitar com sucesso infratores juvenis.

O **El Polígono Industrial Don Bosco**⁹⁹ foi estabelecido em El Salvador pela Igreja Católica, em 1998, oferecendo treinamento educacional e alternativas de trabalho para crianças e jovens em conflito com a lei (penas alternativas nos tribunais juvenis), jovens em risco (incluindo a entrada voluntária de *pandilleros*) e crianças de rua. À época deste estudo, o programa estava abrigando 97 menores entre 14 e 18 anos, todos cumprindo um programa diário extremamente ativo entre seis da

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Embora a violência retornasse em 2001, culminando em dez assassinatos políticos em 2002, a trégua vem durando desde então, sem mortes nas recentes eleições locais.

⁹⁹ www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/exp/observa/e_salv/donbosco.htm

manhã e 10 da noite, compreendendo postos de trabalho em empresas, educação acadêmica e esportes. Os postos de trabalho estão em oito pequenas empresas, incluindo uma padaria e uma

oficina de fabricação e restauração de móveis. O objetivo do programa é preparar os jovens para o mercado de trabalho ou para trabalharem por conta própria. Os residentes se misturam regularmente com os membros da comunidade local que fazem cursos no centro. Eles recebem um programa personalizado, designado para suas necessidades e participam de uma revisão interna, a cada três meses, que inclui encontros com familiares. O custo de um residente é estimado em US\$ 240 por mês,¹⁰⁰ e o programa tem demonstrado resultados positivos: de 2002 a 2003, o centro estimava apenas um índice de 15% de reincidência entre ex-residentes. A reabilitação dos residentes é considerada completa apenas quando eles se tornam parceiros empregados por conta própria em pequenas empresas. O programa enfatiza ser treinado e participar com sucesso de alguma atividade econômica como indicadores mais importantes da reabilitação que as noções tradicionais de mudança “psicológica” ou “comportamental”.

O **Balay Pasilungan** é um centro de transição, nas Filipinas, para crianças saídas da prisão ou que deixaram algum dos grupos armados rebeldes, envolvidos no conflito. Estabelecido pelo FREELAVA, em 1997, o centro vem abrigando 1000 crianças, a maioria de 13 a 15 anos, e preparando-os para retornar a suas famílias e comunidades. O Balay Pasilungan é dirigido como uma casa, onde os residentes não são tratados como delinquentes, mas estimulados a participar da direção do centro e a se envolverem na avaliação do desempenho da equipe. Eles têm permissão para participar das atividades comunitárias locais e são encorajados a interagir com jovens e policiais locais. Os residentes do centro participam de: formação de valores, aumento de habilitações, cursos educacionais, computação, esportes, música, trabalhos internos, programas de aprendizado e atividades sócio-culturais. Alguns residentes deles passaram de crianças em conflito com a lei para defensores dos direitos das crianças em conflito com a lei, trabalhando para um sistema de justiça mais humano e sensível às crianças.

Programas para crianças e jovens

A Convenção dos Direitos da Criança estipula que elas devem ter acesso à informação, a locais para expressar seu pensamento e suas opiniões e à consultorias relacionadas a assuntos que as envolvem diretamente, seja em nível de família, escola, igreja ou comunidade. Envolver crianças e jovens em planejamento, implementação e coordenação de programas de prevenção e reabilitação é um passo importante para garantir seu sucesso.

Exemplos notáveis disso incluem o **Luta Pela Paz**, no Rio de Janeiro, que envolve seus jovens participantes na avaliação e coordenação do projeto, e no planejamento e na implementação de um programa de penas alternativas, sendo atualmente implantado em parceria com o governo municipal de Resende, uma cidade no estado do Rio de Janeiro. Vários jovens trabalhando no momento na equipe de coordenação, que haviam anteriormente trabalhado para as quadrilhas de traficante locais, foram originalmente beneficiados pelo projeto. Essa mudança demonstra claramente que, dadas as *influências* e as *opções* corretas, os jovens poder ser reabilitados, passando de trabalhadores armados a cidadãos produtivos que trabalham para promover a paz.

¹⁰⁰O ISNA (Instituto Salvadoreño para el Desarrollo Integral de la Niñez y la Adolescencia) estima um custo médio de US\$ 300 por mês para manter um jovem infrator no sistema de justiça juvenil.



Outros programas que beneficiam crianças, visitados pelos pesquisadores, incluem o **Kids for Peace Movement** e o **Pág-asa Youth Movement** nas Filipinas. O Kids for Peace começou com estudantes, na cidade de Cotabato, e com campanhas pela paz, com a distribuição de artigos essenciais para crianças em centros de evacuação e com o envolvimento de outras crianças no

movimento pela paz. Desde sua fundação, o Kids for Peace obteve o apoio da Igreja e de outras organizações da sociedade civil. A Secretaria Provincial do Bem-Estar e Desenvolvimento Social, em Lanao Del Norte (ao sul da província de Mindanao) facilitou o estabelecimento do Pag-asa Youth Movement, que é constituído na maior parte por jovens fora da escola, considerados mais vulneráveis ao recrutamento pelos grupos armados. O movimento vem se mostrando um mecanismo eficiente de prevenção, assegurando financiamento para treinamento em liderança e sustento, baseado em habilidades para jovens fora da escola.

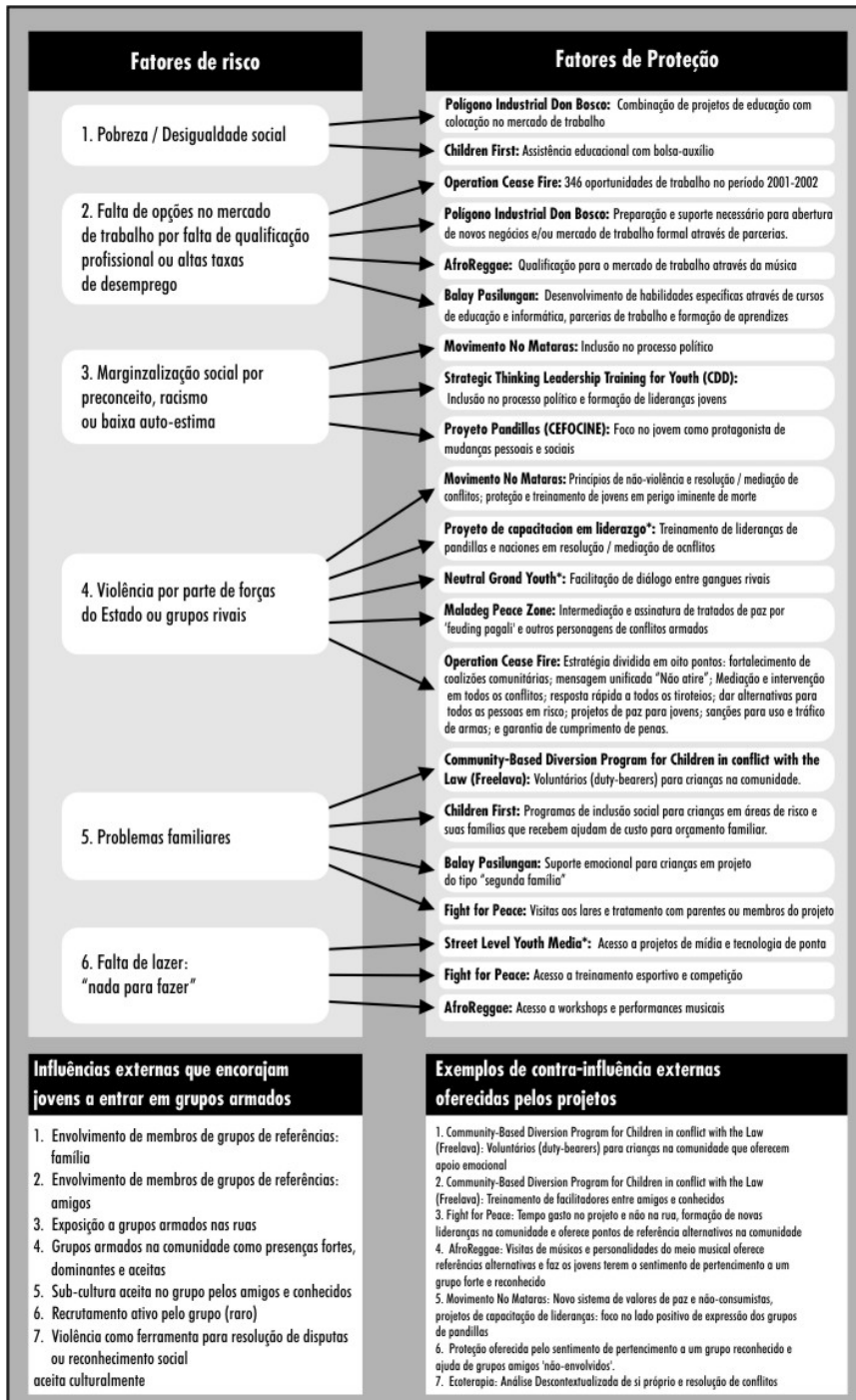
Fatores de risco, influências e reações: avaliando as boas práticas

A Tabela 2.1, “Influências e Riscos Externos” demonstra como o ingresso num grupo armado oferece, a crianças e adolescentes que crescem em ambientes de alto risco, uma forma de *reagir* ativamente a *fatores de risco* predominantes. A Tabela 2.1 também lista o tipo de *influências*, identificado por este estudo, que encoraja os jovens a “escolherem” aderir a um grupo armado numa *reação* a esses *fatores de risco*.

Os projetos e programas acima, de boas práticas para prevenção e reabilitação, são tão diversos na metodologia quanto o são geograficamente. Entretanto, são todos semelhantes em um aspecto: seu sucesso (embora variado) está relacionado à sua habilidade de oferecer a crianças e jovens a capacidade de reagir a fatores de risco externos, através de opções que não envolvem a participação em grupos armados. Além de fornecer opções suficientes, os projetos realmente bem sucedidos também proporcionam *influências* importantes para as crianças, sob forma de mentores, por exemplo, que facilitam ainda mais sua decisão de *reagir* ativamente aos *fatores de risco*, sem ingressar no grupo armado local.

O Diagrama 4.1 dá um exemplo de como os projetos vistos acima capacitam os jovens a *reagir* a cada um dos *fatores de risco* identificados, sem ingressar num grupo armado, e apresenta os tipos de *influência* que esses projetos oferecem para contrabalançar as *influências* pré-existentes, que podem encorajá-los a aderir aos grupos.

Diagrama 4.1 - Reagindo a Fatores de Risco e Influências Externas



* Veja "Estratégias Integradas para Prevenção e Reabilitação de Crianças e Jovens em Violência Armada Organizada".

Afetando contextos pessoais para construir resistência

Mesmo que em graus diferentes, ficou claro que, a partir dos projetos de boas práticas acima, na maioria dos países envolvidos neste estudo, é possível impedir crianças e jovens, em áreas dominadas por grupos armados, de ingressar neles e também reabilitar alguns que já estavam envolvidos. Ao fornecerem *opções* e *influências* suficientes, os projetos de prevenção e reabilitação bem sucedidos estão, com efeito, mudando os *contextos pessoais* de seus participantes, a fim de que eles tenham escolhas e apoio necessários para se tornarem *resistentes* ao ingresso em grupos armados. Como demonstrado por alguns dos projetos e programas de boas práticas acima, a fim de construir com sucesso a *resistência*, entre crianças e jovens, os seguintes fatores são importantes.

Os projetos de prevenção e reabilitação precisam estar baseados na comunidade ou ligados a ela: os jovens ingressam em grupos armados nas comunidades onde crescem. Assim, projetos de prevenção e reabilitação devem também se direcionar à comunidade se quiserem ter efeito.

Projetos de prevenção e reabilitação devem reagir a influências e fatores de risco locais: intervenções bem sucedidas devem oferecer a crianças e jovens a chance de *reagir* a *influências* e *fatores de risco* externos que são predominantes em seu ambiente. Completar um diagnóstico local que inclua falar diretamente com crianças e jovens na violência armada organizada, semelhante ao realizado nos países envolvidos neste relatório, vai ajudar muito esse desígnio e a implementação bem sucedida das intervenções de prevenção e reabilitação.

Projetos de prevenção e reabilitação precisam ser integrados e personalizados: poucos dos projetos e programas acima fornecem a crianças e jovens opções suficientes para *reagir* a todos ou mesmo à maioria dos *fatores de risco* identificados. Em vez disso, os projetos tendem a se concentrar em oferecer aos participantes opções para *reagirem* a apenas um ou dois *fatores de risco*, como pouco acesso à educação ou desemprego. Entretanto, os projetos de prevenção e reabilitação mais bem sucedidos são aqueles que oferecem *reações* alternativas integradas a todos ou à maioria dos *fatores de risco*. Esses projetos tendem a ser mais personalizados, oferecendo programas ligeiramente adaptáveis para os beneficiários, em vez de aderir a uma metodologia inflexível. Isso é importante porque mesmo crianças em situações aparentemente semelhantes vão ter contextos pessoais variados e, portanto, necessidades diferentes.

Projetos de prevenção e reabilitação devem incluir contra-influências suficientemente fortes: poucos dos projetos acima oferecem *contra-influências* a todas ou à maioria das *influências* identificadas, que encorajam jovens a ingressar em grupos armados. Isso é especialmente importante já que muitos dos grupos armados investigados são uma força dominante na comunidade, e até altamente valorizados pela cultura jovem local. Isso tende a aumentar sua atração para recrutas potenciais, apesar dos perigos do ingresso. Modelos fortemente positivos são importantes para oferecer aos jovens diferentes estilos de sucesso.

Programas de prevenção e reabilitação devem envolver membros próximos da família: um número considerável de crianças e jovens, que trabalham para grupos armados, entrevistados para este estudo, mencionaram o envolvimento de familiares nos grupos como fator decisivo em sua escolha de participar. Entretanto, os adolescentes entrevistados, que haviam tomado a decisão de deixar um grupo ou de não aderir a ele, tinham também mencionado o conselho e o apoio de familiares como sendo crucial para tomar a decisão.

Programas de prevenção e reabilitação deveriam integrar crianças e jovens envolvidos e não envolvidos: é fundamental que programas específicos para crianças e jovens na violência armada organizada sejam planejados para esse grupo alvo. Entretanto, os projetos de prevenção e reabilitação deveriam integrar os jovens não envolvidos àqueles que estão na periferia da violência armada organizada ou no processo de deixar um determinado grupo. Como discutido em “Perfil da área de estudo”, as áreas dominadas pelos grupos armados investigados tendem a ser pobres, social e economicamente marginalizadas, sofrem muitas vezes de violência financiada pelo estado ou de altos níveis de violência entre grupos rivais. Assim, crianças e jovens nessas áreas vão se beneficiar do tipo de programa de prevenção indicado acima, não importando se seu *contexto pessoal* tem mais ou menos probabilidade de facilitar seu ingresso em um grupo armado. Além disso, crianças e jovens na periferia da violência armada organizada e aqueles que estão deixando seus grupos armados precisam ser integrados com os não envolvidos, a fim de que possam experimentar realidades diferentes. Separar crianças e jovens envolvidos dos não envolvidos vai limitar o sucesso potencial dos programas de prevenção e reabilitação.

A educação deve ser combinada com o acesso ao mercado de trabalho para permitir a ascensão social: a maioria dos grupos armados investigados possui uma estrutura de comando hierárquica e/ou oferecem uma forma de os jovens ganharem dinheiro. Embora seja inegável que o verdadeiro sucesso financeiro desses grupos é, em geral, mais idealizado que real e que ascender através de postos é sem dúvida um caminho perigoso, a possibilidade desse crescimento pessoal dentro das estruturas dos grupos investigados existe. Em comparação, alguns entrevistados, entre os grupos, comentaram sobre o fato de que não haviam desejado seguir seus pais no que consideravam ser “empregos sem futuro”. É importante, portanto, que os programas de prevenção e reintegração ofereçam educação além de alternativas econômicas de forma que, se um jovem escolher a ascensão social dentro do mercado de trabalho, essa seja uma possibilidade real.

A reabilitação bem sucedida pode nem sempre envolver dissociação com o grupo: alguns dos grupos investigados, em especial as *maras* e *pandillas* da América Latina, e algumas gangues de rua mestiças da África do Sul, permitem a seus membros cessar o envolvimento ativo. Por exemplo, as *pandillas* de El Salvador oferecem aos membros a chance de continuar sua afiliação no grupo, mas de “calmar-se” ou não se envolver mais ativamente. Nessas condições, pode ser mais produtivo para os projetos de reabilitação se concentrarem em formas de “calmar” os membros, em vez de desassociá-los completamente do grupo. Por exemplo, o Project for Leadership Training, coordenado pelo SERPAZ, no Equador, demonstra que, em alguns casos, pode ser possível que os projetos utilizem as estruturas existentes nos grupos, enfatizando seus aspectos positivos, a fim de trabalhar diretamente com os membros e canalizá-los para atividades produtivas.

Projetos de prevenção e reabilitação deveriam envolver crianças e jovens afetados no planejamento, na implementação e coordenação do projeto: projetos de prevenção e reabilitação, baseados na comunidade local, deveriam envolver crianças afetadas nos estágios de planejamento, implementação e coordenação. Facilitar a criação de líderes jovens é uma forma efetiva de criar modelos locais.

Projetos de reabilitação deveriam envolver apoio psicológico para problemas de estresse pós-traumático: como demonstrado pelos “testemunhos” dos entrevistados em “Crianças, jovens e violência armada”, quase todos os envolvidos no estudo presenciaram tortura e mortes, sofreram abusos físicos e mentais, foram feridos por arma de fogo, tomaram parte em confrontos armados e

mataram outros. O programa Echotherapy é o único projeto de boas práticas mostrado aqui que oferece apoio psicológico direto para o tipo de estresse pós-traumático, associado a esse tipo de experiência. Isso pode ter ajudado, diretamente, sua reintegração bem sucedida de crianças-soldado na sociedade e pode servir de modelo para programas que reabilitam crianças e jovens na violência armada organizada.

Fortalecendo projetos existentes: como demonstrado pelos diversos projetos apresentados acima, as intervenções para prevenção e reabilitação existem. Em vez de começarem iniciativas locais novas, sempre que possível, governos e financiadores deveriam reforçar a efetividade dos projetos baseados na comunidade já existentes, fortalecendo sua capacidade de lidar com o problema.

Luta Pela Paz: um modelo de boas práticas

O diagrama a seguir mostra como um projeto baseado na comunidade pode afetar o contexto pessoal dos participantes o suficiente para que eles *reajam* a todos, ou à maioria, dos *fatores de risco* sem precisar trabalhar para a quadrilha de traficantes local. O modelo também mostra como o projeto fornece *influências* fortes o bastante para facilitar esse processo.

Esse diagrama revela a metodologia de trabalho do projeto Luta Pela Paz, no Rio de Janeiro (ver acima). Através dessa metodologia integrada e personalizada, o Luta Pela Paz vem impedindo, com sucesso, que crianças e jovens entrem para as quadrilhas de traficantes locais e reabilitando outros que escolheram abandoná-las. O uso do esporte ou da cultura (como é o caso de outros programas de alcance eficientes) tem mostrado ser um método extremamente bem sucedido de alcançar crianças e já envolvidos com a violência armada organizada. Uma apresentação mais completa da metodologia do projeto pode ser encontrada em www.lutapelapaz.org.br

Diagrama 4.2 - Luta Pela Metodologia de Trabalho da Paz



Conclusão

Os projetos que oferecem aos jovens a chance de *reagir* a todos ou à maioria dos *fatores de risco*, em vez de apenas a um ou dois, vão ter mais sucesso em impedir o envolvimento e em reabilitar jovens na violência armada organizada. Além disso, os projetos que incluem *contra-influências* suficientes àquelas *influências* locais que estimulam os jovens a ingressar em grupos armados vão ter uma chance maior de sucesso. Entretanto, mesmo as intervenções de maior sucesso devem fazer parte de programas estratégicos mais amplos, municipais ou regionais, se desejarem ser verdadeiramente eficientes. Programas estratégicos devem também ser integrados a macro políticas e projetos que visem eliminar macro *fatores de risco*. Embora os tipos de projeto acima possam impedir com sucesso que as crianças ingressem em grupos armados, e até reabilitar aquelas já envolvidas, eles não tratam as raízes do problema ou o porquê de os grupos existirem, ou por que crianças e jovens “escolhem” aderir a eles. Para “tratar o problema” realmente, essas causas profundas têm de ser sanadas. Abordagens estratégicas serão discutidas brevemente no capítulo seguinte.

ABORDAGENS ESTRATÉGICAS INTEGRADAS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NA VIOLÊNCIA ARMADA ORGANIZADA

Este capítulo apresenta, brevemente, algumas abordagens estratégicas integradas para lidar com crianças e jovens na violência armada organizada. Ele conclui com a apresentação de um modelo possível para um programa de prevenção e reabilitação municipal ou regional.¹⁰¹

Abordagens estratégicas deveriam ser municipais ou regionais, já que projetos localizados podem apenas remover a violência para áreas vizinhas: a fim de ter sucesso, projetos integrados, localizados e personalizados, que construam uma resistência à participação em grupos armados entre crianças e jovens, deveriam ser parte de estratégias de prevenção e reabilitação municipais ou regionais.

Embora projetos localizados, baseados na comunidade, sejam necessários para se lidar com as diferentes adaptações da violência armada organizada em nível local, não ter uma estratégia municipal ou regional para tratar do problema onde quer que ocorra pode levar apenas à remoção desse tipo de violência armada, em vez de à sua erradicação. Um exemplo disso pode ser visto em Chicago, onde se atribui à Operação Cessar-Fogo uma queda de 67% nos tiros, de 2000 a 2001, em West Garfield Park,¹⁰² um bairro onde algumas entrevistas para este trabalho aconteceram e que é a casa dos rivais *Black Gangsters Disciples* e *Conservative Vice Lords*. Apesar dessa redução marcante de violência armada em uma zona, entretanto, os níveis de violência na cidade como um todo não foram reduzidos nesse período.¹⁰³

As abordagens estratégicas deveriam ser baseadas em análises locais: da mesma forma que as intervenções para prevenção e reabilitação baseadas na comunidade, as estratégias municipais ou regionais para lidar com crianças e jovens na violência armada organizada deveriam estar fundamentadas em pesquisas que analisassem a manifestação local do problema. Isso pode envolver a realização de programas de pesquisa semelhantes aos realizados para este estudo, em países ou cidades específicas (ver “Metodologia”).

As abordagens estratégicas deveriam ser coordenadas conjuntamente por governo, polícia e organizações da sociedade civil: com exceção da Operação Cessar-Fogo, em Chicago, todos os projetos populares e baseados na comunidade visitados durante a realização deste estudo, que trabalhavam diretamente com crianças e jovens na violência armada organizada, foram coordenados por organizações não governamentais. Até agora os governos, na maioria dos países envolvidos neste estudo, não se mostraram desejosos ou capazes de trabalhar com esse grupo alvo em nível de comunidade. As abordagens estratégicas deveriam se concentrar tanto nas intervenções baseadas na comunidade, que constroem a resistência de crianças e jovens em ambientes de alto risco, como na criação de programas de reabilitação efetivos em instituições fechadas. A formação de um conselho

¹⁰¹ “Regional” é usado aqui mais para se referir a áreas geográficas definidas num país do que a regiões multinacionais.

¹⁰² Ver Hagedorn, John M. “Institutionalised Gangs and Violence in Chicago” (2005), University of Illinois-Chicago, Great Cities Institute, at www.coav.org.br.

¹⁰³ Ibid.

coordenador, consistindo de organizações importantes da sociedade civil, setores do governo e da polícia garantiriam a integração necessária para o planejamento, a implementação e coordenação de qualquer programa de prevenção e reabilitação, municipal ou regional, de sucesso.

As abordagens estratégicas deveriam ser integradas a macro-programas que visassem tratar diretamente dos fatores de risco estruturais e ambientais: além de construir a *resistência* entre crianças e jovens em áreas de alto risco, as estratégias de prevenção e reabilitação, municipais ou regionais, vão ser mais eficientes se integradas a programas governamentais já existentes, que visem eliminar a existência dos *fatores de risco* identificados. A integração com programas mais amplos, que trabalhem para erradicar esses *fatores de risco* seria uma estratégia mais efetiva do que trabalhar apenas para construir *resistência* entre crianças e jovens já afetados. Por exemplo, a Operação Cessar-Fogo, em Chicago, integra com sucesso refúgios seguros e oportunidades para jovens em risco com policiamento em nível comunitário. Assim, o programa está, ao mesmo tempo, construindo *resistência* e promovendo a presença preventiva e protetora constante das forças de segurança do estado em áreas afetadas pela violência armada organizada.

As abordagens estratégicas deveriam envolver o sistema de justiça juvenil: como discutido em “Estruturas de comando”, os grupos armados, em oito dos dez países envolvidos neste estudo, possuem ligações fortes com prisioneiros dentro do sistema carcerário para adultos. Além disso, encarceramento e detenção foram experiências comuns para a maioria das crianças e dos jovens entrevistados e vistas como um risco da ocupação para muitos.

Apesar dos centros de detenção e das prisões serem uma escala comum para a maior parte dos membros dos grupos armados investigados, na maioria dos países incluídos neste estudo, essas instituições não possuem programas de reabilitação adequados. Além disso, tratamento abusivo, detenção de menores em centros para adultos, superpopulação e divisão de presos nos centros de detenção juvenis e para adultos, de acordo com suas afiliações a grupos armados específicos, tornam muitas vezes a justiça juvenil e o sistema penal para adultos contraproduativos em termos de reabilitação. Considerando-se que o tempo de detenção é o único período em que os membros de grupos armados estão em contato prolongado com representantes do Estado, é crucial que projetos de reabilitação sejam instituídos com sucesso dentro desses sistemas.

Além da reabilitação institucional, há evidências crescentes de que programas de penas alternativas são uma maneira, de menor custo, para se lidar com infratores crianças e jovens, envolvidos em violência armada e noutros crimes. Nos EUA, o projeto **Craft United States**¹⁰⁴ é uma parceria pública/privada que opera com centros juvenis privados e de correção, juízes juvenis, funcionários do sistema de justiça juvenil, agências educacionais, organizações baseadas em comunidades e com outras agências de serviços humanitários. É um projeto de treinamento para serviço comunitário que ensina habilidades, relacionadas à indústria, e reforça as habilidades do trabalhador e as atitudes positivas para jovens em risco. Até agora, o projeto já encontrou empregos para 89% dos participantes. A integração entre estado, serviços da sociedade civil e acesso a programas comunitários de acompanhamento tem sido fundamental para garantir que infratores jovens façam uma transição bem sucedida de volta a suas comunidades. Outro exemplo é o **Jobs for a Future**,¹⁰⁵ que é um serviço de emprego abrangente, que proporciona treinamento profissional, colocação no mercado, remoção de tatuagens a *laser* grátis, aconselhamento e outros serviços de apoio para capacitar jovens a ficarem empregados e promover sua educação. O projeto

¹⁰⁴ Para maiores informações, ver <http://www.ncjrs.org/pdffiles1/ojjdp/fs99116.pdf>

¹⁰⁵ <http://www.jff.org/jff/>

também oferece referências para programas baseados em comunidades (incluindo aconselhamento para problemas com álcool e drogas e aulas de paternidade/maternidade) e roupas novas, apropriadas para o local de trabalho para os que foram soltos dos centros de prisão condicional.

Abordagens estratégicas deveriam incluir a solução de conflitos sempre que possível: trabalhar diretamente com membros de grupos armados, sejam eles jovens ou adultos, é uma estratégia difícil porém possível. Negociar tréguas entre grupos armados, criar solos neutros para seus membros ou mesmo juntar líderes de grupos rivais é, muitas vezes, necessário para que programas de prevenção ou reabilitação dêem certo. Os exemplos a seguir mostram como a solução de conflitos com o grupo-alvo é possível.

O **Projeto de Capacitação em Liderança** é coordenado pelo SERPAZ, uma organização não governamental de Guayaquil, no Equador, e trabalha diretamente com líderes de 17 *pandillas* e *naciones* de seis áreas urbanas da cidade. Através de treinamento, o projeto visa construir uma cultura de solução pacífica de conflitos entre os líderes. A metodologia do projeto inclui transparência e honestidade em quaisquer ações e relacionamentos, reconhecimento e respeito de estilos de vida, conhecimento dos participantes e um enfoque sobre os aspectos positivos do envolvimento de grupo, como cursos de grafite e a pintura de “murais da paz” públicos, concursos de música; tempo no rádio para transmissão de histórias positivas envolvendo *pandillas*; e a criação de pequenas empresas para participantes como fonte alternativa de renda. O projeto vem resultando em diálogo e em acordos pacíficos entre *pandillas* e *naciones* rivais, no reconhecimento de autoridades escolares locais quanto à seriedade do problema, em espaço na mídia para histórias positivas sobre *pandillas* e *naciones*, no estabelecimento de confiança entre grupos rivais, em apoio financeiro de empresas privadas para o projeto, na criação de canais de comunicação entre líderes de *pandillas* e *naciones*, entre instituições públicas e grupos da sociedade civil.

O **Neutral Ground Youth** foi o primeiro projeto piloto do programa **Street-Level Youth Media**, de Chicago, que criou uma série de vídeo-cartas para gangues de rua rivais que nunca haviam conversado frente a frente. Isso resultou num diálogo sobre identidade entre gangues e levou à negociação de uma trégua temporária entre facções opostas. O projeto também ensinou a comunidade a ver os membros de gangue como verdadeiros seres humanos, presos numa posição de ameaça à vida. O projeto se transformou, então, num centro de acolhida e numa revista eletrônica para os jovens da zona oeste de Chicago. O Street-Level Youth Media fez uma parceria com o governo municipal, em 2001, e criou programas de emprego que já pagaram mais de US\$ 80.000 em salários para jovens. O programa possui diversos projetos que visam formar os jovens da zona pobre de Chicago em mídia, artes e tecnologias emergentes para auto-expressão, comunicação, mudança social e inclusão. Em 2001, mais de 1.800 jovens participaram do programa. <http://streetlevel.iit.edu/>

Nas Filipinas, uma disputa de famílias de duas décadas, envolvendo *pagali* rivais, chegou ao fim através da negociação e da assinatura de um tratado de paz e de desenvolvimento, conhecido como **Maladeg Peace Zone**. Os signatários incluíam as duas famílias, líderes da MILF e da MNLF, o chefe da polícia e um coronel do exército filipino. A zona de paz é chefiada por um comitê de idosos de diferentes clãs, que são responsáveis pela mediação pacífica da *lido*, e quem violar o tratado será preso. Qualquer forasteiro da Zona de Paz que tenha *lido* ou disputas familiares pode buscar refúgio na zona, se renunciar à violência e não apoiar mais parentes do lado de fora ainda envolvidos na *lido*. Esse tratado cessou o conflito armado dentro da zona entre os grupos armados e as CVOs que são usadas, por *pagalis* e famílias importantes, como exércitos particulares.

Em alguns casos, os grupos armados têm tentado estabelecer contato com os governos, a fim de iniciar um diálogo ou vice-versa. Por exemplo, em janeiro de 2005, 4.800 *pandilleros* assinaram uma carta enviada a Oscar Bonilla, presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública de El Salvador. A carta declarava que eles cessariam suas atividades violentas se o governo proporcionasse a eles tratamento mais justo. Representantes dos *pandilleros* detidos disseram que a carta era um ato de “boa fé” e que “com esta carta, estamos demonstrando ao governo que queremos mudar, mas ele precisa nos apoiar em vez de nos marginalizar. Esta mudança é para nosso próprio bem, para o bem de nossas famílias e para a sociedade”.¹⁰⁶ O chefe de polícia da Divisão 16, na cidade da Guatemala, Hugo Blanco Divas, reuniu-se com 150 *pandilleros*, em dezembro de 2004, a fim de assinar um pacto de não agressão. Um membro da gangue presente à reunião disse: “Nós queremos contar à sociedade que temos direitos como seres humanos e que desejamos apenas o direito de trabalhar.” Blanco disse que havia decidido se encontrar com o grupo para mostrar que a polícia está verdadeiramente interessada em que os membros de gangues abandonem o crime.¹⁰⁷

Abordagens estratégicas deveriam incluir programas de proteção: em todos os países envolvidos neste estudo, abandonar um grupo armado é uma escolha potencialmente arriscada e letal. Mesmo que as normas do grupo ditem como e quando os membros podem sair com segurança, há sempre perigos inerentes para crianças e jovens ao deixarem seus grupos armados. Para casos extremos, em que os membros estejam em perigo mortal após a saída, programas que garantam proteção e transferência deveriam ser estabelecidos. Nenhum desses programas foi encontrado durante a realização deste estudo. Entretanto, entrevistas com crianças e jovens envolvidos demonstraram claramente a necessidade de estratégias seguras para os membros mais em risco abandonarem o grupo.

Abordagens estratégicas deveriam incluir defesa e construção de redes: defender o reconhecimento da situação de crianças e jovens na violência armada organizada, assim como sua inclusão em agendas, mecanismos e leis de proteção à criança nacionais e internacionais é fundamental para o tratamento bem sucedido do problema. Isso vem acontecendo cada vez mais, embora, como observado anteriormente, as crianças na violência armada organizada sejam, em geral, vistas pelos governos como delinquentes que devem ser afastados da sociedade através da detenção. Isso é especialmente o caso quando a mídia, erroneamente, retrata jovens em gangues e em outros grupos armados como sendo os responsáveis pela maioria do crime violento. Por exemplo, em 2000, os jovens de 10 a 18 anos de idade constituíam 12,5% da população do Rio de Janeiro, mas eram responsáveis por apenas 1,5% dos homicídios na cidade e por 1,7% dos roubos em que violência, ou ameaça de violência, foi empregada. Apesar desse fato e, em grande parte, em decorrência da representação feita pela mídia do jovem como “violento”, numa pesquisa realizada em 2003, pela *Folha de S. Paulo*, um dos maiores jornais diários do Brasil, 84% dos entrevistados disseram que apóiam a redução da idade de responsabilidade penal para 15 anos.¹⁰⁸ A mídia tem um papel extremamente importante na formação da opinião pública e do governo; se o problema de crianças e jovens na violência armada organizada for tratado, o retrato que a mídia faz dos envolvidos deve ser baseado nos fatos e sensível à necessidade dos programas de prevenção e de reabilitação.

¹⁰⁶ “Gang offers peace in exchange for fair treatment”, 03/01/05, www.coav.org.br.

¹⁰⁷ “We have rights and we want to work”, 16/12/03, www.coav.org.br.

¹⁰⁸ Human Rights Watch, “Verdadeiras masmorras”: detenção juvenil no Estado do Rio de Janeiro, Volume 16, No. 7(B), 2004.

Exemplos de instrumentos de defesa, baseados na mídia, que têm funcionado na divulgação da situação de crianças e jovens envolvidos com a violência armada organizada incluem:

www.coav.org.br é um serviço de notícias internacionais atualizado diariamente, em três línguas (inglês, espanhol e português), coordenado pelo **Viva Rio**, no Rio de Janeiro, que se tornou *on-line* em julho de 2003. Essa página visa mapear o problema dessas crianças e desses jovens, fornecer informações atualizadas, compartilhar soluções e aumentar a conscientização. Em outubro de 2004, a página registrou 10.929 visitantes e 203.218 acessos, e um suplemento eletrônico quinzenal foi enviado para 7.959 assinantes registrados. Em decorrência de uma estratégia de marketing ativa, a página está sendo cada vez mais usada como fonte de informação por jornalistas, pesquisadores acadêmicos, agências de proteção infantil e governos.

A organização não governamental **Casa Alianza**, que opera em Honduras, na Guatemala, na Nicarágua e no México, tem sido extremamente eficiente em aumentar a conscientização, entre a comunidade internacional, sobre abusos e mortes extrajudiciais de crianças e jovens, muitos dos quais foram eliminados por serem membros de *pandillas* e *maras*. Através de um serviço de *e-mail*, uma média de quatro boletins de notícias é enviada mensalmente para 8.900 leitores de espanhol e 11.245 de inglês, a maioria desses últimos na Europa e nos Estados Unidos.

A **CRIN - Child Rights Information Network** dissemina informações sobre a Convenção dos Direitos da Criança e sobre direitos das crianças entre as organizações não governamentais, agências das Nações Unidas, organizações intergovernamentais, instituições de ensino, entre outros especialistas sobre direitos da criança. Estabelecida em 1995, a CRIN provê as necessidades de informação de 2.500 organizações e de indivíduos em sua mala direta, que fornece boletins diários por *e-mail*. A CRIN também possui como membros mais de 1.400 organizações em mais de 130 países. Cerca de 85% desses membros são ONGs; e 65% delas estão na África, Ásia e América Latina. www.crin.org

A **Agência Nacional de Direitos Infantis (ANDI)**, brasileira, é uma organização não governamental fundada em 1992. A missão da ANDI é contribuir para a melhora da qualidade de informações para o público, relacionadas a questões que são decisivas para promover os direitos da criança e do adolescente. Com esse fim, o diálogo pró-ativo, profissional e ético é estimulado entre atores sociais da sociedade civil organizada e da mídia. A ANDI age em três áreas estratégicas — **Mobilização, Análise e Qualificação**. Essas três áreas vêm orientando as várias iniciativas desenvolvidas pela ANDI. A instituição adotou tecnologias de informação, a fim de organizar de modo eficiente o estabelecimento de infra-estrutura e desenvolvimento para uma rede. Isso também inclui o gerenciamento de informações no monitoramento e na avaliação da mídia. www.andi.org.br

A **Radio UPA** – “A rádio das crianças” vem trabalhando há 13 anos, em El Salvador, para criar programas de rádio que motivem, sensibilizem e aumentem a conscientização de crianças e adultos quanto à importância dos valores humanitários. Sua missão é ser um veículo de expressão para as crianças salvadorenhas, ao mesmo tempo em que promove valores positivos entre elas. A idéia é criar uma sociedade consciente da importância que as crianças têm dentro da comunidade, assim como tornar as crianças conscientes de seus direitos e deveres. A Radio UPA tem o apoio do Save the Children Sweden e trabalha com o UNDP, através do Programa Sociedade Sem Violência, para promover a participação e a lideranças das crianças. <http://www.radioupa.com.sv/>

Criar redes de organizações da sociedade civil local, e das agências que estão trabalhando para a proteção de crianças e adolescentes na violência armada organizada, é uma estratégia importante para que uma defesa efetiva ocorra em todos os níveis. Isso ainda está para acontecer, embora já haja alguns exemplos de proteção e defesa da criança que poderiam ser efetivamente

aplicados. O mais notável é a **Coalition to Stop the Use of Child Soldiers** (Coalition), que trabalha para acabar com o recrutamento e o uso de crianças soldado e para assegurar sua desmobilização e reintegração nas comunidades. A Coalition trabalha para isso por meio de apoio e educação do público; pesquisa e monitoramento; desenvolvimento de redes e formação de capacitação através de coalizões, regionais e nacionais, em 40 países. A Coalition promove uma proibição “só com 18” do uso de crianças como soldados — é uma proibição de todo recrutamento de crianças com menos de 18 anos por qualquer força ou grupo armados (governamental ou não governamental). A Coalition defende a ratificação do “tratado das crianças soldado”, o Protocolo Opcional da Convenção Sobre os Direitos da Criança, sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. O Protocolo Opcional passou a valer em 12 de fevereiro de 2002 e, em grande parte, graças ao trabalho da Coalition, até agosto de 2004, 77 estados já haviam ratificado o protocolo opcional e 115 assinado.¹⁰⁹ Entre os que ratificaram, 58 também mantiveram posição favorável ao “só com 18”, excluindo qualquer recrutamento de crianças abaixo dos 18 anos de idade. www.child-soldiers.org

Modelos estratégicos

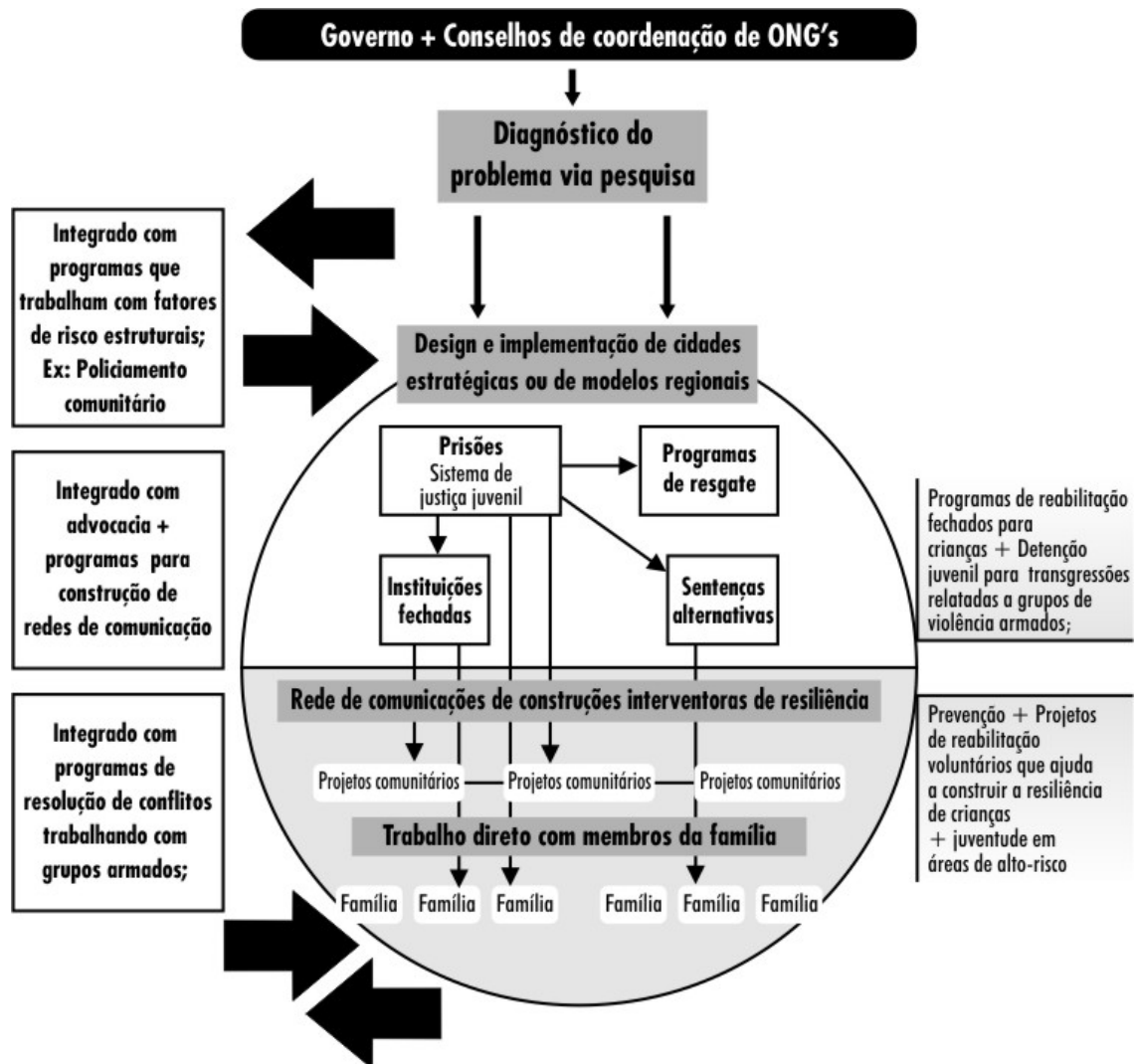
Resumindo, portanto, os modelos municipais ou regionais para prevenção e reabilitação de crianças e jovens na violência armada organizada deveriam:

- se basear na análise das manifestações locais de crianças e jovens na violência armada organizada;
- as abordagens estratégicas deveriam ser coordenadas conjuntamente por governo, polícia e organizações da sociedade civil;
- envolver uma rede existente de intervenções, baseadas na comunidade, para prevenção e reabilitação, integradas e personalizadas, que criem resistência entre crianças e jovens em ambientes de alto risco;
- estar integrados a macro-programas do Estado que visem erradicar fatores de risco estruturais, como pobreza, marginalização social ou problemas associados à lei e à ordem;
- envolver os sistemas de justiça juvenil e carcerário para adultos;
- incluir, sempre que possível, programas de proteção para jovens que deixam os grupos armados;
- criar mecanismos de defesa e de rede locais, nacionais e internacionais.

O Diagrama 4.3, abaixo, mostra como um programa integrado de prevenção e reabilitação, municipal ou regional, poderia ser estruturado.

¹⁰⁹ Relatório Global Sobre Crianças-Soldado, Coalition to Stop the Use of Child Soldiers, 2004, www.child-soldiers.org

Diagrama 4.3 - Modelo Urbano / Regional



DESARMAMENTO, DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO: TROCANDO CONHECIMENTOS E ROMPENDO FRONTEIRAS

Ao fazer uma comparação entre crianças e jovens na violência armada organizada e “crianças-soldado”¹¹⁰ em conflitos armados, o estudo de caso original, o emprego de crianças e jovens pelas quadrilhas de traficantes (Dowdney 2003) do Rio de Janeiro, foi importante por algumas razões: embora não seja uma situação de guerra, há atualmente mais pessoas (e especificamente crianças) morrendo de disparos de armas de pequeno porte ali do que em muitos conflitos armados de baixa intensidade em outros lugares;¹¹¹ embora diferentes de muitos grupos armados de orientação política, encontrados em várias guerras civis, as quadrilhas do Rio são uma presença paramilitar territorial e abertamente armada na maioria das favelas da cidade; e o tipo de armas de pequeno porte e de armamento leve, usado por todos os lados nos conflitos diários entre as quadrilhas rivais e a polícia, é o mesmo encontrado em qualquer conflito civil. Além disso, crianças que trabalham para quadrilhas e crianças-soldado compartilham certas semelhanças em suas razões para ingressar num grupo armado e em seu papel funcional dentro deles. São semelhanças com relação ao processo de recrutamento; à dinâmica de idade/função; a funções de trabalho dentro de uma estrutura de comando, mantida por regras e punições; a recompensas financeiras por serviços; a serem armados por adultos e a executar ações armadas; a estar “de prontidão” 24 horas por dia; à sobrevivência numa realidade de “matar ou morrer”; e ao seu uso cada vez maior, por adultos, na participação em confrontos armados.¹¹²

Como detalhado claramente na Parte II, crianças e jovens, membros de muitos dos grupos armados investigados por este estudo, também têm muito em comum com crianças-soldado em situações mais tradicionalmente definidas de conflitos armados: todos vêm de comunidades pobres, onde grupos armados locais têm presença forte; a maioria abandonou a escola para se envolver com os grupos durante o início e a metade da adolescência, muitas vezes em busca de proteção, status, recompensa financeira, sobrevivência e/ou chance de se vingar;¹¹³ executam muitas funções armadas e não armadas que são quase idênticas aos casos documentados de crianças-soldado;¹¹⁴ e,

¹¹⁰ “Uma criança-soldado é qualquer criança — menino ou menina — com menos de 18 anos que seja recrutada voluntariamente ou de outra forma, usada em hostilidades por forças armadas, paramilitares, unidades de defesa civil ou em outros grupos armados. Crianças-soldado são usadas para serviços sexuais, como combatentes, como “esposas” forçadas, mensageiros, carregadores ou cozinheiros”. Coalition to Stop the Use of Child Soldiers, 2000.

¹¹¹ Por exemplo, o Instituto Internacional de Pesquisas Para a Paz, de Estocolmo, estima que, de 1978 a 2000, um total de 39.000 pessoas morreram em decorrência do conflito civil na Colômbia. No mesmo período, um total de 49.913 pessoas morreu em consequência de disparos de armas de pequeno porte no município do Rio de Janeiro (DATASUS - Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro). Quando se compara o perigo que correm os menores com armas de fogo no Rio de Janeiro àquele existente em situações reconhecidas de conflito, a seriedade da situação do Rio se torna muito evidente. Em decorrência do conflito entre Israel e a Palestina pelos territórios ocupados, 457 menores israelenses e palestinos foram mortos de dezembro de 1987 a novembro de 2001 (estatísticas fornecidas pelo Centro Israelense de Informação Para Direitos Humanos nos Territórios Ocupados). Durante o mesmo período, apenas no município do Rio de Janeiro, 3.937 menores foram mortos devido a ferimentos produzidos por armas de pequeno porte (DATASUS - Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro). O relatório da Anistia Internacional, “Matando o futuro: crianças na linha de fogo” (setembro de 2002) pede que o Comitê Para os Direitos da Criança, da ONU, leve em conta que mais de 250 crianças palestinas e 72 israelenses foram mortas em decorrência do conflito nos territórios ocupados, de setembro de 2000 a agosto de 2002, um período de 23 meses. Dados recentes sobre índices de mortalidade por arma de fogo, no Rio de Janeiro, demonstram que, de fevereiro de 2000 a dezembro de 2001, um período de 23 meses também, um total de 612 menores foi morto por armas de pequeno porte na cidade. Ver Dowdney 2003:112-117, 163-173.

¹¹² Dowdney 2003:202-209.

¹¹³ Em “Young Soldiers: Why they Choose to Fight” (ILO 2004), Brett & Specht observam que, enquanto a guerra propriamente é o fator mais fundamental, há outras razões de por que adolescentes ingressam em grupos armados durante conflitos, como pobreza, falta de oportunidades de educação e de emprego e problemas na família.

¹¹⁴ Ver Brett, R., & McCallin, M., “Children: The Invisible Soldiers”, Radda Barnen, segunda edição, Estocolmo, 1998;

em quase todos os casos, esses jovens já presenciaram mortes e se envolveram em troca de fogo (em alguns casos, com forças do Estado). Muitos já mataram.

Apesar dessas semelhanças, usar o termo “crianças-soldado” para se referir a membros de grupos armados que agem fora de conflitos armados seria problemático e incorreto.¹¹⁵ Entretanto, em virtude dessas similaridades causais e funcionais, há muito que ganhar com a troca de conhecimentos de boas práticas para o tratamento de situações tanto distintas quanto semelhantes. Além disso, essas similaridades tão aparentes significam que a metodologia usada nos programas de DDR (Disarmament, Demobilisation and Reintegration), tradicionalmente usada em conflitos armados ou após os conflitos, é também aplicável e necessária em cenários que não são de guerra, mas em que crianças e jovens estão envolvidos com a violência armada organizada. As organizações que trabalham com DDR de crianças-soldado e CAAC,¹¹⁶ e aquelas com projetos de reintegração para membros de grupos armados, crianças e jovens, em situações que não são de guerra, têm muito a aprender uma com a outra. O conhecimento de exemplos de boas práticas de prevenção, reabilitação e de intervenções de DDR, em ambas as situações, deveria ser trocado e comparado para o avanço de práticas metodológicas corretas; para o planejamento, desenvolvimento e a implementação de programas de “ddr”¹¹⁷ em situações urbanas que não são de guerra; e para tornar os programas de DDR, em cenários armados ou de pós-conflito, mais eficientes.

Coalition to Stop the Use of Child Soldiers – “Stop Using Child Soldiers”, Radda Barnen, Londres, 1998; Coalition to Stop the Use of Child Soldiers – “Child Soldiers Global Report”, Coalition to Stop the Use of Child Soldiers, Londres, 2000; Human Rights Watch, “Children in Combat”, Nova York, janeiro de 1996; Human Rights Watch, “Easy prey: child soldiers in Liberia”, Nova York, 1994; Human Rights Watch, “Sudan, The Lost Boys, Child Soldiers and Unaccompanied boys in Southern Sudan.”, Children’s Rights Project, Nova York, 1997; Human Rights Watch, “The Scars of Death, Children Abducted by the Lord’s Resistance Army in Uganda”, Nova York, 1997; Machel, Graça, “The Impact of Armed Conflict on Children”, Report of the expert of the Secretary-General, submetido por Graça Machel, conforme resolução da Assembleia Geral 48/157, Nações Unidas, 1996.

¹¹⁵ Ver “Introdução”.

¹¹⁶ Crianças afetadas por conflitos armados.

¹¹⁷ As iniciais “ddr” são escritas em letra minúscula aqui para expressar a diferença entre os programas de desarmamento, desmobilização e reintegração, em situações de conflito armado, e aqueles para crianças e jovens, em grupos armados organizados, em situações de violência armada organizada que não são de guerra, os primeiros sendo tipicamente referidos como “DDR”, com letra maiúscula.

PARTE V

MEDELLÍN: AS CRIANÇAS INVISÍVEIS DO CONFLITO SOCIAL E ARMADO

Ivan Dario Ramirez, Coalizão Para Impedir o Uso de Crianças Soldado

Este relatório enfoca os grupos criminosos territoriais que operam nas comunidades pobres, ou comunas, da cidade de Medellín, conhecidos como bandas delinquentes. Eles trabalham ou estão subordinados a organizações paramilitares urbanas, como os Bloques Cacique Nutibara (BCN) e o Bloque Metro, ou a grupos de traficantes de droga conhecidos como narcotraficantes. O relatório está dividido em três partes. A Parte Um fornece um resumo contextualizado desses grupos. A Parte Dois lança um olhar mais detalhado sobre a face humana desse fenômeno, com perfis dos indivíduos envolvidos. A Parte Três examina soluções possíveis para o problema, com uma avaliação de programas e políticas sociais relevantes. Uma versão completa do relatório resumido neste capítulo pode ser encontrada em www.coav.org.br

Metodologia

A Parte I deste relatório fornece um retrospecto e uma análise da literatura sobre crianças e violência armada organizada. Para complementar a teoria, fez-se também consultas a pessoas trabalhando diretamente com essa questão em Medellín, como: quatro líderes de grupos armados organizados, alguns ligados a grupos paramilitares ou AUC; quatro indivíduos que estiveram envolvidos anteriormente com a violência armada organizada ou que vivem em áreas violentas; dois especialistas que possuem conhecimento de primeira mão desses grupos; e finalmente, dois professores que trabalham em bairros extremamente violentos de Medellín. As entrevistas estão ordenadas numericamente, mas não fornecem nomes ou outras informações de identificação, como foi combinado com os entrevistados.

Para a Parte II, utilizamos informações de primeira mão, obtidas através de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas em diferentes bairros de Medellín. Foram entrevistados dez garotos e uma garota, entre 13 e 17 anos de idade, que participam ou participaram de grupos armados. Além disso, foram incorporadas informações secundárias retiradas de textos, documentos e leis sobre esse tópico, coletadas através de pesquisa em centros especializados. As crianças entrevistadas foram abordadas por meio de pessoas da comunidade, ou de profissionais que trabalham em projetos nos quais as crianças estavam envolvidas. Foram entrevistados também líderes ou *jefes* de grupos armados; estes precisavam muitas vezes obter permissão dos superiores e condicionaram sua participação no estudo ao anonimato e à ausência de fotos. O estudo está baseado num plano não experimental transversal, usando informações do período entre outubro e novembro de 2003, e procura descrever a vida diária de crianças, homens e mulheres envolvidos com a violência armada organizada na cidade de Medellín, Antioquia.

Para a Parte III, foram analisados dois estudos de caso sobre respostas alternativas ao problema de COAV, na Colômbia, usando a técnica de entrevista semi-estruturada. Foram considerados o Programa de Reincorporação à Sociedade Civil, usando-se o relatório “Eu compro a guerra”, do ex-prefeito de Medellín, além de textos produzidos como parte do projeto. Avaliaram-se os resultados por meio de entrevista com um indivíduo que trabalha no programa, o qual havia recebido relatórios verbais e escritos de ex-diretores. Com respeito ao Movimento Não Matarás, foram entrevistados



alguns coordenadores e observou-se uma das atividades do programa. Foram também examinados alguns dos relatórios do governo local anterior, especialmente aqueles relacionados à Assessoria de Paz

e Convivência. Esse conselho foi responsável pelo tratamento de conflitos urbanos entre 1994 e 2000, após o quê o projeto foi descontinuado. Finalmente, entrevistamos um dos coordenadores desse projeto.

I. RESUMO CONTEXTUALIZADO DE COAV

Perfil da Área de Estudo: Medellín, Colômbia

A cidade de Medellín possui 2.200.000 habitantes, distribuídos por 16 bairros, em cinco zonas. Nessa população, 550.000 pessoas têm entre 14 e 26 anos; destes, estima-se que metade esteja abaixo dos 18.¹ Entre 2000 e 2003, o índice de desemprego caiu de 24% para 15%, embora esse número não inclua subempregos e empregos do setor informal. Embora a maioria das crianças esteja assistida pelo sistema de educação da cidade, em 2002, cerca de 30.000 delas não estavam na escola. Cinquenta anos de industrialização transformaram a Colômbia de país rural em urbano. Ao mesmo tempo, Medellín passou por uma transformação diferente: de cidade industrial em cidade voltada para o setor de serviços.

Os moradores mais pobres vivem em zonas densamente povoadas, caracterizadas por conflitos sociais frequentes, incluindo a violência. Em 2002, o índice de homicídios na Zona 1 (uma área pobre de alta densidade populacional) foi de 220 para cada 100.000 habitantes. Em compensação, na Zona 5 (mais rica e menos densamente povoada) foi de 85. Em setembro de 2003, essas proporções foram de 101 e 27 por 100.000 habitantes respectivamente.² Não se deve supor que a pobreza seja a causa, muito menos a causa única, da violência. Mas viver em zonas densamente povoadas, com altas concentrações de jovens e crianças, tem implicações profundas na qualidade de vida de famílias e comunidades.

Breve Análise Histórica

As primeiras organizações guerrilheiras apareceram na região de Antioquia (onde Medellín é a capital) no final da década de 1960 e princípio da de 70. Elas se tornaram evidentes primeiramente em áreas de alto potencial de recursos econômicos, como Urabá, no nordeste, e no sudeste. Na década de 1980, o movimento guerrilheiro se transferiu para algumas áreas urbanas, percebidas como centros logísticos estratégicos, e se tornou importante. A aparição, durante essa década, do Movimento 19 de abril, ou M-19, nas áreas urbanas ilustra essa mudança. Quando o movimento guerrilheiro se deslocou para expandir e intensificar a guerra contra o estado, começou a criar estruturas, redes de apoio e a edificar seu potencial nas áreas urbanas marginalizadas.

Durante a administração do presidente Betancur (1982-86), uma parte importante do movimento guerrilheiro (FARC, M-19 e EPL) iniciou um diálogo com o governo e cessou as hostilidades. O M-19 estabeleceu Acampamentos da Paz em diferentes cidades do país, inclusive Medellín, para apoiar as conversações de paz. Esses acampamentos foram usados para fomentar a conscientização política e militar entre os moradores das cidades. Enquanto os Acampamentos da Paz terminaram com a interrupção das negociações de paz, em 1985, essa doutrinação teve um impacto

¹ Gobernación de Antioquia. Planeación Departamental. Estadísticas Anuais. 2000.

² Secretaría de Gobierno de Medellín. Unidad de Convivencia Ciudadana. Observar que a Zona 5 contém apenas a Comuna 14 e a Zona 1 contém as comunas 1, 2, 3 e 4. Em 2002, o índice de homicídios na Comuna 1 foi de 346 por 100.000 habitantes e, em setembro de 2003, foi de 111 por 100.000 habitantes.



duradouro sobre setores importantes da população, que se constituíram mais tarde em grupos de milícias. Essas milícias surgiram em Medellín, em 1988, como uma extensão do projeto de guerrilha, embora elas depois se separassem das organizações guerrilheiras para criar uma estrutura própria e controlar seus territórios. O crescimento dos grupos de milícia e de guerrilha coincidiu com ofensivas crescentes dos narcotraficantes, o que pode ajudar a explicar os índices absurdamente altos de homicídios em Medellín, de 400 por 100.000 habitantes.

Algumas das milícias estabeleceram acordos com os governos municipal e nacional, e finalmente se desmobilizaram em 1994. Um desses acordos permitiu que essas forças se tornassem uma cooperativa legal de segurança armada. As guerrilhas não se desmobilizaram na década de 1990 e se tornaram mais distanciadas das milícias. Apesar da força inicial, elas não conseguiram forjar um movimento social duradouro e foram incapazes de controlar o uso de força dentro da comunidade; algumas chegaram a se transformar em grupos criminosos. Por outro lado, o crescimento acelerado, nos últimos anos, de grupos paramilitares (em oposição aos grupos rebeldes) afetou não só áreas rurais e cidades pequenas, mas também cidades grandes, onde eles também exercem um certo grau de controle social.

Na década de 1970 e no princípio da de 80, as gangues de criminosos podiam ser descritas em termos relativamente simples, do tipo de crime que cometiam ao tipo de armas de fogo usado, e pelos códigos e regulamentos que orientavam suas atividades. Elas se envolviam em brigas corporais, não em batalhas; bairros eram lugares a partir dos quais se faziam “negócios”, mas não eram atacados de fora. Mais tarde, práticas novas como seqüestro, assaltos a banco e roubo de carros iniciaram um processo de mudança nesses grupos. Mas o fator mais influente para a transformação desses grupos foi o tráfico de drogas. Ele deu um “status” novo às gangues de criminosos, provendo-as com recursos econômicos, armas de melhor qualidade e mais poderosas, e proporcionando-lhes a capacidade de controlar territórios em bairros marginalizados da cidade.

Atores Envolvidos

De acordo com o governo municipal, há mais de 200 grupos armados³ na cidade de Medellín. Dados policiais, por outro lado, contam 400 grupos.⁴ Cerca de 10.000 pessoas participam desses grupos; a maioria é de jovens e crianças,⁵ representando 0,45% da população total e 1,8% da população de jovens. Há quatro atores importantes (sem contar as forças de segurança do estado) no contexto da violência armada organizada, na Colômbia, hoje: a rebelião, os paramilitares, os narcotraficantes e as gangues de criminosos.

A rebelião é composta por milícias e guerrilhas urbanas: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e os Comandos Armados do Povo. A participação nesses grupos vem declinando, devido à desmobilização em larga escala, em 1994, e à ascensão dos grupos paramilitares e de criminosos. As forças armadas também têm contribuído para reduzir a participação nas milícias: por exemplo, em maio e outubro de 2002, mais de 1.500 tropas foram enviadas para a Comuna 13, na cidade, para remover a força grupos de milícia. Esses grupos perderam muito de seu controle territorial e estão disputando outras áreas pequenas dentro da cidade. As crianças participam desses grupos, embora representem menos de 10% da participação total na cidade.⁶

³ Dados de 2000, da Asesoría de Paz y Convivencia de la Alcaldía de Medellín.

⁴ Relatórios policiais incluem não só a cidade de Medellín como a sub-região do Vale de Aburrá, e isso talvez explique as diferenças de estimativas.

⁵ Entrevistas com líderes de grupos armados.

⁶ Líderes das milícias e de outros grupos armados confirmam essa estimativa.



Os Grupos paramilitares apareceram pela primeira vez, em Medellín, ao mesmo tempo em que no resto da Colômbia. Antes do ano 2000, entretanto, sua presença era muito esporádica, e eles não

tinham grande preocupação com o controle de territórios. A partir de 2000, eles começaram a se deslocar em direção às cidades, obtendo dinheiro através do tráfico de drogas e começando a cooptar

gangues de criminosos (muitas das quais estavam vendendo drogas) para o seu serviço. De acordo com os líderes dos importantes grupos paramilitares Bloques Cacique Nutibara e Bloque Metro, eles estão agora posicionados em cerca de 70% da cidade. Por outro lado, as Auto-Defesas Unidas da Colômbia (AUC) — nome dos grupos paramilitares em nível nacional — estão dialogando e negociando com o governo, embora algumas, como o Bloque Metro, tenham sido excluídas. Em novembro de 2003, 850 ex-membros passaram por um programa de desarmamento, desmobilização e reintegração com o governo.

As Gangues de criminosos de Medellín estão subordinadas e ligadas estruturalmente aos narcotraficantes e grupos paramilitares. A partir de 2000, a maioria se tornou associada aos paramilitares, para os quais trabalham e fornecem serviços; as gangues que não aceitam essa subordinação podem ser obrigadas a fazê-lo pela força. A maioria dos membros é composta de menores e jovens, embora os líderes possam ter mais de 26 anos.⁷ Outras gangues menores de criminosos, que não fazem parte de grupos, estão envolvidas com venda de drogas, assalto a bancos, roubos de rua ou com a venda desses serviços para outros, em troca de ganhos pessoais.

Esta descrição aponta as transformações complexas dos atores envolvidos com a violência armada organizada, em Medellín, ao longo do tempo. Em fins da década de 1980 e princípio da de 90, as milícias eram prevalentes. Entretanto, as gangues de criminosos tomaram conta, entre 1995 e 2000, e os grupos paramilitares começaram a cooptá-las. Hoje existe um híbrido que consiste de gangues criminosas, paramilitares e narcotraficantes, enquanto as milícias ficaram isoladas.

Estruturas de comando

Os grupos se baseiam na habilidade de controlar territórios⁸ e/ou na capacidade de controlar outras organizações menores e seus membros. Em cada território, há normalmente um ou dois líderes (*jefes*) de gangue, que podem também ser líderes paramilitares. Os *jefes* são o elo de ligação com os narcotraficantes ou grupos paramilitares, recebendo ordens ou fazendo acordos sobre as atividades desenvolvidas no território. Eles são na maioria adultos, entre 26 e 35 anos, e muitos participam de gangues desde a infância ou adolescência. É importante notar também que um número significativo de *jefes*, e outros membros de gangues criminosas, está na prisão, de onde continuam a exercer controle, como dando ordens para confrontos ou estabelecendo pactos de não agressão com outras gangues.⁹

Relações com a Comunidade

As comunidades são afetadas de várias formas: seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais são reduzidos e violados. Em alguns casos, o medo dos moradores tem dado lugar a uma certa aceitação dos grupos armados, devido à segurança que eles podem proporcionar, e mais recentemente, por causa de seu envolvimento em projetos locais políticos e sociais. O relacionamento entre comunidade e grupos armados varia desde indiferença, assimilação, cooperação até tolerância —

⁷ Entrevistas com líderes de grupos armados.

⁸ A importância do território para grupos de criminosos será discutida mais tarde neste estudo.

⁹ Relatório, Alcaldia de Medellín, Assessoria de Paz y Convivência, 1999.



e em pouquíssimos casos, inclui confrontos e outras formas de questionamento. Os atores armados, então, desempenham um papel regulador que deveria ser o do estado.

Deslocamentos interurbanos: famílias e grupos de pessoas, em Medellín, podem ser obrigadas a abandonar suas casas e/ou empregos e a se mudar para outra parte da cidade, por causa dos altos níveis de violência armada. A remoção pode ocorrer em decorrência de ameaças diretas a membros da família, “confisco” de propriedade por grupos armados ou para impedir o assassinato ou recrutamento dos filhos. As sérias consequências incluem: danos à segurança e auto-estima de garotos e garotas;

acréscimo de custos (se a família tiver de alugar uma nova casa); interrupção da educação; e um aumento do comportamento agressivo entre meninos e meninas, que podem projetar o seu medo e a violência em que vivem diariamente.¹⁰

Menos acesso ou interrupção do fornecimento de serviços básicos: diversão, serviços de saúde, educação e programas especializados são prejudicados pelas dificuldades encontradas para sair ou entrar no bairro. Empresas privadas e/ou do estado podem interromper o fornecimento desses serviços por causa de problemas de segurança na área.¹¹

Relacionamento entre conflito e educação: violência no bairro, presença de grupos armados, seu controle sobre o território e a impossibilidade de se movimentar livremente (entre outros fatores) fazem com que estudantes tenham de faltar ou sair da escola, e diminuem sua capacidade de se concentrar nos estudos.¹²

O Papel do Estado

A partir de meados da década de 1990, o estado desenvolveu um plano estratégico de segurança — parte de um plano de desenvolvimento municipal — e criou a Secretaria para Paz e Coexistência. Essa secretaria se especializou em entender os conflitos violentos na cidade e seus protagonistas, mesmo estando isolada de outras políticas municipais. Além disso, uma das soluções que propôs para a violência das milícias foi a criação da famosa Cooperativa de Vigilância e Segurança (COOSERCOM), uma precursora do CONVIVIR¹³ que, na opinião de muitos analistas, contribuiu para fortalecer os grupos paramilitares urbanos. No começo de sua administração, o presidente Álvaro Uribe Vélez propôs uma política chamada Segurança Democrática, concentrada essencialmente em aumentar o orçamento e os poderes das forças armadas. O ex-prefeito Luis Pérez Gutiérrez pôs um freio no Programa de Paz e Coexistência, durante sua administração (2001-2003), e implementou uma proposta chamada Eu Compro a Guerra;¹⁴ essa proposta trabalha com a hipótese de que investimentos econômicos apropriados podem fazer com que seja mais lucrativo para as pessoas desistir da luta, abandonar os grupos armados para ganhar salário com um trabalho honesto e participar pacificamente da sociedade. Entretanto, em termos de programas de segurança com participação da sociedade civil, não há resultados tangíveis nem ações dignas de serem mencionadas aqui.

¹⁰ Entrevistas com professores que trabalham nas escolas localizadas em bairros com alto nível de conflitos.

¹¹ Entrevistas com jovens de grupos juvenis e com alunos das escolas públicas secundárias.

¹² Entrevistas com professores.

¹³ As controversas associações CONVIVIR foram criadas como grupos civis para ajudar nos patrulhamentos de segurança, especialmente no interior e mais tarde na cidade. Elas cresceram em Antioquia, em particular durante o governo de Uribe, mas mais tarde a Corte Suprema considerou-as em parte inconstitucionais. As CONVIVIR foram formalmente dissolvidas em fins da década de 1990, mas continuaram em Medellín com outro nome.

¹⁴ Pérez Gutiérrez, Luis, Mayor of Medellín. *Compro la Guerra*, governo da cidade de Medellín, 2002.

Atividade Comercial Ilegal e Legal

As atividades dos grupos armados de Medellín incluem: venda de drogas; extorsão de comerciantes que entram para a comunidade, por meio de cobrança de “taxas” chamadas de *vacunas*; cobrança de “taxas” de segurança para membros da comunidade; transporte e venda de mercadoria lícita;¹⁵ furto e revenda ilegal de gasolina; e seqüestros para obter resgates.

Armas de Fogo Confrontos Armados

Noventa por cento dos homicídios, em Medellín, são cometidos com armas de fogo.¹⁶ Armas são carregadas e usadas freqüentemente em Medellín e no Vale de Aburra, agravando e facilitando aumentos de violência.¹⁷ As fontes de armas podem ser legais ou ilegais. A polícia também é um fornecedor importante porque trafica armas no mercado negro e vende aquelas que confisca.¹⁸ De acordo com o governo, 36,18% de todas as pistolas e revólveres apreendidos, em 1998, em Medellín, eram ilegais. Grande parte chega por terra, pela fronteira com o Equador, ou por ar e mar, através do Panamá.¹⁹ “Em 1998, 7.605 armas de fogo foram apreendidas, atingindo uma média de 21,12 armas apreendidas diariamente. E entre primeiro de janeiro e 28 de abril de 1999, o total foi de 2.140 armas, uma média aproximada de 23 por dia. A tendência de apreensão de armas está crescendo, para crédito da polícia, mas ao mesmo tempo, as mortes por arma de fogo também estão aumentando. Isso revela que a dinâmica de obtenção de novas armas é maior que o esforço de apreendê-las”.²⁰

Os membros mais novos das gangues são forçados a usar armas menos sofisticadas nos confrontos, criando uma demanda por armas letais de fabricação caseira, chamadas *hechizas*.²¹ Dados sobre apreensão revelam que o tamanho desse mercado está aumentando. De acordo com a Polícia Nacional, em 1998, 1.546 armas de fabricação caseira ou *hechizas* foram apreendidas, como *changones*²² (349), espingardas (653), revólveres (395) e *trabucos*²³ (138), além de pistolas (10) e até um fuzil (1). Essas 1.546 armas de fabricação caseira representam 20,33% do total apreendido pelas autoridades — ou seja, 4,3 armas de fabricação caseira por dia.²⁴

Com um índice médio de homicídios, entre 2001 e 2002, de cerca de 170 por 100.000 habitantes,²⁵ Medellín é uma das cidades mais violentas do mundo. Um elemento importante dessa violência é que as armas vieram a ter um significado importante para muitas pessoas: às vezes por razões econômicas, mas também como forma de obter reconhecimento e poder, de acordo com membros e líderes de grupos armados entrevistados para este estudo. Embora não se tenha números exatos, pessoas que não pertencem a esses grupos podem também acreditar, individual ou coletivamente, que precisam ter uma arma de fogo para se proteger.²⁶

¹⁵ Os grupos armados são donos de ônibus e forçam pessoas que vivem em certas áreas da cidade a comprar para eles gêneros alimentícios básicos. Eles também fazem contratos com o governo por meio das próprias organizações ou exercendo pressão sobre organizações comunitárias.

¹⁶ Secretaria de Gobierno, Informes de homicidios en Medellín. 2002. Documento editado.

¹⁷ Entrevistas com líderes de gangues criminosas.

¹⁸ Entrevista 3. Entrevistas com *jefes* e membros de *bandas*.

¹⁹ PERSONERIA DE MEDELLIN. Informe de Seguridad y convivencia 1998-2000, pp. 35-39.

²⁰ Ibid., pp. 35-36.

²¹ *Hechiza* é uma arma de fabricação caseira com características semelhantes a de uma arma original. A qualidade pode variar.

²² Espingardas de fabricação caseira de um tiro apenas.

²³ Revólveres de fabricação caseira de um tiro apenas.

²⁴ Ibid.

²⁵ Relatório da Secretaria de Gobierno Municipal.

²⁶ Entrevistas com líderes criminosos, membros de gangues e líderes comunitários.



Gráfico 1 - Comparação de preços de armas de fogo

Tipo	Preço* INDUMIL (Indústria Militar da Colômbia)	Preço* no mercado negro	Preço* nos Estados Unidos
Pistola Sig Sauer Mod. P-239-9mm	1429.19	757.90	305.32
Pistola Walter PPK Cal. 7.65mm	1521.62	974.44	224.81
Revólver Smith & Wesson Cal. 38 Long	519.70	303.16	216.54
Revólver Colt Cal. 38 Long	801.90	389.77	188.39
Submachine Gun Mini UZI	1559.11	822.86	259.85
Remington Shotgun Cal. 12.5	1116.63	433.08	259.85
R-15	Não é vendida	952.79	324.81
AK-47	Não é vendida	952.79	389.77
Granadas de mão	Não é vendida	21.65	Não é vendida

* Todos os valores em dólar

Fonte: Revista Semana, 3-10 Maio, 1999.

Tabela 2 – Comparações de preço (mercado negro e armas feitas à mão)

Tipo de arma	Preço* no mercado negro	Preço* de armas feitas à mão
Sig Sauer	736.24	259.85
Pistola Walter PPK	346.47	64.96 – 108.27
Subchine Gun	779.55	173.23 – 259.85
Miniuzi	779.55	173.23 – 259.85
Subchine Gun Uzi	281.50	-
Revólver Rugger	216.54	-
Revólver Smith & Wesson	281.50 – 303.16	-
Revólver Martial	779.55 – 866.17	-
AK 47	-	-
Changón 1 Cano	-	51.97
Changón 2 Canos	-	64.96

* Todos os valores em dólar

Fonte: Entrevistas 1, 3, 13, 20



Os grupos armados têm se “beneficiado”, ao longo dos últimos três anos, sob a influência dos grupos paramilitares. Seus depósitos de armas se expandiram, incluindo armas de médio e longo alcance, como submetralhadoras e AK 47s. Para cada cinco armas, uma é um fuzil.²⁷ Esses grupos, incluindo as crianças que são membros, vêm recebendo treinamento militar de grupos paramilitares.²⁸

Ao longo dos últimos 15 anos, em Medellín, narcotraficantes, gangues de criminosos, milícias e guerrilheiros têm estado constantemente envolvidos em confrontos armados. Uma parte significativa das milícias desmobilizadas e de outras, assim como dos rebeldes, retirou-se parcialmente da cidade. Em dezembro de 1993, Pablo Escobar foi morto,²⁹ e os grupos que haviam trabalhado para ele retornaram aos bairros e às áreas pobres. Isso levou a um período, entre 1995 e 2000, de maior conflito entre esses grupos pelo controle do território. Isso explica em parte os índices de homicídio excessivamente altos — cerca de 400 por 100.000 habitantes — que baixaram desde então para 155 e 180 por 100.000 habitantes.³⁰ O aumento da violência não foi político. Isso não quer dizer que não houvesse atores políticos armados, como milícias e rebeldes, mas durante aqueles anos, esses grupos não se confrontavam abertamente com grupos de criminosos.³¹ Mais tarde, os grupos paramilitares cresceram de importância na cidade, iniciando ligações claras com gangues e narcotraficantes. Eles tomaram a decisão de controlar territorialmente a cidade e de expelir milícias e guerrilheiros, em particular das áreas marginalizadas das Comunas 13 e 1.

Participação de Crianças e Jovens

Garotos e garotas ingressam voluntariamente em grupos armados por razões como pobreza, status social e poder. Em Medellín, uma grande porcentagem dos membros desses grupos, em especial das gangues e dos grupos paramilitares, é de crianças. De acordo com entrevistas com líderes de grupo, entre 6.000 e 7.000 membros, o que perfaz 60% e 70% de todos os participantes, são crianças.³² Elas constituem 65% dos grupos de guerrilheiros e paramilitares em nível nacional, que um relatório³³ do Human Rights Watch estima em cerca de 11.000, principalmente nas áreas rurais. Meninas e meninos são usados em atividades como transporte ou custódia de armas fornecidas pelos *jefes*. Alguns dizem que é permitido a eles ganhar dinheiro para comprar as próprias armas, mantendo guarda e controlando territórios ou transportando e vendendo drogas, entre outras atividades. Não é incomum o envolvimento das crianças em ataques a grupos rivais, homicídios e outros crimes. A retribuição econômica vem sob forma de benefícios materiais, como tênis novos ou uma quantia em dinheiro para gastar no mercado, ou até mesmo salários fixos.

II. PERFIS DE COAV

Histórias de Família

Um grande número de crianças e jovens de grupos armados organizados, entrevistados para este estudo, cresceram em lares onde o pai — ou os dois progenitores — estava muitas vezes ausente. Em muitos casos, eles foram criados por avôs ou irmãos mais velhos. As crianças falaram sobre violência no lar, onde conflitos e dificuldades de comunicação são uma constante na família. Todos os

²⁷ Entrevista com membro de gangue em julho de 2002.

²⁸ Programa de TV Caleidoscopio, Consejería de Paz de la gobernación de Antioquia. Agosto de 2000.

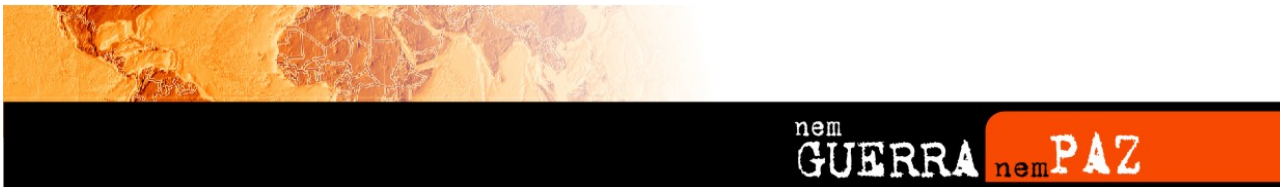
²⁹ Pablo Escobar, um dos maiores líderes da máfia no país, era dessa região.

³⁰ Secretaría de Gobierno Municipal.

³¹ Alcaldía de Medellín, Asesoría de Paz y Convivencia, Informe de Gestión 1998.

³² Entrevista 1; Entrevista 3; Entrevista 13; Entrevista 20

³³ HRW. *You'll Learn Not to Cry. Child Soldiers in Colombia*. Setembro de 2003. Disponível em: www.hrw.org



entrevistados eram de bairros pobres de Medellín. Pais, mães, irmãos e irmãs trabalhavam, em sua maioria, no setor de serviços informais, o que era muitas vezes citado pelos entrevistados como uma das razões de eles terem escolhido meios mais fáceis de ganhar dinheiro nos grupos armados. Além disso, essas condições empurram meninos e meninas, em especial os meninos, a desempenharem o papel de adultos — gerando renda para a sobrevivência de suas famílias.

Minha mãe morreu há sete anos, ficou doente e morreu. Meu pai já não vive com a gente há nove anos. Às vezes, ele vem visitar a gente. Eu moro com meus irmãos. O mais velho é o responsável pela casa, mas quem me sustenta mesmo é a minha avó. Ela não mora comigo, mas ela sabe tudo que acontece comigo e vem me visitar sempre.

- Entrevista 3 (garoto de 16 anos)

São em geral os amigos os mais próximos de um jovem quando ele ou ela passa da infância para a adolescência. Os amigos podem levá-los a se envolver com atividades como roubo, alcoolismo e dependência de drogas. Às vezes, esses amigos são mortos em confrontos armados, o que pode gerar um desejo de vingança, levando a mais violência.

Eu tinha 14 anos. O que me levou a me envolver com gangue foi ver como eles matavam gente que eu conhecia. Isso me deixava muito chateado e eu queria fazer a mesma coisa com a pessoa que tinha feito aquilo com o meu amigo. Eu queria pegar ele e matar. Eu vi matarem um amigo meu e isso foi horrível. Mas muitos amigos, uns sete ou oito, morreram em conflito. Eu ingressei porque quis, na minha gangue ninguém força ninguém a entrar — entra quem quer. E também roubar e ter dinheiro e viver bem, isso também me motivou.

- Entrevista 3 (garoto de 16 anos)

É importante reiterar que, se a pobreza e as desigualdades sociais geram a miséria que, por sua vez, leva crianças e jovens a ingressar em grupos armados, também fica claro que existem outros fatores contribuindo para essa escolha. Por exemplo, a maioria dos jovens entrevistados disse que usa ou havia usado drogas e álcool; isso os faz sentir relaxados e os distancia da realidade. De acordo com um garoto de 17 anos (Entrevista 1), “O que eu gosto mesmo é de fumar maconha, cheirar cocaína e tomar álcool. O que eu gosto menos é de trabalhar”.

Embora as garotas e os garotos entrevistados estivessem, a maioria, fora da escola por causa da situação econômica em casa, a escola não parecia estimulá-los e não era vista como algo significativo numa sociedade que não oferece benefícios, nem alternativas de trabalho, para os jovens. Para os que estão na escola, a motivação principal parece ser a de conviver com outros jovens e a de fazer amigos. Os jovens entrevistados costumavam ter dificuldades de comunicação com os professores — como fica evidente nos seus testemunhos, alguns dos quais falam de confrontos verbais e físicos:

Eu não estou na escola agora; eu estudei até o primeiro ano da escola secundária. Eu saí por causa de problemas com inimigos lá dentro. Eu me dava muito bem com alguns garotos, mas com outros não. Eu briguei com mais de um. Eu avancei no professor de matemática. Eu detestava ele. Foi por isso que eles me expulsaram. Eu bati nele dentro da sala de aula pra ele aprender.

- Entrevista 2 (garoto de 17 anos)

Processo de envolvimento

Eu entrei porque eu não tava na escola, não tinha nenhum dinheiro, e com eles eu me sentia legal, andando de moto e tudo. Eu tinha 12 anos, e eu já reconhecia muitos dos caras do grupo e conhecia mais de um [...] Eu gosto de tudo que tem a ver com eles: moto, dinheiro... A gente entra no grupo por causa dessas coisas... A gente gosta de ir pros bailes, encontrar as garotas.

- Entrevista 2 (garoto de 17 anos)



Idade

Ajuda um pouco pensar que o ingresso em grupos armados não é um ato, mas um processo que está relacionado ao bairro da criança, à presença de grupos armados, seu relacionamento com os colegas e os familiares e às condições materiais. A idade em que os jovens ingressam em gangues é em geral entre 11 e 14 anos, embora em muitos casos, os contatos com armas ou com amigos que possuem armas ocorram dos seis aos oito anos. A primeira fase do processo pode ser vista como um período de aproximação com o grupo e de realizar tarefas para os outros, como servir de mensageiro, carregar ou transportar armas ou fazer o papel de informante. O segundo estágio é quando os jovens estão mais íntima e estruturalmente ligados aos grupos e participam plenamente das atividades. Nesse estágio, eles já têm pelo menos uma arma.

Motivações para ingressar

Fica claro que a pressão para ingressar em grupos armados vem mais do ambiente que das pessoas. Todos disseram que entraram voluntariamente e nenhum deles foi forçado ou recebeu ameaças para ingressar. Crianças se envolvem com grupos armados porque são criadas num contexto que assim o permite e facilita; porque vivem em meio a altos níveis de violência social; porque se

vêm muitas vezes pegos no meio de trocas de tiro; ou porque presenciam a morte de amigos e familiares. Para alguns, o simples fato de viver entre grupos armados torna difícil não fazer parte deles, já que se sentem pressionados a buscar proteção neles ou porque são atacados por virem de uma determinada área (dominada por uma gangue rival).

Tinha gangue em todas as esquinas... E se você falasse com uma pessoa, alguém da outra esquina pensava que você era inimigo e atirava e você tinha que sair correndo. Aí eu entrei pra gangue e saí da escola... Eu precisava de dinheiro pra mim e pra minha casa. Eu entrei quando tinha 14, por vontade própria, porque eu queria e porque eu me sentia ameaçado, porque se [eu não ingressasse] eles iam fazer alguma coisa comigo ou com a minha família.

- Entrevista 7 (garoto de 15 anos)

Outro fator associado ao ingresso nesses grupos é a situação econômica das famílias. Nove dos jovens entrevistados disseram que tinham dificuldades econômicas sérias em casa. Elas eram físicas, afetivas e econômicas. Apenas um dos membros da família trabalha — o pai ou a mãe e, às vezes, algum irmão mais velho — o que normalmente aufere apenas uma renda mínima necessária para satisfazer necessidades básicas imediatas.

Às vezes, minha mãe não tem dinheiro suficiente, então eu ajudo ela. Chegou um tempo em que eu não tava mais na escola e eu comecei a roubar com os meus amigos pra conseguir dinheiro [...] Eu comecei com 13 anos, mais antes [de eu entrar para a gangue] eu já sabia o que acontecia nas gangues porque eu tinha um amigo — mataram ele — que me contava sobre elas e o dinheiro que ele conseguia...

- Entrevista 4 (garoto de 17 anos)

A maior parte do tempo, entretanto, o dinheiro obtido por crianças e jovens nos grupos armados não ia para a família. Às vezes, eles nem o mencionavam para evitar problemas com os pais. Na Entrevista 9, um jovem de 18 anos disse, “Eu gasto o meu dinheiro com festa, droga e boa vida. Às vezes, eu comprava comida pra minha família. Eu não dava muito dinheiro pra eles”. No ambiente social violento em que esses garotos e essas garotas vivem, armas e outros fatores associados a elas, como drogas e dinheiro, adquirem um significado importante.

Eu sempre gostei de arma porque lá no bairro tinha um monte de tiroteio [...] Primeiro eu comecei usando droga, depois eu ficava andando com eles [membros de grupos armados] porque eles fumavam maconha. Eles me perguntaram se eu gostava de arma e eu disse que sim. Eu tinha 12 anos e entrei pro grupo porque eu queria, eu gostava disso, porque eles precisavam de mais gente pras guerras e eles queriam gente jovem e qualquer um que quisesse entrar...

- Entrevista 6 (garoto de 15 anos)

Garotas associadas a esses grupos são um caso particular. Em geral, elas ingressam para poder ficarem próximas do namorado ou parceiro. Além disso, muitas das garotas ligadas ao conflito armado sofreram abusos físicos, morais e sexuais ou falta de liberdade na família; isso as leva às vezes a buscar uma forma de escapar. Estima-se que, entre 7% e 9% dos membros de gangue, sejam mulheres. Durante 2002, sua participação teria aumentado para 12%. A maioria, cerca de 90% ou 95% têm menos de 18 anos.³⁴

Estágios do processo de ingresso

Como observado acima, mais do que um ato formal ou ritual, o ingresso nesses grupos armados (já que as crianças não são recrutadas à força) é um processo que passa por vários estágios:

Processo	Estágio
Contexto social de violência: presença de grupos armados, confrontação e disponibilidade de dinheiro e bens de consumo.	Observação, aproximação e fascinação.
Relação de amizade na vizinhança e na escola.	Dividir verbalmente a experiência, aproveitar o dinheiro.
Estímulo, motivação, interesse dos homens pelas mulheres.	Começa a conhecer os outros integrantes: faz favores, transporta e usa drogas.
Associação periférica, habilidade para fazer trabalho em grupo.	Faz serviços e consegue informações para outras operações. É pago.
Incorporação total, ganha e usa armas.	Defesa de território, confrontação e envolvimento em operações (roubos e homicídios). Segue ordens.
Consolidação de poder, habilidade para liderança.	Dirige, ordena e controla ações para expansão de território ou ganho econômico É pago.

Estrutura/função/hierarquia/posição no grupo

A subordinação das gangues aos grupos paramilitares não é completa. Em algumas áreas, as gangues continuam a exercer um certo controle sobre o território e o tráfico de drogas. Numa entrevista a um jornal local, um *jefe* disse que, nas negociações com o governo nacional e a AUC, ele não entregava as armas nem abandonava o tráfico.³⁵ Isso significa que há grupos armados organizados violentos trabalhando para grupos paramilitares e que estão associados com narcotraficantes, mas que possuem um grau relativo de autonomia. Essa autonomia depende do dinheiro que ganham, de sua capacidade operacional e do controle territorial, o que é fortemente mediado pelos traficantes de droga.

³⁴ Entrevista 12, de outro estudo, de 2002, com *jefes* de grupos armados e com outras crianças.

³⁵ No jornal *El Colombiano* (9/11/03).



Por outro lado, existem gangues comuns ou *bandas*, muitas das quais compostas de crianças, que podem ter ou não uma estrutura de comando definida.

Assim, podemos identificar dois tipos de estrutura, cada um com suas respectivas hierarquias e funções. O testemunho de um garoto de 16 anos, treinado e ligado a grupos paramilitares, define o tipo de atividade em que ele está envolvido e a remuneração que recebe:

Às vezes, eu tenho que ficar de guarda e matar gente. Eu também cobro as vacunas [extorsão] No bairro tem muita gangue e eles dividem a venda da droga. O território [da minha gangue] foi tomado por outro grupo que era muito maior e que tinha o apoio da AUC. Eles pagavam o trabalho que a gente fazia. Cem mil pesos pra cada um toda semana [...] A gente tinha permissão de fazer outras coisas, mas a gente não podia passar de um certo limite, o nosso pacto [...] Eu roubava dentro e fora do bairro. Quando você rouba dentro, você tem que contar pros outros, mas fora você pode fazer o que quiser; a gente não tinha de dizer nada pra ninguém, nem pro jefe.

- Entrevista 3 (garoto de 16 anos)

Os comentários desse garoto sugerem uma estrutura sem muitos níveis: o líder de uma zona e um grupo sob seu comando. O líder ou *jefe* tem um superior num nível mais alto e uma ligação direta com a estrutura maior do grupo, cuja área de influência inclui não só a cidade, mas também zonas e territórios em sua periferia. Garotos e garotas cobram as *vacunas*, e os chefes dividem o dinheiro, tomando para si as maiores porções. Em outros casos, as crianças não auferem salário; em vez disso, recebem uma *liga*, ou pequena soma, de vez em quando. As *bandas*, mas não os grupos mais estruturados, permitem às crianças executar atividades ilícitas para seu benefício. Esses pequenos grupos estão envolvidos com o consumo e tráfico de drogas; como eles proporcionam um mercado interno no próprio território, recebem pequenas porções desse mercado.

Apesar de certas diferenças nos grupos, eles desempenham funções e ações que são mais ou menos semelhantes. Para alguns, *vacunas* e vendas de droga são a principal fonte de renda. Para outros, a renda é gerada através de roubos fora do bairro, a bancos, lojas e, às vezes, através de seqüestros.

Regras e punições

Os membros de grupos armados entendem e seguem certas regras essenciais que eles aplicam tanto dentro do grupo — isto é, entre os colegas — quanto aos moradores locais das áreas que dominam. As entrevistas mostram que punições diferentes são aplicadas quando as regras não são seguidas. Grupos diferentes estabelecem punições diferentes. Elas podem variar de uma simples chamada de atenção pela transgressão até a morte.

Depende do problema. O superior não bate neles, mas ele faz com que eles batam uns nos outros, ou grita com eles [...] ou dobra o tempo de guarda deles. Por exemplo, quem está de olheiro das 6 às 12 fica de 6 às 6. A pior coisa que alguém pode fazer é vaziar informação pros outros grupos, contar pra eles o que a gente vai ou não fazer. A punição pra isso é a morte. As outras punições são apanhar ou não ter permissão pra sair de casa por seis meses.

- Entrevista 7 (garoto de 15 anos)

Em geral, é o chefe ou comandante do grupo quem dá as ordens de punição. As gangues ou *bandas*, por outro lado, não possuem uma estrutura de comando definida com clareza e não seguem normas definidas. Indiscrições individuais são tomadas como uma ofensa ao grupo e a seus membros. Na Entrevista 4, um garoto de 17 anos disse, “A pior coisa que você pode fazer é passar pra trás teu parceiro, como se vocês roubassem uma certa grana juntos e um ficasse com mais e o outro com menos. Isso ia ser a tua morte”.

Violência armada

No ano 2000, uma criança com menos de 13 anos era morta a cada 4,8 dias e dois jovens com menos de 18 todos os dias.³⁶ Os riscos que os jovens enfrentam incluem: a) abandono ou orfandade; b) serem mortos ou feridos acidentalmente em confrontos, ou intencionalmente quando estão envolvidos com atividades criminosas; c) serem usados pelos grupos armados para transportar ou segurar armas, como olheiros e para transportar drogas; e d) remoção forçada.³⁷ É importante notar que o número de homens supera em muito o de mulheres nos grupos armados organizados: para cada nove homens num grupo, há uma mulher.

A maioria dos garotos e das garotas usa armas de mão, a menos que tenham passado por um processo de treinamento ou que desfrutem de confiança especial dentro do grupo. As principais armas que as crianças entrevistadas disseram usar foram: pistolas 9 mm, revólveres calibre .38, pistolas .45, espingardas automáticas, metralhadoras Ingrid ou MiniUzi, *changones*, rifles e granadas.

Eu usei [arma] desde que eu tinha 13. As armas do grupo eram .38, .45, 9 mm e changones. Dependendo da guerra [...] a gente usava também metralhadora.

- Entrevista 3 (garoto de 16 anos)

Os métodos para se obter armas variam. Às vezes, elas são compradas em mercados clandestinos e às vezes obtidas através de roubos.

Depende. Se os caras têm dinheiro porque trabalham ou sei lá, eles compram [a arma] ou se não, eles roubam pra conseguir dinheiro pra comprar. Eles roubam dinheiro e se eles podem, eles roubam arma também. Quando alguém sai pra roubar, não deixa nada. Arma também pode se comprar no mercado negro — é o jeito mais barato de se conseguir. Arma boa, que funciona direito. Às vezes, os caras compram um hechizo [arma de fabricação caseira] também...

- Entrevista 2 (garoto de 17 anos)

Nas gangues de criminosos (*bandas*), as armas ficam sob controle do *jefe* local; se os grupos são ligados aos paramilitares, as armas são em geral controladas pelo chefe daquela zona. Armas de fogo podem também vir de um irmão, amigo ou de alguém próximo. A maioria dos entrevistados concorda que, parte do suprimento de armas ilícitas, advém das forças de segurança do governo, que podem vender as próprias armas ou aquelas que confiscaram de outro grupo. É relativamente fácil ter acesso a armas na cidade.

Se alguém tem uma moto, pode vender ela e comprar uma arma, ou pode tirar uma de alguém que estiver distraído, um guarda de segurança. Se você vai pro mercado negro e eles já te conhecem, é fácil, mas se você vai lá pela primeira vez, eles não vão te dar uma muito fácil porque eles podem ser pegos; eles vão te fazer um monte de pergunta primeiro. A polícia é uma farsa; eles vendem arma pras pessoas...

- Entrevista 7 (garoto de 15 anos)

Entrevistados de ambos os sexos disseram que fazia bem e que sentiam um fluxo de adrenalina quando usavam armas. Eles parecem menosprezar o fato de que arriscam suas vidas em disputas constantes por território e em batalhas armadas. As armas de fogo representam reconhecimento, poder, acesso a bens materiais e controle. Elas são também uma forma de exorcizar a dor, a raiva e as

³⁶ Secretaría de Gobierno, Alcaldía de Medellín. Relatório anual de homicídios e mortes violentas.

³⁷ Tirado de um estudo encomendado pelo Oxfam e realizado pelo autor sobre o impacto das armas de pequeno porte em Medellín, chamado “*Impacto de armas pequeñas en la salud, los Derechos Humanos y el desarrollo en Medellín, Colombia*” (2001).



frustrações que esses jovens sentem, já que há poucos espaços onde eles possam se expressar de forma não violenta.

As pessoas acreditam que nunca vão ser feridas com uma arma na mão. Você sente um monte de coisas. Você pode sentir medo, porque nessa vida você tem que sentir medo às vezes. Mas de tanto ficar ali, isso parece quase normal, como uma coisa que vai passar. Primeiro você sente um monte de emoção, você fica vaidoso, poderoso. Como aqueles que dizem, “Eu tenho o meu, eu tenho grana”. Eu não sinto mais nada. Eu já usei um montão de arma.

- Entrevista 9 (garoto de 17 anos)

Existem dois processos de treinamento para garotos e garotas que estão aprendendo a mexer com armas de fogo. Um ocorre no próprio bairro, com os amigos, e o outro como resultado de suas funções dentro e fora do grupo, que se desenvolvem vagarosamente num processo de adaptação e treinamento. De acordo com um garoto de 17 anos (Entrevista 2), “Eu não tive treinamento... Você aprende vivendo. Depois que você entra pra um grupo, você vê um montão de coisa, você aprende, você pratica com a arma”.

Entretanto, a partir do ano 2000, quando os grupos paramilitares começaram a cooptar e subordinar muitas *bandas* da cidade, eles também começaram a oferecer e às vezes forçá-las a treinar, em especial o manuseio de armas de longo alcance, mas também coleta de informações e tarefas de espionagem. Esses treinamentos ocorrem, em geral, na periferia da cidade sob controle dos paramilitares ou em espaços abertos, em áreas rurais, onde eles possuem escolas de treinamento.

Eu tive treinamento militar... A gente esteve em escola e tudo. Eles mostraram como é que se usa uma arma. A gente sempre treinava em lugares longe das cidades [...] O treinamento era uma vez por semana ou duas vezes por noite.

- Entrevista 8 (garoto de 16 anos)

A violência armada pode resultar de atividades como roubos ou esforços para expandir território ou defendê-lo.

Eu já estive em guerras... Eu fui ferido e foi por isso que tive de sair. Eu tinha 16. Muitas vezes me atacaram quando eu tava sozinho, desarmado. Eu tinha que sair correndo e chamar meus parceiros. Eles atiravam nos caras que estavam me seguindo. Se eu estava armado, eu corria pra algum lugar onde eu pudesse me esconder e, de lá, atirava neles.

- Entrevista 3 (garoto de 16 anos)

As garotas, por outro lado, têm em geral funções diferentes. Elas não participam diretamente das guerras, por exemplo, mas estão muitas vezes envolvidas nos roubos.

Eu era encarregada de segurar e carregar as armas e de comprar e guardar a droga, de ver o que as pessoas estavam fazendo, se estavam roubando; eu era olheira [...] Eu estava sempre correndo, os caras mais velhos me mandavam fazer coisas [...] ir matar alguém, carregar arma e droga, procurar alguém pra fazer ameaça. Quando eles mandam você fazer uma coisa, você tem que ir...

- Entrevista 5 (mulher)

Crianças e jovens envolvidos com a violência armada em Medellín são tanto vítimas quanto perpetradores. A maioria dos entrevistados disse que tinha cometido alguma agressão contra uma pessoa ou um grupo de pessoas. Em muitos casos, a linguagem corporal das crianças, durante as entrevistas, expressava dor e dificuldade na discussão desses temas.



Quando eu faço um assalto armado, eu estou ferindo pessoas, e se eu mato um inimigo, eu estou prejudicando a família delas. Eu roubo mais do que qualquer coisa, mas eu também já matei gente antes [...] Nos confrontos, você muitas vezes não vê se alguém cai ou é ferido. Eu já matei três pessoas, é isso aí.

- Entrevista 3 (garoto de 16 anos)

Perspectivas Futuras

Abandonar: garotos e garotas, tanto das gangues quanto dos grupos paramilitares, disseram que gostariam de sair — mas só se o estado, a comunidade ou a sociedade em geral pudesse garantir proteção plena, tratamento para abandonar as drogas e melhoria na qualidade de vida deles e de suas famílias. Também insistiram em que os adultos — seus *jefes* — não os envolveram ou pressionaram para que permanecessem. Entretanto, abandonar uma gangue ou um grupo armado por vontade própria gera riscos na maioria dos casos, tanto dentro do grupo quanto com os outros. Esses riscos forçam muitos a deixar o bairro e buscar soluções que garantam a vida e a mobilidade. Quando perguntado sobre o que pediria ao prefeito para resolver o problema dos grupos armados, um dos entrevistados disse:

Oficinas de reintegração para os jovens e as crianças, e trabalho. Pros que não tiverem terminado a escola, eu ia pedir educação, grupos para jovens. Aí ninguém ia entrar pra gangue, porque iam ter alguma coisa pra fazer e passar o tempo. Eu ia [também] pedir tratamento pra largar a droga.

- Entrevista 1 (garoto de 17 anos)

Oportunidades: há diferentes formas de sair de um grupo armado. Para os entrevistados envolvidos em gangues criminosas, sair depende de mudanças sociais e econômicas que garantam sua sobrevivência. Quando perguntado sobre o futuro, um entrevistado, de 17 anos, disse: “A vida continua, se Deus te dá força para ir em frente e conseguir o que você quer. Eu gostaria de uma vida nova, mas eu ia precisar de um monte de oportunidade” (Entrevista 2).

Soluções presentes e futuras: nenhuma das crianças entrevistadas disse que achava que os irmãos deveriam ingressar em grupos armados; muitas vezes, eles davam até conselhos contra isso baseados na própria experiência, que os fazia temer pela própria vida e pela de suas famílias. “Eu não quero que meu irmão entre num grupo que nem eu fiz, porque isso prejudica a comunidade, as pessoas. Apesar de eu ter feito isso, é a última coisa que eu quero,” disse um garoto de 15 anos (Entrevista 7).

Perguntou-se também aos jovens que sugestões eles têm para as futuras gerações envolvidas com o conflito armado. Alguns disseram que, a maneira mais eficiente de resolver isso, seria através de programas em que os jovens pudessem ser reintegrados à sociedade.

É, eu sei sobre o programa de reintegração. Eu sei que as pessoas que entregam as armas e saem dos grupos armados ilegais recebem educação, trabalho, às vezes saem até do país. Eu gostaria de entrar pra um programa desses [...] deixar pra trás os maus passos que eu dei, mas ao mesmo tempo, eu não iria, porque você já está nisso e [...] às vezes você não consegue fazer isso, a não ser que o seu superior vá e entre também.

- Entrevista 7 (garoto de 15 anos)

Esse último testemunho reflete os pensamentos de um garoto em relação aos programas de integração para a AUC. Pode-se ver que ele coloca sua lealdade ao grupo acima de tomar a decisão de participar de um programa que daria a ele outras oportunidades.

III. SOLUÇÕES PARA COAV

Essa seção enfoca os programas e as políticas públicas da cidade de Medellín. Também olhamos para igrejas e experiências da sociedade civil no trabalho com pessoas envolvidas na violência armada organizada, sejam elas garotos, garotas, jovens ou adultos. O estudo descobriu que há apenas dois programas na cidade que tratam desse problema específico: 1) um projeto da prefeitura da cidade chamado Re-Incorporação à Vida Civil; e 2) o Movimento Não Matarás, que é organizado por um grupo de jovens que vivem em comunidades violentas, com apoio da igreja católica. Cada um apresenta soluções alternativas para o problema da violência armada a partir de perspectivas completamente diferentes, em escalas e níveis territoriais diferentes.

Estudo de caso 1: Re-Incorporação à Sociedade Civil

O programa foi estabelecido pelo Conselho da Cidade de Medellín, em 2002, e planejado originalmente para a re-integração de 1.500 pessoas³⁸ em busca de reconciliação política, social e territorial, por um período inicial de um ano. Uma reportagem da imprensa mostra que, até outubro de 2003, ninguém havia sido “re-inserido” em decorrência do programa — ou pelo menos não havia informação indicando que isso havia acontecido.³⁹ No ano de 2004, seis pessoas envolvidas no programa haviam reconhecidamente sido reintegradas, embora nenhuma delas fosse criança. Isso pode ser considerado um fracasso em termos políticos e sociais.⁴⁰

Todas as informações parecem indicar que os esforços do programa se concentraram num processo de diálogo e negociação com o Bloque Cacique Nutibara, em Medellín. Mais de 850 membros do BCN estiveram inicialmente envolvidos no programa. Dessa forma, o programa de Re-Incorporação à Sociedade Civil apóia a política do governo de negociar com os grupos armados. Esses 850 participantes foram reintegrados em suas comunidades, em 25 de novembro de 2003, após a entrega das armas e um período de três semanas num centro educacional.

É importante notar que, 43 meninos e meninas envolvidos com o Bloque Cacique Nutibara, entraram no programa e foram subseqüentemente enviados para o programa de desmobilização do Instituto Colombiano do Bem-Estar Familiar, ICBF, que trata de crianças em grupos rebeldes e/ou paramilitares. Como parte do programa, as crianças receberam treinamento em projetos de vida, tiveram sua situação legal esclarecida e foram colocadas num programa de trabalho por um ano. O prefeito de Medellín garante que essas crianças trabalham com contratos de um ano em diferentes áreas, complementados por programas educacionais de acordo com suas necessidades individuais. Essas crianças desmobilizadas se organizaram numa ONG, a partir de onde elas gerenciam e coordenam suas responsabilidades. Esse programa não trata de crianças em gangues, independente das gangues trabalharem ou estarem alinhadas com grupos paramilitares ou rebeldes.⁴¹

É difícil avaliar os resultados do processo devido à falta de informação. Entretanto, há alguns pontos de interrogação sobre a propriedade e validade desse processo. O primeiro tem a ver com o número de pessoas desmobilizadas, considerando que o programa poderia atingir apenas 10% dos

³⁸ Como membros de grupos paramilitares.

³⁹ Reportagem de jornal em *El Colombiano* (30/10/03).

⁴⁰ Entrevista com um funcionário do Programa de Reconciliação e Paz de Medellín em 2004 (o nome novo para o Programa de Re-Incorporação à Sociedade Civil, a partir desse ano).

⁴¹ Desde 2002, tem havido um debate na Colômbia sobre a qualidade e a quantidade das condenações para jovens, e sobre a redução da idade mínima em que as crianças podem ser condenadas. O prefeito Luis Pérez Gutiérrez (2001-2003) propôs a necessidade de se reduzir a idade para 14 (atualmente é 18), usando o argumento de que é mais barato manter delinquentes na cadeia do que em centros de reabilitação. O projeto estabelece uma série de direitos para crianças em conflito com a lei, baseados em normas nacionais e internacionais, e propõe então medidas que fariam com que as crianças que cometessem crimes fossem tratadas como adultos. Isso vai contra o artigo 19, das normas da ONU, de administração de justiça para menores (Beijing), que diz que o confinamento deveria ser um último recurso e apenas por um período curto.



grupos armados, em particular os paramilitares. O segundo se refere à real aplicação dos princípios de verdade, justiça e reparação, que esse projeto simplesmente ignora, já que não envolve nenhum membro desmobilizado individualmente. Terceiro, tem havido acusações de que o programa incluiu pessoas que não estavam de fato ligadas a grupos armados, mas que foram especialmente recrutadas e aproveitadas por seus benefícios econômicos e sociais. Um quarto aspecto é o de que o programa requer que o estado proporcione segurança aos participantes e a suas comunidades, embora o controle da segurança continue a ser compartilhado entre o estado e os paramilitares.

De acordo com relatórios oficiais⁴² da administração atual, há planos sendo preparados para expandir o Programa Para Paz e Reconciliação (o nome novo do Re-Incorporação à Sociedade Civil), acrescentando uma fase de re-inserção e incluindo intervenções de segurança, saúde, geração de renda, treinamento, apoio psicossocial, acompanhamento e verificação.

Estudo de Caso 2: o Movimento Não Matarás

O movimento surgiu por volta de 1998 como uma iniciativa dos membros de gangue, que convidaram a igreja católica para participar, fornecendo apoio logístico e financeiro. O objetivo do movimento é fazer as pessoas aderirem a uma filosofia de não violência⁴³ e reconciliação, buscando a participação política e a da comunidade como alternativa à solução violenta de conflitos, satisfazendo necessidades básicas e promovendo a inclusão social. O movimento opera em 18 bairros de Medellín e se baseia em três princípios: prevenção; educação em áreas como direitos humanos, não violência, reconciliação, participação comunitária; e proteção para jovens em perigo iminente de serem mortos.

O Movimento Não Matarás está ainda ‘em construção’. De acordo com seus membros, está passando por avaliação, sistematização e mudanças estratégicas, baseadas nos resultados obtidos até agora em termos de proporcionar oportunidades para os membros. É difícil dizer com certeza se o programa é eficiente na diminuição de homicídios (esse é um de seus objetivos). O que podemos quantificar é que mais de 1.500 pessoas já passaram pelo programa, das quais 300 permanecem ativas — um índice de eficiência de 20%. Se compararmos esse índice com o do programa de re-incorporação do prefeito, e considerando os recursos investidos e a infra-estrutura disponível, fica claro que o Movimento Não Matarás é um dos programas mais bem sucedidos nessa área. Isso pode se dever em parte à substancialidade do programa, quando comparado a políticas do governo local que estão sujeitas a mudanças ou que podem simplesmente cessar.

É importante enfatizar que essa proposta não dialoga ou interage com as políticas do governo local. De acordo com um dos líderes do movimento:

*Apesar de sentir que o apoio do governo local para este programa é necessário e importante, não queremos isso ao preço de quebrar a autonomia do processo e porque, na verdade, não confiamos no atual governo local, que tem estimulado outros grupos armados e que não cumpre suas promessas.*⁴⁴

Essa iniciativa também possui suas limitações. Primeira, nenhuma proposta da sociedade civil pode substituir a ação do estado, porque o estado é o responsável pela garantia dos direitos das crianças. Segunda, esses esforços não modificam os contextos e as condições em que os grupos armados surgem. Um processo de desmobilização deveria vir acompanhado de oportunidades em outras áreas e do tratamento necessário quando há outros fatores associados, como a dependência de drogas, por exemplo.

⁴² Documento apresentado pelo diretor do Paz e Reconciliação (Alcaldía de Medellín, 2004-2007).

⁴³ Esse princípio está baseado nas idéias de Martin Luther King, nos Estados Unidos, e nas de Gandhi, na Índia, e vem sendo promovido em Medellín desde 1998.

⁴⁴ Entrevista 12.

Recomendações

- Assegurar que a agenda dos governos local, nacional e internacional inclua o problema de meninos e meninas, envolvidos com a violência armada organizada, que não tenham sido tradicionalmente definidos como combatentes, mas que tenham importância do ponto de vista quantitativo e como expressão importante da realidade urbana em países em desenvolvimento.
- Soluções políticas negociadas deveriam ser parte fundamental das políticas para acabar com o conflito social, político e armado na Colômbia. A política de paz deveria diferenciar entre atores armados distintos e as características dos vários grupos armados. A eliminação do status político como condição para diálogo e negociação não pode ser vista como desculpa para garantia de imunidade. Além disso, o controle da segurança pública não deveria ser compartilhado — seja como resultado da ação ou da omissão — com atores armados ilegais, nem deveria ser dado tratamento preferencial para certos atores armados no conflito.
- A Convenção dos Direitos da Criança e o Protocolo Opcional — a Colômbia assinou ambos⁴⁵ — deveriam ser vistos como instrumentos básicos para resolver o caso particular das crianças em grupos armados. Isso significa que programas e planos devem ser implementados a fim de garantir os direitos das crianças e proporcionar a elas o tratamento necessário, como educação, apoio psicológico e assim por diante. Políticas educacionais e preventivas deveriam prevalecer sobre a repressão.
- No quadro da Convenção dos Direitos da Criança e do Protocolo Opcional, as políticas para crianças, a serem implementadas pelos governos local e regional, deveriam levar em consideração a situação particular delas na violência armada organizada e no conflito armado. Isso não significa, entretanto, que as crianças envolvidas com grupos devam ser consideradas mais importantes do que a população total de crianças e jovens, cujos direitos devem ser também protegidos. As ações deveriam visar à modificação dos contextos que colocam as crianças em risco e não proteger os direitos de uma criança só porque ela está envolvida com um grupo armado.
- Funcionários do governo deveriam desenvolver programas e campanhas em nível local, nacional e internacional, planejadas para um período de tempo específico (um ou dois anos, por exemplo), direcionadas a retirar as crianças dos grupos armados, com base em processos e considerando fatores associados (dependência de droga, violência doméstica, educação, ênfase sobre o consumo, princípios morais etc.).
- No caso particular de Medellín, e em outras cidades da Colômbia, ao se elaborar políticas para a reintegração de crianças envolvidas com grupos armados, as necessidades da criança deveriam ter prioridade sobre a definição do grupo ao qual pertencem. Entretanto, as características do grupo deveriam ser consideradas, a fim de que se desenvolvam programas adequados de atenção e prevenção.
- Uma política de desarmamento e a redução da demanda por armas de fogo são urgentemente necessárias e deveriam estar baseadas sobre prevenção e desmobilização; os direitos da criança deveriam ter garantia plena. Essa política deveria incluir controle e restrições sobre os dois mercados de armas de fogo, o *legal* e o *ilegal*, e fornecer estratégias de comunicação para disseminar essa mensagem.

⁴⁵ À época da publicação, o Protocolo ainda não havia sido ratificado; ele foi adotado em 17 de junho de 1999; aprovado pelo Congresso através da lei 833 (2003); declarado constitucional pela Corte Constitucional através da Resolução C-172 (2004). Atualmente (dezembro de 2004), a ratificação do protocolo está sendo considerada por relevantes instituições governamentais; o ICBF e o Ministério do Interior apóiam a ratificação, entretanto, ainda se aguarda uma posição do Ministério da Defesa.

BIBLIOGRAFIA

- ANGARITA CAÑAS, Pablo Emilio. Violencias Urbanas y Conflicto Armado: Caso Medellín. Ponencia Foro Social Mundial Temático
- BUSTELO, Eduardo y Alberto Minujin , Editores. TODOS ENTRAN, PROPUESTA PARA UNA SOCIEDAD INCLUYENTE. UNICEF, Editorial Santillana. Pp.240-275. Bogotá, 1998
- FRANCO, Saúl. El Quinto: No matar. Contextos Explicativos de la Violencia en Colombia. Santa Fe de Bogotá. Tercer Mundo Editores IEPRI. 1999
- FRANCO, Vilma Liliana. Violencia, guerra civil y conflictos urbanos: El caso de la ciudad de Medellín, Colombia, en los años noventa. Ponencia Foro Social Temático Cartagena 16 al 20 de 2003.
- GRANDA MARIN, Alberto y Iván Darío Ramírez. Contexto General de la Violencia en Medellín MEMORIAS. Panel Sobre el Conflicto Urbano. ISA-ISAGEN – EEPPM. Agosto 2002. Medellín.
- RAMIREZ, Iván Darío y otros. “Formas y contenidos de la urbanización del conflicto político armado interno en Colombia: Medellín 1990-2000, un estudio de caso”.
- RAMÍREZ, Iván Darío. RED DE HERMANAMIENTO, PUEBLOS HERMANOS. LAZOS VISIBLES. Serie Medellín Entre Fuegos y Exclusiones. Documento 1. El Conflicto Armado Urbano, Las Iniciativas de Resistencia Civil y la Movilización Contra la Guerra y por la Paz. Medellín. Mayo 2002.
- RAMIREZ, Iván Darío y Gloria Bustamante. RED DE HERMANAMIENTO, PUEBLOS HERMANOS. LAZOS VISIBLES. Serie Medellín Entre Fuegos y Exclusiones. Documento 3. El Impacto del Conflicto Armado y la Exclusión en la Infancia. Urbano, Las Iniciativas de Resistencia Civil y la Movilización Contra la Guerra y por la Paz. Medellín. Mayo 2002.
- VIVIVESCAS, Fernando y Mauricio Rico, La Recreación y el Espacio Urbano en Medellín: El caso de la Comuna Nororiental.

AS PANDILLAS E NACIONES DO EQUADOR UMA REALIDADE TERRÍVEL E UMA TAREFA DESAFIADORA: DAS VÍTIMAS AOS VITIMIZADORES

Pesquisador Principal: Kleber Loor (Ser Paz)

Pesquisadores assistentes: Lídice Aldas (Ser Paz) e

Fernando Lòpez DNI (Defesa Internacional das Crianças)

Este capítulo enfoca as gangues territoriais juvenis urbanas, informalmente organizadas, conhecidas como pandillas, e as gangues de jovens altamente hierárquicas e organizadas, que existem em nível nacional, conhecidas como naciones. A Parte Um fornece um resumo contextualizado desses grupos. A Parte Dois lança um olhar mais atento à face humana desse fenômeno, traçando perfis dos indivíduos envolvidos. A Parte Três examina soluções possíveis para o problema, fazendo uma avaliação de políticas e programas sociais relevantes. A versão completa do relatório resumido neste capítulo pode ser encontrada em www.coav.org.br

Metodologia

As fontes principais de dados para este estudo incluíram: entrevistas com quatro líderes de *pandillas* e *naciones*; com dois ex-detentos; e visitas a áreas onde a violência armada organizada é considerada mais problemática, durante as quais foram realizadas entrevistas com oito líderes de *pandillas* e *naciones* locais, de seis áreas diferentes. As entrevistas com os quatro líderes de *pandillas* e *naciones* foram feitas a fim de rever e avaliar o conteúdo dos dados secundários coletados. Com o apoio desses líderes, foi feito contato com outros jovens que haviam estado envolvidos com a violência armada organizada, desde a idade de 13 anos. Portanto, um total de 12 entrevistas foi realizada nos seguintes locais: um centro de detenção para menores; um para adultos; e em áreas urbanas que parecem ter um alto nível de conflito envolvendo grupos armados organizados.

Para a Parte Três, os pesquisadores entrevistaram autoridades governamentais nacionais e locais. Em nível federal, as entrevistas foram realizadas com representantes dos setores do Ministério do Bem-Estar Social e do ministério que lida com a violência e com crime relacionados a jovens. Em nível municipal, foram conduzidas entrevistas com as autoridades responsáveis pela elaboração das medidas de segurança pública nas cidades de Quito e Cuenca. Sua contribuição foi importante porque, com a aprovação do novo Código da Criança e do Adolescente, os municípios (através de Conselhos de Crianças e Adolescentes) são responsáveis pela política para crianças e adolescentes.

I. RESUMO CONTEXTUALIZADO DE COAV

Perfil da Área de Estudo

Guayaquil é a maior cidade do país (2.032, 270) e a mais ativa economicamente.¹ O Equador tem atualmente uma taxa de homicídios anual de 13 por 100.000 habitantes.² Guayaquil é menos violenta que o Rio de Janeiro ou Bogotá, com índices de violência semelhantes aos de Miami, Cidade do México e Lima. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Censo, em 2001, a taxa de homicídio era de 20 por 100.000 habitantes.

Nos últimos quatro anos, mais de 1.000.000 de equatorianos emigraram para outros países em busca de oportunidades econômicas melhores.³ Também ocorreu migração interna, com Guayaquil se tornando a destinação preferida dos migrantes urbanos e rurais.⁴ Guayaquil possui 12 áreas urbanas marginais, dentre as quais três são consideradas áreas de alta criminalidade, onde agem *pandillas*, *naciones* e *bandas* organizadas, envolvidas com roubo de veículos e tráfico de drogas.⁵ El Guasmo, Isla Trinitaria e Bastión Popular. A população estimada desses três setores é de aproximadamente 900.000 habitantes, dos quais 400.000 estão na faixa etária enfocada neste estudo.⁶

É importante apontar que as condições precárias de vida (serviços básicos, saúde, habitação e educação) encontradas nesses bairros resultaram num aumento alarmante da violência, refletido nos altos níveis de conflitos familiares, alcoolismo, dependência de droga e delinquência.⁷ Outro fator determinante do aumento da violência é o desemprego, com índices de 9,5%, e o subemprego a 53,3%.⁸

Breve Análise Histórica da Situação

A violência nos bairros localizados na periferia da cidade, que foram estabelecidos na década de 1970, pode atribuída às disputas por terra. Os grupos armados foram criados originalmente para defender a terra e usados por líderes locais para reforçar seu poder e status.⁹ Nos subúrbios, adolescentes e jovens seguiram esse modelo de liderança a partir do final da década de 1970 em diante, com gangues se formando em escolas e bairros dessas áreas.

À medida que esses grupos se reforçavam, ocorriam lutas por reconhecimento, e a rivalidade entre as gangues aumentava, com disputas freqüentemente resolvidas através de batalhas travadas com pedaços de pau e pedras. A partir de 1986, as gangues começaram a usar armas de fogo rudimentares e o número de vítimas aumentou.

Na ânsia por obter mais notoriedade, esses grupos começaram a usar drogas e a executar ações criminais, como roubos e assaltos, despertando a atenção da mídia e da polícia.¹⁰ A partir de

¹ Ibid.

² *Diario el Universo*, 26 de agosto de 2003.

³ Dirección Nacional de migración y extranjería, Estadísticas de 2002.

⁴ Departamento de planeación urbana. M.I. Municipalidad de Guayaquil, 2002.

⁵ Estadísticas de delinquência, 2002, Comando Provincial del Guayas.

⁶ Instituto Nacional de Estadísticas y Censo, Relatório Anual 2002.

⁷ Consejo Nacional de la Mujer (CONAMU), Relatório anual de 2002.

⁸ Instituto Nacional de Estadísticas y Censo, Relatório Anual de 2002.

⁹ Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos, Archivos históricos, Guayaquil.

¹⁰ “Vandalos colegiales” in *Vistazo*, novembro de 1997.

1986, a repressão aumentou com a introdução de um “esquadrão voador” da polícia, que prendia jovens parados em esquinas ou calçadas de bairros da periferia. Em 1987, o Grupo Especial Antipandilla – GEA foi criado para combater as *pandillas*, e foi introduzido um toque de recolher para menores às 10 da noite.¹¹

Essas medidas repressivas levaram os jovens envolvidos com gangue a buscar, no exterior, modelos organizacionais que permitissem a eles manter controle territorial e crescer estrategicamente num ambiente clandestino. Essa nova forma de organização, conhecida como *naciones*, começou a existir no início da década de 1990 e ainda sobrevive hoje.¹² As *naciones* são estruturadas a fim de proporcionar confiança e proteção ao grupo como um todo e a seus membros, que fazem um pacto para toda a vida ao ingressarem. Em 2000, a polícia desmantelou 109 *bandas* (ver abaixo a descrição das *bandas*), cujos membros eram 50% menores.¹³ É importante observar que *pandillas* e *naciones* são um estágio de treinamento para um envolvimento posterior com as *bandas*; 70% dos membros de *bandas* presos pela polícia dizem que haviam participado anteriormente de *pandillas* e *naciones*.¹⁴

Atores Envolvidos

Em Guayaquil, *pandillas* e *naciones* são consideradas as principais organizações juvenis. A maioria dos grupos está envolvida com crimes, como posse de armas e consumo e tráfico de drogas. Atualmente, há cerca de 1.050 grupos informais envolvidos com a violência armada organizada (*pandillas* e *naciones*), abrangendo aproximadamente 65.000 jovens. A maioria vem de ambientes doméstico conflituosos, onde famílias desestruturadas têm levado a uma alta incidência de jovens violentos, inconformados, agressivos e excluídos.¹⁵ De acordo com um levantamento do Ser Paz, feito entre 1.688 estudantes, em dezembro de 2000, um em cada dois jovens entrevistados tinha vínculos diretos com *pandillas* ou *naciones*.¹⁶

Pandillas (ganges)

As *pandillas* são formadas, na maior parte, por jovens do sexo masculino, com idades entre 11 e 18, que compartilham os mesmos interesses em música, dança ou esportes, e possuem uma estrutura hierárquica informal. Esses grupos estão limitados a uma localidade geográfica específica. Os jovens envolvidos acham que as *pandillas* proporcionam a eles a segurança ou o apoio que a família, a sociedade e o governo não dão. As estimativas são de que, em Guayaquil, haja aproximadamente 1.000 *pandillas*, com entre 20 e 40 membros cada.¹⁷ Sua estrutura organizacional não inclui um líder definido, embora o membro mais violento ocupe muitas vezes a liderança. Eles não possuem regras definidas, alguns membros têm acesso a armas e consomem drogas. Recentemente, os *pandilleros* (membros da gangue) começaram a usar sinais de mão e roupas de certas cores para se definirem. Entre as *pandillas* mais conhecidas estão Los Contrás, La Muerte, Los Intocables, and Los Rusos.

¹¹ Comité Permanente por los Derechos Humanos, Arquivos da imprensa.

¹² Entrevistas com líderes de *naciones*.

¹³ *El Universo*, junho de 2000.

¹⁴ Entrevistas com ex-detentos.

¹⁵ Hogar de Tránsito de Menores (centro de detenção juvenil – Ed.), Departamento de Psicologia, relatório de 2002.

¹⁶ Levantamento entre estudantes em 11 escolas de Guayaquil sobre violência juvenil – Ser Paz, 2000.

¹⁷ PGU - *Ciudad y Violencias en América Latina*, Cali – Quito 1993. No capítulo “Guayaquil: pobreza, delincuencia organizada y crisis social,” o autor diz que, “de acordo com o Grupo Ante-Gangue da Polícia Nacional, há cerca de 1.000 ganges na área metropolitana de Guayaquil”.



Naciones

As *naciones* começaram como uma alternativa às *pandillas*, quando estas últimas se tornaram cada vez mais visadas pela polícia. Existem cerca de 50 *naciones*, com entre 100 e 1.000 membros cada, com idades em geral entre 12 e 24 anos. As *naciones* possuem um líder e uma estrutura hierárquica piramidal que permite a elas criar ramificações em diversos setores da cidade. Seu objetivo principal é dominar território.¹⁸ As maiores *naciones* de Guayaquil são Latin Kings, Ñetas, Masters, Rebel People, Hierro, Big Clan, New People e Némesis. Elas desenvolvem projetos artísticos e culturais a fim de atrair novos membros, de fazer propaganda de suas atividades e para mostrar sua organização e seu poder.

Bandas

As *bandas* são grupos armados formados na maior parte por jovens e adultos, entre 18 e 30 anos. São chefiadas por adultos e estão envolvidas com crimes e tráfico de drogas. Menores participam delas e são usados como informantes, chamarizes e para desmontar carros roubados e transportar drogas. Os jovens das *bandas* são pagos e recebem proteção enquanto estão ativos. As atividades criminais principais realizadas pelas *bandas* incluem assaltos, seqüestros, tráfico de drogas etc. Cada *banda* tem entre 30 e 40 membros.

Estrutura de Comando

Em geral, o membro com mais experiência e que demonstra maior capacidade no grupo chefia uma *nacion*. Os líderes secundários, que desfrutam de sua total confiança, seguem-no na hierarquia. Esses são sucedidos, por sua vez, por um grupo de consultores formado por não mais que 10 membros e escolhidos pelo líder, com base na história de cada membro dentro da *nacion*. De acordo com o testemunho de um membro, quando um líder vai preso, o chefe de célula mais velho assume o poder até ele sair da prisão.

Os líderes de subgrupos chefiam células, *puntas* (células de *naciones* dispersas pelo mundo) ou *ramificaciones* que estão distribuídas em diferentes zonas da cidade. Tanto o líder máximo quanto os chefes de célula comandam membros chamados de *oscuros* ou *tanques*, que agem como tropas de choque armadas. Os líderes da organização determinam as regras, os códigos de comunicação interna, os símbolos e os sinais que identificam cada *nacion*. Seguir as regras é uma obrigação de todo membro e seu descumprimento é punido. Os castigos podem incluir tortura física, a obrigação de conseguir armas e dinheiro para o grupo, ter de realizar roubos e assaltos ou vender drogas. Um exemplo disso é um membro do Latin Kings, entrevistado para este estudo, que apanhou e foi baleado nas pernas após tentar abandonar o grupo.¹⁹ Os líderes de prisão costumam ser membros de *bandas* com quem os membros das *naciones* firmam alianças estratégicas, a fim de receber proteção ou para tocar os negócios de dentro ou fora da prisão.

Relações com a comunidade

Pandillas e *naciones* exercem controle territorial sobre os bairros onde agem. Dentro da comunidade, seus membros não portam armas abertamente, a menos que haja confronto ou ameaça de um grupo rival. As armas ficam guardadas em esconderijos, designados pelos líderes, e sob a responsabilidade de um membro do grupo conhecido como “guarda”. Na maioria dos bairros, os moradores locais vêem as *pandillas* e *naciones* com indiferença, medo ou rejeição, enquanto uma pequena minoria os vê positivamente por causa de seu envolvimento com arte, música ou esportes.

¹⁸ Entrevistas com líderes de *naciones*.

¹⁹ Entrevistas.



Quando esses grupos organizados estão em relações amigáveis, é permitido o trânsito de membros entre as áreas controladas por cada grupo. Durante épocas de conflito, entretanto, um membro não pode passar de uma área para outra controlada por grupo rival. Os moradores que não estão envolvidos com *pandillas* e *naciones* podem passar livremente entre as zonas. A única regra que devem seguir é não informar à polícia ou comentar publicamente sobre as atividades da gangue.

*Eles ameaçam a gente, dizendo que se a gente abrir a boca, eles matam, e eles andam mais bem armados que a polícia, porque eles têm rifle de repetição, revólver, palomera [armas de fogo de fabricação caseira] e muito mais.*²⁰

Moradores de Isla Trinitaria

Papel do Estado

Ao longo da última década, o governo nacional liberou poucos recursos para os ministérios envolvidos com política social, ou seja, do Desenvolvimento Humano, do Trabalho, da Educação, da Saúde e da Habitação. Isso reflete a pouca atenção dada a crianças e jovens no Equador.²¹ Além de terem um orçamento muito limitado, esses ministérios são francamente burocráticos e não elaboram programas integrais e abrangentes para adolescentes, com apenas 24% das crianças em risco do Equador se beneficiando de alguma forma de algum programa.²²

Em 1997, o governo federal criou a Direção Nacional de Polícia Especializada Para Crianças e Adolescentes (DINAPEM em espanhol). Esse departamento especial da polícia é a única organização governamental direcionada exclusivamente a jovens envolvidos com atividades delinquentes e violência.

Dentro das instituições penais, os líderes das *naciones* e *bandas* impõem as regras para os detentos, e existe um alto nível de corrupção e violência envolvendo detentos e funcionários; isso inclui o pagamento de cotas para receber comida e até para ter espaço suficiente para dormir. O tráfico e o consumo de drogas, assim como a venda e o uso de armas, são comuns. Essas atividades são organizadas na maior parte pelas *bandas* formadas por adultos, com quem *pandillas* e *naciones* firmam alianças em troca de proteção.

Em áreas de alta criminalidade na cidade (como El Guasmo, Isla Trinitaria e Bastión Popular), os moradores contaram aos pesquisadores que há um nível de cumplicidade entre a polícia e as *pandillas*. Um líder de bairro disse que “a polícia sabe da atividade das gangues, eles sabem quem são os líderes e sabem onde as drogas são vendidas”.

No final de 2002, o governo provincial de Guayas, as subsecretarias de Bem-Estar Social, Educação, Saúde e o DINAPEM pediram a várias organizações da sociedade civil para participar de um novo Plano Ante-Gangue, que incluiria projetos para satisfazer as necessidades de emprego, educação e recreação múltiplas de adolescentes e jovens.

Dois homens entrevistados numa prisão para adultos foram detidos numa cela especial, reservada a prisioneiros capazes de pagar entre US\$ 300 e 500 para proteção contra abuso sexual, violência e extorsão por parte dos outros detentos. Um jovem na prisão, que havia estado envolvido com um grupo desde os 14 anos, estava detido numa cela onde não se fornecia proteção adequada.

²⁰ *El Universo*, 1º de agosto de 2003.

²¹ Formado pelas seguintes instituições: Dirección Nacional de la Juventud, Direcciones Provinciales de Educación, Operación de Rescate Infantil, Programa Nuestros Niños, Instituto Nacional del Niño y la Familia, Programa Nacional de Educación Preescolar, Dirección Nacional de Policía Especializada en Niños y Adolescentes, Consejo Nacional de Control de Sustancias Estupefacientes y Psicotrópicas, clínicas de saúde pública que tratam especificamente de crianças e adolescentes.

²² Censo de população e habitação do INEC, de 1990, versão online SESE (2000).



Ele não recebeu ajuda de seu grupo, porque era considerado traidor por ter dado informações a um líder de grupo que havia participado de um roubo.

Comércio Legal e Ilegal

Os grupos e seus membros se envolvem com atividades comerciais ilegais, que proporcionam dinheiro a curto prazo.²³ Entre essas atividades estão tráfico de drogas, venda de componentes de carros roubados, de telefones celulares e de outras mercadorias roubadas, e forjar e vender cartões de telefone falsos. *Pandillas* e *naciones* passam carros roubados para membros de *bandas*, que os vendem em cumplicidade com policiais e autoridades de trânsito.²⁴

Algumas das *bandas* com quem as *pandillas* e *naciones* mantêm negócios estão ligadas a redes de tráfico internacional e nacional de drogas e ao contrabando. Essas redes fazem uso de um sistema de distribuição simples e rápido. Distribuidores contatam líderes de *pandillas* e *naciones* e oferecem para eles ganhos iniciais de até 100% sobre os lucros da venda, assim como o fornecimento de drogas para consumo próprio. Oito dos jovens entrevistados para este estudo participaram ou participam da venda de drogas, que é feita em geral na porta das escolas de bairros da periferia.

Quando pegos pela polícia por tráfico de drogas, os menores envolvidos com gangues têm de pagar mais propina para ganhar a liberdade do que quando são presos por acusações de roubo ou assalto.²⁵ De acordo com um membro de 18 anos pertencente a uma *nacion*, “A primeira vez que eles me pegaram roubando, eles me prenderam; minha mãe teve que pagar US\$ 100... Depois disso, eles me pegaram com uns pacotinhos da coisa branca e ficaram rodando de carro comigo pela cidade por três horas, ameaçando me prender junto com os caras grandes... A gente teve que pagar US\$ 300 pra eles me deixarem ir”.

Confronto Armado

Os menores envolvidos com *pandillas* e *naciones* começam a usar armas após o ingresso (com 11 ou 13 anos de idade). Entretanto, armas de fogo são portadas apenas por membros de longa data, aqueles que demonstraram capacidade, que chefiaram uma célula ou fazem parte dos batalhões de choque da *nacion*, conhecidos como *oscuros* e *tanques*, que são adolescentes entre 14 e 20 anos que carregam armas e são subordinados diretamente ao líder.

As armas são usadas como demonstração de força, durante confrontos entre os grupos por causa de território e para resolver outras disputas. Confrontos armados e atos criminosos, executados por membros de *pandillas* e *naciones* têm causado mortes e ferimentos tanto deliberadamente quanto devido a balas perdidas; eles vêm também causando a remoção de algumas famílias das áreas dominadas por esses grupos. Um morador do bairro Sauces 6, que foi atacado por membros do Latin Kings, disse, “Eles tentaram queimar a casa e ameaçaram matar a gente, porque meus filhos sabem sobre os crimes que a gangue comete... Eu tenho que sair do bairro, proteger minha família”.

Informações coletadas a partir dos meios de comunicação da cidade (*Diario El Universo* e *El Comercio*) mostram que há um envolvimento crescente dos grupos com a violência, que resultam em ferimentos à bala. Em janeiro de 2002, 1.360 pessoas foram feridas por membros de *pandillas* e *naciones*, comparadas a 1.643 em agosto de 2003. De acordo com esses dois jornais, houve um aumento das mortes causadas por arma de fogo durante os meses de janeiro e maio de 2003; de

²³ Entrevistas com líderes de *naciones*.

²⁴ Entrevistas com membros de gangue e de *naciones*.

²⁵ Entrevistas com líderes de *naciones*, arquivos do Ser Paz, maio de 2000.



acordo com líderes de *pandillas* e *naciones* isso está ligado às seguintes datas especiais: o dia dos Reis Magos, que é considerado um símbolo de poder e liderança nos grupos, e o começo das aulas em maio, quando há a necessidade de demonstrar controle de território dentro das escolas.

As armas usadas variam de *cartucheras* de calibre 16 (armas de fabricação caseira que disparam uma bala de cada vez), que custam US\$ 20 nas ruas, a armas de fogo estrangeiras como revólveres Smith Wesson, cujo preço oscila entre US\$ 200 e US\$ 250, e rifles de repetição como o Mosberg 5 a US\$ 600. As armas de fogo são compradas com as cotas reunidas pelos grupos. Enquanto líderes e membros de alto escalão portam armas abertamente, a maioria delas é mantida sob guarda permanente em local secreto.²⁶ As armas de fogo são também obtidas por meio de roubos ou assaltos a guardas de segurança ou a outros cidadãos armados.

II. PERFIS DE COAV

Histórias de família

Dos 12 entrevistados, dois tinham entre 13 e 15 anos e seis entre 16 e 18. Dois dos 12 eram mulheres. A maioria dos entrevistados vinha de lares com um dos pais apenas, onde a mãe era chefe da casa. Quatro dos jovens entrevistados disseram que se davam bem com os pais, seis disseram que o relacionamento com os pais é normal, embora se sintam incompreendidos, e dois o consideraram mau. De acordo com um membro de *nacion*, de 16 anos, “a gente quase nunca vê meu pai porque ele não mora com a gente, ele só aparece quando está doente ou quando precisa de alguma coisa de casa... Ela [a mãe] diz que a gente não presta pra nada, que ela está cansada, e ameaça deixar a gente pra ver o que vai ser de nós”.

De acordo com o Sexto Comissariado Para Mulheres de Guayaquil, a violência familiar é uma das causas principais das queixas apresentadas. Menores entrevistados no Lugar de Trânsito (um centro de detenção para menores) disseram que eram constantemente mal tratados, verbal e fisicamente, por pais e outros membros da família.

As casas costumam ser cheias de gente e com pouca privacidade, o que, somando-se à falta de comunicação, pode levar a conflitos e à necessidade de encontrar alternativas ao ambiente doméstico e aos relacionamentos familiares na rua.

Muitas das famílias que vivem em bairros de baixa renda ou de subúrbio fizeram parte das migrações de habitantes rurais para a cidade, e os chefes de família tendem a ter pouca escolaridade; isso, por sua vez, afeta as oportunidades educacionais disponíveis para os jovens. Na cidade de Guayaquil, 70% dos jovens em *pandillas* e *naciones* terminaram a escola primária e 30% a secundária.²⁷ Nove dos 12 entrevistados não estavam estudando na época da entrevista; quatro deles haviam terminado o nível elementar de educação e três, o secundário. Três dos 12 entrevistados estão no primeiro ano da universidade e disseram que têm poucas possibilidades de terminar, devido à necessidade de encontrar trabalho. Entre os obstáculos aos estudos, citados pelos entrevistados, estão a situação econômica e a falta de apoio das famílias.

Nove dos 12 jovens entrevistados pertencem a famílias muito pobres, cuja renda não cobre 60% de suas necessidades básicas. Dois vêm de famílias consideradas pobres; podem satisfazer apenas as necessidades básicas e têm acesso a serviços públicos mínimos, como educação, saúde etc. Um membro pertence à classe média.²⁸

²⁶ Entrevistas com líderes de gangue e de *naciones*.

²⁷ *El Universo*, 14 de fevereiro de 2000.

²⁸ A pobreza é demonstrada no caso de Juan, que mora num barraco em um dos bairros mais pobres da cidade. Ele possui semelhanças com outros jovens entrevistados: 17 anos, morando com a mãe e dois irmãos mais novos, uma tia e um

Um membro das *naciones*, de 14 anos, disse que, quando um membro da família fica doente, é preciso levantar dinheiro através de biscates. Quando estes não estão disponíveis, ele se junta a outros jovens para assaltar ônibus, bater carteiras ou vender drogas. “Quando a minha mãe ficou doente, não tinha dinheiro pra ajudar ela ou pra comer, e os meus irmãos do grupo, em solidariedade, fizeram uma coleta pra comprar o remédio que ela precisava, enquanto eu procurava trabalho. Como eu não encontrei, eu decidi me juntar com dois amigos e assaltar os carros parados no sinal”.

Jovens envolvidos com *pandillas* e *naciones* podem estar empregados no comércio, como eletricitas e técnicos de computadores. De acordo com os entrevistados, para se ganhar mais de US\$ 80 por mês, tem que se estar na universidade, ter contatos e se vestir bem. Dez dos 12 entrevistados estão desempregados ou subempregados.

Processo de Envolvimento

Os grupos medem força em parte pela quantidade de membros que possuem e de escolas onde estão presentes. Isso significa que há um recrutamento constante de novos membros. Nas décadas de 1980 e 90, de acordo com líderes de grupos, a idade mínima de recrutamento era 13. A partir de 2000, com o conflito crescente entre os grupos, os membros novos podem ter até 11 anos de idade e estar nas últimas séries da escola primária. De acordo com um membro de 16 anos, “O nosso grupo começou há seis anos atrás. Primeiro, só quem já tinha feito 13 podia entrar, mas em 2000, os grupos começaram a aceitar garoto de escola e depois disso, a gente achou que tudo bem, porque os garotos são mais obedientes e, mesmo que pareça mentira, mais espertos quando recebem uma ordem”.

Dos doze entrevistados, dez ingressaram inicialmente numa *pandilla* que, em alguns casos, se transformou em *nacion*. Em outros casos, os adolescentes decidiram abandonar sua *pandilla* para ingressar numa *nacion* ou *banda*. Dez dos 12 ingressaram com idades entre 13 e 17 — 13 sendo a idade comum de entrada. As garotas entrevistadas ingressaram com idades entre 16 e 17. Isso se dá provavelmente pelo fato de que as famílias tendem a exercer maior controle sobre as atividades das meninas.

A maioria dos adolescentes escolheu ingressar nos grupos. Onze dos 12 disseram que foram motivados pelo interesse em participar das diversas atividades de recreação realizadas pelos grupos. Um entre os entrevistados disse que foi convidado a ingressar por amigos que já eram membros. Eles citaram a possibilidade de poder contar com um grupo de amigos confiáveis como razão principal para o ingresso. Outras razões incluíam identificação com as cores, símbolos e acessórios do grupo, curiosidade e poder fazer algo divertido e diferente. Enquanto os jovens participam das atividades de recreação do grupo e começam a se identificar com ele, são informados sobre os requisitos para se tornar membro; esses incluem um período de experiência entre três e seis meses.

Nesse estágio, os jovens desempenham diversas tarefas que, dependendo do grupo, podem ser legais ou ilegais. Entre as atividades mais comuns durante esse período de experiência estão espionar outros grupos, indivíduos ou instituições, recrutar novos membros e exigir fundos ou material para o grupo.

primeiro. A renda mensal da família está em cerca de 140 dólares, ganhos pela mãe (lavadeira) e pela tia (vendedora de doces). Os ganhos mensais não cobrem as necessidades básicas.



Envolvimento Atual

As *naciones* possuem uma estrutura hierárquica piramidal com um líder homem e um conselho consultivo, formado pelos chefes de célula que servem há mais tempo no grupo. O conselho é responsável por coordenar, controlar, vigiar e aconselhar as diversas ramificações ou células das *naciones*, em Guayaquil e noutras cidades. Os membros que servem há mais tempo e são mais confiáveis desempenham diversos papéis dentro da hierarquia. Outros membros participam de diversas atividades (dança, esportes, batismos, roubos, brigas com outros grupos etc.). Entre os papéis importantes estão:

Oscuros: grupo armado diretamente subordinado ao líder do grupo.

Guarda-costas: grupo armado que acompanha permanentemente o líder máximo ou os chefes de célula.

Assistentes de líder: reservado para os membros do grupo que servem há mais tempo. Responsáveis por organizar as atividades e reuniões para o líder.

Informantes: são na maioria membros que estão passando pelo período de experiência. São responsáveis por atividades como espionagem e investigação de outros grupos e da polícia sobre suas atividades e, em alguns casos, costumam realizar assaltos e roubos.

Mediadores: escolhidos entre os membros que servem há mais tempo e aqueles com conhecimento maior sobre a organização e suas regras. Eles ajudam a resolver conflitos internos.

Coordenadores artísticos: membros que têm talento para as artes: música, dança, grafite, confecção de acessórios característicos do grupo (colares, pulseiras, anéis).

Dos 12 entrevistados, um era líder máximo de uma *nacion* e outro, chefe de célula. Quatro eram guarda-costas e o restante era formado pelo assistente do líder, um informante, um mediador e um *oscuro*. A maioria disse que suas tarefas proporcionavam a eles um sentimento de segurança e reconhecimento. Oito deles disseram que seu papel no grupo representa poder.

Os entrevistados afirmaram que, dentro da estrutura piramidal de uma *nacion*, códigos, símbolos e regulamentos internos são mantidos para fornecer ao grupo uma identidade e para o distinguir de outros. As regras devem ser seguidas estritamente, como a frequência constante e pontual nas reuniões, o cumprimento de ordens e a defesa e o respeito a símbolos e acessórios do grupo. Os membros devem estar prontos para fornecer assistência incondicional a outros membros e disponíveis quando convocados pelo líder.

As sanções por infração de regras variam e incluem castigos físicos, como exercícios forçados e surras que, às vezes, podem requerer hospitalização. Alguns disseram que há punições específicas para o não cumprimento das regras relacionadas a cotas e a missões particularmente perigosas (como infiltração em grupo rival). Os castigos mais severos são aplicados quando um membro decide abandonar o grupo ou quando são passadas informações para um grupo rival. Membros homens punem membros homens e membros mulheres punem, em geral, outras mulheres. Como a maioria dos membros é homem, os membros mulheres podem estar sujeitos a punições que incluam abuso sexual.

Violência Armada

De acordo com todos os 12 entrevistados, o motivo básico para portar armas é a necessidade de defesa pessoal. As armas são também usadas para executar assaltos e roubos. Nove dos 12 disseram que se sentem seguros quando portam ou usam armas, por causa do poder e do respeito que ganham. Os outros três disseram que usam armas devido às constantes ameaças recebidas de outros grupos e, embora sintam medo quando as usam, elas dão a eles uma sensação de poder e são um meio de sobrevivência.

Como afirmado anteriormente, a idade média para ingressar em *pandillas* e *naciones* está diminuindo; isso está diretamente relacionado à idade em que os jovens envolvidos com esses grupos começam a usar armas (já que são muitas vezes testados com armas durante o período de experiência). Apenas dois dos entrevistados haviam recebido treinamento com armas de fogo; o restante aprendera por si. Quatro dos 12 entrevistados começaram a usá-las aos 14 anos, dois aos 13 e dois aos 12.

As armas de fogo são usadas com frequência nos confrontos entre *pandillas* e *naciones*. Eles ocorrem em geral por causa de disputas por território, para se ficar quites com membros de outros grupos e como demonstração de força e poder. Onze dos 12 entrevistados disseram que haviam participado de confrontos armados. Todos eles tinham disparado suas armas durante esses confrontos, sete haviam sido feridos e nove visto outros feridos. Oito entre os 12 disseram que já tinham visto alguém ser morto por outro membro de *pandilla* ou *nacion* e cinco disseram que haviam matado alguém.

Os entrevistados declararam que o uso de drogas é um dos fatores que mais contribui para a violência crescente e é comum a todos os grupos. Eles comentaram que pelo menos 50% dos membros usam ou já usaram algum tipo de droga. Cinco dos 12 começaram a usar quando tinham entre 13 e 17 anos. A metade usa maconha e dois entre os 12 usam cocaína. Entre as drogas consumidas estão *crack*, coca, haxixe e *plomo* (uma mistura de drogas). Sete dos adolescentes disseram que estavam sob efeito de algum tipo de droga quando participaram de crimes e que as drogas deram a eles a capacidade de lidar com a situação.

Perspectivas futuras

Os jovens entrevistados para este estudo tinham poucas idéias a respeito de seu futuro. Numa conversa com um assistente de líder, de 18 anos, sobre um projeto de micro-empresa, ele disse, “seria bom conversar como os camaradas novos, com esses que estão chegando, para ver se isso é possível... Se eu ainda estiver por aí, eu vou apoiar isso. Ninguém tem garantia na vida, entendeu? Eu posso já ter me ido então”.

Sete entre os 12 entrevistados disseram que gostariam de um dia serem profissionais, e três que gostariam de ter o próprio negócio. Embora todos os entrevistados dissessem que o grupo é mais importante que a família e nove dos 12, que não o deixariam por razão alguma, dez afirmaram que não gostariam de ver irmãos e irmãs ingressando.

Oito dos jovens disseram que *pandillas* e *naciones* são alternativas positivas, em virtude da exclusão a que estão sujeitos, com poucas oportunidades de educação e emprego. De acordo com eles, os grupos proporcionam apoio, reconhecimento e segurança. Para um chefe de célula, de 21 anos, “Se tem pessoas jovens no grupo, a gente sente que não está sozinho, se a gente está sozinho, se sente humilhado e perseguido”.

III. SOLUÇÕES PARA COAV

As instituições oficiais do Equador não consideram crianças e adolescentes na violência armada organizada um problema urgente. De acordo com Lorena Vinueza, diretora metropolitana da Direção de Segurança do Cidadão, do município de Quito, “Do meu ponto de vista, o uso de armas pelos jovens ainda não é um problema importante em Quito”. Entretanto, um número significativo de jovens em centros de reabilitação cometeu crimes nos quais foram usadas armas. De acordo com Raúl Casares, chefe de reabilitação da Direção Nacional de Proteção ao Menor, do Ministério do Bem-Estar Social, “Estamos falando sobre cerca de 60% dos adolescentes que chegam ao centro [por] assaltos, roubos, estupros... E quase sempre a ameaça é reforçada por uma arma [...] de fogo”.

Em termos estruturais, a violência armada é resultado da incapacidade do estado de satisfazer as necessidades básicas do cidadão e da dissolução da família. De acordo com Júlio César Obando, diretor da Polícia Nacional, “A violência envolvendo crianças e jovens no país é um produto social de [...] necessidades que não foram sanadas. Também, um dos problemas principais é a falta de uma unidade familiar”.

As medidas públicas envolvem repressão em vez de prevenção. A instituição que deveria lidar diretamente com o problema de crianças e adolescentes envolvidos com a violência armada é o Ministério do Bem-Estar Social. Entretanto, o ministério, através da Secretaria Nacional de Proteção ao Menor, só se envolve depois do adolescente já ter cometido o crime e estar numa instituição.

Para o chefe de reabilitação da Direção Nacional de Proteção ao Menor, a ausência de políticas públicas sobre essa questão é resultado da falta de vontade política para lidar com problemas que não são vistos como prioridade. “Às vezes, não há vontade política para ver o problema, só as prioridades são consideradas, e eu acho que tudo é prioritário quando se trata de proteção integral”. De acordo com o funcionário, o governo não está interessado em desenvolver medidas de prevenção, uma vez que seu impacto sobre a redução da violência no Equador ainda não foi medido.

O trabalho do DINAPEN se reduz a intervir quando os jovens entram em conflito com a lei; não há políticas ou planos institucionais específicos, direcionados ao problema de crianças e adolescentes envolvidos com a violência armada organizada.

Dois projetos de ONGs, envolvendo *pandillas* na cidade de Guayaquil, foram selecionados como exemplos de boa prática. O CEFOCINE (Centro de Educação e Formação em Cinema e Televisão) foi escolhido porque trata diretamente de crianças implicadas com a violência armada organizada em um dos setores mais conflituosos do país e porque um consultor externo avaliou seu trabalho. O Ser Paz foi escolhido, como no caso do CEFOCINE, por tratar diretamente do problema em questão e pelo reconhecimento de seu trabalho por autoridades, como o município de Guayaquil e o DINAPEN.

Pandillas: uma Aposto na Esperança

CEFOCINE²⁹

Esse projeto trabalha com *pandillas* nos subúrbios de Guayaquil. A experiência foi avaliada em suas duas fases de execução. O objetivo do projeto é converter *pandillas* em grupos de jovens que criem as próprias oportunidades e ajudem as crianças a se integrar na sociedade. O

²⁹ www.cefocine.org



projeto está direcionado para membros jovens de *pandillas* ou para os que ele considera em risco de envolvimento, entre 13 e 20 anos de idade; atualmente, há 387 jovens participando do projeto em três bairros de subúrbio. Através de reuniões de grupo, o projeto visa criar os níveis necessários de comunicação e desenvolvimento para que os participantes construam projetos de vida positivos. O Projeto *Pandillas* enfoca o jovem como protagonista de mudanças sociais e pessoais, a fim de que adquira um conhecimento melhor de seu potencial como pessoa capaz, com muito a oferecer para a sociedade. A avaliação do projeto o considerou um sucesso e viu sua maior conquista no desenvolvimento de atitudes positivas, de autoconfiança e crescimento pessoal entre os participantes jovens. De acordo com o relatório de avaliação, “é notável que o foco do projeto e a metodologia usada tenham obtido resultados claros, demonstrados pelo valor que os jovens se dão e pelo entendimento mais positivo de seu potencial humano”.

Projeto de Capacitação de Lideranças

O projeto é coordenado pelo Ser Paz, uma organização não governamental de Guayaquil, e trabalha diretamente com líderes de 17 *pandillas* e *naciones*, de seis áreas urbanas da cidade. Através de treinamento, o projeto visa construir uma cultura de resolução pacífica de conflitos entre os líderes. A metodologia inclui transparência e honestidade em ações e relacionamentos, reconhecimento e respeito a estilos de vida e aos conhecimentos dos participantes, e um foco sobre os aspectos positivos do envolvimento de grupo, como arte grafiteira, música e roupa de *pandilla*. As atividades do projeto incluem: treinamento em resolução de conflitos; cursos de grafite e pintura de “murais da paz” públicos; competições de música; espaço no rádio para histórias positivas relativas a *pandillas*; e criação de pequenos negócios para os participantes como fonte de renda alternativa. O projeto resultou em diálogo e acordos de paz entre *pandillas* e *naciones* rivais, em reconhecimento pelas autoridades escolares locais da seriedade do problema, em espaço na mídia para histórias positivas sobre *pandillas* e *naciones*, no estabelecimento de confiança entre grupos rivais, em apoio financeiro de empresas privadas para o projeto, e na criação de canais de comunicação entre líderes de *pandillas* e *naciones* e instituições públicas e grupos da sociedade civil.

Propostas para a elaboração de políticas públicas

As propostas apresentadas pelos entrevistados, sobre o problema de crianças e adolescentes na violência armada organizada, estão relacionadas principalmente à solução de dificuldades estruturais. Isso inclui a elaboração de uma política nacional que resolva a desigualdade social e assegure acesso a serviços públicos de qualidade.

Um representante do município de Quito propôs que uma política de segurança pública integrada substitua a política de segurança nacional. A lei deveria incluir medidas de prevenção e re-inserção. “Porque agora temos a Lei de Segurança Nacional [que] não trata da segurança do cidadão; há uma lacuna nessa lei, já que a segurança do cidadão inclui [agora] um problema mais recente”.

Deve-se pôr uma ênfase especial sobre a necessidade de se trabalhar com a família e a escola. Para um funcionário do Ministério do Bem-Estar Social entrevistado, a formação de valores positivos deveria fazer parte de qualquer política que tente reduzir a violência, e prevenção é fundamental. “Pelo que eu sei, a melhor solução para um problema é sempre a prevenção, do ponto de vista médico, criminal ou de qualquer outro”.

Os entrevistados também fizeram as seguintes propostas: melhorar o treinamento profissional da polícia e restringir sua área de ação ao controle do crime; desenvolver programas



para os jovens *pandilleros*; e reservar os recursos necessários para se elaborar uma política de reabilitação.

Recomendações

As recomendações a seguir foram elaboradas após consulta a diversas organizações que tratam do problema de crianças e adolescentes envolvidos com a violência armada organizada:

- Criar iniciativas para substituir a Lei de Segurança Nacional pela Lei Integral Para Segurança do Cidadão;
- Resolver o problema de crianças e adolescentes envolvidos com a violência armada organizada no que diz respeito à questão de *pandillas* e *naciones*;
- Criar uma entidade do estado para tratar do problema de *pandillas* e *naciones* a partir de uma perspectiva de COAV;
- Tratar do problema de *pandillas* e *naciones* nos planos “cantonales”³⁰ e no Plano de Dez Anos Para Crianças e Adolescentes, que está em fase de elaboração;
- Promover uma cultura da paz dentro do sistema educacional;
- Reforçar os mecanismos de controle de armas;
- Desenvolver um plano para monitorar e controlar a posse de armas de fogo;
- Propor iniciativas legislativas que endureçam as leis para a venda ilegal de armas de fogo;
- Criar medidas direcionadas a *pandillas* e *naciones* que busquem re-orientar suas práticas e formas de relacionamento;
- Aumentar a compreensão de que o problema de *pandillas* e *naciones* não poderá ser resolvido através da repressão;
- Desenvolver uma campanha para desestimular o uso de armas de fogo como meio de segurança pessoal.

³⁰ Este plano foi elaborado por representantes de diferentes organizações que trabalham com os jovens como instrumento de criação e emancipar espaços de participação cívica. Ele combina metas, estratégias e atividades a fim de produzir mudanças positivas para os jovens e a cidade.

DETENÇÃO OU MORTE: AONDE OS GAROTOS “PANDILLEROS” DE EL SALVADOR ESTÃO INDO

Marlon Carranza, Universidad Centroamericana José Simeón Cañas,
Instituto Universitario de Opinión Pública (IUDOP)

Este relatório enfoca as gangues juvenis territoriais organizadas, conhecidas como maras ou pandillas. As duas pandillas focalizadas foram: Mara Salvatrucha 13 (MS) e Barrio 18. A Parte Um fornece um resumo contextualizado desses grupos. A Parte Dois lança um olhar mais atento à face humana do fenômeno, traçando perfis dos indivíduos envolvidos. A Parte Três examina soluções possíveis para o problema, fazendo uma avaliação de programas e políticas sociais relevantes. A versão completa do relatório resumido neste capítulo pode ser encontrada em www.coav.org.br

Metodologia

A Parte I deste estudo começa com uma revisão das publicações recentes sobre *pandillas*. A revisão descobriu que passos importantes foram dados para se entender melhor o problema. Esses passos incluem um monitoramento permanente do sentimento do público em relação à questão, assim como um monitoramento das transformações que se deram no interior das *pandillas* num período de tempo relativamente curto (1996-2001). A pesquisa incluiu conversas com membros de gangue ativos e com membros das comunidades afetadas pela violência das gangues. Essas informações adicionais enriqueceram sem dúvida as tendências reveladas pelos estudos.

É importante observar que, na Parte I, foi feito um esforço para fornecer um apanhado da situação geral dos jovens de El Salvador, através de *Encuestas de Hogares y Propósitos Múltiples* (Levantamento de Lares e Propostas Múltiplas), e para comparar os índices de mortalidade da população em geral com os dos jovens. Infelizmente, não há dados atuais disponíveis sobre índices de mortalidade, porque o Instituto de Medicina Legal de El Salvador possui apenas os números de 1998, 1999 e 2000.

As informações sobre crianças e jovens na violência armada organizada, para a Parte II, foram obtidas por meio de 12 entrevistas com membros do *Barrio 18*. Entre os entrevistados para essa seção, seis tinham 17 anos de idade, três 16 e os outros 15, 14 e 19. Dois dos entrevistados eram mulheres jovens. A maioria das entrevistas foi realizada na área metropolitana de San Salvador e algumas nos municípios vizinhos de Apopa, Mejicanos ou Santa Tecla.

As informações contidas na Parte III foram obtidas por meio de duas entrevistas. A primeira delas com César Rivera, diretor de pesquisa e secretário técnico do Projeto Social de Prevenção à Violência e Delinquência, do Conselho Nacional de Segurança Pública. A segunda entrevista foi com Raúl Ramírez, diretor do Polígono Industrial Don Bosco.

I. RESUMO CONTEXTUALIZADO DE COAV

Perfil da Área de Estudo

El Salvador tinha uma população de 6.510.348 habitantes, em 2003, distribuída entre 14 departamentos que ocupam 21.040.79 quilômetros quadrados. Cinquenta e nove por cento da população vive em áreas urbanas e 41% nas áreas rurais. O fenômeno da urbanização e os aumentos subsequentes na densidade populacional são mais acentuados na capital, San Salvador. A Área Metropolitana de San Salvador (AMSS) contém 31,5% da população do país e possui uma



densidade de 3,778 habitantes/km². Além disso, El Salvador é um país jovem: 44% da população tem menos de 18 anos de idade. Na AMSS, metade da população (49,1%) está abaixo dos 24 anos. A faixa etária de 18 ou menos constitui 37,09% dessa população.¹

Quase 83% da população entre quatro e 18 anos da AMSS está na escola (comparada a 73,5% em nível nacional). A frequência escolar para crianças até 12 anos é de 96,5%. Quando as crianças crescem, há uma tendência de queda no número de jovens na escola. Aos 18 anos de idade, quase 30% não estão na escola. Muitas vezes, os jovens não estudam devido à necessidade de ganhar dinheiro, embora a população jovem (entre 15 e 29 anos) continue a ser o grupo mais afetado pela falta de trabalho, com índices de desemprego de 9,8%.²

Além das *pandillas*, outras manifestações de violência na AMSS incluem delinquência comum (homicídio, roubo, furto, tráfico de drogas), violência familiar e delinquência.³

Breve análise Histórica da Situação

Em El Salvador, há uma crença comum de que o surgimento de *maras* e *pandillas* coincidiu com o fim da guerra civil no país, em 1992. Na realidade, as gangues já existiam — mesmo antes da guerra — embora tenham se tornado mais visíveis na década de 1990. Os *pandilleros*⁴ começaram usando roupas largas e fazendo tatuagens, passaram a identificar seus grupos como *pandillas* ou *maras* e ficaram mais violentos; eles se envolveram então em confrontos públicos com *pandillas* rivais e em outras atividades delinquentes.

El Salvador esteve envolvido num conflito armado de 12 anos, de 1980 a 1992. Entre as consequências visíveis desse conflito estavam as mais de 75.000 mortes e grandes aumentos de pobreza e migração.⁵ Os primeiros anos após a guerra civil estão entre os períodos mais violentos, registrados na história do país. Alguns estudos apontaram que o aumento na violência, depois da guerra civil, se deveu ao fato de que a violência era o único método familiar aos salvadorenhos para resolver conflitos. A crença de que as gangues surgiram por causa da guerra — devido à deportação de jovens de Los Angeles⁶ ou a uma tendência criminosa inerente à juventude — ignora uma série de fatores determinantes na construção cultural da violência. Embora esteja claro que a delinquência juvenil cresceu após a guerra, seria equivocado afirmar que os jovens foram os principais responsáveis pelo crescimento nos níveis de violência. Por exemplo, de acordo com estatísticas da Polícia Civil Nacional, em 1996, apenas 12% das prisões efetuadas foram de menores. Além disso, de acordo com a Corte Suprema, em 1995, apenas 19% dos casos eram de infratores jovens.⁷

¹ *Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples* (EHPM), Dirección General de Estadística y Censos (DIGESTYC), 2003.

² Ibid.

³ “Estrategia Preliminar para la Prevención de la Violencia en Cinco Municipios del Area Metropolitana de San Salvador”, apresentada ao Banco Mundial, por SACDEL, em junho de 2003. Disponível em: http://www.sacdel.org.sv/html/docs_violencia/estrategia.doc.

⁴ Membro de *pandilla* ou *mara*.

⁵ De acordo com um relatório anual, de maio de 1994, do Alto Comissariado Para Refugiados, da ONU, a população salvadorenha no México, Belize e no restante da América Central é de 245.000 pessoas, e estima-se que um milhão de salvadorenhos tenham imigrado para os Estados Unidos, Canadá e Austrália.

⁶ As gangues salvadorenhas assimilaram símbolos, nomes e aspectos culturais de algumas gangues de Los Angeles, que possui um grande número de imigrantes salvadorenhos. Após o fim da guerra civil, alguns desses membros foram deportados para El Salvador, um fato que levou muitos a atribuir a isso o surgimento das gangues em El Salvador.

⁷ Smutt, M. y Miranda, J. (1998). *El fenómeno de las pandillas en El Salvador*. San Salvador, El Salvador: UNICEF, FLACSO.



Apesar disso, o sentimento geral do fenômeno das *maras* foi muito negativo. Em várias pesquisas de opinião desse período, um setor considerável da população viu a proliferação das *pandillas* como o principal problema do país — mais até do que a pobreza e o desemprego. O governo federal reagiu endurecendo as punições para membros de *maras*. Em 1995, a Assembléia Legislativa ratificou a Lei de Delinquência Juvenil, uma medida especial direcionada a crianças em conflito com a lei, e foram também criados os Tribunais Juvenis. Ao mesmo tempo, um grupo paramilitar chamado Sombra Negra surgiu e foi acusado de matar pelo menos 13 *pandilleros* entre 1994 e 1996.⁸

Atores Envolvidos

Em El Salvador há dois tipos de gangue: de estudantes e territoriais. Este estudo vai se concentrar exclusivamente sobre as gangues territoriais.⁹ Esses são grupos formados por jovens “com um sentimento básico de grupo e que funcionam como um grupo, exercendo em geral controle territorial sobre bairros e áreas pobres (*colonias*) da cidade”.¹⁰ Em El Salvador, há duas gangues territoriais principais, a *Mara Salvatrucha 13* (MS) e a *18* ou *Barrio 18*. Existem outros grupos, mas a maioria dos membros de gangue é encontrada nesses dois. A origem dessas *maras* se encontra fora da América Central, nos Estados Unidos. Como Cruz e Portillo explicam: “No início dos anos 80, com a imigração maciça de salvadorenhos para Los Angeles, outra *mara* surgiu, chamada Salvatrucha por causa da origem [geográfica] de seus membros e para chamar atenção sobre seu caráter étnico diferente da diversidade dos membros da Calle 18 [...] A Salvatrucha não começou como uma resposta hostil a Calle 18, mas como um grupo culturalmente distinto, diferente das outras gangues”.¹¹

Estudos têm demonstrado que o crescimento e a influência das gangues norte-americanas sobre as *pandillas* salvadorenhas não são determinantes. As *pandillas* começaram devido a uma soma de fatores que tem a ver com a longa história de violência em El Salvador.¹²

De acordo com registros da Polícia Civil, há 309 *clikas* — a unidade básica da *pandilla* — agindo nos 14 departamentos¹³ que formam o país, embora exista uma alta concentração delas na capital. *Maras* e *pandillas* agem principalmente em cinco municípios do departamento de San Salvador: San Salvador, Apopa, Soyapango, Ilopango e Mejicanos.¹⁴ Ambos os grupos cobertos por este estudo agem em todos esses municípios, onde controlam as *colonias*. As *maras*, rivais, são territorialmente misturadas entre si e sua área de controle e dominação não se expande além da *colônia*.

⁸ “Denuncian 51 asesinatos de menores y jóvenes en Honduras”, *La Opinión*, April 27 2003. Disponível em: <http://www.laopinion.com/print.html?rkey=00030426205101221874>

⁹ As gangues territoriais costumam ser chamadas de *maras*, embora as palavras *mara* e *pandilla* sejam usadas de forma intercambiável.

¹⁰ Cruz, J.M. (1999) “Maras o pandillas juveniles: mitos sobre su formación e integración”. In Martínez Peñate, O. (Coord.) El Salvador. Sociología general. Realidad nacional de fin e siglo y principio de milenio. San Salvador, El Salvador. Editorial Nuevo Enfoque.

¹¹ Cruz, J. M. y Portillo, N. (1998) *Solidaridad y violencia en las pandillas del gran San Salvador. Más allá de la vida loca*. San Salvador, El Salvador: UCA Editores, pp. 56-57.

¹² No estudo *Solidaridad y violencia en las pandillas del gran San Salvador* (ver a referência prévia do autor) apenas 16,3%, de um grupo de 1.025 membros de gangue, afirmaram ter estado nos EUA e apenas 15,5% disseram que mantinham contato com membros de gangues EUA.

¹³ Os departamentos são zonas distintas, administrativa e geograficamente, em El Salvador.

¹⁴ De acordo com o *Sistema de Asesoría y Capacitación para el Desarrollo Local (SACDEL)*, citado em *El Diario de Hoy*, 24/07/03.

Os cálculos sobre o número de jovens envolvidos com gangues mudam de ano para ano. Em 1996, a polícia estimava que, pelo menos 20.000 jovens em El Salvador, eram membros de gangues de rua.¹⁵ Em abril de 2003, a polícia contou à imprensa que havia 5.768 jovens em gangues.¹⁶ O vice-diretor geral da Polícia Civil, Pedro Ganzález, disse numa entrevista, em agosto de 2003, que havia 10.500 *pandilleros* em El Salvador.¹⁷ A dificuldade para calcular o número de *maras* se deve a uma série de fatores. Primeiro, há pelo menos três estágios de envolvimento: *ativos*, que são membros formais; *colaboradores*, que não são membros oficiais, mas muito próximos ao grupo; e *calmados*, que receberam permissão para cessar sua participação nas atividades do grupo. As estimativas não distinguem membros de acordo com essas categorias. A mobilidade das *maras* é também uma variável constante, que muitas vezes não é levada em conta. Não se sabe quantos têm participação ativa, quantos são *calmados*, quantos morrem e quantos emigram para os Estados Unidos ou para outros lugares. Essas são categorias que variam a cada mês.

Com base numa análise de dois estudos sobre *maras*, realizados num intervalo de quatro anos,¹⁸ pode-se identificar as principais características dos grupos. A razão mais importante para ingressar numa *mara* apresentada pelos entrevistados foi o *vacil*,¹⁹ com 40% dos entrevistados identificando-a como razão principal de seu ingresso. A seguir, vieram “problemas de família”, com 21% dos entrevistados alegando-os como razão principal para ingressar, e “amigos”, listado por 20%. A palavra *vacil* tem a ver com ganhar respeito e poder, instilando medo nos outros. Obviamente, apenas a combinação de alguns fatores — entre os quais se encontram poder, recursos econômicos, acesso a drogas e álcool, visibilidade social e uma ideologia que justifique certas ações — fornece uma explicação adequada para os motivos do ingresso.

Em média, os jovens entram aos 15 anos, com 51,9% dizendo que ingressaram com idades entre 11 e 15 anos e 46% entre os 16 e os 25. A maioria dos *pandilleros* não está na escola (75% em 1996 e 92,3% em 2000). Os entrevistados haviam completado uma média de oito anos apenas de educação formal, insinuando que foram expulsos ou abandonaram a escola. O índice de desemprego entre jovens envolvidos com gangues é também alto. Em 1996, cerca de 75% dos *pandilleros* não estavam empregados; o índice caiu para 66,6% em 2000. A situação econômica dos jovens de gangue empregados é instável, já que 45% deles estão em trabalhos temporários. A participação em gangues é muitas vezes associada a crianças que foram abandonadas ou vivem nas ruas. Na realidade, uma grande porcentagem vive com ambos os pais: em 1996, ela respondia por 25% de todos os *pandilleros* entrevistados, subindo para um terço dos entrevistados de 2000. Vinte e cinco por cento moram com a mãe. Em termos gerais, esses jovens vivem com um ou ambos os pais ou com um membro próximo da família.

¹⁵ Cruz, J. M. and Portillo, N. (1998), op. cit.

¹⁶ *La Prensa Gráfica*, 20/04/03.

¹⁷ *El Diario de Hoy*, 03/08/03.

¹⁸ Santacruz, M. y Concha-Eastman, A. (2001). *Barrio Adentro. La solidaridad violenta de las pandillas*. San Salvador, El Salvador. Talleres Gráficos UCA and Cruz, J. M. and Portillo, N. (1998), op. cit. Todos os dados nesta seção provêm desses estudos.

¹⁹ A palavra *vacil* significa “por brincadeira” e incorpora todos os benefícios de se ser um *pandillero*, que podem ser resumidos em duas palavras: respeito e poder, relacionado ao medo imposto aos outros. Só entendendo a combinação desses benefícios (econômico, acesso a drogas e álcool, visibilidade social e uma ideologia que justifica suas ações), pode-se compreender as razões por que os jovens salvadorenhos ingressam em *maras*.

Estrutura de comando

De acordo com a Comissão Salvadorenha Ante-Droga, dentro das *maras*, um líder é responsável pela organização em nível nacional. Esse líder mantém contato com colegas no Estados Unidos e com o crime organizado. Abaixo, na hierarquia, está o “líder de zona”, que é responsável por duas ou três *clikas*, seguido de um membro encarregado de uma *clika* particular, que controla os membros de certos bairros, ruas, praças ou parques. Este último coordena alguns grupos dentro da *pandilla* como: o grupo de recrutamento; o batalhão de “choque” que defende o território da gangue; o grupo “delinqüente” responsável pela organização de extorsões, roubos, furtos, tráfico de drogas e assim por diante; e grupo de “informação”, que monitora a polícia e produz propaganda.

Essa estrutura não é comum a todos os grupos. Por exemplo, de acordo com membros entrevistados para este estudo, não existe processo de recrutamento. Entretanto, as *maras* possuem níveis de organização muito bem estruturados, e o chefe, para alguns grupos, é muito importante.

Os membros que estão na prisão, incluindo muitos dos líderes, têm uma influência significativa sobre os membros que estão fora e vice-versa. Estar dentro ou fora da prisão não é uma barreira para exercer o papel de membro dentro da organização. De acordo com estudos citados anteriormente,²⁰ o número de membros jovens que já passaram algum tempo encarcerados subiu de 66,6%, em 1996, para 74,3% em 2000. Entre os jovens de 18 anos ou menos, à época do estudo, 54% disseram que haviam estado em algum centro de reabilitação juvenil. O grande número de membros de gangue nas prisões (21% do total da população carcerária) significa que, desde 2001, a Direção de Centros Penais vem separando os membros da MS e da Calle 18 para evitar motins, mortes e feridos.

Desde a aprovação da Lei do Menor Infrator, em março de 1995, o Instituto Salvadorenha Para o Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente (ISNA em espanhol)²¹ já processou um total de 10.067 jovens por vários delitos criminosos. Destes, 1.324 correspondem a homicídios ou 13,15% de todos os casos. Além disso, de acordo com reportagens na imprensa, 50,7% correspondem a roubos/furtos e 9,13% à venda ou fabricação de armas e explosivos; 6,63% por posse/venda de drogas e 8,18% por estupros/delitos sexuais e outros.²² A mídia tem comentado sobre a farta disponibilidade de armas nos centros de reabilitação, a fabricação e a venda de drogas e sobre fugas facilitadas pelos funcionários da prisão.

Relações com a comunidade

Nem todas as comunidades são afetadas pelo problema das *maras* no mesmo grau. Em alguns casos, os grupos dominam a comunidade e a polícia só entra durante as grandes operações. De acordo com um levantamento conduzido em três municípios, próximos à área metropolitana de San Salvador (dois com forte presença de gangues e um sem), 80% dos moradores nas comunidades onde há *maras* dizem que nunca tiveram problemas com elas.²³ Um morador de Soyapango comentou que os *pandilleros* não roubam de membros da comunidade e que “agora estabeleceram uma espécie de trégua com os membros da comunidade, que decidiram não ir mais à polícia [...] Talvez por causa disso [...] eles nos deixam em paz”. O mesmo não acontece com os que não são

²⁰ Ibid.

²¹ Até recentemente conhecido como Instituto Salvadorenha de Proteção ao Menor (ISPM).

²² *El Diario de Hoy*, 01/10/03

²³ “Maras y Pandillas en Centroamérica Vol. II. Pandillas y Capital Social”, no prelo. Resultados de El Salvador já foram lançados: Cruz, J.M. (2001): “Pandillas y capital social”. Estudios Centroamericanos (ECA), pp. 637-638, 1099-1118.



moradores, que se tornam com frequência as vítimas principais das gangues, quando chegam nas comunidades.

Papel do Estado

Em julho de 2003, o presidente de El Salvador, Francisco Flores, anunciou o começo do plano Mão Dura (também discutido na Parte III). O objetivo era o “desmembramento das *pandillas* e o encarceramento de seus membros”²⁴ com participação da Polícia Civil e das Forças Armadas. Menos de dois meses após o lançamento da iniciativa, 2.483 *pandilleros* haviam sido detidos e 84.491 operações foram realizadas, incluindo patrulhamento permanente das áreas onde há atividade de gangues, remoção de pichações, coleta de informações, revista de veículos e assim por diante. Vinte e oito por cento dos detidos tinham menos de 18 anos.²⁵

Os jovens salvadorenos não foram integrados ao sistema político e não houve progresso significativo na criação de oportunidades políticas e econômicas para a juventude do país. Por exemplo, no orçamento nacional não há qualquer categoria reservada para os jovens. A única instituição que apóia significativamente jovens em risco é o ISNA.²⁶ Existe falta de financiamento para as políticas relacionadas aos jovens e para projetos em pequena escala, que buscam soluções em nível local, no orçamento do Ministério da Educação e do Departamento de Gestão de Empregos, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. As únicas mudanças notáveis na política do governo ocorreram no sistema legal, com a criação de tribunais especiais para menores.

Da mesma forma que a falta de uma política para os jovens é crítica, a capacidade investigadora da polícia e os esforços contra a corrupção também o são. Os testemunhos de *pandilleros* afirmando que a polícia se beneficia economicamente de sua relação com as gangues são muitos

Já vi eles usando droga e pedindo dinheiro em troca da liberdade de alguém...

- Membro da gangue Barrio 18.

Esse tipo de comportamento faz crescer um sentimento generalizado de insegurança, já que a polícia não é mais vista como garantia de ordem e justiça, devido a seu envolvimento com os crimes de gangue. A desconfiança em relação à polícia é disseminada.

Comércio legal e ilegal: atividades em que os grupos estão envolvidos

Pandillas e *maras* se encontram, na maior parte, envolvidas com atividades criminais, as mais comuns sendo tráfico e consumo de drogas, roubos e assaltos.²⁷

Há níveis muito altos de dependência entre os membros jovens de gangue. A maconha é a droga mais comumente usada, com 41,5% dizendo que a usam regularmente (todo dia), seguida pelo álcool (35,9%) e o *crack* (25,8%).²⁸

Alguns *pandilleros* também distribuem e vendem drogas. Há necessidade de maiores estudos para se concluir se isso se limita à iniciativa individual de alguns membros ou se é uma atividade fundamental da gangue. Algumas *pandillas* estão mais envolvidas com o crime

²⁴ Discurso do presidente Flores em 23 de julho de 2003. Disponível em <http://www.casapres.gob.sv/dis03jul8.htm>

²⁵ Departamento de informação da Polícia Civil Nacional. Informação disponível em: <http://www.pncelsalvador.gob.sv/noticias/2003/mano230903.htm>

²⁶ Em 2003, o ISNA recebeu US\$ 4 milhões para realizar seu trabalho, o que representa 0,5% do orçamento total do país (Carranza, 2003).

²⁷ Santacruz, M. and Concha-Eastman, A. (2001), op. cit.

²⁸ Ibid.



organizado, embora não seja possível fazer essa generalização para todas as gangues. Entretanto, nos próximos anos, é provável que as ligações entre gangues e crime organizado se reforcem.

Confrontos armados

De acordo com o presidente Flores, as gangues matam uma média de 100 pessoas por mês.²⁹ O vice-diretor geral da Polícia Civil, Pedro Gonzáles, disse à imprensa que as “*pandillas* são responsáveis por mais de 60% dos homicídios em El Salvador, além de responsáveis também por 50% dos outros crimes, leves e sérios”.³⁰ Entretanto, não há dados institucionais que respaldem essas declarações. Dados do Instituto de Medicina Legal Dr. Roberto Masferrer mostram que, em 2000, houve 1.932 homicídios atribuídos a armas de fogo no país. Quando eles são classificados de acordo com o motivo, parece que as *maras* são responsáveis por 8,2% desses homicídios.³¹ Embora o motivo de uma grande porcentagem (46,5%) de homicídios não seja conhecido, esses dados não sustentam a afirmação de que membros de gangue são responsáveis pela maioria dos homicídios em El Salvador.

No estudo citado acima,³² os *pandilleros* disseram que a maioria (63,2%) dos confrontos armados em que se envolvem são com gangues rivais. Quase 20% disseram que a agressão armada foi cometida, na maior parte, contra “pessoas na rua” durante roubos (56,4%). Nove por cento dos jovens entrevistados disseram que haviam cometido um ato de agressão contra a polícia, destes 55,9% disseram que assim o fizeram em defesa própria.³³ Vinte e cinco por cento dos menores e dos com 18 ou mais disseram que “nunca” haviam matado alguém, o que sugere que um número significativo de membros realmente nunca o fez.³⁴ Quando os membros de gangue ficam mais velhos, os atos de violência cometidos tendem a se tornar mais sérios. Isso está relacionado ao fato de que os membros mais velhos andam muitas vezes armados.

Para se compreender a proliferação de armas de fogo em El Salvador, é importante observar que o registro de armas de fogo só foi criado em 1992. Desde então, tem havido um aumento do número de armas em circulação, assim como do número de empresas que importam armas de fogo, de lojas que as vendem, do número de empresas privadas de segurança e da demanda geral por armas. Pesquisas mostram que há no país aproximadamente 450.000 armas de fogo em circulação, das quais apenas 38,7% são legalmente registradas. O restante são armas consideradas como sobras da guerra civil ou obtidas no mercado negro.³⁵

As *pandillas* parecem também desempenhar um papel no mercado de armas ilegal. De acordo com testemunhos, os principais responsáveis pelo mercado de armas são traficantes internacionais, oficiais do exército de escalão médio e baixo, membros da polícia civil e de gangues. Além disso, tem havido a proliferação das armas de fogo de fabricação caseira, usadas pelas gangues.³⁶

O estudo *Barrio Adentro* inclui uma descrição detalhada do tipo de armas usado por membros de *pandillas* e *maras*, assim como um perfil de suas vítimas. Em geral, estima-se que sete

²⁹ Discurso do presidente Flores. Op. cit.

³⁰ *El Diario de Hoy*, 03/08/03.

³¹ PNUD, 2003. P. 179.

³² Santacruz, M. y Concha-Eastman, A. (2001). *Barrio Adentro. La solidaridad violenta de las pandillas*. San Salvador, El Salvador. Talleres Gráficos UCA and Cruz, J. M. and Portillo, N. (1998), op. cit.

³³ Santacruz, M. and Concha-Eastman, A. (2001), op. cit.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid., p. 59.

³⁶ Ibid., p. 71.



entre cada 10 *pandilleros* estejam armados. Em 2000, a arma mais comum carregada pelos membros era a pistola, com 37,7% dizendo que tinham uma (aumentando para 41,8% entre os membros homens); 26,4% disseram que carregavam arma que não era de fogo (aumentando para 64% entre os membros mulheres), 20,2% dos entrevistados disseram que possuem uma arma de fabricação caseira e o restante disse que tinha explosivos, rifles e outras armas. Um pouco mais de 47% dos que carregavam arma disseram que a compraram na rua, 23,8% disseram que havia sido presente de amigos, 16,4% disseram que a tinham roubado e apenas 7,7% disseram que haviam comprado legalmente. O restante citou outras razões.³⁷

A maioria dos atos violentos envolvendo arma de fogo cometida por membros de gangue visava a outras pessoas. Dos membros entrevistados, 63,2% disseram que o último ato de violência em que estiveram envolvidos foi contra membro de uma gangue rival; 19,4% disseram que visava a uma pessoa na rua; 9,9% disseram que foi contra um membro da própria comunidade e apenas 3,6% disseram que visavam à polícia.³⁸ Esses dados coincidem com os dados de vitimização. Quase metade dos jovens entrevistados disse que havia sido vitimizado por membro de uma *pandilla* rival; três entre cada 10 membros disseram que haviam sido vitimizados por membro da polícia; 10,6% disseram que tinham sido vítimas de agressão por um indivíduo; e 6,6% por um membro da própria *mara* ou *pandilla*.³⁹ De cada 10 membros de gangue homens, seis haviam sido feridos por arma de fogo, em pelo menos uma ocasião, no ano anterior. Três entre cada 10 membros mulheres haviam sido feridas por arma de fogo no mesmo período. Esses dados enfatizam a precariedade da vida de gangue.⁴⁰

II. PERFIS DE COAV

Histórias de Família

Os jovens envolvidos com *maras* e *pandillas* não tiveram muitas vezes suas necessidades econômicas, emocionais e de segurança satisfeitas no lar. Na maioria dos casos, as mães e os pais biológicos dos entrevistados não residiam com suas famílias. Os que tiveram uma figura de pai como referência consideravam sua responsabilidade principal a de fornecer apoio econômico. Assim, grande parte dos conflitos entre os entrevistados e seus pais envolvia questões econômicas. Por outro lado, as mães inspiravam confiança e respeito, embora sua presença física fosse limitada no caso de muitos entrevistados. Um jovem (Entrevista 8) disse, “[Minha mãe] só trabalha e trabalha, [então eu morava] com minha avó [...] Eu não via ela muito, às vezes por meses”. Na maioria dos casos, os entrevistados foram criados pelas avós ou declararam ter crescido com pouca ou nenhuma supervisão de adultos. Um dos relacionamentos mais violentos registrado nas entrevistas foi entre um membro de gangue do sexo feminino e seu padrasto. Na Entrevista 11, outro membro disse que havia sofrido abusos: “se o teu padrasto quer abusar de você [...] você conta pra tua mãe, mas ela não acredita em você [...] É, isso aconteceu comigo”. O relacionamento entre os entrevistados e seus irmãos era também violento em alguns casos. Isso acontecia muitas vezes devido a problemas relacionados com álcool e outras drogas. Como um *pandillero* comentou, “É, meu irmão, ele também gostava de um cachimbo. Uma vez, ele ficou doidão e me acertou com

³⁷ Ibid., p. 71.

³⁸ Ibid. p. 84.

³⁹ Ibid. pp.94-5.

⁴⁰ Ibid., p. 89.

um facão”. Para outros membros de gangue, os irmãos são as únicas pessoas em quem confiam, em especial se são mais velhos e vivem sozinhos.

A maioria dos *pandilleros* completou apenas o nível básico. De todos os entrevistados, apenas um não sabia ler e escrever. O restante havia ido além do terceiro ano, com alguns completando o sétimo e até mesmo o segundo grau. Outros tinham uma história de mau comportamento, repetição de ano, problemas escolares e de conflitos envolvendo professores e colegas. Alguns, pelo contrário, nunca haviam repetido uma série escolar, gostavam de estudar e tinham um relacionamento positivo com professores e colegas. Ao tempo das entrevistas, todos exceto um haviam abandonado a escola. A maioria, ao ingressar na gangue; outros, um pouco antes ou logo após o ingresso.

A situação econômica dos entrevistados variava. Em geral, os membros da família trabalhavam no setor de serviços e no comércio e, à época das entrevistas, a maioria dos familiares adultos dos entrevistados estava empregada, embora apenas dois houvessem completado curso universitário. A atividade econômica das mães dos entrevistados variava, estando muitas informalmente empregadas. Pais e padrastos trabalhavam, em geral, como mecânicos ou em vendas. A maioria dos *pandilleros* possuía algum tipo de aprendizado em mecânica, carpintaria, solda, pintura etc. Entretanto, nenhum deles continuou a trabalhar nessas áreas. À época das entrevistas, apenas três estavam empregados; muitos citaram as políticas antegangue do país como razão de porque preferiram evitar o risco e trabalhar.

Processo de envolvimento

O processo de envolvimento identificado durante as entrevistas está intimamente ligado ao forte desejo, por parte do jovem, de pertencer a uma *mara*. Certamente que, participar de uma gangue, envolve uma série de aptidões, habilidades e benefícios para seus membros.

Problemas de família, em especial aqueles que têm a ver com a falta de comunicação, juntamente com a desintegração familiar e a violência, foram fatores importantes na decisão dos entrevistados para ingressar em gangues. Quando os laços de família são fracos, eles são muitas vezes substituídos pelos laços com a *pandilla* e com outros *pandilleros*.

Bem, eu senti que tinha mais comunicação com todos eles {membros da gangue} do que em casa; eu ia pra casa e tinha alguém lá, mas eu ia pro meu quarto, via televisão, ouvia música, comia, dormia e, no dia seguinte, ia embora; não conversava com ninguém.

Entrevista 5

Quando as crianças brincam na rua, elas vêem os membros de gangue parados nas esquinas como modelos a serem seguidos. Essa forma de atração é conhecida como “alucinar”, já que cria entusiasmo por parte das crianças pelo grupo.

Quando eu brincava, eu via os caras grandes por ali... Quando eu ia pra escola, eu juntava uns garotos e a gente fazia umas maluquices. Eu não tinha tatuagem nem nada, [eu estava apenas] “alucinado” com a 18...

Entrevista 2

O primeiro contato com uma *pandilla* se deve muitas vezes a perseguições por uma gangue rival na infância. Isso causa ressentimento e raiva, ambos fundamentais para a decisão de participar.

Porque toda vez que eu ia pra escola [...] quando eu ia pras máquinas de videopôquer, eles me roubavam, e eu fiquei tão cheio disso que falei vou entrar pra 18, e eles vão me pagar...

Entrevista 2

A afiliação a uma gangue não é automática e nem determinada pelo simples controle, ou pela presença, de uma gangue numa zona em particular. Ela geralmente ocorre através da amizade que a criança tem com um *pandillero*, muitas vezes na escola. Como disse um membro (Entrevista 5), “aos 12 anos, eu conheci uns caras que estavam nisso, e eu comecei a ir até as *colonias* onde eles moravam”. Outro fator para a decisão de ingressar numa gangue ocorre quando a criança observa seus membros nas esquinas. De acordo com o *pandillero* da Entrevista 4, “Primeiro eu me aproximei deles. Tinha uma esquina em que os *pandilleros* do meu bairro ficavam”.

Comum na narrativa dos entrevistados foi o fato de que, no princípio, alguns dos membros de gangue tentavam convencer os jovens a não ingressar. Curiosamente, isso tinha o efeito contrário e levava os entrevistados a se tornarem ainda mais insistentes na ânsia de participar.

Durante o período “vacilando” (acompanhando), as crianças intensificam o contato com a gangue. Os recrutam passam todo o tempo nela, embora não sejam ainda membros formais. Continuam também a morar em casa, apesar de irem lá muitas vezes apenas para dormir.

Com o tempo, os *pandilleros* convidam os que estão “vacilando” para ir a bailes. De acordo com o membro de gangue da Entrevista 1, “Ah!! A gente ia brincar nos bailes, encher o saco dos mesmos caras, é como uma família”. Ingerir álcool e fumar maconha (“mota”) são um elo comum entre diversão e comportamento criminoso. Muitos dos jovens entrevistados disseram que, a primeira experiência de consumo de substâncias ilegais, foi quando estavam acompanhando uma *pandilla*.

Com o aumento do contato, os jovens começam a descobrir outros benefícios de acompanhar os membros da gangue. Primeiro, eles precisam avaliar os benefícios de pertencer à gangue no que diz respeito à própria segurança, já que as *pandillas* representam uma combinação de segurança e insegurança. Embora um *pandillero* tenha mais probabilidade de ser vítima de ataques por membros de gangue rivais, a *pandilla* fornece proteção e apoio. Nesse estágio, unidade e amizade são fundamentais. Os jovens muitas vezes sentem que a *pandilla* é como uma família, na qual cada um olha pelo outro. Um entrevistado explicou que “se alguma coisa acontece pra um cara, acontece pra todos... a gente realmente toma conta um do outro”.

Um segundo fator que conta na decisão dos jovens de se tornarem envolvidos com gangues é a facilidade com que seus membros obtêm bens materiais. Isso contrasta com a escassez de bens de consumo nos lares da maioria dos jovens de bairros pobres. Eles ficam surpresos com o acesso fácil que os *pandilleros* têm aos recursos, mesmo sabendo que são obtidos ilegalmente. O *pandillero* da Entrevista 4 explica, “Uma manhã, eu estava com eles, olhando o que eles faziam, ‘Vamos sair pra conseguir alguma coisa’, eles disseram e saíram, e voltaram com dinheiro”.

Por fim, os membros de gangue em potencial avaliam se têm coragem para ingressar. Uma expressão fundamental na gíria das *pandillas* que descreve isso é *agarra cora*⁴¹, que significa alguma coisa entre ter coragem e viver a vida de gangue “de coração”. Algumas das experiências anteriores ao ingresso têm a ver com enfrentar o medo. Por exemplo, alguns jovens descreveram ter usado armas antes de entrar para a gangue ou colaborado num roubo.

⁴¹ Essa expressão também descreve a natureza dinâmica do relacionamento com a *pandilla*. As pessoas não “têm” *cora*, mas a “adquirem”. Assim a *pandilla* assume o controle sobre os sentimentos e a força de vontade do jovem.

Após decidir que a gangue proporciona benefícios com relação à segurança pessoal e ao acesso a bens materiais, e que ele ou ela tem a coragem necessária para ser *pandillero*, os jovens recrutados em potencial se identificam cada vez mais com o grupo. Isso inclui a adoção dos sinais distintos que caracterizam uma *pandilla* em particular, como a maneira de se vestir e falar. O jovem se encontra então pronto para entrar formalmente na gangue. “[Eles me disseram] ‘A gente vê que você anda por aí louco. Você quer pertencer ao *Barrio*?’ Porque eles viram que eu tinha começado a usar roupa larga”, explicou um membro de gangue na Entrevista 4.

Envolvimento atual

A incorporação formal do jovem numa *pandilla* envolve uma iniciação descrita pelos membros como “brincadeira”. Em geral, três ou quatro deles batem no novo membro por um determinado tempo.⁴² A decisão final de ingressar na gangue pertence ao indivíduo.

A culpa [por ter entrado na gangue] talvez meu pai tenha parte nela, mas eu tenho mais culpa, porque eu podia ter tomado outro caminho, se eu não tinha nada pra fazer, podia ter procurado um emprego, qualquer coisa...

Entrevista 12

Nesse estágio, há um rompimento definitivo com a família ou um profundo distanciamento emocional dela. A experiência “familiar” proporcionada pela gangue é intensa e, a partir desse ponto, os membros se tornam mais colegas que civis. Os outros “amigos” se tornam irmãos (ou irmãs), e há um forte elo que envolve compartilhar experiências.

Eu brincava por aí e tomava conta da minha família [...] depois eu falei com a minha mãe e contei pra ela que esse era o caminho que eu tinha escolhido e ela me deixou seguir.

Entrevista 5

Confiança total do grupo no indivíduo: quando ainda são civis (isto é, os que não são membros de gangue), as crianças são excluídas de algumas das comunicações que se desenrolam dentro da *pandilla*. Nas reuniões, por exemplo, os membros tomam decisões que não envolvem os civis. De acordo com um entrevistado: “Quando você ainda está só acompanhando a gangue, não existe muita confiança em você. Mas quando você está nela, tudo que é dito permanece lá”.

Obedecendo a uma série de restrições e regras dentro da gangue: as *pandillas* possuem regras claras quanto ao respeito e aos padrões comportamentais que os membros devem observar. “Você só pode... fumar maconha... só isso, mas nada de crack, nem cola, nada! Nem mesmo diluente de tinta!” explicou um entrevistado.

Não tem volta a decisão de participar: os que entram na gangue devem fazê-lo definitivamente. Essa é a razão dos membros em perspectiva serem avisados para “andar na linha” com a gangue. Se alguém se arrepender da decisão de ingressar, “lê-se o livro” para eles — um lembrete dos compromissos assumidos na iniciação e um aviso de que gangues não são um jogo, em que os membros podem entrar e sair. Às vezes, punições como o “minuto louco” (no qual os *pandilleros* batem num membro por um minuto) ocorrem.

⁴² Por exemplo, se eles pertencem a *Barrio 18*, a surra dura 18 segundos.

Desde os nove anos eu vinha andando com as gangues, mas aos dez, decidi entrar... Depois, quando eu vi como era sério, eu fiquei com medo e eu não saía de casa, e durante três meses eu não tomei parte. Depois disso, eles leram o livro pra mim e eu passei pelo minuto louco.

Entrevista 2

Conhecimentos e treinamento intensivo: há um período de aprendizado acelerado que envolve saber como lidar com as situações e com o tipo de pessoas que se pode encontrar quando se é parte de uma *pandilla*. “A escola” é um manual mental sobre como reagir quando se cometem atos ilegais ou em caso de “desentendimento” com outras gangues. Eles também treinam seus membros para como reagir se forem presos pela polícia, por causa de drogas ou armas.

As missões são ações executadas pelos membros mais capazes. Uma vez recebida, a missão deve ser executada sem questionamento. Em alguns casos, a missão pode ser assinalada após a iniciação, como forma de iniciar a participação na gangue. Se for bem executada, o *pandillero* recebe um nome novo e permanente, que é dado para enfatizar sua coragem. A maioria das missões descritas durante as entrevistas envolvia realizar emboscadas em território inimigo.

“Agora você tem que ir numa missão pra ganhar um codinome”. “Claro”, eu disse. Eles escolheram eu e um membro mais velho. A missão era atirar na gangue rival. Eles me deram a arma.

Entrevista 4

Entretanto, vários entrevistados disseram que só receberam uma missão muito tempo depois do ingresso ou que ela não envolveu o porte de armas. O membro de gangue da Entrevista 10 disse que, “É, fazer serviços, é... Comprar fralda descartável para uma filha [...] ou só comprar três ou cinco dólares de maconha”.

As tatuagens são uma expressão simbólica de participação na gangue. Ao mesmo tempo, elas expressam uma transformação pessoal em que a morte é compreendida como uma possibilidade distinta. As primeiras são em geral no peito ou no antebraço; mais tarde, nos braços e no rosto. Chegar a esse extremo significa disposição total para morrer pelo bairro ou pela *pandilla*. Não há mais volta à vida pré-gangue e nenhuma alternativa para ela. “Na rua, tatuado na cara [...] eles podem chegar até você de qualquer lugar e te matar”, disse um membro de gangue na Entrevista 5.

O *palabrero* é a principal figura de autoridade, aquela que dá a “palavra”⁴³ dentro da gangue. A relação entre um *palabrero* e um jovem pode começar até antes da sua incorporação à gangue. Ao acompanhar os membros da gangue antes de ingressar, o *palabrero* pode pedir favores a ele, que são pagos de alguma forma. Dentro da *pandilla*, a relação entre o *palabrero* e os membros é afetuosa, quase igual a de um pai com o filho. Ele é um mentor e está próximo aos jovens da gangue. Vários tipos de benefícios materiais podem ser recebidos:

A mulher do palabrero me trouxe coisas dos Estados Unidos, já que ela ia lá de três em três meses, sapato e roupa. Eu tava morando o tempo todo com eles.

- Entrevista 7

⁴³ Toma as decisões.

Nas gangues em que os membros estão envolvidos com a venda de drogas e que o *palabrero* é o administrador, sua liderança é quase total. Nesses casos, os lucros com a droga não são pessoais, mas para o grupo como um todo. De acordo com os entrevistados, o *palabrero* fica com a maior parte do lucro, pagando pequenas quantias aos outros membros, em especial se são bons traficantes. A estrutura organizacional de uma *pandilla* parece favorecer a exploração dos membros jovens, com os benefícios ficando nas mãos do *palabrero*.

É importante observar que nem todas as gangues estão envolvidas com venda de drogas. Em alguns casos, a decisão de vendê-las é individual. Nesses casos, a liderança do *palabrero* é mais difusa.

Os **banderos** são membros de grupos do crime organizado (*bandas*), considerados perigosos e bem armados. Eles são traficantes de drogas, armas ou carros roubados e estão também envolvidos em círculos de seqüestradores. Podem ser aliados ou inimigos das gangues, dependendo do relacionamento que mantêm com uma gangue em particular. Há casos em que *banderos* assassinaram *pandilleros*; “Eles andavam com os do 18, mas depois que eles mataram um dos nossos, a gente começou a brigar”, disse um membro de gangue na Entrevista 2. De acordo com membros de gangue, os *banderos* estão em cumplicidade com a polícia, daí se beneficiarem de um alto nível de impunidade.

Q: Os policiais sabem quem é bandero ou transero?

A: Sabem. Porque eles arranjam drogas pra eles.

Os **transeros** são distribuidores de drogas cuja relação com *maras* e *pandillas* é puramente comercial. Membros de gangue só se aproximam deles quando precisam de drogas para vender. Em nenhuma das entrevistas, eles mencionaram disputas ou dificuldades com os *transeros*, que parecem ser seus aliados esporádicos.

Os **piperos** são viciados em *crack* que vivem nas comunidades onde as *maras* agem. Por um lado, os *piperos* são aliados estratégicos que podem ser usados como olheiros quando a polícia chega. “Elas [as gangues] põem os *piperos* pra trabalhar à noite. É, porque se eles pegam os *pandilleros* de noite, mandam eles pro CAM (a polícia metropolitana). Mas não param eles [os *piperos*]”, disse um membro de gangue na Entrevista 6. Ao mesmo tempo, como os *piperos* não são um grupo organizado, as gangues tiram vantagem deles.

Os piperos vivem roubando... Eu tomo conta da minha zona, porque lá você não pode roubar. Eu vejo eles roubando e dou duro neles, ou mato eles, eles sabem que você não pode roubar aqui, isso são regras. Nós cobramos um dólar por dia deles.

- Entrevista 2

Violência armada

“Corriendo el pelo” é a gíria usada por membros de gangue para se referir a um período em que aumentam o número e a intensidade de seus atos criminosos, usando armas de fogo.

Pelo que observamos nas entrevistas, os que tinham estado há menos tempo numa *pandilla* e não haviam atravessado um período de conflito intenso com uma gangue inimiga, ou com outro grupo qualquer, não tiveram possibilidade de usar uma arma de fogo. Alguns declararam claramente que só “os grandões” podiam usar arma de fogo e que eles eram “muito pequenos” para isso. Outro grupo de entrevistados, que também havia passado menos de um ano na gangue, disse



que só tinham usado arma de fogo às vezes, por exemplo, atirando para o alto enquanto andavam com o grupo. Outros disseram que o uso de armas tinha a ver com a capacidade reconhecida de cada um. Nesses casos, o treinamento envolve observar como os outros as usam e praticar em áreas isoladas. Finalmente, alguns entrevistados disseram que haviam sido sistematicamente treinados no uso de armas de fogo, “papas” (granadas de fabricação caseira) e “cantariros” (granadas fabricadas).

Eles treinam você tipo treinamento policial... Você não faz nada sozinho. E a gente toma conta dos pequenos... Porque a gente sabe que eles são o futuro do bairro!

- Entrevista 7

Comum a todos os entrevistados foi o fato de que eles tinham mais probabilidade de usar armas de fogo durante as missões; a maior parte da experiência prática ocorria durante esses períodos. Os membros de gangue descreveram as missões como ir para território inimigo, a fim de “apagar” *pandilleros* rivais.

Vários jovens de gangue disseram que os membros podem pedir armas emprestadas à gangue, a fim de dar conta de “assuntos pessoais” que envolvem em geral roubos. Nesses casos, a metade dos ganhos é repassada para a gangue e, se alguma arma for perdida, o membro deve repô-la. “Bem, a arma é só emprestada, mas se você perder, tem que pagar por ela. Claro que, dependendo de quanto você conseguir, você tem que dar metade”, disse um *pandillero* na Entrevista 3.

Um uso comum das armas de fogo é para realizar assaltos e ataques. Quando os transeuntes são rendidos, as armas são usadas para intimidação. “Eu disse pra um cara me dar um *colón* [uma moeda] e ele não deu, então eu puxei a arma”, disse um membro de gangue na Entrevista 3. Mas as armas são também usadas para roubos em grande escala, que envolvem muito planejamento. Esses foram apontados como os momentos em que os jovens de gangue sentem suas vidas mais em perigo.

Das 12 entrevistas conduzidas com crianças e jovens na violência armada organizada, três deles disseram que não haviam matado ninguém nem participado de ações que envolvessem mortes; outros três disseram que, embora tivessem se envolvido nesse tipo de ação, não sabiam se seu envolvimento havia resultado em mortes; e seis admitiram que tinham se envolvido em vários homicídios. De acordo com esses seis, as vítimas eram membros de gangues rivais. Nesses casos, a idade do membro não importa, mas sim que a missão seja executada sem que a *pandilla* sofra danos ou sem perda de armas.

P: Quantos anos você tinha quando matou pela primeira vez?

R: Treze anos. Me mandaram numa missão. Eu fui com outro garoto pequeno, menor que eu. E eles me disseram: “Você, por ser maior que esse outro, vai ser responsável pelas armas e por ele. Que ele volte bem e vocês voltem com as armas todas. E vocês têm que matar um ou dois.” Nós fomos. Os caras tavam num bar. Eu ofereci um trago a eles. Quando um deles ia beber, ele disse pro outro: “pega aquele”. Só vi que levou um tiro na cabeça. Tinha só nove anos de idade. E ele ainda gritou: “Mamãe, mamãe, eles estão me matando!”. Aí caiu no chão estendido.

- Entrevista 7

Conflitos dentro da gangue e entre seus membros podem também ocorrer; durante esse tempo, e qualquer membro ou pessoa que esteja perto pode ser baleada. Atirar de dentro de carros também acontece. Um *pandillero*, na Entrevista 3, disse que: “De repente, os outros caras chegaram de carro [...] e começaram a atirar, e eu me joguei no chão”. Muitas vezes, não se sabe



quem está dentro do carro. Outro membro da gangue (Entrevista 5), que estava também presente, disse que eles não sabiam quem estava no carro e que “eles não disseram nada”.

A maioria dos que declararam ter se envolvido em homicídios falaram de seu medo quando mataram pela primeira vez. Entretanto, muitos disseram que o medo inicial pode até ser substituído por uma sensação de prazer, já que os membros das gangues rivais não têm pena quando matam seus irmãos de gangue. No início, a experiência de matar produz um choque emocional forte, que pode ser substituído depois por insensibilidade. De acordo com o *pandillero* da Entrevista 7, “naquele dia, eu não dormi, só me via atirando nele [...] Depois fiquei viciado em matar”.

Os membros de gangue disseram que as armas de fogo produziam neles uma sensação de segurança. Suas experiências revelaram que, sem armas, eles ficam em desvantagem contra um rival armado. Eles já atestaram a eficiência das armas quando se trata de eliminar inimigos. O membro de gangue da Entrevista 8 disse: “Bem, com um morteiro, você atinge eles no corpo inteiro e pode ter certeza de que eles morreram. Com uma faca, você esfaqueia eles cinco vezes e, às vezes, eles ainda sobrevivem!”

A arma favorita dos membros de gangue é a nove milímetros, porque “é pequena e de alto calibre” e é automática. Outras armas usadas comumente são o 38 e as granadas, ou “papas”, de fabricação caseira. Jovens de gangues disseram que haviam também usado os seguintes tipos de arma: rifle, granada, pistola, rifle de fabricação caseira (“chaca”), carabina, revólver, 45, 10, 12, 25, 22, 38, 9, esquadra automática 3220 (um tipo de pistola automática), fuzil Galil automático, Estrateg e M16. De acordo com os entrevistados, as UZIs são usadas apenas por *banderos*.

Os entrevistados disseram que apenas compram armas e não se envolvem com sua venda. Elas são obtidas através de cinco fontes: polícia (que as vende), civis (que as vendem ou trocam por drogas), *transeros* (que emprestam as armas para que eles possam ir atrás das drogas) e roubando equipes de segurança.

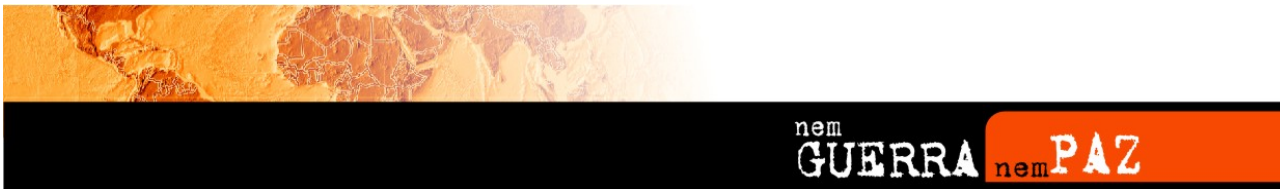
Todos os *pandilleros* têm de comparecer com uma cota mensal para o grupo. Parte dela vai para a compra de armas. De acordo com eles, obter armas é fácil, já que os civis que não querem mais as suas as vendem para membros de gangue. Em uma entrevista, foi declarado que uma arma de fogo pode ser comprada por algo entre US\$ 137 e US\$ 251, embora um .45 seja mais caro.

Perspectivas futuras

Quando perguntados sobre o futuro, quatro respostas foram as mais comuns: alguns preferiam não pensar no futuro; outros, que as coisas iam continuar iguais; alguns achavam que iriam trabalhar, mas permanecendo na gangue; e finalmente, um pequeno grupo gostaria de se tornar “inativo”.⁴⁴ A intensidade com que vivem a vida diária e ter de vivê-la em risco constante torna os planos para o futuro difíceis, já que os membros de gangue estão resignados com a possibilidade da morte. “Eu não penso no futuro [...] mas agradeço a Deus por cada momento, porque [...] ninguém sabe como vamos terminar”, disse o *pandillero* da Entrevista 8.

Além disso, ninguém pode deixar a gangue. Pode-se ficar inativo, mas apenas quando há motivos claros, como ter de trabalhar para manter a família. Entretanto, alguns membros rejeitam até isso, uma vez que têm presenciado a morte de inativos. Um aspecto importante relacionado às *pandillas* é se os membros acreditam ou não que seja possível melhorar, mudar ou se tornar inativo. Se acham que isso não é possível ou que não vale a pena, então não fazem muito esforço para tentar uma dessas opções. A maioria dos entrevistados havia rejeitado a possibilidade de estudar no futuro, preferindo o treinamento numa habilitação que pudesse ajudá-los a ganhar a vida. Entretanto, conseguir um emprego se torna difícil pelo fato de que poucos empregadores desejam

⁴⁴ “Calmado”: um *pandillero* que permanece ligado à gangue, mas não se envolve diretamente em suas atividades.



contratar um membro de gangue. Para alguns membros, e experiência nos centros de re-educação teria sido importante, se eles houvessem tido acesso a alguma habilitação. “Eu tenho pensado num monte de coisas, porque eu fiquei realmente louco quando fui preso. Agora que eu estou fora, eu estou bem mais calmo”, disse o membro de gangue na Entrevista 12. Entretanto, os entrevistados em geral viam negativamente a detenção, devido à falta de liberdade e aos abusos por parte dos carcereiros.

Membros de gangue foram perguntados sobre a lei Mão Dura. Nenhum deles respondeu que ela fosse uma solução para o problema das gangues. Alguns disseram que, se o governo realmente quisesse reduzir a criminalidade, ela deveria encampar também *banderos* e *transeros*. De acordo com o *pandillero* da Entrevista 2, “Pra mim eles deviam ter feito a Mão Dura pra todo mundo e não só para as gangues”. Por outro lado, os entrevistados tinham consciência do fato de que nem todos os membros de gangue estão ativos. “Porque às vezes têm aqueles que estão inativos e têm filho, mas a polícia [mesmo assim] dá em cima deles porque eles [já] estão marcados”, disse o membro de gangue da Entrevista 6. Além disso, a Mão Dura não oferece alternativa à detenção, e eles disseram que trabalhar é a melhor solução.

Essas leis não ajudam nada... Porque se eles quisessem ajudar, eles iam dar emprego...

- Entrevista 4

Alguns membros de gangue também não se vêem ascendendo na hierarquia da *pandilla* ou se tornando *palabrero*, por causa do perigo envolvido. Quando perguntados como aconselhariam os que querem ingressar numa *pandilla*, a maioria disse que advertiriam sobre o que é realmente uma gangue, dizendo que não é um jogo e envolve muito perigo:

[Eu digo aos recrutas novos] que não é fácil andar com a gangue. Que eles têm que se lembrar que nem todos nós temos a mesma sorte [...] Eu fico na cola de alguns colegas mais novos que eu... Na colônia, um membro novo morreu no primeiro roubo. Não é legal morrer novo, você acaba não vivendo.

- Entrevista 7

III. SOLUÇÕES PARA COAV

A fim de elaborar soluções para COAV, buscamos informações nos esforços bem sucedidos de reabilitação e prevenção de El Salvador. Foi mais fácil encontrar instituições privadas nessas experiências do que entidades públicas.⁴⁵ Um esforço do setor público é o Conselho Nacional de Segurança Pública, que possui projetos de prevenção. Os projetos do setor privado ou de ONGs incluem o Polígono Don Bosco, que é o maior esforço de reabilitação do país. Por fim, incluímos uma avaliação da lei antegangue conhecida como “Mão Dura”.

Conselho Nacional de Segurança Pública

O CNSP começou, em 1996, como uma secretaria de consultoria sobre segurança pública da presidência. Sua missão foi a de formular e implantar um programa e uma política especiais de prevenção da violência, enfatizando a participação pública. O CNSP atende 100 comunidades em

⁴⁵ Nosso pedido para entrevistar Ismael Rodríguez Batres, diretor executivo do Instituto Salvadorenho Para o Desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes (ISNA em espanhol), não recebeu resposta. Isso foi uma pena, já que um número grande de membros de gangue passa pelos centros de re-educação do governo. Suas experiências, portanto, poderiam ajudar na busca de soluções.

17 municípios, de três departamentos, em El Salvador, com destaque especial para os municípios de San Salvador e Soyapango.

Após a escolha de um município, a organização em nível comunitário (através do Programa de Liderança e Organização de Bairros) serve como garantia de sucesso para outros programas que incluem: grupos escolares, infra-estrutura social, policiamento comunitário, prevenção social direta, recreação e esportes, atividades artísticas, treinamento vocacional e profissional, e assistência médica. À noite, os jovens da comunidade podem optar entre futebol ou acesso ao centro recreativo, e iluminação para a comunidade é fornecida por segurança. Durante o dia, treinamento vocacional e profissional é oferecido.

O treinamento vocacional e o programa de empregos envolvem parcerias com instituições públicas, associações e fundações privadas, que fornecem treinamento formal para os jovens em áreas técnicas. Após completarem o programa, eles buscam emprego em empresas privadas e públicas. O CNSP também coordena com o Instituto Salvadorenho de Treinamento Profissional o Programa de Treinamento Profissional, e com o Ministério do Trabalho e a Previdência Social, o Programa Profissional.

Apesar da existência dessa instituição, que tem, além disso, como natureza institucional aconselhar diretamente o presidente da república, o poder executivo privilegiou o enfoque da intervenção através da lei Mão Dura. Isso reflete a esquizofrenia da abordagem governamental da prevenção à violência e delinquência.

O Polígono Industrial Don Bosco

O objetivo do polígono, em seu 16º. ano, é fornecer trabalho e alternativas educacionais para crianças. Atualmente, há 87 jovens vivendo na instituição, todos de idades entre 14 e 18 anos. Existe também um programa para 400 alunos externos: 200 da primeira à sexta série, que estudam de dia, e outros 200 jovens que estudam à tarde e à noite. Os beneficiados incluem jovens de rua, de alto risco e em conflito com a lei.

Jovens de rua são aqueles que moram na rua. Jovens de alto risco são aqueles em risco de usar drogas ou que já o fazem, que estão envolvidos com o comércio ilegal de armas, que passaram por violência familiar ou estão envolvidos com prostituição. Jovens em conflito com a lei são os que já se envolveram com a lei; eles têm a opção de participarem do centro Don Bosco. Para que isso aconteça, um juiz deve primeiro concordar com a participação desse jovem, baseado em seu comportamento anterior em centros de detenção. Recentemente, a “liberdade assistida” se tornou uma alternativa à detenção. Se o jovem se encontra em risco de se envolver com uma *pandilla*, ele/ela é direcionado para um programa de prevenção. Se já estiver envolvido, então ele/ela toma parte em um programa de intervenção.

Os jovens são mantidos ocupados das sete horas da manhã às 10 da noite, incluindo o trabalho naquelas instituições que participam do programa. Eles recebem formação e treinamento acadêmico e técnico. Além de aprenderem uma habilitação, aprendem também noções de gerenciamento, uma vez que se espera que eles se tornem homens/mulheres de negócio, em vez de trabalhadores de baixa qualificação.

Eles são acompanhados individualmente por membros da equipe nas áreas de educação, trabalho e saúde. Cada jovem possui um dossiê psicopedagógico. A cada três meses, seu desempenho é avaliado, e a equipe se reúne regularmente com eles e suas famílias.

Em termos gerais, o Polígono Industrial não recebe apoio econômico do governo salvadorenho, mas depende de cooperação internacional, em especial de ONGs (a maioria das quais espanhola). Tem havido um apoio limitado do Ministério da Educação, da Habitação e do Instituto

Salvadorenho de Treinamento Profissional. O custo estimado para a manutenção de um aluno é de aproximadamente US\$ 240.

A ligação entre o Don Bosco e a Corte Suprema de Justiça é positiva, já que esta proporciona uma alternativa para aqueles jovens que querem realmente mudar de conduta. Os números da reabilitação para os que vêm participando do projeto são positivos. Nos dois últimos anos (2002-2003), 60% fizeram mudanças de vida positivas, 25% pararam de participar da violência e das gangues e estão numa situação relativamente estável, embora não estejam trabalhando ou na escola. Os outros 15% são de infratores reincidentes. Isso contrasta com as declarações de alguns governos de que a reabilitação de membros de gangue não é possível.

Avaliação da Lei Antegangue

A Lei Antegangue (Ley Antimaras) foi aprovada pela Assembléia Legislativa, em 9 de outubro de 2003, e entrou em vigor a 11 de outubro. A lei foi aprovada três meses após o presidente da república ter lançado, em 23 de junho, o “Plano Mão Dura”, anunciando sua decisão de apresentar à Assembléia Legislativa uma lei que regularia crimes cometidos por *pandilleros*. A lei era para “estabelecer um regime temporário especial de combate aos grupos conhecidos como *pandillas*”. Ela valeu por um período de 180 dias após ter entrado em vigor. De acordo com a polícia civil, até 17 de março de 2004, houve 11.263 prisões de suspeitos de pertencer a *pandillas*, das quais 2.872 foram de reincidentes. De todas as prisões feitas, 5.671 suspeitos de serem membros de gangue foram acusados de crimes como: homicídio, lesão corporal, roubo, furto, ameaça, estupro, ataque sexual, terrorismo, seqüestro, ocultação de delinqüentes ou de prova criminal, porte ilegal de arma, porte de droga e tráfico de droga. O restante das prisões estava diretamente de acordo com a Lei Antegangue. Cinquenta por cento dos detidos pertenciam à gangue MS, 39% à M-18 e o resto estava dividido entre vários outros grupos. Ao avaliarmos a Lei Antegangue, achamos que:

É desnecessária, já que a maioria dos crimes e delitos previstos já é tratada pelo sistema legislativo. Além disso, a Lei Antegangue propõe medidas que contradizem normas legais, às quais El Salvador está sujeito, como a Convenção dos Direitos da Criança. A Lei do Menor Infrator já regula a situação de menores em conflito com a lei. A Lei Antegangue diferencia infratores menores de infratores menores que pertençam a pandillas, os mesmos crimes ou infrações recebem tratamento desigual, conforme o menor pertença ou não a uma gangue. Além disso, funções que eram anteriormente desempenhadas pelo ministério público ou por juízes, a fim de garantir a aplicação das leis salvadorenhas, foram eliminadas.

A Lei Antegangue determina que pertencer a uma *pandilla* é crime. Entretanto, isso viola o Artigo 12 da Constituição, que afirma que “todos os acusados de cometerem crimes são considerados inocentes até prova em contrário”. O Artigo 15 afirma que “uma pessoa só pode ser julgada por leis aprovadas antes do ato criminoso”. Isso significa que aqueles que ingressaram em gangues após a aprovação da Lei Antegangue podem ser condenados.

Metade dos casos de suspeita de *pandilleros* teve as acusações retiradas. Isso nos leva a perguntar se o trabalho de processar quase 11.000 jovens tem algum efeito regulador sobre o crime? O país possui, em geral, altos índices de criminalidade e não pode se concentrar em apenas um tipo de associação criminosa, em detrimento dos outros. Por fim, não existe infra-estrutura adequada para se encarcerar todos os membros de gangue no país. Mesmo antes da Lei Antegangue, El Salvador já tinha os índices de detenção mais altos da América Central.



A Lei Antegangue busca endurecer as penas para *pandilleros*, mas não vem acompanhada de medidas que tentem impedir os jovens de ingressar em gangues, ou que procurem reabilitar os jovens de gangue ativos ou inativos.

Recomendações

- **Concentrar-se sobre prevenção:** não há política ou programa de prevenção unificados. Em termos gerais, existe pouca compreensão sobre a prevenção como alternativa real para o problema da violência no país. A repressão não vem acompanhada por medidas mais integradas, que ataquem o problema pela raiz.

Investir mais em programas de prevenção e reabilitação para jovens envolvidos com a violência: muito pouco se investe na prevenção da violência. Ao mesmo tempo, projetos complementares são necessários: por exemplo, projetos de prevenção que valorizem as relações entre polícia e comunidade. O policiamento comunitário profissional é necessário.

Apoiar intervenções locais: gabinetes de prefeito poderiam ser as plataformas necessárias para projetos que lidem com a violência, devido à sua acessibilidade às pessoas. Vários estudos têm apontado uma relação entre infra-estrutura comunitária e gangues. As descobertas deste estudo poderiam estimular os governos locais a considerar a importância de áreas positivas, dentro da comunidade, e a necessidade de controlar aquelas que podem influenciar negativamente os jovens.

Revisar o Código da Criança e do Adolescente e a Lei Geral Para Jovens: a Lei Antemaras atual ganhou apoio rápido enquanto há, no momento, duas propostas na Assembléia Legislativa que poderiam oferecer benefícios aos jovens. O Código da Criança e do Adolescente⁴⁶ e a Lei Geral Para Jovens⁴⁷ estão aguardando revisão. Elas poderiam ampliar o alcance político e judicial e preencher o vácuo institucional que afeta El Salvador.

Ser mais equilibrado ao tratar do problema: a questão das *pandillas* foi manipulada como propaganda política nas eleições presidenciais de 2004. É importante deixar claro que a delinquência juvenil é apenas uma manifestação da violência generalizada em El Salvador.

Estudar a experiência dos centros de re-educação: as instituições governamentais, em particular o INSA, deveriam se familiarizar com os centros de re-educação. Nossa experiência é que essas instituições não fizeram isso.

⁴⁶ Código de la Niñez y la Adolescencia.

⁴⁷ Ley General de la Juventud.

AS CORNER GANGS E AREA GANGS DA JAMAICA

*Pesquisador Principal e Autor: Michael Mogensen (Viva Rio/ COAV);
Pesquisadores Assistentes: Sharene McKenzie (Craig Town Youth Organisation),
Kenneth Wilson (August Town Sports and Community Development Foundation),
e Steadman Noble (University of the West Indies, Mona).*

Este capítulo enfoca os grupos territoriais baseados na comunidade, das áreas pobres de Kingston e Spanish Town, conhecidos como area gangs, que têm suas raízes no paternalismo e na violência política que caracterizaram a política eleitoral jamaicana, na década de 1960, 70 e 80, mas que se tornaram cada vez mais envolvidas com a atividade criminal. O envolvimento de crianças e jovens em corner gangs, agrupamentos armados menos organizados e menores, implicados em crimes de rua, também é investigado. O relatório está dividido em três partes. A Parte Um fornece um resumo contextualizado desses grupos. A Parte Dois lança um olhar mais atento sobre a face humana do fenômeno, traçando perfis dos indivíduos envolvidos. A Parte Três examina soluções possíveis para o problema, fazendo uma avaliação de programas e políticas sociais relevantes.

Introdução

A história da violência armada na Jamaica está ligada aos violentos conflitos políticos que têm ocorrido periodicamente na ilha, desde o final da década de 1960. Entretanto, as raízes da violência armada no país podem ser detectadas nas acaloradas disputas eleitorais do final dos anos 40 entre os políticos Norman Manley (fundador do Partido Nacional do Povo) e Alexander Bustamante (fundador do Partido Trabalhista Jamaicano). Há um sentimento claro de que a violência do final dos anos 60 cresceu tão rapidamente porque houve uma história de violência interpartidária.”¹

A divisão dos bairros pobres do centro, de acordo com alianças políticas, ocorreu nos anos 40 e 50, com alguns partidários preferindo viver juntos em certas seções (zonas) e partidários rivais expulsos de outras. A segregação de certas áreas ocorreu cerca de vinte anos antes da criação dos projetos² habitacionais politicamente controlados. O crescimento, em Kingston, dessas comunidades-guarnições divididas, como Craig Town, Tivoli Gardens e outras, foi um dos fatores marcantes no desenvolvimento da violência organizada na Jamaica e “estimulou a escalada da violência política, alimentando o crescimento da criminalidade ligada a armas e drogas”.³

Na Jamaica, a violência tomou formas diferentes: violência política, violência relacionada a drogas e violência doméstica. Como Harriots observa, o problema do crime violento tem sido uma questão importante no país desde meados dos anos 60, como refletido nas políticas de endurecimento contra a criminalidade dos anos 70. Entre 1960 e 1976, a posse ilegal de armas subiu de 8 por 100.000 para 90 por 100.000 habitantes.⁴

¹ Harriott, A (2003) *Understanding Crime in Jamaica: New Challenges for Public Policy*. Kingston: University of the West Indies Press.

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ Lang, P (1991) *Identifying Crime Correlates in a Developing Society: A Study of Socio-Economic Demographic Contributions to Crime in Jamaica, 1950 – 1984*. New York: Publishing Inc.



Tabela 1 – Posse de armas ilegais por 100 mil habitantes – 1960/1976

Área	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76
Urbana	8	10	9	9	6	6	17	16	16	17	25	39	34	30	30	42	90
Rural	1	2	3	4	4	4	5	5	5	5	7	10	6	6	4	7	27

Tabela 2 – Aumento anual de disparos com intenção e grupo etário

Ano	Disparos com intenção	Grupo etário
1966	3	19
1967	11	19.4
1968	14	19.5
1969	11	19.4
1970	27	18.8
1972	35	18.4
1973	31	19.3
1974	35	19.2
1975	47	20
1976	55	21
1977	81	21.9
1978	41	25.5
1979	105	23
1980	63	23.6
1981	63	24.1
1982	43	22.2
1983	49	25.7
1984	58	28.3

Fonte: Lang 1991.

Por volta de 1977, a Jamaica havia se afastado do padrão tradicional de criminalidade dos anos anteriores, com os crimes violentos superando os crimes contra o patrimônio. A partir daí, ocorreu⁵ uma escalada rápida da violência criminal política e comum, culminando num índice de homicídios de 41 por 100.000 em 1980. Em resposta a essa violência crescente, um estado de emergência foi declarado, os poderes da polícia foram aumentados e os militares assumiram o papel do policiamento.⁶

Do final da década de 1960 até a de 80, muitos políticos, cabos eleitorais e *area dons*⁷, da parte central e oeste de Kingston, encontravam-se mutuamente dependentes. Os cabos eleitorais e os *area dons* asseguravam lealdade ao partido, nas áreas do centro antigo, e os políticos dependiam

⁵ Harriott, A (1996) “The Changing Social Organization of Crime and Criminals in Jamaica”, *Caribbean Quarterly* 42, n° 2-3.

⁶ Harriott, A. (2003). Op. cit.

⁷ Os *dons* de *area* são líderes de gangue e/ou bairros. Ver “Estrutura de Comando” abaixo para maiores informações sobre os *area dons*

deles para conseguir votos importantes. Os *area dons*, por sua vez, dependiam dos políticos para proteção, como empregos através de programas públicos de obras e habitação. Esse relacionamento foi bem documentado. “As armas da violência política das décadas de 70 e 80 foram os revólveres. Os revólveres estavam sendo usados, em 1980, por ninguém mais do que os políticos”.⁸

Enquanto o paternalismo político ainda existe, a maior parte da violência relacionada às gangues não é basicamente política. Embora a política continue a desempenhar um papel importante na identidade das comunidades e nos conflitos locais,⁹ houve um crescimento do crime organizado, atrelado ao comércio de drogas e a atividades como proteção e extorsão, guerras frequentes entre gangues e o “poder social novo e a influência política maior de algumas das principais redes criminosas”.¹⁰

A mudança de natureza da violência pode explicar as eleições parlamentares, em 2002, relativamente pacíficas, que foram seguidas por um aumento súbito dos homicídios. Como Horace Levy, da University of the West Indies, Mona, explicou numa entrevista: “A violência política aberta diminuiu desde 2002. Ela já não é mais motivada pela política tanto como antes, e não há tanta incitação por parte dos políticos, como em 1997, quando um deles foi pego distribuindo armas”.

O papel do *don* também mudou. No passado, eles eram líderes comunitários que se reportavam à diretoria política local e controlavam um grupo de soldados; hoje a estrutura de comando central ligando *dons* e políticos já desabou em grande parte.¹¹ O doutor Kingsley-Stewart, da University of the West Indies, explica a mudança: “No passado, as gangues estavam a serviço dos políticos. A mudança veio quando elas analisaram o que os políticos faziam para obter o controle. As gangues criaram então um mecanismo que permite a elas ser independentes e não mais totalmente dependentes da estrutura de poder”.

Houve uma proliferação de *córner gangs*, *córner dons*¹² e gangues de comunidade que não são tão subservientes ao sistema político como já foram. “Uma das razões porque os *area dons* perderam influência é que eles não são mais a única fonte de armas. A fácil disponibilidade e o grande número de armas, no centro antigo da cidade, parecem ser um fator importante no surgimento de gangues e *dons* e no surgimento de um clima de violência muito diferente”.¹³

A violência política é considerada como tendo diminuído desde 2002. O índice de homicídios atingiu um pico de 43% por 100.000 habitantes, em 2001, quando houve 124 assassinatos em toda a ilha, só no mês de setembro. Harriot observou que o índice de homicídios, de 2001, foi em grande parte devido à violência não política.¹⁴ Entretanto, muitos moradores do centro antigo da cidade acreditam que a violência de hoje pode ser atribuída à violência política das décadas de 1970 e 80. Até o começo de fevereiro de 2004, 92 assassinatos já haviam sido registrados na Jamaica.¹⁵

⁸ Horace, L (1996) *They Cry ‘Respect!’: Urban Violence and Poverty in Jamaica*. Kingston: University of the West Indies

⁹ Em Craig Town, jovens entrevistados disseram que bateriam em qualquer morador, exceto os cidadãos mais velhos, que votasse no PTJ.

¹⁰ Harriott, A. (2003). Op. cit.

¹¹ Horace L. (1996). Op. cit.

¹² Ver “Atores Envolvidos” para uma explicação sobre a diferença entre *área gang*, *área don*, *córner gang* e *cornerdon*.

¹³ Ibid.

¹⁴ Harriot L. (2003). Op. cit.

¹⁵ *The Gleaner*, 5 de fevereiro de 2004: “35 days, 92 killed”.

Metodologia

Entrevistas objetivadas e discussões de grupo foram realizadas nas comunidades de Craig Town (que é parte da comunidade maior de Jones Town), August Town e no Centro Correcional de Hilltop. As entrevistas e discussões foram conduzidas na rua ou em áreas públicas e privadas. Por causa da natureza complexa da pesquisa e do tempo limitado, não foi possível alcançar tantos jovens e membros da comunidade como se esperava. Uma limitação séria para a pesquisa foi a falta de familiaridade do pesquisador principal com o *patois* jamaicano.

As entrevistas em August Town foram realizadas com dois adultos que estiveram envolvidos com gangues na infância e adolescência; um líder de *area gang*/comunidade da seção Hermitage, de August Town; uma líder da gangue Jungle Trails, de August Town; um membro de *corner gang*, de 22 anos; e um morador da comunidade, de 22 anos. Quatro jovens, entre 15 e 18 anos, que estiveram envolvidos com gangues, detidos no Centro Correcional Juvenil de Hilltop, também foram entrevistados.

Além disso, as entrevistas foram conduzidas por quatro acadêmicos e/ou estudantes de pós-graduação, da University of the West Indies, Mona, que têm trabalhado com crianças e jovens envolvidos com a violência armada organizada (e os resultados discutidos com especialistas quando a pesquisa ocorreu), um agente policial de August Town e com três líderes comunitários e ativistas de Craig Town, August Town e Spanish Town. Algumas tentativas foram feitas para entrevistar crianças e jovens em Spanish Town, mas devido à violência contínua lá, isso não foi possível.

I. RESUMO CONTEXTUALIZADO DE COAV

Atores Envolvidos

Ao se discutir gangues e violência, na Jamaica, é importante distinguir entre *área gangs* (e *area dons*) e *córner gangs* (e *córner dons*). As *area gangs* incluem aquelas que dominam comunidades e bairros inteiros. Muitas estão bem estabelecidas e têm suas raízes no paternalismo e na violência políticas que caracterizaram a política eleitoral nas décadas de 1960, 70 e 80.

Conforme o paternalismo político diminuía ou cessava, essas gangues ficaram cada vez menos subservientes a líderes políticos e mais envolvidas com modalidades do crime organizado, como extorsão, proteção e comércio de drogas. “O que acontece lá em Spanish Town é uma questão de território, de coleta de extorsão dos taxistas”¹⁶ (diretor de escola secundária, entrevistado no jornal *The Gleaner*).

A violência de gangues na Jamaica esteve sempre ligada a disputas sobre território e recursos. Alianças partidárias foram um fator importante para ganhar acesso àqueles recursos, e a violência recente em comunidades como Spanish Town sugere que, mesmo sendo elas agora menos importantes, continuam a influenciar a violência. Horace Levy disse, “Após o Partido Trabalhista Jamaicano vencer as eleições em toda a ilha, gangues e comunidades ligadas a ele sentiram que deveriam ficar com uma fatia maior do bolo. A One Order [uma *area gang* de Spanish Town, ligada ao PTJ] está tentando ficar com o controle da extorsão”.

As *córner gangs* e os *córner dons* são mais informais e podem não estar ligados ao paternalismo político e à violência. As *córner gangs* e os *córner dons* podem existir em comunidades dominadas por *área gangs* e *area dons*. Embora as *córner gangs* e os *córner dons* possam nunca ter participado das formas de paternalismo político vistas na década de 1970 e 80, como moradores do centro antigo da cidade, eles provavelmente se identificam e defendem o partido dominante na comunidade. As *corner gangs* e *corner dons* que se metem com atividades

¹⁶ Taxistas refere-se a empresas e/ou motoristas de táxi.



criminosas não deveriam ser confundidos com turmas ou grupos de colegas, formados por jovens e homens que ficam nas esquinas ou em áreas específicas, que não estão envolvidos com atividades criminais (além de fumar e traficar “ganja”¹⁷).

É importante notar o relacionamento fluido entre gangues e outras formas de violência organizada na comunidade. Em entrevistas conduzidas em Craig Town, moradores e líderes comunitários distinguiram entre “guerra política” (a violência da época de eleições) e “guerra por chão” (disputas intercomunitárias). Enquanto as “guerras políticas” envolvem comunidades rivais, cada uma apoiando partidos diferentes, uma “guerra por chão” poderia envolver duas comunidades que apóiam o mesmo partido.

Os entrevistados disseram que, em épocas de conflito político ou territorial, a comunidade como um todo ficava envolvida com a violência, fosse como perpetradora ou vítima. Nessas épocas, alguns jovens que não se identificam com nenhuma *area gang* ou *corner gang*, e que dizem não tomar parte em violência em outras ocasiões, afirmaram que haviam usado e usariam de violência para defender suas comunidades e que, nesses momentos, armas se tornavam disponíveis.

As gangues que agem na parte oeste de Kingston incluem: Shower Posse, Spanglas, Fatherless Crew (constituída por jovens sem pai) e “lock di city”. As gangues que agem em Spanish Town incluem: One Order e Klans. A Jungle Trails é uma *corner gang* que age em August Town. Um trabalhador comunitário, em Craig Town, sugeriu que deve haver entre 6.000 e 10.000 membros de gangue ativos na área metropolitana de Kingston.

Estrutura de Comando

Dons: o papel do *don* é fundamental na história da violência armada organizada na Jamaica. *Don* pode se referir tanto a homens fortes que exercem controle sobre uma comunidade e/ou *area gang* quanto a *corner dons*, que chefiam *corner gangs*.

O relacionamento mutuamente benéfico que se desenvolveu durante a última metade do século passado entre alguns *area dons*, ou homens fortes, e certos políticos já foi descrito acima. “Cada grupo de homens, ou “safra militar”, estava encarregado da defesa da própria área e obedecia a um líder único ou, para usar um termo mais recente, a um *don*, que se reportava ao diretório político. O *don* exercia uma disciplina firme sobre seus soldados; e ela se estendia não apenas a questões diretas de conflito com uma comunidade rival, mas também, como consequência natural, a disputas e atos de indisciplina interna na sua área”.¹⁸

O *don*, como líder comunitário e/ou de gangue, é responsável, por fim, pela observação da disciplina dentro da comunidade, quando os moradores recorrem a ele ou à gangue por justiça. Quando ocorrem crimes dentro da comunidade, os “*dons* [...] aplicam castigos que incluem surras ou execuções, conforme o crime requer”.¹⁹ Entretanto, moradores de Craig Town e de August Town disseram que o tipo de ação disciplinar executada nem sempre era decidido pelo *don*/líder. Moradores da comunidade se reuniam e decidiam sobre a punição. “Se há um problema, então a gente resolve. Nós só vamos até [o líder da comunidade] com problemas grandes”.

A diferença entre “dons” e “líderes comunitários” é às vezes nebulosa. Em Craig Town, o homem identificado como líder da comunidade não era chamado de *don* e não se considerava um. Ele exercia claramente controle sobre a comunidade, tomava as decisões importantes, possuía empresas comerciais legais e concorreu a um mandato pelo PNP numa área diferente da

¹⁷ *Ganja* é uma gíria para maconha.

¹⁸ Horace, L. (1996). Op. cit.

¹⁹ Ibid.



comunidade que chefia. Moradores e líderes comunitários declaram que ele não está envolvido com atividades ilegais, como extorsão e comércio de drogas. Um ativista da comunidade disse que o relacionamento dele com os pistoleiros locais “depende das circunstâncias”.

Em August Town, o *don*/líder comunitário de Hermitage vem contribuindo para a trégua negociada com outras áreas de August Town e pode agora andar livremente pela comunidade ampliada. Durante a pesquisa para este relatório, ele parou e conversou com um membro muito conhecido, do sexo feminino, da *corner gang* Jungle Trails (que apóia o PNP) numa área do PNP. Ele é muito ativo nas atividades de resolução de conflitos e de esforços para a paz, realizadas pela Fundação Para Esportes e Desenvolvimento Comunitário.

Soldados: várias vezes, durante a pesquisa, os participantes falaram de “soldados” ou “pistoleiros”. Entretanto, o papel dos soldados não é sempre claro. Em alguns casos, os soldados da violência política e/ou territorial podem ser membros de “gangue” que também atuam em atividades criminais; podem ser membros da comunidade que agem como “pistoleiros” e podem ser garotos, jovens e homens da comunidade que não estão envolvidos com atividades de gangue/criminais regularmente, mas que consideram seu dever defender a comunidade em épocas de conflito. Um jovem disse que havia atirado com uma arma pela primeira vez aos 19 anos numa guerra em defesa própria. Ele não se considerava soldado ou membro de gangue.

Em uma comunidade, olheiros ou “soldados” armados foram observados (eles não concordaram em ser entrevistados). De acordo com um jovem entrevistado, “se você quer ser soldado, você pode ser. Você adota isso. As pessoas crescem no sistema. Você conhece seu chão e você se torna soldado”.

A idade em que os jovens se tornam soldados varia. Claudette Richardson-Pious, da ONG Children First, disse “me lembro de uma discussão com um *don* dizendo que, com 17 anos, já se é um homem. Eles se envolvem aos 16 ou 17. Jovens entrevistados disseram que há casos de garotos de 14 já envolvidos, mas a maioria disse que isso não era a norma”. Richardson-Pious disse também que está vendo agora garotos de 14 envolvidos, como carregadores de arma ou olheiros.

De acordo com um grupo de moradores jovens, os soldados não recebem normalmente salários regulares pelo envolvimento, mas acesso às “pilhagens”.

Relações com a Comunidade

As relações dos atores envolvidos na violência armada organizada com a comunidade variam de acordo com a comunidade e com o tipo de grupo armado encontrado lá. Deve-se observar que, durante o estudo, os termos “comunidade”, “organização” e “gangue local” foram às vezes usados de forma intercambiável.

O que se segue é um excerto das descobertas de uma pesquisa do Banco Mundial/UWI sobre pobreza e violência: “Quaisquer que sejam os atos de terror contra a comunidade rival, ou os atos ilegais contra empresas ou indivíduos de fora, a regra era não aterrorizar as pessoas da própria comunidade [...] Por causa disso, muitas vezes os *dons* e outros Robin Hoods menores [...] eram protegidos pela comunidade contra o braço severo da lei”.²⁰

A *area don* e a *area gang* podem ser responsáveis pela manutenção da ordem e aplicação das leis dentro da comunidade, como observado por moradores e líderes comunitários. Ao mesmo tempo em que certos tipos de atividade criminal podem ser permitidos fora da comunidade, eles podem não ser tolerados em seu interior e receber punições severas. Um líder comunitário de Craig Town disse que “a atividade criminal acontece fora. Como em qualquer comunidade, existem

²⁰ Ibid.



coisas que são tabus, a pressão contra elas acontecerem fora é menor [...] Se alguém da comunidade está envolvido, as consequências são severas se isso acontecer dentro da comunidade”.

Durante uma entrevista de grupo com rapazes em Craig Town, eles desenharam um círculo representando o bairro, dizendo que ele é PNP. Aqui “você tem que seguir as regras, sem desrespeitar a comunidade”. Depois eles desenharam uma linha representando a rua principal que separa a comunidade das áreas rivais do PTJ, chamando-as de “local livre”, onde certos atos seriam tolerados.

Em August Town, moradores e líderes da comunidade falaram sobre justiça comunitária ou o “tribunal de justiça do canguru”. “Os moradores não têm muita fé nos sistema judicial” e se voltam para as gangues ou os *dons* por justiça. Um rapaz disse que “as pessoas estão levando surras dos gângsteres, das *corner gangs* [e] dos caras que chefiam o local por causa de estupros [e] furtos. Eles não querem ladrão nem estuprador na comunidade”. Um grupo de jovens, de August Town, disse que as punições para esses infratores poderiam incluir surras e tortura com choque elétrico.

Richardson-Pious, da Children First, em Spanish Town, disse que no relacionamento de sua organização com os *dons*, “Você tem que negociar com eles para não usarem crianças. Nós temos dito para as gangues, ‘maneirem com as crianças’. Um dia antes da violência armada, nós fomos avisados para fechar e mandar as crianças para casa”. Entretanto, o relacionamento da organização com *corner gangs* e *corner dons* poderia ser mais difícil: “A gente estava para se mudar para um local novo, em Duncan’s Pen, mas existem esquinas e *dons* demais naquela área [...] você não sabe bem com quem falar”.

As relações com a comunidade podem ser afetadas pelas “guerras por chão” (em oposição às “guerras políticas”). “A guerra por chão tem a ver com extorsão. A guerra por chão é perigosa. A guerra política não é perigosa, você sabe aonde ir”, disse um rapaz. Isso é confirmado por entrevistas publicadas no estudo do Banco Mundial/UWI, “Essa violência é pior que a de 1980 [...] havia então apenas um inimigo”.²¹

Com base em discussões e observações, as relações gerais entre membros da comunidade e líderes comunitários ou *dons*, em Craig City e August Town, pareceram positivas. No caso de August Town, isso poderia ser resultado da paz relativa que vem sendo negociada, desde 1997, pelo trabalho de organizações comunitárias, como a Fundação Para Esportes e Desenvolvimento Comunitário de August Town, e por esforços como a Iniciativa de Gerenciamento da Paz (uma iniciativa governamental para resolução de conflitos). No caso de Craig Town, isso poderia ser resultado da presença de um benfeitor, que é visto como provedor da comunidade. Entretanto, podem surgir tensões se for sentido que o benfeitor ignorou a comunidade.

Em comunidades onde a violência é contínua e onde há área gangs e de córner gangs envolvidas com a violência armada e o crime organizado, as relações com a comunidade podem ser governadas mais pelo medo e pela repressão. Richardson-Pious disse: “Deve se ter em mente que há um tabu em relação a falar. Ser um informante é o fim da pessoa”. Em Craig Town e August Town, os moradores também disseram que “informantes” não seriam tolerados.

Papel do Estado

O papel do estado na violência política do passado já foi mencionado. Em 1975, cerca de 20 a 25 mil pessoas tomaram parte no funeral do “pistoleiro político” Burren Boy. Comentando o fato, o acadêmico jamaicano Obika Gray disse que esses números demonstraram “o poder social inquestionável que membros dos subterrâneos da política vieram a exercer na política nacional”.²²

²¹ Ibid.

²² Ian Boyne no *The Gleaner*, 8 de fevereiro de 2004: “De-linking Politics and Crime”.

Como declarado pelo jornalista Ian Boyne, no *The Gleaner*, “A aliança fatal formada entre políticos dos dois maiores partidos e criminosos desestabilizou o país, a ponto de os políticos se verem agora impotentes no jogo perigoso que eles forçaram a sociedade a aceitar [...] A economia jamaicana vai ficando sob pressão, do mesmo modo que as “verbas especiais do orçamento”, o que resulta em batalhas ferozes por benesses políticas”.

Os dois partidos políticos da Jamaica e seus líderes têm declarado oficialmente que estão tentando acabar com o tribalismo político, tendo os dois partidos assinado o relatório do Comitê Nacional Para o Crime e a Violência, o qual afirma que “fortalecer a autoridade moral dos parlamentares eleitos do país, a fim de demonstrar a vontade política de liderar a luta contra o crime e a violência, é fundamental para as recomendações gerais do Comitê”.²³

Apesar do compromisso dos principais políticos com a reforma, a distribuição partidária de empregos e de outros “benefícios do medo” continua de certa forma, como exemplificado pelos assassinatos políticos, relacionada à distribuição de empregos em Temple Hall, em 2002. Os recentes acontecimentos violentos, em Spanish Town, foram também identificados por acadêmicos e ativistas (como Horace Levy, durante entrevista para este estudo) como disputas por “benesses”, após a vitória do PTJ nas eleições regionais em toda a ilha. Um adolescente detido no Centro Correcional Juvenil de Hilltop observou que, embora seja o político quem distribui os empregos na comunidade, é o *don* que escolhe os agraciados.

As relações com as forças de segurança do estado variam de acordo com a comunidade. Em Craig Town, durante o trabalho de campo, policiais e soldados foram observados passando em viaturas pela comunidade, mas, embora haja um posto policial na entrada do bairro, não foram vistos policiais fazendo patrulhamento a pé. Um ativista da comunidade disse que “a polícia é tida como parceira importante”; recentemente, esse relacionamento não vinha sendo tão forte, entretanto. Em certos casos, as pessoas pedem à polícia que entre na comunidade para resolver problemas. Durante entrevistas e discussões com jovens locais, eles se queixaram de perseguições da polícia. Um deles, envolvido com gangues, em Hilltop, disse que “alguns policiais forjam flagrantes, plantando coisas em você quando eles te pegam, porque eles sabem que você é do crime. Já vi isso com meus próprios olhos”²⁴

Em Spanish Town, Richardson-Pious, da Children First, disse que, quando começou a trabalhar na comunidade, havia muitos casos de abuso policial contra crianças. Entretanto, disse Pious, “nós trabalhamos bastante com a polícia e melhoramos suas relações com a comunidade”.

Um componente importante das negociações de paz e dos esforços para solução de conflitos que têm se desenrolado em August Town, vem sendo a melhora das relações entre comunidade e polícia. O inspetor Budhoo, da força policial de August Town, disse que “quando cheguei aqui em 1998, o relacionamento entre a polícia e o público era horrível. As pessoas me levavam a mal, a polícia não conseguia chegar até elas — os cidadãos eram vistos como pistoleiros [...] Agora fazemos um policiamento pró-ativo, onde tentamos e conseguimos conhecer todo mundo da comunidade”.

A polícia, disse o inspetor, dividiu August Town em quatro zonas com o objetivo de conhecer cada cidadão e cada pistoleiro em potencial. “Quando um pistoleiro sabe que você conhece todo mundo, a probabilidade de que ele cometa crimes diminui [...] mas o fato é que eles não vão entregar as armas. Mas nós estamos tentando educá-los a não usá-las, a usar outros meios,

²³ *The Gleaner*, 8 de fevereiro de 2004: “Partisan Politics and Job Allocation”.

²⁴ O entrevistado se exprimia de maneira extremamente peculiar, incompreensível para quem não está familiarizado com esse universo.



como o diálogo [entretanto] existem pessoas na corporação que são resistentes. A polícia é um grande obstáculo para o policiamento comunitário, já que [alguns] elementos não acreditam nisso”.

Apesar desse policiamento comunitário positivo em áreas como August Town, “o tribunal de justiça do canguru” prevalece nas áreas do centro antigo, dominadas por gangues. Uma líder de gangue disse, “A gente tem a nossa própria justiça. O estado não faz justiça. Essa é uma das coisas que causa o surgimento das gangues — a falta de justiça”.

Atividade Comercial Legal e Ilegal

Como já foi observado, as *área gangs* vêm tradicionalmente se beneficiando do relacionamento com os políticos locais em termos de controle de recursos, como empregos e moradia. Cada vez mais, de acordo com os entrevistados e a literatura citada, as *área gangs* estão também envolvidas em conflitos pelo controle de recursos que provêm de outras atividades criminais: do comércio de drogas (em áreas como Tivoli e Greenwich Farms), da extorsão e da indústria da proteção.

De acordo com o inspetor Budhoo, da polícia de August Town, “a Jamaica é um ponto de escala da droga, não um produtor ou usuário de drogas” [deve-se observar que a maconha não é em geral referida como droga]. Numa entrevista, Levy disse que “as drogas pesadas não estão disseminadas. Muitos jovens experimentaram e rejeitaram. A maconha não é considerada droga, mas alguma coisa que os une [...] Em geral, as pessoas pensam que Tivoli é um arsenal de drogas pesadas, ou a polícia parece pensar isso”.

Em Craig Town, moradores da comunidade disseram que poucos usam *crack* ou cocaína e que seu comércio não seria permitido. De acordo com um jovem, 65% deles estão “na linha do roubo, pistoleiros, ou homens de faca” (roubar ou usar revólver ou faca para algum tipo de ganho econômico). Em Craig Town, há umas poucas lojas e bares de esquina e um estúdio de gravação pertencente à comunidade, que é a principal promotora de um importante artista de bailes.

Em August Town, um membro da *corner gang* Jungle Trails disse que a extorsão não é um problema na comunidade. Um ativista comunitário contou que “cocaína e *crack* não são questões preocupantes”.

Claudette Richardson-Pious comentou sobre a ênfase, entre membros de gangue, em ganhar dinheiro e respeito: “É uma questão de dinheiro. De estar no comando. Quando você tem uma arma, você é um dos grandes”. Entrevistados observaram consistentemente que a falta de oportunidades e o desemprego são uma causa importante para o envolvimento dos jovens em gangues. “O problema principal para as pessoas das comunidades estudadas, de acordo com elas, é essa combinação de violência e crime e o desemprego”.²⁵ Richardson-Pious disse: “eles [os jovens locais] nos dizem que o importante [...] é ‘ser alguém’. Eles dizem isso, o que mais podem fazer? Eles vêem como saída ser DJ ou criminoso”.

Uma prova da importância da extorsão e da persistência do paternalismo, envolvendo *dons* e *area gangs*, é o fato de que “o índice de homicídios, em Kingston, caiu 23% e os homicídios também estão em queda na parte oeste de Kingston, por causa de uma trégua entre Dudus, o *don* de Tivoli (PTJ) e os Zekes, de Matthew Lane (PNP). Entre si, eles dividiram o centro de Kingston e a indústria da extorsão. A trégua aconteceu porque todos ganharam um contrato para fornecer segurança no Kingston Public Hospital” (entrevista com Horace Levy).

Confronto Armado

²⁵ Horace, L (1996) They Cry ‘Respect’!: Urban Violence and Poverty in Jamaica. Kingston: University of the West Indies.

A violência política é normalmente entre duas ou mais comunidades rivais, que apóiam o PNP ou o PTJ, e ocorre no período que antecede, durante ou diretamente após as eleições. As guerras por chão são conflitos entre duas ou mais comunidades, que podem ocorrer por disputas territoriais ou de liderança (o desejo de se estabelecer como *don* numa comunidade em particular), e por disputas pelos ganhos da extorsão ou pelo controle de outras atividades ilegais. Há também conflitos que surgem por causa de ofensas feitas por uma comunidade à outra. Jovens entrevistados disseram que elas podem incluir desde retaliações, estupros, roubos e assim por diante.

Algumas mortes podem ser aceitas como atos de retaliação. “Recentemente, gente da baixa Trench Town matou dois ou três de Denham Town (aliada de Tivoli), mas não houve retaliação. As pessoas de Tivoli disseram que as mortes foram aceitas como retaliação pelo assassinato de uns jovens [de Trench Town], durante as eleições de 1992, que ainda não havia sido vingado” (entrevista com Horace Levy).

Durante guerras políticas, os confrontos “por chão” podem ocorrer com a polícia ou o exército ou quando certos policiais agem com muita violência (como pode ter sido o caso em Denham Town, após um garoto ter sido baleado).²⁶ O sargento David White, diretor da Polícia Federal, contou ao jornal *The Gleaner* que comunidades com cercas de zinco²⁷ são “muito perigosas para a polícia [...] Nesses lugares as pessoas estão em guerra. Somos treinados para fazer a paz, não somos soldados”.²⁸

Com as novas fontes de renda, conseguidas muitas vezes no exterior ou enviada de lá por parentes, e com o comércio de drogas, as armas se tornaram mais disponíveis na ilha. “Mas foram os políticos os primeiros a pôr as armas em circulação em grande escala, em especial por volta de 1980. E muitos ligam especificamente o declínio da disciplina à introdução das armas e, portanto, à política, sua fonte inicial”.²⁹

Em entrevistas e discussões com jovens e com um inspetor de polícia, eles conseguiram dar os nomes dos seguintes tipos de arma (ou de fabricantes) disponíveis: Taurus, AK-47, Glocks, Browning e M9. De acordo com o inspetor, não era possível para um membro de gangue portar abertamente um AK-47 na comunidade de August Town. As armas não aparecem a céu aberto, mas estão disponíveis prontamente quando necessário. Durante uma entrevista de grupo, um homem levantou a camisa e mostrou sua arma. Em discussões, garotos de 16 anos identificaram de imediato tipos de arma, mostrados em fotografias de jovens do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, embora tivessem dito que nunca usaram arma.

Envolvimento de Crianças e Jovens

Moradores, ativistas, líderes comunitários/*dons* e acadêmicos concordaram todos que crianças e jovens cada vez mais novos estão se envolvendo com a violência armada na Jamaica. A maioria falou sobre uma época anterior, talvez nos anos 70 e 80, quando a violência era perpetrada por “homens maus” e “homens grandes”, que procuravam não envolver crianças e jovens. Entretanto, não houve concordância absoluta sobre em que idade o envolvimento de crianças e jovens pode ocorrer, e qual seria uma idade “aceitável” por alguns atores para crianças/jovens se envolverem. “As armas estão facilmente disponíveis hoje e podem ser vistas, em grande número,

²⁶ *Daily Observer*, 14 de fevereiro de 2004: “Denham Town Explodes”.

²⁷ Assim chamadas devido ao uso de cercas de zinco nas áreas degradadas do centro antigo.

²⁸ *The Gleaner*, 4 de fevereiro de 2004: “Move to end ‘zinc fence patrols’”.

²⁹ Horace, L (1996) *They Cry ‘Respect’!: Urban Violence and Poverty in Jamaica*. Kingston: University of the West Indies.

na mão de jovens adolescentes que as usam à vontade e que não reconhecem líder, a não ser um *don* ou uma gangue de subárea ou *córner gang*".³⁰

Ao mesmo tempo, em duas das comunidades estudadas, há indicações claras de que o envolvimento prematuro de crianças/adolescentes com a violência de gangues não é tolerado pela comunidade ou por líderes/*dons/area gangs*. Entretanto, essas crianças podem estar envolvidas com *corner gangs* ou quaisquer outras onde quer que existam. As crianças são parcialmente socializadas para se tornarem envolvidas porque crescem num ambiente de gangues e por sua exposição prematura a gangues e armas. "As pessoas crescem no sistema. Você vive o que aprende, geração após geração". Um inspetor de polícia entrevistado se refere a uma cultura de gueto, que estimula o envolvimento de crianças e jovens, e ao fato de que "você cresce numa comunidade e você a segue".

Em discussões com crianças e jovens, em Craig Town e August Town, o livro *Children of the Drug Trade: A Case Study of Children in Organised Armed Violence in Rio de Janeiro*³¹ circulou. A reação às fotos mostrando jovens de 12 ou 13 anos portando armas é de espanto e admiração, e fica claro que o envolvimento em idade tão precoce não é típico da comunidade. Jovens mais velhos disseram que não desejariam um adolescente de 12 envolvido e que até impediriam seu envolvimento. Alguns disseram que com 14 já se é "homem o suficiente".

Um ativista comunitário de August Town mencionou "uma mudança de idade. Você vê adolescentes mais novos envolvidos com gangues, parados nas esquinas. Eles afirmam sua virilidade por meio de certos tipos de comportamento. Primeiro, através de como se articulam, dos bailes, da necessidade de impor respeito, do número de garotas, de filhos e de armas".

Durante entrevista, o doutor Kingsley Stewart, da University of the West Indies, comentou que a extorsão organizada e o tráfico de drogas "necessitam do poder masculino [e] que o crime organizado precisa de soldados [...] e as crianças vêm nisso sua chance de ascensão social". Ele estima que crianças de apenas 12 anos possam ser usadas para carregar armas e que adolescentes estejam usando essas armas já aos 14 ou 15 anos. "Há um acesso maior às armas. Nos anos 70, os mais velhos jamais permitiriam que adolescentes de 12 ou 13 anos andassem armados". Richardson-Pious disse, "estamos vendo agora meninos de 14 envolvidos. Às vezes, eles são recrutados para transportar ou ser olheiros. É através desse envolvimento precoce que eles são recrutados".

Os dados a seguir mostram uma forte correlação entre o que os entrevistados afirmam: que crianças, adolescentes e jovens estão ativamente envolvidos a com violência armada e que mudanças nas estatísticas criminais revelam um aumento nos índices de homicídio, relacionados à atividade das gangues e ao controle de homicídios politicamente motivados.

³⁰ Ibid.

³¹ Dowdney, LT, *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*, Viva Rio / ISER, 7 Letras, Rio de Janeiro, 2003.

Tabela 2 – Tendências das taxas de homicídio por categoria (por 100 mil habitantes)*

	1997	1993	1988	1983
Doméstico	1.24 (31)	1.17 (29)	1.27 (30)	1.20 (27)
Outros inter-pessoais	0.95 (24)	4.49 (111)	13.22 (76)	4.30 (96)
Total individual	2.19	5.66	4.49	5.50
Político	0.20 (4)	0.57 (14)	0.51 (12)	1.42 (320)
Rivalidade de gangues	14.10 (340)	7.04 (174)	3.61 (85)	3.12 (70)
Não-determinado	10.90 (273)	6.35 (157)	3.43 (81)	3.75 (84)
Total entre grupos	25.2	14.00	6.55	8.29
Outros crimes	5.10 (129)	4.00 (999)	2.90 (69)	3.40 (78)
Outros	8.61	2.64	3.66	1.51
Total na população	41.1	26.3	17.6	18.7

Fonte: Harriott, A (2003). Understanding Crime in Jamaica.

* Os números entre parênteses representam o total de incidentes

Como a Tabela 2 demonstra claramente, entre todas as categorias presentes, as mortes causadas por “controle/rivalidade de gangues” e por “causas indeterminadas” (que de acordo com Harriot estão, na maior parte, ligadas ao crime e à violência organizada) cresceram mais substancialmente entre 1983 e 1997.

Um total de 2.892 pessoas foi preso por delitos graves em 2000. De todos os delitos arrolados como crimes graves, a faixa etária entre 20-25 respondeu pelo maior número (36%) de prisões, seguida da 26-30 (20%). A faixa etária entre 16-19 veio depois com 19,5% das prisões.

Um total de 649 crimes graves foi cometido por jovens de 17 anos ou menos em 2000. Nesse mesmo ano, 173 homens e 30 mulheres, entre 10 e 19 anos, foram tratados de ferimentos à bala nos hospitais públicos jamaicanos, comparados a 432 homens e 49 mulheres entre 20 e 29 anos (de um total de 1.229 pessoas tratadas de ferimentos à bala).³²

II. PERFIS DE COAV

Histórias Pessoais

Um ex-membro de gangue, em August Town, de 27 anos, nasceu na comunidade onde ainda mora com a família (mãe e irmãos). Ele mantém com a família o que descreve como um relacionamento cordial. Ele completou a escola secundária. Outro ex-membro de gangue, em August Town, tem 31 anos e também nasceu na comunidade, onde ainda vive com a mãe e os irmãos. Ele terminou a escola secundária e está atualmente empregado numa firma de espetáculos.

Um jovem detido no Centro Correcional Juvenil de Hilltop, de uma comunidade no centro antigo de Kingston, disse que ele e a mãe presenciaram a morte do pai pela polícia. O pai era

³² Planning Institute of Jamaica, usando dados do Ministério da Saúde.



pistoleiro e a maioria dos irmãos, um dos quais está na prisão, e dos primos está envolvida com atividades criminosas. Ele disse que o pai teve cerca de 20 filhos, dois dos quais estavam com sua mãe. Outro jovem detido, membro de gangue da área de Portmore, próxima a Kingston, vivia com o pai e a madrasta. A mãe mora no exterior. Seus amigos de escola não estão envolvidos com atividades de gangue, e ele disse que seu modelo é o irmão mais velho, que “não liga para nada”.

Um jovem de 17 anos, detido em Hilltop, de um bairro do centro antigo de Kingston, vivia com a mãe e seus meio irmãos e irmãs antes da detenção. O pai havia emigrado e envia dinheiro para casa. Ele disse que raramente ia às aulas e que levava arma para a escola, da qual foi finalmente expulso.

Envolvimento

Um ex-membro de gangue, em August Town, ingressou nela quando tinha 13 anos de idade e disse que foi influenciado por um amigo. O grupo não começou como gangue, mas se transformou numa *corner gang* com o tempo. Ele não tinha um papel específico, dizendo que “eu não tinha nenhuma função importante. Nós todos tínhamos armas, nós todos cuidávamos da segurança um do outro. A gente costumava vender droga, mas não duramos muito porque devorávamos os lucros [...] Eu não tinha nenhuma função na gangue. Eu não recebia ordem de ninguém. Nossa gangue era diferente. Nós éramos todos maus, então ninguém dava ou recebia ordem. Eu não ouvia ninguém. Eu era pago pelo que eu ganhava. Cada um por si”.

Outro ex-membro de gangue, em August Town, ingressou numa *corner gang* aos 11 anos de idade. “Eu entrei pra uma gangue com os irmãos, junto com quem eu tinha crescido, e aí a gente resolveu virar uma gangue”. Sobre seu papel, ele disse que “quando as armas foram introduzidas na gangue, eu era o responsável por “trancar” as armas. Trancar uma arma, em termos jamaicanos, significa que eu era responsável por guardar as armas em local seguro [...] essa função veio com a introdução das armas na gangue. A gangue não me pagava, mas quando a gente fazia um roubo, dividia os ganhos”.

Um adolescente detido em Hilltop disse que seu pai era pistoleiro e que os irmãos e primos também usavam armas. Outro declarou que se viu em más companhias, envolvendo-se com uma gangue que fazia roubos. Ele foi preso, por fim, acusado de porte ilegal de armas, e enviado para Hilltop. Uma líder de gangue disse que ascendeu na gangue por sua capacidade de liderança e pelas conexões de sua família com a gangue. Ela também declarou que o ingresso proporcionou a ela segurança; quando saía da comunidade, ia com proteção armada. Devido a suas afiliações políticas (PNP), ela acreditava que os seguidores do outro partido eram uma ameaça em potencial à sua segurança.

Violência Armada

Um adolescente envolvido com gangues, detido em Hilltop, foi preso após tentar matar outro jovem por causa de uma pequena ofensa. Ele havia anteriormente tentado matar o padrasto com uma espingarda de fabricação caseira. Um jovem de 17 anos, em Hilltop, disse que ele e os amigos levavam armas e furadores de gelo para a escola, no caso de precisarem se defender ou de se verem envolvidos numa “guerra”. Ele observou que “nós sempre temos guerra de gangue e naquela época, eu não pensava, tudo era negativo. Se alguém tentasse falar comigo, eu já queria brigar. Eu era ignorante e atrasado”.³³

³³ O entrevistado se exprimia de maneira extremamente peculiar, incompreensível para quem não está familiarizado com esse universo.

Numa discussão com um grupo de jovens, entre 14 e 16 anos, ninguém disse que já havia manuseado armas, embora todos já tivessem visto uma e fossem capazes de identificá-las por fotos. Em August Town, de acordo com um homem de 22 anos, que disse ter amigos envolvidos com gangues, não se deveria permitir que adolescentes de 14 anos participassem delas. “Eu não daria uma arma a um garoto de 14 — muito arriscado [...] Já um de 16, isso depende. Ninguém vai mesmo perguntar a tua idade. Tem garotos de 16 envolvidos, mas não nessa zona”.

Um ex-membro de gangue, em August Town, disse “Eu já usei arma. Ela era do meu amigo. Foi um revólver, mas às vezes a gente conseguia uma metralhadora ou um fuzil emprestado. Eu tinha uns 15, 16 anos. Eu comprava bala e ia pro mato fazer alvo e treinava. Eu também usei arma pra defender meu canto [...] Não, não lembro de atirar em ninguém [...] mas fui preso pela polícia e acusado por posse de arma. Arma é bom, arma é proteção. Quando você tem uma, nenhum cara pode desrespeitar você”.

Um ex-membro de *corner gang* tinha 17 anos quando usou uma arma pela primeira vez. “É, eu usava arma na gangue, [ela] era do líder. A gente tinha uma 9 mm [...] Eu usava também rifle e submetralhadora Mack 11”. Perguntado sobre suas razões para usar armas, ele disse que era para “defender nosso canto e ganhar garotas” e para “quando a gente vai roubar, quando está defendendo o nosso canto, está defendendo nosso partido também [...] A gente é do PNP”. Ele disse também que “Eu nunca levei tiro, mas levei tiro muitas vezes durante a eleição e quando estou defendendo nosso canto [...] Vi um amigo meu levar um tiro da polícia e morrer. A gente tava num tiroteio com outros caras e a polícia se meteu, e ele levou um tiro e morreu”. Sobre sua atitude em relação às armas agora, ele disse que “eu acho arma legal, me faz sentir tão poderoso”.

A líder de gangue entrevistada disse que “sobreviver significa que às vezes você tem que matar alguém”. Ela nunca havia matado ninguém nem usado uma arma, mas tinha estado envolvida com a violência, e disse que sabia de uma mulher, membro de gangue, que tinha um AK-47. Pouco tempo depois desse estudo ser conduzido, ela morreu, baleada por um membro da Força de Defesa da Jamaica, que estava patrulhando August Town, após o furacão Ivan ter causado vários danos à ilha. As circunstâncias de sua morte não foram inteiramente esclarecidas, mas comenta-se que a vítima estaria desarmada.

Perspectivas Futuras

O ex-membro de uma gangue, em August Town, disse que a deixou “por uma série de razões. Uma, a gangue não pode me dar o que eu queria. Eu entro em muita confusão. Baseado nas minhas expectativas, [as perspectivas para o futuro] não são boas”.

Um membro mulher da gangue de canto Jungle12 disse que os problemas fundamentais da comunidade são “fome, vingança/retaliação, conflito e desemprego/status econômico baixo”. Ela disse também que “mudar, têm de mudar as condições sociais nos bairros do centro antigo. Melhor moradia, esgoto, escola, condição econômica. Morando num quarto, tem que ter arma. Não tem outro jeito. As pessoas tão com fome! Quando você muda a condição social, você afeta o pensamento, o comportamento das pessoas”.

Um jovem detido em Hilltop, e envolvido numa gangue, disse que queria deixar o passado para trás e entrar para a Jamaican German Automobile School. Outro detido em Hilltop, e membro de gangue em Kingston, disse que planejava trabalhar e voltar para a escola e, se “nada acontecer”, vai voltar para o crime. Uma declaração semelhante foi feita por outro adolescente de Hilltop, envolvido em atividades de gangue, o qual disse que vai “pegar a arma de novo” se não puder estudar ou trabalhar depois de solto.

III. PROGRAMAS SOCIAIS DIRIGIDOS A COAV

Enquanto existem algumas iniciativas importantes, buscando uma solução para o envolvimento de crianças e jovens com a violência armada organizada na Jamaica, incluindo a Iniciativa de Gestão da Paz do UWI, apoiada pelo governo, três organizações se destacam por seu trabalho comunitário: a Fundação Para Esportes e Desenvolvimento Comunitário, de August Town; a Children First, de Spanish Town; e a Organização Para Jovens de Craig Town.

Fundação Para Esportes e Desenvolvimento Comunitário de August Town

A Fundação Para Esportes e Desenvolvimento Comunitário de August Town usa o futebol como atrativo a fim de ensinar, para jovens entre oito e 20 anos, habilidades que possam evitar seu envolvimento com a violência ou dar a eles os meios de deixá-la para trás. Garotos e jovens participam de dois times e também freqüentam aulas de resolução de conflitos, educação em direitos humanos e práticas para a vida. A Fundação tem ajudado a enviar líderes juvenis, homens e mulheres, para a universidade e membros de comunidades para treinamento em resolução de conflitos, nos EUA. O líder da Fundação, Kenneth Wilson, foi fundamental para produzir uma trégua, entre áreas e gangues rivais, no que era uma das comunidades mais violentas da cidade, e também para instituir o policiamento comunitário naquela área.

O resultado desses esforços, em August Town, são encorajadores. Houve uma diminuição de 50% nas mortes e de 56% na criminalidade da área, desde que o policiamento comunitário teve início. Enquanto que a violência retornou em 2001, culminando em dez assassinatos políticos em 2002, a trégua permaneceu e não houve registro de mortes durante a recente eleição local.

Children First

Antigo Programa Para Jovens Marginalizados de Spanish Town, mantido pela Save the Children (GB), a Children First foi transformada numa ONG independente e lançada oficialmente em 17 de junho de 1997. O programa trabalha com mais de 700 crianças de rua e crianças de rua em potencial, entre três e 18 anos, na cidade de Spanish Town. A Children First é uma iniciativa inclusiva que tenta melhorar a vida não apenas de crianças em risco, mas também a de suas famílias; por exemplo, os pais recebem ajuda para suplementar a renda da família. As crianças se beneficiam com treinamento em habilidades e práticas para a vida, incluindo educação sexual, ambiental, assistência educacional com remuneração e outras iniciativas.

Face aos recentes problemas envolvendo a violência armada em Spanish Town, a Children First planeja se concentrar nas ligações entre violência, garotos e jovens. “Uma das coisas que estamos nos dispondo a fazer este ano é um trabalho grande, focalizando a violência e os jovens”, disse a diretora Claudette Richardson-Pious. “Em Spanish Town, a violência tomou uma dimensão nova. Deveríamos olhar para como socializar nossos homens na comunidade”.

Organização Para Jovens de Craig Town

A Organização Para Jovens de Craig Town, estabelecida em 1989, tem desenvolvido e utilizado uma abordagem integrada para o desenvolvimento comunitário e a prevenção do crime, numa comunidade que vem atingindo os índices mais altos de homicídio na Jamaica. Os programas desenvolvidos pela organização incluem o Educação Suplementar Para Adultos da Comunidade (CARE em inglês), uma iniciativa de educação suplementar que beneficia em especial jovens entre 15 e 35 anos, que estão ou estiveram envolvidos com atividades criminosas. A Organização Para Jovens de Craig Town desenvolveu esse programa com o apoio da University of West Indies, Mona, que oferece aulas de matemática, inglês e filosofia.

Recomendações

Em entrevistas e discussões de grupo, adolescentes e jovens envolvidos com a violência armada organizada, membros e líderes de comunidade listaram as seguintes causas para a participação em gangues e para o envolvimento de jovens com a violência na Jamaica: falta de dinheiro e de oportunidades de emprego; poucas oportunidades de educação; ociosidade (nada para fazer); falta de apoio e de aconselhamento comunitário; atração pelo “estilo de vida do gângster”; influência de uma cultura popular que glorifica a violência; necessidade de provar a “masculinidade”; influência e pressão de colegas; e desejo de deixar a marca de “homem mau”.

As duas organizações descritas acima buscam ensinar habilitações para crianças, adolescentes e jovens, em especial a fim de que garotos e homens evitem ou terminem seu envolvimento com a violência armada. Ao mesmo tempo, é de responsabilidade do governo jamaicano assegurar um esforço para acabar com a violência armada organizada no país e com o envolvimento de seus jovens nela, sem reduzi-la ao mero cumprimento das leis e a medidas de policiamento repressivo. Os esforços para se instituir o policiamento comunitário, como ficou provado em August Town, devem ser apoiados, assim como as iniciativas multisetoriais que reconheçam a complexidade da questão. Deve-se encontrar soluções que incluam emprego e geração de renda, ofereçam oportunidades educacionais e ensinem habilitações para capacitar os jovens a evitar a violência. Compete também ao estado acabar por completo com a distribuição de empregos e outros benefícios — o que reforça a ligação entre alguns políticos e líderes de gangue — eliminar o envolvimento das forças do estado com o abuso aos direitos humanos, direcionado com maior frequência a adolescentes e jovens de comunidades do centro antigo, assegurando que a justiça esteja disponível para todos.

* Este capítulo é dedicado à memória da participante desta pesquisa e estudante de Serviço Social, na University of the West Indies, Sandra Sewell, baleada e morta pelo exército jamaicano em 19 de setembro de 2004.

UMA PESQUISA EMPÍRICA SOBRE CRIANÇAS E JOVENS NA VIOLÊNCIA ARMADA ORGANIZADA DA NIGÉRIA: EGBESU BOYS, OPC E BAKASSI BOYS COMO ESTUDO DE CASO

Mohammed Ibrahim, Centro de Democracia e Desenvolvimento (Centre for Democracy and Development).

Este capítulo focaliza grupos de vigilância armada, como os Bakassi Boys, e milícias étnicas, como os Egbesu Boys e o Congresso dos Povos Oodua (OPC em inglês). O relatório é dividido em três partes. A Parte Um fornece um resumo contextualizado desses grupos. A Parte Dois lança um olhar mais atento sobre a face humana desse fenômeno, traçando perfis dos indivíduos envolvidos. A Parte Três examina soluções possíveis para o problema, fazendo uma avaliação de programas e políticas sociais relevantes. A versão completa do relatório resumido neste capítulo pode ser encontrada em www.coav.org.br

Introdução

Este estudo, realizado pelo Centro de Democracia e Desenvolvimento (CDD em inglês), trata do envolvimento de adolescentes e jovens nos três grupos armados que operam na Nigéria: os Bakassi Boys no leste, o Congresso dos Povos Oodua (OPC em inglês) no sudoeste e os Egbesu Boys da África no delta do Níger. Desde a implementação do governo democrático, em maio de 1999, diferentes grupos armados, conhecidos como vigilantes e milícias, constituíram-se em quase todas as regiões geográficas, étnicas e sociais da Nigéria. Como veículos de expressão da ausência do estado, numa demonstração de autonomia local, esses grupos têm sido especialmente predominantes após 1998.

Para uma sociedade que sofreu uma severa deterioração econômica e política, em decorrência de trinta anos de regime militar, a hipótese de que a democracia levaria à paz e ao desenvolvimento era compreensível. Entretanto, a presente era democrática, na Nigéria, vem assistindo a conflitos violentos incessantes, com um número crescente de crianças e jovens ingressando em grupos de vigilância armada e em milícias étnicas/religiosas. Embora observadores e comentadores venham dando várias razões para a participação crescente dos jovens na violência armada organizada sem ligação com o estado, na Nigéria, até agora não houve uma pesquisa qualitativa ou quantitativa que investigue esse problema no país.

Metodologia

Entrevistas orais semi-estruturadas foram realizadas com 56 adolescentes e jovens (incluindo 37 membros dos grupos que estão sendo estudados e 19 não membros, que residem nas comunidades onde os grupos realizam suas atividades), entre 14 e 27 anos de idade. Além disso, foram conduzidas entrevistas com funcionários do Laboratório de Ciência Forense, do Departamento de Polícia; dos Ministérios da Saúde, da Juventude, dos Esportes e da Cultura; e de organizações não governamentais e religiosas. Dados quantitativos limitados, relativos aos índices de acidente e mortalidade por arma de fogo, na área de estudo selecionada, foram obtidos junto à Secretaria Federal de Estatísticas e ao Laboratório de Ciência Forense do Departamento de Polícia.

Devido à natureza sensível deste estudo, alguns problemas foram encontrados. Em decorrência da retirada de toda a segurança do Palácio de Governo, que era feita pela polícia nigeriana, no estado de Enugu, os Bakassi Boys se tornaram efetivamente o exército particular do governador Chris Ngige. Portanto, muitos dos que foram abordados para comentar sobre os



Bakassi Boys declinaram fazê-lo, porque desconfiavam da natureza das entrevistas e de como a informação seria usada. No delta do Níger, o tema do estudo provocou memórias dolorosas, entre os entrevistados, da repressão levada a cabo pelos agentes de segurança do estado. Além disso, como vários dos problemas que provocaram o surgimento da militância jovem na região continuam, muitos moradores apóiam a luta dos Egbesu Boys contra essas injustiças, e qualquer referência ao assunto provocava muitas vezes suspeita. Também ocorreram confrontos durante esse período entre os Egbesu Boys e as forças armadas nigerianas. Entrevistados e informantes importantes também desconfiavam dos forasteiros, devido ao fato de que agentes de segurança haviam anteriormente visitado a área, numa tentativa de prender membros dos Egbesu Boys.

Além dos grupos de vigilância e da milícia étnica mencionados acima, este estudo havia originalmente planejado incluir uma investigação do Congresso dos Povos Arewa (APC em inglês). Entretanto, entrevistas com membros jovens do APC, no norte predominantemente muçulmano, não foram possíveis por causa das dificuldades encontradas de se achar um pesquisador que tivesse conhecimento adequado da língua hausa e acesso seguro ao grupo.

I. RESUMO CONTEXTUALIZADO DE COAV

Perfil da Área de Estudo

A Nigéria fica na costa do Golfo da Guiné, na África Ocidental. O censo populacional, de 1991, estimou a população em 88,9 milhões. A uma taxa de crescimento de 2,8% ao ano, as projeções eram de se alcançar 115 milhões em 2000. Com mais de 235 grupos étnicos, a população é predominantemente jovem, com seis entre cada dez nigerianos abaixo dos 25 anos de idade. O país vem experimentando quedas em seu padrão de vida desde 1980, e 70% da população sobrevive com menos de um dólar por dia. Sessenta e sete por cento da população é rural e o restante reside em áreas urbanas ou semi-urbanas. Nos centros urbanos, há muitas vezes entre seis e oito pessoas vivendo num só aposento.¹

Breve Análise Histórica da Situação

Após a independência em 1960, a Nigéria passou por trinta anos de regime militar (1966-1979 e 1983-1999). Durante esses períodos, os valores políticos e sociais foram profundamente minados. Houve um enfraquecimento deliberado e estratégico, por parte dos poderes dominantes, do bem estar político e sócio-econômico dos nigerianos, usado como instrumento de dominação e controle, além da utilização de táticas de “medo” e de “dividir para governar”, com o propósito de impedir que os cidadãos se organizassem. Desde que o regime democrático foi estabelecido em 1999, a competição intensa por espaço político tem levado a mais violência, ameaçando a democracia.

Em decorrência do crescimento do crime e da violência, nos últimos dez anos, e da incapacidade dos órgãos responsáveis pelo cumprimento da lei de fornecer proteção adequada, a população recorreu às milícias étnicas e a outras forças de segurança, do tipo “ajuda própria”, para proteger os bens e a vida. Devido ao freqüente envolvimento das milícias na violência inter/intra comunal e nos conflitos com forças do estado, adolescentes e jovens são usados em vários níveis, como pôde ser observado durante a violência recente que cercou o concurso de Miss Mundo, na Nigéria,² e durante outros episódios violentos no delta do Níger.³ Usando reportagens da imprensa

¹ Federal Republic of Nigeria Annual Abstract of Statistics 2001 (ed.). Secretaria Federal de Estatísticas. Abuja, Nigeria

² See *This Day*, 29 de novembro de 2002, e Babawale, T. (2001). *The Rise of Ethnic Militias, Delegitimation of the State, and the Threat to Nigerian Federalism*-West Africa Review ISSN:1525-4488



nacional, o CDD compilou uma lista de mais de 30 distúrbios violentos no país, ocorridos ente 15 de maio de 1999 e 24 de agosto de 2003. A maioria dos incidentes foi de confrontos religiosos ou étnicos e, de acordo com as reportagens utilizadas, isso resultou num total de 2.351 mortes, que incluíram 12 policiais, 25 soldados e nove oficiais da marinha.

Atores Envolvidos

Existem quatro grupos armados organizados principais, operando como milícias étnicas e vigilantes na Nigéria: o Congresso dos Povos Oodua no sudoeste (ioruba); os Bakassi Boys no sudeste (igbo); os Egbesu Boys da África no delta do Níger; e o Arewa People's Congress no norte (hausa-fulani). Este estudo se concentra em três desses grupos: o Congresso dos Povos Oodua, os Bakassi Boys e os Egbesu Boys da África.

Congresso dos Povos Oodua

O Congresso dos Povos Oodua foi estabelecido, em agosto de 1994, como uma organização étnica com o objetivo básico de defender, proteger e promover os interesses iorubas.⁴ A luta contra a repressão militar e a frustração com a marginalização política e econômica agiram como importantes fatores de motivação para galvanizar os excluídos, em especial os jovens, no apoio ao OPC.⁵ Enquanto o OPC crescia, houve um racha interno entre duas facções opostas: os moderados e uma ala mais radical, chefiada por Gani Adams, formada principalmente por seguidores jovens. As atividades do OPC têm variado entre a agitação política para autonomia ioruba e os confrontos violentos com membros de outros grupos étnicos, e, mais recentemente, a vigilância e o combate ao crime. São essas duas áreas principais de atividade — militância étnica e vigilância — que envolvem mais crianças e jovens.

Bakassi Boys

A origem dos Bakassi Boys, grupo constituído de membros igbo principalmente, remonta à decisão dos comerciantes da cidade de Aba, no sudeste, de pôr fim aos roubos armados que infestavam a área.⁶ Altos níveis de criminalidade fizeram com que a associação de fabricantes de sapato, do mercado de Ariaria, organizasse um grupo de vigilância para defesa própria. O grupo recebeu dos comerciantes uma sede, salários regulares e dinheiro para comprar armas.⁷ Desde seu estabelecimento, os Bakassi Boys têm sido acusados de torturar suspeitos de crimes e de realizar numerosas execuções sumárias.⁸

Egbesu Boys da África

A nacionalidade ijaw é o quarto maior grupo étnico da Nigéria; espalha-se por seis estados no delta do Níger, onde os Egbesu Boys agem. Desde a descoberta de petróleo cru, em 1956, em

³ Ver Human Rights Watch, 2003 “The O’Odua People’s Congress: Fighting Violence with Violence” Special Report on Nigeria Vol. 15, No. 4 (A), e CDHR (Committee for the Defence of Human Rights), Relatório Anual Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Nigéria, 1997, Lagos.

⁴ Oodua People’s Congress Constitution, “Aims and objectives of OPC”.

⁵ Olaniyan, O. A., 2002. Tese de mestrado, “OPC as an Armed Ethnic Militia.” Departamento de Ciências Políticas, University of Ibadan.

⁶ Ukiwo, U., 2002. “Deus ex machina or Frankenstein Monster? The Changing Roles of Bakassi Boys in Eastern Nigeria.” *Journal of Democracy and Development* Vol. 2.

⁷ Sunday Tribune, 6 de fevereiro de 2000.

⁸ Relatório de 2001, “Blood Trail: Repression and Resistance in the Niger Delta” da Civil Liberties Organisation, Lagos.



Ijawland, tem havido uma exploração econômica maciça por companhias multinacionais de petróleo em colaboração com as ditaduras militares.⁹ Na década de 1990, as comunidades das regiões produtoras do delta se tornaram mais divididas entre os membros da elite ou os de algum grupo étnico em particular — vistos como beneficiários do petróleo — e a maioria da população,¹⁰ resultando muitas vezes em conflitos¹¹ inter/intra grupais. Por causa desses confrontos violentos, os militares nigerianos ocuparam a região em 1998.

Em fins da década de 1990, os militantes da juventude ijaw pediram a retirada de todas as forças militares do delta do Níger e o fim da produção de petróleo em suas comunidades. Após a petição ter sido ignorada pelo governo federal, eles iniciaram a Operação Mudança de Clima, que incluiu a ocupação de propriedades das empresas petrolíferas, o seqüestro de funcionários dessas companhias e exigências de reparos para compensar anos de danos ambientais. Essas ações levaram a mortes pelas forças de segurança e pelos jovens envolvidos na rebelião. Várias comunidades e organizações juvenis recorreram à formação de grupos organizados e armados para a própria proteção contra as forças do estado, incluindo os Egbesu Boys da África.¹²

Estrutura de Comando

O OPC possui uma estrutura de comando estritamente hierárquica, uma cadeia de comando e um sistema de comunicações eficientes. Eles têm estruturas e comitês executivos em nível nacional e estadual: uma Conferência Nacional anual como grupo supremo de tomada de decisões e o Conselho Executivo Nacional como núcleo governante. Em nível local, requer-se que todo membro pertença a um ramo: estes são agrupados por zona que estão, por sua vez, agrupadas em sub-regiões. A ala jovem militante da facção Gani Adams (radical) é conhecida como Eso e inclui um grande número de membros adolescentes armados.

Os Bakassi Boys também são uma organização altamente estruturada e com uma cadeia de comando definida. Seus membros são basicamente escolhidos entre comerciantes de diferentes mercados. O recrutamento dos vigilantes é realizado por meio da divisão de mercados comerciais em zonas, das quais seis são selecionadas. Os membros recém-recrutados passam por treinamento de dois meses para aprender as regras da organização antes de serem enviados em qualquer operação. O grupo possui cerca de 3.500 membros ao longo de todos os estados do leste da Nigéria.¹³ Em agosto de 2000, o grupo foi oficialmente estabelecido em Onitsha, pelo governo do estado de Anambra, com o nome de Serviços de Vigilância do Estado de Anambra.¹⁴

Estima-se que os Egbesu Boys tenham cerca de 5.000 membros, entre os jovens ijaw, recrutados em grupos já existentes na região.¹⁵ Esses grupos concordaram em se juntar no Conselho da Juventude Ijaw, com os Egbesu Boys servindo como ala militante do grupo. Embora o

⁹ Eson, O P., 2000. "The Political Economy of Oil Extraction" in CDHR, "Boiling Point".

¹⁰ Akani, C. "The Nature of Conflicts in the Niger Delta." Trabalho apresentando em 2002 numa oficina para solução de conflitos no estado de Delta, Nigéria

¹¹ Saro-Wiwa, K., 1998. Genocide in Nigeria: the Ogoni Tragedy. London: Saros International; Human Rights Watch. 2003. The Price of Oil. New York: HRW.

¹² Olorode, O.O., 2000. "The Crises in the Oil Producing Communities in Nigeria" in CDHR, "Boiling Point."

¹³ Williams, O. "Political, Agenda and Modus Operandi of the Bakassi Boys in Eastern Nigeria." Trabalho apresentando na conferência sobre Violência Urbana, Milícias Étnicas e o Desafio da Consolidação Democrática na Nigéria, 2003.

¹⁴ Lei no. 9 —Lei dos Serviços de Vigilância do Estado de Anambra. Anambra State Official Gazette, 4 de agosto de 2000.

¹⁵ Okonta, I., 2000. "The Lingering Crisis in Nigeria's Niger Delta and Suggestions for a Peaceful Resolution." Trabalho No. 1 do Centro de Democracia e Desenvolvimento.

controle administrativo fique nas mãos do presidente, que reúne parlamentos regularmente em clãs, vilarejos e povoados de Ijawland, os Egbesu Boys são considerados uma organização juvenil de base.

Relações com a Comunidade

As relações com a comunidade são caracterizadas pelo medo dos grupos armados, entre os moradores locais, e pelo sentimento de que eles são defensores legítimos dos interesses da comunidade, além de serem uma alternativa à incapacidade do estado de proporcionar segurança.

Moradores entrevistados por pesquisadores, no estado de Lagos, confirmaram que o OPC mantém presença ativa todas as horas, assumindo um papel de polícia. Eles também disseram que o OPC é convidado por membros da comunidade, em especial por proprietários de terra, para trabalhar como segurança em reuniões oficiais e noutros eventos importantes. Um funcionário do governo entrevistado para este estudo confirmou que o governo local emprega o OPC para coletar impostos.

Como grupos armados freqüentemente envolvidos com a violência étnica, membros de grupos étnicos “rivais” são sempre visados pela polícia. Um homem hausa, vivendo em Lagos, contou aos pesquisadores: “Nós temos nos sentido especialmente intranquilos, ameaçados e desconfortáveis pela presença das patrulhas do OPC. Nós acreditamos que eles estão só preocupados com os interesses dos iorubas e que são hostis às outras tribos”. Mesmo apoiados por membros de comunidades, líderes e associações étnicas, as atitudes de muitos moradores em relação aos Bakassi Boys e aos Egbesu Boys são também caracterizadas por medo e desamparo. Um morador explicou: “Ninguém ousa desafiar os Bakassi, ninguém fala sobre suas atividades nessa cidade”.

Atividade Comercial Illegal e Legal

O financiamento para as atividades do grupo vigilante vem de várias fontes, como empresas locais, governos locais (apesar da proibição federal decretada aos grupos vigilantes) e contribuições impostas aos moradores. Um funcionário do governo local, entrevistado para este estudo, disse que entre 10% e 20% da arrecadação local, coletada pelos membros do OPC, vai para o conselho e o restante permanece com o OPC. Embora o financiamento dos Bakassi Boys viesse, no início, da associação de comércio, o presidente do grupo vigilante de Abia (que faz parte dos Bakassi Boys), Onwuchekwa Ulu, disse recentemente que o financiamento também provém do governo estadual de Abia, de doações e de taxas coletadas entre o público. Os Bakassi Boys têm se beneficiado do apoio dos três governos dos estados onde operam — Abia, Anambra e Imo — e recebido cargos políticos, uniformes, veículos e salários.¹⁶

Devido ao uso, feito pelos Egbesu Boys, de armas sofisticadas, barcos a motor e equipamento de telecomunicação por satélite, acredita-se que eles sejam financiados por membros altamente influentes da comunidade.¹⁷ Um membro dos Egbesu Boys disse que eles receberam ajuda monetária e técnica de militares da reserva simpatizantes. Crianças entre sete e 15 anos são descritas como estando envolvidas com a venda ilegal de produtos do petróleo a fim de comprar armas para o APC,¹⁸ e seqüestros e roubos também são fontes de financiamento.

¹⁶ *Insider Weekly*, 16 de julho de 2001.

¹⁷ “Niger Delta: 10 Killed in Renewed Ethnic War,” *This Day*, segunda-feira, 28 de julho de 2003.

¹⁸ IPCR 2003. Nigeria: Strategic Conflict Assessment. Consolidated and Zonal Reports. Instituto Para a Paz e Resolução de Conflitos.

Confrontos Armados

O OPC tem estado envolvido em numerosos atos de violência, e seus membros já mataram ou feriram centenas de pessoas, muitas das quais eram hausa ou suspeitas de serem originárias do norte da Nigéria.¹⁹ Além de confrontos armados com as forças de segurança do estado e com o pessoal das companhias de petróleo, os Egbesu Boys vivem numa disputa regular com outros grupos étnicos na região. Em maio de 1999, o Movimento de Sobrevivência Itsekiri declarou que um grupo de Egbesu Boys, supostamente da Juventude Armada Ijaw, havia seqüestrado 186 homens, mulheres e crianças durante um conflito com a Juventude Itsekiri. A maioria das vítimas desse seqüestro foi morta, e 30 cidades e vilarejos Itsekiri foram subsequenteiramente queimados.²⁰

O conflito armado no delta do Níger inclui inter/intra violência de grupo e também confrontos com o governo federal. Jovens armados seqüestraram e depois mataram 12 policiais em Odi, no estado de Bayelsa, em novembro de 1999.²¹ O governo respondeu aos assassinatos enviando tropas, o que resultou na morte de centenas de pessoas, incluindo moradores locais e membros das forças armadas. Fontes documentais revelaram que os Bakassi Boys foram responsáveis por dezenas de execuções sumárias, talvez centenas.²² De acordo com um relatório do Eye Newsletter, de 2000, pelo menos nove crianças e jovens foram mortos por eles em 10 de abril de 2000. As vítimas tinham entre 13 e 20 anos.

Envolvimento de Adolescentes e Jovens

Foi observado durante o trabalho de campo para esta pesquisa, que a seção do OPC sob comando de Gani Adams possui um alto número de membros adolescentes com menos de 17 anos de idade. Muitos membros do Eso são recrutados entre as numerosas crianças de rua da região. Um entrevistado disse que, se não tivesse ingressado no Eso, poderia “ter estado entre aquelas [crianças de rua] pegadas e queimadas vivas, como suspeitas de serem ladrões armados”. Em dezembro de 2002, a polícia prendeu dezenas de membros do OPC, pertencentes à facção de Gani Adams, no sudoeste da Nigéria. Os presos eram basicamente jovens e adolescentes, entre 16 e 24 anos de idade, e enfrentaram acusações que incluíam tentativa de assassinato, posse ilegal de armas e participação em sociedade ilegal.²³

De acordo com moradores das áreas onde os Bakassi Boys agem, adolescentes com menos de 18 anos podem ser vistos patrulhando ruas e mercados de suas comunidades. Membros da comunidade contaram aos pesquisadores que pode haver até 200 crianças, adolescentes e jovens com menos de 20 anos na seção Aba, dos Bakassi Boys.

No delta do Níger, pesquisadores observaram que menores estavam sendo treinados para usar armas e conduzir barcos a motor. Esse tipo de treinamento tem levado ao envolvimento de adolescentes e jovens — com menos idade — em confrontos armados contra grupos rivais e forças do estado. Em janeiro de 1999, Wariebi Ajoko, um garoto de 14 anos, estava entre os mais de vinte jovens mortos por soldados, mobilizados para conter o aumento de roubo de petróleo cru e de seqüestros no estado²⁴ de Bayelsa. Um entrevistado contou aos pesquisadores, “agora os jovens do

¹⁹ Boletim da Rede Integrada de Informação Regional da Secretaria das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários, 20 de outubro de 2000.

²⁰ Relatório Anual da Anistia Internacional sobre a Nigéria, 1999.

²¹ Okonta, *ibid.*

²² Relatório de 2001, “Blood Trail: Repression and Resistance in the Niger Delta” da Civil Liberties Organisation, Lagos.

²³ Ver Human Rights Watch 2001: Nigeria; Human Rights Development.

²⁴ Nota à imprensa da Anistia Internacional: “Fears of human rights violations as troops pour into Niger Delta”, 23 de novembro de 1999.



delta do Níger estão saturados e declararam uma guerra do povo contra as companhias de petróleo e as forças do governo”.

No norte, uma eclosão de conflitos religiosos em Kaduna, consumindo mais de 200 vidas, foi instigada pela indignação dos muçulmanos com os planos da Nigéria de sediar o concurso de Miss Mundo. Enfurecidos por uma matéria sobre o concurso num importante jornal do país, multidões de crianças armadas queimaram seus escritórios, em Kaduna, e depois atacaram locais e alvos políticos cristãos nas zonas centrais da cidade.

Foco Especial: Armas de Pequeno Porte e Ligeiras na Nigéria

Nenhuma discussão sobre violência armada organizada, na Nigéria, estará completa sem uma menção ao papel das armas de fogo. Os jovens envolvidos nos grupos armados do país estão usando armas que vão de AK-47, lançadores de granada ao ogbunigwe produzido localmente, um tipo de bazuca primitivo mas altamente eficiente usado pelos Egbesu Boys. A mobilização de tropas nigerianas, na África Ocidental, é vista como uma fonte importante de armas de pequeno porte, sem autorização, no país;²⁵ e oficiais militares da reserva e da ativa são suspeitos de fornecer armas aos grupos. O inspetor geral da polícia nigeriana relatou que mais de 7.739 cilindros de munição e 872 armas foram tomadas de indivíduos sem autorização e de grupos armados, no ano passado.²⁶

II. PERFIS DE COAV

Histórias pessoais

As histórias pessoais foram registradas através de entrevistas semi-estruturadas com adolescentes e jovens que estão ou estiveram envolvidos em grupos armados e com adolescentes e jovens não envolvidos, mas que vivem em áreas onde os grupos agem, nos estados de Lagos (sudoeste), Abia (sudeste) e em Bayelsa, Wari e Rivers, no delta do Níger.

Um total de 15 entrevistas (10 adolescentes e jovens, membros dos Bakassi Boys, e cinco adolescentes e jovens não envolvidos da comunidade local) foi realizado em Abia. Seis dos entrevistados estavam na faixa etária dos 16-17 anos e os nove restantes tinham entre 18 e 23 anos. Todos eram do sexo masculino e de origem étnica igbo. Para a pesquisa sobre os Egbesu Boys, um total de 15 indivíduos (10 adolescentes e jovens, membros dos Egbesu Boys, e cinco adolescentes e jovens da comunidade local que não eram membros), entre 14 e 25 anos, foi entrevistado em comunidades do delta do Níger. Eram todos do sexo masculino e de origem étnica ijaw. Trinta e seis pessoas foram entrevistadas para o estudo sobre o Congresso dos Povos Oodua, na área mushin do estado de Lagos, sudoeste da Nigéria. Elas incluíam 17 jovens e adolescentes, membros do OPC, e 19 moradores locais que não eram membros. Todos os entrevistados eram de origem étnica ioruba. Quase metade deles tinha entre 14 e 17 anos de idade, e a maioria estava abaixo dos 19. Dois dos membros eram do sexo feminino, embora os entrevistados dissessem que mulheres não participavam da violência organizada.

História de Família

A maioria dos entrevistados para a pesquisa de campo em Abia, onde os Bakassi Boys agem, e 14 dos 15 Egbesu Boys disseram que haviam nascido em vilarejos e migrado para a cidade em busca de trabalho. Eles também disseram que não mantinham boas relações com os familiares

²⁵ IPCR, *ibid.*

²⁶ *Nigerian Tribune*, 8 de agosto de 2003.



mais próximos ou mais velhos. Um membro dos Egbesu, de 18 anos, disse: “Os mais velhos nessa comunidade traíram os jovens, e nós achamos que não devíamos ter nada a ver com eles, porque eles coletam dinheiro de gente do governo e dos figurões das companhias de petróleo”.

Seis dos 17 membros do OPC, entrevistados em Lagos, declararam ter nascido em áreas de subúrbio do sudoeste da Nigéria, enquanto 11 disseram que haviam nascido na cidade de Lagos. Onze declararam que não viviam com os pais e não mantinham boas relações com eles. O colapso da unidade familiar tradicional, causado pela crise sócio-econômica, deixou os jovens vulneráveis ao recrutamento por grupos armados organizados, como o OPC. Como um membro adolescente disse: “Desde que meus pais vieram para Lagos, as coisas não têm sido fáceis para a gente. Meu pai saiu de casa um dia e nunca mais voltou. Ninguém, nem minha mãe, sabe do paradeiro dele. Eu era cobrador de ônibus para ganhar algum dinheiro, para ajudar os mais novos da minha família, mas meu alaye [padrinho] me introduziu nesse trabalho do OPC [...] eu ingressei aos 15”.

Experiência Educacional

A educação não era vista como prioridade pela maioria dos entrevistados, que demonstrou, em vez disso, interesse em ter seu próprio negócio e ganhar dinheiro suficiente para constituir família. Metade deles não tinha educação secundária. Entretanto, a educação era vista como importante para os filhos no futuro: “Eu quero ter dinheiro e ser um comerciante muito bem sucedido, em vez de ir pra escola. Sabe, as pessoas com educação que a gente tem nesse país hoje não são ricas, então ir pra escola não é minha prioridade [...] ganhar dinheiro e dar à minha família todas as coisas boas da vida, até educação, é que é bom”.

Oito entre os 17 membros do OPC entrevistados disseram que jamais haviam tido qualquer tipo de educação formal. Os entrevistados citaram a pobreza como razão principal para não ir à escola: “Eu não pude ir pra escola porque meus pais não receberam educação e não puderam me mandar pra escola [...] eu tenho certeza que se eu tivesse ido pra escola que nem vocês [pesquisadores] eu não teria entrado pro OPC. Eu juro! Eu seria advogado!”.

História Econômica

Quase todos os entrevistados, na pesquisa de campo, disseram que tinham vindo de famílias de baixa renda. Metade dos membros dos Bakassi Boys declarou que, antes de entrar no grupo, estava desempregada e enfatizou isso como razão principal para o ingresso. Mais da metade dos Egbesu Boys entrevistados estava desempregada antes do ingresso, e oito dos 17 membros do OPC entrevistados haviam estado desempregados anteriormente. Um jovem de 16 anos comentou, “Sendo membro do OPC, em especial do Eso, você recebe um pagamento bom e uma arma para trabalhar, e as pessoas que te conhecem te respeitam mais do que quando você não tem emprego nenhum”.

Processo de Envolvimento

Seis dos 10 Bakassi Boys entrevistados confirmaram que haviam começado a trabalhar para o grupo aos 16 anos de idade, como informantes, antes de serem formalmente recrutados. O recrutamento formal, explicaram eles, ocorreu aos 17 anos e envolveu ser selecionado e depois treinado. Eles também declararam que, nessa idade, foi permitido a eles portar armas. Apesar disso, um líder contou aos pesquisadores que há critérios estritos para o recrutamento, que incluem a idade mínima de 18 anos.

Todos os membros dos Bakassi Boys declararam ter ingressado voluntariamente. De acordo com um dos entrevistados, “combater o crime é a preocupação de todo mundo e todos os adultos jovens e capazes devem se envolver”. Quando perguntado sobre recrutamento e

envolvimento de jovens e adolescentes, outro entrevistado comentou que o “recrutamento acontece se dividindo os mercados comerciais em zonas, de onde pelo menos seis vigilantes são escolhidos. Os membros recém-recrutados passam por um treinamento sobre as regras da organização por dois meses antes de ser enviados em qualquer operação”.

Um dos entrevistados contou aos pesquisadores que o envolvimento do tio foi fundamental para a sua decisão de ingressar no grupo: “Meu tio trabalha pra os Bakassi Boys desde 1999, quando eu tinha 16 anos, e eu costumava guardar a arma dele naquela época... Eu me interessei em entrar pro grupo quando eu tinha 17 anos”.

De forma semelhante aos Bakassi Boys, no sudeste, os entrevistados no delta do Níger declararam que não há idade específica para ingressar nos Egbesu Boys. Entretanto, a maioria disse que havia entrado para o grupo aos 16 anos. Apesar disso, só quando passaram por uma iniciação formal, aos 17 anos, feita pelo sumo-sacerdote, é que lhes foi permitido portar arma. Como disse um dos jovens, “os adolescentes recrutados pro grupo não carregam normalmente arma de fogo ou armamento, eles precisam ser iniciados espiritualmente pelo sacerdote [primeiro]. Eles começam com arma leve, tipo faca e punhal”.

Um dos líderes do grupo entrevistado indicou que a participação é voluntária e influenciada por decisões pessoais e patriotismo: “O sumo-sacerdote me iniciou... Ninguém me forçou, eu fui sozinho, depois que notei o que eles estão fazendo com o meu povo. Eu conheço os Egbesu Boys de muito tempo, de quando eu tinha 13 anos, mas eu só entrei mesmo em 2003, quando fiz 16”.

Um membro, de 17 anos, falou sobre as tarefas que os menores de 18 desempenham: “A gente fica muito debaixo d’água pra espionar. Deixa eu te dizer, você acha que a gente é só um bando de garoto, mas a gente sabe nadar muito bem. Você sabe que a gente viveu a vida inteira aqui, perto do rio, então a gente usa essa experiência pra se aproximar do barco e atacar, pode ser polícia, trabalhador de companhia de petróleo, qualquer um”. Quando perguntado se eram pagos para espionar, ele disse: “Sim, muito dinheiro se for um dia bom... Dia bom é quando a companhia de petróleo paga o resgate da equipe seqüestrada”.

Diferentemente dos Bakassi Boys e do OPC, o processo de recrutamento dos Egbesu Boys inclui registro e uma iniciação que envolve cicatrizes, banhos ou ser borrifado com água Egbesu e uma invocação do espírito Egbesu. Embora, teoricamente, os membros estejam livres para se desligar do grupo se quiserem, os pesquisadores descobriram que isso é muito raro. Vários adolescentes se envolveram como informantes. Além de recolher informações, esses membros parcialmente recrutados são usados para fazer manifestações e protestos. Eles são selecionados para a iniciação formal e podem então ingressar no grupo.

A maioria dos membros do OPC entrevistados havia ingressado aos 15 anos. Os jovens que faziam parte do Eso aderiram quanto tinham entre 15 e 20. Muitos foram recrutados depois de abandonar a escola e entrar para gangues locais de garotos (gangues de crianças de rua envolvidas com pequenos crimes) ou outros grupos de delinqüentes. Um membro de 20 anos, que havia ingressado no OPC aos 16, contou aos pesquisadores que o fizera como “outra forma de se identificar com meu grupo étnico, o Oodua”.

O OPC recebe apoio de associações étnicas e de governantes tradicionais, que facilitam o processo de ingresso distribuindo formulários em cada comunidade local do estado de Lagos. De acordo com um entrevistado, os formulários de recrutamento são em geral obtidos com os governantes tradicionais, enquanto que políticos importantes da comunidade recomendam membros em potencial.

Envolvimento Atual

Como membros dos Bakassi Boys, adolescentes e jovens não fazem parte da estrutura de poder. Devido à proibição federal aos grupos de vigilante e de milícia, não é considerado pertinente colocar jovens em papéis de liderança. Embora o chefe possa ser considerado como estando no controle de todas as operações importantes, isso pode variar em algumas situações, já que algumas operações podem ser realizadas sob o comando de membros jovens. Como um jovem de 17 anos disse: “A informação controla essa organização. Se eu dou informação vital sobre um crime ou qualquer criminoso, eu vou ser o líder daquela operação porque todo membro do grupo vai confiar em mim... A gente só se reporta ao chefe se a missão vem do Palácio de Governo”.

Embora a disciplina dentro do OPC seja mantida através de suspensões ou expulsões provocadas pela infração de regras, os entrevistados disseram que pode ocorrer tortura física por causa de delitos como furto ou roubos armados. Gani Adams é o responsável máximo pela tomada de decisões no Eso, a ala jovem militante do OPC. Um jovem membro disse: “Qualquer um que desobedeça as regras é castigado e suspenso do grupo”. Um membro do Eso e guarda-costas de Gani Adams contou ao pesquisador que “um delito sério pode levar à expulsão ou ao espancamento”. Um membro, de 16 anos, comentou sobre o papel de Gani Adams: “Gani é o nosso Alaye Baba [padrinho] e, na maior parte das vezes, o cérebro por detrás de cada atividade importante do grupo, já que ele é diretamente responsável pela ala jovem militante. Ninguém ousa desobedecer ele”.

Violência Armada

A Secretaria de Inteligência Criminal da polícia nigeriana acredita que há cerca de um milhão de armas de mão não registradas no país. Membros dos Bakassi Boys disseram que usam armas de mão, fuzis, pistolas e cutelos feitos localmente para suas atividades e operações de vigilância: “A gente usa fuzil e pistola colt para as operações de vigilância porque esses criminosos de agora usam armas de alto calibre. A gente usa o AK-47 feito na Ucrânia”.

Um membro contou aos pesquisadores que, apesar de só ser permitido portar arma depois de admitido formalmente, a maioria começa a andar armada quando está trabalhando como informante. Outro membro disse que, como informante, ele tinha manuseado armas do tipo .45 e 9 mm que pertenciam a seu sobrinho, membro pleno dos Bakassi Boys: “Eu costumava andar com essas armas para patrulhar à noite, quando meu sobrinho viajava para Onitsha a negócios”.

Quando perguntado se membros plenos passam por algum tipo de prática ou treinamento formal para usar essas armas, um entrevistado disse que havia recebido pelo menos três meses de treinamento com armas e para combater o crime. Os membros jovens dos Bakassi viam o uso de armas como algo importante para seu trabalho, se a polícia não cumpria seu dever com eficiência.

A maioria das apreensões, dos controles e das ocupações de instalações petrolíferas, dos seqüestros de seus trabalhadores e dos confrontos violentos com as forças armadas, no delta do Níger, foi atribuída aos Egbesu Boys. Os pesquisadores encontraram dois membros jovens portando abertamente pistolas de fabricação caseira. Fala-se que não faltam armas no delta, especialmente na cidade de Warri. De acordo com um morador, “os de 16 e 17 vendem arma na rua, em vez de ir pra escola”. Os Egbesu Boys foram ingênuos em relação ao uso de armas de fogo durante confrontos armados: “Desde que a MOPOL [a polícia móvel], a marinha e o exército começaram a usar arma sofisticada contra a gente e que as companhias de petróleo começaram a recrutar policial e a dar pros outros grupos [grupos étnicos rivais] arma moderna, a gente também



conseguiu rifle muito sofisticado, tipo AK-47 do ECOMOG,²⁷ granada de mão e lançador de foguete feito aqui mesmo”.

Quando os pesquisadores perguntaram se os membros passam por algum tipo de prática ou treinamento para usar armas, os entrevistados comentaram que não precisavam de muito treinamento ou de prática. Um Egbesu Boy, de 17 anos, disse que só ensinavam a eles como mirar e apertar o gatilho. Entretanto, um dos líderes do grupo entrevistado contou aos pesquisadores que “todos [os membros da] ala militante dos Egbesu Boys, jovem ou adulto, são tão bem treinados quanto qualquer guerrilheiro do mundo. A gente tem um local de treino [que é] bem equipado, eu posso dizer pra você”.

Membros disseram que a única coisa que traz respeito e reconhecimento para eles é a arma: “Sabe, quando a gente começou essa luta de mansinho, o governo pensou que a gente não era sério, e eles usaram nosso dinheiro do petróleo para desenvolver Abuja [o território da capital federal da Nigéria] e colaboraram com as companhias de petróleo pra matar nosso povo [...] agora que a gente tem arma, eles estão começando a respeitar e reconhecer a gente”. Um líder de grupo declarou que “os com menos de 17 anos não tinham permissão de portar arma. Mas podem carregar facão durante um conflito com outro grupo”.

Quando perguntado sobre armas de fogo, um membro do OPC contou aos pesquisadores, “a gente usava sempre revólver, rifle e facão feito aqui mesmo, durante confrontos, trabalhos de vigilância, de manutenção da paz e de segurança em ocasiões sociais”. Um membro de 17 anos disse que “a gente usa fuzil pro trabalho de vigilante, e os mais sofisticados, tipo AK-47, quando tem confronto com a polícia ou com outro grupo rival”.

Diferentemente dos Egbesu Boys do delta do Níger, nenhum dos jovens ou adolescentes do OPC, com quem os pesquisadores conversaram, estava abertamente portando armas durante a entrevista. Como um dos entrevistados contou aos pesquisadores, “a gente só tem permissão de carregar arma à noite, quando está de guarda ou quando o chefe está numa reunião ou numa função oficial durante o dia”. Quando perguntados por que é necessário usar armas de fogo, os entrevistados disseram que portam armas como uma forma de autodefesa contra criminosos. Um entrevistado declarou, “a arma é o nosso único meio de autodefesa porque esse trabalho de vigilante é muito perigoso e, às vezes, durante uma luta com outro grupo, você precisa dessa arma pra se defender da polícia ou do grupo que você está combatendo”.

Perspectivas Futuras

Quando membros dos Bakassi Boys foram perguntados se tinham algum desejo de parar com as atividades que envolvem violência, eles disseram que estavam prontos a fazer isso se a polícia agisse com mais responsabilidade e se o governo fosse capaz de livrar suas comunidades dos criminosos. Os Bakassi Boys entrevistados para este estudo expressaram sua crença de que os objetivos principais do grupo são a proteção dos interesses étnicos e a luta contra o crime em suas comunidades.

Os membros mais velhos disseram que aconselhavam os mais jovens a deixar o grupo, por causa dos perigos que eles muitas vezes enfrentavam, e que não desejavam que seus filhos, ou os que estavam para nascer, se envolvessem: “eu nunca vou permitir que qualquer um dos meus filhos ou dos meus irmãos pequenos se envolva”. Quando perguntado como impediria que outros se envolvessem, um membro de 20 anos disse que “eu vou falar pra eles dos perigos. Eu sei que isso é

²⁷ ECOMOG é a sigla em inglês para o Grupo Observador de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS em inglês).



difícil, mas eu vou dizer pra eles irem pra escola ou aprender uma profissão, ou melhor ainda, ficar no povoado, onde se tem paz”.

Membros dos Egbesu Boys disseram que estarão prontos a deixar o grupo, assim que o governo pare de ignorá-los e que retire as tropas armadas de suas comunidades: “Pra falar a verdade, a gente não é feliz vivendo na violência [...] quando os que estão no poder começam a brincar com a gente de fazer política de petróleo, de ‘dividir pra governar’, e quando eles estão usando as companhias contra a gente e matando nosso povo, destruindo nosso meio ambiente e nossa terra, a gente não tem outra escolha”. Os membros se viam como patriotas, e os Egbesu Boys mais velhos pareceram interessados em aconselhar os membros mais jovens a parar, porque eles são vistos como ativistas e combatentes do futuro.

Quando perguntados se tinham algum desejo de abandonar o OPC, os membros respondiam que estariam prontos para deixar o grupo quando conseguissem bons empregos ou tivessem acesso à escola: “Pra falar a verdade, fazer parte do OPC é uma coisa muito perigosa, mas eu acho que, por agora, eu não tenho nenhuma escolha porque isso é a única coisa que me traz meu sustento de cada dia. Eu sei que um dia eu vou voltar pra escola e viver normalmente. Essa não é uma vida normal”.

Como os Egbesu Boys, os membros mais velhos do OPC disseram que defenderiam sua nacionalidade enquanto vivessem. Significativamente, eles se vêem como protetores de suas comunidades contra criminosos e outros grupos hostis. Como explicou um dos entrevistados, “deixar o OPC é como perder a identidade e não saber de onde que a gente veio”. Outro disse que: “esses jovens e adolescentes estão [...] promovendo a paz e a segurança. Também, existe uma contribuição considerável [para] promover a coesão étnica e dar apoio social para as comunidades locais”. Outros sentiam que, para as gerações futuras não se envolverem com o grupo, o governo teria de garantir outras alternativas, como educação: “se eles dessem oportunidade de trabalho para os jovens e tornassem a educação mais acessível para os adolescentes, muitos não entrariam pro OPC”.

III. PROGRAMAS SOCIAIS QUE ATENDEM COAV

Os exemplos e avaliações a seguir, de programas sociais para prevenção e reabilitação de adolescentes e jovens, na violência armada organizada, estão baseados em informações recolhidas através de entrevistas com funcionários de governo locais, moradores das comunidades, incluindo jovens e adolescentes, envolvidos e não envolvidos, líderes comunitários, ONGs e CBOs, em Lagos (sudoeste), Aba (sudeste) e no delta do Níger.

Jovens Pela Paz do Delta do Níger (Niger Delta Youth for Peace)

O governador James Ibori, do estado de Delta, no delta do Níger, iniciou um programa para recolher armas de pequeno porte em 2002. Dinheiro, treinamento vocacional e oportunidades de emprego foram oferecidos aos jovens que entregassem suas armas. Entretanto, os entrevistados declararam que o sucesso dessa iniciativa foi limitado, por causa de problemas na implementação. Como um entrevistado confirmou aos pesquisadores, o governo não compensou alguns dos que entregaram suas armas. Outros entrevistados também puseram a culpa do progresso lento da iniciativa na falta de confiança, entre os jovens, de que o governo seria capaz de cumprir sua promessa quando as armas fossem entregues. Um funcionário do governo disse aos pesquisadores, durante este estudo, que cerca de 40 jovens ingressaram no programa. Quinze deles receberam incentivos em dinheiro, de cerca de US\$ 300 cada, e 25 foram incluídos com sucesso em programas de treinamento profissional, que iam de artesanato, solda, até fabricação de móveis. O entrevistado disse aos pesquisadores que, dos 40 jovens no programa, 20 foram plenamente reintegrados à comunidade.



Comissão Para o Desenvolvimento do Delta do Níger (Niger Delta Development Commission)

Estabelecida pelo governo federal, a Comissão Para o Desenvolvimento do Delta do Níger (NDDC em inglês) tem como um de seus temas mais importantes a reabilitação e re-socialização de jovens envolvidos e afetados pela violência armada, através do suprimento de infraestrutura básica, física e social na região. Isso inclui o fornecimento de eletricidade e água, estradas decentes, habitação, assistência médica, educação, treinamento vocacional e oportunidades de emprego na região. Entretanto, a iniciativa ainda precisa produzir resultados significativos, o que pode ser devido, em grande parte, à rápida politização da comissão. 28

Treinamento de Liderança e Pensamento Estratégico Para Jovens do Delta do Níger (Strategic Thinking Leadership Training for Youth in the Niger Delta)

Um exemplo de iniciativa da sociedade civil para prevenir a violência juvenil através do desenvolvimento do jovem é o projeto Treinamento de Liderança e Pensamento Estratégico Para Jovens do Delta do Níger, organizado pelo Centro de Democracia e Desenvolvimento, no estado de Edo. Programas de treinamento de duas semanas ensinam computação, desenvolvimento da capacidade de liderança, organização comunitária, gerenciamento de conflitos, construção e negociação da paz, mobilização e gerenciamento de recursos. As atividades do projeto incluem visitas a importantes legisladores, líderes e idosos da comunidade para discutir as políticas/questões que preocupam os jovens e o papel deles na comunidade. Mais de 100 jovens já foram treinados como parte do projeto num período de três anos. Muitos dos participantes renunciaram à violência e retornaram à escola, enquanto outros estão elaborando programas de desenvolvimento para jovens em suas comunidades.

Conclusão e Recomendações

O alcance das estratégias de prevenção e reabilitação para crianças e jovens na violência armada organizada tem sido muito limitado na Nigéria. Com o governo concentrado principalmente em opções militares e a sociedade civil em treinamentos e oficinas para prevenção e reabilitação, há profundas lacunas nas seguintes áreas:

- Reformar o setor de segurança com a criação de uma força policial civil não militar;
- Reintegrar crianças e jovens da violência armada organizada à sociedade;
- Assegurar novas políticas sócio-econômicas e iniciativas de desenvolvimento sensíveis ao problema.

Em vista do fato de que a maioria das milícias e dos grupos vigilantes recruta grande parte de seus membros nas “sub-classes urbanas” de desempregados e sub-empregados, é provável que a criação de empregos com ganhos para milhões de mãos e mentes desocupadas diminua o número de jovens desesperados nas ruas, que não têm nada a perder ingressando nas milícias, nos vigilantes e, conseqüentemente, participando da violência.

A solução efetiva do problema de crianças e jovens na violência armada organizada, nas diferentes partes do país, depende da reforma das instituições do estado e das polícias. O primeiro grande passo nessa direção é que o governo mude sua atitude em relação aos grupos. O governo federal proibiu recentemente as milícias, esperando que isso fosse cessar de fato a violência armada organizada no país. Proibir esses grupos não é uma solução, já que a sua manifestação é resultado da exclusão social e política de grande parte da população nigeriana. Além disso, do ponto de vista

²⁸ IPCR, *ibid.*



prático, as proibições tiveram até agora pouco ou nenhum sucesso. Esses grupos continuam a existir e a violência continua a aumentar. A experiência tem demonstrado que as proibições vão, na melhor das hipóteses, lançar os grupos na clandestinidade, tornando mais difícil, portanto — se não impossível — que eles sejam responsabilizados por suas ações.

A fim de limitar a vigilância armada realizada por esses grupos, há necessidade de que o governo embarque numa reforma total da segurança. As forças de segurança do estado, incluindo a polícia, precisam se tornar uma presença efetiva e válida nas comunidades onde os grupos armados dominam atualmente. Isso deve incluir o treinamento das agências de segurança em questões de direitos humanos e do judiciário na reabilitação juvenil.

Algumas das dificuldades das ONGs para impedir a participação de jovens na violência armada organizada podem ser superadas através do aumento de sua capacidade de mediar efetivamente conflitos nas comunidades. As organizações da sociedade civil deveriam também se tornar mais envolvidas com a promoção e a implementação de programas de desenvolvimento juvenil que enfatizem o treinamento vocacional, a resolução de conflitos e a educação para a paz. É também fundamental que as ONGs planejem estratégias efetivas de acesso e de manutenção de contato com os adolescentes mais vulneráveis, incluindo os que já pegaram em armas e são membros de grupos.

Finalmente, como parece que o fenômeno das milícias étnicas e dos vigilantes vai ficar conosco por um longo tempo, há uma necessidade urgente de monitoramento constante e de políticas públicas informadas, a fim de minimizar seu impacto negativo sobre a incipiente democracia do país. É, portanto, urgente que o governo federal preste atenção ao fenômeno e ponha para funcionar programas efetivos, que visem minar sua base de apoio.

OS JOVENS E A VIOLÊNCIA ARMADA NA IRLANDA DO NORTE

Marie Smith e Patricia Campbell, ICR (Institute for Conflict Research) e Breen Smyth
Consultores

Este relatório enfoca o papel dos jovens no conflito da Irlanda do Norte, concentrando-se sobre a natureza transitória de seu envolvimento na violência de rua e durante o processo de paz vigente.

Introdução

Embora os jovens tenham desempenhado um papel significativo no violento conflito da Irlanda do Norte, seu papel nele foi relativamente pouco analisado. Este artigo tenta avaliar os diferentes papéis de crianças e jovens nos “Distúrbios”¹ desde a década de 1970.

Os pesquisadores realizaram 15 entrevistas individuais com adultos que haviam estado envolvidos, na infância e juventude, com grupos paramilitares nos dois lados do conflito ao longo dos últimos trinta anos. Outras entrevistas foram conduzidas com jovens entre 15 e 24 anos de idade que não eram membros de organizações paramilitares, mas viviam em áreas severamente afetadas pelo conflito e/ou em comunidades “interface”² e estavam envolvidos com a violência “ante-social” ou com os “confrontos por diversão”. A maioria dos entrevistados vinha de Belfast ou Derry/Londonderry, embora alguns vivessem em cidades grandes do condado de Antrim.

Os padrões transitórios da violência

Os primeiros progressos importantes no processo de paz da Irlanda do Norte foram os cessar-fogos de 1994, quando teve início uma redução constante na violência. Entretanto, ela continua, embora em níveis mais baixos, em particular ao longo das interfaces do norte de Belfast e durante as marchas protestantes da Ordem Orange no verão. Uma série de crises políticas levou à suspensão da Assembléia da Irlanda do Norte em outubro de 2002. As eleições de novembro de 2003 viram os partidos moderados, de ambos os lados, perdendo espaço para os mais radicais. Os governos britânico e irlandês vêm fazendo tentativas intermitentes de reiniciar conversas — sem sucesso até agora — para ressuscitar um governo na Irlanda do Norte.

Só em Belfast, há vinte e sete interfaces onde a violência esporádica pontua a vida dos moradores. A tensão ao longo dessas interfaces que separam comunidades é alimentada pelas disputas por território. Embora uma parte dessa violência seja organizada por grupos paramilitares, um pouco dela ao menos é perpetrada por grupos de jovens envolvidos, muitas vezes por acaso, com o que veio a ser chamado de “confrontos por diversão”. Essa atividade proporciona um passatempo excitante para jovens entediados e sub-empregados na ausência de policiamento efetivo em suas comunidades e na falta de ocupações mais legítimas. Um exame das estatísticas policiais mostra que a violência emana de ambos os lados do conflito. Desde o cessar-fogo e com o influxo correspondente de trabalhadores estrangeiros, houve um aumento rápido da violência racista e homofóbica.

¹ O conflito político entre Nacionalistas, principalmente católicos, que se vêem como “irlandeses”, e Unionistas ou Legalistas, principalmente protestantes, que se vêem como “Britânicos” e apóiam a união com a Grã-Bretanha.

² Comunidades católicas que fazem fronteira com comunidades protestantes, ou vice-versa, que são em geral separadas por um muro.



Embora a violência tenha diminuído depois de 1994, sua natureza entre os jovens e a motivação para envolvimento nela se transformaram dramaticamente — uma mudança que também foi visível na África do Sul após a abolição do apartheid.³ Lá também a transição para a paz assistiu a um aumento acentuado nos níveis de violência criminal nas áreas mais pobres, que haviam sido mais afetadas pela violência do apartheid. Esse mesmo modelo está surgindo na Irlanda do Norte, com um aumento da disponibilidade e do uso de drogas, de crimes relacionados à droga, das atividades de extorsão e dos ataques racistas e homofóbicos.

Antes do cessar-fogo do processo de paz, o recrutamento de jovens para grupos paramilitares era visto como politicamente motivado, e a violência em que eles se envolviam como motivada por sentimentos nacionalistas ou legalistas. Adultos das comunidades mais afetadas costumavam, na era anterior ao cessar-fogo, considerar a violência de rua sob forma de tumultos como uma defesa da comunidade contra ameaças externas e, portanto, politicamente compreensível, quando não legítima.

Com o advento do cessar-fogo, houve uma mudança de opinião. No lado republicano em particular, a estratégia política do republicanismo oficial não inclui mais conflitos armados e isso retira a legitimidade dos confrontos e de outras atividades violentas. No lado legalista, uma rixa violenta e sangrenta entre os dois grupos paramilitares principais⁴ vem polarizando algumas comunidades operárias legalistas e criando um contexto bem diferente para os jovens que vivem em áreas legalistas. Entretanto, os dois grupos legalistas principais, embora ativos em termos militares, estão oficialmente sob um cessar-fogo, de forma que as oportunidades de participação na violência paramilitar estão também limitadas, embora haja relatos de recrutamento competitivo recente de jovens.

Os jovens de ambas as comunidades que participam atualmente da violência costumam não ter acesso a armas, que são muito controladas pelos grupos paramilitares. No momento, a violência se mostra tipicamente entre grupos de jovens rivais, que são mais grupos pouco organizados da mesma comunidade que gangues com organização formal. Desde os cessar-fogos de 1994 e 1996, os confrontos entre as interfaces continuam, envolvendo com frequência o uso de bombas com gasolina/coquetéis molotov, outros tipos de bomba, dardos, mísseis de metal disparados por pesadas catapultas e, ocasionalmente, armas de fogo. Jovens de ambos os lados do conflito participam desses confrontos, embora a maioria não possua ligações diretas com grupos paramilitares e esteja agindo por iniciativa própria. Um grupo entrevistado para este estudo se descreveu mais como “candidatos” do que membros de grupo paramilitar. Entretanto, esses candidatos também sabem fazer bombas com substâncias caseiras e retiradas dos jardins facilmente encontráveis, portar facas, outras armas, atacar e defender seu “território”. Líderes legalistas vêm adotando a opinião de que os jovens que estão “fora de controle” são mais controlados com mais facilidade se recrutados para um grupo paramilitar.

Comenta-se que os grupos paramilitares — ou Sinn Féin — podem disparar e conter a violência de rua como forma de manipular a situação política. Entretanto, há alguns casos de como isso pode não ser totalmente verdadeiro. Por exemplo, o parlamentar, representante do Sinn Féin, Gerry Kelly, teve o braço quebrado no norte de Belfast ao censurar alguns jovens envolvidos com a violência de rua. Outros exemplos, como a paz relativa de certas interfaces durante alguns períodos estratégicos, sugerem, entretanto, que em algum lugar de Belfast, a UDA em particular tem um

³ Ver, por exemplo, Pierre du Toit ‘South Africa: In Search of Post-Settlement Peace’ in John Darby and Roger McGinty. *The Management of Peace Processes*. Macmillan (2000).

⁴ A Força Voluntária do Ulster (UV Fem ingles) está competindo com a Associação de Defesa do Ulster (UDA em inglês) e com um sub-grupo da UDA, os Combatentes Pela Liberdade do Ulster (UFF em inglês).



papel na orquestração da violência nas interfaces. No início do processo de paz, a sociedade em geral e comunidades muito afetadas pelos Distúrbios em particular começaram a relatar níveis crescentes de desordem e ilegalidade. Os moradores dessas comunidades se queixavam de um aumento de vandalismo, arrombamento de carros, abuso de drogas, pequenos crimes e de outras formas de comportamento ante-social, exibido em geral por jovens descontentes que eram vistos cada vez mais como problemas dentro das próprias comunidades. Antes do cessar-fogo, grupos paramilitares das áreas legalista e republicana da Irlanda do Norte haviam adotado a prática de punir pequenos crimes e comportamentos ante-sociais usando um sistema tarifário de ameaças, exclusão e castigo físico. Nesses casos, as punições físicas envolvem armas de fogo, nos assim chamados “disparos de punição” e, nos casos mais extremos, a morte ou o exílio.

Os jovens entrevistados falaram sobre seu comportamento “ante-social”. “Gerard” disse, “Eles [os jovens] roubam carro. Eu acho que a grande maioria dos garotos da parte oeste de Belfast rouba em loja e essas coisas desde muito cedo. Agora eles estão arrombando a garagem das pessoas e roubando os carros, provavelmente até planejando roubos e outras coisas”.

“Seamus”, falando sobre o IRA, disse, “Eles acham que nós somos bandidos. Eles vão atirar se a gente não parar. Eles apontaram uma arma para a gente. Você fica assustado um tempo, mas depois bebe de novo e não se importa mais”. “Emer”, um garoto de 16 anos, de Derry, disse, “Eu odeio os Provos.⁵ Eles ficam batendo nas pessoas. Eu não acho isso certo. Imagina se os Provos vêm até a gente, até os nossos pirralhos [os muito jovens], eu não ia agüentar”.

Para um jovem, sua punição por um crime envolvendo carro foi ser atacado e surrado pelos paramilitares. Ele sofreu ferimentos graves, como quebra de maxilar. Outro disse, “Eu estava envolvido com carros, venda de droga, não tava nem aí, vendendo Ecstasy e essas coisas, juntando uma graninha pra comprar um carro. No fim de semana, você tem algum pra gastar, pode comprar umas roupas, tem uma graninha”. Essa atividade “empresarial” traria consequências extremas. “Eu já fui baleado quatro vezes pelos Provos. Se isso não tivesse acontecido, eu acho que nada teria me feito parar”.

Os jovens entrevistados contaram em detalhes os tipos de violência em que se envolvem e as armas que usam. Entrevistados de Ballymena relataram lutas sectárias entre católicos e protestantes usando “Armas, porretes, soco inglês, biqueira de sapato, bastão de beisebol, facão, martelo, taco de golfe, bastão de *hurley*⁶ e garfo que você usa pra jantar”. Eles também descreveram como fazer bombas de soda. “Soda e vinagre, você põe numa garrafa, aí você joga e ela explode. Ela espalha vidro por tudo quanto é lugar. Fica um tipo de ácido que queima a pele toda”. Outros nesse grupo disseram que haviam fabricado bombas com gasolina, que eles aprenderam a fazer observando outros que já sabiam.

“Francis” comentou: “Se eu fosse lutar contra alguém da minha idade ou mais novo, eu usaria isso [os punhos], mas se for alguém mais velho ou maior, aí eu vou usar outra coisa... A gente usa barras e bastões, a gente tem facas”. “Danny” disse “Eu não usaria uma faca. Um monte de gente tem faca. A maioria das pessoas anda por aí com faca, o Ra⁷ está atrás delas, os canas estão atrás delas”.

Entrevistados jovens falaram sobre uso de drogas e álcool em larga escala. Como “Francis”, de Derry/Londonderry disse: “Não tem nada pra se fazer nesse lugar; lugar nenhum pra ir... Maconha, *ecstasy*, anfetamina, você toma qualquer coisa que chega na tua mão. Isso faz você relaxar”.

⁵ O IRA provisório.

⁶ Bastão usado para se jogar *hurley*, um esporte tradicional irlandês.

⁷ Gíria usada para se referir ao IRA.



“Eamon”, em Belfast, afirmou, “Eu cheirava cola antes de começar a beber, aos 13. Todo mundo tava fazendo isso. Por que eu ia fazer como todo mundo?”. “Seamus”, um garoto de 16 anos, de Derry contou que havia precisado fazer lavagem estomacal duas vezes, intoxicado por álcool. Ele esperava continuar bebendo em excesso. “Por que não? Se você começa, não pára mais. Não consegue parar. Só se você não tiver dinheiro”.

Embora houvesse alguma ambigüidade com relação ao uso de armas se elas estivesse disponíveis, os jovens disseram que o acesso a armas de fogo era estritamente controlado em suas comunidades e negado a eles. Um jovem católico disse que, “É muito difícil conseguir arma. Se alguém fizesse alguma coisa comigo depois de ter tomado umas cervejas... Você pode fazer qualquer coisa com uma arma, roubar um banco, matar pessoas, aposentados”. Ele observou que qualquer pessoa que tivesse uma arma teria logo problemas com o IRA. “Se todo mundo ficasse sabendo, o Ra pegaria a arma. O Ra ia atrás de você”.

Recrutamento de crianças por paramilitares

O IRA mantém o cessar-fogo e, pelo que se sabe, não está recrutando menores de 18 anos. Embora tenha havido algumas tentativas de recrutamento entre grupos republicanos dissidentes, elas foram limitadas. A Força Voluntária do Ulster e a Associação de Defesa do Ulster/Combatentes Para a Liberdade do Ulster (Ulster Freedom Fighters – UFF) entraram recentemente em competição em decorrência de rixas entre eles.. Grupos legalistas acreditam que, a menos que recrutem, tornam-se vulneráveis a serem suplantados pelos rivais. Os jovens são vistos em termos de se potencial para aumentar as fileiras de um lado ou de outro. Eles próprios dizem que se sentem “mais seguros” se pertencem a um dos grupos.

Um homem descreveu sua entrada na UDA, na década de 1990: “Eu ingressei na UDA quando tinha 16. Eu admirava a UDA porque eles estavam retaliando e os caras do Sinn Féin/IRA estavam sendo mortos. A outra razão que me fez ingressar foi o tédio, não tinha mais nada pra se fazer”.

Outro homem que ingressou no Fianna (a ala jovem do IRA) antes do atual cessar-fogo alegou a influência da família como fator principal: “Dois dos meus irmãos mais velhos eram membros do IRA e isso teve obviamente uma influência grande sobre meu jeito de pensar. Tinha sempre gente do IRA em casa. Eles vinham pro chá e essas coisas”.

Um homem católico descreveu o recrutamento do Fianna durante os Distúrbios na década de 80: “A gente era membro do Fianna quando tinha treze ou quatorze, mas era a mesma coisa que ser escoteiro. Você não tinha permissão pra usar arma ou qualquer coisa... Tinha uns no Fianna que eram mais velhos, tinham quinze ou dezesseis, que tomavam parte em ataques com bombas caseiras de pregos”.

Quanto à faixa etária que os vários grupos paramilitares recrutam, os Militantes Jovens do Ulster (Ulster Young Militants – UYM) apresentaram uma declaração por escrito em 2002, afirmando que não recrutavam jovens com menos de 16 anos (o recrutamento da UDA e do UFF tem tradicionalmente se baseado no do UYM). Um informante disse aos pesquisadores que a idade de recrutamento para o IRA era 16, mas um veterano dos Republicanos afirmou que “o recrutamento não era uma questão”, sugerindo assim que não estava havendo recrutamento atualmente. Portanto, esse ponto é acadêmico. Não fica claro se há um limite de idade para recrutamento na UFF.

Observou-se que nenhum dos jovens entrevistados tinha qualquer comentário a fazer sobre a própria politização em casa ou na comunidade. Esses jovens parecem ter um relacionamento muito mais diferente com a política do que aqueles que se envolveram anteriormente com o conflito político. Embora alguns deles chamassem seus vagos grupos de Juventude Republicana X ou



Juventude Legalista Y, eles não pareciam ter ligações formais com grupos políticos oficiais. Pelo contrário, esses grupos informais tendem a se voltar para a defesa própria e a de seu território no ambiente altamente segregado em que vivem.

Apesar da política não ser um fim para os jovens entrevistados, muitos dos que eram católicos achavam que a polícia os discriminava em favor dos protestantes. Danny se referiu à violência policial contando aos pesquisadores que “Os canas já bateram na gente algumas vezes. A gente tava sendo abusado com eles. Os canas são os piores. Eu odeio eles mais do que o Ra. Eu acho eles azedos. Eles me odeiam porque eu sou católico”.

Perspectivas futuras

Quando perguntados sobre o que esperavam do futuro, as respostas foram quase que uniformemente desoladoras. “Francis”, de 17 anos, respondeu com uma palavra: “Festas”. Ao se pedir que elaborasse mais, ele acrescentou, “Eu gosto de ser jovem, só isso. É melhor do que ser velho. Eu não quero ficar velho e enrugado. Eu não quero uma esposa. Eu não tenho paciência para ter uma. Eu não quero filhos. Eles iam acabar que nem eu, e eu não ia conseguir controlar eles”.

A única ambição que “Seamus” expressou com relação ao futuro foi a esperança de que pudesse continuar a beber. Como os outros jovens com quem conversava, eles estava desempregado desde que deixara a escola. Quando pressionado, o único comentário positivo que ele conseguiu fazer sobre o futuro foi, “Eu estou ficando muito bom na sinuca”.

“Gerard” haviam pensado sobre o futuro que desejava para seus filhos. “Sair desse lugar, é o que se precisa. Eu não quero os meus filhos se envolvendo aqui. O sul é ótimo. Todo mundo é simpático. É tranquilo. Os filhos iam ficar muito bem. Iam crescer da maneira certa. Não como eu. Eu não quero esses problemas pros meus filhos. De jeito nenhum”.

Estudos de Caso de Boas Práticas

Os estudos de caso apresentados aqui foram tirados do setor das ONGs; é nesse setor que, até agora, os trabalhos inovadores vem acontecendo. Esses estudos de caso são de projetos que oferecem aos jovens atividades para afastá-los do envolvimento com a violência. As apresentações a seguir estão baseadas em relatórios de avaliação externos.⁸

Estudo de caso 1: Justiça Restaurativa Comunitária – Alternativas Para a Irlanda⁹ e Irlanda do Norte

Como observado acima, desde que o processo de paz começou, as zonas operárias legalistas e republicanas têm sido perturbadas por pequenos crimes, vandalismo e comportamento ante-social de jovens. Devido à ausência de policiamento, as pessoas desses locais se voltaram para os grupos paramilitares em busca de “poder de polícia” na comunidade. Como já foi dito, isso tomou com frequência uma forma violenta e brutal: surras punitivas, quebra dos meniscos, exclusão da comunidade ou do país e, às vezes, morte. Dois sistemas de justiça restaurativa comunitária, um em áreas católicas, o Justiça Restaurativa Comunitária da Irlanda (CRJI em inglês), e um em áreas protestantes, o Alternativas Para a Irlanda do Norte, foram criados a fim de oferecer um método alternativo de abordar rompimentos de relação dentro da comunidade em decorrência da

⁸ Ver Harry Mika’s Evaluation of Greater Shankill Alternatives. Setembro de 2002. Belfast: Greater Shankill Alternatives and Marie Smyth, Kirsten Thomson & Jennifer Hamilton (2002) *Creggan Community Restorative Justice: An Evaluation and Suggested Way Forward*. Belfast, ICR. (108pp) ISBN 0-9541898-1-7.

⁹ <http://www.restorativejusticeireland.org/>



criminalidade e das condutas ante-sociais. Esses dois sistemas operam em separado e têm trabalhado com abordagens diferentes. O Sistema de Alternativas oferece um programa pré-planejado para os jovens, que são enviados por uma grande variedade de agências na comunidade. O Alternativas trabalha muito próximo dos órgãos de justiça criminal, inclusive da polícia.

O CRJI possui 15 projetos locais em toda a Irlanda do Norte e desenvolve outros grupos. Eles já treinaram mais de 1000 pessoas para trabalhar com os métodos da justiça restaurativa e trataram de 1.700 casos, envolvendo 6.000 indivíduos nos últimos quatro anos. Avaliações independentes registraram um resultado satisfatório em 92% desses casos. O sistema do CRJI responde às queixas de membros da comunidade e media uma solução local com o consentimento da vítima. Chega-se a um acordo entre as partes, que inclui uma cláusula restaurativa, e o perpetrador é supervisionado no cumprimento dos termos do acordo. O sistema do CRJI, como opera em áreas católicas/republicanas onde a polícia não era bem-vinda no passado, não trabalha abertamente com ela. O pessoal do sistema acha que, se o fizesse, receberia severas críticas de muitos na comunidade, que não estão satisfeitos com o alcance da reforma na polícia e que não participariam, portanto, das estruturas do sistema de justiça criminal, nem trabalhariam com a polícia.

Os membros do sistema já se envolveram também com a mediação da violência no centro das cidades, que é especialmente predominante em Derry/Londonderry. Lá, os voluntários andam pelas ruas em épocas de alto risco e tentam reduzir os confrontos. O CRJI e o Alternativas se vêem como envolvidos com trabalho preventivo e com soluções para as pessoas que são enviadas a eles. Ambos seguem uma linha não punitiva e argumentam que educação e conscientização, juntamente com estratégias de dissuasão, são os métodos mais eficientes.

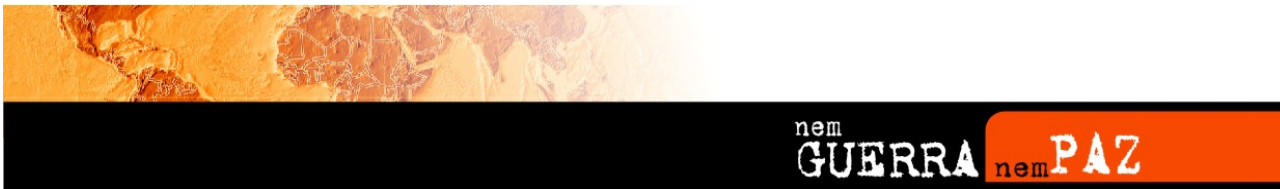
Os dois sistemas revelam índices de sucesso impressionantes e taxas relativamente baixas de re-incidência entre a maioria dos infratores. Entretanto, um grupo persistente de infratores “renitentes” apresenta desafios substanciais, e esses sistemas não conseguem lidar com certas, questões, como violência doméstica e abuso sexual.

O Alternativas Para a Irlanda do Norte possui quatro programas e vem operando desde 1998, em Shankill, encaminhando 129 pessoas ameaçadas de punição; 62 jovens se envolveram no programa intensivo em decorrência. Quarenta e dois por cento das pessoas enviadas veio de organizações paramilitares, 27% de comunidades, 18% de serviços sociais e 13% de BASE2 ou por iniciativa própria. A maioria é de homens e com idades entre 10 e 22. Em decorrência do trabalho, as punições com surras foram reduzidas. Oitenta e seis por cento dos jovens enviados formularam um contrato em um mês ou menos. Sessenta e quatro por cento dos casos ficaram no programa um máximo de sete meses, e o tempo de participação foi de um a 17 meses. Setenta e seis por cento dos casos envolveu encontros com as vítimas, e mais de 58% dos casos teve o envolvimento prévio ou atual de uma das agências estatutárias. Oitenta e sete por cento dos casos encerrados foram conduzidos com sucesso. As atividades mais freqüentes nos contratos elaborados foram trabalho voluntário, restituição às vítimas, educação alternativa, programas de prevenção, aconselhamento individual ou em grupo, programas de conscientização sobre drogas e álcool e apoio familiar.

Estudo de Caso 2: Ógra Shinn Féin¹⁰

A Ógra Shinn Féin é a seção para jovens do Sinn Féin, agora o maior partido representando a comunidade católica da Irlanda do Norte. É também o partido intimamente associado ao IRA, o maior e mais eficiente dos grupos paramilitares da Irlanda do Norte. A Ógra Shinn Féin oferece aos

¹⁰ <http://ograsf.freespaces.com/english/>



jovens uma alternativa efetiva à participação no IRA, ao envolvimento direto no conflito armado e à violência proporcionando a eles um canal para a expressão e participação políticas.

Nos últimos anos, o Sinn Féin vem investindo tempo e energia para desenvolver sua ala jovem, que é ativa dentro do partido, e, em coalizão com outros grupos políticos, para fazer campanha, por exemplo, contra a guerra no Iraque. O seu manifesto afirma: “Os jovens estão interessados nas questões políticas, mas muitos sentem que os políticos não representam seus interesses. Isso não quer dizer que nossos jovens sejam apolíticos. O desejo de tantos deles de participar de ações políticas foi ilustrado pelo grande número dos que protestaram contra a guerra no Iraque” (Manifesto de Eleição da Ógra Shinn Féin, 2004).

O manifesto discute também acesso à educação para jovens, direitos das crianças, punições corporais, imigração, população de rua, direitos trabalhistas, direitos humanos, voto entre fronteiras na ilha da Irlanda, comércio de armas e desarmamento nuclear entre outros. A Ógra Shinn Féin nomeou funcionários de ligação jovens tanto na Irlanda do Norte quanto na República da Irlanda, juntamente com cinco funcionários regionais jovens e uma executiva nacional. Eles levantam questões como a falta de participação e de consulta aos jovens em decisões tomadas pelo governo que os afetem. O manifesto trata também da questão de justiça para os jovens: “No momento em que outros partidos políticos lutam para manter sua participação, a Ógra Shinn Féin se encontra próspera e vibrante. Seus membros concorrem em eleições pelo Sinn Féin e estão entre os candidatos mais jovens das recentes disputas eleitorais. Para aqueles jovens que foram empurrados para a violência armada e para a participação em grupos paramilitares no passado, por questões de motivação política, existe agora no lado republicano um veículo para expressão e atividade políticas”.

Por outro lado, o Sinn Féin está sofrendo agora as conseqüências do sucesso junto ao próprio eleitorado. Enquanto que anteriormente, ingressar no partido era visto como um ato de rebeldia, hoje, o Sinn Féin é tido como algo oficial, a autoridade. Sua capacidade de atrair os jovens mais marginalizados é limitada por isso, apesar de seus outros sucessos. Os membros da Ógra Shinn Féin hoje tendem a ser mais elegantes, centrados, articulados, educados do que revoltados, descontentes e marginalizados. Uma segunda preocupação é a suspeita quanto à força do cessar-fogo do IRA e ao papel da Ógra Shinn Féin caso o IRA retorne à guerra. Entretanto, uma ala jovem militar separada, (Na Fianna Éireann) indica que a Ógra Shinn Féin vai permanecer no mesmo papel que o Sinn Féin para o IRA, isto é, como ala política com uma organização armada associada. Apesar das suspeitas quanto a essas ligações, é incontestável que o OSF oferece a oportunidade política mais efetiva para jovens de qualquer um da variedade de partidos políticos operando na Irlanda do Norte.

Recomendações Para Possíveis Intervenções do Estado

Essas recomendações tratam da situação tanto dos jovens envolvidos na violência armada com motivações políticas quanto daqueles envolvidos mais recentemente na violência “ante-social”.

1. Estabelecimento de um sistema de justiça que obtenha a confiança de todos. A falta de consenso sobre policiamento e sua conseqüente ausência significou que os grupos paramilitares vêm operando um sistema de justiça tosco, direcionado em grande parte aos jovens das comunidades. A confiança no sistema de justiça formal e na polícia é uma questão levantada no Acordo da Sexta-Feira Santa, e vários órgãos estão com a responsabilidade de propiciar isso. O estabelecimento de um sistema de justiça e policiamento, que consiga o apoio de toda a população, é essencial para que o envolvimento dos jovens com a violência armada seja tratado de modo abrangente e para que se obtenha justiça para eles. O fim do policiamento paramilitar é do interesse de todos e os próprios paramilitares declaram que esse papel não lhes apetece.

2. Mudança de equilíbrio nas intervenções existentes. Os jovens que já passaram pelo sistema de justiça criminal múltiplas vezes parecem ter os melhores serviços de intervenção e apoio disponíveis. Outros jovens, que estão num estágio mais inicial da mesma trajetória, têm menos acesso a esses serviços. Devia-se dar prioridade mais ao trabalho preventivo com jovens em risco de perpetrar atos de violência armada do que se concentrar tanto sobre aqueles já presos e condenados.

3. Tratar o abuso de álcool. Uma iniciativa urgente, abrangente e eficaz com relação ao abuso de álcool, direcionada a jovens a partir dos 10 anos, tem que ser criada, envolvendo estratégias preventivas e de tratamento. Já que quase toda a violência ante-social encontrada durante este estudo era alimentada pelo álcool, obter uma redução drástica no consumo de álcool entre os jovens pode reduzir efetivamente os níveis de violência. Deveriam ser aplicadas penalidades para quem fornece álcool para os jovens.

4. Impedir a exclusão educacional. Quase toda a violência ante-social cometida por jovens, encontrada durante este estudo, seguiu-se a fracassos educacionais. Em alguns casos, esses fracassos se deveram claramente a dificuldades psicológicas ou de aprendizado não diagnosticadas, interpretadas com frequência pelas escolas como mau comportamento. A avaliação apropriada de alunos problemáticos ou com baixo desempenho por psicólogos educacionais e intervenções antecipadas, assim como a disponibilidade de serviços de psicologia, em particular nas escolas de comunidades carentes e militarizadas, representam um bom caminho andado em direção à solução desses problemas. Sempre que possível, as crianças deveriam ser mantidas na escola e as expulsões não serem usadas, já que isso apenas piora os problemas dos jovens envolvidos. A oferta de educação reparatória, feita por educadores apropriados, para aqueles que já estão muito velhos para retornar ao sistema educacional público é também um passo importante para tratar da marginalização dos envolvidos com a violência armada ante-social.

5. Oferecer serviços de nutrição e dieta para comunidades carentes. Pesquisas têm demonstrado que a deficiência nutricional e a ingestão insuficiente vitaminas por crianças em idade escolar apresenta sérios efeitos adversos nos níveis de concentração e desempenho em sala de aula. Isso, somado ao aumento da obesidade e ao grande consumo de *fast food*, piorou a marginalização dos jovens de áreas carentes. Um programa de nutrição e ingestão de vitaminas, patrocinado pelo estado, paralelo a outro, de alimentação saudável em escolas e comunidades marginalizadas, deveria ser estabelecido para tratar dessa questão.

6. Oferecer cursos contra violência nas escolas. A África do Sul instituiu nas escolas excelentes cursos multimídia contra a violência. Programas como esses deveriam ser organizados e oferecidos no currículo oficial na Irlanda do Norte, de forma que as crianças pudessem aprender desde cedo a entender as causas e os efeitos da violência, as alternativas para ela e como permanecer em segurança.

7. Resistir a políticas punitivas. As evidências são claras de que as políticas punitivas, embora sejam politicamente populares e satisfaçam os desejos de vingança por parte de alguns na comunidade, não reduzem os níveis de violência. O governo deveria, portanto, resistir à implementação dessas políticas, inclusive das Ordens Para Comportamento Ante-Social, a serem introduzidas em breve, que apenas reproduzem oficialmente o tipo de exclusão física aplicado no passado pelos grupos paramilitares na Irlanda do Norte.

8. Envolvimento do Comissário das Crianças. O Comissário Para Crianças da Irlanda do Norte deveria assumir as questões relacionadas ao envolvimento de crianças e jovens com a violência armada e defender seus direitos.

9. Implementação do Acordo da Sexta-Feira Santa. A Assembléia da Irlanda do Norte foi congratulada pelo representante especial para crianças e conflitos armados, da ONU, por ter

incluído os jovens no texto e nas provisões do Acordo. Entretanto, essa inclusão ainda tem de levar a ações concretas. Os programas comunitários de apoio a jovens, referidos no documento, ainda não foram implementados e as provisões feitas foram inadequadas. As disposições para jovens que têm envolvimento com a violência armada, seja tomando parte num grupo armado ou como decorrência de problemas sociais em comunidades militarizadas, têm que ser estabelecidas e oficializadas. Essas provisões precisam ser de longo prazo e localizadas tanto no setor de ONGs quanto no estatutário. Esse trabalho não pode ser feito aos poucos, com promessas de financiamentos de curto prazo.

10. Ações de cumprimento pelos grupos armados. Embora o Acordo convoque os grupos armados a terminar com a violência e a depor as armas de forma verificável, esse processo ainda não foi cumprido por nenhum deles e, na verdade, alguns sequer começaram. Um compromisso abrangente para acabar com a violência, e a destruição de armas e depósitos, criaria um futuro mais seguro para os jovens e desmobilizaria efetivamente os que já foram recrutados pelos grupos armados envolvidos.

11. Uma estratégia DDR para a Irlanda do Norte. Cessar as atividades apenas não é suficiente. Em outras zonas de conflito, uma abordagem envolvendo Desmobilização, Desmilitarização e Reintegração (DDR) foi adotada e medidas específicas foram postas em curso para garantir que aqueles, inclusive os jovens, envolvidos com grupos armados não continuem a ser uma ameaça à paz e à estabilidade e que estejam capacitados a fazer a transição de volta à vida civil e à cidadania útil.

- Como parte da estratégia DDR, um processo de revisão de registros criminais deveria ser estabelecido, a fim de facilitar a integração de ex-prisioneiros políticos com condenações criminais recebidas durante o conflito. Esses registros excluem as pessoas de certas ocupações e profissões, comprometendo assim sua utilização profissional e reintegração.
- Da mesma forma, como parte do processo de DDR, a realização de exames em ex-combatentes para detectar problemas psicológicos, o tratamento de PTSD e de outras enfermidades é importante não só para os indivíduos que as sofrem, mas também para a segurança e a qualidade de vida daqueles que os encontram.
- Finalmente, a DDR deveria incluir uma avaliação educacional dos ex-combatentes, e a oferta de educação para sanar qualquer deficiência em sua escolaridade vai aumentar sua capacidade de reintegração.

CRIANÇAS E JOVENS NA VIOLÊNCIA ARMADA ORGANIZADA DAS FILIPINAS: CONTEXTUALIZAÇÃO, HISTÓRIAS PESSOAIS E OPÇÕES POLÍTICAS

Agnes Zenaida V. Camacho, Marco P. Puzon e Yasmin Patrice Ortiga: University of the Philippines, Centro de Estudos Integrativos e de Desenvolvimento, Programa de Traumas Psicossociais e Direitos Humanos

Este capítulo enfoca os grupos vigilantes civis, conhecidos como Organizações Voluntárias Civis (CVO em inglês), que estão sendo usados como exércitos particulares por políticos e poderosos líderes tradicionais locais, na província de Maguindanao, nas Filipinas. O relatório foi dividido em três partes. A Parte Um fornece um resumo contextualizado desses grupos. A Parte Dois lança um olhar mais detalhado sobre a face humana desse fenômeno, traçando perfis dos indivíduos envolvidos. A Parte Três examina possíveis soluções para o problema, fazendo uma avaliação de programas e políticas sociais relevantes. A versão completa do relatório resumido neste capítulo pode ser encontrada em www.coav.org.br

Introdução

As Organizações Voluntárias Civis (CVOs) foram originalmente estabelecidas como grupos civis desarmados de auto-ajuda, estabelecidos principalmente para defesa e proteção próprias. Entretanto, em certas partes das Filipinas, políticos locais estão armando e usando membros das CVOs, em suas respectivas localidades, como exércitos particulares, o que é explicitamente proibida pela Constituição de 1987. A situação apresenta um paradoxo sério: embora as CVOs sejam legais, relatórios de campo indicam várias irregularidades e violações das leis existentes, como a de proteção da criança contra violências e abusos.

Metodologia

O estudo enfoca três municípios muçulmanos da província de Maguindanao: Midpandacan, Matengem e Marang.¹ Há casos reconhecidos de crianças ingressando nas CVOs usadas como exércitos particulares nessas áreas; além disso, elas foram escolhidas porque os pesquisadores tinham lá bom acesso a informantes adultos, crianças e jovens de CVOs. Os pesquisadores usaram uma abordagem multimetodológica para este estudo, com ênfase mais na análise qualitativa que quantitativa. Duas visitas de campo a Maguindanao, entre agosto e novembro de 2003, tiveram duração de duas ou três semanas. Os pesquisadores recolheram e analisaram informações contextuais secundárias, como documentos de governo e de ONGs sobre crianças, violência armada CVOs e também sobre as condições sociais e econômicas que afetam as crianças de Maguindanao. Além disso, foram conduzidas entrevistas pessoais com crianças e jovens envolvidos nas CVOs usadas como exércitos particulares, com adultos das comunidades e com pessoas importantes de organizações governamentais e não governamentais relevantes. Os pesquisadores usaram o método nativo de entrevista: *pagtatanong-tanong* (fazer perguntas) e *pakikipagkwentuhan* (trocar histórias). Reuniões ajudaram os pesquisadores a ganhar acesso à área e a combinar as entrevistas,

¹ Os nomes desses municípios foram trocados por questões de segurança.



o que envolveu obter o consentimento das crianças e de seu manejador.² Porque o tópico da pesquisa era de extrema delicadeza, foram necessários esforços para garantir a segurança dos entrevistados e dos membros da equipe de pesquisa. As informações fornecidas pelos participantes, crianças e adultos, são confidenciais. Os nomes dos entrevistados nas CVOs foram trocados e todas as informações pessoais relevantes foram alteradas para se evitar riscos. Os entrevistados tiveram a opção de solicitar que sua entrevista não fosse gravada.

I. RESUMO CONTEXTUALIZADO DE COAV

Perfil da Área de Estudo

Maguindanao é uma província basicamente agrícola, localizada na região central de Mindanao. Apenas um terço da população tem menos de 19 anos, de acordo com estatísticas oficiais.³ Maguindanao é uma das dez províncias mais pobres das Filipinas; em 2000, a maioria das famílias que lá vivem estava quase 10% abaixo da linha de pobreza.⁴ Embora cerca de 42% da população total tivesse cursado ou completado a educação básica nesse mesmo ano, apenas 18% tinham cursado ou completado o nível secundário.⁵ A região tem uma população basicamente muçulmana, embora as áreas em redor sejam cristãs, o que tem levado a alguns conflitos. Em 1991, Maguindanao optou por ingressar na Região Autônoma Muçulmana de Mindanao (ARMM em inglês), que tem sede na cidade de Cotabato — que votou maciçamente contra a inclusão na região. A partir da década de 1970, a província assistiu a períodos de combate intenso entre o governo filipino e o grupo secessionista Frente de Libertação Nacional Moro (MNLF em inglês) e, mais tarde, o grupo dissidente mais conservador, chamado a Frente de Libertação Islâmica Moro (MILF em inglês). Essa história de conflitos armados significa que há um grande número de armas de fogo em circulação e isso continua a atrapalhar o desenvolvimento da região.

Breve Análise Histórica: Condições para a Existência de COAV em Maguindanao

A raiz dos problemas de hoje, com COAV, pode ser vista nos excessos do sistema e da política *datu*. O *datu* é um líder tradicional do Islã que exerce, virtualmente, o controle autônomo de seu território, usando a riqueza como base de poder hereditário e aumentando sua força e seu prestígio através de guerras ou casamentos. Embora a institucionalização dos mandatos políticos através de eleições, após a independência filipina em 1946, tenha trazido certo declínio para o poder dos *datu*s, o cargo ainda é importante na província. O *datu* continua a contar com parentes e seguidores que formam, em geral, um bloco forte de eleitores. Como os *datu*s de antigamente, a nova liderança política ainda “comanda seus respectivos seguidores e controla territórios que não estão assinalados em nenhum mapa ou documento do governo”.⁶ Eles também inspiram medo e respeito através da violência.

² “Manejador” é o termo usado por crianças e jovens de CVOs para se referirem a seus líderes.

³ Maguindanao Most Requested Statistics, a partir de Setembro de 2002, compiladas pela Secretaria Provincial de Maguindanao, Cidade de Cotabato.

⁴ Estatísticas e dados tirados da p. 9, do Social Assessment of Conflict-Affected Areas in Mindanao, Environment and Social Development Unit, World Bank East Asia and Pacific Region.

⁵ Estatísticas tiradas de notas para a imprensa, de 2002, da Secretaria Nacional de Estatísticas, Resultados do Censo Populacional e Habitacional, de 2000, lançado em 1º de outubro de 2002.

⁶ Gutierrez, Eric, 2000: “In the Battlefields of the Warlord,” in *Rebels, Warlords and Ulama, A Reader on Muslim Separatism and War in the Southern Philippines*, Institute for Popular Democracy, p. 81.

O *datu* chefia um *pagali*, ou uma família, um sub-clã ou clã: eles têm um papel fundamental na existência e manutenção dos exércitos particulares (ou, nos últimos anos, seu sucedâneo, as CVOs). O *pagali* exerce controle sobre um território, sua população e seus recursos locais nas três áreas examinadas neste estudo. Por exemplo, o *pagali* pode ter controle total sobre o desenvolvimento de uma cidade, em particular sobre o desembolso de fundos. Os clãs são divididos em subclãs e em famílias, que podem formar alianças ou se envolver em longas rixas entre si. Chamadas de *rido*, essas rixas podem ser causadas por uma série de fatores, que vão de disputas por terra até crimes cometidos contra membros de outro *pagali*.

Uma vez que os tribunais estão ausentes ou funcionam mal em muitos locais da Mindanao muçulmana, inclusive em Maguindanao, a vingança (muitas vezes sob forma de *ridos*) é a principal forma de justiça.⁷ Durante as *ridos*, aqueles que não têm praticamente nada a ver com a disputa — inclusive crianças e adolescentes — são colocados em grande risco por causa de seu relacionamento (por sangue ou matrimônio) com o *pagali* diretamente envolvido. Na verdade, muitos crêem que matar um “inimigo” enquanto ele é jovem e sem defesa vai impedi-lo de crescer e revidar sem que se espere. Por causa desses perigos percebidos e reais, muitos clãs e grupos de interesse especial, em particular aqueles envolvidos em política ou grandes negócios, mantêm os assim chamados “exércitos particulares”.

O predomínio das armas de fogo, em muitas áreas de Mindanao, também exacerba os problemas com crianças e jovens na violência armada organizada. De acordo com um funcionário do Departamento do Interior e do Governo Local, da ARMM, é comum que famílias possuam pequenas armas de fogo com calibres que variam entre 0.22 e 0.45, e muitas delas não possuem licença.⁸ A fonte principal dessas armas, conhecidas como *paltik*, são fabricantes de arma locais sem registro ou “quintais clandestinos onde trabalham membros de uma mesma família”.⁹ A Segunda Guerra Mundial, a guerra separatista da década de 1970, a luta prolongada entre o governo filipino e atores que não pertencem ao estado, como a MILF, nas décadas seguintes, e as *ridos* contínuas ou guerras de clã também provocaram uma entrada constante de armas na região. Conforme a tradição cultural de Maguindanao, garotos começam a portar e usar armas com cerca de 14 ou 15 anos de idade, a fim de defender a família e a propriedade.

Atores Envolvidos: um Labirinto de Conflitos

As Organizações Voluntárias Civas (CVOs) foram originalmente corporações não militares legítimas, criadas pelas leis locais para ajudar na defesa e proteção dos territórios sitiados por rebeldes na década de 1980, a década final da ditadura de Marcos.¹⁰ A lei estipula que os membros devem ter pelo menos 18 anos de idade, gozar de perfeita saúde física e mental, não ter antecedentes criminais, entre outros critérios. Os membros têm permissão para se engajar basicamente em

⁷ “The Other Mindanao,” p.1. Disponível em: <http://www.pcij.org/imag/latest/mindanao2.html>.

⁸ Entrevista conduzida por Marco Puzon com Fredelino Gorospe, Secretário de Operações do Governo Local, da ARMM DILG, em 20 de novembro de 2003, na Cidade de Cotabato.

⁹ Centro Filipino Para Crimes Transnacionais (PCTC em inglês), Paper on Illicit Trafficking and Manufacturing of Firearms: Philippine Context, www.pctc.gov.ph/edocs/papers. O PCTC relata que a maioria dos fabricantes de *paltik* estão concentrados na ilha de Cebu, em Visayas, particularmente nas cidades de Danao, Mandaue e nas cidades vizinhas. Muitas dessas armas de Danao acabam em Mindanao. Ver também “Danao gun makers busy as polls near,” *Philippine Daily Inquirer*, 8 de dezembro de 2003.

¹⁰ Combinação do Segundo e do Terceiro Relatório do Governo da República das Filipinas (GRP em inglês) ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC em inglês), p. 557.



assistência civil desarmada, como: (a) coleta de informações e dados; (b) vigilância ou rondas na área; (c) assistência médica, de tráfego ou emergencial; (d) assistência para identificação e implementação de projetos de desenvolvimento comunitário; e (e) coleta de informações e dados relevantes como contribuição para o planejamento da paz e da ordem e para atividades de pesquisa. De acordo com a lei, os membros de CVOs podem ser afastados do posto por praticarem atividades ilegais.

O número exato de membros de CVO, na província de Maguindanao, é difícil de calcular e fontes diferentes fornecem estimativas contraditórias. Um funcionário do Departamento do Interior e do Governo Local, da ARMM, disse que um *barangay* ou vilarejo,¹¹ possui entre 20 e 40 membros.¹² Supondo-se que cada *barangay* tenha CVOs,¹³ estima-se que existam algo entre 8.020 3 16.040 membros de CVOs em Maguindanao

Realidade: a CVO como “exército particular”

Embora as CVOs sejam parte da máquina do estado, criadas legalmente para ajudar a polícia da cidade ou do município e as forças militares a fornecer segurança e proteção contra criminosos, na prática, elas violam muitas leis e têm se tornado instrumentos de controle político e de intimidação, em especial durante as eleições. De acordo com a lei, os governos do município e da cidade devem entregar um relatório mensal ao Departamento do Interior e do Governo Local (DILG em inglês), da ARMM, sobre a localização, os líderes e membros das CVOs em suas respectivas áreas. Mas de acordo com um funcionário do DILG, apenas um entre os 24 municípios de Maguindanao está cumprindo essa determinação.¹⁴ Informantes disseram que as CVOs receberam treinamento sobre uso de armas de fogo dos militares (isso é explicado em maiores detalhes mais tarde, na seção “Confrontos Armados”), em particular de alguns soldados que pertenciam ao 6º. ID e, no caso de uma das áreas de estudo, do prefeito e de seu irmão. O treinamento no uso de armas de fogo parece incongruente com a política inicial do governo de não armar as CVOs. Além disso, se o *pagali* conhecer a pessoa ou sua família, eles podem automaticamente receber permissão (ou promessa) para ingressar, sem passar pela devida checagem do histórico. Em vez de ajudarem na segurança geral, o dever principal das CVOs usadas como exércitos particulares é o de manter e garantir a segurança do chefe do *pagali* e de sua família.

A Seção 24, Artigo 18, da Constituição de 1987, obriga o desmantelamento de “exércitos particulares e outros grupos não devidamente reconhecidos pelas autoridades”, então *datus*, subchefes e membros influentes do *pagali* transformaram simplesmente seus exércitos particulares, partidários armados e guarda-costas em membros das CVOs nas respectivas localidades. De acordo com um membro de CVO entrevistado, “o prefeito nos contou que guarda-costas ou guardas de segurança são ilegais [...] então eles chamam a gente agora de CVOs”.¹⁵ Como claramente afirmado por um conselheiro municipal graduado, e parente próximo do atual prefeito de Midpandacan:

¹¹ O *barangay* é a unidade política básica nas Filipinas. Ele é formado por cerca de 1.000 habitantes que vivem numa área contígua única dentro de uma cidade ou município.

¹² Entrevista conduzida por Marco Puzon com Fredelino Gorospe, Secretário de Operações do Governo Local, da ARMM, DILG, em 20 de novembro de 2003, na Cidade de Cotabato.

¹³ O censo de 2001 calculou o número de *barangays* em Maguindanao em 401.

¹⁴ Entrevista conduzida por Marco Puzon com Fredelino Gorospe, Secretário de Operações do Governo Local, da ARMM, DILG, em 20 de novembro de 2003, na Cidade de Cotabato.

¹⁵ Entrevista com Saharia (nome falso), uma mulher de 24 anos, membro de CVO em Matengen.

Esses [exércitos particulares] não existem mais. Na verdade, meus 20 CVOs eram anteriormente [membros do] nosso exército particular, da guarda de segurança da minha família. Mas como eu sou um funcionário público agora [...] minhas CVOs não são para mim [...] minha família [...] meu clã [...] mas para o povo de Midpandacan.

O conselheiro municipal de Midpandacan também admitiu que alguns membros da sua CVO eram filhos dos membros de seu antigo exército particular. Nas três áreas de estudo, a diferença entre CVOs e exércitos particulares parece estar apenas no nome e não na composição.

Colaboração de outros grupos

As forças armadas das Filipinas (AFP em inglês) têm mantido uma presença forte em Mindanao desde a crescente militarização da década de 1970. A partir de maio de 2003, há um total de oito brigadas sob o controle operacional da 6ª Divisão de Infantaria, baseada em Awang, Datu Odin, Sinsuat, Maguindanao. De acordo com informantes, as CVOs recebem treinamento e até armas de fogo dos militares. Além disso, as CVOs acompanham os soldados do exército durante operações contra rebeldes e outros grupos armados.

As AFPs são também constituída de unidades civis, chamadas Unidades Geográficas das Forças Armadas Cidadãs (CAFGU em inglês), que passam por treinamento e serviço militar. Na década de 1990, as CAFGUs iam ser desmanteladas por causa de acusações de sérias violações aos direitos humanos, como execuções extrajudiciais, mas depois voltaram à ativa em decorrência do crescimento das rebeliões e da criminalidade na região. As CVOs fazem o patrulhamento da área juntamente com as CAFGUs e outros grupos paramilitares.¹⁶

A incapacidade e o número insuficiente de agentes da Polícia Nacional Filipina (PNP em inglês) local para fornecer segurança aos moradores da cidade foram usados como razão para justificar a existência de CVOs na área. De acordo com um *kagawad*, ou conselheiro municipal, de Midpandacan, “Eles aumentam a PNP local. Existem tantas pessoas aqui, em Midpandacan, que os poucos [agentes] da PNP que temos não conseguem protegê-las todas”.¹⁷ As CVOs recebem treinamento da Polícia Nacional Filipina e fornecem serviços de apoio ao pessoal desfalcado e ineficiente da PNP.

Há também ligações entre algumas CVOs e a Frente Nacional de Libertação Moro (MNLF em inglês) e a Frente de Libertação Muçulmana Moro (MILF em inglês), esta última mantém uma presença formidável em Maguindanao. Alguns membros das CVOs foram anteriormente membros da MNLF, e funcionários da área têm notado que outras CVOs, nas áreas infestadas de rebeldes, são compostas por membros¹⁸ ativos da MILF. Sabe-se que algumas CVOs acompanham tropas regulares do exército em operações contra a MILF, enquanto outras receberam treinamento da MILF.

A MNLF se fragmentou nos vários, assim chamados, “Comandos Perdidos” nos últimos anos, alguns dos quais têm recorrido a atividades que envolvem seqüestros e resgates. As CVOs

¹⁶ Entrevistas conduzidas por um pesquisador local com informantes e crianças, membros de CVO durante o período entre setembro e outubro de 2003.

¹⁷ Entrevista conduzida por um pesquisador local com um informante, um conselheiro municipal de Midpandacan, em meados de setembro de 2003.

¹⁸ Entrevista conduzida por Marco Puzon com Eduardo Juance, Chefe Provincial do BBFI, de Maguindanao, em 19 de novembro de 2003, em Parang, Maguindanao.



acompanham a polícia e os soldados militares em operações contra grupos de seqüestradores. Em uma das áreas de estudo, entretanto, as CVOs fazem parte do grupo de seqüestradores, supostamente chefiado pelo membro mais velho de *pagali* no poder.

Estrutura de Comando

Um ex-chefe graduado de um exército particular que agiu em Maguindanao, durante as décadas de 1950 e 60, disse que o *datu*, ou chefe de *pagali*, exerce normalmente controle total sobre os grupos armados. Entretanto, a estrutura não é rígida. Alguns membros que desfrutaram da total confiança do *datu*, ou líder de clã, podem assumir o controle sobre a seleção de membros para as CVOs, pondo grande ênfase na “confiabilidade”. Esse informante disse que a maioria dos líderes principais era membro de *pagali* e que os que não eram seus parentes ocupavam os postos mais baixos e executavam as ordens. O capitão *barangay*, ou prefeito, supervisiona as CVOs e designa um Oficial Executor para chefiar o grupo. A *tanod*, ou CVO, é organizada em equipes compostas por um Líder de Equipe e dois ou quatro membros.¹⁹

Uma criança entrevistada disse que, em sua área, havia dois tipos de membros de CVOs, os regulares e os que eram empregados apenas em épocas de conflitos sérios. Os regulares, entre 40 e 50, recebiam um subsídio mensal, embora aqueles empregados apenas durante guerras e conflitos com outro *pagali* também fossem compensados monetariamente por seus serviços.

Relações com a Comunidade

A ditadura dos *pagalis* reforça seu poder na comunidade através de ciladas e da eliminação de rivais. Ao dar aos membros de CVOs terra, dinheiro, armas e promessas de proteção, o *pagali* pode exigir qualquer coisa, inclusive a eliminação de inimigos, ameaças imaginárias ou reais. As CVOs também servem como unidade de proteção para seus negócios legais ou ilegais, reforçando o código de silêncio com a ameaça de eliminar aqueles que ousarem ir contra as ordens da ditadura do *pagali*. Um homem relatou como foi forçado a matar um inimigo após aceitar um “empréstimo” para pagar uma operação cirúrgica da esposa. Esse acontecimento acabou por levá-lo a se tornar membro de uma CVO.

Para pagar o prefeito logo, eu vendi nosso carabao²⁰. Quando fui até a casa dele para pagar, ele disse que não estava mais pedindo para eu pagar. Então ele pôs numa mesa em frente a mim dinheiro, uma fotografia e uma arma. Provavelmente, ele viu que eu fiquei branco [...] Ele disse, “Quando você tiver acabado com essa pessoa, aí você terá me pago”. Era esse tipo de pagamento que ele queria.

Papel do Estado: a ditadura do *pagali*

Muitas vezes, em cooperação íntima ou competição ferrenha com outro clã, o *pagali* exerce controle sobre certos territórios, sua população e seus recursos locais nas três áreas estudadas. Um membro muito influente do clã pode ocupar o cargo de prefeito por um número máximo de três mandatos consecutivos de três anos. Se essa pessoa morrer, outro membro do clã, em geral um parente muito próximo, preenche o vácuo de poder. A ditadura do *pagali* se torna parte da máquina do estado, através da eleição de seus membros para cargos no governo local. Um membro de clã

¹⁹ Ibid.

²⁰ O *carabao* ou búfalo da água é um animal de trabalho indispensável entre as comunidades agrícolas das Filipinas.



que possua um cargo político pode abrir caminhos para o *pagali* e seus aliados, a fim de manipular as condições sociopolíticas de seus respectivos territórios.

Atividades Legais e Ilegais

A ditadura do *pagali* possui muitas vezes grandes empresas na área e vastas porções de terras cultiváveis. Mas além dos negócios legais, o *pagali* pode também estar envolvido em atividades ilegais, como venda de drogas (maconha ou *shabu* — anfetaminas), seqüestros, extorsão ou ataques ilegais. As CVOs fornecem proteção para essas atividades e podem também estar envolvidas com fraudes em resultados de eleições ou com a intimidação de eleitores.

Um agente policial graduado, em Cotabato, disse que a maior parte da anfetamina vem das cidades de Datu Odin Sinsuat, Sultan Kudarat e Kabuntalan, na província de Maguindanao.²¹ Uma criança entrevistada em Marang disse que muitos membros de CVOs desempenham papel de traficante, com contatos em Cotabato, General Santos, Davao e até Manila. Outra criança entrevistada falou que seu *pagali* mantinha uma plantação de maconha no interior alagadiço de Maguindanao e que ele havia se envolvido com o tráfico de drogas por causa de seu *pagali*. Outro informante revelou que crianças membros das CVOs tomavam conta de postos de pedágio, em Marang, e arrecadavam quantias de cada veículo que passava.

Confrontos Armados

De acordo com suas prerrogativas de defesa própria, a CVO pode enfrentar seguidores de *pagalis* rivais, cidadãos fora da lei e tropas rebeldes, assim como membros do exército. Por exemplo, em 31 de maio de 2003, militares relataram que três membros de CVO e um Auxiliar Ativo da CAAFGU (CAA em inglês) foram mortos, enquanto que outros dois membros do CAA foram feridos numa emboscada, feita pelas guerrilhas da MILF, em South Upi, em Maguindanao. Um civil também foi morto e outro ferido durante o incidente.²²

Inicialmente, os grupos de vigilância comunitários não tinham permissão para usar armas. O Segundo e Terceiro Relatório Combinados, do governo filipino para o Conselho de Direitos Humanos, da ONU, afirmou claramente que:

*As CVOs não têm permissão para usar armas. Só os que possuem licença para armas de fogo, veteranos, membros da reserva da AFP, PNP e guardas de segurança particulares, com permissão para portar armas de fogo fora de suas residências, têm permissão para carregar armas.*²³

²¹ “Maguindanao province biggest source of shabu in Cotabato City – PNP,” *Minda News*, 8 de setembro de 2002. Disponível em: www.mindanews.com/2002/09/3rd/arn08shabu.html

²² “1 CAA, 3 CVOs killed in MILF ambush in Maguindanao”, nota à imprensa do exército filipino, 2 de junho de 2003. Disponível em: www.army.mil.ph/Press_Release/2003/June03/PressRelease191.htm

²³ Combinação do Segundo e do Terceiro Relatório do Governo da República das Filipinas (GRP em inglês) ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC em inglês), p. 557.



Entretanto, em outubro de 2001, o governo de Macapagl-Arroyo autorizou o armamento das CVOs, ou *barangay tanods*, em áreas “de alto risco de segurança”. O governo afirmou que apenas membros qualificados das CVOs teriam permissão para portar armas de fogo e que passariam por treinamento, feito pela polícia e pelos militares. Os governos locais teriam de fornecer as armas, já que, de acordo com a imprensa, “eles possuem os recursos e os homens”.²⁴

As CVOs, em todas as áreas do estudo, usavam armas de fogo, fornecidas pelos militares ou pelo *pagali*. Uma criança entrevistada disse que sua pistola era um presente do prefeito. As armas variavam de pistolas de vários calibres (0.38 a 0.45) a fuzis militares (M-79, M-14 e RPG), rifles Garrand M-1 e até granadas. Um dos informantes explicou que os membros de CVOs são muitas vezes donos das armas que usam, sacrificando com frequência a educação dos filhos para comprar rifles de 20.000 pesos (cerca de US\$ 360) cada. Enquanto insistia que todas as armas que trazia eram propriamente registradas, ele não podia garantir o mesmo para aquelas pertencentes a membros de outras CVOs. Ele acrescentou que as armas de fogo haviam sempre sido algo visível em sua área, em especial à noite, mas que eram apenas para defesa própria.

Envolvimento de Crianças e Jovens

Um ex-chefe de exército particular, logo após a Segunda Guerra Mundial, disse que a maioria dos membros naquela época tinha mais de 20 anos e que os jovens só começaram a ingressar nesses exércitos na década de 1980. Pela lei, a idade mínima para participação numa CVO é 18, mas um informante disse que a maior parte de seus membros é composta de adolescentes. Ele também observou que os membros estão cada vez mais jovens.

R: *Quase todos os meus camaradas são jovens, têm 15, 16 ou 17. Por aí.*

P: *Por que tantos jovens? Foi sempre assim? Ou isso é novo?*

R: *Quando eu entrei, em 1995, tinha poucos.*

II. PERFIS DE COAV

Entrevistas com dez crianças envolvidas na violência armada organizada foram realizadas de outubro a dezembro de 2003, em Midpandacan, Matengen e Marang. Algumas crianças pediram que as entrevistas fossem realizadas fora de suas áreas, porque não queriam que os chefes soubessem que as haviam concedido. A tabela a seguir resume as informações sobre cada entrevistado.

²⁴ *Manila Times* (20 de outubro de 2002).
www.manilatimes.net/national/2002/oct/20/top_stories/20021020.top1.html

Disponível em:

Nome	Idade	Formação	Idade de entrada	Área
Habib	21	Ensino Médio	18	Midpandancan
Danny	19	Ensino Fundamental	17	Midpandancan
Madz	20	Faculdade	15	Marang
Nasir	23	Ensino Médio	15	Marang
Rudy	25	5ªsérie Ensino Fundamental	17	Marang
Amir	21	Ensino Médio	14	Marang
Ahmad	17	5ªsérie Ensino Fundamental	14	Matengen
Donald	16	3ªsérie Ensino Fundamental	13	Matengen
Mar	22	2ªsérie Ensino Fundamental	18	Matengen
Jonathan	12	2ªsérie Ensino Fundamental	10	Matengen

Histórias Pessoais

Embora as histórias pessoais sejam únicas para cada criança, o contexto sócio-econômico, cultural e histórico de Maguindanao desempenhou um papel definidor na vida dos entrevistados. Como explicado na Parte I, o conflito armado na região, assim como outros fatores, têm impedido o crescimento econômico, arruinado negócios e oportunidades de carreira para muitos dos habitantes de Maguindanao. Apesar das formas disponíveis de sustento, como a pesca e a agropecuária, as famílias das crianças continuam a lutar pelas necessidades básicas diárias, em especial quando o tamanho médio das famílias é de aproximadamente seis membros.²⁵

Ahmad, que ingressou na CVO, em Matengen, aos 15 anos, descreve o estado da maioria das famílias de Maguindanao: “Para pagar o custo da comida, você não ganha o suficiente só com a pesca. Ainda mais com as necessidades de roupa, educação e saúde [...] quando você fica doente”. A maioria dos pais dos entrevistados trabalha com agricultura de subsistência ou pesca na economia de Maguindanao, baseada principalmente na agricultura. Entretanto, para alguns, como Ahmad, seu pai já fazia parte de uma CVO.

A pobreza, nas três áreas de estudo, também afetou o acesso das crianças à educação. De cada dez entrevistados, nove afirmaram que tinham parado de estudar para ajudar os pais na roça da família ou, simplesmente, porque não tinham mais dinheiro para pagar a mensalidade da escola. A perda dos pais também é comum, o que coloca responsabilidades enormes nos ombros das crianças. A morte dos pais de Ahmad e Nasir significou que ambos tiveram de assumir a responsabilidade

²⁵ Maguindanao Most Requested Statistics, 2002, compiladas pela Secretaria Provincial de Maguindanao, Cidade de Cotabato para a Secretaria Nacional de Estatísticas, setembro de 2003, não publicadas.



econômica pelas famílias; Nasir deixou a escola para trabalhar como membro de CVO por razões econômicas, enquanto Ahmad sentiu que ingressando numa CVO, poderia vingar a morte do pai.

Entre todos os entrevistados, o caso de Madz é único. Ao contrário das outras crianças, que são simplesmente empregadas pelos membros da CVO do *pagali*, Madz é parente próximo (sobrinho) do chefe do *pagali* em Marang. Portanto, ele desfruta de mais regalias e de um status mais alto, comparado aos outros. Por exemplo, Madz foi o único entrevistado que não mencionou ter vindo de família pobre. Ele também foi o único a completar o curso secundário e estava completando o universitário, na cidade de Davao, à época da entrevista. O tio de Madz pagou por sua educação, mas poderia também pedir que interrompesse os estudos e retornasse a CVO, se seu *pagali* precisasse de mais proteção.

Participação voluntária: por que crianças e jovens se envolvem

As crianças de Midpandacan, Matengen e Marang ingressam voluntariamente em CVOs por razões e circunstâncias semelhantes a outras crianças filipinas, que aderem a grupos armados participando dos conflitos armados declarados do país, como:

Pobreza, abandono e violência: como vários dos entrevistados são pobres e sem instrução, eles vêem o ingresso numa CVO como um movimento necessário para a sobrevivência. Mar explica isso melhor:

Quem vai me dar emprego ou me confiar um trabalho se souber da minha história? O que acontece quando eles descobrem que eu já matei pessoas? [...] Eu não quero esse trabalho, mas eu preciso viver [...] É pelos meus pais. O que vai acontecer com meus irmãos e minhas irmãs?

Aceitação da comunidade e da família: se o filho de alguém for convidado para escoltar um membro de *pagali*, é difícil recusar ou impedir que isso aconteça, em especial porque é desejável estar próximo a pessoas no poder. Para as crianças cujos pais já estão envolvidos com o *pagali*, ser um membro de CVO significa simplesmente seguir a fonte de sustento da família. Isso é evidente com Jonathan, que foi recrutado para ser membro de uma CVO pelo capitão *barangay* aos 10 anos. Quando perguntado sobre o que sua mãe achou do recrutamento, ele respondeu, “Ela não disse nada porque meu pai já era de uma CVO antes de mim”.

Estrutura de apoio social: é também provável que as crianças encontrem uma estrutura de apoio social nas CVOs. Isso é especialmente verdadeiro para aquelas que ficaram sem lugar para ir depois que amigos e colegas de escola se transferiram para coisas melhores. Como Mar coloca, “Quase todos os meus amigos de antes [...] colegas de escola [...] conseguiram trabalho em outros lugares, conseguiram continuar os estudos. Eu não tinha nada. Pelo menos, como guarda-costas, eu estava ganhando algum dinheiro”.

Status: mesmo que o trabalho para a CVO não pague muito bem, a segurança e a honra de estar associado a um grupo muito poderoso da comunidade são compensações a mais para algumas crianças. Com relação à sua participação na CVO, Mar diz:

Pode parecer nada, mas para a gente, parece uma honra estar perto também do datu. É como se a gente estivesse recostado num muro bem forte e se pode ter a certeza de que qualquer coisa que aconteça, vai ter alguém pra defender a gente, pra quem se possa correr. É a mesma dependência que eles têm da gente.

Desejo de vingança: para crianças como Ahmad, que perdeu o pai num conflito com a polícia, a vingança também serve de motivação para ingressar numa CVO. Ahmad enfatiza isso em sua declaração: “Eu quero aprender [a mexer com uma arma, artes marciais] e ser bom. Eu vou vingar a morte do meu pai. Eu tenho raiva da polícia. Eles mataram meu pai”. Embora não diretamente mencionado nas entrevistas, as crianças também podem ingressar numa CVO para vingar a morte de parentes mortos por clãs rivais. Esse desejo de vingança pode levar a uma *rido*.

Três caminhos para o envolvimento: como crianças e jovens se envolvem

Envolvimento gradual: para algumas crianças, o caminho para o envolvimento envolve uma abordagem lenta, seguindo os quatro níveis descritos na próxima seção: “acompanhando” (*pagsama-sama*), “ajudando” em pequenas tarefas e por fim empregado como membro da CVO. Mais tarde, se as crianças se conduzem satisfatoriamente, podem ser empregadas como membros das CVOs, nas quais acabam expostas às atividades ilegais do *pagali*. A história de Amir segue esse caminho para o envolvimento:

Eu era o melhor amigo do filho do capitão no primeiro ano da escola secundária [...] Às vezes, eu até dormia na casa deles. No segundo ano, o filho do capitão foi para Cotabato estudar. Eu fiquei em Marang, mas eu ainda ia muitas vezes pra casa do capitão. Às vezes, eu assistia televisão com eles. Eu também ia com o capitão toda vez que ele precisava fazer alguma coisa. Eu acho que foi aí que começou. Depois chegou no ponto em que o capitão me deixava segurar uma arma. Naquela época, eu ficava muito orgulhoso.

Participação através de parentes e laços de família: uma criança pode pular o estágio de *pagsama-sama* e assumir imediatamente os deveres de membro de CVO, substituindo um membro da família, como pai, tio ou irmão. Jonathan tomou o lugar de seu pai aos 10 anos porque ele era um dos homens em quem o prefeito mais confiava. As crianças conhecidas do *pagali* através dos pais ou de outros associados, como amigos ou vizinhos pulam o nível das “pequenas tarefas”.

Aliciamento: Embora nenhum dos entrevistados tenha se envolvido dessa forma, é possível que uma criança ingresse numa CVO por causa de dívidas com o *pagali*, como descrito na Parte I.

Envolvimento Atual: Quatro níveis de envolvimento

Pasama-sama ou acompanhando: o contato inicial das crianças com os membros do *pagali* — incluindo o conselheiro municipal, o capitão *barangay*, o prefeito ou outros membros da CVO — é geralmente pessoal. Porque há uma ênfase forte na confiabilidade e na manutenção de um código de silêncio,²⁶ a maioria dos recrutas de CVOs é formada por vizinhos, amigos da família ou por aqueles cujos pais têm a confiança dos membros, em especial dos que já trabalham para o *pagali*. O contato com essas crianças desde uma idade precoce inspira confiança no prefeito ou no capitão *barangay*, tornando mais fácil que eles sejam convidados para ingressar na CVO mais tarde.

Pequenas tarefas: funcionários podem pedir a crianças e jovens que ajudem em pequenas tarefas, muito semelhantes aos deveres de um membro regular da CVO, como escoltar políticos e suas famílias, fornecendo-lhes proteção e portando às vezes arma para fazê-lo. Danny lembra que sua primeira pequena tarefa para o conselheiro foi escoltá-lo durante inspeções a ônibus. Embora a execução de pequenas tarefas possa por fim levar à aceitação na CVO, o prefeito também permite que outros ingressem apenas até certo ponto, sem deixar que se tornem membros da CVO.

²⁶ O código de silêncio desempenha papel muito importante na dinâmica entre a ditadura do *pagali* e as CVOs com a comunidade. Esse relacionamento é discutido plenamente na Parte I.



Deveres: crianças e jovens em CVOs fornecem proteção a membros importantes do *pagali*. Além de cumprirem os deveres de escolta armada, os membros jovens de CVO podem também desempenhar tarefas domésticas no complexo muitas vezes altamente fortificado do *pagali*, como lustrar sapatos, lavar carros ou cuidar do jardim. Alguns membros também guardam a propriedade ou recolhem contribuições ilegal de veículos que passam pelos postos avançados que mantêm. Nasir dá alguns detalhes sobre esse dever em particular:

A gente também tem um posto avançado pra tomar conta [...] Lá a gente coleta vinte pesos [cerca de US\$ 0,36] de cada veículo que passa. Dez pesos [cerca de US\$ 0,18] para os triciclos. Isso acontece todo dia, é por isso que a gente tem que fazer um rodízio dos deveres toda semana.

Malalaking lakad: o nível de envolvimento mais profundo e arriscado com as CVOs é quando a criança começa a participar do que é chamado de “malalaking lakad.”²⁷ No contexto do *pagali*, isso se refere em geral às atividades ilegais do prefeito. Entrevistas com crianças revelam que essas atividades variam de seqüestros a extorsões, remoções de pessoas até assassinato, tortura e tráfico de drogas. Pode levar tempo até que uma criança ou jovem, membro de CVO, obtenha permissão para participar como ator importante no *malalaking lakad*. Ironicamente, crianças e jovens a quem já foram confiadas “armalites”²⁸ e pistolas ainda são vistas como muito novas para participar desse tipo de operação. O pai de Jonathan interferiu antes para assegurar que o filho de 12 anos não tome parte em nenhuma operação de vulto por enquanto:

Toda vez que o capitão diz que eu vou participar com eles num trabalho grande, meu pai fala com ele e pede que eu não tome parte [...] Ele disse que era ele quem devia ir porque é muito perigoso e eu sou ainda muito novo.

Ahmad está ansioso para se envolver mais nas operações. Contudo, ele ainda não tem permissão para desempenhar papéis mais importantes nas operações de seqüestro do prefeito: “Até agora, eles [outros membros da CVO] ainda não quiseram me levar [nas operações de seqüestro]. Eles dizem que eu ainda sou muito novo, que eu devo ficar na propriedade do prefeito, que eu ainda tenho muita coisa pra aprender”.

Quando as crianças estão envolvidas nesse nível, sua participação pode ficar limitada a papéis aparentemente menores, como os de olheiro, ou a vigiar vítimas em potencial de seqüestro. Entretanto, sua participação é necessária para maximizar a probabilidade de sucesso, e a criança ou o jovem se torna cúmplice de um crime.

²⁷ Literalmente, “grandes tarefas” ou tarefas importantes.

²⁸ ArmaLite, originalmente ArmaLite Division, Fairchild Engine and Airplane Corporation, é um dos fabricantes de arma mais importantes da história das armas de pequeno porte no século XX. Eles são responsáveis por muitas das armas de infantaria em atividade no mundo hoje. Os entrevistados usam o termo ‘armalite’ para se referir a seus fuzis, como os modelos M16 e M4.



O gráfico a seguir resume os diferentes tipos de atividade de crianças e jovens nas CVOs usadas como exércitos particulares nas Filipinas:

Envolvimento com armas	Envolvimento sem armas
1 - Acompanhante do líder <i>pagali</i> , serve como guarda-costas.	Atua como vigilante contra movimentos rivais e outros inimigos dos <i>pagali</i> .
2 - Vigia os arredores, exige dinheiro dos motoristas que passam.	Ajuda no comércio dos <i>pagali</i> .
3 - Mata inimigos e executa quem já havia sido avisado anteriormente.	Limpa as roupas de CVOs mais velhos.
4 - Procura por grupos armados rivais dos <i>pagali</i> .	Faz o trabalho doméstico na casa dos líderes <i>pagali</i> .
5- Lidera patrulhas noturnas e atua como vigia na madrugada para os CVOs.	Faz a manutenção das armas dos líderes <i>pagali</i> ou dos CVOs.
6 - Participa de operações em áreas rivais.	Trabalha cuidando de plantações nas terras <i>pagali</i> .
7 - Cuida das plantações de maconha em turnos de três dias.	Dirige os triciclos dos líderes <i>pagali</i> .

Tipos de relacionamentos dentro das CVOs

O relacionamento básico entre uma criança e um membro do *pagali* é semelhante ao de um chefe com o empregado. Entre os dez entrevistados, dois trabalham para um conselheiro ou *kagawad*, seis para capitães *barangay*, um para um vice-prefeito e outro para o prefeito. O prefeito é o *utak* ou o “cérebro” de todas as atividades e operações em que uma criança se envolve como membro de uma CVO. Para algumas crianças, o prefeito é a razão pela qual eles se envolveram em atividades criminais. Elas acham que, já que o prefeito não condenou suas ações, foi porque era bom o que estavam fazendo. Esse relacionamento pode ser caracterizado mais pelo medo que pelo respeito. O prefeito também financia essas atividades, incluindo as armas e outras despesas às quais se incorre durante uma operação. De acordo com Ahmad: “Durante o assalto a um ônibus, um de nós ficou ferido. Ele foi levado para um hospital em Davao [...] É claro que o prefeito pagou tudo”.

Além do papel de “cérebro” e patrocinador das atividades das CVOs, o líder é também reconhecido pela criança como árbitro ou autoridade, quando se trata de conflitos internos com outros membros. Danny reitera isso: “Se acontece algum mal entendido, a gente vai até o conselheiro na hora pra poder conversar sobre isso. É claro que a gente tem medo de cometer erro”. Quando perguntado sobre as punições para os membros de CVO que cometem erros, os entrevistados mencionaram apenas serem repreendidos ou advertidos pelos respectivos chefes. Entretanto, nota-se que, de acordo com o nível de envolvimento, a punição estabelecida também depende do erro ou do conflito criado pelo membro em particular. Como mencionado anteriormente, não seguir ordens de matar um inimigo do *pagali* pode ser punido com a morte.

Outro relacionamento possível entre um líder e uma criança é o de figura paterna. Nesse relacionamento, a criança vê o líder como alguém que toma conta dele e de sua família. Porque os



membros de CVO têm a responsabilidade de fornecer proteção para o líder do *pagali* e sua família, a criança tende a passar muito tempo na residência dos patrões. Donald tem um relacionamento tão próximo com seu líder, um capitão *barangay*, que dorme na casa dele.

Eu moro com o capitão barangay desde fevereiro de 2000. Eu não sei como isso aconteceu. Eu só costumava dormir lá às vezes, até isso ficar muito mais freqüente. Agora eles têm lá um quarto só pra mim. O capitão é muito bom pra mim. Ele me trata como se eu fosse o filho mais velho dele.

Consentimento total

Crianças e jovens entrevistados para o estudo se sentiam muitas vezes inseguros quanto aos detalhes de seu trabalho, mesmo em empreendimentos perigosos como tráfico de drogas e seqüestro. De acordo com Rudy, “A nossa tarefa é só fazer o que mandam. A gente também não sabe porque. Eles não dizem e ninguém tem coragem de perguntar”. Embora possam ter uma vaga idéia de que atividade ilegal se trata, seus relatos estão repletos de incertezas. Um exemplo é visto nos saques a casas de civis, comuns em épocas de conflito, quando a comunidade é forçada a fugir para lugares mais seguros. Nasir diz:

Até a gente das CVOs já notou que os conflitos tendem a acontecer durante o tempo da colheita [quando as CVOs podem roubar milhares de sacos de arroz]. Ele [o prefeito] é quem ordena a operação durante a colheita. A gente não entraria numa comunidade sem ordem do prefeito. Eles têm muitas razões pras nossas operações que a gente não entende, porque também ninguém pergunta realmente.

Discrepância nas compensações

Nem a estrutura legal nem o *pagali* estabelecem pagamentos definidos para crianças e jovens em CVOs. A compensação monetária parece depender da posição ou do posto (e, conseqüentemente, do salário e dos benefícios) ocupado pelo chefe imediato. No topo da pirâmide, Ahmad recebia um salário mensal de 3.000 pesos (ou cerca de US\$ 54), além de arroz, roupas e outros benefícios para sua família. Habib e Danny não têm salário fixo, embora recebam ocasionalmente um “bônus” de cerca de 100 pesos (menos de US\$ 2) por seu trabalho. Mar disse que “às vezes” recebe 1.000 pesos (ou cerca de US\$ 18) e pode também receber mais dinheiro do prefeito durante operações importantes, como seqüestros. Entretanto, as crianças membros das CVOs tendem a ganhar menos que os adultos. Rudy afirma que seu comandante fica com a maior parte e ele com muito pouco. Contudo, o pagamento por uma função menor numa grande operação é superior ao salário comum de uma criança. Ahmad descreve como é pago para agir como olheiro numa operação de seqüestro:

É claro que a família [da vítima do seqüestro] vai pagar. Às vezes, são milhões, às vezes só umas centenas de milhares. O dinheiro vai para todos nós. Todo mundo ganha uma parte. É claro que o prefeito fica com a maior parte. Eu não sei sobre os outros, mas eu lembro que o prefeito me deu 5.000 pesos [aproximadamente US\$ 90].



Armas e violência armada

As crianças aprendem a usar armas em idade bastante precoce, e a violência, mesmo fora dos conflitos com exércitos rebeldes, é excessiva. Numa sociedade instável e pobre, afligida por conflitos armados, guerras de clã e militarização, os jovens membros de CVOs encontram segurança e estabilidade nas armas que carregam. Por exemplo, quando perguntado sobre o medo de ser ferido ou morto como membro de uma CVO, Habib comentou, “A gente não tem mais medo [dos maus elementos] porque essa é a razão da gente ter arma”.

Dos dez membros de CVO que fizeram parte deste estudo, quatro estavam armados durante a entrevista. O pesquisador de campo da equipe observou que suas armas eram pistolas calibre .38 e .45. Os quatro foram entrevistados no interior de suas áreas de trabalho, o que poderia ser a razão de estarem tão confiantes a ponto de trazer as armas. As outras seis entrevistas foram realizadas fora das áreas de trabalho. Embora esses não tenham trazido armas de fogo, a maioria portava facas para se defender. Eles também indicaram que usavam e portavam armas de fogo quando estavam “de serviço” em suas respectivas áreas. Entretanto, nenhuma das crianças e dos jovens entrevistados indicou ter recebido qualquer forma de treinamento formal com arma de fogo como membros de CVO. Para muitos, isso era simplesmente um vago sistema que envolvia praticar por si e algumas instruções informais dadas por membros mais velhos de CVOs. Algumas das crianças, como Ahmad, tinham sido expostas àquelas armas antes de ingressar numa CVO:

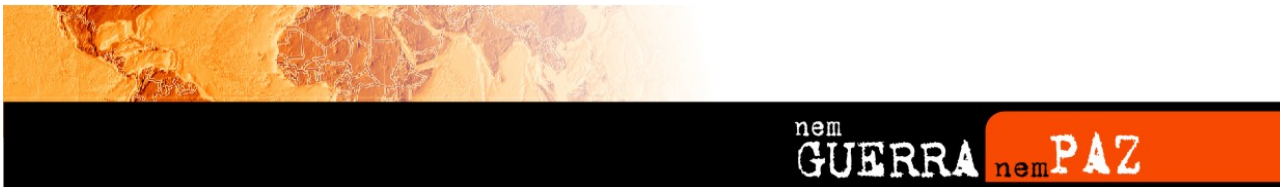
Eu entrei pra CVO quando tinha 15 para fazer o trabalho do meu pai. Mas [...] eu já sabia como mexer numa arma. Acho que eu tinha 10 quando experimentei uma pela primeira vez. Era a arma do meu pai [...] uma armalite ou uma garrand.²⁹

Experiência

Uma característica que diferencia as crianças e os jovens, das CVOs usadas como exércitos particulares, das crianças envolvidas no conflito armado contínuo das Filipinas é que as primeiras podem não tomar parte em trocas de tiro com grupos rivais. Na verdade, apenas um dos membros de CVO informou que havia estado envolvido nesse tipo de conflito (embora outros soubessem desses confrontos entre CVOs e policiais). Pelo contrário, embora as CVOs apoiem os militares e a polícia, as crianças usam na realidade suas pistolas e armas muito mais para proteger os interesses econômicos e políticos da ditadura do *pagali*, ou de qualquer outro clã poderoso, ou no envolvimento com as atividades criminosas conduzidas pelos *pagalis*. Portanto, a experiência com a violência está colocada num contexto muito diferente e ocorre de maneira consideravelmente mais encoberta.

Em Matengen, as armas são também usadas para operações de seqüestro e assaltos ocasionais a ônibus. Elas são particularmente importantes, em especial nos conflitos com a polícia. Em Marang, membros de CVO recebem ordens para disparar suas armas, a fim de criar o caos na comunidade. Quando os moradores entram em pânico e partem para lugares mais seguros, as CVOs saqueiam casas, fazendas, estoques e pertences. Rudy descreve isso em detalhes:

²⁹ O triciclo é um meio de transporte comum nas Filipinas. É uma motocicleta acoplada a um pequeno carro lateral. Um veículo pra todos os fins, o triciclo é capaz de transportar mais de cinco pessoas.



Alguns de nós pegam tudo que se pode usar. Tem muita coisa, arroz, animais, coisas que os civis deixam pra trás nas casas. Às vezes, só precisa atirar uns minutos. Quando os moradores já estão longe, todo mundo começa a roubar pra si.

Ahmad ainda não usou sua arma, embora tenha participado de uma operação de seqüestro como olheiro. Outros entrevistados estavam mais decididos a admitir que suas armas eram usadas para matar, embora aleguem que isso é apenas para pessoas “cabeça dura” e que criam problemas na comunidade, como assaltantes e ladrões de gado. Habib explica, “Não tem nenhuma prova de que eu já matei alguém, mas é isso que a gente faz quando tem pessoas que não ouvem”. O outro extremo é o caso de Rudy e Nasir, que presenciaram a tortura e o assassinato terríveis de três adolescentes, suspeitos de envolvimento na morte de um membro de um poderoso *pagali*, em Marang. Rudy narra:

Eles mandaram a gente pôr sal nas feridas dele [...] Cortaram pedaços do corpo dele com uma serra elétrica, enquanto ele ainda tava vivo. Ele ficava gritando de dor, mas [...] insistia que não sabia de nada. Aquilo me deu muito sofrimento ver. Quando a gente jogou o corpo deles na água, eu pedi a Deus que me perdoasse...

A possibilidade e a realidade da morte

Fazendo parte de um grupo com muitos inimigos, crianças e jovens envolvidos com CVOs vivem suas vidas conscientes de que podem facilmente ser mortos nessa linha de trabalho. Nenhum dos entrevistados expressou abertamente medo de ser ferido ou morto durante o serviço. Entretanto, alguns, como Ahmed, admitem que poderiam muito bem ser a próxima vítima:

Acho que vou acabar do mesmo jeito que o meu pai [morto num confronto] porque nesse tipo de trabalho, essas coisas acontecem. É por isso que eu estou economizando para a educação dos meus irmãos e minhas irmãs.

Infelizmente, nem sempre há tempo disponível para esses sonhos se realizarem. Antes mesmo de este capítulo estar finalizado para apresentação, Rudy, um dos entrevistados neste estudo, foi morto num confronto entre a MILF e forças do governo, em 16 de dezembro de 2003. Apesar dos grupos envolvidos, fala-se que a morte de Rudy está ligada a um conflito de família. De acordo com o pesquisador de campo da equipe, um comandante da MILF, e membro de um *pagali* local, foi baleado na frente do mercado da vila, um dia antes do confronto. O principal suspeito de ter atirado era um líder de CVO e um dos homens mais prestigiados do *pagali*. Como era de se esperar, o que se seguiu foi a retaliação imediata de uma família contra a outra. Devido às relações influentes de ambas, o que ocorreu foi uma grande troca de tiros entre a MILF e tropas do governo, compostas de CVOs, soldados e CAFGUs.³⁰ Rudy foi baleado nas costas, por volta de cinco horas da tarde, e morreu antes de chegar ao hospital. Não houve notícias do incidente na mídia. O pesquisador de campo da equipe conseguiu ir ao funeral e falar com sua mãe, de 60 anos, que estava aflita e muito triste pela morte do filho. Ela disse que Rudy tinha muitos planos para a família, que eram a razão de ele não abandonar a CVO. O *pagali* deu à família um saco de arroz e 1.000 pesos

³⁰ Rifle Garrand M-1.



(cerca de US\$ 18) para as despesas com o funeral. Rudy tinha apenas 25 anos à época de sua morte.

Embora crianças e jovens sejam obrigados a tirar a vida de outros, sua existência se torna descartável da mesma forma se eles se recusam a cumprir as ordens. Amir explica, “Depende das ordens deles. Se eles [os rivais] têm de ser mortos, você tem que matar porque vai sofrer se não fizer. É a tua vida no lugar da deles. Eles [o *pagali*] podem mandar matar você por outra CVO”.

Sentimentos e medos

Membros de CVO, crianças e jovens, que não se envolveram demais em nível de *malalaking lakad* ou nas atividades ilegais do *pagali* ainda se vêem como pessoas que estão fazendo uma coisa “boa” para a comunidade. A fim de racionalizar a questão do uso de armas para matar, eles alegaram que as pessoas mortas eram más e mereciam isso. Habib, por exemplo, sente orgulho de sua contribuição para a vigilância da área: “A polícia da nossa vila está sempre dormindo. À noite, não fica nenhum de guarda. É a gente que faz a guarda. A gente dá uma volta pra ter certeza de que está tudo em paz”.

Em contraste, crianças e jovens, membros de CVO, que já viram bastante as atividades ilegais do *pagali* estão conscientes que eles também desempenham um papel nesse grande abuso de poder. Sabendo que seus deveres giram em torno de seguir ordens apenas, eles continuam com suas ações — mesmo que tenham consciência de estarem erradas — porque temem o que pode acontecer ao se recusarem. Mar admite esse triste fato:

Apesar de ser triste admitir isso, nós somos os maus elementos da nossa vila [...] Mas se você pensa nisso, o prefeito é o pior de todos porque ele tolera todas essas atividades más, e ele é o cérebro por trás delas também [...] Mas no fim, não tem nada que a gente possa fazer. Foi esse o trabalho que a gente escolheu, então a gente tem que fazer tudo que eles querem que a gente faça.

Os efeitos psicológicos da participação em atos de violência e em mortes se tornaram aparente em alguns deles durante a entrevista. Quando perguntado sobre ter presenciado a morte de três adolescentes por outros membros de CVO, Nasir disse, “Eu não consegui dormir ou comer durante dias. Eu ainda podia ver o que eles fizeram pros três [adolescentes]”. Mas Amir aceita de certa forma aquilo que ele se tornou:

Eu tenho um amigo [o filho do capitão] que tem uma profissão. Já eu, eu sou um assassino agora. Essa não é a vida que eu tinha sonhado pra mim. Eu não pensei que fosse acabar assim. Acho que eu era muito jovem então. Acho que eu tinha só 14 quando entrei pra CVO. Eu não pensei no que ia acontecer no futuro porque eu precisava de dinheiro [...] É que eu não podia nem comprar as coisas que não custavam muito. A gente é muito pobre. Agora, eu aceito isso porque é só isso o que tem pra mim.

Perspectivas Futuras

Embora aparentemente prisioneiras dessa situação, as crianças neste estudo revelaram que também têm planos para o futuro — se não para elas, para suas famílias e irmãos menores. Membros de CVO têm de pedir permissão ao líder se quiserem deixar o grupo. Isso não parece ser concedido muito facilmente, já que o jovem pode ter estado envolvido com algumas das atividades ilegais do *pagali*. Uma entrevista com Habib ilustra esse ponto:

Q: E se você quiser sair da CVO? Ficaria tudo bem com o conselheiro?

R: A gente não sabe se ele ia concordar ou não.

P: O que aconteceu com outros membros de CVO que já saíram? Como é que eles fizeram isso?

R: A gente não sabe.

Todos os entrevistados tinham esperanças com relação à possibilidade de vida fora da CVO. Habib e Danny ainda acham que poderiam encontrar outro tipo de trabalho que não fosse o de guarda-costas do conselheiro. Ironicamente, isso se deve em parte ao fato de que ambos recebem a mais baixa compensação entre os entrevistados (100 pesos ou cerca de US\$ 1,80, de vez em quando um bônus). Habib declara: “Eu tenho muitos sonhos na minha vida. O problema é... Eu não sei... Se ser um [membro de] CVO é tudo com que eu posso contar; não é o suficiente pra você viver”. Mas quando se pediu que nomeasse algumas das opções que tinha em mente, as respostas se limitaram a descrições vagas, como “vida boa” e “um trabalho que fosse bom pra mim”. No caso de Madz, o único entre os membros de CVO entrevistados que também fazia parte de um *pagali*, outras oportunidades estão mais disponíveis. Na verdade, seu trabalho como membro de CVO era algo temporário. Quando os pesquisadores o contataram para mais algumas perguntas, ele não era mais membro de CVO e só queria completar seu curso de engenharia elétrica em Davao.

Os entrevistados sonhavam com uma vida melhor para seus irmãos mais novos. Ter dinheiro para mandar o restante dos irmãos para a escola era visto como um dos benefícios principais de seu trabalho. De acordo com Mar, “Eu aceito qualquer coisa que aconteça comigo, desde que meus irmãos e minhas irmãs não fiquem envolvidos”. Por detrás da imagem de uma criança com uma arma está a de um trabalhador esforçado, que valoriza a educação que não conseguiu obter. Ahmad faz uma recomendação que foi repetida em muitas das entrevistas: “Eu espero que eles todos [seus irmãos] estudem muito, se eles tiverem a oportunidade de aprender. É duro não ter educação. Esse é o único tipo de emprego que você consegue”.

III. SOLUÇÕES PARA COAV

O envolvimento de crianças e jovens em CVOs apresenta um paradoxo sério para simpatizantes e legisladores. Embora a organização das CVOs possua um mandato legal, elas são usadas por políticos locais em certas partes do país como exércitos particulares, cuja existência está explicitamente proibida na Constituição filipina de 1987. As ordenações para CVOs especificam que a idade mínima para participação é de 18 anos, mas crianças de 12 têm reconhecidamente ingressado. Os envolvidos negam tanto o uso das CVOs como exércitos privados quanto o envolvimento de crianças nesses grupos. Essa situação torna essas crianças invisíveis e difíceis de se alcançar. Crianças e jovens de CVOs são às vezes referidas como crianças soldado, um indicador de que o uso delas como soldados não está limitado a grupos armados de oposição. Entretanto, se presas pelas autoridades, elas podem ser tratadas como jovens infratores em conflito com a lei. O envolvimento de crianças e jovens, em CVOs usadas como exércitos particulares, é também visto como uma consequência devastadora da proliferação de armas de pequeno porte, do problema das rebeliões no país, que já dura uma década, da prática da *rido* como forma de resolver disputas e da cultura que equipara a posse de uma arma à herança religiosa e cultural. Uma discussão das soluções para prevenção e reintegração de COAV nas Filipinas deveria, então, tratar



de políticas, programas e intervenções dirigidas a soldados, justiça juvenil e proliferação de armas de pequeno porte.

Estrutura das Políticas Nacionais

Crianças soldado: o Decreto Republicano 7610, de 1991, Proteção Especial de Crianças Contra Abuso, Exploração e Discriminação, declara as crianças “zonas de paz” e recomenda que sejam protegidas.³¹ De acordo com esse decreto, as crianças não deveriam ser objeto de ataques ou recrutadas por qualquer grupo armado, nem ter permissão para tomar parte em lutas ou ser usadas como mensageiras, guias ou espiãs. O Decreto 7610 estabelece regras e regulamentos que asseguram cuidados e tratamento humano para crianças tomadas sob custódia por forças do governo em áreas de conflito armado. As Linhas Gerais do Programa Abrangente Para Crianças Envolvidas em Conflitos Armados têm três componentes: prevenção; defesa e mobilização; e resgate, recuperação e reintegração. Um Memorando do Acordo Sobre Manejo e Tratamento de Crianças Envolvidas em Conflito Armado (MOA em inglês), feito entre agências, foi assinado por militares, polícia e agências governamentais relevantes, em 21 de março de 2000.³² O MOA estipula procedimentos a partir do momento do resgate ou da rendição da criança até sua colocação sob a proteção do Departamento do Bem Estar e Desenvolvimento Social ou da unidade de governo local. Apesar de lacunas na implementação, esses procedimentos e processos indicam como lidar com casos individuais de reintegração de uma criança soldado que abandonou um grupo armado de oposição. A mensagem subjacente desses processos é que as crianças deveriam ser vistas como vítimas em vez de infratoras, independente de serem membros de grupos armados organizados. Mas não fica claro se as crianças de CVOs estão cobertas por essas políticas, mesmo que tenham participado de grupos armados de oposição juntamente com forças armadas do governo. Os processos acima poderiam se aplicar a crianças e jovens na violência armada organizada, nas Filipinas e em todos os lugares.

Crianças no sistema de justiça juvenil

Há regras especiais para o manejo de crianças em conflito com a lei, como previsto no Decreto Presidencial 603 ou no Código de Bem Estar de Crianças e Jovens e, mais recentemente, no Decreto Republicano 8369 ou no Decreto dos Tribunais de Família. Em 2002, a Corte Suprema das Filipinas aprovou normas para tribunais, a saber, a Norma Para Interrogatório de Testemunhas Infantis e a Norma Para Jovens em Conflito com a Lei. O Artigo 191, do Código de Bem Estar de Crianças e Jovens, determina que uma criança “a partir do momento de sua detenção seja confiada aos cuidados do Departamento do Bem Estar Social”. A Seção 11 das Normas e Regulamentos Sobre Apreensão, Investigação, Instauração de Processo e Reabilitação de Jovens Infratores (1995) prevê que “o jovem, a partir do momento de sua detenção, seja confiado aos cuidados do Departamento, ou do centro de reabilitação local, ou da uma casa de detenção diferente e separada da cadeia”. A Norma Para Interrogatório de Testemunhas Infantis visa criar e manter um ambiente judicial e um interrogatório sensível à criança. A Norma Para Jovens em Conflito com a Lei demanda o encaminhamento para o Tribunal de Família dos casos em que a pena máxima imposta é a detenção por não mais de seis meses.

³¹ As Unidades Geográficas das Forças Armadas do Cidadão (CAFGUs em inglês) são unidades armadas civis, treinadas para ajudar as tropas do governo a manter a lei e a ordem em várias localidades das Filipinas. Elas recebem treinamento militar e compensação financeira das forças armadas filipinas.

³² Ver Artigo X, Crianças em Situações de Conflito Armado. É interessante observar que o DR 7610 não usa o termo “crianças soldado”.



A responsabilidade criminal de infratores menores, ou jovens em conflito com a lei (CICL em inglês), é determinada da seguinte forma: abaixo dos nove anos de idade, o infrator está isento de qualquer responsabilidade criminal; dos nove até os 15, o infrator está isento de responsabilidade criminal, a menos que o menor tenha agido “com discernimento” ou que esteja determinado a ter conhecimento do que é certo e errado; e dos 15 até os 18, o infrator pode ser considerado criminalmente imputável, mas recebe uma pena menor. Entretanto, a maioria dos juízes não observa essas distinções. Os direitos da criança podem ser seriamente violados quando ela é, muitas vezes, tratada pelos tribunais como um infrator adulto e encarcerada juntamente com adultos. Além disso, o *pagali* evade com frequência o sistema de justiça, e poucas crianças que servem às CVOs serão julgadas pelos tribunais juvenis, já que os crimes cometidos por adeptos do *pagali* são em geral resolvidos dentro do *pagali*.

Regulamentos sobre armas de fogo

A Divisão de Armas de Fogo e Explosivos da Polícia Nacional Filipina é a agência responsável por administrar, aplicar e implementar as normas e regulamentos relacionados a armas de fogo e explosivos. O presidente incluiu o contrabando ou tráfico de armas como questão prioritária na criação do Centro Filipino de Crimes Transnacionais (PCTC em inglês), de acordo com a Ordem Executiva 62, de 15 de janeiro de 1999.³³ Apesar dos esforços do governo para refrear o tráfico de armas de fogo, a proliferação de armas ilícitas persiste por causa dos seguintes fatores: grandes lucros; conivência entre os sindicatos que controlam as armas, encorajados por agentes da lei corruptos; envolvimento persistente de pessoas influentes tentando aumentar sua proteção, em especial onde atividades ilegais estão envolvidas; e o desejo filipino por armas.³⁴ É interessante observar que normas e regulamentos para o controle de armas são difíceis de implementar, particularmente em Mindanao, visto a grande importância e prioridade que os indivíduos dão à posse de armas de fogo.³⁵

Práticas Promissoras: Abordagens Importantes Para se Lidar com COAV

Antes da formação da Coalizão Filipina Para Pôr Fim ao Uso de Crianças Soldado, em 2001, o problema das crianças soldado não havia sido publicamente discutido por instituições governamentais e organizações não governamentais. A Coalizão Filipina foi formada em decorrência de uma oficina nacional de consulta, realizada por quatro organizações,³⁶ para consolidar conhecimentos, opiniões, atitudes e sentimentos sobre a questão das crianças soldado. A Coalizão Filipina é agora composta por cerca de 50 organizações e indivíduos que trabalham para a proteger as crianças dos perigos da guerra e contra seu envolvimento em hostilidades.³⁷ Desde sua

³³ As agências governamentais são: Departamento da Defesa Nacional, Departamento do Interior e Governo Local, Departamento do Bem-Estar Social e do Desenvolvimento, Departamento da Saúde, Comissão de Direitos Humanos, Secretaria do Conselheiro Presidencial Para o Processo de Paz e a Comissão Nacional de Unificação e Desenvolvimento.

³⁴ O Decreto Presidencial 1866, retificado pelo Ato Republicano 8294 pune “a fabricação, aquisição, disposição ou posse ilegal de armas de fogo, de componentes de armas de fogo ou munição e o maquinário, ferramentas ou instrumentos usados ou planejados para serem usados na fabricação de qualquer arma de fogo ou munição.” As violações serão punidas com prisão e/ou multa.

³⁵ Centro Filipino Para Crimes Transnacionais, “Trafficking in Firearms,” p. 59. Disponível em: www.pctc.gov.ph

³⁶ Makinano and Lubang (2001), “Disarmament, Demobilization and Reintegration: The Mindanao Experience,” preparado para o Programa Internacional de Pesquisa em Segurança, Departamento de Assuntos Estrangeiros e Comércio Internacional.

³⁷ Programa UP CIDS de Direitos Psicológicos e Humanos (UP CIDS PST em inglês), Rede de Ação de Direitos Humanos



formação, o Protocolo Opcional da Convenção Para os Direitos da Criança e Para o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, das Nações Unidas, foi ratificado pelo governo filipino, em 3 de abril de 2003.

No mesmo tom, a Coalizão Para Pôr Fim à Detenção de Crianças, através da Justiça Restaurativa, trabalha para acabar com a prática disseminada de prender crianças juntamente com adultos. Ela busca “comunicar a todos que a prisão de crianças juntamente com adultos, feita pelo estado, em escala nacional, de maneira sistemática, organizada e disseminada”³⁸ é um crime contra a humanidade que viola padrões da ONU e das políticas nacionais. Em dezembro de 2001, a Coalizão lançou uma campanha para impedir que as autoridades responsáveis prendessem crianças com adultos. Ela instiga seus membros a: publicar as próprias declarações condenando a prática de se prender crianças com adultos; documentar casos de prática de prisão de crianças com adultos em suas respectivas áreas; enviar por e-mail ou fax as declarações e a documentação para setores da mídia e organizações internacionais; e escrever cartas para o Gabinete da Presidência, as Secretarias de Governo, do Interior e Local e para oficiais da polícia. A Coalizão é composta por 25 organizações e por indivíduos interessados de toda a nação, comprometidos com a criação de alternativas para a detenção de crianças em conflito com a lei.

A Rede de Ação Filipina Contra Armas de Pequeno Porte (PHILANSA em inglês) é uma organização de indivíduos interessados que representam 14 grupos da sociedade civil, em todo o país, e que estão trabalhando para reduzir o impacto negativo de armas de pequeno porte e de armas leves. A PHILANSA foi concebida de acordo com recomendação feita na Conferência Regional Sobre Armas de Pequeno Porte, em julho de 2002, assistida por delegados de 22 países. Embora a proliferação de armas de pequeno porte seja um problema mundial, com o qual se deve lidar em nível global, podem também ser encontradas soluções em nível comunitário. Em abril de 2003, a PHILANSA embarcou numa campanha multimídia de conscientização pública, por 18 meses, para fornecer às comunidades informações sobre a questão das armas de pequeno porte e para ajudá-las a encontrar soluções em potencial. A campanha espera desafiar funcionários de governo local e estudantes a criar soluções para o perigo representado pela proliferação das armas de pequeno porte em suas comunidades.

Estudo de caso de boas práticas 1: Programa de Mudança Baseado na Comunidade para CICL

Ao se conduzir programas de prevenção e proteção, grande ênfase deve ser dada para facilitar o envolvimento das comunidades. A abordagem baseada na comunidade é exemplificada pelo Programa de Mudança Baseado na Comunidade Para Crianças em Conflito com a Lei, um programa piloto da Associação de Voluntários Para Reabilitação Econômica, Educacional e Legal Grátis, Inc. (FREELAVA, INC), uma organização que trabalha com crianças em conflito com a lei (CICL), na cidade de Cebu, em nível de barangay.

O programa treina e organiza um grupo de voluntários da comunidade, a fim de fornecer apoio a CICL. As CICL são então treinadas para servir como facilitadores em suas comunidades.

Para os Jovens, da Anistia Internacional – Seção Filipinas (HRYAN em inglês), Centro Filipino de Informações Sobre Direitos Humanos (PhilRights em inglês) e Aliança Kabiba Para Assuntos Infantis. O Centro de Reabilitação Integrada Balay Para o Desenvolvimento Humano Total, substituído pela Aliança Kabiba no Comitê de Direção em 2002.

³⁸ Declaração da missão da Coalizão Filipina Para Impedir o Uso de Crianças como Soldados, formulada durante a primeira oficina de consulta nacional, realizada em março de 2001.



O projeto estimula e apóia a participação dos pais das CICL, do governo, de funcionários da escola e de trabalhadores sociais nos comitês em nível de *barangay*, que recebem a tarefa de implementar os programas de mudança em suas comunidades. Para tratar da recuperação e reintegração de CICL, o projeto fornece intervenções psicossociais, como aconselhamento, e instituiu um esquema de monitoramento para acompanhar casos individuais, conduzindo atividades de prevenção ao crime nas comunidades. Através da participação de voluntários da comunidade, o programa (a) impede as crianças de estarem em conflito com a lei, (b) impede crianças que cometeram pequenos delitos de entrar no sistema formal de justiça, e (c) facilita a reintegração de CICL na comunidade. A FREELAVA afirma que a abordagem baseada na comunidade para a questão de CICL é uma alternativa eficiente para os cuidados domiciliares.³⁹

Reintegrar-se à sociedade depois de viver num grupo armado ou numa cadeia pode ser uma experiência angustiante para crianças e jovens. “Nós ajudamos as crianças a superar os estigmas que as empurram muitas vezes de volta à cadeia”, diz Antonio Auditor, diretor executivo da FREELAVA, a ONG que conduz o projeto.⁴⁰ O Balay Pasilungan é um centro de transição para crianças que saíram da prisão e serve como ambiente familiar alternativo. Desde que foi fundado, em 1997, ele já se tornou um lar temporário para quase 1.000 CICL, preparando-as para retornar a suas famílias e comunidades. A maioria de seus residentes tem entre 13 e 15 anos de idade e sentenças que estão na maior parte sob suspensão.

Estudo de caso de boas práticas 2: Zona de Paz Maladeg

Em situações de luta intensa e contínua, uma reação muito freqüente é mais violência: uma solução militar para pôr fim ao combate. Os moradores de Maladeg demonstraram que há outras alternativas e que a violência, como modo de vida, pode ter um basta com o apoio da comunidade. A Zona de Paz de Maladeg é única porque foi planejada pela própria comunidade. A assinatura do acordo trouxe paz para esse *barangay*, que havia sido devastado por uma rixa de família (*rido*) de duas décadas entre importantes famílias cristãs e muçulmanas, e que se intensificou num conflito cristão-muçulmano. As famílias em guerra assinaram um Acordo de Paz e Desenvolvimento para iniciar um processo de reconciliação. Os signatários do acordo da zona de paz são líderes de clãs que costumavam ser inimigos mortais, mas que hoje se comprometeram a proteger um ao outro. Outros signatários incluem líderes da MILF e da MNLF, o chefe de polícia e um coronel do exército filipino. Um conselho de idosos cuida para que as leis sejam implementadas e comunicadas a todas as famílias na zona de paz. Se a família ou o clã não conseguir implementar as regras, os signatários do acordo — *datus* e outros líderes — assumem o controle.

Os antecedentes do comitê em mediações bem sucedidas de conflitos é espetacularmente alto. Ao contrário da maioria dos mediadores maranaos, eles não cobram uma taxa de 30% sobre a quantia do acordo. Eles construíram uma reputação de lisura, independente de sua posição social. Eles têm a cooperação dos moradores para manter a zona de paz, já que todos estão agora vivendo em paz.⁴¹

³⁹ Correspondência com Perfecto G. Caparas, 21 de dezembro de 2003.

⁴⁰ Baseado num trabalho preparado por Antonio Auditor, Diretor Executivo da FREELAVA, sem data.

⁴¹ “Balay Pasilungan Community Force,” *Sun Star Cebu*, 16 de setembro de 2003.



Recomendações

O desafio da prevenção e proteção de crianças envolvidas em CVOs usadas como exércitos particulares requer uma abordagem multifacetada e estratégica. Vários casos, tirados da experiência nas Filipinas, têm apontado as seguintes recomendações para lidar com a questão das crianças na violência armada organizada:

- Os regulamentos das CVOs deveriam ser estritamente aplicados, incluindo os para idade mínima (18) e número máximo de CVOs por *barangay*, entre outros.
- As CVOs deveriam limitar as operações à área de sua jurisdição — em nível de *barangay*. Assim, não deveria haver CVOs para o prefeito, que tem jurisdição sobre o município.
- Os membros de CVOs deveriam receber os benefícios normais, como seguro saúde e previdência social. Embora o envolvimento com a CVO seja voluntário por natureza, recomenda-se que um estipêndio mensal seja conferido, a fim de desestimular o envolvimento dos voluntários em atividades criminais.
- Os membros de CVO e seus oficiais superiores deveriam passar por sessões regulares de treinamento, incluindo questões como direitos humanos, policiamento comunitário, avaliação de papéis e responsabilidades, manejo de desastres, resolução de conflitos e um orçamento do governo deveria ser alocado para esse propósito.
- Somente a polícia deveria ser uma presença uniformizada e armada na comunidade — e não as CVOs, o que enfatizaria uma identidade civil.
- Existe a necessidade de aumentar a conscientização sobre o envolvimento de crianças e jovens, em CVOs usadas como exércitos particulares, e as informações sobre violação das leis filipinas e das normas internacionais que protegem os direitos da criança.
- Fornecer alternativas ao ingresso em grupos armados organizados deveria ser uma prioridade. Os exemplos incluem programas de sustento para famílias e jovens; oferta de educação formal e não formal para crianças e jovens; oferta de alternativas educacionais para crianças e jovens, como esportes, recreação, clubes etc.; e intervenções a favor de leis e políticas de proteção à criança em nível local e nacional.
- Programas de recuperação e reintegração social para crianças e jovens que decidem abandonar grupos armados organizados deveriam ser estabelecidos, enfocando a reabilitação em vez da punição.
- Existe a necessidade de aumentar a conscientização do público, em especial nas comunidades onde as CVOs são usadas como exércitos particulares, sobre o impacto negativo do envolvimento de crianças e jovens com grupos armados.
- Existe a necessidade de disseminar a informação de que o envolvimento de crianças e jovens com CVOs usadas como (*pagsama-sama*) exércitos particulares por políticos locais viola as leis filipinas e as normas internacionais que protegem os direitos da criança.

TERUGSKIET (REBATENDO FOGO): CRESCENDO NAS ESQUINAS DE MANENBERG, ÁFRICA DO SUL

Ted Legget, Instituto de Estudos Sobre Segurança

Este capítulo enfoca as gangues de criminosos de rua, em Cape Flat (Cidade do Cabo), que têm sido uma característica das comunidades mestiças por mais de cinquenta anos e que estão alinhadas com gangues de prisioneiros, conhecidas como “números”. A Parte Um fornece um resumo contextualizado desses grupos. A Parte Dois lança um olhar mais atento sobre a face humana desse fenômeno, traçando perfis dos indivíduos envolvidos. A Parte Três examina possíveis soluções para o problema, fazendo uma avaliação de programas e políticas sociais relevantes. A versão completa do relatório resumido neste capítulo pode ser encontrada em www.coav.org.br

Introdução

A população escolhida para este estudo foi a população “mestiça”⁴² de Cape Flats, fora da Cidade do Cabo, na África do Sul. Essa população mestiça sofre os índices mais altos de homicídio no país, de 106 por 100.000 habitantes, em 2003.⁴³ Na verdade, mais da metade de todas as mortes entre homens mestiços na faixa etária entre 16 e 30 é causada por assassinato.⁴⁴ Western Cape, onde a Cidade do Cabo está localizada, também possui os mais altos índices de crimes e homicídios no país, e as áreas de policiamento que abrangem a Cidade do Cabo têm os índices mais altos na província.⁴⁵

As áreas mestiças de Western Cape também são únicas no país com relação à predominância de gangues de rua. Enquanto outras comunidades étnicas da África do Sul possuem o que se refere como “gangues”, essas tendem a ser associações de curto prazo entre indivíduos criminosos, em vez de instituições.⁴⁶ Normalmente, qualquer grupo de jovens delinquentes poderia ser chamado de “gangue”, mas esses agrupamentos não têm necessariamente uma vida

⁴² Não há nem nunca houve uma definição clara do grupo populacional referido como “mestiço”. Desde o século XIX pelo menos, tem havido o reconhecimento de um grupo étnico de fala não banto, localizado basicamente no Cabo, mas o termo “mestiço” foi usado durante esse tempo para descrever qualquer pessoa que não fosse colono. As pessoas mestiças são muitas vezes referidas como sendo de “raça misturada”, em oposição às linhagens “puras” de africanos, asiáticos e europeus. No tempo do apartheid, elas ocupavam um lugar na hierarquia abaixo de brancos e indianos, mas acima dos negros. O “privilegio” de ser mestiço contribuiu muito para consolidar um sentimento de identitário independente, mas muitos se queixam de que esse status intermediário significa que eles não eram “suficientemente brancos” para o regime passado e não são “suficientemente negros” para o atual.

⁴³ Número de assassinatos projetados para 2003, por 100.000 habitantes, por grupos populacionais in JDS Thomson, (2004), “A murderous legacy: Coloured homicide trends in South Africa”, SA Crime Quarterly 7, pp 9-14.

⁴⁴ Porcentagem de todas as mortes de mestiços, causadas por homicídio, na faixa etária 16-30, por gênero (Thomson: 2004).

⁴⁵ Índices de criminalidade para 2002/3, por província, Centro de Análise e Informação Sobre Crimes, da polícia sul-africana; e índices de assassinato por 100.000 habitantes – África do Sul e Província do Oeste, Serviço da Polícia Sul-Africana.

⁴⁶ Há informações de que isso está mudando, particularmente nas áreas negras fronteiriças aos guetos mestiços.



independente da personalidade de seus membros. Em outras palavras, se os indivíduos envolvidos na “ganguê” fossem presos ou mortos, ela cessaria de existir. Isso não é verdade em Cape Flats, onde as gangues de mestiços possuem uma longa história e se tornaram parte constituinte da vida cotidiana. Diante desses fatos, ficou decidido enfocar-se essa área para o estudo.

Metodologia

Um levantamento entre as famílias de 1.300 vítimas foi conduzido em agosto de 2003, em Manenberg, uma das áreas mais famosas de gangue em Cape Flats.⁴⁷ Como prosseguimento desse levantamento, quatro grupos de foco — dois jovens (entre 16 e 18 anos) e dois mais velhos (entre 40 e 59 anos) — foram conduzidos com membros da comunidade no começo de outubro de 2003. Além disso, um questionário de duas páginas, do tipo sim-não/verdadeiro-falso, foi aplicado a 200 estudantes, em 6 de outubro de 2003, em três escolas secundárias de Manenberg: Manenberg, Silverstream e Phoenix. Um total de 72 homens e 128 mulheres, entre 16 e 19 anos, completaram o questionário.

Na pesquisa para a Parte Dois, oito membros de gangue foram entrevistados: cinco dos Hard Livings (HL), de Manenberg; dois dos 26 Americans, de Elsie’s River; e uma garota gângster de Manenberg. Todos os entrevistados tinham entre 17 e 29 anos de idade à época da entrevista, mas haviam ingressado em suas respectivas gangues no início da adolescência. Membros com menos de 17 anos não foram entrevistados para se evitar complicações éticas. Além disso, foram criados grupos de foco, com membros de gangue de Manenberg e de Elsie’s River, e quatro grupos de foco com os membros da comunidade de Manenberg: dois com jovens entre 16 e 18 anos de idade e dois com membros mais velhos, entre 40 e 59 anos. Para a pesquisa da Parte Três, o pesquisador contatou via telefone uma série de pessoas, que têm estado operantes avaliando ou fornecendo ativamente serviços para infratores jovens, e pediu a elas que identificassem dois programas de boa prática, dirigidos a crianças e jovens na violência armada organizada.

I. RESUMO CONTEXTUALIZADO DE COAV

Perfil da Área de Estudo

Até 1994, a África do Sul era um país não democrático, controlado por uma minoria branca, de acordo com a famosa política de segregação racial conhecida como apartheid. Desde aquela época, houve três eleições governamentais nacionais, todas vencidas pelo Congresso Nacional Africano (ANC em inglês). De acordo com as estatísticas oficiais da polícia sul-africana, o país teve um índice de homicídios de 47 por 100.000 no ano⁴⁸ fiscal de 2002/3, o que o colocou entre os lugares mais perigosos do mundo. A África do Sul também tem um dos índices mais altos de estupro e roubo,⁴⁹ além de outros crimes violentos.

⁴⁷ As amostras geográficas foram ao acaso, usando-se as áreas de enumeração da polícia (conhecidas como quarteirões CAS) como unidades de amostra. Como a população da área é estimada em cerca de 80.000, essa amostra é bastante substancial (quase 2% da população geral, quase 8% dos lares).

⁴⁸ Centro de Informação e Análise Sobre Crimes (2004), estatísticas criminais para 2002/3. http://www.saps.gov.za/8_crimeinfo/200309/index.htm

⁴⁹ Índices comparativos de roubos (Newman: 1999).



O número de armas de fogo é alto: em outubro de 2002, havia uma arma registrada para cada seis sul-africanos acima dos 20 anos,⁵⁰ sem levar em conta, de acordo com todas as estimativas, uma quantidade enorme de armas não registradas. No ano fiscal 2001/2, o Serviço Policial da África do Sul (SAPS em inglês) informou a apreensão de 20.000 armas de fogo⁵¹ ilegais e, a cada ano, cerca de 15.000 sul africanos são presos por posse ilegal de arma e munição.⁵²

Cape Flats: Manenberg

Neste estudo, foram entrevistados gângsteres em duas áreas de mestiços — Manenberg e Elsie's River — mas a maior parte do trabalho de campo adicional foi realizado em Manenberg. Manenberg fornece um bom estudo de caso de uma área de mestiços com história de problemas com gangue.

Manenberg é uma cidade de pouco mais de 80.000 habitantes, localizada no interior, próxima à Cidade do Cabo. Ela é parte do que se chama de Cape Flats, uma área plana e árida, para onde a população urbana “não branca” da Cidade do Cabo foi “removida”, de acordo com as leis de segregação da África do Sul. Manenberg foi fundada entre 1966 e 1970, consistindo de fileiras de casas geminadas e “prédios do conselho” de dois ou três pavimentos. Como foi originalmente traçada apenas para alojar trabalhadores, houve pouco planejamento para o desenvolvimento de comércio e serviços locais e, até hoje, a área permanece predominantemente residencial. Membros do grupo de foco disseram que tinham de sair de lá para comprar roupas, por exemplo.

A área é famosa há muito pela atividade criminal, em particular pelas gangues. Manenberg foi o lar dos terríveis gêmeos Staggie, Rashied e Rashaad. Eles comandavam o que foi certa época uma das mais formidáveis gangues do Cabo, os Hard Living Kids. Rashaad foi morto pelo grupo vigilante Pessoas Contra o Banditismo e as Drogas (Pagad em inglês), em 4 de agosto de 1996. Seu irmão, conhecido como “Cão Raivoso”, continua a reinar até hoje, de acordo com membros de sua gangue, apesar de declarações de que se converteu ao cristianismo. Ele recebeu uma proibição de entrar em Manenberg, exceto para participar de atividades antegangue, e foi recentemente preso por estuprar uma jovem.

Breve Análise Histórica da Situação

As gangues institucionais nem sempre foram território exclusivo da população mestiça. Elas eram uma questão importante nas cidades negras, em torno de Joanesburgo, no passado, mas a luta política pela democracia absorveu muitos dos jovens que haviam antes se voltado para as gangues em busca de algo (Glaser: 2000). Esse nível de participação política não ocorreu na comunidade mestiça, e a falta de um sentido de alternativa em jovens revoltados pode ser uma das razões porque as gangues persistem em Cape Flats. É também uma causa de preocupação o fato de

⁵⁰ Mistry, D., A. Minnaar, J. Redpath, e J. Dlamini (2002), “The role of the criminal justice system in excluding unfit persons from firearm ownership”. Pretoria: Relatório não publicado do Instituto de Direitos Humanos e Justiça Criminal, Technikon SA.

⁵¹ Serviço da Polícia Sul-Africana (2002), “Annual Report of the South African Police Service”. Pretoria: Government Printers.

⁵² CIAC (2004) op cit.



que, como o ímpeto político passou e a juventude negra emergente perdeu sua fé na capacidade do governo de concretizar promessas de desenvolvimento durante suas vidas, as gangues negras possam surgir como um subproduto não intencional da vitória democrática. Há notícias de que isso já está acontecendo, em especial nas cidades negras contíguas às áreas mestiças.

Em geral, no momento, dois tipos de gangues institucionais são predominantes na África do Sul: as gangues de prisioneiro (de número) e as gangues mestiças de rua.

As gangues de número

Os “números” datam aparentemente do século XIX. Esses grupos, supostamente de origem africana negra, estão abertos a membros de qualquer grupo étnico, mas são dominados por mestiços em Western Cape. Tatuagens obrigatórias (“chappies”) refletem os símbolos do mito de sua fundação, ou *boeke*, que incluem livros, espadas e insígnias militares.

Em sua forma clássica, os “números” eram três: 26 (empenhado em arranjar dinheiro com trapaceiras), 28 (empenhando em melhorar as condições na prisão) e 27 (empenhado em moderar as disputas entre as outras duas facções). Inicialmente, pretendia-se que todas as gangues trabalhassem juntas, cada uma realizando sua função especializada para o bem de todos os membros. Hoje, os 28 são mais conhecidos pela manutenção de “esposas”: membros da gangue cujo papel é proporcionar sexo e desempenhar outros papéis “femininos”. Os 27 nunca formaram um grupo grande, por causa de seu papel ingrato de intermediários.

Esses três grupos vieram a estar presentes nos reformatórios⁵³ juvenis e, de acordo com informantes deste estudo, se tornaram ainda mais predominantes nas escolas correcionais do que na prisão. Na década de 1980, entretanto, com o crescimento do comércio de drogas, as gangues de número desenvolveram um interesse maior nas gangues de rua. Além disso, novos gângsteres, predominantes nas ruas mas desconhecidos atrás das grades, tinham então os recursos para comprar posições nas gangues de prisão e coisas do tipo. Por fim, as gangues de prisão começaram a se manifestar sob seus próprios nomes nas ruas e os gângsteres de rua, que nunca haviam estado na prisão, puderam comprar sua participação nos números.

No momento, a rixa principal nas ruas é entre os 26 e os 28. Uma vez fora da prisão, o conflito 26/28 entrou em linha com as alianças de rua. Essa divisão é inquietante, entretanto, porque na prisão os membros de qualquer gangue de rua podem aderir a qualquer número. Até os gêmeos Staggie tinham números diferentes: Rashaad era 26 e Rashied 28. Assim, irmãos de gangue na prisão poderiam ser de gangues inimigas na rua e vice-versa. Como isso é negociado, no final das contas, parece variar consideravelmente de caso para caso.

Gangues de rua

Embora seus nomes tenham mudado com os anos, as gangues de rua continuam a ser uma característica importante da comunidade mestiça desde, pelo menos, o fim da Segunda Guerra

⁵³ Crianças condenadas por delitos criminais podem ser sentenciadas para escolas residenciais correcionais, que ensinam muitas vezes habilitações industriais.

Mundial.⁵⁴ Em suas primeiras manifestações, no District Six (uma área de mistura de raças, no centro da Cidade do Cabo, que foi desmantelada com o Decreto⁵⁵ de Áreas de Grupo, em 1950), e em todos os lugares, eles eram muitas vezes grupos protetores de bairro, com a missão de afastar *skollies* (criminosos errantes). Mas esses grupos protetores se tornaram muitas vezes predadores, quando seus membros assumiram as operações criminosas dos rivais e começaram a extorquir dinheiro para proteger membros da comunidade.⁵⁶ Após o Decreto dos Grupos de Área ter forçado remoções, de acordo com o apartheid, jovens de diferentes comunidades foram removidos para a mesma área e se viram competindo pelos escassos recursos locais. As linhas mais claras de formação de gangues seguiram o estilo das comunidades anteriores e, assim, as gangues encontraram uma identidade nova em Cape Flats. Isso também trouxe como consequência a criação de células das gangues do District Six em comunidades diferentes, um fato que tornou possível a organização regional. A introdução do Mandrax,⁵⁷ em meados da década de 1980, e do *crack*, após 1994, pôs mais lenha na fogueira das gangues. De repente, elas passaram a representar uma possibilidade real de riqueza para uns poucos escolhidos.

Cada geração parece gerar suas próprias gangues de rua, mas elas são em geral apenas continuações renomeadas de versões anteriores. Por exemplo, os Mongrels se tornaram Junkie Funkie Kids e os Cape Town Scorpions, Dixie Boys.

Crianças em idade escolar brincam de ser gângster e criam grupos de proteção mútua e de travessuras gerais. Diferenciar esses grupos das gangues de rua pode ser difícil. A proliferação de gangues com “Boys” ou “Kids” no nome pode ser em parte resultado desses agrupamentos de escola (“baby gangs”) que se integram totalmente às gangues estabelecidas e, às vezes, suplantando-as. De acordo com a polícia, os “Cat Pounds” são uma gangue de escola emergente e são formados principalmente por membros em idade escolar.

Atores Envolvidos

No levantamento das vítimas, os entrevistados mencionaram as seguintes gangues como controlando seus bairros: Americans (57% das menções); Hard Living Kids (29%); Junky Funky Kids (22%); Dixie Boys (17%); Clever Kids (12%); Cat Pounds (10%); e Jesters (8%). Entretanto, não há uma maneira fácil de se estimar quantas gangues, ou membros de gangue, existem em Cape Flats. Não há uma linha divisória clara entre os “futuros” grupos, como as gangues de escola, e as verdadeiras gangues de rua; e os nomes e territórios dessas últimas estão sujeitos a constantes emendas. A participação em gangues de prisão é um elo que permanece até depois do livramento, mas o envolvimento de ex-detentos com a criminalidade varia consideravelmente. Até o conceito

⁵⁴ Don Pinnock (1988), op cit.

⁵⁵ Cape Flats se localiza convenientemente próximo ao centro da cidade, mas de lá não se pode vê-lo. Alojamento para negros e mestiços em áreas separadas do Flats possibilitou uma fonte de trabalho barata e disponível, reservando a cidade para os brancos. Desde as remoções originais, a área se tornou primeira parada para novos migrantes, especialmente a massa de pessoas de língua Xhosa que emigrou do empobrecido Eastern Cape.

⁵⁶ ¹⁵ Ibid.

⁵⁷ Mandrax, uma versão de rua de um sedativo farmacêutico fora de linha, com o mesmo nome; o comprimido é fumado juntamente com uma combinação de tabaco e maconha, tratada com um solvente numa mistura conhecida como “cachimbo branco”.



de “participação” é vago, porque muitas gangues passam por períodos de retração, durante os quais o envolvimento com as atividades de gangue pode ser suspenso.

O levantamento na escola sugeriu que a dominação das gangues sobre todo o território de Manenberg não é completa: 56% disseram que uma gangue controlava a área onde viviam, com parcelas iguais de meninos e meninas respondendo assim. Isso corresponde bem aos 60% dos entrevistados no levantamento de vítimas, que disseram haver gangues em suas áreas. No levantamento da escola, um total de 19% de garotos disse que alguém em sua casa é membro de gangue, comparado a 13% das garotas. Usando-se apenas o número de famílias que admite abrigar um membro de gangue, isso sugere no mínimo 1.400 famílias com gângsteres numa comunidade de cerca de 80.000 pessoas, e é possível (se não provável) que vários membros possam existir numa única família. Uma estimativa de cerca de 5.000 membros de gangue em Manenberg (fornecida por um membro da comunidade entrevistado para este estudo) poderia ser uma boa aproximação. Isso representaria cerca de 30% dos homens entre 10 e 30 anos de idade.

Estrutura de comando

Embora a estrutura de comando das gangues de prisão seja militar e hierárquica, nas ruas ela é muitas vezes informal, com os membros dominadores inspirando respeito mais através da força de suas personalidades do que por referência ao status dentro da instituição. Há também variações consideráveis entre as gangues e até dentro delas, situadas em áreas diferentes, a esse respeito. Os Hard Living, de Manenberg, por exemplo, parecem ter uma estrutura plana de liderança, com uma forma de tomada de decisões semidemocrática, baseada em reuniões semanais do grupo. A autoridade da família Staggie não é questionada, mas a autoridade parece estar relacionada mais à iniciativa do que a promoções formais. Termos como *laksman*, *dikneck* e *slagozi* são usados a esmo, mas parecem ser mais títulos honoríficos do que designações de autoridade estrutural. Os Americans entrevistados para este estudo em Elsie’s River, por outro lado, estavam firmemente alinhados com os 26 e, assim, reconheciam sua estrutura de comando. Eles também estavam lidando com o que parece ser um mercado local de drogas muito mais lucrativo e tinham, então, necessidade de uma cadeia de comando mais rígida. A maioria, se não todos, dos líderes das gangues mais importantes mora fora de Cape Flats, embora mantenham casa lá.

Os líderes presos recebem grande deferência, em parte como uma medida de auto-proteção em caso de detenção. Domingo é o dia tradicional para se visitar líderes de gangue e camaradas na prisão. De acordo com um membro novato dos HL, em Manenberg, “É uma espécie de cultura das gangues que você tenha de ir e demonstrar respeito — manter o contato e mostrar pro cara que você está apoiando [ele]”. O objetivo principal dessas visitas parecia ser levar dinheiro e contrabando para os presos. Parecia também que os líderes de gangue ainda conseguem dar ordens para assassinatos estando dentro da prisão, que eram cumpridas na esperança de pagamento futuro. Pelo menos um entrevistado num grupo de foco argumentou que os líderes prisioneiros ainda davam as ordens: “Se tiver uma briga de gangue e o líder estiver na prisão — aí ele dá as ordens pras pessoas que estão fora”.

Relações com a Comunidade

Histórias da mídia e entrevistas com grupos de foco sugerem que o ponto até o qual as gangues são apoiadas por suas comunidades varia por gangue, área e época. A recente demonstração dos moradores de Valhalla Park, exigindo a libertação antecipada do famoso chefe de gangue Colin Stanfiels, ilustra um lado do quadro. Mas em Manenberg, apenas 14% dos entrevistados, no levantamento de vítimas, disseram acreditar que os membros de gangue fossem respeitados pela comunidade e 5% se recusaram a responder à pergunta.

A maioria dos membros de comunidade entrevistados concordou que era possível evitar o envolvimento com as gangues não se metendo com elas. Embora os membros de gangue deveriam ser cumprimentados na rua e receber manifestações de respeito, membros da comunidade argumentaram que o relacionamento com as gangues era, pelo menos no início, voluntário.

Embora alguns membros da comunidade sugerissem que as gangues podem protegê-los do crime, mais da metade dos entrevistados do levantamento de vítimas disse que elas só roubavam a comunidade, enquanto que 39% afirmaram que elas roubam tanto os da comunidade como os de fora. Apesar de um terço dos entrevistados dizer que as gangues ajudam, às vezes, as pessoas com dinheiro, 89% declararam que elas não protegem quem não é membro e 84% disseram que os que não são membros não se aproximariam delas a fim de resolver um problema.

Os gângsteres cultivam ativamente uma imagem de “Robin Hood” com as crianças da comunidade. Rashied Staggie é bastante conhecido por jogar dinheiro para as crianças de Manenberg e, desde muito pequenos, os garotos brincam de ser gângsteres. Os líderes de gangue também patrocinam atividades para os jovens da comunidade, como times de esporte. De acordo com um jovem da comunidade de Manenberg, “Os líderes são como celebridades aqui, porque eles patrocinam os times de futebol e, então, as pessoas vêem nisso que eles são boas pessoas”.

Papel do Estado

Apenas 15% dos entrevistados no levantamento das vítimas disseram que viam um membro da polícia na sua área, de uniforme, pelo menos uma vez ao dia, e 15% disseram que “nunca” viram um policial na sua área. Mais da metade dos entrevistados achava que a polícia estava fazendo um trabalho ruim, e muitos sentiam que isso acontecia porque eles se recusavam a entrar na área (24% das menções) ou porque eram simplesmente preguiçosos (20%). Isso é diferente do antigo apartheid, quando a polícia era vista como estando mais ativamente presente, patrulhando as comunidades.

Quando perguntados por que achavam que a polícia estava fazendo um trabalho ruim, 42% mencionaram a corrupção. Há crenças antigas entre os membros da comunidade de que a polícia, se não o próprio estado, vem trabalhando com os gângsteres. Entrevistados disseram que podiam nomear membros específicos da polícia que avisavam os gângsteres sempre que fosse ocorrer uma batida. Nos grupos de foco, reservistas em particular foram mencionados como informantes de gangues. Quarenta e um por cento dos entrevistados do levantamento de vítimas disseram que a polícia recebia dinheiro para proteger os gângsteres. Participantes dos grupos de foco eram explícitos sobre terem visto o dinheiro trocar de mãos. Além disso, eles achavam que a polícia avisaria os gângsteres quando um membro da comunidade fizesse uma queixa contra eles: oitenta e dois por cento dos entrevistados no levantamento de vítimas disseram que a polícia não seria capaz



de protegê-los, se desejassem ser testemunhas num julgamento por assassinato. A polícia foi acusada de estar ativamente envolvida no comércio de drogas ou, se não ativamente envolvida, de extorquir dinheiro dos traficantes.

Atividade Comercial Ilegal e Legal

Enquanto as drogas parecem ser a maior fonte de renda, as gangues de Cape Flat estão envolvidas com uma série de outras atividades, que variam por área e por gangue. Entre os HLs, por exemplo, os que não são encarregados da venda de drogas podem se ver com bastante tempo livre, quando não há nenhuma guerra de gangue iminente. Grande parte dos crimes que cometem é oportunista, mas ocasionalmente um membro novato planeja alguma atividade ilegal que envolva mais gente. Ele pode então contar com a gangue para disponibilizar armas e transporte, assim como alguns comparsas e uma boa rede de proteção.

Mas o principal na atividade criminosa das gangues é o comércio de drogas. Estas parecem ser uma característica definidora da vida da comunidade e, de acordo com o levantamento entre as vítimas, 35% dos entrevistados poderiam citar o nome de um viciado da comunidade. O Mandrax tem sido uma das mercadorias principais, comerciada pelos membros de gangue desde meados da década de 1980, e seus efeitos desinibidores são associados à violência.

Um dos efeitos positivos não intencionais do apartheid foi que as principais drogas pesadas, internacionalmente usadas (cocaína, heroína e substâncias do tipo anfetamina), foram mantidas fora da África do Sul. Após 1994, por razões discutidas em outro lugar,⁵⁸ essas drogas começaram a invadir o país. O crack se tornou uma droga importante de comércio para as gangues, relacionada particularmente ao negócio da prostituição. Os Hard Livings têm células designadas para agir em Seapoint, no coração da Cidade do Cabo, onde a prostituição e a venda de drogas são muito lucrativas.

Confrontos Armados

A violência armada é um fato na vida diária de Cape Flats. Quase metade dos garotos entrevistados, no levantamento realizado nas escolas de Manenberg, disse que já tinha segurado uma arma carregada, em comparação com 28% das garotas. Não foi surpresa então que 32% dos garotos dissessem que sabiam onde comprar uma arma ilegal, em comparação com 22% das garotas. Enquanto 17% dos garotos disseram ter no passado portado uma arma para se protegerem, apenas duas garotas responderam da mesma forma. Mas seis delas afirmaram ter trazido alguma (não especificada) arma para a escola para proteção. Oitenta e dois por cento declararam já ter visto alguém esfaqueado, 86% dos garotos e 80% das garotas. Dois terços já tinham visto alguém baleado: 71% dos garotos e 63% das garotas. Esse número subiu para incríveis 79% entre os homens de 18 anos. Pouco menos da metade das crianças relataram ter visto outro ser humano assassinado: 51% dos garotos e 45% das garotas — 62% dos que tinham 18 anos declararam ter tido essa experiência.

⁵⁸ Leggett, T (2001), "Rainbow Vice: The drugs and sex industries in the new South Africa". London: Zed Books and Cape Town: David Phillip.



Entre os gângsteres, a violência foi ainda mais exagerada, e quase todos os entrevistados haviam sido baleados e haviam baleado outra pessoa. As razões para essa violência variam de área para área. Em Manenberg, membros de gangue relataram grandes conflitos que irrompem por causa de incidentes triviais, relacionados à honra ofendida e a território, como brigas por causa de mulher ou retribuições pelo roubo de um membro da gangue. Em Elsie's River, a maior parte da violência relatada girava em torno do comércio de drogas, mas instâncias de violência extrema sendo usadas para resolver pequenos desentendimentos foram também citadas. A maior parte da violência parece ser entre gangues rivais. Confrontos armados diretos com a polícia são menos comuns, mas ocorrem. “A polícia chega [...] e eles têm armas e a gente sabe que não pode sair fora — aí a gente sai da situação atirando e não está nem aí se mata um cana ou não”, disse um membro menor dos HL em Manenberg.

A disponibilidade de armas de fogo significa que rixas juvenis se tornam rapidamente letais. A necessidade de proteção e o desejo de ter acesso a armas leva muitos a participar de gangues. Como relatou um membro dos HL em Manenberg, “A gente tinha 14 anos na época [...] A gente atirou pedra neles e eles atiraram na gente. Então eu decidi arranjar uma arma também e atirar de volta. Você atira em mim e então eu vou atirar em você”. Assim, o banditismo pode ser tanto uma resposta à violência local como a causa.

Enquanto houve uma grande preocupação com o destino das armas militares, usadas durante a luta pela democracia, e com a entrada de armas vindas de Moçambique, a maioria das armas de pequeno porte usadas por membros de gangue são as pistolas semi-automáticas tradicionais, usadas por criminosos do mundo desenvolvido. As armas de fogo como causa de morte têm aumentado de importância dramaticamente nos últimos anos. Entre jovens mestiços, o homicídio é a causa principal de mortes não naturais, e as armas de fogo acabaram de ultrapassar as facas como instrumento principal de homicídio⁵⁹ entre mestiços.

Envolvimento de Crianças e Jovens

De acordo com o levantamento entre as vítimas, acredita-se que a participação formal numa gangue começa no início da adolescência. Enquanto 28% disseram que o membro de gangue mais jovem que conheciam tinha menos de 12 anos de idade, 87% responderam menos de 14. Isso foi confirmado em entrevistas com membros de gangue um a um, já que todos tinham começado entre os 13 e 15 anos, a maioria aos 13. Há um consenso de que a idade de envolvimento com gangues vem diminuindo. “Hoje em dia, você pega os gângsteres — é tudo criança de 12 até 14 anos. No meu tempo [...] se você queria ser gângster, você tinha que começar a partir dos 20 anos”, disse um membro mais velho da comunidade em Manenberg.

Todos os membros de gangue entrevistados confirmaram que haviam recebido armas imediatamente após a entrada na gangue. Espera-se que os membros mais jovens formem a linha de frente em qualquer confronto, porque precisam provar seu valor aos mais velhos, que ficam atrás. Parece que nenhuma tarefa é proibida para jovens e que, qualquer um deles que demonstrar talento para algum aspecto do trabalho de gangue, recebe permissão para usar essa habilidade em benefício da gangue. Mas contrariamente a outras áreas do mundo, os membros de gangue podem continuar

⁵⁹ Causas de homicídio entre mestiços in JDS Thomson, (2004), “A murderous legacy: Coloured homicide trends in South Africa”, SA Crime Quarterly 7, pp 9-14.



filiados e ativos até seus 40 e 50 anos. É difícil estimar a proporção entre membros crianças e adultos, em parte porque o conceito de participação na gangue permanece vago.

Focos Especiais: Álcool

O álcool é muitas vezes citado como causa principal da degradação familiar que alimenta o banditismo. Nenhum trabalho que discuta as causas da violência, nas comunidades mestiças de Western Cape, estaria completo sem uma menção ao problema do álcool.

Devido à presença de áreas de produção vinícola no país, muitos mestiços têm historicamente trabalhado nos vinhedos. Em decorrência do assim chamado “sistema dop”, no qual os trabalhadores recebiam parte de seus salários em vinho, o alcoolismo é muito difundido em certas partes da comunidade. Esse sistema mantém a força de trabalho submissa e dependente e teve o efeito colateral de promover a violência, a degradação das famílias e a síndrome alcoólica fetal.

Um estudo,⁶⁰ de 1998, descobriu que 55% de todas as mortes não naturais, na Cidade do Cabo, apresentavam uma concentração de álcool no sangue igual ou maior a 0,08g/100ml, com os níveis mais altos entre vítimas de homicídio e mortes em meios de transporte. Western Cape possui uma das mais altas incidências da síndrome alcoólica fetal no mundo. Indivíduos portadores dessa síndrome podem se envolver em crimes como vítimas ou perpetradores, em razão de falhas no raciocínio e de um alto nível de frustração. Um estudo, em British Columbia, descobriu que 24% dos jovens na cadeia mostravam evidências da síndrome alcoólica fetal ou de efeitos⁶¹ alcoólicos fetais. Um estudo de 1997, em Wellington in Boland, descobriu que quase uma entre 20 crianças (4,8%) mestiças na escola mostrava sinais da síndrome⁶² alcoólica fetal.

II. PERFIS DE COAV

Histórias Pessoais

Quando se perguntou aos membros de gangue sobre suas histórias pessoais antes do ingresso na gangue, ficou claro que não há um relacionamento simples e linear entre a maior parte dos indicadores sociais e a participação em gangues (Tabela 1). Os membros de gangue entrevistados vêm de experiências familiares e econômicas variadas. Eles passam essencialmente pelos mesmos níveis de privação que seus colegas que não pertencem a gangues. A escolha de se tornar membro de gangue parecia ser individual, feita num contexto em que o banditismo proporciona uma forma relativamente atraente de preencher o tempo.

⁶⁰ C Parry, “Alcohol and crime in the Western Cape: A provincial action plan”, *Crime and Conflict* No 17, 1999.

⁶¹ N Williams, “Foetal alcohol syndrome – what is it and what are the possible implications?”, trabalho apresentado na Conferência de Intervenções de Boas Práticas em Correções Para Povos Indígenas, Adelaide, 15 de outubro de 1999.

⁶² JM Te Water Naude, K Charlton, R Sayed, M Dausab, C Marco, K Rendall-Mkosi, and L London, The Dopstop Association – Promoting health on farms, *Health Promotion Update*, No 53, julho de 2000.

Tabela 1 – Resposta para sugerir variáveis de formação

	Rodney	Bekkies	Himmie	Chris	Boobie	Millie	Tante	Faroes
Idade	20	20	17	18	24	29	27	?
Idade que entrou na gangue	14	13	13	15	12	13	14	11?
Local?	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Parentes vivos?	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Irmãos?	-	7	0	5	6	-	-	2
Mora com a família?	Não / Sim	Sim/Sim	Sim/Sim	Tio/Sim	Não/Não	Sim/Sim	Sim/Sim	Não/Não
Nota mais alta	6	8	8	9	9	-	-	9
Estudando no momento	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Salário	Bom	Ruim	Bom	Ruim	Médio	-	-	-
Emprego	Sim	Sim	Sim	Não	Não	-	-	Não

A estimativa anterior sugere que um em cada três garotos, em Manenberg, pode se envolver com gangues, excluindo-se nesse contexto a participação em gangues da categoria “desvio comportamental”. A vulnerabilidade à participação pode estar ligada a fatores que afetam toda a comunidade mestiça de Cape Flats, como: degradação familiar, que leva as crianças a passarem muito tempo na rua; estabilidade populacional que possa estimular a formação de gangues; e sentimento de marginalização e exclusão social.

Os membros da comunidade tinham uma opinião formada sobre porque Manenberg produz gângsteres.

Eu vou falar do ponto de vista dos mestiços — o banditismo pode começar em casa — eu não digo que em todas as casas. Não tem amor em casa — “Tem mais conforto, carinho e amor lá fora com os meus amigos do que nessa casa” — que talvez eles encontrem, infelizmente, entre os gângsteres. E na maior parte das vezes, esses caras vão contar pra você a mesma história que você está vivendo na sua própria casa. Falta de amor. Aí dois deles de juntam. Talvez eles comecem. Eles vão procurar mais uns caras que tenham a mesma coisa acontecendo na vida deles, e eles se juntam, e eles formam uma gangue. “A gente se sente bem — a gente entende um o outro. A gente não sente nada pelos outros porque ninguém sente nada pela gente”. É uma coisa psicológica.

- Membro mais velho da comunidade, Manenberg

Um fator comum adicional é claramente a questão da habitação. Entre os membros de gangue entrevistados, uma média de oito membros por família, em dois ou três quartos, representa



um amontoado considerável. Assim, os jovens consideram esses lares apinhados e degradados menos acolhedores do que as esquinas, e nessas esquinas eles encontram outras crianças com problemas semelhantes. Quando as crianças passam mais tempo na rua do que em casa, as normas da rua se tornam mais importantes que as da família.

Processo de Envolvimento

Parece haver muitos voluntários querendo ingressar nas gangues para evitar a necessidade de se alistar; a opinião dos jovens entrevistados no levantamento escolar revelou fortes incentivos para aderir às gangues.

Para os jovens do sexo masculino, há poucos incentivos mais poderosos que o sexo, e 86% dos jovens sondados na escola disseram que as garotas se sentem atraídas por membros de gangue: 88% dos garotos e 84% das garotas. Essa visão se refletiu nos grupos de foco com jovens da comunidade. “Se elas sabem que você sai com um gângster — você se sente legal e elas não se metem com você,” comentou uma jovem de Manenberg. “Se você está numa gangue, você consegue as garotas mais fácil,” disse outra. Os membros de gangue propriamente não mencionaram isso como razão para ingressar numa gangue.

O dinheiro é outro grande motivador, em especial numa comunidade pobre como Manenberg, onde o desemprego é alto. A comunidade mestiça, na época do apartheid, foi colocada acima da comunidade negra e recebeu a preferência para certos tipos de emprego, enquanto era excluída de outros. Com a democracia, tudo isso caiu por terra e, na opinião de muitos, pouco veio em seu lugar. A marginalização contínua e a exclusão das oportunidades foram sentidas mais intensamente ainda, uma vez que a democracia falhou em cumprir algumas de suas promessas. De acordo com a Stats sul-africana, o desemprego entre os mestiços aumentou 35%, de 1995 até 2001.⁶³ No levantamento das vítimas, mais da metade dos que tinham entre 16 e 24 anos de idade relatou estar desempregada. Alguns dos membros de gangue entrevistados já tiveram algum emprego menor, mas nenhum deles durou mais que um ano, e todos eram sem especialização ou semi-especializados. Justificado ou não, o sentimento de que as políticas de ação afirmativa do novo governo excluem os mestiços das oportunidades de trabalho parece ser predominante. Os membros de gangue entrevistados ligavam o desemprego à violência.

Contudo, receber pagamento decente e consistente numa gangue talvez seja mais ilusório que real. Os membros de gangue, a princípio, se referiram à sua participação como um emprego e declararam receber R 1.000 (menos que US\$ 150) de salário. Uma sondagem mais detalhada revelou que esse “salário” era pago apenas durante as épocas em que havia trabalho específico para ser feito em regime diário, como durante conflitos de gangue. Enquanto os líderes supremos das gangues são famosos pela riqueza, os “peões” não colhem os mesmos benefícios, em particular se não estiverem envolvidos em alguma atividade geradora de renda, como a venda de drogas. Como um dos 26 argumentou, “Os operadores — são os chefões que levam o dinheiro”. Apesar disso, 79% dos participantes do levantamento escolar disseram crer que os membros de gangue ganham muito dinheiro.

⁶³ Stats SA (2002), “Unemployment in South Africa”. Pretória: Government Printers.



Alguns dos membros entrevistados também mencionaram a busca de respeito como um dos incentivos para ingressar e participar de uma gangue.

Através das entrevistas com membros de gangue, fica claro que a maioria deles ingressou por razões defensivas, incluindo a vingança. A proliferação de armas significa que uma luta corporal numa comunidade menos armada se torna uma troca de tiros em Manenberg. A “corrida pelas armas” significa que a maioria dos jovens sente a necessidade de estarem armados. O acesso a essas armas foi uma das motivações expressas repetidamente pelos membros de gangue para o seu ingresso. Assim, a ameaça de violência das gangues força mais garotos a participarem delas, o que alimenta mais a violência.

As gangues também desempenham o papel de substitutas da família. Enquanto que as motivações podem inicialmente ser defensivas, a gangue oferece uma hospitalidade que crianças negligenciadas talvez não encontrassem em outro lugar, inclusive em casa. O desejo de pertencer a um grupo maior parece especialmente intenso durante a adolescência, e esse desejo pode ter raízes biológicas. A formação de coalizões é um comportamento adolescente observado em primatas e já foi descrito como sendo a raiz de grande parte da violência⁶⁴ masculina. Como muitas associações exclusivamente masculinas, de escoteiros a militares, as gangues agem sobre a tendência masculina de desenvolver cultura e tradições internas.

Além de serem os principais traficantes de drogas nos guetos raciais, os membros de gangue também são os consumidores⁶⁵ principais. Assim, o vício pode ser um fator muito importante na atração de membros para o grupo e em sua manutenção ali. Além da dependência física, o próprio estilo de vida possui uma qualidade viciadora, especialmente em contraste com a aridez da vida diária em Cape Flats:

Os garotos se acostumam ao álcool, às drogas, ao fumo e essas coisas. É assim que eles começam a se identificar com a gangue — então eles não são necessariamente forçados, mas... vão se envolvendo aos poucos [...] Quando tem guerra de gangue ou alguma atividade acontecendo, eles querem mostrar que querem fazer parte também da ação.

- Veterano do American 26, Elsie's River

A fome pode simplesmente levar os jovens a bater à porta dos líderes de gangue, que se destacam como um oásis de abundância num deserto de privações.

Os pais não têm condição de manter eles. Então se eles vão bater à porta de um líder de gangue [...] eles acabam ganhando alguma coisa. Podem dirigir carros legais e assim por diante. Eles ficam satisfeitos assim e podem até dar apoio à família com algum dinheiro se quiserem, mas a maior parte para eles mesmos.

- Veterano da American 26, Elsie's River

O processo de iniciação parece diferir entre as gangues. Os HLs, de Manenberg, entrevistados descreveram um processo de admissão bastante informal, durante o qual os membros em potencial eram interrogados pelos superiores para saber se trairiam a gangue. Uma vez aceito, o membro recebia imediatamente uma arma e devia provar seu valor lutando na linha de frente. A frouxidão desse processo talvez se deva à necessidade por novos membros dos HLs.

⁶⁴ Wrangham, R and D Peterson (1997), “Demonic males: Apes and the origins of human violence”. London: Bloomsbury.

⁶⁵ Standing, A (2003), “The social contradictions of organised crime on the Cape Flats”. ISS Paper No. 74. Pretoria: ISS.



Os Americans 26, de Elsie's River, parecem passar por um período de observação e doutrinação extenso antes da transformação em membro regular, de acordo com veteranos: “Primeiro você tem que ser soldado. Primeiro você tem que aprender as regras dos Americans. Você não pode falar pra ninguém. Você não pode conversar com outras pessoas. Se você falar, tem que falar na língua deles”.

Quando um membro de gangue recebe uma tatuagem (“chappie”), o emprego pode ser imediato:

Depois que você ganha a sua marca, você tem que executar as instruções do grupo — do grupo de fora e as ordens do grupo — e se você não participar, aí você pode ser punido por isso.

Envolvimento Atual

Enquanto os HLs, de Manenberg, entrevistados se descreveram todos como “soldados” ou os “pistoleiros” (*laksman*). Entretanto, seu grande desafio pareceu ser ter o suficiente para comer e espantar o tédio. O mais jovem entre os membros entrevistados, Himmie, era responsável por vender maconha, mas os outros pareciam fazer parte de um batalhão de soldados desnecessários no momento. Ficavam entregues à própria sorte. Se fossem dinâmicos o bastante para estabelecer uma atividade criminal de algum tipo, seriam equipados pela gangue com armas, carros e cúmplices. Se não, permaneceriam ociosos e não receberiam o pagamento mensal. Quando perguntados sobre como se viravam, respondiam: “a gente vai pra outras áreas e assalta por lá” ou “quem sabe a gente pega um trabalho de pintor em algum lugar” ou “limpa o quintal de alguém”.

Esperava-se que eles estivessem de plantão para defender o território ou a honra da gangue, que participassem das reuniões semanais e fizessem as visitas dominicais nas prisões. O descumprimento das normas e diretrizes da gangue resultava em castigo, em geral físico, como apanhar publicamente nas reuniões semanais. Os 26, de Elsie's River, por outro lado, pareciam totalmente envolvidos com o comércio de drogas, sobre o qual não se mostravam muito ansiosos por conversar.

Violência Armada

Todos os jovens explicaram que receberam armas logo após o ingresso na gangue, e suas narrativas sugerem que a principal motivação para participar foi ter armas de fogo. Para a maioria deles, isso significou começar baleando e sendo baleado aos 13 anos de idade, às vezes, até antes de serem formalmente admitidos na gangue. Em resposta à pergunta “que idade você precisa ter para [...] eles te confiarem uma arma?”, um membro de gangue disse, “todo mundo começa — não interessa qual é a idade”.

O grau de treinamento com armas de fogo parece variar um pouco entre os grupos e os indivíduos. Um entrevistado em Manenberg declarou ter treinado um colega, enquanto outros disseram não ter recebido qualquer treinamento. Afirmaram que liam livros na biblioteca para aprenderem mais sobre as armas que haviam sido recém-lançadas. Os Americans 26, entretanto, declararam terem sido formalmente treinados atirando em manequins. Para os HLs de Manenberg, as armas eram propriedade da gangue, emprestadas aos membros para uso nas atividades da gangue ou em outros crimes. Era necessário assinar um papel para se obtê-las e a perda de uma acarretava consequências sérias. O esconderijo central das armas mudava de casa para casa, a fim de evitar detecção pela polícia.

Perguntar pelas armas favoritas provoca uma avalanche de comentários especializados. As pistolas semi-automáticas de 9 mm e as de calibre 44 são as preferidas, com câmaras ampliadas (“de 16”). Os *glocks* foram mencionados como armas glamurosas. Embora os membros declarassem



que armas totalmente automáticas estavam disponíveis, elas não eram as preferidas por causa do volume e porque não podiam ser facilmente escondidas.

Membros de gangue do sexo feminino se limitam a apunhalar umas as outras, como Faroes, que foi treinada em armas de fogo pelo namorado, explicou:

É, a gente só usa faca [...] Porque não se espera que uma garota use uma arma de fogo... Eu sei usar uma, mas eu não tenho coragem de matar alguém... Porque eu aprendi isso também, você nunca deve tentar matar uma pessoa, você deve sempre evitar matar uma pessoa.

Ser baleado

Todos os membros de gangue entrevistados, exceto um, já haviam sido baleados pelo menos uma vez; alguns, muitas vezes. Quando perguntados sobre essa experiência, as camisas são levantadas e as histórias começam. Um membro do grupo de foco tinha sido baleado na cabeça e sofria, no momento, de dificuldades para falar e andar. Rodney havia perdido seu emprego de consertador de telhados, após quase um ano no emprego, quando foi baleado por um rival. Bekkies levou um tiro no abdômen. Himmie já tinha sido baleado duas vezes em seus 17 anos de vida: uma vez no abdômen e outra no dedo. Chris levou um tiro de raspão uma vez, mas ele já tinha estado então em atividade na violência armada fazia muito pouco tempo. Boobie, aos 24, já foi baleado três vezes, no abdômen, na canela e em outro lugar. Faroes já levou dois tiros, foi esfaqueada, estuprada por toda uma gangue a ponto de causar danos internos, atingida na cabeça com um cano e surrada várias vezes. Millie também já foi baleada, o que deixa apenas Tante, provavelmente o mais violento dos gângsteres entrevistados, como o único intocado. Isso talvez se deva ao fato de que ele passou sete de seus 26 anos na prisão.

Baleiar outros

Espera-se que os membros mais jovens mostrem seu valor no “campo de batalha”, como os gângsteres descrevem. O respeito só pode ser obtido tirando-se sangue, o que começa muitas vezes numa idade bastante precoce. “Eu tinha 13 quando baleei o primeiro cara — ele era inocente”, relembra um membro novato dos HLs de Manenberg. “Ele estava indo se reportar pro inimigo — então eu atirei nele. Ele era gordo”. Bekkies ingressou nos HLs aos 13 anos para vingar a morte do irmão. Os dois homens que o haviam matado estavam presos, mas ele conseguiu baleiar e matar os irmãos deles. Agora diz que mira nas pernas durante as trocas de tiro, tentando apenas ferir ou aleijar os gângsteres rivais. Se um gângster veterano mandar ele matar, ele diz que vai questionar por que a vítima deve morrer. Disse que os veteranos acabam muitas vezes com os feridos deixados pelos garotos da linha de frente. Tante se recorda das muitas mortes que causou, incluindo quatro 28s na última guerra de gangues na área.

Ir Para a Prisão

Todos os gângsteres entrevistados já tinham ido para a prisão, exceto um, e muitos várias vezes. As acusações variavam de assassinato, baleiar alguém, assalto à mão armada, furto, embriaguez, até posse de maconha. Tante relatou o caso mais chocante: ele cumpriu sete anos de uma pena de 10 por tentativa de homicídio, assalto à mão armada, posse ilegal de arma de fogo e de munição. Ele está atualmente sendo acusado de arrancar o olho de um homem que supostamente roubou seu telefone celular. A Tabela 2, abaixo, resume o número de vezes que os membros de gangue foram presos e baleados.

Tabela 2 – Número de vezes baleado e preso

	Número de vezes atingido por arma de fogo	Número de vezes que já foi preso
Rodney	1	4
Bekkies	1	2
Hummie	2	4
Chris	1	4
Boobie	3	7
Millie	1	1
Tante	0	1
Faroe	2	0

Senhor das Moscas

Havia um consenso geral de que os gângsteres jovens eram mais violentos que os veteranos e que, ao longo dos anos, o envolvimento com gangues havia se tornado uma atividade cada vez mais violenta. Como um veterano membro da gangue American 26, de Elsie’s River, coloca, “Hoje os garotos superam os gângsteres antigos”.

Muito dos entrevistados culpavam a mídia e a cultura popular por isso. A proliferação das armas também é responsabilizada pela maior violência. Um veterano do American 26, de Elsie’s River, disse, “As pessoas usavam facas. Antigamente elas usavam só *pangas* (uma espécie de facão). A violência mudou porque a tecnologia mudou...”.

Muitos membros da comunidade e até os próprios membros de gangue mais velhos sugeriram que o declínio dos castigos corporais estava por detrás dessa irrupção de violência.

As crianças têm direitos agora, e os garotos estão usando esses direitos da forma errada — eles dizem pros pais que eles não podem bater neles e assim por diante. Aí os pais ficam sem saber o que fazer nessa situação pra resolver os problemas, por causa das condições dentro da família e na sociedade.

- Veterano do American 26, Elsie’s River

Enquanto muitos defenderam a volta do castigo corporal, parece que a preocupação real é com a falta de respeito, de coesão na comunidade e de normas culturais, que eles vêem como uma imposição das normas ocidentais pelo novo governo negro. Neste período de “ajuste estrutural” cultural, a nostalgia de um passado que provavelmente nunca existiu grassa com força.

Perspectivas Futuras

Depois que se entra para uma gangue, pode ser extremamente difícil sair. Os Hard Livings, de Manenberg, entrevistados disseram que os membros podiam sair voluntariamente, desde que não ingressassem em outra gangue. Os que desejassem trabalhar em empregos regulares, mas que não renunciassem à participação na gangue deviam compartilhar seus proventos com os irmãos de gangue, entretanto.

Um membro veterano da gangue Americans 26, de Elsie’s River, tinha opinião diferente, “Você não pode sair nunca. Se você sai, você morre. É um beco sem saída”. Essa posição pode

estar relacionada à participação nas gangues de número, que é vista como um alinhamento permanente. Os 26s explicaram que os membros que desejassem trabalhar num emprego poderiam fazê-lo, mas seriam intimados a pagar “tributo de proteção” à gangue. O descumprimento disso deixaria o membro trabalhador vulnerável a uma morte por vingança, perpetrada por gangues rivais. O processo de tatuagem também impede a saída para o resto da vida. O objetivo das *chappies* é marcar o indivíduo indelevelmente como membro da gangue e de uma facção específica. Os membros da comunidade estão bem familiarizados com essas tatuagens, e pode ser difícil conseguir emprego ou manter a aparência de uma vida normal depois de marcado como membro de gangue.

As alegrias de participar de uma gangue têm diminuído, de acordo com alguns, e muitos membros expressaram um interesse em mudar. Três dos oito gângsteres entrevistados disseram que não desejavam, ou não podiam, deixar a gangue, mas os outros cinco afirmaram que deixariam se conseguissem encontrar um bom emprego. De acordo com os gângsteres, emprego é a solução — não parece que muitos deles estejam ganhando um bom dinheiro com o trabalho da gangue. Como Boobie observou, “Ser gângster não é mais benefício”. As expectativas não são muitas — a maioria estava à procura de empregos no comércio no máximo. Com o “salário” mais alto a R 1000 por mês, não deve ser difícil propor alternativas atraentes. Entretanto, nenhum dos Americans 26 demonstrou interesse em sair, o que pode ser devido em parte ao seu etos de gangue de prisão.

Todos os que desejavam sair associavam isso a uma mudança de área. Já que permanecer em territórios de gangue os deixaria expostos à extorsão da taxa de proteção e/ou à retaliação violenta de membros das gangues rivais, um programa de remoção associado a oportunidades de emprego poderia fazer muito bem.

Já que, em Manenberg, dinheiro não é atualmente um grande incentivo para se manter envolvido, a maioria dos HLs optaria provavelmente por qualquer atividade alternativa produtiva ou de entretenimento. Como sugeriu um membro da comunidade, “Se tivesse programas de jogos na TV, eles iam ficar em casa”. Essa sugestão não é tão ridícula quanto parece, uma vez que a ociosidade nas esquinas está ligada por todos à gênese das gangues. Muitos também argumentaram a eficiência das alternativas esportivas e culturais sobre o banditismo. Como Faroes sugere:

Porra, eu não quero me exhibir nem nada, mas você tinha que me ver cantar e representar, aí então você ia ver que existe talento em Manenberg. Esses gângsteres, eles sabem dançar, jogar futebol, eles são estrelas do futebol, eles sabem fazer qualquer coisa, sabem cantar, sabem dançar.

Ex-gângsteres mais velhos disseram que casar e se estabelecer é a solução: “A gente está ficando velho [...] Nós todos casamos. Por causa do nosso compromisso, a gente largou isso”.

Permitir que velhos membros mudem é uma coisa, reduzir o número de ingressos na gangue é outra. Tornar as gangues uma alternativa menos atraente é modificar condições sociais profundas. Uma parte desse esforço deve ser o tratamento na comunidade da questão das drogas e do álcool, que é vista como estando ligada à perda das normas e do respeito. De acordo com um membro mais velho da comunidade em Manenberg, “Agora é diferente. Eles não respeitam você. Por causa da necessidade de fumar — é isso que eles respeitam — as drogas mudaram isso. As drogas mudaram a atitude deles”. Embora pareça haver pouca esperança de que as drogas possam ser abolidas na comunidade, tratamento e reabilitação direcionados, assim como o trabalho de prevenção nas escolas, poderiam pagar dividendos na prevenção da violência.

Em relação a outras formas sociais de prevenção criminal, uma forma de garantir um declínio no poder das gangues é proporcionar esquemas de segurança diferentes dos utilizados pelos membros de gangue para atrair novos membros. Como um membro mais velho da comunidade em Manenberg sugeriu: “Então na sexta-feira — a gente consegue um pão R3 — é o mais barato. Aí



isso ajuda a gente a não ir até os gângsteres, pedir pra eles. As vendinhas domésticas estão fornecendo comida pra gente”. Assim, esforços para tornar as comunidades social e economicamente mais fortes poderiam conferir a elas mais resistência aos choques e fazê-las mais capazes de resistir, de forma coletiva, às tentações do banditismo.

III. PROGRAMAS SOCIAIS DIRECIONADOS A COAV

Políticas Públicas da África do Sul

A África do Sul não possui políticas públicas para a questão da violência juvenil e das gangues. Há uma Estratégia Nacional de Prevenção ao Crime (NCPS em inglês), lançada em 1996. A diretriz dessa política prioriza a “violência associada a conflitos intergrupais”, mas muito claramente não faz referência à questão das gangues. Ela também enfatiza a “violência de gênero e os crimes contra as crianças”, mas o foco dessa prioridade é evidentemente a criminalidade doméstica e sexual. De qualquer forma, a relevância da NCPS hoje é questionável. Embora o atual governo continue a citar a NCPS como se fosse uma política ativa, houve uma mudança de administrações políticas, desde a época em que ela foi lançada, e uma conseqüente guinada para uma abordagem mais baseada na aplicação da lei, com relação ao problema nacional da criminalidade. Muitas das recomendações da NCPS (e do subseqüente Relatório Oficial Sobre Proteção e Segurança) nunca receberam muita atenção e, após as eleições de 1999, o grupo que criou a estratégia foi dramaticamente reduzido e substituído.

Pelo lado dos jovens, a Comissão Nacional Para Jovens foi estabelecida, em 1996, e encarregada de criar uma Política Nacional Para os Jovens. Os resultados dessa agência têm sido mínimos, entretanto, e a Política Nacional Para os Jovens não foi ainda mostrada, de forma que não está claro se a participação do jovem na violência armada organizada vai ser discutida.

Uma Lei de Justiça Para a Criança está para ser aprovada pelo parlamento num futuro próximo, e esse documento representa provavelmente com mais justiça o trabalho do governo em prol dessa questão. Essa lei, que está sendo elaborada há muitos anos, prevê encaminhamento para infratores jovens entre outras coisas. Como a legislação não foi ainda aprovada, entretanto, seu impacto sobre a violência juvenil não foi sentido.

Estudos de Caso de Boas Práticas

Estudo de Caso 1: O Truste “Ecotherapy”, do Acordo Nacional Pela Paz

O “Ecotherapy” foi originalmente planejado para promover a cura psico-social de ex-combatentes da luta pela democracia. Esse trabalho está baseado mais em metodologias de saúde mental do que em reabilitação criminal. Ele é superficialmente semelhante a outros programas de encontro com a vida selvagem, encontrados na África do Sul (como o trabalho de ritos de passagem, de Don Pinnock) e em outros lugares, mas diferente de muitos desses esforços, usa o ar livre como cenário para reflexão, em vez de como curso de obstáculos.

O ar livre oferece uma mudança dramática de cenário para jovens urbanos, que poderia proporcionar uma oportunidade de pensar fora da caixa e de fazer uma auto-análise descontextualizada. Ele não é considerado uma intervenção completa em si, mas proporciona uma abertura para que outras formas de terapia e assistência, mais sustentáveis, criem raízes. Ele é visto como aplicável tanto aos perpetradores da violência quanto a suas vítimas. Os grupos são compostos de jovens bem ajustados e de outros com problemas, lado a lado.

A trilha do “Ecotherapy” têm passado por algumas avaliações acadêmicas, mais acentuadamente um estudo que realocou 125 ex-participantes e chegou às seguintes descobertas: a participação no crime diminuiu de 83% dos indivíduos, antes da trilha, para 19% à época do estudo;



em geral, o abuso de substâncias diminuiu de 65% para 22%; os sintomas de estresse pós-traumático diminuíram de 97% dos indivíduos para 30%; o número de indivíduos em relacionamentos estáveis aumentou de 49% para 70%; embora nenhum dos participantes estivesse empregado à época da trilha, 72% encontraram trabalhos de meio-expediente, expediente inteiro e por conta própria.⁶⁶

Estudo de caso 2: Educação de drogados Khulisa e programa M.I.B.

A Khulisa é uma organização não governamental independente, dirigida à reabilitação de infratores jovens. Ela oferece uma série de serviços e programas, mas apenas os programas de Aconselhamento Por Colegas de Infratores Drogados (ODPC em inglês) e o Melhorar (MIB) foram formalmente avaliados. O ODPC tenta afastar jovens infratores das drogas, na esperança de que isso reduza o envolvimento com a violência tanto dentro quanto fora da prisão. O MIB promove a construção de liderança/auto-estima e foi testado na área de Westbury, de gangues mestiças.

ODPC

O ODPC, da Khulisa, visa estabelecer os fundamentos para centros de reabilitação permanentes na prisão, “treinando treinadores” para serem colegas educadores na questão das drogas. Entre abril e dezembro de 2002, 18 detentos jovens se formaram como Colegas Educadores Para Drogas. Mais da metade da Seção B, de segurança média, para detentos jovens, da prisão de Polesmoor, está aparentemente envolvida no programa, que inclui gestão do cotidiano das drogas (como lidar com relacionamentos associados à droga, corrigir erros passados e assim por diante), apresentações teatrais, aconselhamento com colegas e grupos de apoio. Um total de 471 jovens frequentou pelo menos uma das 260 sessões de grupo de apoio, oferecidas pelos colegas educadores. Os colegas educadores também fizeram apresentações de conscientização sobre drogas para mais de 900 crianças de escolas, que visitaram a prisão em viagens de campo.

Da combinação entre colegas educadores e grupos de treinamento, 71% sentiram que é possível modificar o uso de drogas na prisão e 89% acharam que os grupos de apoio contribuíram para a vida dos detentos de forma positiva.

O MIB de Westbury

Em julho de 2003, o programa MIB de Westbury começou a treinar 19 colegas educadores — oito completaram o treinamento. Os educadores que permaneceram acharam que esse alto índice de evasão se devia, entre outras coisas, ao fato que o trabalho não satisfazia o interesse financeiro dos participantes. O treinamento consistia de acampamento de liderança, desenvolvimento moral, falas em público, aconselhamento na questão das drogas por colegas, terapia com teatro, resolução de conflitos, jogos nativos, percussão, justiça restaurativa e instruções sobre capacidade de facilitação.

Em termos de resultado, o programa declara ter atingido 3.000 pessoas, embora não fique exatamente claro como. Os colegas educadores trabalharam em pelo menos duas escolas primárias, até mesmo substituindo professores ausentes, apesar do fato de que alguns membros não terminaram a escola secundária. Em ambas as escolas, seu trabalho foi muito apreciado.

⁶⁶ Ver <http://www.irct.org/usr/irct/home.nsf/unid/JREW-5MSCSL?Open>



Recomendações

As recomendações para diminuir o envolvimento de crianças e jovens com a violência armada organizada, em Cape Flats, são discutidas nesta seção, incluindo intervenções com foco individual e intervenções para transformar as condições sociais que fomentam o problema.

Enfoque na prevenção

- Implementar programas de intervenção antecipada para jovens em risco, que envolvam esforços educacionais, programas esportivos, intervenções de serviço social e até planos de nutrição.
- Aumentar a retenção de estudantes e enviá-los para oportunidades vocacionais através de políticas nacionais de educação.
- Apoiar a criação de empregos que permitam a passagem para a vida adulta responsável através de políticas nacionais fiscais.
- Aumentar a eficiência das autoridades responsáveis pela aplicação das leis, para incapacitar infratores individuais e para romper com os mercados que alimentam conflitos violentos.
- Apoiar a mediação de conflitos em nível comunitário para tratar as causas da violência e das rixas contínuas.

Quando os esforços de prevenção falham, intervenções no sistema de justiça criminal são necessárias:

- Tratar crianças infratoras diferentemente dos adultos;
- Desviar os jovens envolvidos com atividades criminais para programas de não custódia ou de tratamento, para evitar o efeito criminalizante que a exposição ao sistema correccional pode ter.

Mudar as condições sociais relacionadas a COAV

Parece que o problema principal da maioria das intervenções é que elas tratam os sintomas, em vez das causas da violência; elas enfocam mais os indivíduos do que as circunstâncias sob as quais eles operam. Este estudo confirmou que uma série de fatores sociais que agrava o envolvimento de crianças e jovens com a violência armada organizada pode ser tratada num prazo entre curto e médio.

1) A moradia inadequada (moradias apinhadas e decrepitas, localizadas longe do centro da cidade) restringe o acesso a oportunidades de trabalho e a coisas para se fazer quando desempregado.

- Acelerar a redistribuição de terras e o fornecimento de moradias, dando prioridade a áreas onde os níveis de criminalidade são mais altos e promovendo a ocupação de espaços urbanos bem localizados, mas subutilizados através de confiscos legais;
- Criar programas de re-assentamento, associados a oportunidades de emprego, para dispersar combatentes de gangues e permitir que eles comecem vida nova fora delas.

2) O desemprego não só limita o poder de compra das pessoas como também, em particular com os jovens, deixa-os com muito tempo livre, que pode vir a ser preenchido com atividades de gangue.

- Tratar o desemprego como dois problemas distintos: não ter nenhum dinheiro e não ter nada para fazer ao acordar de manhã;

- Remover incentivos ao abandono da escola, fornecendo educação gratuita; fornecer treinamento acessível de terceiro grau e vocacional como alternativa para roubos, assaltos e tráfico de drogas;
- Enviar uma mensagem clara às populações mestiças que grupos minoritários anteriormente em desvantagem vão ser tratados da mesma forma que os membros da maioria que detém o poder.

3) A proliferação de armas e álcool agrava a violência.

- Restringir o direito de portar armas em áreas com tendência à violência, a fim de evitar trocas de tiro nas ruas; por exemplo, o ministro da Proteção e Segurança poderia declarar certos locais Zonas Livres de Armas, de acordo com o Ato de Controle Sobre Armas de Fogo;
- Obrigar a venda e o consumo controlados de álcool, incluindo o zoneamento criterioso de pontos de venda autorizados, para reduzir o consumo.

O que está acima representa apenas umas poucas intervenções possíveis, que poderiam causar impacto sobre as condições sociais que alimentam a violência em Cape Flats. Essas idéias precisam claramente de mais elaboração e pesquisa. Mas o ponto central permanece: é possível aliviar as condições que alimentam conflitos na comunidade sem esperar por transformações sociais utópicas. O foco sobre o tratamento de cada alma ferida é um esforço nobre, mas que dificilmente terá um impacto duradouro sobre problemas persistentes.

AS GANGUES INSTITUCIONALIZADAS E A VIOLÊNCIA EM CHICAGO

John M. Hagedorn, University of Illinois, Great Cities Institutes

Este relatório enfoca as gangues de rua institucionalizadas de Chicago, que são uma presença nas comunidades urbanas pobres de negros e hispânicos por mais de cinquenta anos. O relatório está dividido em três partes. A Parte Um fornece um resumo contextualizado desses grupos. A Parte Dois lança um olhar mais atento à face humana desse fenômeno, traçando perfis dos indivíduos envolvidos. A Parte Três examina soluções possíveis para o problema, fazendo uma avaliação de programas e políticas sociais relevantes. A versão completa do relatório resumido neste capítulo pode ser encontrada em www.coav.org.br

Metodologia

Este estudo sobre o envolvimento de adolescentes e jovens com a violência armada organizada, em Chicago, inclui entrevistas qualitativas com jovens de alguns bairros da cidade, onde os índices de violência são mais altos: Lawndale, Garfield Park, Humboldt Park, Roseland, Robert Taylor Homes Housing Project, Logan Square e Back of the Yards. Quatorze entrevistas foram conduzidas com jovens adultos, entre 18 e 35 anos de idade, que se envolveram com a violência armada na adolescência, tendo ingressado nas gangues entre os 11 e os 15 anos. Cinco deles eram americanos-mexicanos, um porto-riquenho e oito afro-americanos; dois eram mulheres e 11 homens. Nenhum dos entrevistados tinha terminado a escola secundária, embora dez tivessem obtido diplomas de equivalência.

Outras fontes usadas neste relatório incluem entrevistas conduzidas para dois outros estudos²⁶⁰ e transcrições de entrevistas com 200 membros de gangue, de Milwaukee, entre 1986 e 1992, que foram usadas com propósitos comparativos. Além disso, as entrevistas e o material de fonte primária sobre as gangues de Chicago foram analisados a partir de um estudo da história das gangues na cidade, publicado em www.gangresearch.net, da página do pesquisador e de arquivos históricos. As entrevistas informais com as equipes da Operação Cessar-Fogo e do Mídia Jovem de Rua foram conduzidas para a seção final deste relatório.

I. RESUMO CONTEXTUALIZADO DE COAV

Perfil da Área de Estudo

Chicago tem uma população de quase três milhões de habitantes e foi um centro de fabricação, nos EUA, de aço, ferramentas para máquinas e carne enlatada durante o século XX. Depois de atrair milhões de europeus do leste no começo do século XX, Chicago se tornou um centro de atração para migrantes afro-americanos e imigrantes mexicanos, que inundaram a cidade para trabalhar nas fábricas. A cidade sempre foi profundamente dividida por raças. As áreas com concentração de moradores negros são as de maior pobreza, tanto em Chicago como na região do Meio-Oeste. De acordo com o censo dos EUA, de 2000, cerca de um em cada quatro afro-americanos do Meio-Oeste — que inclui os ex-centros industriais de Chicago, Detroit e Milwaukee — vive na pobreza.

²⁶⁰ “Violence, Gangs, and the re-division of space in Chicago.” Propostas do autor para a Harry F. Guggenheim Foundation, 2001.

Conjuntos habitacionais foram construídos na década de 1960, a fim de fornecer moradia para uma população²⁶¹ negra em expansão. Os conjuntos habitacionais de Chicago, desde o início, foram 98% negros.²⁶² Na década de 1990, houve uma valorização dos terrenos onde os conjuntos foram construídos; eles estão atualmente sendo demolidos, resultando na remoção dos moradores para áreas afastadas, como o bairro de Roseland.²⁶³ A violência em Chicago está concentrada nos bairros afro-americanos com altos índices de pobreza, como Lawndale e Garfield Park, na zona oeste, Englewood, Grand Avenue (onde os conjuntos predominavam) e Roseland, na zona sul.

North Lawndale tinha uma população de 120.000 habitantes, em 1970 e, desde então, perdeu mais de dois terços de seus moradores. A área é agora uma zona devastada de lotes vazios, com uma população negra de 99%, e mais da metade das crianças lá vive na pobreza²⁶⁴. Em 2000, seu índice de homicídios era de cerca de 60 por 100.000 residentes. Roseland foi local de moradia dos trabalhadores negros das siderúrgicas. Quando os conjuntos habitacionais próximos ao centro da cidade foram fechados, um grande número de moradores muito pobres, de projetos residenciais, se mudou para o bairro. O índice de homicídios, em 2000, era de 34 por 100.000. Só na década de 1980, mais de 10.000 pessoas deixaram a área de Englewood, que tem agora uma renda familiar cerca de metade da média de Chicago e é mais de 95% afro-americana. Sua taxa de homicídios em 2000 foi de 60 por 100.000.

Após a Segunda Guerra Mundial, mexicanos e porto-riquenhos imigraram para os bairros de Chicago que se estendiam entre o sul do “Loop” central e o limite²⁶⁵ oeste da cidade. Os mexicanos deslocaram grupos étnicos brancos em bairros como Back of the Yards e Pilsen, enquanto os porto-riquenhos se concentraram nas comunidades de Lincoln Park e Humboldt Park. Esses bairros têm níveis de violência mais altos que as áreas predominantemente brancas, mas inferiores aos dos guetos negros.

Breve Análise Histórica da Situação

As gangues são há muito um fato na vida da maioria das cidades dos EUA. Começando no século XIX, as gangues se formaram entre os jovens da segunda geração de imigrantes. Os garotos de gangue brigavam, mas armas de fogo eram raramente usadas, e eram principalmente os adultos jovens que cometiam a violência²⁶⁶ letal. Os jovens negros e mexicanos formavam pequenos grupos nas esquinas e, muitas vezes, defendiam seus bairros contra gangues²⁶⁷ brancas. Oportunidades econômicas no governo e no setor de mercado, para a maioria dos jovens brancos, resultaram na dissolução de suas gangues de adolescentes ou na sua re-direção, quando os membros encontravam trabalho como adultos. Entretanto, alguns jovens delinquentes italianos, formados na Máfia, e jovens chineses encontraram oportunidades ilícitas adultas em tenazes e Tríades. Por outro lado, jovens mexicanos e afro-americanos tinham um futuro mais desanimador, com as estruturas de oportunidades lícitas e ilícitas bloqueadas.²⁶⁸

²⁶¹ Venkatesh, Sudhit Alladi. 2000. *American Project: The Rise and Fall of a Modern Ghetto*. Harvard University Press.

²⁶² Hirsch, Arnold R. 1983. *Making the Second Ghetto: Race & Housing in Chicago 1940-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.

²⁶³ “Building a Way to Stop Murder”, Op Ed by John Hagedorn, published in *Chicago Tribune* (1 de junho de 2003). Disponível em: <http://gangresearch.net/Globalization/guggenheim/housing/tribhousmur.html>

²⁶⁴ Censo dos EUA, 2000.

²⁶⁵ Para um mapa das mudanças étnicas em Chicago, vere <http://www.gangresearch.net/Globalization/guggenheim/images/animsidelegend.gif>

²⁶⁶ Bogardus, Emory. 1926. *The City Boy and his Problems*. House of Ralston: Rotary Club of Los Angeles and Thrasher, Frederic. 1927. *The Gang*, 1927 ed. University of Chicago

²⁶⁷ Thrasher, *ibid*.

²⁶⁸ Russo, Gus. 2001. *The Outfit: The Role of Chicago's Underworld in the Shaping of Modern America*. Bloomsbury. and Hirsch, Arnold R.: 1983, Op. cit.

A década de 1960 terminou com uma “guerra contra o crime”, removendo a liderança das gangues, que eram, àquele tempo, na maior parte negras e hispânicas, das ruas para a prisão. Em cidades como Chicago, elas mantiveram a organização mesmo na prisão, onde estabeleceram linhas de comunicação com suas ramificações de bairro e começaram a se chamar de “organizações de rua”, enfatizando seu papel na comunidade.²⁶⁹ O declínio da economia industrial dos EUA após a Segunda Guerra Mundial começou a devastar as comunidades negras em todo o país.²⁷⁰ Particularmente em cidades industriais como Detroit e Gary, em Indiana, com altas concentrações de trabalhadores afro-americanos, os índices de homicídio dispararam enquanto os empregos desapareciam e a pobreza concentrada aumentava.

As gangues de cidades grandes começaram a lidar com narcóticos e outras atividades econômicas clandestinas, às vezes tomando o lugar de empreendimentos²⁷¹ geridos pela Máfia. Por fim, quando os fornecedores encontraram mercados novos em comunidades negras e hispânicas para a cocaína, as gangues aproveitaram a oportunidade para ganhar dinheiro e usaram seu poder armado a fim de resolver disputas, cavando ou dominando os mercados²⁷² da droga. Nas comunidades minoritárias pobres dos EUA, como no Terceiro Mundo, a economia informal, incluindo o lucrativo comércio das drogas, tornou-se parte permanente da paisagem econômica e social.²⁷³

Tendências da violência nos EUA desde a década de 1960

A violência urbana nos Estados Unidos varia muito por cidade e no tempo. Cidades como Nova Orleans, Washington e Detroit estão entre as mais violentas do mundo, com índices de homicídio em níveis semelhantes aos do Rio de Janeiro. Cidades de trabalhadores braçais como Gary, em Indiana, St. Louis, em Missouri, e Detroit e Flint, em Michigan, assistiram a aumentos sem precedentes no índice de homicídios durante o período de declínio industrial. No início da década de 1990, quase toda cidade grande dos EUA seguiu pelo mesmo caminho, com saltos importantes no número de homicídios relacionados às “guerras” do *crack*, quando as gangues e outras organizações ligadas à droga travaram batalhas ferozes pelo controle do lucrativo mercado da cocaína.²⁷⁴ Entretanto, todas as grandes cidades dos EUA têm visto, desde então, os índices de homicídios diminuir. Mas em Nova York, Boston e muitas outras cidades da “nova economia”, nos EUA, eles caíram para níveis históricos. A taxa de homicídios em Chicago, entretanto, teve poucas mudanças durante a última década.

A onda de assassinatos urbanos nos EUA, na década de 1990, foi uma epidemia de violência sem precedentes, perpetrada por adolescentes afro-americanos do sexo masculino. Enquanto a criminalidade juvenil como um todo permaneceu estável nos anos 90, a violência armada de adolescentes cresceu acentuadamente no final dos anos 80 e início dos 90. O número de prisões de jovens entre 13 e 17 anos mais do que dobrou, entre 1983 e 1993, enquanto os homicídios cometidos por adultos com 25 anos ou mais diminuíram.²⁷⁵ Além disso, foi entre jovens negros, nas cidades dos EUA, que a maioria dos aumentos de homicídios juvenis

²⁶⁹ Jacobs, James. 1977. *Stateville*. University of Chicago.

²⁷⁰ Wilson, William J. 1987. *The Truly Disadvantaged*. University of Chicago.

²⁷¹ Fry, John R.. 1973. *Locked-Out Americans: A Memoir*. Harper & Row; Ianni, Francis. 1975. *Black Mafia*. Simon & Schuster.

²⁷² Davis, Mike. 1990. *City of Quartz*. Vintage, Padilla, Felix. 1992. *The Gang as an American Enterprise*. Rutgers University Press; Venkatesh, Sudhir Alladi. 1997. “The Social Organization of Street Gang Activity in an Urban Ghetto” *American Journal of Sociology* 103(1):82-111.

²⁷³ Hagedorn, op.cit.

²⁷⁴ Blumstein, Alfred, and Richard Rosenfeld. 1999. “Explaining Recent Trends in US Homicide Rates.” *The Journal of Criminal Law and Criminology* 88(4).

²⁷⁵ Cook, Philip J., and John H. Laub. 1998. “The Unprecedented Epidemic in Youth Violence” in *Youth Violence*, edited by Michael Tonry, and Mark H. Moore. University of Chicago.

ocorreu. O índice de homicídios para negros do sexo masculino, entre 13 e 17 anos, atingiu níveis máximos em 1993, com uma taxa quase inacreditável de 120 por 100.000. O índice para brancos do sexo masculino foi 10% menor que o para negros. Os índices de violência latina, variando entre as diferentes nacionalidades, são intermediários entre os de brancos e negros.²⁷⁶

Dados de Nova York demonstram que os índices de homicídio sem arma de fogo ficaram estáveis durante a febre e o declínio, enquanto todo o aumento de homicídios — e subsequente diminuição — pôde ser atribuído a jovens armados. A taxa de homicídios por arma de fogo para jovens entre 15 e 19 anos subiu 176%, de 1985 a 1991, e depois caiu ainda mais de meados para o fim da década de 90.²⁷⁷

Assim, a ascensão e queda dos índices de homicídio, em cidades dos EUA, estavam associadas em grande parte a adolescentes negros, armas, gangues e guerras pela droga. Os homicídios de gangue nos EUA excederam 2.000 por ano,²⁷⁸ a maioria em Chicago, Los Angeles e outras grandes cidades. Uma quantidade de crianças e adolescentes desempenhava papéis armados dentro das gangues, e membros de cartéis de drogas eram as vítimas e perpetradores principais da epidemia de violência da década de 1990. De acordo com o Departamento de Justiça e os dados do Relatório de Crimes Regulares, durante as guerras do *crack*, os jovens constituíam cerca de 20% do total de vítimas e perpetradores de homicídios, enquanto que, antes e depois do início dos anos 90, eles eram cerca de 10%. Hoje, o homicídio permanece a quarta causa principal de morte para todos os indivíduos do sexo masculino, entre 10 e 14 anos de idade, nos EUA, e a segunda entre os homens de 15 a 19 anos e de 16 a 24. As armas de fogo, principalmente as de mão, são responsáveis por aproximadamente dois terços de todos os homicídios em Chicago.

Uma grande diferença na violência, entre muitas cidades do Terceiro Mundo e dos EUA, é o alcance limitado da violência perpetrada pelo governo americano e a ausência virtual de mortes sofridas e causadas pela polícia. Nos EUA, 56 agentes da lei foram mortos “criminalmente” em 2002. Em Chicago, por exemplo, apenas um policial foi morto em serviço, em 2002, e dois em 2001. Por outro lado, Chicago registrou nove queixas oficiais, por dia, contra excesso de força da polícia em 2002.²⁷⁹

Atores Envolvidos

As gangues dos Estados Unidos hoje variam muito entre cidades e dentro delas. Numa visão geral, o Departamento de Justiça estima que haja aproximadamente 750.000 membros de gangue no país. Tem havido muitas tentativas de se categorizar as gangues, mas no contexto deste estudo, as gangues dos EUA podem ser diferenciadas entre “intersticiais” e “institucionalizadas”.²⁸⁰ O pesquisador de gangues, Frederic Thrasher, usou o termo “intersticial”²⁸¹ para descrever as primeiras gangues de Chicago. Literalmente ele significa

²⁷⁶ Martinez Jr., Ramiro. 2002. *Latino Homicide: Immigration, Violence, and community*. Routledge.

²⁷⁷ Fagan, Jeff, Franklin E. Zimring, and June Kim. 1999. “Declining Homicides in New York City: A Tale of Two Trends.” *The Journal of Criminal Law and Criminology* 88(4).

²⁷⁸ Dados sobre gangues, tirados de fontes oficiais, não são confiáveis e devem ser tratados com cautela, uma vez que as definições de “envolvimento com gangues” varia de acordo com a jurisdição, e a designação de um homicídio relacionado a gangues é, muitas vezes, um julgamento subjetivo individual de um agente ou manipulado com intenções políticas.

²⁷⁹ Relatório Anual do Departamento de Polícia de Chicago, 2002.

²⁸⁰ “Embora as gangues comecem como grupos de colegas sem supervisão e a maioria permaneça assim, algumas se institucionalizam em *barrios*, *favelas*, guetos e prisões. Muitas vezes, essas gangues se tornam empreendimentos comerciais dentro da economia informal e algumas estabelecem ligações com cartéis do crime internacionais. A maioria das gangues compartilha uma identidade racial ou étnica e uma cultura de oposição difundida pela mídia. As gangues possuem ligações que variam com instituições convencionais e, em certas condições, assumem papéis sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos ou militares.” in “Gangs in Late Modernity”, in John Hagedorn, edited, “Gangs in the Global City.” Champaign. University of Illinois Press. In Press.

²⁸¹ Thrasher, op. cit.

“entre” ou a transição dos jovens, de um bairro para outro melhor e/ou da infância para a idade adulta. A maioria das gangues dos EUA era, e continua a ser, composta por grupos intersticiais de transição, surgindo com um grupo de colegas e declinando quando esse grupo amadurece. Mas em algumas cidades, as gangues se institucionalizaram ou persistiram ao longo das gerações, apesar das mudanças de liderança (isto é, por morte, detenção ou “amadurecimento”). Em Chicago, a participação em gangues institucionalizadas chega a dezenas de milhares.

As quatro maiores gangues de Chicago são Conservative Vice Lord Nation, Black Gangster Disciple Nation, The Almighty Latin King e Queen Nation e Black P Stone Nation. Chicago também tem dezenas de outras gangues de vários bairros, como Satan’s Disciples, Black Disciples, 2-6 Nation, Mickey Cobras e Latin Counts. Todas as grandes gangues de Chicago passaram por mudanças importantes e se adaptaram a novas condições.

Conservative Vice Lord Nation (CVL)

A CVL se formou nas ruas de Lawndale, na zona oeste de Chicago, na década de 1950. Originalmente um clube esportivo, seus membros fundadores ficaram detidos juntos no centro correcional para jovens de St. Charles. Nos anos 60, a CVL havia unido a maior parte das gangues da zona oeste numa nação e se tornou uma das quatro maiores gangues de Chicago, controlando muitas operações de jogo e de drogas na zona oeste. A Conservative Vice Lords tomou seu nome em parte por uma orientação conservadora em relação à comunidade, que incluía a abertura de negócios legítimos e de vários centros²⁸² sociais e recreativos. A CVL buscou e recebeu financiamento de fundações privadas e do governo.²⁸³ Como outras gangues de Chicago, ela incluía membros que continuavam no caminho do crime e também membros com consciência social, como o porta-voz Bobby Gore, nos anos 60.²⁸⁴

Os índices crescentes de violência e a ameaça política representada pela organização das gangues resultaram numa “guerra contra as gangues”, movida pelo poderoso prefeito de Chicago, Richard J. Daley.²⁸⁵ Gore foi preso e encarcerado por dez anos e a liderança da CVL destruída, quando o financiamento das fundações foi retirado graças à pressão de Daley.²⁸⁶ A CVL voltou para a conduta criminoso quando suas empresas legítimas faliram.

Longas sentenças de prisão para os líderes da CVL não destruíram a gangue, mas endureceram esses líderes, que mantiveram as ligações com as facções de rua.²⁸⁷ No final da década de 1980, a CVL mantinha uma estrutura abrangente, mas a venda de drogas era a atividade básica, e crianças foram recrutadas para seu comércio. A CVL, como outras gangues de Chicago, fragmentou-se no final dos anos 90, e muitas de suas ramificações assistiram à formação de facções de “renegados”. Agora a violência armada organizada se desenrola muitas vezes entre facções da mesma gangue, em vez de entre gangues diferentes.

²⁸² Ver <http://gangresearch.net/ChicagoGangs/vicelords/VLTitle.html>

²⁸³ Sem título, artigo sem data, reproduzido por cortesia da Chicago Historical Society. Disponível em: <http://gangresearch.net/ChicagoGangs/vicelords/Millionaires.html>

²⁸⁴ Ver “Conservative Vice Lords Inc: A Report to the Public 1968 -1969 Image and Text Gallery”, disponível em: <http://www.uic.edu/orgs/kbc/lawndale/slideshow/slide01.html>

²⁸⁵ Dawley, David. 1992. *A Nation of Lords: The Autobiography of the Vice Lords*. Waveland Press. <http://gangresearch.net/ChicagoGangs/blackstonerangers/Daley.html>, <http://gangresearch.net/ChicagoGangs/blackstonerangers/Fry/waralafry.html>

²⁸⁶ Dawley, *ibid*.

²⁸⁷ Jacobs, *op. cit*.

Black Gangster Disciples (BGD)

A Black Gangster Disciples começou como uma coalizão de gangues de bairro da parte sul de Chicago, na área de Englewood, a comunidade mais violenta da cidade há muito. A BGD esteve envolvida com alguns programas sociais na década de 1960, mas nunca como a

CVL. A BGD é provavelmente a maior gangue de Chicago e mantém seções em dezenas de cidades de todo os EUA. O maior rival da gangue é uma dissensão, a Black Disciples e, ao longo das últimas quatro décadas, “guerras” entre as duas irromperam esporadicamente.

Na década de 1960, a gangue criou uma estrutura que cobria toda a cidade e se tornou a gangue dominante nos conjuntos habitacionais²⁸⁸ públicos. Quando as condições desses conjuntos se deterioraram, a Black Gangster Disciples os reivindicou como territórios, a partir de onde organizava o tráfico de drogas. Os conjuntos eram “espaços defensivos” para a gangue, que se escondia neles quando a polícia chegava e que os usava também para trocar tiros com gangues rivais.

A BGD se tornou alvo de perseguição federal quando seu líder, Larry Hoover, começou a ficar mais proeminente e a se envolver²⁸⁹ politicamente. Em 1992, a gangue mudou o nome de Black Gangster Disciples para Black Growth and Development,²⁹⁰ a fim de enfatizar um papel mais político. A perseguição federal ajudou a fragmentar a BGD. Como outras gangues de Chicago, facções “renegadas” que entram em conflito regular com a gangue oficial surgiram. Como um dos membros explicou, “Cada um continuou com a sua coisa. Não existe lei e não existe regra... É cada um por si agora”.

Black P. Stone Nation

A Black P. Stone Nation já teve muitos nomes diferentes em seus 50 anos de história. Originalmente Blackstone Rangers, a gangue se formou a partir de 21 gangues de bairro menores, no final da década de 1950, sob a liderança de Jeff Fort e Gene Hairston.²⁹¹ A Rangers era conhecida pela violência no combate às gangues rivais, em especial a BGD, por ter tomado conta das atividades ilegais na zona sul de Chicago e pela esperteza política de seus líderes. Ela esteve envolvida com vários programas sociais nos anos 60 e foi o elemento chave nas discussões sobre a unidade do “LSD” — Lords, Stones, Disciples — a coalizão de gangues aliadas com o Partido dos Panteras Negras. A Rangers continuou a se adaptar a condições que variavam e se reinventou como uma pseudo-religião. Mudando o nome para El Rukns, eles lutaram pelos privilégios especiais permitidos às religiões na prisão e se registraram como uma organização sem fins lucrativos, isenta de impostos. Batidas policiais continuaram a prender líderes importantes. Fort e outros foram colocados em prisões de segurança máxima e efetivamente desligados da gangue de rua.

Atualmente, a Black P. Stone Nation, nome mais comumente aceito para a gangue hoje, está em declínio, mas ainda possui bases fortes em alguns bairros da zona sul de Chicago. Eles têm seções para jovens e uma tradição negra, nacionalista, que continua a inspirar lealdade. Muitas ramificações da Stone criaram facções renegadas.

²⁸⁸ O maior desses projetos foi o Robert Taylor Homes, vinte e oito torres de 16 andares que foram, desde o começo, 99% negras.

²⁸⁹ Papachristos, Andrew V. 2001. A.D., After the Disciples: The Neighborhood Impact of Federal Gang Prosecution. New Chicago Schools Press, Inc.

²⁹⁰ Emory, Rod. 1996. The Blueprint: From Gangster Disciple to Growth and Development. Morris Publishing; Moore, ibid.

²⁹¹ “The Almighty Black P. Stone Nation: Black Power, Politics and Gangbanging.” Palestra de Lance Williams. UIC School of Public Health. Transcrito em 18 de outubro de 2001. Disponível em: <http://gangresearch.net/ChicagoGangs/blackstonerangers/lance.htm>

Almighty Latin King and Queen Nation (ALKQN)

A Almighty Latin King and Queen Nation foi formada no final da década de 1950, quando porto-riquenhos migraram para Chicago após a Segunda Guerra Mundial. Originalmente uma gangue de jovens de bairro, a ALKQN formou várias ramificações e emergiu como a maior gangue latina de Chicago. Eles eram aliados de outra gangue de jovens, a Young Lords, nos anos 60, que se transformou numa organização revolucionária e organizou programas sociais em aliança com o Partido dos Panteras Negras.²⁹² A ALKQN e a Young Lords organizaram protestos de rua e a tomada da catedral De Paul. As rivalidades violentas e as ligações políticas da ALKQN a colocaram em conflito com a polícia, e suas lideranças foram presas, enquanto a gangue se tornava cada vez mais envolvida com a venda de narcóticos²⁹³ nas ruas.

A força motriz por detrás do surgimento da gangue foi a valorização de Lincoln Park, sede original da gangue. Ela possui uma organização grande e formal, com um Conselho da Coroa e uma estrutura vertical de liderança que foi comandada por Gino Colon. Colon, como Jeff Fort e Larry Hoover, foi preso nos últimos anos em presídios de segurança máxima e desligado do contato diário com a organização.

Como as gangues afro-americanas, a ALKQN tem estado envolvida com a política em nível local, tentando influenciar os políticos da cidade com votos e dinheiro. Um de seus líderes contou ao autor que “eles [vereadores e membros do congresso] procuram a Latin Kings quando precisam dessa pequena área. Agente ajuda em troca de empregos”. Embora a violência entre as gangues latinas seja alardeada, ela representa apenas cerca de metade do índice de violência das comunidades negras. A violência das gangues latinas gira com mais frequência em torno de cor e retaliação, enquanto que as gangues afro-americanas estão tipicamente em guerra por causa de territórios da droga. A ALKQN possui seções em todo os EUA e em alguns países. Todas essas seções prometem fidelidade à “Terra Mãe”, Chicago, embora os elos sejam mais fraternos que hierárquicos.

Outras gangues institucionalizadas de Chicago

Os bairros de Chicago são uma colcha de retalhos de rivalidades de gangues e mercados de droga. Ruas separam muitas vezes territórios ou locais de venda de uma gangue para outra. Além das principais, Chicago possui dezenas de outras gangues, de bairros e institucionalizadas, com territórios precisamente demarcados. Esse cenário vem se complicando na última década por dois fatores. Primeiro, o surgimento de facções renegadas dentro das gangues. Todos os membros entrevistados comentaram sobre essa crise de controle. O segundo fator é a remoção das gangues por causa da demolição dos conjuntos habitacionais públicos e da valorização dessas áreas. Quando os membros se deslocam para outro bairro, eles entram em conflito com a gangue local e competem pelos mercados da droga. Isso fez com que os homicídios, em Chicago, se deslocassem para o oeste e o sul, na medida em que negros e hispânicos são afastados do centro da cidade.²⁹⁴

Estrutura de Comando

²⁹² “The Young Lords and Early Chicago Puerto Rican Gangs” entrevista com o historiador porto-riquenho Mervin Menendez, em 27 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://gangresearch.net/ChicagoGangs/latinkings/lkhistory.html>

²⁹³ “The Origins of Puerto Rican Gangs in Chicago,” entrevista com Cha Cha Jimenez, em junho de 2002. Excertos da entrevista estão disponíveis em: <http://gangresearch.net/ChicagoGangs/younglords/chacha.htm>

²⁹⁴ Para ver um mapa mostrando a distribuição dos homicídios em Chicago, acesse: <http://gangresearch.net/Globalization/guggenheim/images/slideshow/index.htm>

As gangues de Chicago e de outras cidades se institucionalizaram, com os jovens desempenhando nelas o papel de adultos. As gangues institucionalizadas possuem uma organização complexa o bastante para sustentar múltiplos papéis entre os membros (inclusive as crianças), adaptar-se a diferentes ambientes sem se dissolver (repressão policial, por exemplo), satisfazer algumas das necessidades da comunidade (econômicas, de segurança e de serviços) e organizar uma atitude distinta para seus membros (chamada às vezes de sub-cultura de gangue). Ao mesmo tempo, sua organização varia. Algumas adotaram uma estrutura de corporação, com mesa diretora e presidente de mesa, como a Black Gangster Disciples.

Outras, como a White Fence, na zona leste de Los Angeles, possuem uma forma de organização²⁹⁵ informal e horizontal. A institucionalização parece ocorrer devido a três condições:

- *As gangues se institucionalizam quando o conflito urbano é racial, étnico ou religioso, não apenas baseado em classes.* O conflito de classes parece declinar com o tempo, nos Estados Unidos, em grupos dominantes raciais e étnicos. Assim, gangues étnicas de brancos se incorporaram em estruturas urbanas de poder. Entretanto, as gangues afro-americanas e latinas se institucionalizaram como forasteiras, e seus grupos étnicos foram excluídos do poder legítimo. As gangues possuem tipicamente uma identidade racial forte, muitas vezes, com nuances religiosas e/ou políticas.
- *As gangues se institucionalizam em bairros onde controles, serviços e oportunidades econômicas formais estão ausentes.* Quando o estado é incapaz de manter controle sobre guetos, as organizações de rua chegam e fornecem resolução para os conflitos e a ordem. Em muitos bairros, o envolvimento da polícia foi bem recebido quando a violência das gangues ou da droga saiu fora de controle. Às vezes, entretanto, as gangues receberam legitimidade devido ao racismo e à brutalidade da polícia. Segundo, o lucro com as drogas permitiu às gangues proporcionar aos jovens da área empregos de nível inicial na economia ilícita. Terceiro, esse lucro permitiu às gangues proporcionar serviços e ajuda a moradores em situação econômica difícil.
- *As gangues se institucionalizam em espaços defensivos.* Em Chicago, o gueto negro e os conjuntos habitacionais forneceram espaços defensivos que permitiram às gangues persistir.

A lei continua a retratar as gangues institucionalizadas de Chicago como burocracias hierárquicas fortemente organizadas, um tipo de versão criminal de um departamento de polícia ou do exército.²⁹⁶ Enquanto todas as gangues têm um líder ostensivo, muitas vezes preso e tentando “dar as ordens” detrás das grades, a estrutura de comando verdadeira é mais complexa e menos conspiradora do que a lei acredita. Como um todo, as gangues institucionalizadas parecem ter uma liderança centralizada, que mantém laços frouxos com ramificações de bairro e seções em outras cidades.

Relações com a Comunidade

As gangues institucionalizadas possuem ligações fortes com as comunidades através dos parentes que lá residem e dos serviços que fornecem. Um número grande de moradores da

²⁹⁵ Emory, Rod. 1996. *The Blueprint: From Gangster Disciple to Growth and Development*. Morris Publishing., Moore, ibid.

²⁹⁶ Ver, por exemplo, um diagrama ou estrutura organizacional feitos pela Comissão de Crimes de Chicago, disponível em: <http://gangresearch.net/ChicagoGangs/earlygangs/gangbur.html>

comunidade se opõe às gangues, enquanto outros temem retaliações se assim o fizerem.²⁹⁷ As gangues também tomam parte em atividades políticas, cívicas e religiosas e construíram relacionamentos de longa data com líderes da comunidade.

A Latin Kings, como muitas outras, se vê não só como gangue, mas também como beneficiadora a comunidade. Como diz um membro: “E não é porque eu estou pronto pra morrer pela gangue, mas porque eu estou pronto pra morrer pra melhorar a situação do meu povo”.

Papel do Estado

Membros de gangue vêm muitas vezes a polícia como necessária, embora corrupta, abusiva e racista. Policiais estão também implicados em atividades das gangues, como explicou um membro:

Tem tantos canas que ainda estão dando em cima de gangues. Eles não ficam necessariamente nas esquinas, mas eles ajudam os colegas. [Eles] pegam as drogas numa batida e levam elas pros colegas.

As gangues de Chicago possuem uma longa tradição política. Membros de gangues negras e latinas discutem, longe dos microfones, pagamentos para policiais e vereadores em troca de proteção. Um acontecimento importante foi a eleição para cargos públicos de ex-membros de gangue em alguns bairros. Esses políticos prestam favores à antiga gangue em troca de ajuda nas eleições. Um King explicou como a ALKQN manteve influência política:

Os legisladores precisam do nosso voto porque a gente é uma parte muito grande da comunidade e, vamos reconhecer isso, a gente tem poder. Talvez a comunidade não goste de admitir que a gente tem poder, mas os otários que fazem as leis sabem que a gente tem controle sobre as pessoas porque, se a gente não tivesse, eles não iam precisar da nossa ajuda então.

Às vezes um político não consegue cumprir suas promessas, como esse Disciple explica: “Os Kings da rua 26 estavam prestando uns favores para [um político da cidade] e ele prometeu que ia conseguir emprego pra eles. Aí ele caiu fora da eleição [os Kings] jogaram então uma bomba no escritório dele e tentaram matar ele”.

II. PERFIS DE COAV

Histórias Pessoais

Na maioria dos bairros negros, mexicanos e porto-riquenhos, o grupo atual do que é muitas vezes chamado de “super gangues”²⁹⁸ vem sendo uma constante desde finais da década de 1950. Crescer nesses bairros muito pobres, em especial para os homens, significa tomar a inevitável decisão de ingressar ou não numa gangue:

Eu me lembro desde que eu tinha cinco anos deles lá fora atirando com arma e tudo... Eles tinham a Stones [uma gangue rival] e bem ali onde a gente tava, eles tinham a Gangsters [a gangue do entrevistado] você entende o que eu estou dizendo, gente morrendo e tudo.

Uma pesquisa²⁹⁹ anterior descobriu que, nas áreas dominadas por gangues, o histórico familiar não é a variável mais significativa que determina a participação. Coerente com outra

²⁹⁷ Venkatesh, op. cit.

²⁹⁸ “Super gangues” é termo dado para as gangues institucionalizadas de Chicago, com várias ramificações.

²⁹⁹ Ver Short, J.F., Jr., and Strodbeck, F.L. 1965. Group Process and Gang Delinquency. Chicago, IL: University of Chicago; Moore (1978); Venkatesh (2000).

pesquisa, este estudo descobre que a pressão dos colegas, num bairro pobre, exerce um efeito poderoso sobre os jovens e se vão ou não ingressar numa gangue. Embora a presente amostra não possa ser considerada representativa, os entrevistados neste estudo vêm de famílias pobres, mas não particularmente degradadas. Cerca de metade deles foi educada por ambos os pais.

A experiência mais comum entre os entrevistados foi a de não ter completado a escola secundária. Nenhum deles conseguiu, embora cerca de metade retornasse mais tarde para a escola ou recebesse um diploma equivalente. Suspensões, expulsões ou ausências de crianças da escola interagem, juntamente com o envolvimento em gangues, para fazerem meninos e meninas verem as gangues como substitutas da família ou como uma instituição basicamente socializante. Tipicamente, os jovens ingressam ou acompanham uma gangue *ante* de serem suspensos ou expulsos da escola. Uma combinação de comportamento rebelde na escola, professores racistas e sem imaginação, perseguição da polícia, disputas de gangue e vidas problemáticas interagem para afastar os jovens de gangue da escola.

As garotas também seguem o mesmo padrão de luta e saída prematura da escola. Para elas, a experiência com a gangue coincide muitas vezes com a gravidez precoce, que resulta tipicamente no abandono da escola. Em Milwaukee, a maioria da nossa amostragem de 73 membros de gangue mulheres havia sido mãe na adolescência.

Processo de Envolvimento

Três formas de ingresso em gangues foram apontadas pelos entrevistados em Chicago — através de laços de família, recrutamento de um grupo local pela gangue institucionalizada da área e como uma “coisa natural” para se fazer. Os entrevistados ingressaram na gangue tipicamente no começo da adolescência ou final da infância. As gangues institucionalizadas são por definição duradouras e possuem ligações profundas nos bairros. Uma forma da gangue se reproduzir é através do “sistema irmão”, de trazer um irmão menor para a organização quando ele fica mais velho.

Um membro da Black Gangster Disciples explica como um irmão abriu caminho para seu recrutamento: “É, ele era da Gangster e eu também tava da fim de ser, ser que nem meu irmão, da Gangster. Você está entendendo o que eu quero dizer? Manter isso na família”.

Outro membro descreve a importância do irmão no seu progresso dentro da gangue:

Bom, as pessoas sabiam que meu irmão tava na gangue, e aí eles souberam que eu também tava na gangue, eles estavam me dando muito amor, porque ele era mais velho que eu e tinha status na gangue... Ele era meu irmão e, ao mesmo tempo, ele sabia que eu tava tentando fazer uma coisa legal, ter uma posição pra que eu pudesse estar aqui um dia.

Enquanto as gangues institucionalizadas existem na maioria dos bairros de Chicago, grupos espontâneos de adolescentes ainda se formam. Mas uma vez formados como grupo, eles vão ter que decidir com quem se aliar. Para uma gangue “nêutron”,³⁰⁰ que não se alia ou ingressa numa gangue institucionalizada dos arredores, isso significa nenhuma proteção e um risco constante de violência. Um membro conta como um grupo desses foi recrutado pela Satan’s Disciples (SD):

Bom, [nós] não tava envolvido [com a SD] era só um grupo que a gente tinha com uns garotos... A gente era mais ou menos uns 50. Eu já tava com 10 anos de idade naquela época. Quando um SD saiu da prisão, eu tinha acabado de fazer 12, e ele disse pra gente, ‘Olha, se vocês quiserem entrar pra SD...’, porque não tinha ninguém deles nesse quarteirão. Aí, a gente concordou.

³⁰⁰ “Nêutron” é o termo comum para uma pessoa ou gangue neutra, alguém que não toma partido na implacavelmente dividida cultura de gangues em Chicago.

Outros ingressaram em gangues para ganhar dinheiro; como explicou um deles: “Eu me envolvi porque [...] um cara me influenciou. Eu tava indo pra escola e [...] minha mãe tinha uma família grande, e eu não conseguia as coisas que eu precisava, então ele me disse [...] pra vender droga e eu pude então ter minhas coisas”.

Membros de gangue mulheres

De muitas formas, a citação a seguir, de uma jovem mulher que ingressou na Sisters of the Struggle (SOS), a ala feminina da Black Gangster Disciples, demonstra o inter-relacionamento de família, finanças e diversão. Ela também descreve um sentimento de segurança, que é uma das vantagens de se estar numa gangue:

Na minha família tinha sete ou oito crianças, e a maioria era menino [...] Os garotos [estavam] todos na Gangster Disciples. Aí, já viu, né? A gangue das garotas se chama SOS, mas é a mesma coisa. Você tem que estar numa, no caso de alguém... Então eu entrei pra gangue. Aí eles não se metem muito com você. Você não consegue vender droga se não estiver numa [gangue].

Atitudes da gangue em relação à escola

Um viés comum que passa por todas as gangues de Chicago é uma visão normativa sobre a importância da educação, expressada pelos membros mais velhos. A maioria delas tem regras em relação à necessidade de se permanecer na escola, e os membros mais jovens sofrem pressão para não se descuidarem da educação. Apesar das normas, a sedução de ganhar dinheiro tem empurrado os garotos da escola para a rua: “As coisas na escola começaram a ficar pior. Cara, eu tinha que ter mais [dinheiro] de qualquer jeito, então eu comecei a servir.”³⁰¹ Foi aí que eu comecei a faltar mais à escola”.

Envolvimento Atual

Uma vez na gangue, os jovens membros têm papéis de apoio para desempenhar nas operações com drogas, na organização e na violência contra os rivais. Embora as gangues institucionalizadas de Chicago possuam organização municipal ou nacional, o cerne de todas elas são as ramificações de bairro, que exercem grande autonomia. Enquanto as características organizacionais formais de cada gangue são diferentes, a centralidade das ramificações de bairro é uma constante.³⁰² A maioria das gangues é dividida por idade, com os novatos ou “baixinhos” tendo sua liderança indicada pelos membros mais velhos, às vezes chamados de “GOs” ou “gângsteres originais”.

A venda de drogas começa muito cedo para alguns. Um membro jovem da CVL entrevistado declarou conhecer dois garotos, de oito ou nove anos, tomando conta da venda de drogas. Como um Vice Lord explicou, as funções dentro da gangue, inclusive a venda de drogas, parecem não depender da idade dos membros:

Isso não dependia de idade, dependia da esperteza. Tem gente que nasceu pra certas coisas. Tem pessoas que não conseguem separar a própria droga. A cabeça delas não foi feita pra aquilo... Se a pessoa quer trabalhar, então ela tem que ficar de olheiro na esquina por causa da polícia, se ela souber fazer isso. Isso não tem nada a ver com idade, tem a ver com a capacidade.

A maioria das gangues, entretanto, só permite às crianças muito novas o desempenho de tarefas de apoio, como olheiro, segurar armas e drogas para os mais velhos. As penalidades por posse de droga e de armas são muito menos severas para os jovens. Os 14 entrevistados para

³⁰¹ “Servir” é a gíria das gangues para se referir à venda de drogas.

³⁰² Ver gangresearch.net

este estudo vêem os garotos de hoje como sendo mais rebeldes do que eles foram quando ingressaram na gangue. De acordo com um deles:

Esses garotos de hoje, eu não deixo arma com eles. Eles sabem atirar direitinho e eles têm arma também... Eu vi outro dia um garotinho de 11 anos que parecia ter 25, mas tinha só 11, 12 anos. Eu brinquei com ele um pouco e disse pra ele 'Onde que você conseguiu essa [arma]? 'Não se preocupa com isso não.' Isso não é da minha conta. É, foi o que ele me respondeu, 'Não esquento com isso não'.

Os garotos mais novos tinham um papel de apoio a desempenhar, carregando armas:

O meu trabalho, de todos os garotos, era ir pra escola, pra escola secundária já com arma... A gente ia pegar eles na escola todo dia... Ia levar as armas e esperar eles [os membros mais velhos da gangue] saírem... A gente guardava elas porque eles falava 'vocês são novo ainda, a gente vai pra cadeia, mas vocês vão só pro centro de menor'. Foi quando eu segurei arma pela primeira vez, quando eu tinha 12 anos.

De acordo com os entrevistados, a BGD possui uma seção juvenil (para idades entre 12 e 16) que é dirigida por um coordenador que decide sobre a distribuição das armas, entre outras responsabilidades. Embora as normas das gangues não sejam favoráveis a crianças com armas, a realidade das ruas é muitas vezes diferente. Quando perguntado se os líderes relutavam em ver garotos com armas, um BGD explicou: “Eles acham que, porra, o cara faz parte disso. Se alguma coisa dá errado, o cara tem que ter uma [arma]. É assim”. Um jovem da BGD descreveu seu acesso às armas quando era um membro adolescente: “Quando eu era pequeno, eu tinha uma .357, uma .25, uma *tech* de 100 tiros e uma calibre 40. As pessoas me davam arma, os mais velhos, eu tinha uns 15 anos”.

Muitas vezes, mulheres membros da gangue carregam e escondem armas para os homens, já que têm menos probabilidades de serem pegas e que as penalidades seriam menos severas. Mulheres membros declararam em entrevistas saber como se usa uma arma, e algumas delas disseram ter atirado em outras.

Enquanto a violência diminuiu um pouco em Chicago, desde as guerras por droga do início da década de 1990, para nossos entrevistados as coisas pioraram: “Eles diziam pros caras mais novos [...] pra ir pra escola ou qualquer outra coisa, entendeu? Não era essa coisa de matar alguém ou nada. Mas agora... Os caras novos, eles são terríveis”.

Violência Armada

Crianças e jovens com menos de 18 anos estão envolvidos com violência armada de todos os tipos. A violência ocorre principalmente por causa das disputas por drogas, mas também devido a rivalidades entre as gangues.

Os membros mais velhos relutam geralmente em pôr armas na mão de crianças e adolescentes, que são vistos como irresponsáveis ou que podem falar para a polícia. Entretanto, uma vez na gangue, as crianças têm acesso e usam armas desde muito novas. Como um membro mais velho explicou:

Não dá pra o cara entrar pra gangue se não tiver 13 ou mais, entendeu? Cara, só a partir de 13 ou mais. Com 12, não dá. A gente chama isso de gangue de grupo. Então, de 13 pra cima, o cara já tem idade pra entrar. Cara, você vai entrar pra uma gangue, você vai, cara, você vai segurar uma pistola.

Quando perguntado sobre a idade que tinha quando atirou com uma arma pela primeira vez, um membro mexicano da SD disse: “Eu tinha 13. Alguém invadiu nosso bairro, eu já era

da SD. E alguém invadiu nosso bairro tentando atirar na gente”. Um jovem expressou sua reação emocional ao disparar uma arma aos 16 anos:

Quando eu atirei pela primeira vez, foi como se eu tivesse perdido. O meu amigo tinha uma arma, eu nunca tinha atirado. Quando eu atirei pela primeira vez, acertei uma pessoa. Eu comecei a ver corpos vindo na minha direção... Eu tava sozinho. Eu fui embora, mas eu me sentia assim, puxa, matei alguém ou acertei alguém. Eu tava perdido, tipo o que eu faço? O que eu faço? Me mato?

A vasta maioria do suprimento de armas de uma gangue é de armas de mão, fáceis de ocultar e compradas por baixo preço nas ruas. Enquanto histórias sobre armas poderosas circulam, a maior parte dos disparos, incluindo aqueles feitos pelos mais jovens, parte de

pistolas automáticas de pequeno calibre. Quando perguntados sobre o tipo de arma a que os mais jovens têm acesso, os membros responderam: “Automáticas para os baixinhos, é o que a gente tem. Revólveres e outras merdas. Revólveres automáticos”.

Todos os entrevistados haviam visto amigos serem mortos e a maioria já tinha sido baleada. Esse Vice Lord viu o melhor amigo morto um dia antes de ser entrevistado: “Meu amigo foi morto ontem, o nome dele é Big Boy... Levou seis tiros na cara. Ontem mesmo eu tava conversando com ele [...] Foi minha avó quem disse que ele tava morto. Eu estou me sentindo mal demais, eu tinha visto ele duas horas atrás”. Um dos entrevistados fazia o papel de executor para sua gangue. Esse foi o único entrevistado que levava uma vida de violência constante quando mais jovem. Ele recorda seus dias de assassino:

Se você sabe que matou alguém, cara, e você sabe que atirou realmente naquela pessoa, cara, isso vai ter um efeito. Um dos efeitos é que você começa a se preocupar se a polícia vai te pegar, e outro efeito, você na verdade não quer matar ninguém, entendeu? Mas a pressão dos colegas, mais uma vez, pinta a pressão dos colegas. Aí, se você, quer dizer, se algumas pessoas não atiram pra matar, cara, elas estão atirando só por atirar, entendeu?

Razões para a violência armada

Dinheiro: As “guerras” de gangue são uma ocorrência diária em Chicago. Enquanto as disputas por mercados de droga são a razão dominante de homicídios pelos membros de gangue afro-americanos, os das gangues latinas insistem que as rivalidades entre gangues são a causa da maior parte da violência letal: “A nossa não é por causa das drogas. De jeito nenhum, jamais por território de droga... A nossa é tipo pela nossa gangue, rivalidade”. Por outro lado, nos conjuntos habitacionais e nos bairros negros, não há dúvida de que a violência é por causa de dinheiro, drogas e masculinidade:

Basicamente, foi por causa de dinheiro, aí você quer o controle... Porque eles estavam ganhando muito dinheiro com blows,³⁰³ e a gente tava ganhando dinheiro com coke. O dinheiro da maconha, a gente dividia. Mas isso não ia dar certo. Todo mundo queria tudo. Foi assim que as guerras começaram.

Renegados: outra causa da violência em Chicago hoje é a fragmentação das gangues e o surgimento de gangues de renegados, grupos que se separaram das gangues institucionalizadas. Elas não seguem as ordens da “nação” ou da gangue mãe, estão naquilo “só por causa do dinheiro” e não se importam muito com a comunidade. É cedo ainda para se dizer qual será o efeito a longo prazo da fragmentação das gangues. Mas a curto prazo, as gangues de renegados

³⁰³ Neste caso, “blows” pode ser usado para se referir à cocaína em pó e “coke”, para crack.

ou de “foras da lei” parecem aumentar o conflito intra-gangue. Esse membro explica porque alguns se tornam “renegados”: “Isso acontece porque crioulo, entendeu, fica cheio de coisa na cabeça. Crioulo não quer mais saber de honra nem de violação. Crioulo não quer pagar o que deve”. Outro membro vê o surgimento das gangues de renegados e a eficiência da polícia em prender líderes como levando à violência criminal: “Eles acham que são muito espertos, tirando o queijo [líderes de gangue] todo da rua, mas eles só estão estragando tudo, deixando esses grupos com gente barra pesada fora”.

Demolição dos conjuntos habitacionais e valorização: na década de 1990, a cidade de Chicago começou a demolir os conjuntos habitacionais de prédios que havia construído meio século antes. Enquanto o prefeito declarava que pôr abaixo os conjuntos era uma tentativa de diminuir a criminalidade, os espaços ocupados por eles haviam coincidentemente se tornado áreas nobres. Milhares de famílias afro-americanas foram deslocadas e removidas para comunidades de periferia. Ao mesmo tempo, as áreas de porto-riquenhos e mexicanos também estavam se valorizando, e muitas famílias latinas foram empurradas na direção oeste, dos subúrbios. Essa re-divisão do espaço em Chicago é semelhante à mudança de espaços na atividade das gangues em cidades do mundo todo, por causa da valorização, do deslocamento e da segregação.³⁰⁴ A remoção dos conjuntos habitacionais levou, muitas vezes, a disputas por mercados de droga. Cerca de metade das entrevistas foram realizadas com membros de gangue que haviam sido removidos, em virtude da demolição de seus conjuntos, ou que viviam em áreas que recebiam membros desses conjuntos. Um Satan’s Disciple, da zona oeste, comentou sobre a violência que surgia em decorrência da remoção: “Quando os conjuntos vêm abaixo, eles começam a se mudar pra cá... Quando todos os conjuntos tiverem ido abaixo, vai haver uma guerra”.

Perspectivas Futuras

A maioria dos entrevistados tinha e vinte e poucos anos e, olhando para frente, não sabiam como poderiam ocorrer mudanças. Ter filhos fazia muitas vezes esses jovens membros de gangue pararem e pensarem: “Eu vou tentar sair fora, cara, porque eu tenho três filhos, cara [mas] eu não consigo arranjar um emprego, entendeu? Eu tenho que sustentar meus filhos. Então eu vendo droga pra tentar sustentar eles”.

Embora alguns não estivessem certos sobre o que fazer para melhorar a “situação das gangues”, alguns dos entrevistados achavam que as velhas lideranças poderiam melhorar as coisas se voltassem para as ruas:

Porque o cara [o líder de gangue Larry Hoover] era muito poderoso... Ele criava emprego aqui fora. Mas ninguém está fazendo isso. Todo mundo está abrindo restaurante. Quem quer um trabalho de US\$ 5.25 por hora? Em uma semana você ia conseguir o que se ganha na rua em meia hora só.

Outros estão simplesmente fora da realidade, por exemplo, afirmando que querem entrar para o esporte profissional ou usar contatos pessoais importantes para tirá-los dessa vida, revelando sua incapacidade de imaginar alternativas reais.

Esse Vice Lord enfocou a importância do controle de armas: “Tem que pegar os caras que vendem arma. Quem vende arma? [...] Pra que a gente precisa de arma? Ninguém vai atirar em ninguém se não tiver arma”.

Esses dois Satan’s Disciples viam algo de bom nos esforços do prefeito para o desenvolvimento da comunidade, mas levantaram a questão do emprego: “Eu acho que o plano

³⁰⁴ Caldiera, Teresa P.P. 2000. City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in Sao Paulo. Berkeley: University of California. Caldiera, Walls of Segregation.

dele é bom, [...] construir essas comunidades boas, entendeu, todos esses condomínios! [...] É um começo. Mas ele tem que olhar também pra economia”.

Todos os entrevistados expressaram interesse em voltar para a escola e conseguir um diploma ou educação adicional. Esse Gangster falou como estava enjoado e cansado da vida de rua: “[Outros caras na rua dizem] a gente não gosta de você, mais isso e aquilo, arrumam briga sem razão. Eu estou tentando ir pra escola, ser alguém e é isso que eu quero. Ficar longe de problema”. Por outro lado, a sedução das ruas é muito forte: “Entende o que eu estou dizendo? Vender droga ou fazer sexo. É feito um ciclo... Fica chato depois de um tempo, mas é isso que a gente gosta de fazer todo dia”.

III. PROGRAMAS SOCIAIS DIRECIONADOS A COAV

Programas de Intervenção na Violência em Chicago

Programas que trabalham com gangues e violência possuem uma longa tradição em Chicago. Muitos dos programas de hoje reproduzem algumas das características principais do Projeto Para a Área de Chicago,³⁰⁵ estabelecido em 1934 como uma resposta baseada na comunidade para a delinquência juvenil e ainda ativo hoje. Nas décadas de 1940 e 50, a organização comunitária de Saul Alinsky se tornou o paradigma de ações em comunidades e de programas³⁰⁶ para prevenção da delinquência. Esses programas empregam em geral trabalhadores “autônomos”, que são muitas vezes ex-membros de gangue, para atuar junto a elas.

Embora os índices de homicídio tenham permanecido altos em Chicago (em oposição a outras cidades dos EUA), isso deve ser visto como consequência de fatores estruturais, como a presença forte das gangues institucionalizadas, em vez de ser atribuído à ineficiência dos programas de prevenção contra a violência na cidade. Além disso, a polícia de Chicago vem reagindo à violência das gangues com patrulhamentos intensos e agressivos, o que apenas desloca a violência sem acabar com ela.³⁰⁷

Abordagens psicológicas para a violência de “negros contra negros”

Na década de 1980, a violência de “negros contra negros” havia se tornado uma questão crucial na comunidade afro-americana de Chicago, onde mais de dois terços dos homicídios da cidade ocorriam. O psicólogo Carl Bell argumentou que os altos índices de violência levavam a uma síndrome de estresse pós-traumático, uma enfermidade relacionada à guerra.³⁰⁸ Bell descobriu que mais de um quarto das crianças negras, nos bairros pobres, havia presenciado um homicídio e argumentou que muitos dos jovens que se tornaram perpetradores poderiam ter recebido tratamento clínico após sua exposição à violência.

O Departamento de Serviços Para Jovens e Crianças de Chicago fornece atendimento psicológico para crianças expostas à violência, embora os níveis de financiamento para esse serviço sejam muito baixos. Adolescentes que participam da violência armada organizada são

³⁰⁵ Muitos estudos examinaram as características desse projeto, como os que se seguem: Carey, James T. 1990, “The People Versus the Experts: The Chicago Area Project.” Trabalho não publicado da University of Illinois-Chicago; Finestone, Harold. 1976. “The Delinquent and Society: The Shaw and McKay Tradition.” In *Delinquency, Crime, and Society*, ed. James F. Jr. Short. Chicago: University of Chicago; Schlossman, Steven, and Michael Sedlak. 1983. “The Chicago Area Project Revisited.” Santa Monica, California: The Rand Corporation and Schlossman, Steven L., Gail Zellman, and Richard Schavelson 1984 *Delinquency Prevention in South Chicago*. Santa Monica, California: Rand Corporation; Sorrentino, Anthony. 1959. “The Chicago Area Project After 25 Years.”

³⁰⁶ Alinsky, Saul 1946. *Reveille for Radicals*. Chicago: University of Chicago.

³⁰⁷ Blumstein, Alfred, and Joel Wallman, eds. 1999. *The Crime Drop in America*. Cambridge: University of Cambridge Press.

³⁰⁸ E.g. Bell, Carl C., and Esther Jenkins, J. 1991. ‘Traumatic Stress and Children.’ *Journal of Health Care for the Poor and Underserved* 2.

detidos no sistema de justiça juvenil ou “cedidos”³⁰⁹ para os tribunais de adultos e condenados à prisão. O Departamento de Serviços para a Criança e a Família (DCFS em inglês) faz algumas tentativas para identificar infratores jovens violentos e fornecer aconselhamento. Os programas, entretanto, só proporcionam atendimento para crianças com menos de 12 anos, se ele ou ela corre perigo imediato. O porta-voz do DCFS disse que eles não oferecem serviços para qualquer “delinqüente” envolvido com violência.

Programas de intervenção na violência, tecnologia de informação e cultura

Nos EUA, cidades com altos índices de violência estão à margem da economia de informação — como Detroit e Milwaukee — ou têm grandes áreas da cidade socialmente isoladas e excluídas da nova economia. Abordagens diretas à conduta violenta precisam ser suplementadas com programas que prometam esperança, como através da exposição dos jovens de comunidades minoritárias pobres a tecnologias de informação. Abordagens culturais, como através da arte e do esporte, têm se mostrado eficientes também e podem alcançar aqueles jovens que de outra forma não estariam abertos à intervenção.

Por exemplo, o trabalho do pesquisador combinou projetos murais com gangues rivais e treinamento em *design* de páginas da *web* para membros de gangue.³¹⁰ Os jovens precisam ver que haverá empregos que podem dar a eles esperança para o futuro, e as atividades culturais e esportivas são modos eficientes de atrair a juventude de gangue e oferecer alternativas. Dois programas direcionados aos jovens de Chicago exibem essas abordagens contrastantes mas complementares.

Estudo de Caso de Boas Práticas 1: Operação Cessar-Fogo

O maior programa de “trabalho autônomo” em Chicago hoje é o Operação Cessar-Fogo,³¹¹ uma intervenção financiada pelo estado, de milhões de dólares, realizada pela Escola de Saúde Pública da University of Illinois-Chicago. Formado em 1995, o projeto é um esforço municipal e regional para reduzir a violência nas comunidades responsáveis por um grande número de homicídios. Sua missão é trabalhar com parceiros na comunidade, na cidade, no município, no estado e na federação para reduzir a violência de rua, a saber, mortes e trocas de tiro, usando uma abordagem de saúde pública.

Essa abordagem inclui desenvolver o discernimento e um comprometimento total com objetivos específicos: o estabelecimento de metas a longo e curto prazo; estratégias de desenvolvimento baseadas em boas práticas, mas adaptadas à situação local por profissionais locais; e uma estrutura de gestão que trabalhe nos níveis da comunidade e da cidade/município. A população alvo do Cessar-Fogo são os adolescentes e adultos jovens. Os trabalhadores do projeto trabalharam com 902 “clientes” jovens entre junho de 2001 e dezembro de 2002. Os serviços típicos são encaminhamento para escolas, trabalho, programas de recuperação de drogados e serviços de saúde mental.

A Operação Cessar-Fogo alega sucesso em suas intervenções, como a diminuição de confrontos à bala, comprovadas por relatórios policiais em todos os bairros onde eles mantêm seus trabalhadores autônomos. Garfield Park, por exemplo, assistiu a uma redução de 67% nas trocas de tiro em 2000 e 2001. Da mesma forma que as políticas de patrulhamento policial

³⁰⁹ Nos Estados Unidos, crianças abaixo dos 18 anos costumam ser tratadas dentro do sistema de justice juvenile, cujo objetivo é “o melhor para a criança”. Crianças de até 10 anos que cometem homicídios ou outros atos de violência armada são rotineiramente “cedidas” para o tribunal de adultos, numa indicação de que seu status juvenil está acabado e que elas receberão julgamento de adulto.

³¹⁰ Hagedorn, John M. 1998. *People and Folks: Gangs, Crime, and the Underclass in a Rustbelt City*. Second Edition ed. Chicago: Lakeview Press.

³¹¹ Para maiores informações, ver a página do programa em: http://www.ceasefirechicago.org/main_pages/getinfo.html

intensivo, as abordagens da comunidade à violência, numa certa área, podem ser efetivas para afastar a violência, mas têm um impacto mínimo sobre a violência na cidade toda.

Estudo de Caso de Boas Práticas 2: Mídia Jovem de Rua

O Mídia Jovem de Rua (SLYM em inglês)³¹² é uma abordagem cultural para jovens “em risco” de Chicago. Ele proporciona oportunidades educacionais de auto-expressão, comunicação e mudança social, para jovens de áreas pobres, usando arte e tecnologias emergentes de mídia. Os programas buscam a construção de auto-estima e de pensamento crítico para os jovens da cidade, que foram historicamente negligenciados pelos legisladores e pela mídia de massas, e incluem habilitações para produção de vídeos, artes gráficas e Internet.

O primeiro programa piloto, Solo Neutro, demonstrou como a mídia consegue transformar uma comunidade. Usando câmeras para criar uma série de cartas-vídeo, gangues rivais que jamais haviam se falado face-a-face, desenvolveram um diálogo sobre identidade. Através de vídeos, eles ensinaram uns aos outros como se comunicar e, pelo menos durante algum tempo, foi negociada uma trégua entre as facções opostas. Hoje, o Juventude Solo Neutro é centro cultural e revista virtual para jovens da zona oeste de Chicago. O SLYM não depende de caridade para sua existência, mas baseia seu apoio na renda obtida com muito trabalho e programas de qualidade. Ao se tornar parceiro da cidade em 2001, o SLYM pôde desenvolver programas de emprego que pagam mais de US\$ 80 mil em salários para jovens.

Recomendações

Fatores estruturais criam as condições para a violência persistente em Chicago e precisam ser tratados com a ajuda de esforços programáticos. A falta de emprego e a educação deficiente nas comunidades pobres afro-americanas e latinas alimentam o envolvimento com as gangues e estão relacionadas à violência. Pobreza, desemprego e escolas deficientes, entretanto, não levam automaticamente a altos índices de violência. Em Chicago, milhares de famílias e ramificações inteiras de gangues vêm sendo removidas para os subúrbios, porque os pobres são deslocados das áreas centrais da cidade. Isso tem contribuído para manter os mercados da droga voláteis, já que os traficantes removidos competem violentamente com gangues já estabelecidas por fregueses. Além disso, a repressão policial não afastou as gangues, mas conseguiu fragmentá-las, acrescentando assim a violência intra-gangue à inter-gangue.

O que é necessário em Chicago para reduzir a violência armada organizada é uma combinação de programas juvenis, reforma institucional e mudança estrutural. Especificamente, os legisladores deveriam se esforçar por:

- Acabar com a migração forçada de moradores de conjuntos habitacionais para outras partes da cidade, reabilitando suas casas atuais ou construindo outras novas na mesma área;
- *Acabar com a dependência dos bairros pobres de Chicago na economia baseada nas drogas, desenvolvida pelas gangues; empregos lícitos e desenvolvimento econômico são necessários em comunidades pobres (isto é, se a substituição de plantio é bom para a Colômbia, deveria ser bom também para Chicago);*
- Mudar as práticas policiais com relação à “guerra às drogas”: ignorar no geral as estratégias de sobrevivência de pequena escala, e não violentas, como a maior parte da venda de drogas nos bairros, já que esta é, muitas vezes, a única opção de trabalho para setores marginalizados, como os que ingressam nas gangues;
- Apoiar economicamente e promover programas de mediação de conflitos, baseados nos bairros e que empreguem ex-membros de gangue; e

³¹² Para maiores informações, ver a página do programa em: <http://streetlevel.iit.edu>

- Apoiar economicamente e promover programas culturais e baseados na informática para jovens, em especial a juventude afiliada a gangues.

Conclusão

Embora em todas as cidades umas poucas crianças cometam atos de violência armada, é apenas em cidades com gangues institucionalizadas que se pode falar de crianças ou jovens participando da violência armada *organizada*. Crianças, adolescentes e jovens que desempenham tarefas armadas, nas gangues institucionalizadas da cidade, conduzem grande parte da violência armada organizada em Chicago. O acesso às armas combinado a décadas de rivalidade entre gangues e competição por mercados de droga estimula a violência. A fragmentação das gangues de Chicago, através da repressão e desmoralização policiais, levou a uma crise de liderança, o que tem provocado uma violência contínua, fora de controle, promovida pelos novos líderes de gangue que substituíram lideranças mais antigas, hoje na

prisão. A remoção das famílias afro-americanas por meio da demolição de habitações populares vem desestabilizando os mercados de droga, ao receberem comunidades e traficantes desorientados. De forma semelhante, a valorização tem removido os moradores latinos, mas ela também mudou a natureza dos mercados de droga locais, proporcionando às gangues um mercado de gente mais abastada.

Enquanto a violência armada organizada entre crianças está declinando na maior parte dos Estados Unidos, Chicago assistiu a poucas mudanças ao longo da última década. Mais de 600 pessoas foram mortas a cada ano na cidade, mais do que em qualquer outra dos EUA. Os índices de homicídio para crianças e adultos jovens caíram na maioria das cidades grandes que não possuem gangues institucionalizadas. O início da década de 1990 foi o auge das “guerras” de droga nos EUA, e o aumento acentuado de infratores e vítimas se deveu, em grande parte, a garotos negros e hispânicos armados agindo em gangues. O declínio no final dos anos 90 significou que, na maioria das cidades, esses garotos pararam de se matar uns aos outros na mesma velocidade. Não há consenso acadêmico sobre as razões para a “queda no crime”. Claramente, a estabilidade dos mercados de droga, após anos de guerra, contribuiu para esse declínio acentuado. Entretanto, como observado acima, as diminuições não ocorreram em todos os lugares.

PARTE VI

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As conclusões abaixo reúnem aspectos comuns, identificados nos grupos armados investigados e em seus membros, com relação às variáveis da pesquisa. Elas não buscam, de modo algum, menosprezar a heterogeneidade dos grupos e de seus membros ou ignorar a diversidade de cenários em que operam. Pelo contrário, essas conclusões são usadas para ajudar na formulação das recomendações que se seguem.

Grupos armados organizados

1. Cenários: os grupos armados organizados de áreas urbanas não afetam cidades inteiras de maneira uniforme. Os grupos são territoriais e, em geral, ativos apenas em áreas definidas. Essas áreas são distintas das cidades que as cercam, distinguidas muitas vezes por nomes como favela, comuna, colônia ou gueto, e tendem a ser relativamente pobres, subdesenvolvidas e distanciadas do estado por políticas públicas diferenciadas, como a ausência ou presença limitada de forças de segurança ou de fornecimento inadequado dos serviços públicos. Essas áreas podem ter alta densidade populacional e, quase sempre, níveis desproporcionalmente altos de desemprego e baixos de educação formal entre os jovens. Os grupos armados organizados que agem em cenários rurais também são territoriais e dominam áreas que compartilham a maioria das características acima, com exceção da alta densidade populacional.

2. História: a maioria dos grupos investigados tem uma história que varia de médio a longo prazo e não possui origens criminais. Todos os grupos se transformaram com o tempo, tornando-se armados ou mais armados, violentos ou mais violentos e envolvidos ou mais envolvidos com empreendimentos criminosos. Essa transformação se deveu ao envolvimento crescente com o comércio de drogas ilícitas, a um acesso maior a armas de pequeno porte e à persistente e, muitas vezes, violenta repressão do estado. Etnias e alianças de clãs desempenham um papel importante na formação e identidade de pouco menos da metade dos grupos investigados. Em vez de existirem independentemente das sociedades em que operam, os grupos armados refletem muitas vezes os ambientes onde estão estabelecidos, em especial no uso da violência.

3. Estrutura: Há três tipos de estrutura de comando usadas pelos grupos investigados: a hierarquia militarizada com sistema de postos; a estrutura formalmente organizada ou corporativa; e a estrutura horizontal informal que pode ter ramificações locais descentralizadas. O tipo de estrutura de comando utilizado não reflete os níveis de violência em que os grupos estão envolvidos, embora essas hierarquias militarizadas sejam, em geral, usadas pelos grupos mais militarizados, que se encontram em confronto com as forças de segurança do estado com maior frequência. Os grupos podem estar organizados em nível local, municipal, nacional ou internacional. A maioria dos grupos possui ligações estruturais com membros em presídios, muitas vezes os líderes, e todos os grupos utilizam castigos físicos, como a morte, para punir seus membros.¹ As estimativas do número de membros em todos os grupos armados investigados são limitadas; entretanto, acredita-se que cheguem a dezenas de milhares em cada um dos países cobertos por este estudo. Estimar precisamente o número de membros com menos de dezoito anos é também difícil; entretanto, ingressar em grupos armados é uma experiência adolescente para muitos, e a maioria dos membros em todos os estudos de caso é jovem.

¹ As *pandillas* menores do Equador são uma exceção, pois não costumam matar membros.

4. Dominação da comunidade: os grupos que não andam abertamente armados pela comunidade, exceto durante épocas de conflito, tendem a não controlar as atividades dos moradores locais, a não restringir sua movimentação ou a protegê-los do crime. Esses grupos costumam também estar localizados em áreas onde as forças de segurança do estado estão presentes, mesmo que esporadicamente. Os grupos que são uma presença abertamente armada na comunidade tendem a ter o monopólio da “ordem social”, muitas vezes através da manutenção de leis paralelas e fazendo justiça, podem restringir as atividades e a movimentação dos moradores locais e costumam estar localizados em áreas com uma presença muito limitada, ou ausência completa, das forças de segurança do estado, onde os serviços públicos podem ser intermitentes, em parte por causa da presença ostensivamente armada do grupo. Tanto os grupos que escondem suas armas quanto os que andam abertamente armados podem apoiar financeiramente projetos da comunidade local, como creches, embora os últimos costumem fazer isso com maior frequência.

5. Relações com o estado: o estado tem um papel direto ou indireto nas atividades de todos os grupos investigados. Na maioria dos casos, é um relacionamento indireto através do envolvimento de representantes do estado corruptos, de baixo escalão — como policiais — que inclui venda de armas de fogo, recebimento de propina e/ou participação no comércio ilegal de drogas. Em três estudos de caso, os grupos estavam trabalhando diretamente com as forças de segurança do estado, sendo financiados por representantes do governo ou era sabido que recebiam benesses dos políticos em troca de votos dos moradores locais.

6. Atividades econômicas: todos os grupos estão envolvidos com economias ilícitas e a dominação territorial é a base dos ganhos financeiros. Todos estão envolvidos com atividades criminosas; em alguns casos, isso inclui o crime organizado e, em outros, apenas delinquência e crimes de rua, como assaltos. Grupos de todos os países, exceto um, estão envolvidos com o comércio de drogas, através de cultivo, transporte ou vendas de rua. Uma minoria dos grupos está também envolvida com empreendimentos lícitos, como serviços de transporte. Uma base econômica forte dá aos grupos a capacidade de se tornarem financeiramente auto-suficientes e de se armarem, coisa que os faz parecer mais atraentes ainda para adolescentes e jovens marginalizados. Metade dos grupos investigados paga salários fixos; outros remuneram através das vendas de droga, baseadas em comissão, ou de apoio logístico para o envolvimento dos membros em atividades criminais lucrativas.

7. Violência armada: os grupos estão envolvidos em confrontos armados com outros grupos numa escala variável. A maior parte das vezes, isso ocorre pelo controle de territórios (principalmente por razões econômicas e pelo controle de mercados ilícitos) e por rivalidades (relacionadas a auto-definição, ideais, etnias, alianças de clã ou crenças). Alguns grupos armados também promovem a violência armada, como as execuções sumárias, através de seu envolvimento com atividades de vigilância. Todos os grupos estão envolvidos com a violência armada por causa de sua participação em crimes e, muitas vezes, devido a disputas internas. Os grupos do Tipo 1 também entram em conflito com forças do estado por certas razões, como em reação a ações policiais ou militares.

8. Tipologia: utilizando-se os critérios estabelecidos pela *definição de trabalho* da violência² armada organizada e combinando-se as técnicas de Julgamento Categórico e Julgamento Comparativo³, três tipos de grupos armados podem ser identificados. Os grupos do Tipo 1 são uma presença “quase militar” e abertamente armada, exercem altos níveis de controle sobre a população local, dominam os recursos locais lícitos e ilícitos, lutam diretamente contra as forças do estado, se necessário, e usam armas de guerra. Os grupos do Tipo 3 possuem características menos

² Ver “Metodologia”.

³ Ver “Tipologia dos Grupos Armados”.

militarizadas e não são uma força abertamente armada, têm menos controle sobre a população local nas áreas que dominam, controlam os recursos locais ilícitos apenas, evitam confrontos diretos com o estado e são mais representativos das noções tradicionais de gangues de “jovens” ou de “rua”. Os grupos do Tipo 2 são os que compartilham características dos de Tipo 1 e Tipo 3. O nível de violência em que os grupos estão envolvidos não está relacionado a seu tipo, embora os de Tipo 1 sejam mais prejudiciais ao desenvolvimento sócio-econômico das áreas que dominam devido a: 1) o tipo de violência prolongada e militarizada em que participam; e 2) o alto nível de dominação sobre população, território e recursos que exercem geralmente em lugar do estado.

9. Fatores de risco estruturais: os seguintes fatores externos de risco são identificados como causadores e/ou contributivos para o estabelecimento e dominação local contínua dos grupos de Tipos 1, 2 e 3: enclaves urbanos de pobreza; alta porcentagem de jovens, na população local, que apresentam níveis desproporcionalmente baixos de escolaridade e desproporcionalmente altos de desemprego; presença do estado limitada ou diferenciada em certas áreas; representantes do estado abertos à corrupção; utilização de aparato repressivo e violento, por parte do estado, contra membros de grupo e moradores não envolvidos nas comunidades onde agem; acesso do grupo a economias ilícitas, como tráfico de drogas; e acesso do grupo a armas de pequeno porte. Parece haver uma correlação entre o grau a que uma área específica está exposta a esses fatores de risco e o tipo de grupo surgido ali; os grupos de Tipo 1 estão mais presentes em áreas expostas, no grau máximo, a esses fatores de risco estruturais, em especial quando as forças de segurança do estado se encontram ausentes.

Crianças e jovens na violência armada organizada

1. Histórias pessoais: um número significativo de crianças e jovens entrevistados contou vir de famílias com apenas um dos pais (tipicamente matriarcal) e de lares super lotados, manter más relações com outros membros da família, incluindo os pais, e sofrer violência doméstica. Quase todos os entrevistados haviam abandonado a escola sem concluir o nível primário/secundário, devido à pobreza, não achavam que a escola valesse a pena e tinham sido expulsos dela por mau comportamento — muitas vezes violento — ou a abandonado por causa duma presença maior de membros de grupos rivais nas salas de aula. Não terminar a escola é visto como um problema cíclico, porque muitos dos entrevistados declararam que os pais possuíam níveis igualmente baixos de escolaridade. Quase todos os entrevistados se consideravam de origem pobre ou relativamente pobre.

2. Processo de envolvimento: a idade média em que os entrevistados de todos os países envolvidos neste estudo ingressaram em grupos armados foi de 13 anos e seis meses.⁴ Essa idade parece estar diminuindo na maioria dos países desde a década de 1980. Isso se deve ao envolvimento cada vez maior de quase todos os grupos com o comércio de drogas e à abertura de empregos de rua para adolescentes locais. Deve-se também ao fato de que, cada vez mais, nascem crianças nas comunidades onde os grupos armados já estabeleceram presença dominante. Ingressar num grupo não é um acontecimento imediato, mas um processo gradual que pode levar meses ou até anos para se completar. Os cinco estágios a seguir são identificados para esse processo, em todos os estudos de caso, embora alguns possam ser omitidos em certas situações ou ocorrerem numa ordem diferente em outros: 1) Exposição ao grupo pelo cenário (associação por bairro); 2) Introdução pela família ou por amigos; 3) Fase de transição (“acompanhando,” prestando favores, recebendo pequenas tarefas ou se tornando aprendiz); 4) Participação plena (considerado confiável, pode se submeter ao rito de passagem); 5) Armado (recebe uma arma de fogo). A quantidade de adolescentes do sexo masculino, que tenta ingressar nos grupos armados locais, torna desnecessária

⁴ Excluindo-se a Nigéria, onde os entrevistados haviam ingressado nas milícias étnicas e nos grupos vigilantes em média entre os 15 e 16 anos de idade.

uma política de recrutamento ativo na maioria dos casos; apenas em dois países foram investigados grupos que recrutavam ativamente.

3. Por que crianças e jovens ingressam: para a maioria dos entrevistados, o ingresso num grupo armado foi uma decisão racional em vez de simplesmente um comportamento “de desvio” ou “criminal”. Ingressar num grupo armado dá a um jovem a capacidade de *reagir* ativamente aos seguintes *fatores de risco*: pobreza/desigualdade; falta de alternativas econômicas devido a níveis baixos de escolaridade e ao alto desemprego; marginalização social; violência das forças do estado ou de outros grupos armados; problemas em casa; e falta de centros de recreação. Há também certas *influências* identificadas que desempenham um importante papel na decisão de um jovem de ingressar num grupo armado. Embora esses *fatores de risco* e essas *influências* sejam comuns a todos os jovens que vivem em ambientes de alto risco, a maioria das crianças e dos jovens dessas áreas não ingressam em grupos armados. “Escolher” aderir a um desses grupos depende do *contexto pessoal*, que é formado pelos tipos de *influência* e de opção a que um indivíduo tem acesso. Crianças e jovens, em ambientes de alto risco, são mais vulneráveis ao ingresso nos grupos quando seus *contextos pessoais* oferecem poucas opções para *reagir* aos *fatores de risco* e quando são suscetíveis a *influências* que os estimulem a ingressar. Eles se tornam mais *resistentes* ao ingresso quando seus *contextos pessoais* oferecem opções variadas, para *reagir* aos *fatores de risco*, e quando são menos suscetíveis a *influências* que os estimulem a ingressar, em geral, devido à presença de *influências* de apoio mais fortes. Diagnósticos locais que detectem os *fatores de risco* e as *influências* predominantes podem ajudar no planejamento de intervenções específicas, que afetem os *contextos pessoais* dos jovens, a fim de fortalecer a *resistência* entre eles.

4. Funções de trabalho: em todos os grupos, crianças e jovens estão subordinados a adultos ou a jovens mais experientes. Todos os grupos possuem um sistema de regras para a disciplina interna, as funções de trabalho e/ou para uma identidade clara e definida. Todos os grupos mantêm normas através de punições, como surras e assassinatos (esta última em todos os estudos de caso, exceto um). Dois dos grupos investigados possuem normas para proteger os membros mais jovens. Entretanto, em todos os casos, as noções de idade adulta não são baseadas num critério numérico, mas na capacidade de executar funções de trabalho, usar armas de fogo ou em crenças culturais locais. As funções de trabalho podem ser divididas em duas categorias: não armadas e armadas. As funções não armadas incluem: ser olheiro, informante e espião; carregar, limpar e guardar armas; e outras funções de apoio. As funções armadas incluem: ser guarda-costas/fazer escolta de proteção; defender territórios e bens; executar patrulhas armadas; lidar com tributos e pedágios; envolver-se com tráfico de drogas e crimes; cometer assassinatos; e participar de confrontos armados. Em todos os casos, exceto o tráfico de drogas baseado em comissões, as crianças e os jovens que trabalham recebem menos que os colegas adultos. Eles podem ser pagos por meio de salário fixo, por comissão, por ato criminoso, com pequenos presentes ou apoio logístico para realizar atividades criminais lucrativas.

5. Crianças, jovens e violência armada: no contexto das disputas territoriais e de outras, realizando atividades criminais e mantendo a disciplina interna do grupo ou a ordem social na comunidade, todos os grupos armados dão armas a menores.⁵ Com exceção dos entrevistados na Nigéria e Jamaica, todos falaram em terem recebido armas entre os 12 e 14 anos. A maioria dos grupos possui um esconderijo de armas sob controle dos membros de escalão mais alto. O grau de treinamento fornecido aos membros varia muito entre os grupos, embora na maioria dos casos, os entrevistados já estivessem familiarizados com armas de fogo por terem nascido em comunidades com altos níveis de violência armada e por terem visto armas na rua, com a família e/ou amigos. Ter sido exposto à violência armada antes de ingressar num grupo foi também uma experiência comum à maioria dos entrevistados. Ao ingressar num grupo, a maioria das crianças e dos jovens entrevistados já havia sido baleada ou tinha baleado alguém. Dois entrevistados para este estudo

⁵ Exceto algumas *pandillas* menores do Equador.

foram baleados e mortos antes do trabalho de campo ser completado. Menores e jovens, em todos os grupos armados investigados, atiram e matam outras pessoas. Além de serem afetados psicologicamente, a participação na violência letal também fez com que os entrevistados expressassem uma atitude muito fatalista em relação à própria morte, prevendo-a violenta e prematura.

Ao se comparar **estatísticas de saúde pública** disponíveis, como os **índices de mortalidade causada por arma de fogo**, entre os países investigados desde 1979, descobre-se que: menores vêm sendo consistentemente mais afetados por ferimentos, como causa de morte, do que a população em geral, e isso tem crescido de forma desproporcional entre esse grupo ao longo do tempo; as mortes por arma de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, cresceram desproporcionalmente mais entre menores do que entre a população total em todas as localidades comparadas;⁶ em todos os casos, as mortes por arma afetam mais homens jovens entre 15 e 24 anos de idade; quando se tenta obter conhecimentos mais precisos sobre o envolvimento de membros de grupos armados na violência, existe a necessidade de dados específicos de saúde pública e de mortalidade que possam diferenciar o grupo alvo por idade, gênero e localidade específica; e devido às limitações em se adquirir estatísticas relevantes para essas comparações, há uma necessidade de um banco de dados global unificado sobre as estatísticas relacionadas à violência.

6. Considerações sobre gênero: a maioria (92%) dos entrevistados de grupos armados organizados era de homens. Na maior parte dos grupos investigados, mulheres membros são uma minoria ou não estão presentes. Como os garotos, as garotas que ingressam em grupos armados vêm de comunidades pobres e enfrentam muitas das mesmas desvantagens sócio-econômicas dos colegas homens, abandonaram a escola e podem ingressar por razões semelhantes, como proteção. Na maioria dos grupos, as mulheres membros não usam armas de fogo ou as usam em menor escala do que os homens, tendendo a recorrer a outras armas, como facas. Esse uso diferencial de armas de fogo significa que as garotas são muito menos afetadas pelas mortes causadas por arma de fogo em todos os países cobertos por este estudo (onde os índices de homicídio se encontravam disponíveis). Porque o uso de armas, da mesma forma que o ingresso num grupo armado, está associado a noções de “masculinidade”. Em muitas das comunidades onde os grupos investigados existem, os adolescentes do sexo masculino são mais inclinados a entrar num grupo e a usar armas de fogo. É necessário mais pesquisa sobre o papel do gênero nos grupos armados para mudar essa tendência e: entender por que algumas garotas ingressam; aprender mais sobre as necessidades específicas de desmobilização, reintegração ou reabilitação de garotas e mulheres; investigar até que ponto as ações de mães, irmãs e namoradas apóiam garotos e homens que ingressam em grupos armados; ver se as “simpatizantes” também são um fenômeno desses grupos que opera fora dos conflitos armados; e investigar se a violência sexual influencia o comportamento e envolvimento de garotas, garotos, homens e mulheres com grupos armados.

7. Perspectivas futuras: em todos os casos, deixar um grupo armado pode ser perigoso e potencialmente fatal. Entretanto, se feito da maneira correta, é possível. Os entrevistados não foram unânimes em seu desejo de abandonar os grupos. Alguns não queriam sair por causa de sentimentos de fidelidade e pela agitação. Outros demonstravam uma aceitação fatalista da situação, declarando não terem escolha. Os que desejavam sair disseram que só o fariam se conseguissem emprego ou se estado/sociedade/comunidade os ajudassem. Quase todos os entrevistados afirmaram que não desejavam o envolvimento de irmãos mais novos e que, para garantir isso, há necessidade de mais empregos, de alternativas ao invés de repressão, de controle de armas e de investimentos em esportes e atividades culturais. A maioria tinha uma visão negativa sobre seus estilos de vida e, independentemente de desejarem sair ou não do grupo, não tinha esperança quanto ao futuro. Um sentimento comum entre os entrevistados era o de que a

⁶ À exceção de El Salvador, onde as mortes relacionadas a armas de fogo, como porcentagem de todas as mortes por causas externas, diminuíram tanto entre a faixa etária abaixo dos 18 anos quanto entre a população como um todo.

responsabilidade de sua saída dependia basicamente das ações de outros. Isso talvez reflita mais uma questão de opções limitadas que falta de interesse em abandonar o grupo de vez. Entretanto, desejando os entrevistados deixarem seus grupos ou não, ter alternativas sócio-econômicas é fundamental para que um jovem seja realmente capaz de fazer essa escolha e para impedir que as gerações futuras se envolvam.

Tratamento

1. Tendências atuais das políticas públicas: em todos os países cobertos por este estudo, os governos estão se concentrando em táticas repressivas para lidar com crianças e jovens na violência armada organizada. A repressão policial pode se dar por meio de legislação que marginalize grupos de jovens ou seus membros, de policiamento repressivo e cada vez mais militarizado, da detenção e do encarceramento de membros dos grupos ou de sua execução sumária. Os programas de prevenção e reabilitação do estado são muitas vezes limitados, subfinanciados ou não existentes e, em alguns casos, a violência armada organizada não é reconhecida como problema específico pelo governo. Embora haja algumas exceções notáveis, em que táticas repressivas resolveram o problema com eficiência, concentrar-se unicamente na repressão costuma ser inútil porque: isso não ataca as raízes do problema; os sistemas de justiça juvenil e penal, na maioria dos países cobertos por este estudo, são inadequados e podem até piorar o problema; e porque os grupos armados tendem a se tornar mais organizados e violentos quando confrontados com táticas repressivas.

2. Intervenções locais: para resolver realmente o problema de crianças e jovens na violência armada organizada, é necessário eliminar os *fatores de risco* externos, que causam e/ou contribuem para o estabelecimento e a existência dos grupos armados, e os que afetam diretamente os jovens em ambientes de alto risco. Entretanto, a erradicação desses *fatores de risco* é um processo longo e difícil. As intervenções, em nível local, que fortalecem a *resistência* entre crianças e jovens nas áreas afetadas, são uma estratégia mais eficaz e simultânea de curto prazo. Apesar da diversidade dos projetos e programas de boas práticas apresentados, seu sucesso advém do fato de eles serem capazes de oferecer, a crianças e jovens, a chance de *reagir* aos *fatores de risco*, a que estão expostos em seus ambientes, sem ingressar num grupo armado. Os projetos mais bem sucedidos são os que oferecem opções suficientes aos beneficiários e as *influências* necessárias para *reagir* a todos, ou à maioria, dos *fatores de risco* encontrados em seu ambiente, em vez de um ou dois apenas, afetando dessa forma o *contexto pessoal*. Outros fatores para o sucesso incluem: estar baseado na comunidade; reagir a *fatores de risco* e *influências* identificados; idealizar projetos integrados e personalizados; trabalhar com membros da família; integrar jovens envolvidos e não envolvidos nos projetos locais; e envolver o grupo alvo na idealização, coordenação e avaliação do projeto sempre que possível. Apoio psicológico para jovens que participaram e experimentaram altos níveis de violência também é benéfico.

3. Abordagens estratégicas: a fim de cessar a violência armada organizada, em vez de apenas deslocá-la geograficamente, projetos integrados, localizados e personalizados, que criem *resistência* entre crianças e jovens, deveriam fazer parte das estratégias municipais ou regionais de prevenção e reabilitação. Essas estratégias deveriam se basear em análises locais e serem coordenadas conjuntamente por pilares como o governo, a polícia e grupos da sociedade civil. As estratégias deveriam incluir: uma rede de intervenções locais; integração com programas de nível macro que trabalhem para tratar os *fatores de risco*; o envolvimento do sistema de justiça juvenil e das prisões para adultos; a resolução de conflitos entre grupos; programas de proteção para membros que vivem sob ameaça; e a construção de mecanismos de rede e defesa locais, nacionais e internacionais.

4. Desarmamento, desmobilização e reintegração: como as crianças que trabalham para as quadrilhas de traficante no Rio de Janeiro, crianças e jovens, membros de muitos dos grupos armados investigados por este estudo, também possuem muito em comum com as crianças soldado nas situações de conflito armado mais tradicionalmente definidas: todos vêm de comunidades pobres, onde os grupos armados têm presença forte; a maioria abandonou a escola e se envolveu, no princípio ou no meio da adolescência, buscando muitas vezes proteção, status, remuneração financeira, sobrevivência e/ou a chance de se vingar; eles executam muitas funções, armadas e não armadas, que são quase idênticas aos casos documentados de crianças soldado; e em quase todos os casos, esses jovens presenciaram mortes, envolveram-se em trocas de tiro (em alguns casos, contra forças do estado) e muitos foram mortos. Crianças e jovens na violência armada organizada não são crianças soldado e não se deveria referir-se a elas como tal. Entretanto, há muito a se ganhar com a troca de conhecimentos e de boas práticas para a solução dessas duas situações, distintas porém semelhantes, para o progresso de práticas metodológicas corretas e para o planejamento, desenvolvimento e implementação de programas “ddr” em situações urbanas que não são de guerra, tornando mais eficientes os programas DDR em cenários armados ou de pós-conflito.

RECOMENDAÇÕES

1. Reconhecimento: o envolvimento crescente de crianças e jovens em grupos armados organizados, fora de situações de guerra, é um problema distinto que precisa ser reconhecido tanto pelas agências internacionais de proteção à criança quanto pelos governos nacionais.⁷ O reconhecimento de crianças e jovens, na violência armada organizada, é importante porque a definição aceita desse fenômeno determina o tratamento dos envolvidos. Uma definição aceita é também um passo importante para se focar as necessidades e o bem estar da criança ou do jovem envolvidos, em vez de apenas os do grupo armado ao qual pertencem, quando se decidem estratégias para solução.

2. Políticas municipais/regionais específicas e integradas, baseadas em diagnósticos locais: embora compartilhem de numerosos pontos em comum como causa, organização, função e cenário, os grupos armados organizados são entidades distintas em ambientes diferentes. As descobertas deste estudo oferecem um entendimento maior de sua natureza e fornecem um modelo para o planejamento de estratégias de intervenções locais, e em nível municipal, para tratar o problema. Entretanto, não há solução rápida ou remédio que se possa aplicar uniformemente. Políticas específicas para as manifestações específicas desse problema são necessárias. As políticas deveriam se basear em um diagnóstico local que:

- Identifique a manifestação local da violência armada organizada;
- Identifique *fatores de risco* estruturais que estejam causando e/ou contribuindo para o estabelecimento e dominação de grupos armados locais;
- Identifique o grupo de risco que está mais envolvido;
- Identifique *fatores de risco e influências* que estejam causando e/ou contribuindo para que crianças e jovens “escolham” ingressar nos grupos armados locais.

Feito isso, uma política estratégica e integrada, que trate simultaneamente os *fatores de risco* estruturais (Recomendação 3) e que crie *resistência* entre crianças e jovens (Recomendações 4 a 6), deveria ser elaborada e implementada em nível municipal/regional.

3. Tratamento dos *fatores de risco* estruturais: os *fatores de risco* estruturais, que causam e/ou contribuem para o estabelecimento e a dominação dos grupos armados locais, devem ser tratados. Eles podem ser diferentes em cada cenário. Entretanto, as recomendações para solução dos *fatores de risco* estruturais, que se revelaram comuns em todos ou na maioria dos estudos de caso, são as que se seguem.

Inclusão sócio-econômica das populações em áreas urbanas distintas: os grupos armados organizados florescem em enclaves urbanos de pobreza, geograficamente distintos, que se encontram muitas vezes distanciados do estado, devido ao fornecimento diferenciado ou inadequado dos serviços públicos à população local. Essas áreas precisam de investimento em infra-estrutura e os moradores locais precisam de programas de saúde, educação e emprego para sua inclusão sócio-econômica plena. Enquanto essas áreas não forem uma parte integrada às cidades que as cercam, os grupos armados vão continuar a ter bases geográficas e logísticas.

Inclusão educacional e oportunidades de emprego rápidas para todos os jovens: uma alta porcentagem de jovens na população local, com níveis educacionais desproporcionalmente baixos e níveis de desemprego desproporcionalmente altos, é um fator comum em todas as áreas onde os grupos armados são dominantes, com quase todos seus membros jovens estando desempregados desde que abandonaram a escola. Esses jovens precisam saber que vão ter acesso a

⁷ À época da publicação, o reconhecimento do problema entre algumas agências internacionais estava começando a ocorrer. Por exemplo, o envolvimento de crianças armadas trabalhando para quadrilhas de traficante do Rio de Janeiro foi mencionado na seção sobre o Brasil, do Relatório Global Sobre Crianças Soldado, de 2004 (Coalizão Para Impedir o Uso de Crianças Soldado, 2004, www.child-soldiers.org)

empregos no futuro para serem estimulados a permanecer na escola. Combinar cursos educativos e empregos de meio expediente remunerados é uma forma de assegurar que os jovens completem sua educação, em vez de se envolverem em negócios ilícitos, como ingressar num grupo armado.

Policciamento comunitário: em todas as áreas onde os grupos agem, a presença de forças de segurança do estado é de natureza limitada ou diferenciada. Um histórico de policiamento reativo e repressivo nessas áreas levou a uma relação deteriorada entre a comunidade local e a polícia. Em algumas áreas, as forças de segurança não têm qualquer atuação, o que encoraja os grupos armados a se tornarem uma presença abertamente armada. Entre essas duas situações, os moradores locais preferem apoiar os grupos armados dominantes que a polícia. A polícia precisa ser uma presença constante e respeitada dentro da comunidade, se quiser ganhar o apoio dos moradores e impedir que os grupos armados tenham uma existência abertamente armada.

Lidar com a corrupção e a impunidade: a maioria dos grupos armados se beneficia muito da existência de funcionários do estado, de baixo escalão, corruptos, em especial na polícia. É fundamental que a corrupção nessas áreas do aparato do estado seja combatida, a fim de diminuir a dominação dos grupos armados nos territórios onde agem e de acabar com a impunidade desfrutada por seus membros. É importante também impedir que oficiais corruptos da polícia sejam fonte de armas de fogo ilícitas e de drogas confiscadas.

Policciamento é necessário, violência ilegal do estado não: depender unicamente de um aparato do estado repressivo e violento, contra membros de grupos armados e moradores não envolvidos das comunidades onde agem, só serve para pôr a comunidade contra o estado e fazer com que ela apóie ou proteja esses grupos. Abusos de autoridade podem também levar a que os grupos se tornem cada vez mais armados, organizados e violentos em sua reação à ação do estado. O policiamento é necessário, entretanto. É fundamental que a polícia aja dentro dos limites da lei, tanto porque se trata da lei quanto para ganhar o apoio da comunidade. Os abusos de poder da polícia devem ser combatidos publicamente pelo governo

Controle de armas: o acesso irrestrito a armas de pequeno porte é comum a todos os grupos, devido ao controle fraco do estado e ao comércio ilícito de armas. Na Irlanda do Norte, um controle de armas severo por parte do governo, sob forma de apreensões e instauração de processos, e o controle exercido pelos próprios paramilitares, a fim de manter seu poder de base nas comunidades, têm efetivamente mantido as armas longe das mãos de crianças e jovens. Isso significou que as mortes causadas por armas de fogo foram relativamente poucas durante os últimos anos do conflito e desde o Acordo da Sexta-Feira Santa, em 1998. Como esse exemplo demonstra claramente, o controle de armas é crucial para diminuir o acesso dos grupos a armas de pequeno porte e, conseqüentemente, o número de mortes por arma.

Reforma da política de drogas: em nove de cada dez países cobertos por este estudo, os grupos tiram seus lucros do comércio ilegal de armas. O acesso a economias ilícitas, como o tráfico de drogas, torna os grupos armados financeiramente auto-suficientes e fornecem os fundos necessários para a compra de armas e distribuição propinas aos funcionários do governo/estado. Os governos não vêm tendo sucesso em impedir que as drogas cheguem aos mercados ilícitos e a repressão empurrou os preços para cima, aumentando muito a competição violenta entre os traficantes, assim como seus lucros, e levando ao emprego crescente de táticas militarizadas tanto pelos grupos de traficantes quanto pela polícia. Além disso, os abusos de poder da polícia são muitas vezes cometidos sob a égide do “controle das drogas”. A demonização das drogas e dos traficantes é tal que o uso excessivo de força pela polícia, e até mesmo a execução sumária de alguns traficantes, torna-se prática aceita. Políticas alternativas para as drogas poderiam ter grande impacto no emprego de crianças e jovens pela violência armada organizada. Comparações de políticas não repressivas para drogas deveriam ser realizadas em todo o país e as alternativas promissoras serem identificadas.

Limitando-se o grau em que os fatores de risco descritos acima afetam áreas específicas, talvez seja possível tornar os grupos armados uma força local menos presente, ativa e dominante, ou transformar grupos do Tipo 1 em Tipo 2 ou 3. O tratamento dos *fatores de risco* deveria ser

feito de maneira integrada e simultânea à criação de *resistência* em nível local (Recomendações 4 a 6).

4. Criar *resistência* através de uma rede de intervenções para prevenção, baseada na comunidade: redes integradas de intervenções para prevenção, baseadas na comunidade, deveriam ser estabelecidas em nível municipal/regional. Essas intervenções deveriam ser baseadas em diagnósticos locais e planejadas para identificar e atrair com sucesso as crianças e os jovens mais em risco, afetando seus *contextos pessoais* ao proporcionar opções e *influências* de apoio suficientes, para que eles *reajam* aos *fatores de risco* predominantes em seu ambiente, sem ingressar nos grupos armados locais. As organizações locais baseadas na comunidade, como ONGs menores já existentes ou igrejas, deveriam receber treinamento para coordenar projetos de prevenção e agir de forma integrada localmente através de participação na rede. A participação em redes pode ser estimulada se os membros tiverem acesso a treinamento, oportunidades de financiamento e outras formas de apoio.

5. Criar *resistência* através de uma rede de programas institucionais de reabilitação, baseada na comunidade: além da prevenção, deve-se oferecer a crianças e jovens formas de deixar os grupos armados quando quiserem ou quando forem presos pelas autoridades. Os programas de reabilitação, em nível comunitário, para os que desejam sair, e dentro das instituições fechadas, deveriam seguir uma metodologia semelhante à dos programas de prevenção. Dispor de opções suficientes, e de *influências* de apoio, para *reagir* aos *fatores de risco* predominantes é importante para se criar *resistência* entre crianças e jovens já envolvidos e entre aqueles que “escolhem” não ingressar. De forma semelhante aos projetos de prevenção, os projetos de reabilitação baseados na comunidade deveriam se fundamentar nos diagnósticos locais do problema, ser coordenados pelas organizações locais com capacitação especial (sempre que possível) já existentes e ser conduzidos estrategicamente por meio de uma rede de organizações/governo locais em nível municipal/regional. Os projetos devem também planejar estratégias corretas, para contatar com segurança crianças e jovens envolvidos dentro das comunidades afetadas, e estar integrados a programas de reabilitação do estado dentro dos centros correccionais, a fim de que os jovens possam continuar a serem reabilitados após deixar a detenção.

6. Reformar o sistema de justiça juvenil: para crianças e jovens que não optarem por abandonar os grupos armados organizados, a única oportunidade de contato prolongado com eles é sua possível prisão e detenção no sistema de justiça juvenil. Em muitos dos países cobertos por este estudo, os centros de detenção juvenil são super lotados, violentos, abusivos e possuem instalações inadequadas para reabilitar com sucesso infratores jovens. Os centros de detenção juvenis precisam de reformas drásticas, a fim de parar com os maus tratos aos detentos e de oferecer o treinamento educacional e profissional necessário, assim como programas de reabilitação.

7. Enfoque na inclusão em vez de apenas na repressão: a aplicação da lei pela polícia é necessária para se lidar com a violência armada organizada. Entretanto, as políticas governamentais de repressão legislativa, militar, policial e penal para a solução da violência fracassaram em atacar as raízes do problema e não tiveram sucesso em neutralizar a existência dos grupos, sua dominação de territórios, populações e recursos locais, ou a participação de crianças e jovens. Além disso, nas áreas onde essas políticas foram aplicadas, as estatísticas de saúde pública não revelam queda nos índices de homicídios relacionados a armas de fogo; pelo contrário, em muitos casos, eles aumentaram consideravelmente nessas localidades desde 1979. Ações cada vez mais militarizadas, por parte dos governos, até agora levaram apenas a uma reação cada vez mais militarizada dos grupos armados. Em vez de depender apenas de táticas militares e repressivas, as políticas legislativas e de policiamento devem se concentrar em prevenção e reabilitação, a fim de oferecer o apoio necessário, a crianças e jovens envolvidos, para que optem por alternativas à participação em grupos armados.

8. Desarmamento, desmobilização e reintegração: as semelhanças de causalidade e função entre crianças e jovens que trabalham para grupos armados politicamente orientados, em conflitos armados, e crianças e jovens na violência armada organizada são consideráveis. Desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) são, portanto, aplicáveis a ambas as situações, de guerra e de violência armada organizada. As organizações que trabalham com DDR de crianças soldado e CAAC,⁸ e as que se dedicam a projetos de reintegração para crianças e jovens, membros de grupos armados, em situações que não são de guerra, têm muito a aprender umas com as outras. O conhecimento de exemplos de boas práticas de prevenção, reabilitação e intervenções DDR em ambas as situações deveria ser trocado e comparado, para o progresso das práticas metodológicas corretas e para o planejamento, desenvolvimento e a implementação de programas “ddr” em situações urbanas que não são de guerra.

9. Levar os grupos ao diálogo sempre que possível: a fim de garantir uma participação significativa sempre que possível e, em especial, com grupos do Tipo 1 e 2, os líderes de grupo deveriam ser contatados e estimulados a auxiliar no planejamento dos programas de desarmamento, desmobilização e reintegração para seus membros. Alguns projetos vêm engajando com sucesso jovens atores armados em projetos sociais e programas de reintegração e, em El Salvador e na Guatemala, por exemplo, *pandillas* chegaram a solicitar encontros com representantes do governo e vice-versa. Incluir aqueles jovens abertos à discussão de como diminuir a participação na violência armada vai aumentar muito o sucesso de programas com esse objetivo. Métodos diferentes de negociação e de diálogo talvez sejam necessários para os grupos do Tipo 3. Podem ser semelhantes às táticas de resolução de conflitos, usadas com grupos armados em situações de conflito armado, e essas técnicas devem ser aprendidas, adaptadas e avaliadas pelos que trabalham com a violência armada organizada, para uso em situações que não são de guerra. A resolução de conflitos entre grupos deveria também ser enfocada pelas autoridades, a fim de limitar a violência armada.

10. Monitoramento de grupos armados legalmente reconhecidos: alguns grupos de milícias étnicas e de vigilantes, na Nigéria, e as Organizações Voluntárias Cívicas, nas Filipinas, são legalmente reconhecidos. Além dos programas de DDR para as crianças membros, esses grupos precisam ser monitorados de perto pelos governos para assegurar que não sejam armados, não ajam fora da lei e não utilizem trabalho infantil.

11. Necessidade de dados mais específicos relacionados à violência: um banco de dados global, unificado e independente que registre dados comparativos relacionados à violência, é necessário para que os níveis de violência em que os grupos armados estão envolvidos sejam registrados e monitorados. Isso inclui estatísticas de saúde pública, como os dados comparativos sobre homicídios causados por arma de fogo, relevantes ao perfil dos membros do grupo dentro das comunidades específicas onde eles agem.

As evidências apresentadas aqui sugerem que o envolvimento de crianças e jovens na violência armada organizada é um fenômeno crescente, com manifestações distintas e diversas, que compartilha de um número significativo de pontos em comum. Esses pontos em comum são de grande ajuda para se entender melhor esses grupos e seus membros e para aprimorar abordagens metodológicas e práticas que resolvam esse problema cada vez mais sério.

O número e tamanho dos grupos armados organizados, o aumento da participação de crianças e jovens neles e o uso cada vez mais difundido de armas de fogo entre os jovens, como instrumento para resolução de conflitos e para ascensão social e econômica, talvez levem as pessoas a imaginar que essa situação é sem esperanças e não tem solução. Entretanto, pequenos

⁸ Crianças Afetadas por Conflitos Armados (CAAC em inglês).



projetos estão demonstrando o que é possível se fazer em termos de prevenção e reabilitação; técnicas que, se aplicadas corretamente, podem ter mais sucesso do que depender simplesmente da repressão para baixar os índices de mortalidade, relacionados a armas de fogo, a longo prazo, ou para impedir que aqueles que foram presos por envolvimento com grupos armados cometam novas infrações a curto prazo.

O desafio para os profissionais que trabalham com esse tema é saber se as lições aprendidas com essas intervenções bem sucedidas, baseadas na comunidade, podem ser aplicadas numa escala que afete o problema em nível de bairro e até de cidade. O que é certo, entretanto, é que, para melhorar substancialmente as chances de sucesso, os governos e a polícia devem trabalhar em conjunto com organizações da sociedade civil, representantes comunitários e até mesmo com os jovens envolvidos.